



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL



DIÁRIO DO SENADO FEDERAL

**SECRETARIA-GERAL DA MESA
3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA**

**(*) PROJETO DE LEI Nº 9/2013-CN
(Mensagem nº 76/2013-CN; nº 358/2013, na origem)**

Estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2014

**Informações complementares ao Projeto de Lei Orçamentária de 2014
(Mensagem nº 394/2013, da Presidência da República)**

**VOLUME I
INCISO I/VII**

ANO LXVIII – SUP. “C” AO Nº 147 – TERÇA-FEIRA, 17 DE SETEMBRO DE 2013 – BRASÍLIA-DF

(*) Republicado, em 20/09/2013, para inclusão da Mensagem nº 394/2013, da Presidência da República.

MESA DO SENADO FEDERAL	
PRESIDENTE Renan Calheiros - (PMDB-AL)	3º SECRETÁRIO Ciro Nogueira - (PP-PI)
1º VICE-PRESIDENTE Jorge Viana - (PT-AC)	4º SECRETÁRIO João Vicente Claudino - (PTB-PI)
2º VICE-PRESIDENTE Romero Jucá - (PMDB-RR)	SUPLENTE DE SECRETÁRIO
1º SECRETÁRIO Flexa Ribeiro - (PSDB-PA)	1º - Magno Malta - (PR-ES)
2º SECRETARIA Angela Portela - (PT-RR)	2º - Jayme Campos - (DEM-MT)
	3º - João Durval - (PDT-BA)
	4º - Casildo Maldaner - (PMDB-SC)

As notas referentes à Mesa do Senado Federal encontram-se publicadas na Composição do Senado Federal (Vide Sumário).

LIDERANÇAS

Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB/PP/PSD/PV) - 28 Líder Eunício Oliveira - Bloco (62,70) Líder do PMDB - 20 Eunício Oliveira (62,70) Vice-Líderes do PMDB Ricardo Ferraço (105) Romero Jucá (40,104) Vital do Rêgo (107) Líder do PP - 5 Francisco Dornelles (64) Vice-Líder do PP Ana Amélia (12,88) Líder do PSD - 2 Sérgio Petecão (84,87) Vice-Líder do PSD Kátia Abreu (11,13,52,60,85) Líder do PV - 1 Paulo Davim (75)	Bloco de Apoio ao Governo (PT/PDT/PSB/PCdoB/PSOL) - 24 Líder Wellington Dias - Bloco (24,65,90) Vice-Líderes Acir Gurgacz (49,55,67,97) Rodrigo Rollemberg (69,98) Inácio Arruda (89,99) Líder do PT - 12 Wellington Dias (24,65,90) Vice-Líderes do PT Walter Pinheiro (22,27,93) Anibal Diniz (25,94) Paulo Paim (95) Eduardo Suplicy (96) Líder do PDT - 5 Acir Gurgacz (49,55,67,97) Vice-Líder do PDT Zeze Perrella (86) Líder do PSB - 4 Rodrigo Rollemberg (69,98) Vice-Líder do PSB Lídice da Mata (29,38,82) Líder do PCdoB - 2 Inácio Arruda (89,99) Vice-Líder do PCdoB Vanessa Grazziotin (1,91) Líder do PSOL - 1 Randolfe Rodrigues (18,76)	Bloco Parlamentar Minoria (PSDB/DEM) - 14 Líder Mário Couto - Bloco (34,61) Vice-Líderes Wilder Moraes (101) Cyro Miranda (31,103) Líder do PSDB - 11 Aloysio Nunes Ferreira (7,68) Vice-Líderes do PSDB Cássio Cunha Lima (74) Alvaro Dias (78) Paulo Bauer (5,35,79,80) Líder do DEM - 3 José Agripino (2,10,14,44,46,77) Vice-Líder do DEM Jayme Campos (28,106,110)
Bloco Parlamentar União e Força (PTB/PR/PSC/PRB) - 15 Líder Gim - Bloco (56,58,59) Vice-Líderes Alfredo Nascimento (41,66) Eduardo Amorim (17,47,48,72) Blairo Maggi (19,51) Eduardo Lopes (37,45,63,100,109) Líder do PTB - 7 Gim (56,58,59) Líder do PR - 6 Alfredo Nascimento (41,66) Vice-Líder do PR Antonio Carlos Rodrigues (92) Líder do PSC - 1 Eduardo Amorim (17,47,48,72) Líder do PRB - 1 Eduardo Lopes (37,45,63,100,109)	Governo Líder Eduardo Braga - Governo (39) Vice-Líderes Gim (56,58,59) Benedito de Lira Lídice da Mata (29,38,82) Jorge Viana Vital do Rêgo (107)	

As notas referentes às Lideranças do Senado Federal encontram-se publicadas na Composição do Senado Federal (Vide Sumário).

EXPEDIENTE	
Doris Marize Romariz Peixoto Diretora-Geral do Senado Federal Florian Augusto Coutinho Madruga Diretor da Secretaria de Editoração e Publicações José Farias Maranhão Coordenador Industrial	Claudia Lyra Nascimento Secretária-Geral da Mesa do Senado Federal Rogério de Castro Pastori Diretor da Secretaria de Registros Legislativos de Plenários e de Elaboração de Diários Zuleide Spinola Costa da Cunha Diretora da Secretaria de Taquigrafia e Redação de <u>Debates Legislativos</u>

Impresso sob a responsabilidade da Presidência do Senado Federal. (Art. 48, nº 31, RISF)

Mensagem nº 394

Senhores Membros do Congresso Nacional,

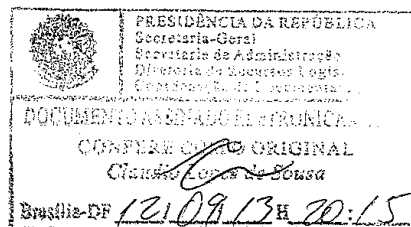
Nos termos do art. 10 do Projeto de Lei nº 2, de 2013-CN, que “Dispõe sobre as diretrizes para a elaboração e execução da Lei Orçamentária de 2014 e dá outras providências”, encaminho a Vossas Excelências as informações complementares ao Projeto de Lei Orçamentária de 2014, exclusivamente em meio eletrônico.

Brasília, 12 de setembro de 2013.

A handwritten signature in black ink, which appears to be "Dilma Rousseff", written in a cursive style. The signature is positioned below the date and is the final element of the official communication.

0920-00561/2013-44
(A.3)

EM nº 00162/2013 MP



Brasília, 12 de Setembro de 2013

Excelentíssima Senhora Presidenta da República,

1. O art. 10 do Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2014 - PLDO-2014, dispõe que o Poder Executivo encaminhará ao Congresso Nacional até 15 (quinze) dias após o envio do Projeto de Lei Orçamentária Anual, exclusivamente em meio eletrônico, demonstrativos, elaborados a preços correntes, contendo as informações complementares relacionadas no Anexo II do PLDO-2014.
2. Nesse sentido, submeto à consideração de Vossa Excelência os demonstrativos referentes às informações citadas, a serem encaminhados ao Congresso Nacional, exclusivamente em meio eletrônico.

Respeitosamente,

Assinado eletronicamente por: Miriam Aparecida Belchior

Aviso nº 703 - C. Civil.

Em 12 de setembro de 2013.

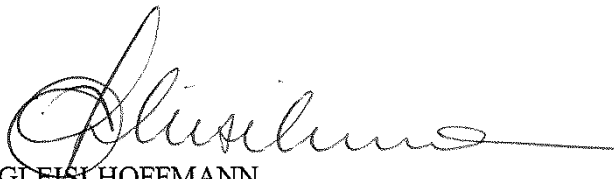
A Sua Excelência o Senhor
Senador FLEXA RIBEIRO
Primeiro Secretário do Senado Federal

Assunto: Informações complementares ao Projeto de Lei Orçamentária de 2014.

Senhor Primeiro Secretário,

Encaminho a essa Secretaria Mensagem da Excelentíssima Senhora Presidenta da República referente às informações complementares ao Projeto de Lei Orçamentária de 2014, exclusivamente em meio eletrônico.

Atenciosamente,



GLEISI HOFFMANN
Ministra de Estado Chefe da Casa Civil
da Presidência da República

Recebido em 13/9/2013 às 11h.



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO
SECRETARIA DE ORÇAMENTO FEDERAL

**ORÇAMENTOS DA UNIÃO
EXERCÍCIO FINANCEIRO 2014
PROJETO DE LEI ORÇAMENTÁRIA**

INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES
RELACIONADAS NO ANEXO II DO PROJETO DE
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS PARA 2014.

VOLUME I

do inciso I ao inciso VII

Brasília, DF
2013

MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO

MINISTRA DE ESTADO

Miriam Aparecida Belchior

SECRETÁRIA-EXECUTIVA

Eva Maria Cella Dal Chiavon

DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE COORDENAÇÃO E CONTROLE DAS EMPRESAS ESTATAIS

Murilo Francisco Barella

SECRETÁRIA DE ORÇAMENTO FEDERAL

Célia Corrêa

SECRETÁRIO DE ORÇAMENTO FEDERAL -ADJUNTO

Bruno César Grossi de Souza

SECRETÁRIO DE ORÇAMENTO FEDERAL - ADJUNTO

George Alberto de Aguiar Soares

SECRETÁRIO DE ORÇAMENTO FEDERAL - ADJUNTO

Eliomar Wesley Ayres da Fonseca Rios

DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE PROGRAMAS DA ÁREA ECONÔMICA

Marcos de Oliveira Ferreira

DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE PROGRAMAS ESPECIAIS

Felipe Daruich Neto

DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE PROGRAMAS DE INFRAESTRUTURA

José Roberto Paiva Fernandes Junior

DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE PROGRAMAS SOCIAIS

José Geraldo França Diniz

PROJETO DE LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS PARA 2014

Art. 10. O Poder Executivo encaminhará ao Congresso Nacional até quinze dias após o envio do Projeto de Lei Orçamentária Anual, exclusivamente em meio eletrônico, demonstrativos, elaborados a preços correntes, contendo as informações complementares relacionadas no Anexo II.

ANEXO II

RELAÇÃO DAS INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES AO PROJETO DE LEI ORÇAMENTÁRIA DE 2014

ANEXO II

RELAÇÃO DAS INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES AO PROJETO DE LEI ORÇAMENTÁRIA DE 2014

I - Critérios utilizados para a discriminação, na programação de trabalho, do código identificador de resultado primário previsto no art. 7º, § 4º, desta Lei;

II - detalhamento dos custos unitários médios utilizados na elaboração dos orçamentos para os principais serviços e investimentos, justificando os valores adotados;

III - programação orçamentária, detalhada por operações especiais, relativa à concessão de quaisquer empréstimos, destacando os respectivos subsídios, quando houver, no âmbito dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social;

IV - gastos, por unidade da Federação, nas áreas de assistência social, educação, desporto, habitação, saúde, saneamento, transportes e irrigação, com indicação dos critérios utilizados;

V - despesa com pessoal e encargos sociais, por Poder, órgão e total, executada nos exercícios de 2011 e 2012, a execução provável em 2013 e o programado para 2014, com a indicação da representatividade percentual do total e por Poder em relação à receita corrente líquida, tal como definida na Lei de Responsabilidade Fiscal, demonstrando a memória de cálculo;

VI - despesas liquidadas e pagas dos benefícios do Regime Geral de Previdência Social, por ação orçamentária, executadas nos exercícios de 2011 e 2012, e a execução provável em 2013, destacando os benefícios decorrentes de sentenças judiciais, a compensação financeira entre o RGPS e os regimes de previdência de servidores da União, Estados, Distrito Federal e Municípios e os demais;

VII - memória de cálculo das estimativas para 2014:

a) de cada despesa a seguir relacionada, mês a mês, explicitando separadamente as hipóteses quanto aos fatores que afetam o seu crescimento, incluindo o crescimento vegetativo e do número de beneficiários, os índices de reajuste dos benefícios vinculados ao salário mínimo e dos demais benefícios:

1. benefícios do Regime Geral de Previdência Social, destacando os decorrentes de sentenças judiciais, a compensação financeira entre o RGPS e os regimes de previdência de servidores da União, Estados, Distrito Federal e Municípios e os demais;

2. benefícios da Lei Orgânica de Assistência Social - LOAS;

3. Renda Mensal Vitalícia;

4. Seguro-Desemprego; e

5. Abono Salarial;

b) do gasto com pessoal e encargos sociais, por órgão, explicitando as hipóteses e os valores correspondentes quanto ao crescimento vegetativo, aos concursos públicos, à reestruturação de carreiras, aos reajustes gerais e específicos e demais despesas relevantes;

c) da reserva de contingência e das transferências constitucionais a Estados, Distrito Federal e Municípios;

d) da complementação da União ao Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação - FUNDEB, indicando o valor mínimo por aluno, nos termos da Lei nº 11.494, de 20 de junho de 2007, discriminando os recursos por unidade da Federação;

e) do montante de recursos para aplicação na manutenção e desenvolvimento do ensino, a que se refere o art. 212 da Constituição;

f) dos subsídios financeiros e creditícios concedidos pela União, relacionados por espécie de benefício, identificando, para cada um, o órgão gestor, o banco operador, a respectiva legislação autorizativa e região contemplada, em cumprimento ao disposto no art. 165, § 6º, da Constituição, considerando:

1. discriminação dos subsídios orçamentários e não orçamentários, primários e financeiros;
2. valores realizados em 2011 e 2012;
3. valores estimados para 2013 e 2014, acompanhados de suas memórias de cálculo; e
4. efeito nas estimativas de cada ponto percentual de variação no custo de oportunidade do Tesouro Nacional, quando aplicável; e

g) das despesas com juros nominais constantes do demonstrativo a que se refere o inciso XXVII deste Anexo;

VIII - demonstrativos:

a) das receitas de compensações, por item de receita administrada pela Secretaria da Receita Federal do Brasil, e respectivos valores, arrecadadas nos exercícios de 2011, 2012 e 2013, este mês a mês, até junho; e

b) dos efeitos, por região, decorrente de isenções e de quaisquer outros benefícios tributários, indicando, por tributo e por modalidade de benefício contido na legislação do tributo, a perda de receita que lhes possa ser atribuída, em cumprimento ao disposto no art. 165, § 6º, da Constituição, considerando-se, separadamente, os valores referentes à renúncia fiscal do Regime Geral de Previdência Social;

IX - demonstrativo da receita corrente líquida prevista na Proposta Orçamentária de 2014, explicitando a metodologia utilizada;

X - demonstrativo da desvinculação das receitas da União, por imposto e contribuição;

XI - demonstrativo da receita orçamentária nos termos do art. 12 da Lei de Responsabilidade Fiscal, incluindo o efeito da dedução de receitas extraordinárias ou atípicas arrecadadas no período que servir de base para as projeções, que constarão do demonstrativo pelos seus valores nominais absolutos, destacando-se os seguintes agregados:

a) Receitas Primárias:

1. brutas e líquidas de restituições, administradas pela Secretaria da Receita Federal do Brasil, inclusive aquelas referentes à contribuição dos empregadores e trabalhadores para o Regime Geral de Previdência Social, com os exercícios de 2012 a 2014 apresentados mês a mês, destacando para 2014 os efeitos da variação de índices de preços, das alterações da legislação, inclusive das propostas de alteração na legislação, que se encontrem em tramitação no Congresso Nacional, de iniciativa do Poder Executivo, e dos demais fatores que influenciem as estimativas;

2. Concessões e Permissões, por serviços outorgados, apresentados mês a mês;

3. Compensações Financeiras;

4. Receitas Próprias, por órgão; e

5. Demais Receitas Primárias; e

b) Receitas Financeiras:

1. Operações de Crédito;

2. Receitas Próprias (fonte 80), por órgão; e

3. Demais Receitas Financeiras;

XII - demonstrativo da previsão por unidade orçamentária, por órgão, por Poder e pelo Ministério Público da União, bem como o consolidado da União, dos gastos a seguir relacionados, contendo dotação orçamentária constante do Projeto de Lei Orçamentária de 2014, número de beneficiários, custo médio e valor **per capita** praticado em cada unidade orçamentária, especificando o número e a data do ato legal autorizativo do referido valor **per capita**:

a) assistência médica e odontológica;

b) auxílio-alimentação/refeição; e

c) assistência pré-escolar;

XIII - plano de aplicação dos recursos das agências financeiras oficiais de fomento, contendo os valores realizados nos exercícios de 2011 e 2012, a execução provável para 2013 e as estimativas para 2014, consolidadas e discriminadas por agência, região, unidade da Federação, setor de atividade, porte do tomador dos empréstimos e fontes de recursos, evidenciando, ainda, a metodologia de elaboração dos quadros solicitados, da seguinte forma:

a) os empréstimos e financiamentos, inclusive a fundo perdido, deverão ser apresentados demonstrando os saldos anteriores, as concessões e os recebimentos no período com a discriminação das amortizações e encargos e os saldos atuais;

b) a metodologia deve explicitar, tanto para o fluxo das aplicações, quanto para os empréstimos e financiamentos efetivamente concedidos, os recursos próprios, os recursos do Tesouro Nacional e os recursos de outras fontes; e

c) a definição do porte do tomador dos empréstimos levará em conta a classificação atualmente adotada pelo BNDES;

XIV - relação das entidades, organismos ou associações, nacionais e internacionais, aos quais foram ou serão destinados diretamente recursos a título de subvenções, auxílios ou de contribuições correntes ou de capital nos exercícios de 2012, 2013 e 2014, informando para cada entidade:

a) os valores totais transferidos ou a transferir por exercício;

b) a categoria de programação, detalhada por elemento de despesa, à qual serão apropriadas as referidas transferências em cada exercício;

c) a prévia e específica autorização legal que ampara a transferência, nos termos do art. 26 da LRF; e

d) a finalidade e a motivação do ato, bem como a importância para o setor público de tal alocação, quando a transferência não for amparada em lei específica;

XV - relação das dotações do exercício de 2014, detalhadas por subtítulos e elementos de despesa, destinadas a entidades privadas a título de subvenções, auxílios ou contribuições correntes e de capital, não-incluídas no inciso XIV deste Anexo, especificando os motivos da não-identificação prévia e a necessidade da transferência;

XVI - contratações de pessoal por organismos internacionais, para desenvolver projetos junto ao governo, na situação vigente em 31 de julho de 2013 e com previsão de gastos para 2014, informando, relativamente a cada órgão:

a) Organismo Internacional contratante;

b) objeto do contrato;

c) categoria de programação, nos termos do art. 5º, § 1º, desta Lei, que irá atender às despesas em 2014;

d) número de pessoas contratadas, por faixa de remuneração com amplitude de R\$ 1.000,00 (mil reais);

e) data de início e fim do contrato com cada organismo; e

f) valor total do contrato e forma de reajuste;

XVII - estoque e arrecadação da Dívida Ativa da União, no exercício de 2012, e as estimativas para os exercícios de 2013 e 2014, segregando-se por item de receita e identificando-se, separadamente, as informações do Regime Geral de Previdência Social;

XVIII - resultados primários das empresas estatais federais nos exercícios de 2011 e 2012, destacando as principais empresas das demais, a execução provável para 2013 e a estimada para 2014, separando-se, nas despesas, as correspondentes a investimentos;

XIX - estimativas das receitas e das despesas adicionais, decorrentes do aumento do salário mínimo em 1 (um) ponto percentual e em R\$ 1,00 (um real);

XX - dotações de 2014, discriminadas por programas e ações destinados às Regiões Integradas de Desenvolvimento - Ride, conforme o disposto nas Leis Complementares nºs 94, de 19 de fevereiro de 1998, 112 e 113, ambas de 19 de setembro de 2001, e ao Programa Grande Fronteira do Mercosul, nos termos da Lei nº 10.466, de 29 de maio de 2002;

XXI - conjunto de parâmetros estimados pela Secretaria de Política Econômica do Ministério da Fazenda, utilizados na elaboração do Projeto de Lei Orçamentária de 2014, contendo ao menos, para os exercícios de 2013 e 2014, as variações real e nominal do PIB, da massa salarial dos empregados com carteira assinada, do preço médio do barril de petróleo tipo Brent, e das taxas mensais, nesses 2 (dois) exercícios, média da taxa de câmbio do dólar americano, da Taxa de Juros de Longo Prazo - TJLP, em dólar das importações, exceto combustíveis, das aplicações financeiras, do volume comercializado de gasolina e de diesel, da taxa de juros Selic, do IGP-DI, do IPCA e do INPC, cujas atualizações serão encaminhadas pelo Ministério de Planejamento, Orçamento e Gestão ao Presidente da Comissão Mista de que trata o art. 166, § 1º, da Constituição, em 21 de novembro de 2013;

XXII - com relação à dívida pública federal:

a) estimativas de despesas com amortização, juros e encargos da dívida pública mobiliária federal interna e da dívida pública federal externa, em 2014, separando o pagamento ao Banco Central do Brasil e ao mercado;

b) estoque e composição percentual, por indexador, da dívida pública mobiliária federal interna e da dívida pública federal, junto ao mercado e ao Banco Central do Brasil, em 31 de dezembro dos 3 (três) últimos anos, em 30 de junho de 2013, e as previsões para 31 de dezembro de 2013 e 2014; e

c) demonstrativo, por Identificador de Doação e de Operação de Crédito - IDOC, das dívidas agrupadas em operações especiais no âmbito dos órgãos "Encargos Financeiros da União" e "Refinanciamento da Dívida Pública Mobiliária Federal", em formato compatível com as informações constantes do SIAFI;

XXIII - gastos do Fundo Nacional de Assistência Social, por unidade da Federação, com indicação dos critérios utilizados, discriminados por serviços de ação continuada, executados nos exercícios de 2011 e 2012 e a execução provável em 2013 e 2014, estadualizando inclusive os valores que constaram nas Leis Orçamentárias de 2011 e 2012 na rubrica nacional e que foram transferidos para os Estados e Municípios;

XXIV - cadastro de ações utilizado na elaboração da proposta orçamentária, em meio magnético, em formato de banco de dados para consulta, contendo, no mínimo, código, título e descrição de cada uma das ações;

XXV - evolução da receita do Tesouro Nacional, segundo as categorias econômicas e seu desdobramento em fontes, discriminando cada imposto e contribuição de que trata o art. 195 da Constituição;

XXVI - evolução da despesa do Tesouro Nacional, segundo as categorias econômicas e grupos de natureza de despesa;

XXVII - demonstrativo dos resultados primário e nominal do Governo Central, implícitos no Projeto de Lei Orçamentária de 2014, evidenciando-se receitas e despesas primárias e financeiras, de acordo com a metodologia apresentada, identificando a evolução dos principais itens, comparativamente aos 3 (três) últimos exercícios;

XXVIII - demonstrativo com as medidas de compensação às renúncias de receitas, conforme disposto no inciso II do art. 5º da Lei de Responsabilidade Fiscal;

XXIX - relação das ações relativas ao Plano Brasil sem Miséria por órgão e unidade orçamentária;

XXX - demonstrativo do cumprimento do art. 42 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias;

XXXI - diretrizes e critérios gerais utilizados na definição e criação da estrutura de planos orçamentários;

XXXII - demonstrativo, por UO e projeto orçamentário, contendo o custo total previsto, a execução de 2012, o programado para 2013, o orçado para 2014 e as projeções para 2015 e 2016; e

XXXIII - atualização do anexo de riscos fiscais.

PROJETO DE LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS PARA 2014**ANEXO II
RELAÇÃO DAS INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES AO PROJETO DE LEI
ORÇAMENTÁRIA DE 2014**

I - Critérios utilizados para a discriminação, na programação de trabalho, do código identificador de resultado primário previsto no art. 7º, § 4º, desta Lei.

PLDO 2014, Anexo II das Informações Complementares ao PLOA-2014.

I – Critérios utilizados para a discriminação, na programação de trabalho, do código identificador de resultado primário previsto no art. 7º, § 4º, desta Lei.

CRITÉRIOS UTILIZADOS PARA A DISCRIMINAÇÃO, NA PROGRAMAÇÃO DE TRABALHO, DO CÓDIGO IDENTIFICADOR DE RESULTADO PRIMÁRIO

I. Introdução

O art. 7º, § 4º, do PLDO 2014, exige, para todas as categorias de programação da despesa, a inclusão de código identificador de resultado primário, a fim de facilitar a apuração do mesmo, assim discriminados:

I - financeira (RP 0);

II - primária e considerada na apuração do resultado primário para cumprimento da meta, sendo:

- a) obrigatória, quando constar do Anexo III (RP 1);
- b) discricionária e não abrangida pelo PAC (RP 2); ou
- c) discricionária e abrangida pelo PAC (RP 3); ou
- d) obrigatória decorrente de emendas individuais (RP 6);

III - primária constante do Orçamento de Investimento e não considerada na apuração do resultado primário para cumprimento da meta, sendo:

- a) discricionária e não abrangida pelo PAC (RP 4); ou
- b) discricionária e abrangida pelo PAC (RP 5).

Da mesma forma que a despesa, o PLDO também exige para a receita classificação específica para a determinação de sua natureza primária ou não primária (financeira). Nesse caso, para cada natureza de receita é vinculado código identificador “P” ou “F”, conforme sua natureza primária ou não primária (financeira), respectivamente, de acordo com a alínea “a” do inciso III do art. 9º da PLDO 2014.

Assim sendo, são apresentados a seguir os critérios para classificação, tanto das receitas, quanto das despesas, utilizados no PLOA-2014.

II. Receitas

As receitas do Governo Federal podem ser divididas entre primárias e não primárias (financeiras). O primeiro grupo refere-se predominantemente a receitas correntes e é composto daquelas que advêm dos tributos, das contribuições sociais, das concessões, dos dividendos recebidos pela União, da cota-parte das compensações financeiras, das decorrentes do próprio esforço de arrecadação das unidades orçamentárias, das provenientes de doações e convênios e outras também consideradas primárias.

Já as receitas não primárias (financeiras) são aquelas que não contribuem para o resultado primário ou não alteram o endividamento líquido do Governo (setor público não financeiro) no exercício financeiro correspondente, uma vez que criam uma obrigação ou extinguem um direito, ambos de natureza financeira, junto ao setor privado interno e/ou externo, alterando concomitantemente o ativo e o

passivo financeiros. São adquiridas junto ao mercado financeiro, decorrentes da emissão de títulos, da contratação de operações de crédito por organismos oficiais, das receitas de aplicações financeiras da União (juros recebidos, por exemplo), das privatizações e outras mais. As fontes de recursos relativas a essas receitas encontram-se discriminadas no Anexo I.

III. Despesas

Do mesmo modo que as receitas, as despesas também podem ser classificadas em primárias e não primárias (financeiras).

Consideram-se como despesas financeiras, com código identificador “0” (inciso I do § 4º do art. 7º), aquelas que não pressionam o resultado primário ou não alteram o endividamento líquido do Governo (setor público não financeiro) no exercício financeiro correspondente, uma vez que criam um direito ou extinguem uma obrigação, ambas de natureza financeira, junto ao setor privado interno e/ou externo, alterando concomitantemente o ativo e o passivo financeiros. Essas despesas correspondem principalmente a:

- pagamento de juros e amortização de dívidas;
- concessão de empréstimos e financiamentos;
- aquisição de títulos de crédito;
- aquisição de títulos representativos de capital já integralizado; e
- para fins de programação orçamentária, as reservas de contingência, com exceção do montante de no mínimo 1% da Receita Corrente Líquida - RCL, considerado primário, conforme determinado pelo art. 13 do PLDO-2014.

No PLOA-2014, as referidas despesas são representadas pelos grupos de despesa “2”, “6” e “9”, referentes, respectivamente, a pagamento de juros, a amortização da dívida e à reserva de contingência (à exceção de sua parcela primária). Nos GND’s “1”, “3”, “4” e “5”, pelas despesas elencadas no Anexo II desse relatório.

As despesas que não se enquadrem no conceito do parágrafo anterior são denominadas despesas primárias, responsáveis por financiar a oferta de serviços públicos à sociedade. A elas é atribuído código identificador “1”, “2”, “3” ou “6”, conforme, respectivamente, sua natureza obrigatória, discricionária, discricionária destinada a financiar o Programa de Aceleração do Crescimento – PAC e obrigatória decorrente de emendas individuais.

As despesas obrigatórias são aquelas nas quais o gestor público não possui discricionariedade quanto à determinação do seu montante, bem como ao momento de sua realização, por determinação legal ou constitucional. Por possuírem tais características, essas despesas são consideradas de execução obrigatória e necessariamente têm prioridade em relação às demais despesas, tanto no momento de elaboração do orçamento, quanto na sua execução. Para maior transparência e análise orçamentária, as despesas obrigatórias são classificadas com código identificador “1” ou “6” e estão listadas no Anexo III.

As despesas discricionárias, por sua vez, são aquelas que permitem ao gestor público flexibilidade quanto ao estabelecimento de seu montante, assim como quanto à oportunidade de sua execução. Tais despesas se referem às que não sejam financeiras ou obrigatórias. Essas despesas são classificadas com os códigos identificadores “2” e “3”.

O montante das despesas constantes do PAC, embora discricionárias, poderá ser deduzido da meta de resultado primário do Governo Central até o limite de R\$ 67,0 bilhões, daí a importância de diferenciá-lo do conjunto das outras despesas discricionárias, a partir do código identificador “3”. As ações pertencentes ao PAC no PLOA-2014 e classificadas com código identificador “3” estão listadas no Anexo IV.

PLDO 2014, Anexo II das Informações Complementares ao PLOA-2014.

I – Critérios utilizados para a discriminação, na programação de trabalho, do código identificador de resultado primário previsto no art. 7º, § 4º, desta Lei.

ANEXO I
RECEITAS FINANCEIRAS

Código	Descrição da Fonte
143	Títulos de Responsabilidade do Tesouro Nacional - Refinanciamento da Dívida Pública Mobiliária Federal
144	Títulos de Responsabilidade do Tesouro Nacional - Outras Aplicações
148	Operações de Crédito Externas - em Moeda
149	Operações de Crédito Externas - em Bens e/ou Serviços
152	Resultado do Banco Central
159	Recursos das Operações Oficiais de Crédito - Retorno de Refinanciamento de Dívidas de Médio e Longo Prazos
160	Recursos das Operações Oficiais de Crédito
164	Títulos da Dívida Agrária
169	Contribuição Patronal para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público
171	Recursos das Operações Oficiais de Crédito - Retorno de Operações de Crédito - BEA/BIB
173	Recursos das Operações Oficiais de Crédito - Retorno de Operações de Crédito - Estados e Municípios
180	Recursos Próprios Financeiros
188	Remuneração das Disponibilidades do Tesouro Nacional
246	Operações de Crédito Internas - em Moeda
280	Recursos Próprios Financeiros
293	Produto da Aplicação dos Recursos à Conta do Salário-Educação

PLDO 2014, Anexo II das Informações Complementares ao PLOA-2014.

I – Critérios utilizados para a discriminação, na programação de trabalho, do código identificador de resultado primário previsto no art. 7º, § 4º, desta Lei.

ANEXO II
DESPESAS FINANCEIRAS DE PESSOAL E OCC

Órgão / Ação	
	Pessoal e Encargos Sociais (Grupo de Natureza de Despesa = 1) - Diversos Órgãos
00G5	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais decorrente do Pagamento de Precatórios e Requisições de Pequeno Valor
00H7	Contribuição da União para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais decorrente do Provimento de Cargos e Funções e Reestruturação de Cargos e Carreiras e Revisão de Remunerações
09HB	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais
0Z00	Reserva de Contingência - Financeira
	22000 Ministério da Agricultura e do Abastecimento
20G1	Formação de Estoques Públicos com Produtos da Agricultura Familiar - AGF-AF
2130	Formação de Estoques Públicos - AGF
	25000 Ministério da Fazenda
0023	Cobertura do Resíduo resultante de Contratos firmados com o Sistema Financeiro da Habitação
0467	Cobertura de Sinistros do Seguro de Crédito FUNDHAB
0617	Remuneração de Agentes Financeiros pela Administração do FCVS, do Seguro de Crédito e do Seguro Habitacional
	38000 Ministério do Trabalho e Emprego
0158	Financiamento de Programas de Desenvolvimento Econômico a Cargo do BNDES
	42000 Ministério da Cultura
006A	Investimentos Retornáveis no Setor Audiovisual mediante Participação em Empresas e Projetos - Fundo Setorial do Audiovisual
	52000 Ministério da Defesa
00M5	Aquisição de Terrenos para Emprego em Empreendimentos Imobiliários destinados ao Pessoal da Marinha do Brasil
	71000 Encargos Financeiros da União
00J1	Promoção de Investimentos no Brasil e no Exterior: Fundo Social - FS
0605	Ressarcimento ao Gestor do Fundo Nacional de Desestatização (Lei nº 9.491, de 1997)
0809	Ressarcimento ao Gestor do Fundo de Amortização da Dívida Pública Mobiliária Federal - FAD (Lei nº 9.069, de 1995)
	74000 Operações Oficiais de Crédito
0012	Financiamentos ao Agronegócio Café (Lei nº 8.427, de 1992)
0021	Financiamento para Modernização da Gestão Administrativa e Fiscal dos Municípios
0029	Financiamento aos Setores Produtivos da Região Centro-Oeste
0030	Financiamento aos Setores Produtivos do Semiárido da Região Nordeste
0031	Financiamento aos Setores Produtivos da Região Nordeste
0061	Concessão de Crédito para Aquisição de Imóveis Rurais e Investimentos Básicos - Fundo de Terras
006C	Financiamento ao Setor Audiovisual - Fundo Setorial do Audiovisual - (Lei nº 11.437, de 2006)
00GY	Financiamento Imobiliário para o Pessoal da Marinha
00IG	Concessão de Financiamento Estudantil - FIES
00J4	Financiamento de Projetos para Mitigação e Adaptação à Mudança do Clima
00JE	Financiamento Imobiliário para o Pessoal da Aeronáutica
0118	Financiamentos à Marinha Mercante e à Indústria de Construção e Reparação Naval
0343	Programa de Incentivo à Redução da Presença do Setor Público Estadual na Atividade Bancária - PROES (MP nº 2.192, de 2001)
0353	Financiamento de Projetos do Setor Produtivo no âmbito do Fundo de Desenvolvimento da Amazônia (MP nº 2.157-5, de 24 de agosto de 2001)
0354	Concessão de Empréstimos para Liquidação de Operadoras de Planos Privados de Assistência à Saúde (Lei nº 9.961, de 2000)
0355	Financiamento de Projetos do Setor Produtivo no âmbito do Fundo de Desenvolvimento do Nordeste (MP nº 2.156-5, de 24 de agosto de 2001)
0427	Concessão de Crédito-Instalação às Famílias Assentadas
0454	Financiamento da Infraestrutura Turística Nacional
0461	Concessão de Empréstimos para Liquidação de Sociedades Seguradoras, Resseguradoras, Entidades de Previdência Complementar Aberta e Capitalização
0505	Financiamento a Projetos de Desenvolvimento de Tecnologias nas Telecomunicações
0534	Financiamento aos Setores Produtivos da Região Norte
0A81	Financiamento para a Agricultura Familiar - PRONAF (Lei nº 10.186, de 2001)
0A84	Financiamento para Promoção das Exportações - PROEX (Lei nº 10.184, de 2001)
0B85	Concessão de Financiamento a Empreendedores Culturais (Lei nº 8.313, de 1991)
0E83	Financiamento de Projetos do Setor Produtivo no âmbito do Fundo de Desenvolvimento do Centro-Oeste (Lei Complementar nº 129, de 8 de janeiro de 2009)
	90000 Reserva de Contingência
0Z00	Reserva de Contingência - Financeira

PLDO 2014, Anexo II das Informações Complementares ao PLOA-2014.

I – Critérios utilizados para a discriminação, na programação de trabalho, do código identificador de resultado primário previsto no art. 7º, § 4º, desta Lei.

ANEXO III
DESPESAS OBRIGATÓRIAS DE PESSOAL E OCC

Órgão / Ação / Fonte de Recursos*	
Benefícios ao Servidor - Diversos Órgãos	
2004	Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Cíveis, Empregados, Militares e seus Dependentes
212B	Outros Benefícios aos Servidores Cíveis, Empregados, Militares e seus Dependentes
Pessoal e Encargos Sociais - Diversos Órgãos (Exclusive Sentenças Judiciais)	
0053	Pagamento de Pessoal Inativo e Pensionistas dos Extintos Estados e Territórios
0054	Pagamento de Pessoal Inativo e Pensionistas do Estado do Mato Grosso (Art. 27 da Lei Complementar nº 31, de 1977)
0055	Pagamento de Pessoal Inativo e Pensionistas da Extinta via Férrea do Rio Grande do Sul - VIFER (Lei nº 3.887, de 1969)
009K	Complementação de Aposentadorias e Pensões da RFFSA
009T	Assistência Financeira para a Realização de Serviços Públicos de Saúde do Distrito Federal
00C5	Reestruturação de Cargos, Carreiras, Revisão de Remunerações e Proventos da Educação - Anualizações
00NR	Manutenção das Polícias Civil e Militar e do Corpo de Bombeiros do Distrito Federal
00NS	Pessoal Inativo e Pensionistas das Polícias Civil e Militar e do Corpo de Bombeiros do Distrito Federal
0179	Pagamento de Aposentadorias e Pensões - Militares das Forças Armadas
0181	Pagamento de Aposentadorias e Pensões - Servidores Cíveis
0312	Assistência Financeira para a Realização de Serviços Públicos de Educação do Distrito Federal
0397	Encargos Previdenciários com Aposentados e Pensionistas do Extinto Instituto de Previdência dos Congressistas - IPC
0536	Pensões Decorrentes de Legislação Especial e/ou Decisões Judiciais
0739	Indenização a Anistiados Políticos em Prestação Única ou em Prestação Mensal, Permanente e Continuada, nos termos da Lei nº 10.559, de 2002
08UQ	Quadro em Extinção dos Servidores Cíveis e Militares oriundos do Ex-Território Federal de Rondônia e do Estado de Rondônia (Lei nº 12.249, de 2010)
09IZ	Pagamento de Pessoal decorrente de Ingressos de Empregados, de Planos de Cargos e Empregos, de Acordos Coletivos/Dissídios, de Planos de Desligamento Voluntário e de Anistiados de que trata a Lei nº 8.878/94 - Empresas Estatais
0C01	Pagamento de Valores Retroativos a Anistiados Políticos nos termos da Lei nº 11.354, de 19/10/2006
0C04	Provento de Cargos e Funções e Reestruturação de Cargos, Carreiras e Revisão de Remunerações
0Z01	Reserva de Contingência Fiscal - Primária
20TP	Pagamento de Pessoal Ativo da União
2867	Pagamento de Pessoal Ativo Militar das Forças Armadas
2C11	Apoio Técnico e Administrativo à Equipe de Transição de Governo
4269	Pleitos Eleitorais
Sentenças e Precatórios - Diversos Órgãos	
0005	Cumprimento de Sentença Judicial Transitada em Julgado (Precatórios)
0022	Cumprimento de Sentenças Judiciais Devidas por Empresas Estatais
0625	Cumprimento de Sentença Judicial Transitada em Julgado de Pequeno Valor
0734	Pagamento de Indenização a Vítimas de Violação das Obrigações Contraídas pela União por Meio da Adesão a Tratados Internacionais de Proteção dos Direitos Humanos
Diversos Órgãos	
0536	Benefícios de Legislação Especial
12000 Justiça Federal	
4224	Assistência Jurídica a Pessoas Carentes
14000 Justiça Eleitoral	
0413	Manutenção e Operação dos Partidos Políticos
15000 Justiça do Trabalho	
4224	Assistência Jurídica a Pessoas Carentes
16000 Justiça do Distrito Federal e dos Territórios	
4224	Assistência Jurídica a Pessoas Carentes
26000 Ministério da Educação	
0515	Dinheiro Direto na Escola para a Educação Básica
0920	Concessão de Bolsa para Equipes de Alfabetização
0969	Apoio ao Transporte Escolar na Educação Básica
0E36	Complementação da União ao Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação - FUNDEB
8744	Apoio à Alimentação Escolar na Educação Básica (PNAE)
8790	Apoio à Alfabetização e à Educação de Jovens e Adultos
29000 Defensoria Pública da União	
2725	Prestação de Assistência Jurídica ao Cidadão

PLDO 2014, Anexo II das Informações Complementares ao PLOA-2014.

I – Critérios utilizados para a discriminação, na programação de trabalho, do código identificador de resultado primário previsto no art. 7º, § 4º, desta Lei.

**ANEXO III
DESPESAS OBRIGATÓRIAS DE PESSOAL E OCC**

Órgão / Ação / Fonte de Recursos*	
32000	Ministério de Minas e Energia
00NY	Transferência de Recursos para a Conta de Desenvolvimento Energético (Lei nº 10.438, de 26 de abril de 2002)
0264	Subvenção Econômica aos Consumidores Finais de Baixa Renda do Sistema Elétrico Nacional Interligado (Lei nº 10.604, de 2002)
0378	Subsídio para Redução da Tarifa de Transporte do Gás Natural (Lei nº 10.604, de 2002)
33000	Ministério da Previdência Social
009W	Compensação Previdenciária
0E81	Benefícios Previdenciários Urbanos
0E82	Benefícios Previdenciários Rurais
36000	Ministério da Saúde
20AB	Incentivo Financeiro aos Estados, Distrito Federal e Municípios para Execução de Ações de Vigilância Sanitária
20AC	Incentivo Financeiro às ações de vigilância, prevenção e controle das DST/AIDS e Hepatites Virais
20AD	Piso de Atenção Básica Variável - Saúde da Família
20AE	Promoção da Assistência Farmacêutica e Insumos Estratégicos na Atenção Básica em Saúde
20AI	Auxílio-Reabilitação Psicossocial aos Egressos de Longas Internações Psiquiátricas no Sistema Único de Saúde (De Volta Pra Casa)
20AL	Incentivo Financeiro aos Estados, Distrito Federal e Municípios para a Vigilância em Saúde
20YE	Imunobiológicos e Insumos para Prevenção e Controle de Doenças
4368	Promoção da Assistência Farmacêutica e Insumos para Programas de Saúde Estratégicos
4370	Atendimento à População com Medicamentos para Tratamento dos Portadores de HIV/AIDS e outras Doenças Sexualmente Transmissíveis
4705	Apoio Financeiro para Aquisição e Distribuição de Medicamentos do Componente Especializado da Assistência Farmacêutica
8573	Expansão e Consolidação da Estratégia de Saúde da Família
8577	Piso de Atenção Básica Fixo
8585	Atenção à Saúde da População para Procedimentos em Média e Alta Complexidade
38000	Ministério do Trabalho e Emprego
00H4	Seguro Desemprego
0581	Abono Salarial
39000	Ministério dos Transportes
0095	Ressarcimento às Empresas Brasileiras de Navegação
44000	Ministério do Meio Ambiente
00LX	Transferência dos Recursos da Cobrança às Agências de Águas (Leis nº 9.433/1997 e nº 10.881/2004).
12DS	Construção de Prédio Anexo ao Bloco M da Agência Nacional de Águas
20WI	Implementação da Política Nacional de Recursos Hídricos
	Ações financiadas com as fontes de recursos 116 e 183.
47000	Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão
0739	Indenização a Anistiados Políticos em Prestação Única ou em Prestação Mensal, Permanente e Continuada, nos termos da Lei nº 10.559, de 2002
0C01	Pagamento de Valores Retroativos a Anistiados Políticos nos termos da Lei nº 11.354, de 19/10/2006
49000	Ministério do Desenvolvimento Agrário
0359	Contribuição ao Fundo Garantia-Safra (Lei nº 10.420, de 2002)
51000	Ministério do Esporte
00H0	Transferências à Confederação Brasileira de Clubes - CBC e a Clubes Sociais
52000	Ministério da Defesa
00H0	Concessão de Bolsa Educação Especial aos Dependentes dos Militares das Forças Armadas, falecidos no Haiti (Lei nº 12.257, de 15 de Junho de 2010)
0A07	Concessão de Bolsa - Educação Especial aos Dependentes das Vítimas do Acidente de Alcântara (Lei nº 10.821, de 18 de dezembro de 2003)
0A08	Concessão de Bolsa - Educação Especial (Artigo 5º da Lei nº 10.821, de 18 de dezembro de 2003)
212O	Movimentação de Militares
2865	Manutenção e Suprimento de Fardamento
55000	Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome
00H5	Benefícios de Prestação Continuada (BPC) e da Renda Mensal Vitalícia (RMV) à Pessoa Idosa
00IN	Benefícios de Prestação Continuada (BPC) à Pessoa com Deficiência e da Renda Mensal Vitalícia (RMV) à Pessoa com Invalidez

PLDO 2014, Anexo II das Informações Complementares ao PLOA-2014.

I – Critérios utilizados para a discriminação, na programação de trabalho, do código identificador de resultado primário previsto no art. 7º, § 4º, desta Lei.

ANEXO III
DESPESAS OBRIGATÓRIAS DE PESSOAL E OCC

Órgão / Ação / Fonte de Recursos*	
8442	Transferência de Renda Diretamente às Famílias em Condição de Pobreza e Extrema Pobreza (Lei nº 10.836, de 2004)
8446	Serviço de Apoio à Gestão Descentralizada do Programa Bolsa Família
64000	Secretaria de Direitos Humanos
0734	Pagamento de Indenização a Vítimas de Violação das Obrigações Contraídas pela União por Meio da Adesão a Tratados Internacionais de Proteção
71000	Encargos Financeiros da União
000K	Subvenção Econômica em Operações de Financiamento de que tratam as Leis nº 12.096/09 e 12.409/11
00EF	Subvenção Econômica em Operações de Financiamento para Infraestrutura em Projetos de Habitação Popular (Lei nº 11.977, de 2009)
00FS	Subvenção parcial à Remuneração por Cessão de Energia Elétrica de Itaipu (Decreto nº 7.506, de 2011)
00LI	Compensação ao Fundo do Regime Geral de Previdência Social – FRGPS (Lei nº 12.546, de 2011)
00M3	Subvenção Econômica nas Operações de Financiamento ao Setor Produtivo para o Desenvolvimento Regional (Lei nº 12.712, de 2012)
00O1	Ressarcimento ao Fundo de Apoio ao Desenvolvimento Social - FAS de Obrigações do ex-Território Federal de Roraima
00OB	Auxílio à Conta de Desenvolvimento Energético (Medida Provisória nº 615, de 17 de maio de 2013)
0265	Indenizações e Restituições relativas ao Programa de Garantia da Atividade Agropecuária - PROAGRO (Lei nº 8.171, de 1991)
73000	Transferências a Estados, Distrito Federal e Municípios
0044	Fundo de Participação dos Estados e do Distrito Federal - FPE (CF, art.159)
0045	Fundo de Participação dos Municípios - FPM (CF, art.159)
0046	Transferência da Cota-Parte dos Estados e DF Exportadores na Arrecadação do IPI (CF, Art. 159)
006M	Transferência do Imposto Territorial Rural
00FM	Assistência Médica e Odontológica às Polícias Civil e Militar e ao Corpo de Bombeiros do Distrito Federal
00H6	Transferência do Imposto sobre Operações Financeiras Incidentes sobre o Ouro (Lei nº 7.766, de 1989)
00NR	Manutenção das Polícias Civil e Militar e do Corpo de Bombeiros do Distrito Federal
00NT	Outros Benefícios das Polícias Civil e Militar e do Corpo de Bombeiros do Distrito Federal
00O3	Auxílio Financeiro aos Municípios
0169	Transferência de Concursos de Prognósticos (Lei nº 9.615, de 1998)
0223	Transferência de Cotas-Partes da Compensação Financeira - Tratado de ITAIPU (Lei nº 8.001, de 1990 - Art.1º)
0312	Assistência Financeira para a Realização de Serviços Públicos de Educação do Distrito Federal
0369	Transferência da Cota-Parte do Salário-Educação (Lei nº 9.424, de 1996 - Art. 15)
0546	Transferências de Cotas-Partes da Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos para fins de Geração de Energia Elétrica (Lei nº 8.001, de 1990 - Art.1º)
0547	Transferências de Cotas-Partes da Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais (Lei nº 8.001, de 1990 - Art.2º)
0A53	Transferências das Participações pela Produção de Petróleo e Gás Natural (Lei nº 9.478, de 1997)
0C33	Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação - FUNDEB
74000	Operações Oficiais de Crédito
009J	Subvenção Econômica nos Financiamentos destinados à Reestruturação Produtiva e às Exportações (Lei nº 11.529, de 2007).
00EI	Subvenção Econômica nas Operações de Financiamento para a Estocagem de Alcool Combustível e para Renovação e Implantação de Canaviais (Lei nº 12.666, de 2012)
00GW	Subvenção Econômica para Garantia e Sustentação de Preços na Comercialização de Produtos da Agricultura Familiar (Lei nº 8.427, de 1992)
00GZ	Subvenção Econômica nas Aquisições do Governo Federal de Produtos da Agricultura Familiar e na Formação de Estoques Reguladores e Estratégicos - AGF-AF (Lei nº 8.427, de 1992)
00JO	Subvenção Econômica em Operações de Microcrédito Produtivo Orientado (Lei nº 11.110, de 2005, e MP nº 543, de 2011)
0267	Subvenção Econômica para Promoção das Exportações – PROEX (Lei nº 10.184, de 2001)
0281	Subvenção Econômica para a Agricultura Familiar - PRONAF (Lei nº 8.427, de 1992)
0294	Subvenção Econômica nas Operações de Custeio Agropecuário (Lei nº 8.427, de 1992)
0297	Subvenção Econômica para Recuperação da Lavoura Cacaueira Baiana (Leis nº 9.126, de 1995 e nº 10.186, de 2001)
0298	Subvenção Econômica em Operações de Comercialização de Produtos Agropecuários (Lei nº 8.427, de 1992)
0299	Subvenção Econômica nas Aquisições do Governo Federal e na Formação de Estoques Reguladores e Estratégicos - AGF (Lei nº 8.427, de 1992)
0300	Subvenção Econômica para Garantia e Sustentação de Preços na Comercialização de Produtos Agropecuários (Lei nº 8.427, de 1992)
0301	Subvenção Econômica em Operações de Investimento Rural e Agroindustrial (Lei nº 8.427, de 1992)
0373	Equalização de Juros e Bônus de Adimplência no Alongamento de Dívidas Originárias do Crédito Rural (Leis nº 9.138, de 1995 e nº 9.866, de 1999)
0611	Subvenção Econômica para Operações decorrentes do Alongamento da Dívida do Crédito Rural (Lei nº 9.866, de 1999)
0A27	Equalização de Juros nos Financiamentos ao Agronegócio Café (Lei nº 8.427, de 1992)
0E85	Subvenção Econômica em Operações de Financiamento para a Aquisição de Bens e Serviços de Tecnologia Assistiva Destinados a Pessoas com Deficiência (Lei nº 12.613, de 2012)

PLDO 2014, Anexo II das Informações Complementares ao PLOA-2014.

I – Critérios utilizados para a discriminação, na programação de trabalho, do código identificador de resultado primário previsto no art. 7º, § 4º, desta Lei.

ANEXO III
DESPESAS OBRIGATÓRIAS DE PESSOAL E OCC

Órgão / Ação / Fonte de Recursos*

* A fonte de recursos é critério identificador de despesa obrigatória somente no âmbito do Ministério do Meio Ambiente (todas as ações financiadas com as

PLDO 2014, Anexo II das Informações Complementares ao PLOA-2014.

I – Critérios utilizados para a discriminação, na programação de trabalho, do código identificador de resultado primário previsto no art. 7º, § 4º, desta Lei.

ANEXO IV
PROGRAMA DE ACELERAÇÃO DO CRESCIMENTO - PAC

Órgão / Ação	
26000	Ministério da Educação
0E53	Apoio ao Transporte Escolar para a Educação Básica - Caminho da Escola
12KU	Implantação de Escolas para Educação Infantil
12KV	Implantação e Adequação de Estruturas Esportivas Escolares
20RP	Infraestrutura para a Educação Básica
32000	Ministério de Minas e Energia
13E5	Aquisição de Direitos de Exploração de Recursos Minerais Marinhos
2050	Serviços de Geologia e Geofísica aplicados à Prospecção de Petróleo e Gás Natural
20L9	Informações de Alerta de Cheias e Inundações
20LA	Mapeamento Geológico-geotécnico em Municípios Críticos com Relação a Riscos Geológicos
20LC	Levantamentos Geológicos Marinhos
20LF	Estudos de Inventário e Viabilidade para Expansão da Geração Hidrelétrica
20LG	Estudos de Expansão de Transmissão de Energia Elétrica
20LH	Estudos para Expansão da Malha de Gasodutos
211G	Elaboração de Estudos e Projetos visando à Implantação de Zonas de Processamento e Transformação Mineral - ZPTM
2397	Levantamentos Hidrogeológicos
2398	Levantamentos Geológicos
2399	Avaliação dos Recursos Minerais do Brasil
2B51	Gestão da Informação Geológica
2B53	Produção Laboratorial de Análises Minerais - LAMIN
2D62	Levantamentos da Geodiversidade
2D84	Levantamentos Geoquímicos
4872	Levantamentos Aerogeofísicos
7112	Avaliação dos Recursos Não-Vivos da Zona Econômica Exclusiva (ZEE)
8785	Gestão e Coordenação do Programa de Aceleração do Crescimento - PAC
36000	Ministério da Saúde
10GD	Implantação e Melhoria de Sistemas Públicos de Abastecimento de Água em Municípios de até 50.000 Habitantes, Exclusive de Regiões Metropolitanas ou Regiões Integradas de Desenvolvimento Econômico (RIDE)
10GE	Implantação e Melhoria de Sistemas Públicos de Esgotamento Sanitário em Municípios de até 50.000 Habitantes, Exclusive de Regiões Metropolitanas ou Regiões Integradas de Desenvolvimento Econômico (RIDE)
12L4	Implantação, Construção e Ampliação de Unidades de Pronto Atendimento - UPA
12L5	Construção e Ampliação de Unidades Básicas de Saúde - UBS
7656	Implantação, Ampliação ou Melhoria de Ações e Serviços Sustentáveis de Saneamento Básico em Pequenas Localidades, Comunidades Rurais, Tradicionais e Especiais para Prevenção e Controle de Doenças e Agravos
39000	Ministério dos Transportes
00O7	Recomposição do Equilíbrio Econômico - Financeiro do Contrato de Concessão da BR-040 - Rio de Janeiro/RJ - Juiz de Fora/MG
00O8	Recomposição do Equilíbrio Econômico - Financeiro do Contrato de Concessão da Ponte Rio - Niterói/RJ
00O9	Recomposição do Equilíbrio Econômico - Financeiro do Contrato de Concessão da Rodovia Presidente Dutra/SP
00OA	Recomposição do Equilíbrio Econômico - Financeiro do Contrato de Concessão - EF-364/SP
105S	Adequação de Trecho Rodoviário - Divisa SE/BA - Entroncamento BR-324 - na BR-101/BA
105T	Adequação de Trecho Rodoviário - Divisa RN/PB - Divisa PB/PE - na BR-101/PB
108X	Implantação de Postos de Pesagem
10IW	Construção de Trecho Rodoviário - Itacarambi - Divisa MG/BA - na BR-135/MG
10IX	Adequação de Trecho Rodoviário - Entroncamento BR-116/259/451 (Governador Valadares) - Entroncamento MG-020 - na BR-381/MG
10JQ	Adequação de Trecho Rodoviário - São Francisco do Sul - Jaraguá do Sul - na BR-280/SC
10KK	Construção de Trecho Rodoviário - Entroncamento BR-163 (Sorriso) - Entroncamento BR-158 (Ribeirão Cascalheira) - na BR-242/MT
10KR	Construção de Trecho Rodoviário - Divisa PA/TO - Altamira - na BR-230/PA
10KT	Construção de Acesso Rodoviário ao Porto de Salvador/BA
10KV	Adequação de Trecho Rodoviário - Estância Velha - Dois Irmãos - na BR-116/RS
10L1	Adequação de Trecho Rodoviário - Rondonópolis - Cuiabá - Posto Gil - na BR-163/MT
10L3	Adequação de Trecho Rodoviário - Cauaia - Entroncamento Acesso ao Porto de Pecém - na BR-222/CE
10L7	Construção de Trecho Rodoviário - Porto Alegre - Esteio - Sapucaia - na BR-448/RS
10M9	Adequação de Trecho Rodoviário - Tabaí - Estrela - na BR-386/RS

PLDO 2014, Anexo II das Informações Complementares ao PLOA-2014.

I – Critérios utilizados para a discriminação, na programação de trabalho, do código identificador de resultado primário previsto no art. 7º, § 4º, desta Lei.

ANEXO IV
PROGRAMA DE ACELERAÇÃO DO CRESCIMENTO - PAC

Órgão / Ação	
10MK	Desapropriação de Área para Construção da Ferrovia Transnordestina
10UL	Construção de Contorno Rodoviário - Betim - Ravena (Trecho Norte) - na BR-381/MG
110I	Construção de Trecho Rodoviário - Altamira - Rurópolis - na BR-230/PA
110O	Construção da Segunda Ponte sobre o Rio Paraná (Binacional) - na BR-277/PR
110Q	Adequação de Trecho Rodoviário - Pedra Branca - Divisa SE/AL - na BR-101/SE
110R	Adequação de Trecho Rodoviário - Divisa BA/SE - Entroncamento BR-235 - na BR-101/SE
110S	Melhoramentos no Canal de Navegação da Hidrovia dos Rios Paraná e Paraguai
111D	Construção de Trecho Rodoviário - Entroncamento BR-163 (Campo Verde) - Miritituba - na BR-230/PA
111J	Construção de Trecho Rodoviário - Entroncamento RN-078 - Divisa RN/CE - na BR-226/RN
112N	Construção de Ponte sobre o Rio Jaguarão (Fronteira Brasil/Uruguai) - na BR-116/RS
113K	Adequação de Ponte sobre Rio Jaguaribe em Aracati - na BR-304/CE
113V	Construção de Contorno Rodoviário em Mossoró - na BR-304/RN
113Y	Construção de Trecho Rodoviário - Entroncamento BR-364 - Entroncamento RO-478 (Fronteira Brasil/Bolívia) (Costa Marques) - na BR-429/RO
116E	Construção da Ferrovia Norte-Sul - Anápolis - Uruaçu - GO
116X	Construção da Ferrovia Norte-Sul - Palmas/TO - Uruaçu/GO
11H1	Adequação de Ramal Ferroviário em Barra Mansa - EF-222/RJ
11VA	Construção de Trecho Rodoviário - Divisa PA/MT - Ribeirão Cascalheira - na BR-158/MT
11WB	Construção de Contorno Rodoviário em Cachoeiro de Itapemirim - na BR-482/ES
11Z7	Adequação de Travessia Urbana em Vilhena - na BR-364/RO
11ZC	Adequação de Travessia Urbana em Uberaba - na BR-262/MG
11ZD	Construção da Ferrovia Norte-Sul - Ouroeste - Estrela D'Oeste - SP
11ZE	Construção da Ferrovia de Integração Oeste-Leste - Ilhéus - Caetité - BA
11ZH	Construção da Ferrovia Norte-Sul - Ouroverde de Goiás - São Simão - GO
11ZI	Construção da Ferrovia Norte-Sul - Santa Vitória - Iturama - MG
11ZT	Ferrovia Transnordestina - Participação da União
1208	Adequação de Trecho Rodoviário - Palhoça - Divisa SC/RS - na BR-101/SC
1214	Adequação de Trecho Rodoviário - Rio Grande - Pelotas - na BR-392/RS
123M	Melhoramentos no Canal de Navegação da Hidrovia do Rio Tocantins
123S	Construção de Anel Rodoviário em Campo Grande - nas BRs 060/163/262/MS
123U	Adequação de Trecho Rodoviário - Entroncamento BR-116 (p/Guaíba) - Entroncamento BR-471 (Pântano Grande) - na BR-290/RS
1248	Construção de Trecho Rodoviário - Manaus - Divisa AM/RO - na BR-319/AM
124G	Construção da Ferrovia de Integração Oeste-Leste - Caetité - Barreiras - BA
126R	Adequação de Ponte Internacional sobre o Rio Oiapoque (Fronteira Brasil/Guiana Francesa) - na BR-156/AP
1276	Construção de Contorno Rodoviário em São Francisco do Sul - EF-485/SC
127G	Construção de Terminais Fluviais na Região Norte
127H	Adequação de Trecho Rodoviário - Estiva - Entroncamento BR-402/MA (Bacabeira) - na BR-135/MA
127L	Adequação de Travessia Urbana em Unaí - na BR-251/MG
128D	Estudos para a Implantação do Trem de Alta Velocidade - TAV
128W	Construção de Trecho Rodoviário - Campo Mourão - Palmital - na BR-158/PR
12ER	Adequação de Contorno Rodoviário em Vitória - na BR-101/ES
12H0	Adequação de Travessia Urbana em Ouro Preto do Oeste - na BR-364/RO
12HH	Adequação de Travessia Urbana em Presidente Médici - na BR-364/RO
12HL	Melhoramentos no Canal de Navegação da Hidrovia do Rio Madeira
12HY	Melhoramentos no Canal de Navegação da Hidrovia do Rio Tapajós
12IW	Adequação de Trecho Rodoviário - Ilhéus - Itabuna - na BR-415/BA
12IX	Adequação de Travessia Urbana em Luís Eduardo Magalhães - na BR-242/BA
12J1	Melhoramentos no Canal de Navegação da Hidrovia do São Francisco
12JG	Construção de Trecho Rodoviário - Entroncamento BA-460 - Divisa BA/TO - na BR-242/BA
12JL	Adequação de Trecho Rodoviário - Cascavel - Guaíra - na BR-163/PR
12JP	Apoio à Construção do Rodoanel - Trecho Norte/SP
12JT	Adequação de Trecho Rodoviário - Areia Branca - Divisa RN/PB - na BR-110/RN
12JU	Adequação de Trecho Rodoviário - Entroncamento Acesso ao Porto de Pecém - Sobral - na BR-222/CE
12JV	Construção de Contorno Rodoviário em Anápolis - na BR-153/GO
12JW	Construção de Trecho Rodoviário - Entroncamento BR-376 - Entroncamento BR-373 - na BR-153/PR
12KB	Construção de Contorno Rodoviário em Itaperuna - na BR-356/RJ
12KF	Adequação de Trecho Rodoviário - São Miguel do Oeste - Divisa SC/PR - na BR-163/SC
12KG	Adequação de Travessia Urbana em Santa Maria - nas BRs 158/287/RS

PLDO 2014, Anexo II das Informações Complementares ao PLOA-2014.

I – Critérios utilizados para a discriminação, na programação de trabalho, do código identificador de resultado primário previsto no art. 7º, § 4º, desta Lei.

ANEXO IV
PROGRAMA DE ACELERAÇÃO DO CRESCIMENTO - PAC

Órgão / Ação	
12KY	Construção de Contorno Rodoviário em Cuiabá - nas BRs 070/163/364/MT
12L0	Construção de Trecho Rodoviário - Entroncamento PR-160 (Paulo Frontin) - Entroncamento BR-476 - na BR-153/PR
12MK	Construção de Contorno Rodoviário em Campina Grande - na BR-230/PB
1304	Adequação de Trecho Rodoviário - Divisa MG/SP - Divisa MG/GO - na BR-050/MG
1310	Adequação de Trecho Rodoviário - Aparecida de Goiânia - Itumbiara - na BR-153/GO
13E8	Construção da Ferrovia Norte-Sul - Estrela D
13EB	Construção da Ferrovia do Pantanal - Panorama/SP - Dourados/MS
13ED	Construção da Ferrovia de Integração Centro-Oeste - Campinorte/GO - Lucas do Rio Verde/MT
13LJ	Melhoramentos no Canal de Navegação da Hidrovia do Rio Amazonas
13SL	Construção de Trecho Rodoviário - Divisa PE/AL (Inajá) - Entroncamento BR-423 (Carié) - na BR-316/AL
13WQ	Construção de Trecho Rodoviário - Entroncamento MG-114 - Minas Novas - na BR-367/MG
13X5	Adequação de Travessia Urbana em Imperatriz - na BR-010/MA
13X6	Adequação de Trecho Rodoviário - Pacajús - Boqueirão do Cesário - na BR-116/CE
13X7	Adequação de Trecho Rodoviário - Divisa PE/BA (Ibó) - Feira de Santana - na BR-116/BA
13X9	Adequação de Trecho Rodoviário - Entroncamento BR-367 (Eunápolis) - Entroncamento BR-418 (Posto da Mata) - na BR-101/BA
13XG	Construção de Trecho Rodoviário - Divisa BA/MG (Salto da Divisa) - Entroncamento MG-406 (Almenara) - na BR-367/MG
13XJ	Adequação de Trecho Rodoviário - Entroncamento BR-494/MG-423 (Nova Serrana) - Uberaba - na BR-262/MG
13XL	Adequação de Trecho Rodoviário - Divisa PB/PE - Santa Cruz do Capibaribe - na BR-104/PE
13XP	Adequação de Trecho Rodoviário - Acesso Mangaratiba - Divisa RJ/SP - na BR-101/RJ
13XQ	Construção de Trecho Rodoviário - Divisa GO/MT - Entroncamento BR-158/242 (Vila Ribeirão Bonito) - na BR-080/MT
13XW	Adequação de Travessia Urbana em Lages - na BR-282/SC
13XZ	Construção do Contorno Rodoviário Norte em Porto Velho - na BR-319/RO
13Y0	Adequação da Via Expressa de Florianópolis - na BR-282/SC
13Y2	Adequação de Trecho Rodoviário - Divisa RJ/SP - Praia Grande - na BR-101/SP
13Y5	Adequação de Trecho Rodoviário - Entroncamento BR-158 (Redenção) - Entroncamento BR-222 (Marabá) - na BR-155/PA
13YK	Construção de Trecho Rodoviário - Laranjal do Jari - Entroncamento BR-210/AP-030 - na BR-156/AP
13YM	Adequação de Trecho Rodoviário - Barragem do Bacanga - Entroncamento Itaqui/Bacanga - na BR-135/MA
1418	Construção de Trecho Rodoviário - Ferreira Gomes - Oiapoque (Fronteira com a Guiana Francesa) - na BR-156/AP
1422	Construção de Trecho Rodoviário - Sena Madureira - Cruzeiro do Sul - na BR-364/AC
1428	Construção de Trecho Rodoviário - Boca do Acre - Divisa AM/AC - na BR-317/AM
1490	Construção de Trecho Rodoviário - Divisa MT/PA - Santarém - na BR-163/PA
14KV	Apoio à Implantação de Melhoramentos no Canal de Navegação da Hidrovia do Rio Tietê/SP
14L8	Adequação de Trecho Rodoviário - Posto Gil - Sinop - na BR-163/MT
14LV	Adequação de Travessia Urbana em Juazeiro - nas BRs 235/407/BA
14PC	Construção da Segunda Ponte sobre o Rio Guaíba - nas BRs 116/290/RS
14UV	Adequação de Trecho Rodoviário - Entroncamento BR-402/MA (Bacabeira) - Miranda do Norte - na BR-135/MA
14X0	Adequação de Trecho Rodoviário - Entroncamento BR-232 (São Caetano) - Entroncamento BR-424/PE-218 (Garanhuns) - na BR-423/PE
14X1	Construção de Viaduto Rodoviário em Maceió (viaduto PRF) - no Entroncamento das BRs 104/316/AL
14X3	Construção do Arco Rodoviário Metropolitano de Recife - na BR-101/PE
14X6	Recuperação de Áreas Degradadas - Ferrovia Norte-Sul
14YA	Construção do Contorno Rodoviário Norte da Região Metropolitana de Porto Alegre - nas BRs 116/448/RS
14YB	Construção de Trecho Rodoviário - Santa Maria - Santo Ângelo - na BR-392/RS
14YC	Adequação de Trecho Rodoviário - Entroncamento BR-226 - Divisa RN/CE - na BR-304/RN
150T	Construção do Anel Rodoviário de Uberaba - na BR-262/MG
151V	Adequação de Contorno Rodoviário em Feira de Santana - nas BRs 116/324/BA
1558	Adequação de Trecho Rodoviário - Fortaleza - Pacajus - na BR-116/CE
1B99	Construção de Trecho Rodoviário - Divisa BA/PI - São Raimundo Nonato - na BR-020/PI
1C09	Construção de Trecho Rodoviário - São Desidério - Divisa BA/MG - na BR-135/BA
1D02	Construção de Ponte sobre o Rio Madeira, no Distrito de Abunã, em Porto Velho - na BR-364/RO
1D48	Modernização do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes
1D70	Construção de Trecho Rodoviário - Ventania - Alto do Amparo - na BR-153/PR
1K17	Construção de Contorno Rodoviário - Entroncamento BR-040 - Entroncamento BR-116 - Entroncamento BR-101 - Porto de Sepetiba - na BR-493/RJ
1K23	Adequação de Trecho Rodoviário - Entroncamento BR-050 - Entroncamento BR-153 - na BR-365/MG
1K24	Construção de Contorno Ferroviário em Joinville - EF-485/SC
1K25	Construção de Variante Ferroviária em Camaçari - EF-431/BA
1K53	Obras Complementares no Trecho Rodoviário - Entroncamento RS-326 (P/Ivoti) - Ponte Rio Guaíba - na BR-116/RS

PLDO 2014, Anexo II das Informações Complementares ao PLOA-2014.

I – Critérios utilizados para a discriminação, na programação de trabalho, do código identificador de resultado primário previsto no art. 7º, § 4º, desta Lei.

ANEXO IV
PROGRAMA DE ACELERAÇÃO DO CRESCIMENTO - PAC

Órgão / Ação	
2036	Controle de Velocidade na Malha Rodoviária Federal
20LJ	Manutenção e Operação da Malha Ferroviária da EF-151 - Ferrovia Norte-Sul
20UA	Estudos, Projetos e Planejamento de Infraestrutura de Transportes (Programa de Aceleração do Crescimento)
20VI	Manutenção de Trechos Rodoviários na Região Centro-Oeste
20VJ	Manutenção de Trechos Rodoviários na Região Nordeste
20VK	Manutenção de Trechos Rodoviários na Região Norte
20VL	Manutenção de Trechos Rodoviários na Região Sudeste
20VM	Manutenção de Trechos Rodoviários na Região Sul
2325	Operação do Sistema de Pesagem de Veículos
3766	Adequação de Trecho Rodoviário - Divisa SC/RS - Osório/RS - na BR-101/RS
3E49	Adequação de Acesso Rodoviário ao Porto de Itaguaí - na BR-101/RJ
3E50	Adequação de Trecho Rodoviário - Entroncamento BR-101 (Manilha) - Entroncamento BR-116 (Santa Guilhermina) - na BR-493/RJ
3E56	Adequação de Acesso Rodoviário ao Porto de Itajaí - na BR-101/SC
5E15	Construção de Trecho Rodoviário - Peixe - Paranã - Taguatinga - na BR-242/TO
5E83	Construção da Ferrovia Norte-Sul - Aguiarnópolis - Palmas - TO
7152	Construção de Trecho Rodoviário - Entroncamento MG-170 (Ilicínea) - Entroncamento BR-491/MG-050 (São Sebastião do Paraíso) - na BR-265/MG
7242	Construção de Trecho Rodoviário - Cantá - Novo Paraíso - na BR-432/RR
7435	Adequação de Trecho Rodoviário - Divisa PB/PE - Divisa PE/AL - na BR-101/PE
7441	Construção de Trecho Rodoviário - Jerumenha - Bertolínia - Eliseu Martins - na BR-135/PI
7474	Construção de Trecho Rodoviário - Caravelas - Entroncamento BR-101 - na BR-418/BA
7530	Adequação de Trecho Rodoviário - Navegantes - Rio do Sul - na BR-470/SC
7542	Adequação de Trecho Rodoviário - Brasília - Divisa DF/GO - na BR-060/DF
7624	Adequação de Trecho Rodoviário - Divisa AL/PE - Divisa AL/SE - na BR-101/AL
7626	Adequação de Trecho Rodoviário - Natal - Divisa RN/PB - na BR-101/RN
7630	Adequação de Trecho Rodoviário - Santa Cruz - Mangaratiba - na BR-101/RJ
7E79	Construção de Trecho Rodoviário - Uruaçu - Divisa GO/MT - na BR-080/GO
7E87	Construção de Trecho Rodoviário - Entroncamento BR-153 - Divisa MG/GO - na BR-364/MG
7E90	Adequação de Trecho Rodoviário - Carpina - Entroncamento BR-232 - na BR-408/PE
7F51	Construção de Trecho Rodoviário - Divisa PI/BA - Divisa BA/SE - na BR-235/BA
7G16	Construção de Trecho Rodoviário - Entroncamento BR-040 - Entroncamento BR-267 - na BR-440/MG
7G66	Adequação de Trecho Rodoviário - Campina Grande - Divisa PB/PE - na BR-104/PB
7I40	Adequação de Trecho Rodoviário - Goiânia - Jataí - na BR-060/GO
7I74	Construção de Contorno Rodoviário em Chapecó - na BR-480/SC
7I84	Construção de Ponte sobre o Rio Madeira em Porto Velho - na BR-319/RO
7K18	Construção de Ponte sobre o Rio Paraná - Três Lagoas (MS) - Castilho (SP) - na BR-262
7K23	Construção de Trecho Rodoviário - Porto Camargo - Campo Mourão - na BR-487/PR
7L03	Adequação de Anel Rodoviário em Fortaleza/CE
7L04	Adequação de Trecho Rodoviário - Porto Alegre - Pelotas - na BR-116/RS
7L92	Construção de Ponte sobre o Rio Araguaia em Xambioá - na BR-153/TO
7M52	Melhoramentos no Canal de Navegação do Corredor do Mercosul
7M63	Adequação de Trecho Rodoviário - km 714 - km 725 - na BR-364/RO
7M65	Construção de Trecho Rodoviário - Lagoa Vermelha - Barracão - na BR-470/RS
7M66	Construção de Trecho Rodoviário - Bom Jesus - Divisa RS/SC - na BR-285/RS
7M69	Adequação de Trecho Rodoviário - Formosa/GO - Sobradinho/DF - na BR-020
7M71	Adequação de Trecho Rodoviário - BR-101 (Km 15,5) - Divisa ES/MG (Km 195,9) - na BR-262/ES
7M76	Adequação de Trecho Rodoviário - Divisa MS/MT - Divisa MT/PA - na BR-163/MT
7M81	Construção de Trecho Rodoviário - Patos de Minas - Araxá - Divisa MG/SP - na BR-146/MG
7M83	Adequação de Trecho Rodoviário - Entroncamento BR-040 (Km 669,2) - Contorno Montes Claros - Trevo Mirabela (km 289,4) - na BR-135/MG
7M88	Adequação de Trecho Rodoviário - Entroncamento PE-160 - Entroncamento PE-149 (Km 19,8 ao 71,2) - na BR-104/PE
7M91	Construção de Contorno Rodoviário em Maringá - na BR-376/PR
7M92	Construção de Contorno Rodoviário em Cascavel - nas BRs 163/277/467/369/PR
7M95	Adequação do Anel Rodoviário de Belo Horizonte - nas BRs 040/135/262/381/MG
7N22	Construção de Trecho Rodoviário - Divisa BA/PI - Divisa PI/MA - na BR-235/PI
7N84	Construção de Anel Rodoviário em Barreiras - nas BRs 020/135/242/BA
7N85	Construção de Trecho Rodoviário - Timbé do Sul - Divisa SC/RS - na BR-285/SC
7P87	Adequação de Travessia Urbana em Ji-Paraná - na BR-364/RO

PLDO 2014, Anexo II das Informações Complementares ao PLOA-2014.

I – Critérios utilizados para a discriminação, na programação de trabalho, do código identificador de resultado primário previsto no art. 7º, § 4º, desta Lei.

ANEXO IV
PROGRAMA DE ACELERAÇÃO DO CRESCIMENTO - PAC

Órgão / Ação	
7R27	Adequação de Travessia Urbana em Candeias do Jamari - na BR-364/RO
7S51	Construção de Contorno Rodoviário (Contorno de Mestre Álvaro) em Serra - na BR-101/ES
7S66	Adequação de Trecho Rodoviário - Entroncamento BR-476 - Divisa PR/SC - na BR-153/PR
7S73	Adequação de Trecho Rodoviário - km 54,3 - km 72,1 (São José do Rio Preto) - na BR-153/SP
7S75	Adequação de Trecho Rodoviário - Entroncamento BR-226 - Entroncamento BR-101 (Reta Tabajara) - na BR-304/RN
7S88	Construção de Viaduto Rodoviário em Natal - nas BRs 101/406/RN
7I97	Construção de Trecho Rodoviário - Castanheira - Colniza - na BR-174/MT
7U06	Construção de Acesso Rodoviário ao Terminal Portuário de Capuaba - na BR-447/ES
7U21	Construção de Trecho Rodoviário - Entroncamento CE-040 - Ponte Sabiaguaba - na BR-020/CE
7U22	Adequação de Trecho Rodoviário - Entroncamento BR-277 (acesso Cascavel) - Marmelândia - na BR-163/PR
7U25	Construção de Acesso Rodoviário ao Porto de Miritituba - na BR-230/PA
7U27	Adequação de Acesso Rodoviário ao Porto de Pecém (CE-155) - na BR-222/CE
7U28	Adequação de Acesso Rodoviário ao Porto de Aratu (BA-524) - na BR-324/BA
7U29	Adequação de Acesso Rodoviário ao Porto de Paranaguá (Av. Ayrton Senna) - na BR-277/PR
7U30	Adequação de Acesso Rodoviário ao Porto de Imbituba - na BR-101/SC
8785	Gestão e Coordenação do Programa de Aceleração do Crescimento - PAC
41000	Ministério das Comunicações
212N	Implementação de Projetos de Cidades Digitais
42000	Ministério da Cultura
12MG	Implantação de Espaços Integrados de Esporte, Cultura, Lazer e Serviços Públicos - Praças dos Esportes e da Cultura
5538	Preservação do Patrimônio Cultural das Cidades Históricas
8785	Gestão e Coordenação do Programa de Aceleração do Crescimento - PAC
47000	Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão
8785	Gestão e Coordenação do Programa de Aceleração do Crescimento - PAC
49000	Ministério do Desenvolvimento Agrário
152M	Aquisição de Máquinas e Equipamentos para Adequação de Infraestrutura Produtiva Municipal
51000	Ministério do Esporte
14TQ	Implantação de Infraestrutura para os Jogos Olímpicos e Paraolímpicos Rio 2016
14TR	Implantação dos Centros de Iniciação ao Esporte – CIE
8785	Gestão e Coordenação do Programa de Aceleração do Crescimento - PAC
52000	Ministério da Defesa
123B	Desenvolvimento de Cargueiro Tático Militar de 10 a 20 Toneladas (Projeto KC-X)
123G	Implantação de Estaleiro e Base Naval para Construção e Manutenção de Submarinos Convencionais e Nucleares
123H	Construção de Submarino de Propulsão Nuclear
123I	Construção de Submarinos Convencionais
123J	Aquisição de Helicópteros de Médio Porte de Emprego Geral (Projeto H-X BR)
14LW	Implantação do Sistema de Defesa Estratégico ASTROS 2020
14T4	Aquisição de Blindados Guarani
14T5	Sistema Integrado de Monitoramento de Fronteiras - SISFRON
14T7	Tecnologia Nuclear da Marinha
53000	Ministério da Integração Nacional
100N	Implantação do Perímetro de Irrigação Barragem Santa Cruz do Apodí com 5.200 ha no Estado do Rio Grande do Norte
10BC	Implantação de Projetos de Irrigação
10CT	Construção do Canal Adutor do Sertão Alagoano
10DC	Construção da Barragem Oiticica no Estado do Rio Grande do Norte
10E9	Implantação da Adutora Gavião-Pecém no Estado do Ceará
10F6	Implantação da Adutora do Agreste no Estado de Pernambuco
10GJ	Construção do Canal de Integração Castanhão-Região Metropolitana de Fortaleza, no Estado do Ceará
10GM	Estudos e Projetos de Infraestrutura Hídrica
10GW	Construção da Barragem Castelo, no Estado do Piauí
10RM	Implantação, Ampliação ou Melhoria de Sistemas Públicos de Esgotamento Sanitário em Municípios das Bacias do São Francisco e Parnaíba

PLDO 2014, Anexo II das Informações Complementares ao PLOA-2014.

I – Critérios utilizados para a discriminação, na programação de trabalho, do código identificador de resultado primário previsto no art. 7º, § 4º, desta Lei.

ANEXO IV
PROGRAMA DE ACELERAÇÃO DO CRESCIMENTO - PAC

Órgão / Ação	
10RP	Implantação, Ampliação ou Melhoria de Sistemas Públicos de Coleta, Tratamento e Destinação Final de Resíduos Sólidos em Municípios das Bacias do São Francisco e Parnaíba
10ZW	Recuperação e Controle de Processos Erosivos em Municípios das Bacias do São Francisco e do Parnaíba
116F	Abastecimento Público de Água em Comunidades Ribeirinhas do Rio São Francisco - Água para Todos
11AA	Construção da Barragem Fronteiras no Estado do Ceará
11NF	Implantação do Sistema Adutor de Jacobina com 65 km no Estado da Bahia
124L	Construção da Barragem Arvorezinha no Estado do Rio Grande do Sul, no Município de Bagé - RS
126X	Dragagem e Desassoreamento dos Rios Gravatá, das Pedras e Guapuruma em Navegantes, no Estado de Santa Catarina.
127A	Obras de Macrodrenagem e Controle de Erosão Marinha e Fluvial
127D	Obras de Macrodrenagem em Salvador, no Estado da Bahia
12EP	Integração do Rio São Francisco com as Bacias do Nordeste Setentrional (Eixo Leste)
12FP	Implantação do Perímetro de Irrigação Manoel Dionísio com 1.716 ha no Estado de Sergipe
12FR	Implantação do Perímetro de Irrigação Jonas Pinheiro com 1.300 ha no Estado do Mato Grosso
12FS	Implantação do Perímetro de Irrigação Tabuleiro São Bernardo com 5.598 ha no Estado do Maranhão
12FT	Implantação do Perímetro de Irrigação Marrecas/Jenipapo com 1.000 ha no Estado do Piauí
12FV	Construção da Barragem de Algodões no Estado do Piauí
12FZ	Construção da Barragem do Rio Imburuçu para fins de Irrigação no Estado de Goiás
12G2	Construção do Canal de Irrigação Jaguari no Estado do Rio Grande do Sul
12G3	Construção do Canal de Irrigação Taquarembó no Estado do Rio Grande do Sul
12G4	Implantação de Adutora Chapecozinho com 57 km no Estado de Santa Catarina
12G5	Implantação do Sistema Adutor de Guanambi - 1ª Etapa - com 355 km no Estado da Bahia
12G6	Recuperação de Reservatórios Estratégicos para a Integração do Rio São Francisco
12G7	Construção do Canal Adutor Vertente Litorânea com 112,5 km no Estado da Paraíba
12QC	Implantação de Obras e Equipamentos para Oferta de Água
13RU	Projeto para Integração do Rio São Francisco com as Bacias dos Rios Paraguaçu, Salitre, Jacuípe, Curaçá-Vargem, Macururê, Tourão-Poções, Itapicuru e Vaza-Barris (Eixo Sul) - na Região Nordeste
140C	Implantação dos Perímetros de Irrigação do Canal do Sertão Alagoano no Estado de Alagoas
140M	Construção da Barragem Serro Azul no Estado de Pernambuco
140S	Implantação do Sistema Adutor Nova Camará no Estado da Paraíba
141H	Construção do Canal do Sertão Pernambucano no Estado do Pernambuco
141J	Ligações Intradomiciliares de Esgotos Sanitários e Módulos Sanitários Domiciliares nas Bacias do Rio São Francisco e Parnaíba
14LA	Construção da Barragem Ingazeira, no Estado de Pernambuco
14RL	Realização de Projetos e Obras para Contenção ou Amortecimento de Cheias e Inundações e para Contenção de Erosões Marinhas e Fluviais
14RM	Implantação da Barragem Germinal no Estado do Ceará
14RP	Reabilitação de Barragens e de Outras Infraestruturas Hídricas
14RQ	Implantação do Sistema Integrado de Abastecimento de Água Congo - Etapa III - no Estado da Paraíba
14RR	Implantação do Sistema Integrado de Abastecimento de Água de Minador do Negrão, Estrela de Alagoas e Igaci no Estado de Alagoas
14RS	Implantação do Sistema Integrado de Abastecimento de Água Natuba - no Estado da Paraíba
14RU	Recuperação e Ampliação do Sistema Integrado de Abastecimento de Água da Bacia Leiteira no Estado de Alagoas
14RV	Ampliação da Adutora da Barragem Pau Ferro à Barragem São Jacques no Estado de Pernambuco
14RW	Recuperação e Ampliação do Sistema Integrado de Abastecimento de Água de Olho D
14RX	Implantação do Sistema Integrado de Abastecimento de Água Campo Alegre de Lourdes no Estado da Bahia
14RY	Implantação de Barragem e do Sistema Integrado de Abastecimento de Água Milagres no Estado do Piauí
14RZ	Ampliação da Adutora Redenção no Estado de Pernambuco
14S0	Recuperação da Adutora do Garrincho no Estado do Piauí
14S5	Ampliação do Sistema Integrado de Abastecimento de Água Alto Sertão no Estado de Sergipe
14S6	Implantação do Sistema Adutor Umari-Campo Grande no Estado do Rio Grande do Norte
14S7	Implantação da Adutora Inhumas no Estado de Pernambuco
14S8	Implantação da Adutora Santa Cruz da Baixa Verde no Estado de Pernambuco
14S9	Implantação da Adutora de Alto Santo no Estado do Ceará
14SB	Implantação da Adutora Tabocas-Poço Fundo no Estado de Pernambuco
14SC	Ampliação do Sistema Integrado de Abastecimento de Água Sertaneja no Estado de Sergipe
14SD	Ampliação do Sistema Integrado de Abastecimento de Água Tomar do Geru no Estado de Sergipe
14SE	Ampliação do Sistema de Produção de Água de Cabrobó no Estado de Pernambuco
14SF	Implantação do Sistema Adutor Águas Belas no Estado de Pernambuco
14SG	Ampliação da Barragem de Mato Verde no Estado de Minas Gerais
14SH	Ampliação do Sistema Integrado de Abastecimento de Água do Oeste no Estado de Pernambuco

PLDO 2014, Anexo II das Informações Complementares ao PLOA-2014.

I – Critérios utilizados para a discriminação, na programação de trabalho, do código identificador de resultado primário previsto no art. 7º, § 4º, desta Lei.

ANEXO IV
PROGRAMA DE ACELERAÇÃO DO CRESCIMENTO - PAC

Órgão / Ação	
14SK	Ampliação do Sistema Integrado de Abastecimento de Água Itaíba-Tupanatinga no Estado de Pernambuco
14SL	Recuperação da Adutora Amaraji no Estado de Pernambuco
14SN	Ampliação do Sistema Integrado de Abastecimento de Água Siriji - Etapa II no Estado de Pernambuco
14SP	Implantação do Sistema Integrado de Abastecimento de Água Boqueirão no Estado da Paraíba
14SR	Implantação de Sistemas de Abastecimento de Água para Comunidades Vizinhas do Eixão das Águas no Estado do Ceará
14SS	Implantação do Sistema Adutor Padre Lira no Estado do Piauí
14ST	Implantação do Sistema Integrado de Abastecimento de Água Bocaina-Piauí II no Estado do Piauí
14SV	Implantação do Sistema Integrado de Abastecimento de Água Camalaú no Estado da Paraíba
14VI	Implantação de Infraestruturas Hídricas para Oferta de Água
14VJ	Ampliação do Sistema Integrado de Abastecimento de Água Boquira (Zabumbão), no Estado da Bahia
14VK	Recuperação da adutora de água bruta Hidrolândia-Irajá, com extensão de 11 km, no Estado do Ceará
14VL	Ampliação do Sistema Integrado de Abastecimento de Água Pendências, Macaú, Guamaré e Baixa do Meio, no Estado do Rio Grande do Norte
14XU	Estudos e Projetos para Implantação de Projetos de Irrigação
14XV	Construção da Barragem e do Canal de Irrigação Passo da Ferraria no Estado do Rio Grande do Sul
14XW	Construção da Barragem e do Canal de Irrigação São Sepé no Estado do Rio Grande do Sul
151Q	Construção da Barragem Lontras no Estado do Ceará
152D	Construção do Sistema Adutor Ramal do Agreste Pernambucano
152E	Construção do Sistema Adutor Ramal do Entremontes, no Estado de Pernambuco
152F	Construção do Sistema Adutor Ramal do Apodi
1622	Implantação do Perímetro de Irrigação Jacaré-Curituba com 3.150 ha no Estado de Sergipe
1692	Implantação do Perímetro de Irrigação Salitre com 31.305 ha no Estado da Bahia
1160	Construção da Barragem Arroio Taquarembó no Estado do Rio Grande do Sul
1161	Construção da Barragem Arroio Jaguari no Estado do Rio Grande do Sul
1162	Implantação do Sistema Integrado de Abastecimento de Água e Esgotamento Sanitário de Coqueiro Seco no Estado de Alagoas
1167	Implantação do Sistema de Abastecimento do Norte de Minas Gerais
1K44	Construção da Barragem Rio do Salto no Estado de Santa Catarina
1N64	Implantação da Adutora Pajeú nos Estados de Pernambuco e Paraíba
1012	Implantação do Perímetro de Irrigação Baixo Acaraú - 2ª Etapa - com 4.168 ha no Estado do Ceará
1017	Implantação do Perímetro de Irrigação Tabuleiro de Russas - 2ª Etapa - com 3.600 ha no Estado do Ceará
1021	Implantação do Perímetro de Irrigação Tabuleiros Litorâneos de Parnaíba - 2ª Etapa - com 5.985 ha no Estado do Piauí
1025	Implantação do Perímetro de Irrigação Araras Norte - 2ª Etapa - com 1.619 ha no Estado do Ceará
1028	Implantação do Perímetro de Irrigação Platôs de Guadalupe - 2ª Etapa - com 10.595ha no Estado do Piauí
1P91	Revitalização do Perímetro Rio Formoso com 28.500 ha no Estado do Tocantins
20WP	Reabilitação de Perímetros Públicos de Irrigação
3445	Construção do Sistema de Abastecimento de Água Ribeirão João Leite no Estado de Goiás
3735	Construção da Barragem Congonhas no Estado de Minas Gerais
3770	Implantação do Perímetro de Irrigação Luiz Alves do Araguaia - 1ª e 2ª Etapa - com 6.584 ha no Estado de Goiás.
5246	Implantação do Perímetro de Irrigação Várzeas de Sousa com 5.100ha no Estado da Paraíba
5252	Implantação do Perímetro de Irrigação Flores de Goiás com 26.500 ha no Estado de Goiás
5260	Implantação do Perímetro de Irrigação Pontal com 7.811,9 ha no Estado de Pernambuco
5308	Construção da Barragem Jequitai no Estado de Minas Gerais
5314	Implantação do Perímetro de Irrigação Baixo de Irecê com 47.924,5 ha no Estado da Bahia
5322	Implantação do Perímetro de Irrigação Jaíba no Estado de Minas Gerais
5330	Transferência da Gestão do Perímetro de Irrigação Bebedouro com 2.091 ha no Estado de Pernambuco
5348	Transferência da Gestão do Perímetro de Irrigação Miorórs com 2.145 ha no Estado da Bahia
5354	Transferência da Gestão do Perímetro de Irrigação Nilo Coelho com 18.857 ha no Estado de Pernambuco
5368	Transferência da Gestão do Perímetro de Irrigação Formoso com 12.048 ha no Estado da Bahia
5370	Transferência da Gestão do Perímetro de Irrigação Gorutuba com 5.286 ha no Estado de Minas Gerais
5378	Transferência da Gestão do Perímetro de Irrigação Curaçá com 4.350 ha no Estado da Bahia
5442	Transferência da Gestão do Perímetro de Irrigação Manicoba com 4.293 ha no Estado da Bahia
5900	Integração do Rio São Francisco com as Bacias dos Rios Jaguaribe, Piranhas-Açu e Apodi (Eixo Norte)
5910	Ampliação do Sistema de Abastecimento de Água da Região Metropolitana de Aracaju no Estado de Sergipe
5980	Transferência da Gestão do Perímetro de Irrigação São Gonçalo com 2.402 ha - No Estado da Paraíba
5984	Transferência da Gestão do Perímetro de Irrigação Moxotó com 6.491 ha - No Estado de Pernambuco
5E79	Implantação do Perímetro de Irrigação Passarão com 4.000 ha no Estado de Roraima
7G88	Construção da Barragem Atalaia no Estado do Piauí
7I31	Construção da Barragem do Figueiredo no Estado do Ceará
7L29	Integração das Bacias Hidrográficas do Estado Ceará - Cinturão das Águas do Ceará - Trecho 1 com 149,82 km

PLDO 2014, Anexo II das Informações Complementares ao PLOA-2014.

I – Critérios utilizados para a discriminação, na programação de trabalho, do código identificador de resultado primário previsto no art. 7º, § 4º, desta Lei.

ANEXO IV
PROGRAMA DE ACELERAÇÃO DO CRESCIMENTO - PAC

Órgão / Ação	
7M10	Construção da Adutora do Siriji no Estado de Pernambuco
7M16	Expansão de 10.500 ha do Perímetro de Irrigação do Arroio Duro na Costa Doce no Estado do Rio Grande do Sul
7M38	Implantação do Projeto de Irrigação Itamarati II com 6.127 ha no Município de Ponta Porã no Estado do Mato Grosso do Sul
8785	Gestão e Coordenação do Programa de Aceleração do Crescimento - PAC
54000	Ministério do Turismo
152V	Apoio a Projetos de Infraestrutura Turística (Programa de Aceleração do Crescimento)
55000	Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome
8948	Acesso à Água para Consumo Humano e Produção de Alimentos na Zona Rural
56000	Ministério das Cidades
00AF	Integralização de Cotas ao Fundo de Arrendamento Residencial - FAR
00CW	Subvenção Econômica Destinada a Implementação de Projetos de Interesse Social em Áreas Urbanas (Lei nº 11.977, de 2009)
00CX	Subvenção Econômica Destinada a Implementação de Projetos de Interesse Social em Áreas Rurais (Lei nº 11.977, de 2009)
00CY	Transferências ao Fundo de Desenvolvimento Social - FDS (Lei nº 11.977, de 2009)
0B14	Cumprimento de Obrigações Decorrentes da Transferência do Sistema de Trens Urbanos de Salvador
0E64	Subvenção Econômica Destinada à Habitação de Interesse Social em Cidades com menos de 50.000 Habitantes (Lei nº 11.977, de 2009)
10S3	Apoio à Urbanização de Assentamentos Precários
10S5	Apoio a Empreendimentos de Saneamento Integrado em Municípios com População Superior a 50 mil Habitantes ou Municípios Integrantes de Regiões Metropolitanas ou de Regiões Integradas de Desenvolvimento
10S6	Apoio à Melhoria das Condições de Habitabilidade de Assentamentos Precários
10SC	Apoio à Implantação, Ampliação ou Melhorias em Sistemas de Abastecimento de Água em Municípios com População Superior a 50 mil Habitantes ou Municípios Integrantes de Regiões Metropolitanas ou de Regiões Integradas de Desenvolvimento.
10SG	Apoio a Sistemas de Drenagem Urbana Sustentável e de Manejo de Águas Pluviais em Municípios com População Superior a 50 mil Habitantes ou Integrantes de Regiões Metropolitanas ou de Regiões Integradas de Desenvolvimento Econômico
10SJ	Apoio à Provisão Habitacional de Interesse Social
10SS	Apoio a Sistemas de Transporte Público Coletivo Urbano
10SX	Apoio à Implantação do Trecho Lapa-Pirajá do Sistema de Trens Urbanos de Salvador - BA
10SY	Apoio à Implantação do Trecho Sul Vila das Flores-João Felipe do Sistema de Trens Urbanos de Fortaleza - CE
116I	Apoio a Sistemas Públicos de Manejo de Resíduos Sólidos em Municípios com População Superior a 50 mil Habitantes ou Municípios Integrantes de Regiões Metropolitanas ou de Regiões Integradas de Desenvolvimento.
123N	Elaboração dos Projetos de Engenharia das Linhas 2 e 3 do Sistema de Trens Urbanos de Belo Horizonte
12MH	Apoio à Redução e Controle de Perdas de Água em Sistemas de Abastecimento em Regiões Metropolitanas, Regiões Integradas de Desenvolvimento Econômico, Municípios com mais de 50 mil Habitantes ou Integrantes de Consórcios Públicos com mais de 150 mil Hab
152S	Modernização do Sistema de Trens Urbanos de João Pessoa
152T	Modernização do Sistema de Trens Urbanos de Natal
152U	Modernização do Sistema de Trens Urbanos de Maceió
1N08	Apoio à Implantação, Ampliação ou Melhorias de Sistemas de Esgotamento Sanitário em Municípios com População Superior a 50 mil Habitantes ou Municípios Integrantes de Regiões Metropolitanas ou de Regiões Integradas de Desenvolvimento.
1P95	Apoio à Elaboração de Planos e Projetos de Saneamento em Municípios com População Superior a 50 mil Habitantes ou Integrantes de Regiões Metropolitanas ou de Regiões Integradas de Desenvolvimento.
5176	Implantação do Trecho Eldorado-Vilarinho do Sistema de Trens Urbanos de Belo Horizonte - MG
5754	Implantação do Trecho Rodoviária-Camaragibe e Modernização dos Trechos Recife - Jaboatão, Coqueiral - Rodoviária e Recife - Cabo do Sistema de Trens Urbanos de Recife - PE
8785	Gestão e Coordenação do Programa de Aceleração do Crescimento - PAC
8865	Apoio ao Planejamento e Execução de Obras de Contenção de Encostas em Áreas Urbanas (Contenção de Encostas)
8871	Apoio à Elaboração e Monitoramento de Planos de Saneamento Regionais e Nacional.
8873	Apoio ao Desenvolvimento Institucional dos Agentes Integrantes do SNHIS
8875	Apoio à Elaboração de Planos e Prestação de Serviços de Assistência Técnica para Habitação de Interesse Social
62000	Secretaria de Aviação Civil
0E45	Participação da União no Capital da Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária - Adequação da Infraestrutura Aeroportuária
14UB	Construção, Reforma e Reaparelhamento de Aeroportos e Aeródromos de Interesse Regional
211I	Elaboração de Diagnósticos sobre Aviação Civil
8785	Gestão e Coordenação do Programa de Aceleração do Crescimento - PAC

PLDO 2014, Anexo II das Informações Complementares ao PLOA-2014.

I – Critérios utilizados para a discriminação, na programação de trabalho, do código identificador de resultado primário previsto no art. 7º, § 4º, desta Lei.

ANEXO IV
PROGRAMA DE ACELERAÇÃO DO CRESCIMENTO - PAC

Órgão / Ação	
68000	Secretaria de Portos
000A	Participação da União no Capital - Companhia Docas do Pará - Construção do Terminal de Múltiplo Uso 2 e Recuperação do Terminal de Múltiplo Uso 1 - no Porto de Santarém (PA)
009O	Participação da União no Capital - Companhia Docas do Estado de São Paulo - Implantação da Avenida Perimetral Portuária no Porto de Santos - No Município de Guarujá (SP)
00HH	Participação da União no Capital - Companhia Docas do Espírito Santo - Construção de Berços nos Dolphins do Atalaia com Retroárea no Porto de Vitória (ES)
00HQ	Participação da União no Capital - Companhia Docas do Estado de São Paulo - Construção de 1 Pier com 2 berços de Atracação e Ponte de Acesso no Terminal Alamoia no Porto de Santos (SP)
00HT	Participação da União no Capital - Companhia Docas do Estado de São Paulo - Reforço de Cais para Aprofundamento dos Berços entre os Armazéns 12A a 23 no Porto de Santos (SP)
00HZ	Participação da União no Capital - Companhia Docas do Rio de Janeiro - Reforço Estrutural do Cais da Gamboa no Porto do Rio de Janeiro (RJ)
00I1	Participação da União no Capital - Companhia das Docas do Estado da Bahia - Ampliação do Quebra-Mar no Porto de Salvador (BA)
00I6	Participação da União no Capital - Companhia Docas do Rio Grande do Norte - Construção do Berço 4 no Porto de Natal (RN)
00I9	Participação da União no Capital - Companhia Docas do Ceará - Construção de Terminal de Contêineres no Porto de Fortaleza (CE)
00IF	Participação da União no Capital - Companhia Docas do Espírito Santo - Estudos e Projetos para Implantação do Porto de Águas Profundas - No Estado do Espírito Santo (ES)
00IH	Participação da União no Capital - Companhia Docas do Rio Grande do Norte - Implantação de Terminal Marítimo de Passageiros no Porto de Natal (RN)
00II	Participação da União no Capital - Companhia Docas do Ceará - Implantação de Terminal Marítimo de Passageiros no Porto de Fortaleza (CE)
00IK	Participação da União no Capital - Companhia das Docas do Estado da Bahia - Implantação de Terminal Marítimo de Passageiros no Porto de Salvador (BA)
00IM	Participação da União no Capital - Companhia Docas do Estado de São Paulo - Adequação do Cais para Terminal de Passageiros no Porto de Santos (SP)
00IP	Participação da União no Capital - Companhia Docas do Ceará - Implantação do Sistema de Apoio de Gestão de Tráfego de Navios
00IS	Participação da União no Capital - Companhia Docas do Ceará - Implantação do Sistema de Carga Inteligente e Cadeia Logística Inteligente
00IT	Participação da União no Capital - Companhia Docas do Espírito Santo - Implantação do Sistema de Apoio de Gestão de Tráfego de Navios
00J0	Participação da União no Capital - Companhia Docas do Espírito Santo - Implantação do Sistema de Carga Inteligente e Cadeia Logística Inteligente
00J2	Participação da União no Capital - Companhia Docas da Bahia - Implantação do Sistema de Apoio de Gestão de Tráfego de Navios
00J3	Participação da União no Capital - Companhia Docas do Rio de Janeiro - Implantação de Píeres de Atracação para Terminais de Passageiros no Porto do Rio de Janeiro (RJ)
00J7	Participação da União no Capital - Companhia Docas da Bahia - Implantação do Sistema de Carga Inteligente e Cadeia Logística Inteligente
00J8	Participação da União no Capital - Companhia Docas do Estado de São Paulo - Implantação do Sistema de Carga Inteligente e Cadeia Logística Inteligente
00JA	Participação da União no Capital - Companhia Docas do Rio de Janeiro - Implantação do Sistema de Apoio de Gestão de Tráfego de Navios
00JB	Participação da União no Capital - Companhia Docas do Rio de Janeiro - Implantação do Sistema de Apoio ao Gerenciamento da Infraestrutura Portuária
00JC	Participação da União no Capital - Companhia Docas do Rio de Janeiro - Implantação do Sistema de Carga Inteligente e Cadeia Logística Inteligente
00M8	Participação da União no Capital - Companhia Docas do Estado de São Paulo - Passagem Inferior do Valongo (Mergulhão) no Porto de Santos (SP)
00M9	Participação da União no Capital - Companhia Docas de São Paulo - Implantação do Sistema de Apoio de Gestão de Tráfego de Navios
00MA	Participação da União no Capital - Companhia Docas do Rio de Janeiro - Implantação do Programa de Conformidade do Gerenciamento de Resíduos Sólidos e Efluentes Líquidos nos Portos Marítimos

PLDO 2014, Anexo II das Informações Complementares ao PLOA-2014.

I – Critérios utilizados para a discriminação, na programação de trabalho, do código identificador de resultado primário previsto no art. 7º, § 4º, desta Lei.

ANEXO IV
PROGRAMA DE ACELERAÇÃO DO CRESCIMENTO - PAC

Órgão / Ação	
00MD	Participação da União no Capital - Companhia Docas do Espírito Santo - Pátio de Estocagem para Carga Pesada no Cais Comercial no Porto de Vitória (ES)
00ME	Participação da União no Capital - Companhia Docas do Rio Grande do Norte - Implantação do Sistema de Apoio ao Gerenciamento da Infraestrutura Portuária
00MF	Participação da União no Capital - Companhia Docas do Estado de São Paulo - Implantação do Sistema de Apoio ao Gerenciamento da Infraestrutura Portuária
00MG	Participação da União no Capital - Companhia Docas do Pará - Implantação do Programa de Conformidade do Gerenciamento de Resíduos Sólidos e Efluentes Líquidos nos Portos Marítimos
00MH	Participação da União no Capital - Companhia Docas do Ceará - Implantação do Programa de Conformidade do Gerenciamento de Resíduos Sólidos e Efluentes Líquidos nos Portos Marítimos
00MI	Participação da União no Capital - Companhia Docas do Rio Grande do Norte - Implantação do Programa de Conformidade do Gerenciamento de Resíduos Sólidos e Efluentes Líquidos nos Portos Marítimos
00MJ	Participação da União no Capital - Companhia Docas da Bahia - Implantação do Programa de Conformidade do Gerenciamento de Resíduos Sólidos e Efluentes Líquidos nos Portos Marítimos
00MK	Participação da União no Capital - Companhia Docas do Espírito Santo - Implantação do Programa de Conformidade do Gerenciamento de Resíduos Sólidos e Efluentes Líquidos nos Portos Marítimos
00ML	Participação da União no Capital - Companhia Docas de São Paulo - Implantação do Programa de Conformidade do Gerenciamento de Resíduos Sólidos e Efluentes Líquidos nos Portos Marítimos
00NL	Participação da União no Capital - Companhia Docas do Espírito Santo - Implantação do Sistema de Apoio ao Gerenciamento da Infraestrutura Portuária
00NM	Participação da União no Capital - Companhia Docas do Ceará - Implantação do Sistema de Apoio ao Gerenciamento da Infraestrutura Portuária
00NN	Participação da União no Capital - Companhia Docas do Pará - CDP - Implantação do Sistema de Carga Inteligente e Cadeia Logística Inteligente
00NO	Participação da União no Capital - Companhia Docas da Bahia - CODEBA - Implantação do Sistema de Apoio ao Gerenciamento da Infraestrutura Portuária
00NP	Participação da União no Capital - Companhia Docas do Pará - CDP - Implantação do Sistema de Apoio ao Gerenciamento da Infraestrutura Portuária
00O6	Participação da União no Capital - Companhia Docas do Pará - Implantação do Sistema de Apoio de Gestão de Tráfego de Navios
0A45	Participação da União no Capital - Companhia Docas do Estado de São Paulo - Implantação da Avenida Perimetral Portuária no Porto de Santos - no Município de Santos (SP)
0E91	Participação da União no Capital - Companhia Docas do Pará - Implantação de Área de Apoio Logístico Portuário no Porto de Santarém - PA
0E92	Participação da União no Capital - Companhia Docas do Pará - Implantação de Área de Apoio Logístico Portuário no Porto de Vila do Conde - PA
0E93	Participação da União no Capital - Companhia Docas do Ceará - Implantação de Área de Apoio Logístico Portuário no Porto de Fortaleza - CE
0E94	Participação da União no Capital - Companhia Docas da Bahia - Implantação de Área de Apoio Logístico Portuário no Porto de Aratu - BA
0E95	Participação da União no Capital - Companhia das Docas do Estado da Bahia - Implantação de Área de Apoio Logístico Portuário no Porto de Salvador - BA
0E96	Participação da União no Capital - Companhia Docas do Espírito Santo - Implantação de Área de Apoio Logístico Portuário no Porto de Vitória - ES
0E97	Participação da União no Capital - Companhia Docas do Rio de Janeiro - Implantação de Área de Apoio Logístico Portuário no Porto do Rio de Janeiro - RJ
0E98	Participação da União no Capital - Companhia Docas do Rio de Janeiro - Implantação de Área de Apoio Logístico Portuário no Porto de Itaguaí - RJ
0E99	Participação da União no Capital - Companhia Docas do Estado de São Paulo - Implantação de Área de Apoio Logístico Portuário no Porto de Santos - SP
11XL	Dragagem de Aprofundamento no Porto de Cabedelo (PB)
122A	Dragagem e Adequação da Navegabilidade no Porto do Rio de Janeiro (RJ)
122E	Dragagem e Adequação da Navegabilidade no Porto de Santos (SP)
122H	Dragagem e Adequação da Navegabilidade no Porto de Suape (PE)
122I	Dragagem e Adequação da Navegabilidade no Porto de Vitória (ES)
122K	Dragagem e Adequação da Navegabilidade no Porto de Imbituba (SC)
122L	Dragagem e Adequação da Navegabilidade no Porto de Itaguaí (RJ)
122O	Dragagem e Adequação da Navegabilidade no Porto de Paranaguá (PR)
122X	Implantação do Sistema de Atendimento Portuário Unificado

PLDO 2014, Anexo II das Informações Complementares ao PLOA-2014.

I – Critérios utilizados para a discriminação, na programação de trabalho, do código identificador de resultado primário previsto no art. 7º, § 4º, desta Lei.

ANEXO IV
PROGRAMA DE ACELERAÇÃO DO CRESCIMENTO - PAC

Órgão / Ação	
122Z	Construção do Berço 108 no Porto de Itaqui (MA)
128N	Recuperação dos Molhes do Canal de Acesso ao Porto de Rio Grande (RS)
12DG	Dragagem e Adequação da Navegabilidade no Canal das Flechas (RJ)
12IO	Modernização do Porto de Porto Velho - no Estado de Rondônia
12IV	Dragagem e Adequação da Navegabilidade no Porto de Barra do Riacho (ES)
12K7	Alinhamento e Reforço do Berço 4 no Porto de Itajaí (SC)
12KP	Implantação do Sistema de Carga Inteligente e Cadeia Logística Inteligente
12KQ	Implantação do Sistema de Apoio ao Gerenciamento da Infraestrutura Portuária
12KR	Implantação do Sistema de Gestão de Tráfego de Navios
12KS	Implantação do Sistema de Gerenciamento de Resíduos Sólidos e Efluentes Líquidos em Portos Marítimos
12Y0	Dragagem e Adequação da Navegabilidade no Porto de Maceió (AL)
131L	Dragagem e Adequação da Navegabilidade no Porto de Luís Correia (PI)
138S	Construção de Cais e Terminal de Granéis Sólidos na Ilha de Cocaia no Porto de Suape (PE)
13LF	Adequação de Infraestrutura Portuária - no Porto de Manaus - no Estado do Amazonas
13LO	Construção do Porto de Manaus Moderna - no Estado do Amazonas
14UD	Dragagem e Adequação da Navegabilidade no Porto de Niterói (RJ).
20B9	Estudos para o Planejamento do Setor Portuário - PAC
212A	Dragagem de Manutenção e Serviços de Sinalização e Balizamento em Portos
7L25	Ampliação do Cais Público do Porto Novo do Porto de Rio Grande (RS)
7L86	Implantação do Porto de Luís Correia (PI)
7U41	Implantação de Áreas de Apoio Logístico Portuário nos Portos Brasileiros
8785	Gestão e Coordenação do Programa de Aceleração do Crescimento - PAC
71000	Encargos Financeiros da União
00CZ	Integralização de cotas do Fundo Garantidor da Habitação Popular - FGHab

PROJETO DE LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS PARA 2014**ANEXO II
RELAÇÃO DAS INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES AO PROJETO DE LEI
ORÇAMENTÁRIA DE 2014**

II - detalhamento dos custos unitários médios utilizados na elaboração dos orçamentos para os principais serviços e investimentos, justificando os valores adotados.

PLDO-2014, Anexo II das Informações Complementares ao PLOA 2014

Custos Médios utilizados nos principais serviços e investimentos

II - detalhamento dos custos unitários médios utilizados na elaboração dos orçamentos para os principais serviços e investimentos, justificando os valores adotados

Orçamento Fiscal e de Seguridade Social

Recursos de todas as fontes					R\$ 1,00	
Ação	Produto	Un. Medida	Serv / Invest	Custo Médio (R\$ 1,00)	Justificativa	
01000 Câmara dos Deputados						
01101 Câmara dos Deputados						
10AT Ampliação do Edifício Anexo IV	Edifício ampliado	percentual de execução física	Investimentos	5.308	Com um custo total de R\$424.661.812,00 e metragem quadrada de 80.000 m², este projeto objetiva prover maior espaço físico destinado aos gabinetes parlamentares, bem como para a construção de garagem subterrânea para atender a demanda por estacionamento. Aquele custo total, ressalte-se, está diluído para o período de 2012 a 2017.	
10C4 Construção do Centro de Gestão e Armazenagem de Materiais da Câmara dos Deputados, no Setor de Indústria e Abastecimento - SIA	Edifício construído	percentual de execução física	Investimentos	4.076	Com um custo total de R\$57.064.060 e metragem quadrada de 14.000 m², esta ação tem o propósito de construir edifício de quatro andares em terreno localizado no Setor de Indústria e Abastecimento - SIA, que abrigará área para armazenagem de materiais, ala destinada a escritórios e apoio administrativo, e dois pavimentos de garagem, sendo um destinado a estacionamento e outro para armazenagem. Aquele custo total, no entanto, dilui-se pelo período entre 2012 e 2015.	
10S2 Construção do Centro de Tecnologia da Câmara dos Deputados	Edifício construído	percentual de execução física	Investimentos	3.199	Com custo total de R\$44.788.118 e metragem quadrada de 14.000 m², o projeto tem por finalidade construir edifício destinado a abrigar, prioritariamente, o Centro de Processamento de Dados da Câmara dos Deputados, além de setores de apoio como postos avançados do Departamento de Polícia Legislativa - segurança -, da Coordenação de Administração de Edifícios - limpeza e manutenção -, do Departamento Médico e do Departamento Técnico. Aquele custo total está diluído entre 2012 e 2017.	
12F2 Reforma dos Imóveis Funcionais Destinados à Moradia dos Deputados Federais	Imóvel reformado	percentual de execução física	Investimentos	2.095	Com o custo total de R\$317.277.883 e metragem quadrada total de 150.000 m², o projeto destina-se a reformar 18 blocos, incluindo a parte estrutural e a parte interna dos imóveis, permitindo 432 apartamentos funcionais destinados à moradia dos senhores parlamentares.	
7710 Construção do Anexo V	Anexo construído	percentual de execução física	Investimentos	3.923	O projeto visa à adequação do espaço físico da Câmara dos Deputados, hoje, manifestamente, não satisfatório em relação ao crescimento das atribuições da Casa. A área prevista de construção é de aproximadamente 36.000 m² e abrigará órgãos da estrutura organizacional da Câmara dos Deputados e subsolos de garagem.	

PLDO-2014, Anexo II das Informações Complementares ao PLOA 2014

Custos Médios utilizados nos principais serviços e investimentos

II - detalhamento dos custos unitários médios utilizados na elaboração dos orçamentos para os principais serviços e investimentos, justificando os valores adotados

Orçamento Fiscal e de Seguridade Social

Recursos de todas as fontes					R\$ 1,00
Ação	Produto	Un. Medida	Serv / Invest	Custo Médio (R\$ 1,00)	Justificativa
02000 Senado Federal					
02101 Senado Federal					
1129 Interlegis II - Implementação do Legislativo Eletrônico (e-legislativo)	Projeto implementado	percentual de execução	Serv. / Invest.	414.588	A apuração do custo médio da ação foi obtido pela divisão do valor total da proposta orçamentária feita pela unidade responsável, que totalizou R\$ 10.364.380,00, pelo valor da meta física anual estimada para 2014, correspondente a 25%, resultando em R\$ 414.587,92. Atualmente esse projeto está com 50,73% de execução, que poderá ser concluído em dois anos, sendo 25% em 2014 e o restante em 2015.
2549 Comunicação e Divulgação Institucional	Matéria veiculada	unidade	Serv. / Invest.	1.341	A dotação prevista na proposta orçamentária do Senado para a ação de comunicação e divulgação institucional é de R\$ 64.258.041,00 para a veiculação de 47.920 matérias, perfazendo um custo médio de R\$ 1.340,94. O relatório montante engloba as despesas com a TV Senado, Rádio Senado, Jornal Senado e outras mídias desta Casa Legislativa, incluindo tanto as despesas correntes quanto as de capital, destacando-se entre essas últimas as destinadas à aquisição de equipamentos, em especial de transmissor digital de radiodifusão de sons e imagens para a expansão do sinal da TV e da Rádio Senado.

PLDO-2014, Anexo II das Informações Complementares ao PLOA 2014

Custos Médios utilizados nos principais serviços e investimentos

II - detalhamento dos custos unitários médios utilizados na elaboração dos orçamentos para os principais serviços e investimentos, justificando os valores adotados

Orçamento Fiscal e de Seguridade Social

Recursos de todas as fontes						R\$ 1,00
Ação	Produto	Un. Medida	Serv / Invest	Custo Médio (R\$ 1,00)	Justificativa	
03000 Tribunal de Contas da União						
03101 Tribunal de Contas da União						
102X Construção da Secretaria de Controle Externo no Estado do Acre - SECEX/AC	Edifício construído	percentual de execução física	Investimentos	2.250	O custo total para a construção de imóvel com área aproximada de 1.270m² é de R\$ 2.870.000,00. A nova edificação propiciará o atendimento do público alvo em instalações condizentes que propiciem o bem estar, a satisfação coletiva e a melhoria da prestação do serviço público.	
110B Construção da Secretaria de Controle Externo no Estado de Rondônia - SECEX/RO	Edifício construído	percentual de execução física	Investimentos	2.242	O custo total para a construção de imóvel com área aproximada de 1.160m² é de R\$ 2.601.000,00. A nova edificação propiciará o atendimento do público alvo em instalações condizentes que propiciem o bem estar, a satisfação coletiva e a melhoria da prestação do serviço público.	
12QD Construção do Anexo IV: Escola Superior de Controle	Edifício construído	percentual de execução física	Investimentos	2.212	O custo total para a construção de imóvel com área aproximada de 26.000 m² é de R\$ 57.500.000,00. A nova edificação abrigará os eventos de capacitação em nível de graduação e pós-graduação oferecidos pelo ISC e acolherá diversas unidades do TCU	
12QF Construção da Secretaria de Controle Externo no Estado de Alagoas - SECEX/AL	Edifício construído	percentual de execução física	Investimentos	2.710	O custo total para a construção de imóvel com área aproximada de 1.550 m² é de R\$ 4.200.000,00. A nova edificação propiciará o atendimento do público alvo em instalações condizentes que propiciem o bem estar, a satisfação coletiva e a melhoria da prestação do serviço público.	
12QK Construção da Secretaria de Controle Externo no Estado do Mato Grosso - SECEX/MT	Edifício construído	percentual de execução física	Investimentos	2.333	O custo total para a construção de imóvel com área aproximada de 1.500m² é de R\$ 3.500.000,00. A nova edificação propiciará o atendimento do público alvo em instalações condizentes que propiciem o bem estar, a satisfação coletiva e a melhoria da prestação do serviço público.	
13MD Reforma do Edifício-Sede do Tribunal de Contas da União	Edifício reformado	percentual de execução física	Investimentos	2.066	A ação envolve a confecção de projetos e obra de reforma propriamente dita, com a substituição total dos sistemas de ar condicionado e instalações elétricas, em conformidade com as normas atuais, cabeamento estruturado e sistemas hidráulico de combate a incêndio. A reforma abrange o fornecimento e a instalação de todos os equipamentos necessários e elevadores, conforme especificações dos projetos. Custo total de R\$ 49.550.000,00 e área de 23.987 m² (inclui restaurante).	
142D Aquisição de imóvel para a Secretaria de Controle Externo no Estado do Piauí	Imóvel adquirido	unidade	Investimentos	5.000.000	O imóvel pronto destina-se a abrigar a Sede da Secretaria de Controle Externo no Estado do Piauí com área aproximada de 1.900 m², com vistas ao atendimento do público alvo em instalações condizentes que propiciem o bem estar, a satisfação coletiva e a melhoria da prestação do serviço público.	
142E Aquisição de imóvel para a Secretaria de Controle Externo no Estado de Minas Gerais	Imóvel adquirido	unidade	Investimentos	12.000.000	O imóvel pronto destina-se a abrigar a Sede da Secretaria de Controle Externo no Estado de Minas Gerais, com área aproximada de 1.500 m², com vistas ao atendimento do público alvo em instalações condizentes que propiciem o bem estar, a satisfação coletiva e a melhoria da prestação do serviço público.	

PLDO-2014, Anexo II das Informações Complementares ao PLOA 2014

Custos Médios utilizados nos principais serviços e investimentos

II - detalhamento dos custos unitários médios utilizados na elaboração dos orçamentos para os principais serviços e investimentos, justificando os valores adotados

Orçamento Fiscal e de Seguridade Social

Recursos de todas as fontes					R\$ 1,00	
Ação	Produto	Un. Medida	Serv / Invest	Custo Médio (R\$ 1,00)	Justificativa	
2549 Comunicação e Divulgação Institucional	Materia veiculada	unidade	Serviços	83	A dotação prevista para a ação é de R\$ 1.124.000,00 com uma meta de 13.500 matérias veiculadas.	
4018 Fiscalização da Aplicação dos Recursos Públicos Federais	Fiscalização realizada	unidade	Serv. / Invest	25.462	O custo médio apurado foi calculado com base na proposta orçamentária de 2014 na qual a dotação prevista para a ação é de R\$ 145.135.800,00 para o pagamento de honorários de fiscalização. No entanto, o valor de fiscalização realizado em 2013 foi de R\$ 145.135.800,00, o que resultou em uma dotação exaurida. Os recursos foram utilizados para a contratação de auditorias, levantamentos, inspeções, acompanhamentos e monitoramentos.	

PLDO-2014, Anexo II das Informações Complementares ao PLOA 2014

Custos Médios utilizados nos principais serviços e investimentos

II - detalhamento dos custos unitários médios utilizados na elaboração dos orçamentos para os principais serviços e investimentos, justificando os valores adotados

Orçamento Fiscal e de Seguridade Social

Recursos de todas as fontes					R\$ 1,00	
Ação	Produto	Un. Medida	Serv / Invest	Custo Médio (R\$ 1,00)	Justificativa	
10000 Supremo Tribunal Federal						
10101 Supremo Tribunal Federal						
1201 Ampliação da Garagem do Edifício Anexo II do Supremo Tribunal Federal	Garagem ampliada	percentual de execução física	Serv. / Invest	1.667	Para a execução do projeto de Ampliação da Garagem do Edifício Anexo II do STF, em 24.000 m2, está previsto um gasto total de R\$ 40.000.000,00, ou seja, R\$ 1.666,66 aproximados para cada metro quadrado.	
2549 Comunicação e Divulgação Institucional	Materia veiculada	unidade	Serv. / Invest	608	Está prevista uma dotação de R\$ 37.090.912,00 para a veiculação de 61.000 matérias por meio da TV Justiça, da Rádio Justiça e da mídia em geral a um custo médio de R\$ 608,00.	
6359 Apreciação e Julgamento de Causas no Supremo Tribunal Federal	Processo julgado	percentual de execução	Serv. / Invest	1.637	Com uma dotação total prevista de R\$ 163.712.088,00 para esta ação, o custo estimado médio para o julgamento de cada processo é de R\$ 1.637,00.	

PLDO-2014, Anexo II das Informações Complementares ao PLOA 2014

Custos Médios utilizados nos principais serviços e investimentos

II - detalhamento dos custos unitários médios utilizados na elaboração dos orçamentos para os principais serviços e investimentos, justificando os valores adotados

Orçamento Fiscal e de Seguridade Social

Recursos de todas as fontes					R\$ 1,00	
Ação	Produto	Un. Medida	Serv / Invest	Custo Médio (R\$ 1,00)	Justificativa	
11000 Superior Tribunal de Justiça						
11101 Superior Tribunal de Justiça						
14PV Construção do Bloco Anexo de Apoio II	Prédio construído	percentual de execução física	Investimentos	66.346	A meta física estimada para o projeto em 2014 é de 52%. A dotação alocada à ação nesse período totalizará R\$ 3.450.000,00, o que resulta um custo médio do projeto de R\$ 66.346,00. Para 2014 estão previstas as etapas envolvendo o desenvolvimento de projeto básico, processo licitatório visando contratação de empresa, montagem do canteiro e início da execução da obra.	
2549 Comunicação e Divulgação Institucional	Matéria veiculada	unidade	Serv. / Invest	558	A mensuração da meta física para a atividade em tela engloba os planos orçamentários - Comunicação e Divulgação Institucional - Rádio Justiça e TV Justiça pertencendo a estimativa de 20.885 matérias veiculadas. Com a dotação destinada para atender as necessidades da ação teremos um custo médio de 558 por matéria durante o próximo exercício. Dentre as principais demandas destinam-se o "Programas Debates", aquisição e suporte Rádio Justiça, aquisição de equipamentos para a produção de vídeos, aquisição de equipamentos para a produção de programas de rádio, aquisição de equipamentos para a produção de programas de TV e demais matérias jornalísticas, ampliação do número de pontos ligados por fibras óticas para permitir a transmissão ao vivo a vários setores do Tribunal.	
4236 Apreciação e Julgamento de Causas	Processo julgado	unidade	Serv. / Invest	630	O custo médio apontado quantifica a previsão de gasto unitário da ação apreciação e julgamento de causas relativo ao produto processo julgado. O referencial de R\$ 219.940.630,00 destinado à ação em tela e a estimativa de processos a serem julgados de 349.278 no próximo exercício corroboram na apuração do custo para 2014. As despesas administrativas com manutenção, reformas e conservação de bens móveis e imóveis; manutenção e desenvolvimento de aplicativos e serviços de informática, e demais serviços diversos da Corte corroboram para consecução do objeto previsto na ação que é dar suporte na administração a toda sociedade na busca de um pronunciamento judicante do Órgão.	

PLDO-2014, Anexo II das Informações Complementares ao PLOA 2014

Custos Médios utilizados nos principais serviços e investimentos

II - detalhamento dos custos unitários médios utilizados na elaboração dos orçamentos para os principais serviços e investimentos, justificando os valores adotados
Orçamento Fiscal e de Seguridade Social

Recursos de todas as fontes		R\$ 1,00			
Ação	Produto	Un. Medida	Serv / Invest	Custo Médio (R\$ 1,00)	Justificativa
4224 Assistência Jurídica a Pessoas Carentes	Pessoa assistida	unidade	Serviços	500	O VALOR PRETENDE ASSEGURAR A ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA A PESSOAS CARENTES COM O PAGAMENTO DE HONORÁRIOS PARA DEFENSORES DATIVOS E PERITOS, CONFORME LEIS N. 1.060/1950, 7.510 /1986; RESOLUÇÃO CJF Nº 541/ 2007 E RESOLUÇÃO CJF Nº 558/2007.

PLDO-2014, Anexo II das Informações Complementares ao PLOA 2014

Custos Médios utilizados nos principais serviços e investimentos

II - detalhamento dos custos unitários médios utilizados na elaboração dos orçamentos para os principais serviços e investimentos, justificando os valores adotados

Orçamento Fiscal e de Seguridade Social

Ação		Produto	Un. Medida	Serv / Invest	Custo Médio (R\$ 1,00)	Justificativa
13000 Justiça Militar da União						
13101 Justiça Militar da União						
10NR	Construção do Edifício-Sede da Auditoria da 7ª CJM	Edifício construído	percentual de execução física	Investimentos	125 000	Com dotação de R\$ 5.000.000,00, para 2014, a previsão é executar 40% do projeto de Construção do Edifício-Sede da Auditoria da 7ª CJM, com custo médio de R\$ 125.000,00 para cada percentual executado.
151X	Desenvolvimento e Implantação do Sistema Projeto Judicial Eletrônico na Justiça Militar da União – PJe	Sistema implantado	percentual de execução física	Investimentos	115 000	Com dotação de R\$ 2.300.000,00, para 2014, a previsão é executar 20% do projeto de Desenvolvimento e Implantação do Sistema Projeto Judicial Eletrônico na JMU (PJe), com custo médio de R\$ 125.000,00 para cada percentual executado.

PLDO-2014, Anexo II das Informações Complementares ao PLOA 2014

Custos Médios utilizados nos principais serviços e investimentos

II - detalhamento dos custos unitários médios utilizados na elaboração dos orçamentos para os principais serviços e investimentos, justificando os valores adotados

Orçamento Fiscal e de Seguridade Social

Recursos de todas as fontes

R\$ 1,00

Ação	Produto	Un. Medida	Serv / Invest	Custo Médio (R\$ 1,00)	Justificativa
17000 Conselho Nacional de Justiça					
17101 Conselho Nacional de Justiça					
142Q Reforma do Edifício do Conselho Nacional de Justiça	Edifício reformado	percentual de execução física	Serv. / Invest	457.142	Com dotação de R\$ 16.000.000,00 para 2014, a previsão é executar 35% do projeto de reforma do edifício localizado na SEP 514, LOTE 7, Brasília-DF. O custo médio refere-se a cada percentual de execução física executado.
151R Reforma dos Pavimentos do Edifício Siderbrás destinados ao Conselho Nacional de Justiça	Reforma efetivada	percentual de execução física	Serv. / Invest	142.857	Com dotação de R\$ 5.000.000,00 para 2014, a previsão é executar 35% do projeto de reforma dos pavimentos do edifício Siderbrás destinados ao Conselho Nacional de Justiça. O custo médio refere-se a cada percentual de execução física executado.
152A Desenvolvimento e Implantação do Sistema Processo Judicial Eletrônico no Poder Judiciário - Pje	Sistema implantado	percentual de execução física	Serv. / Invest	393.875	Com dotação de R\$ 7.877.500,00 para 2014, a previsão é executar 20% do projeto de Desenvolvimento e Implantação do Sistema Processo Judicial Eletrônico no Poder Judiciário - Pje. O custo médio refere-se a cada percentual de execução física executado.
1K27 Modernização da Infraestrutura da Tecnologia da Informação da Justiça Brasileira	Projeto implantado	percentual de execução física	Investimentos	4.427.961	Os recursos serão utilizados para promover o nívelamento tecnológico no poder Judiciário. O custo médio refere-se a cada percentual de execução física executado.
2549 Comunicação e Divulgação Institucional	Materia veiculada	unidade	Serviços	250	Previsão de recursos para realização de campanhas de publicidade institucional e divulgação por meio da mídia em geral, visando informar a sociedade sobre as atividades desenvolvidas pelo Órgão.
2865 Apreciação e Julgamento de Processos Disciplinares e Administrativos	Processo apreciado	unidade	Serv. / Invest	9.750	Previsão de recursos necessários à manutenção e ao funcionamento do Órgão para o desenvolvimento da prestação jurisdicional atribuída ao Conselho Nacional de Justiça.

PLDO-2014, Anexo II das Informações Complementares ao PLOA 2014

Custos Médios utilizados nos principais serviços e investimentos

II - detalhamento dos custos unitários médios utilizados na elaboração dos orçamentos para os principais serviços e investimentos, justificando os valores adotados

Orçamento Fiscal e de Seguridade Social

Recursos de todas as fontes					R\$ 1,00	
Ação	Produto	Un. Medida	Serv / Invest	Custo Médio (R\$ 1,00)	Justificativa	
20000 Presidência da República						
20101 Presidência da República						
121Y Restauração e Modernização do Palácio do Planalto	Edifício restaurado	percentual de execução física	Investimentos	3.000.000	Provisão para quitação do passivo de dívida contraída para reformas no Palácio do Planalto.	
14U3 Ampliação do Complexo de Anexos do Palácio do Planalto	Obra realizada	percentual de execução física	Investimentos	10.000.000	Valor orçado para atender ao projeto executivo e ao projeto básico.	
20CT Capacitação de Agentes para o Sistema de Comunicação de Governo do Poder Executivo Federal - SICOM	Agente capacitado	unidade	Serviços	2.857	Custo médio necessário para realizar ações de qualificação e aprimoramento técnico dos agentes de comunicação do governo Federal e aprimoramento dos processos administrativos, visando a melhoria dos serviços prestados ao cidadão e com a sociedade em geral, de modo que haja um aumento dos níveis de transparência e qualificação do diálogo do Governo com a sociedade.	
20ZN Promoção e Defesa dos Direitos Humanos	Projeto apoiado	unidade	Serviços	8.678.000	Os recursos são aplicados por meio de termo de cooperação com a SD/HPR. Destinam-se à celebração de convênio com organização não-governamental e sua aplicação é feita especialmente em contratação de educadores populares, material de consumo, passagens, diárias e contratação de serviços de terceiros - pessoa jurídica.	
2675 Comunicação e Transmissão de Atos e Fatos do Governo Federal	Matéria distribuída	unidade	Serviços	679	Custo médio para assegurar o acesso da sociedade à informação sobre direitos e deveres do cidadão, mediante a produção, atualização e a integração, com a mídia, de conteúdos de interesse público, visando a integração social e a integração com o interesse público.	
2B27 Sistema de Proteção ao Programa Nuclear Brasileiro - SIPRON	Sistema mantido	unidade	Serv. / Invest.	970.000	A proposta apresentada visa garantir os recursos necessários ao desenvolvimento das ações do SIPRON, com a celebração de termos de cooperação, aquisição de equipamentos de processamento de dados para aprimorar o trabalho desenvolvido, bem como viagens a serviço dos servidores da área.	
2B82 Fortalecimento da Capacidade Institucional do Estado Brasileiro para Gestão em Regulação	Sistema regulatório aperfeiçoado	unidade	Serviços	0	Captura para ajuste no momento setorial.	
2C55 Disseminação de Conduta Ética no Poder Executivo Federal	Agente público orientado	unidade	Serviços	0	Captura para ajuste no momento setorial.	
2E24 Formulação, Desenvolvimento e Capacitação para Participação Social	Ação implementada	unidade	Serviços	57.000	Essa ação envolve atividades muito diversas que serão executadas ao longo de 2014, a exemplo de parcerias com organismos internacionais, acordos de cooperação com universidades e convênios com organizações da sociedade civil, além de alguns eventos (como seminários, congressos e encontros com a sociedade) e diárias e passagens de único unidades da SD/HPR.	

PLDO-2014, Anexo II das Informações Complementares ao PLOA 2014

Custos Médios utilizados nos principais serviços e investimentos

II - detalhamento dos custos unitários médios utilizados na elaboração dos orçamentos para os principais serviços e investimentos, justificando os valores adotados

Orçamento Fiscal e de Seguridade Social

Recursos de todas as fontes					R\$ 1,00
Ação	Produto	Un. Medida	Serv / Invest	Custo Médio (R\$ 1,00)	Justificativa
4693 Segurança Institucional do Presidente da República e do Vice-Presidente da República, Respeitosos Familiares, e Outras Autoridades	Serviço mantido	unidade	Serv. / Invest	22.144.000	Em razão da diversidade das ações que serão executadas, há grande dificuldade em estimar o custo médio das ações que serão executadas. O valor aqui apresentado deverá ser melhor detalhado ao longo dos relatórios de monitoramento.
					A proposta apresentada visa garantir condições mínimas de funcionamento da atividade no cumprimento das atribuições do Gabinete de Segurança Institucional. Requer a consolidação das necessidades operacionais e administrativas das quatro Secretarias do Gabinete (Secretaria Executiva, Secretaria de Coordenação e Acompanhamento de Assuntos Militares, Secretaria de Acompanhamento e Estudos Estratégicos e Secretaria de Segurança Presidencial).
4901 Funcionamento do Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional	Conselho mantido	unidade	Serviços	1.000.000	Captura para ajuste no momento setorial.
8699 Gerenciamento das Políticas Públicas de Juventude	Diagnóstico realizado	unidade	Serv. / Invest	10.444.000	Realizar estudos, seminários, pesquisas, capacitar servidores públicos e membros de comitês e implementar programas de extensão para a órgãos de administração pública federal, estaduais, municipais e particulares, de Estaduais, Municipais e o Distrito Federal, instituições de ensino superior, organizações da sociedade civil e organismos internacionais.
8700 Funcionamento do Conselho Nacional de Juventude	Conselho mantido	unidade	Serviços	1	Realização estudos, reuniões do Conselho, Câmaras Temáticas, Comissões, oficinas, Grupos de Trabalho e a participação em outras reuniões para que foram designadas. Essencialmente tratam de despesas com passagens e diárias, eventualmente, a contratação de serviços de suporte às reuniões e parcerias com instituições para estudos e pesquisas, entidades não-governamentais e organismos internacionais.
20204 Instituto Nacional de Tecnologia da Informação - ITI					
4858 Promoção e Disseminação do Uso da Certificação Digital - ICP - Brasil	Evento realizado	unidade	Serviços	12.000	O custo visa a Promoção do Uso da Certificação Digital ICP - Brasil e da disseminação de conhecimentos entre empresas, servidores públicos, cidadãos brasileiros e pessoal envolvido com os Prestadores de Serviço de Certificação Digital e/ou interessados na adoção da Certificação Digital ICP - Brasil, com foco no uso, suporte técnico e emissão de certificados digitais, segundo as práticas, normas e padrões da ICP - Brasil. Estimular a participação de universidades, instituições de ensino e iniciativa privada em pesquisa e desenvolvimento nas atividades de interesse da ICP - Brasil. Realizar eventos de promoção da Massificação da Certificação Digital ICP - Brasil, tais como workshops sobre o produto, Ceriforuns anuais, edição da Revista Digital e de matérias sobre certificação digital, destinadas a empresas públicas e privadas, servidores públicos e cidadãos brasileiros.
4912 Auditoria e Fiscalização nos Prestadores de Serviço de Certificação Digital e Normalização da ICP-Brasil	Auditoria realizada	unidade	Serviços	3.000	Os valores são destinados para a realização de auditorias e fiscalizações operacionais e de credenciamento, a conformidade dos processos, procedimentos operacionais e atividades dos Prestadores de Serviço de Certificação com as suas respectivas Declarações de Práticas de Certificação, suas Políticas de Certificação, a Política de Segurança e demais documentos,

PLDO-2014, Anexo II das Informações Complementares ao PLOA 2014

Custos Médios utilizados nos principais serviços e investimentos

II - detalhamento dos custos unitários médios utilizados na elaboração dos orçamentos para os principais serviços e investimentos, justificando os valores adotados

Orçamento Fiscal e de Seguridade Social

Recursos de todas as fontes					R\$ 1,00
Ação	Produto	Un. Medida	Serv / Invest	Custo Médio (R\$ 1,00)	Justificativa
4917 Operacionalização, Manutenção e Modernização da Autoridade Certificadora Raiz da Infraestrutura da ICP-Brasil	Serviço mantido	percentual	Serv. / Invest	44.343	regulamentações e normas gerais estabelecidas para as entidades em credenciamento ou integrantes da ICP - Brasil, por meio de processo de auditoria e fiscalização consubstanciados em relatórios, cujas irregularidades devem ser acompanhadas até o cumprimento de suas correções. Realizar pesquisas e propor a revisão, atualização e suplementação das normas técnicas e operacionais aprovadas pelo Comitê Gestor da ICP - Brasil, observados os demais aspectos jurídicos sobre a matéria, com vistas a garantir a adoção de padrões de interoperabilidade e segurança compatíveis com as normas brasileiras e internacionais. A ação visa garantir o pleno funcionamento do Sistema Nacional de Certificação Digital da ICP - Brasil, que deve funcionar 24 horas por dia, 7 dias por semana, 365 dias por ano, a uma taxa de disponibilidade de 99,9%, o que equivale a apenas 52 minutos de paradas anuais. Para tanto, a ação busca garantir o pleno funcionamento dos dois Centros de Certificação Digital da Autoridade Certificadora Raiz da ICP - Brasil, ambientes de produção e de contingência, assim como investir no aperfeiçoamento constante da plataforma criptográfica (hardware - MSC e software - SGO). Promover o relacionamento com instituições congêneres no País e no Exterior. Celebrar e acompanhar a execução de contratos, convênios, instrumentos congêneres e acordos de cooperação nacionais e internacionais, no campo das atividades de infraestrutura de chaves públicas e áreas afins, ouvido o Comitê Gestor da ICP - Brasil. Estimular a participação de universidades, instituições de ensino e iniciativa privada em pesquisa e desenvolvimento, nas atividades de interesse da área de segurança da informação e da infraestrutura de chaves públicas. Estimular e articular projetos de pesquisa científica e de desenvolvimento tecnológico voltados à ampliação da cidadania digital, por meio da utilização de certificação e assinatura digitais ou de outras tecnologias que garantam a privacidade, autenticidade e integridade de transações e documentos eletrônicos.
20415 Empresa Brasil de Comunicação S.A. - EBC					
1282 Implantação do Sistema Operador da Rede Nacional de TV Pública Digital (RNTPD)	Sistema implantado	percentual de execução física	Investimentos	100.000	Viabilizar a implantação de infraestrutura comum de transmissão em sistema digital para as emissoras públicas federais, buscando a economia de recursos públicos e a aceleração dos prazos de migração do sistema digital para o SBTVD, realizando além da infraestrutura, meios e equipamentos de rede para operação e manutenção de plataforma comum integrada multiserviço destinada a prestar serviços de transmissão e retransmissão de televisão pública digital explorados pelas redes públicas federais previstas pelo Decreto nº 5.820, de 29 de junho de 2006.
2085 Fortalecimento do Sistema Público de Radiodifusão e Comunicação	Conteúdo informativo difundido	unidade	Serv. / Invest	9,16	Produção e veiculação de conteúdos informativos, infantis, educativos, culturais, artísticos, científicos e formadores da cidadania por meio dos diferentes canais e serviços que compõem o Sistema Público de Comunicação e Radiodifusão; aquisição de conteúdos originários da produção audiovisual independente e da produção audiovisual regional, com vistas à expressão da diversidade cultural, social, econômica e étnica do País; licenciamento de obras audiovisuais nacionais e internacionais; aquisições de direitos autorais; ações de fomento, próprias e em parcerias, ao desenvolvimento

PLDO-2014, Anexo II das Informações Complementares ao PLOA 2014

Custos Médios utilizados nos principais serviços e investimentos

II - detalhamento dos custos unitários médios utilizados na elaboração dos orçamentos para os principais serviços e investimentos, justificando os valores adotados

Orçamento Fiscal e de Seguridade Social

Recursos de todas as fontes					R\$ 1,00
Ação	Produto	Un. Medida	Serv / Invest	Custo Médio (R\$ 1,00)	Justificativa
212H Pesquisa e Desenvolvimento nas Organizações Sociais	Serviço prestado	unidade	Serviços	549	da produção audiovisual televisiva e radiofônica brasileiras; produção de conteúdos específicos para exibição internacional; produção, integração e distribuição de conteúdos multimídia para web, mobile e novas plataformas; ações de divulgação e publicidade; ações de patrocínios; investimentos para ampliar a oferta e qualidade dos sinais de radiodifusão públicos e a migração para a plataforma digital; e contratação de serviços de telecomunicações e outros serviços de terceiros, serviços continuados, aquisição de materiais de consumo, despesas com diárias, passagens e locomoção, aquisição de materiais permanentes, obras e instalações, ou seja, despesas necessárias para dar suporte à execução da atividade finalística, visando aprimorar o funcionamento do Sistema Nacional de Radiodifusão e Comunicação Social pelas emissoras públicas de televisão nacional (TV Brasil e Intercontinental TV Brasil Internacional), agências públicas de notícias (Agência Brasil e Radiogência Nacional) e pelo complexo de emissoras públicas de rádio (Rádios Nacional e Rádios MEC), ampliando e qualificando sua acessibilidade e abrangência.
2675 Comunicação e Transmissão de Atos e Fatos do Governo Federal	Matéria distribuída	unidade	Serv. / Invest	1.307	Desenvolvimento tecnológico, avaliação e implantação de novos protocolos, serviços e aplicações na rede; disseminação destas tecnologias entre organizações usuárias; capacitação de recursos humanos, tanto para atender às necessidades decorrentes dos objetivos descritos, como para difundir o conhecimento em tecnologia de informação e comunicação; diagnóstico, planejamento, desenvolvimento e gerenciamento da infra-estrutura nacional de redes IP (Protocolo Internet) avançada para colaboração e comunicação em ensino e pesquisa.
20927 Fundo de Imprensa Nacional					Cobertura jornalística das atividades do Governo Federal, transmitindo-os em tempo real em televisão (aberta e fechada), rádio e internet. Acompanhamento da agenda presidencial em Brasília e em todas as viagens realizadas pela Presidenta no Brasil e no exterior com divulgação por meio de transmissões ao vivo e programas jornalísticos.
2804 Edição, Produção, Divulgação e Distribuição de Publicações Oficiais	Página editorada	unidade	Serv. / Invest	0	Divulgação de políticas públicas aos cidadãos, mediante a produção de conteúdos em formato de noticiosos, documentários, entrevistas e reportagens para veiculação em televisão, rádio, internet e outras plataformas digitais.
					O custo médio é de 0,09 visa atender a editoração de 400.000.000 páginas no exercício de 2014, na manutenção, edição, produção e distribuições jornais oficiais; na execução dos contratos continuados e não continuados; (e na aquisição de insumos gráficos e equipamentos permanentes).

PLDO-2014, Anexo II das Informações Complementares ao PLOA 2014

Custos Médios utilizados nos principais serviços e investimentos

II - detalhamento dos custos unitários médios utilizados na elaboração dos orçamentos para os principais serviços e investimentos, justificando os valores adotados

Orçamento Fiscal e de Seguridade Social

Recursos de todas as fontes					R\$ 1,00	
Ação	Produto	Un. Medida	Serv / Invest	Custo Médio (R\$ 1,00)	Justificativa	
22000 Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento						
22101 Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento						
0064	Assistência às Associações de Criadores de Equinos e Entidades Turísticas (Lei nº 7.291, de 1984)	Associação atendida	Serviços	46.653	A definição do valor orçamentário desta ação está baseada na estimativa de contribuição obrigatória das entidades turísticas autorizadas a realizar corrida de cavalos com apostas (Lei 7.291/84) tomando como referência ano anterior. Como não existe possibilidade de aumento na arrecadação, deverá permanecer o valor já estimado.	
099F	Concessão de Subvenção Econômica ao Prêmio do Seguro Rural (Lei nº 10.823, de 2003)	Produtor beneficiado	Serviços	7.308	Para o exercício de 2014, foram solicitados recursos da ordem de R\$ 400 milhões no Projeto de Lei Orçamentária - PLOA para a concessão da subvenção econômica ao prêmio do seguro rural. Com base nesse montante, há a expectativa de atender aproximadamente 54,736 produtores rurais, únicos beneficiários desta Ação orçamentária. Dessa forma, chegamos ao valor de R\$ 7.307,80 como custo médio por produtor beneficiado.	
147S	Ampliação da Rede Nacional de Monitoramento Meteorológico	Rede implantada	Investimentos	295.542	O dado meteorológico é insumo básico no zoneamento agroclimático e na determinação de regiões em que eventos meteorológicos severos atingem as áreas agrícolas no país e em várias outras atividades econômicas (seguro agrícola, aviação, navegação e etc.). O adensamento da observação meteorológica no país vem de encontro às necessidades de incrementar a capacidade de monitorar e prever tempo e clima. O INMET vem gradativamente ampliando sua capacidade de observação, já tendo instalado uma rede de Estações Automáticas, que primariamente atende às necessidades de previsão de tempo em escala sinótica. No entanto é preciso também melhor atender às demandas de monitoramento agrícola, garantindo que fenômenos meteorológicos de escala média e pequena também sejam observados e a ampliação dessa rede automática de superfície faz-se cada vez mais necessária. Neste contexto, a Ação AMPLIHED13 é prioritária, pois, reveste-se de grande importância já que o aumento na capacidade de monitorar e prever será consideravelmente ampliada com a instalação de até 500 novas Estações Automáticas na rede existente, incremento da rede de observação de altitude e observação marinha, modernização da rede de observação de altitude e ampliação da rede de radares em operação no Brasil, até 2015.	
152L	Reforma, Ampliação e Modernização dos Laboratórios Nacionais Agropecuários (Lanagros)	Laboratório ampliado/modernizado	Investimentos	10.000.000	Reforma, Ampliação e Modernização dos Laboratórios Nacionais Agropecuários (Lanagros)	
202S	Desenvolvimento da Agroenergia	Cadeia produtiva desenvolvida	Serviços	214.013	A continuada redução no referencial monetário para elaboração orçamentária da CEPLAC, bem como nos limites disponibilizados para execução nos últimos anos têm gerado sérios gargalos na gestão do órgão e condicionado o repasse de um conjunto de iniciativas finalísticas, com irreparáveis prejuízos na eficácia e efetividade das políticas públicas de sua competência, requeridas pelas comunidades regionais. Dos recursos aprovados na LOA 2012 para este PO, 1,46 milhão, apenas 320,7 mil foram disponibilizados, com o saldo de R\$ 1.139.300,00 em recursos não utilizados. Os recursos orçamentários e financeiros de custeio e investimento, alocados a título de	

PLDO-2014, Anexo II das Informações Complementares ao PLOA 2014

Custos Médios utilizados nos principais serviços e investimentos

II - detalhamento dos custos unitários médios utilizados na elaboração dos orçamentos para os principais serviços e investimentos, justificando os valores adotados

Orçamento Fiscal e de Seguridade Social

Recursos de todas as fontes					R\$ 1,00
Ação	Produto	Un. Medida	Serv / Invest	Custo Médio (R\$ 1,00)	Justificativa
					funcionamento, deslocamento e outras despesas servirão para manter em parte a estrutura logística das Atividades de Pesquisa e Desenvolvimento – P&D e dos Serviços de Assistência Técnica e Extensão Rural – ATER. Assim como, desenvolver e executar as metas das ações finalísticas de “Geração e difusão de tecnologias para o desenvolvimento das cadeias produtivas agroenergéticas nas Regiões Produtoras de Cacau”, e implementar estudos e ações de melhoria e otimização do agronegócio do dendê, tanto na consolidação da agricultura familiar quanto nas pequenas e médias propriedades agrícolas, para atingir níveis de viabilidade agroindustrial e econômica de produção e utilização do óleo de dendê como matéria-prima para a produção de biodiesel, visando à efetiva implementação do Programa Nacional de Produção e Uso do Biodiesel nas regiões produtoras de dendê, bem como promover a aplicação e renovação de dendê-zais nas áreas zoneadas para o cultivo, além de auxiliar na difusão de tecnologias que permitam a capacitação técnica dos produtores rurais e o aumento dos investimentos nesta fonte de energia renovável.
					O desafio da agroenergia é a produção de matérias-primas em quantidade suficiente para responder às demandas estipuladas no Plano Decenal de Expansão de Energia para 2014, sem que haja competição com a produção de alimentos.
					Para promover a expansão da oferta de matérias-primas para a produção de biodiesel, no horizonte de 2014, as ações propostas pela SPA/EMAPA são:
					a. Organização e capacitação para a cadeia produtiva de oleaginosas;
					b. Difundir novas tecnologias produtivas agrícolas;
					b. Investimento em pesquisas de matérias-primas para produção de biodiesel.
					a. Promoção da busca por oleaginosas que possam substituir a soja como matéria-prima produção de biodiesel (canola);
202T Promoção do Agronegócio Brasileiro no Mercado Internacional	Evento/missão realizado(a)	unidade	Serviços	72.670	Execução de missões para negociações agropecuárias internacionais, gestão das atividades dos adidos agrícolas, promoção e imagem dos produtos agropecuários brasileiros no exterior, com a finalidade de apoiar os interesses da agropecuária brasileira no comércio internacional e implementar cooperações técnicas. Constituir um centro de custos para gerenciamento dos adidos agrícolas; consolidar a credibilidade dos produtos agropecuários brasileiros e intensificar as exportações por meio da disseminação de informações referentes aos mercados internacionais; capacitação dos agentes exportadores; apoio à integração das cadeias produtivas; fomentar as oportunidades comerciais e o fortalecimento da imagem dos produtos agropecuários brasileiros no exterior. Identificar oportunidades e prospectar novos mercados internacionais.
202U Redução de Riscos na Atividade Agropecuária	Produtor beneficiado	unidade	Serv. / Invest	5.380	Para o exercício de 2014, foram solicitados recursos da ordem de R\$ 14 milhões no Projeto de Lei Orçamentária PLOA, para o fim de despesas relacionadas aos estudos de zoneamento e a fiscalização de operações de seguro rural subvencionadas pelo Programa de Seguro Rural. A ação orçamentária se desdobra em três distintos planos orçamentários que se realizam por meio de: 1) Termo de Cooperação entre a SPA e o CNPQ/EMBRAPA; 2) Termo de Cooperação Técnica entre SPA e CONAB; e 3) Contratação de empresa com serviços especializados, para fazer os estudos de

PLDO-2014, Anexo II das Informações Complementares ao PLOA 2014

Custos Médios utilizados nos principais serviços e investimentos

II - detalhamento dos custos unitários médios utilizados na elaboração dos orçamentos para os principais serviços e investimentos, justificando os valores adotados

Orçamento Fiscal e de Seguridade Social

Recursos de todas as fontes					R\$ 1,00
Ação	Produto	Un. Medida	Serv / Invest	Custo Médio (R\$ 1,00)	Justificativa
202V Fomento ao Setor Agropecuário	Projeto/iniciativa apoiado (a)	unidade	Serv. / Invest	578.309	Zonamento Agrícola de Risco Climático e proporcionar aos agricultores, agentes financeiros do crédito rural e do seguro rural, orientações que contribuam para minimizar riscos de perdas de safras decorrentes de eventos climáticos adversos. Com base no montante mencionado acima, há a expectativa de alcançar a meta de 355 estudos de zonamento para o ano de 2014, bem como a realização de 12 relatórios de acompanhamento do desenvolvimento do sistema SONABRASIL, e a fiscalização de 1.558 aplicações de seguro subvencionadas. Vale ressaltar que, o valor do custo médio em questão foi calculado somando os produtos dos IRIS-POs da ação que são investidos, a saber: número de estudos de zonamento realizados, número de aplicações de seguro subvencionadas, número de relatórios de acompanhamento do desenvolvimento do sistema SONABRASIL, o número de aplicações de seguro subvencionadas fiscalizadas. Portanto, nada tendo havido com o produto estabelecido pelo sistema SIOP, "produtor beneficiado", para calcular o custo médio, conforme a fórmula informada pela COF (valor total da ação/produto). Assim, o valor preenchido não condiz com o valor real de cada PO e seu respectivo produto.
202W Promoção da Defesa Agropecuária	Atividade realizada	unidade	Serv. / Invest	166	Desenvolvimento e difusão de tecnologias, estudos e pesquisas afins em agricultura irrigada, estudos de infraestrutura e logística da produção, promoção e participação em exposições e feiras agropecuárias, apoio ao desenvolvimento sustentável das cadeias produtivas agrícolas e pecuárias; fomento à indicação geográfica de produtos agropecuários, fomento à inovação no agronegócio, fomento à conservação e ao uso sustentável de recursos genéticos para agricultura e alimentação, remuneração ao agente formulador do PROCER e assistência técnica e extensão rural para o produtor rural, com a finalidade de promover o desenvolvimento do setor agropecuário. Promover a sanidade na agropecuária, mantendo a situação das zonas livres de pragas e doenças e fortalecendo as ações de prevenção e controle. Reestruturar, implementar e coordenar o Sistema Unificado de Atenção à Sanidade agropecuária – SUASA, e aperfeiçoar e modernizar os processos operacionais da defesa agropecuária para ampliar o alcance e a abrangência dos seus serviços em todo o território nacional. Ampliar e qualificar a oferta de serviços laboratoriais para atender a demanda na área da defesa agropecuária. A segurança da sanidade agropecuária tem como objetivos a saúde dos rebanhos, a sanidade vegetal e a eficiência da defesa agropecuária. A presença de doenças e pragas pode gerar grandes perdas econômicas para a agropecuária nacional, constituindo-se, inclusive, em obstáculo para a comercialização internacional de produtos agropecuários. A evolução do agronegócio nas últimas décadas fez com que o Brasil despontasse como uma das mais importantes potências agrícolas no cenário mundial, tanto para atendimento da demanda interna quanto de outros países por alimentos, fibras, fontes energéticas renováveis e outros produtos. Em consequência, o setor vem se um dos principais sustentáculos da economia brasileira e fundamental para o desenvolvimento econômico e social do país. A existência de uma produção de superávit comercial, geração descentralizada de emprego e renda, diminuição das desigualdades regionais e sociais e combate aos diferentes níveis de pobreza existentes. A continuidade dessa trajetória de sucesso depende, dentre outros fatores, da existência de serviços de defesa

PLDO-2014, Anexo II das Informações Complementares ao PLOA 2014

Custos Médios utilizados nos principais serviços e investimentos

II - detalhamento dos custos unitários médios utilizados na elaboração dos orçamentos para os principais serviços e investimentos, justificando os valores adotados

Orçamento Fiscal e de Seguridade Social

Recursos de todas as fontes					R\$ 1,00
Ação	Produto	Un. Medida	Serv / Invest	Custo Médio (R\$ 1,00)	Justificativa
20ZX Fiscalização de Atividades Agropecuárias	Fiscalização realizada	unidade	Serv. / Invest.	30	agropecuária capazes de compensar as vulnerabilidades naturais causadas pela extensão territorial brasileira, diversidade de climas, ambientes, recursos naturais, sistemas produtivos e riscos de introdução e disseminação de pragas e doenças capazes de comprometer todo o setor. No comércio internacional, o próprio sucesso do agronegócio brasileiro suscita o surgimento de segundas tentativas de impor barreiras sanitárias aos seus produtos pelos competidores. O conjunto desses fatores exige serviços de defesa agropecuária de alta credibilidade, que operem segundo padrões de excelência e eficácia iguais ou superiores aos dos melhores do mundo e que deem segurança de que os produtos brasileiros atendam às expectativas dos mais exigentes consumidores em termos de sanidade e qualidade, e que não sejam prejudicados por barreiras sanitárias que possam ser colocadas pelo comércio internacional. Os serviços estaduais, municipais e privados em um esforço conjunto, harmônico e articulado de atuação, como forma de ampliar a oferta e o alcance das atividades de defesa agropecuária em todo o território nacional e a modernização e aperfeiçoamento dos processos operacionais em uso nesses serviços. As ações da fiscalização objetivam precipuamente garantir a qualidade, conformidade e segurança de produtos colocados a disposição dos produtores rurais, de modo a salvaguardar a produção, a produtividade e a segurança dos alimentos, bem como a proteção do agricultor contra a fraude, atestado do mercado produtos de baixa qualidade, cobrindo os produtos marginais fraudulentos, contaminados ou fora dos padrões de garantia. Ressaltamos que a fiscalização agropecuária é sazonal e concentrada em determinados produtos, porquanto sua incidência acompanha a época de maior produção destes e, se esta fiscalização não for efetuada no momento oportuno, não deverá ocorrer em momento posterior, pois as sementes já estarão colhidas ou os produtos já estarão comercializados. Assim, a fiscalização agropecuária deve ser realizada de modo a acompanhar a produção e a comercialização dos produtos, desde a produção até a comercialização. Nunca é demais lembrar que a fiscalização oportuna (no tempo certo) tende a produzir resultados e quando oportuna tende a gerar denúncias. No segundo caso, a fiscalização serve apenas para punir infratores, mas sem qualquer agregação de valor em relação à qualidade dos insumos. A não presença da fiscalização do MAPA em todo o universo da produção, importação, exportação e comércio desses insumos agrícolas tem resultado, peremptoriamente, reclamações e denúncias de agricultores e suas entidades de classe e produtos marginais pirateados, fraudulentos, adulterados, contaminados e muitas vezes impróprios ao uso na agricultura. Além disso, a fiscalização tem caráter educativo e na ausência dela alguns agentes têm a tendência de simplificar seus procedimentos, reduzir custos e oferecer produtos no mercado com qualidade discutiavel (fertilizantes, sementes, produtos de origem vegetal e animal, controles da disseminação de pragas e doenças, etc). A ausência da fiscalização, mesmo que por um curto período, tende a produzir danos maiores porque expõe o poder público a situação de descuido frente ao setor regulado e os consumidores. A qualidade dos insumos agropecuários influencia diretamente na produtividade e na segurança do alimento fornecido ao consumidor. Sendo assim, a fiscalização agropecuária é uma atividade essencial para a produção agropecuária brasileira. No âmbito da cadeia de insumos agropecuários as atividades de fiscalização de produtos de uso veterinário, de agrotóxicos e afins,

PLDO-2014, Anexo II das Informações Complementares ao PLOA 2014

Custos Médios utilizados nos principais serviços e investimentos

II - detalhamento dos custos unitários médios utilizados na elaboração dos orçamentos para os principais serviços e investimentos, justificando os valores adotados

Orçamento Fiscal e de Seguridade Social

Recursos de todas as fontes					R\$ 1,00
Ação	Produto	Un. Medida	Serv / Invest	Custo Médio (R\$ 1,00)	Justificativa
202Y Desenvolvimento das Regiões Produtoras de Cacau	Produtor beneficiado	unidade	Serv. / Invest.	570	de material genético, de sementes e mudas, de produtos para alimentação animal, dos fertilizantes e afins e das atividades com organismos geneticamente modificados – OGM visam assegurar a qualidade e inocuidade do produto oferecido no mercado, em conformidade com a legislação vigente, a fim de garantir aos produtores e consumidores em geral, níveis de segurança e qualidade compatíveis com as determinações dos programas de saúde animal e saúde vegetal e em consonância com as Normas nacionais e internacionais. Assegurar a qualidade a qualidade dos alimentos e bebidas por meio do aprimoramento dos mecanismos de controle de produtos e processos, visando a oferta de alimentos seguros. O aprimoramento de mecanismos de controle de alimentos e processos produtivos tem como objetivo a melhoria da qualidade dos alimentos e bebidas e dos produtos de origem animal e vegetal, é de fundamental importância para a adequada proteção do consumidor, bem como para aumentar a competitividade da agroindústria brasileira no comércio nacional e internacional, contribuindo para o equilíbrio e alinhamento das cadeias do agronegócio às exigências internacionais nos termos dos acordos da Organização Mundial do Comércio. Com a dotação de R\$ 17.889.202,98 objetiva-se o desenvolvimento sustentável das regiões produtoras de cacau por meio do fornecimento de bases tecnológicas e gerenciais através de serviços de ATER e Pesquisas ao custo médio de R\$ 298,15 por produtor beneficiado abrangendo os seguintes planos orçamentários: PO 0001 - RACPEC13 (R\$ 586.509,21) – Visa o cumprimento da segunda etapa do projeto de modernização, ampliação e reforma da estrutura física e do parque laboratorial do Centro de Pesquisa da CEPLAC, da Bahia. Isto é, sua finalidade é imprimir maior eficiência e eficácia no desenvolvimento de pesquisas agropecuárias, visando contribuir com o desenvolvimento sustentável das regiões produtoras de cacau do Brasil. PO 0002 - DIFUTEC13 (R\$ 6.430.990,59) – Os recursos tem por objetivo o custeio e investimento mínimo necessário para o atendimento aos serviços de ATER a mais de 60 mil produtores rurais distribuídos em mais de 223 municípios em seis unidades estaduais da federação. Vale ressaltar que, grande parte das comunidades e propriedades agrícolas assistidas são efetuados por vias de transporte fluviais e ou através de vias vicinais de difícil acesso, que demandam maiores custos de deslocamento. A Difusão e Transferência de Tecnologia para o Desenvolvimento Sustentável da Agricultura e de Sistemas Agroflorestais nas Regiões Cacaueiras objetiva levar novas tecnologias com vistas à elevação da renda familiar e aumento na produtividade e produção. PO 0003 - COORCACAU13 (R\$ 5.529.943,98) – Os Valores mínimos foram estimados com base em execuções de exercícios anteriores, porém, obedecendo a limites disponibilizados. Estes valores destinam ao funcionamento e manutenção de 16 unidades gestoras, distribuídas em mais de 223 municípios em seis unidades estaduais da federação. Os mesmos, tem como objetivo atender despesas que compreendem: serviços administrativos, manutenção e uso de frota veicular, conservação de imóveis, suporte administrativo a acordos de cooperação técnica nacional e internacional. Assim como, em tecnologia da informação, dentro das despesas com viagem e hospedagem, sistemas de informática, atendimento aos produtores, participação em eventos, pesquisa e formulação de políticas públicas para desenvolvimento sustentável das regiões

PLDO-2014, Anexo II das Informações Complementares ao PLOA 2014

Custos Médios utilizados nos principais serviços e investimentos

II - detalhamento dos custos unitários médios utilizados na elaboração dos orçamentos para os principais serviços e investimentos, justificando os valores adotados

Orçamento Fiscal e de Seguridade Social

Recursos de todas as fontes					R\$ 1,00
Ação	Produto	Un. Medida	Serv / Invest	Custo Médio (R\$ 1,00)	Justificativa
2161 Produção e Divulgação de Informações Meteorológicas e Climatológicas	Boletim emitido	unidade	Serv. / Invest	4.477	produtoras de cacau do Brasil, e demais atividades-meio necessárias à gestão e administração da CEPLAC. PO 0004 - GERACACAU13 (R\$ 5.341.759,20) - Os recursos destinam-se a manutenção dos diversos projetos de pesquisa em andamento, com o objetivo de desenvolver novas tecnologias nas áreas de genética, biologia molecular, fitopatologia, fisiologia da produção, biotecnologia entre outras além dos serviços prestados à sociedade por nossos laboratórios na área de análises. Este recursos mínimos em pesquisas, visa em síntese, assegurar as atividades de coleta, manutenção, caracterização e disponibilização de informação, visando gerar os meios tecnológicos como fatores de desenvolvimentos da cacauicultura brasileira. As atividades desenvolvidas no âmbito da Ação são aquelas relativas à produção e divulgação das informações meteorológicas e climatológicas, realizadas por meio do desenvolvimento e divulgação de boletins agroclimáticos e agrometeorológicos, de alertas especiais disponibilizados via Internet e demais publicações do Instituto, além dos produtos gerados para a sociedade ou governo, os quais subsidiam o desenvolvimento dos instrumentos de garantia da produção. Tem sido por meio de atividades dessa ação que o dado meteorológico "bruto" é coletado, transmitido, consido, trabalhado, armazenado, transformado em resultado significativo e divulgado/disponibilizado para a sociedade científica e civil, de forma altamente democrática, gratuita e em tempo real, em formatos e padrões diversos, através do portal eletrônico do Instituto (www.inmet.gov.br).
8593 Apoio ao Desenvolvimento de Agricultura de Baixa Emissão de Carbono - ABC	Produtor beneficiado	unidade	Serviços	1.065	Implementar e monitorar as ações do Plano de Desenvolvimento da Agricultura de Baixa Emissão de Carbono (ABC) e apoio ao desenvolvimento da atividade de floresta plantada e horticultura, para fins econômicos.
8606 Apoio ao Desenvolvimento e Controle da Agricultura Orgânica - Pro-Orgânico	Área de produção controlada	hectare	Serviços	5	A Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica, instituída pelo Decreto no 7.794/2012, envolve o compromisso de 10 ministérios com uma ampla representação de entidades, redes e movimentos sociais da sociedade civil e tem como instrumento principal de execução o Plano Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica - PLANAPO. Neste plano, a ser lançado pela presidência da república em agosto de 2013, constam um conjunto de estratégias, áreas estratégicas, prioridades, e compromissos, a serem assumidos por ministérios, órgãos, entidades, organizações e movimentos sociais, bem como os indicadores físicos, prazos e responsabilidades assumidas por cada ente do governo federal para alcançar o objetivo de integrar, articular e adequar políticas, programas e ações indutoras da transição agroecológica e da produção orgânica.
22202 Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária - EMBRAPA					
116Z Apoio à Ampliação, à Revitalização e à Modernização da Infraestrutura Física das Organizações Estaduais de Pesquisas Agrícolas - OEPAS	Entidade apoiada	unidade	Investimentos	29.412	Dotar as Organizações Estaduais de Pesquisas Agrícolas - OEPAS, de infraestrutura física adequada e de equipamentos necessários ao desenvolvimento de pesquisas agropecuárias.

PLDO-2014, Anexo II das Informações Complementares ao PLOA 2014

Custos Médios utilizados nos principais serviços e investimentos

II - detalhamento dos custos unitários médios utilizados na elaboração dos orçamentos para os principais serviços e investimentos, justificando os valores adotados

Orçamento Fiscal e de Seguridade Social

Recursos de todas as fontes					R\$ 1,00
Ação	Produto	Un. Medida	Serv / Invest	Custo Médio (R\$ 1,00)	Justificativa
117A	Construção e Implantação de Centros de Pesquisa da Embrapa	Unidade implantada/aparelhada/adequada	Investimentos	9.000.000	Equipar e adequar a Infraestrutura Física das unidades da Embrapa (Embrapa Cocalis, Embrapa Pesca e Aquicultura) de forma a obter a estrutura física adequada e os equipamentos necessários ao desenvolvimento das pesquisas agropecuárias.
147T	Construção, Equipamento e Implantação da Embrapa Quarentena Vegetal	Unidade implantada/aparelhada/adequada	Investimentos	5.250.000	Apoiar a implantação da Infraestrutura da Embrapa Quarentena Vegetal de forma a obter a infraestrutura adequada e os equipamentos necessários ao desenvolvimento de pesquisas agropecuárias.
20Y6	Pesquisa e Desenvolvimento de Tecnologias para a Agropecuária	Pesquisa desenvolvida	Serv. / Invest	560.231	Disponibilizar conhecimento e viabilizar soluções tecnológicas inovadoras para o desenvolvimento sustentável da agropecuária, em benefício da sociedade, com foco nas cadeias de produtos de origem animal e vegetal, incluindo questões de defesa agropecuária, consideradas prioritárias para as estratégias de abastecimento interno, de comércio exterior e de produção de agroenergia. Manter o desenvolvimento científico e tecnológico como um dos fatores de desenvolvimento do agonegócio. Atender a compromissos como: apoiar a ampliação e consolidação da competitividade das cadeias produtivas já instaladas; acompanhar as alterações das bases técnicas da agropecuária mundial; elucidar vulnerabilidades da agropecuária brasileira; fazer melhor uso das oportunidades relacionadas à biodiversidade; prevenir retrocessos tecnológicos; Disponibilizar conhecimento e viabilizar soluções tecnológicas inovadoras para o desenvolvimento sustentável da agropecuária e seus derivados; apoiar a pesquisa e o desenvolvimento de tecnologias aplicadas em especial nas tecnologias voltadas para a agricultura de baixa emissão de carbono. Disponibilizar conhecimento e viabilizar soluções tecnológicas inovadoras para o desenvolvimento sustentável da agropecuária de base familiar e das comunidades tradicionais, com foco na diferenciação e agregação de valor à produção extrativista e nos sistemas integrados de produção. Manter os recursos genéticos estratégicos para o país, através de uma plataforma nacional de serviços, assegurando as atividades de coleta, manutenção, caracterização e disponibilização de informação, visando a valorização permanente dos acervos de forma a garantir a segurança nacional em recursos genéticos e em alimentos para a população.
8924	Transferência de Tecnologias Desenvolvidas para a Agropecuária	Tecnologia transferida	Serv. / Invest	2.382.132	Disponibilizar conhecimentos e tecnologias gerados pela pesquisa agropecuária e possibilitar o seu acesso pelos atores das cadeias de produção agropecuária em todos os seus segmentos, por meio de planejamento, coordenação, integração, articulação, orientação, avaliação de processos e ações de transferência de tecnologia necessárias para a sustentabilidade da agricultura.
22211 Companhia Nacional de Abastecimento - CONAB					
1510	Ampliação e Melhoria da Capacidade Armazenadora da CONAB	Capacidade ampliada	Serv. / Invest	343	Ampliação e Melhoria da Capacidade Armazenadora da CONAB
20G1	Formação de Estoques Públicos com Produtos da Agricultura Familiar - AGF-AF	Produto adquirido	Investimentos	749	Executar a política governamental de intervenção no mercado mediante a aquisição de produtos da agricultura familiar para garantir o preço e a renda do produtor e garantir a segurança alimentar e nutricional para a população, com vistas a regular o abastecimento interno.

PLDO-2014, Anexo II das Informações Complementares ao PLOA 2014

Custos Médios utilizados nos principais serviços e investimentos

II - detalhamento dos custos unitários médios utilizados na elaboração dos orçamentos para os principais serviços e investimentos, justificando os valores adotados

Orçamento Fiscal e de Seguridade Social

Recursos de todas as fontes					R\$ 1,00
Ação	Produto	Un. Medida	Serv / Invest	Custo Médio (R\$ 1,00)	Justificativa
207B Serviço de Abastecimento Móvel Fluvial	Unidade instalada	unidade	Serv. / Invest	5.087,500	Implantar Unidades de Serviço Móvel Fluvial para o atendimento da população ribeirinha da Amazônia Legal, os recursos orçados para aquisição de embarcações se destinam ao atendimento das despesas de custeio e da compra de produtos para dar suporte às Unidades de Serviço Móvel Fluvial. Implantar Unidades de Serviço Móvel Fluvial para aquisição de produtos da Agricultura Familiar, do extrativismo e da pesca artesanal, promovendo o abastecimento social das populações ribeirinhas da Amazônia Legal, contribuindo para a erradicação da pobreza extrema, no eixo de inclusão produtiva.
20Y7 Desenvolvimento do Abastecimento Agroalimentar	Cadeia de abastecimento organizada/manida	unidade	Serv. / Invest	714	Realizar as atividades de levantamento de dados para atender o Sistema Nacional de Cadastro das Unidades Armazenadoras, captação de informações para divulgação de safra de grãos, estudo das perdas na pós-colheita, no armazenamento e transporte de grãos e divulgação de informações da agropecuária do abastecimento agroalimentar.
2130 Formação de Estoques Públicos - AGF	Produto adquirido	Tonelada	Investimentos	346	Executar a política governamental de intervenção no mercado, para garantir o preço e a renda ao produtor, formar estoques públicos e regular o abastecimento interno.
2137 Fiscalização dos Estoques e das Operações de Garantia e Sustentação de Preços na Comercialização de Produtos Agropecuários	Fiscalização realizada	unidade	Serv. / Invest	606	Promover a periódica fiscalização, o acompanhamento e a avaliação quanto à integridade dos estoques públicos de produtos agropecuários e a inspeção das condições técnico-operacionais das unidades armazenadoras depositárias.
22906 Fundo de Defesa da Economia Cafeeira					
20Y8 Desenvolvimento da Cafeicultura	Produtor beneficiado	unidade	Serviços	324	Promover os Cafés do Brasil em feiras de cafés especiais, de alimentos e bebidas, concursos de qualidade, seminários, exposições temáticas. E, ainda, ações na Copa do Mundo, não envolvendo mídia, a fim de possibilitar que o café brasileiro represente para o público-alvo o conceito de um país com muitos sabores, diversas origens, fornecedor de cafés de qualidade com sustentabilidade; para então se buscar estratégias de valorização do produto localizadas nos mercados interno e externo; desenvolver processos tecnológicos inovadores e sustentáveis para a produção e comercialização do Consórcio Pesquisa Café, coordenado pela Embrapa Café, visando à produtividade da cultura e à qualidade do produto, com proposta de valorização da competitividade e inovação da cafeicultura brasileira, fundamentada na estratégia de oferecer continuamente soluções tecnológicas sustentáveis que supram as necessidades da cadeia produtiva e fortaleçam a interação entre o produtor, os serviços de transferência de conhecimento e a comunidade científica; Habilitar os agentes do setor cafeeiro à gestão integrada dos processos produtivos, disseminar técnicas de manejo e tecnologias voltadas à alta performance e propiciar a absorção de conhecimentos para viabilizar a agregação de valor; Conservação de 33.419 sacas de café, visando à manutenção da qualidade do produto estocado, despesas com vigilância, limpeza e transporte do produto; e Despesas com deslocamento (passagens, diárias e afins), material de consumo, apoio ao desenvolvimento de serviços técnicos e administrativos, realização de estudos que têm por objetivo elaborar, aprimorar ou dar subsídios à formulação de políticas públicas para o setor cafeeiro;

PLDO-2014, Anexo II das Informações Complementares ao PLOA 2014

Custos Médios utilizados nos principais serviços e investimentos

II - detalhamento dos custos unitários médios utilizados na elaboração dos orçamentos para os principais serviços e investimentos, justificando os valores adotados

Orçamento Fiscal e de Seguridade Social

Recursos de todas as fontes					R\$ 1,00	
Ação	Produto	Un. Medida	Serv / Invest	Custo Médio (R\$ 1,00)	Justificativa	
24000 Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação						
24101 Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação						
13CL Construção de Fonte de Luz Síncrotron de 3ª geração - SIRIUS pelo Centro Nacional de Pesquisa em Energia e Materiais - CNPEM - OS	Unidade implantada	percentual de execução física	Serv. / Invest	1.294,166	Prover a comunidade científica e tecnológica, acadêmica e industrial, de uma fonte de luz síncrotron de terceira geração, uma ferramenta essencial para manter a competitividade brasileira em áreas estratégicas e portadoras de futuro, como nanotecnologia, biotecnologia e materiais avançados, dentre outras	
200D Participação Brasileira na Utilização de Telescópios Internacionais	Artigo publicado	unidade	Serviços	7.576	Valor da hora de telescópio disponibilizada para o Brasil. Contrato internacional válido até 2015. Valor total anual US\$ 1.754.078,00 equivalente com dólar de 12/8/2013 a R\$ 4.034.379,00	
200J Ciência, Tecnologia e Inovação no Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais - INPE	Artigo publicado	unidade	Serv. / Invest	601,255	Valor da hora de telescópio disponibilizada para o Brasil. Contrato internacional válido até 2018. Valor total anual de US\$ 517.458,00 equivalente com dólar de 12/8/2013 a R\$ 1.190.153,00	
200J Ciência, Tecnologia e Inovação no Instituto Nacional do Semiárido - INSA	Pesquisa realizada	unidade	Investimentos	1.300,000	Os principais serviços e investimentos contemplam as atividades de pesquisa e desenvolvimento e manutenção dos Centros Regionais do INPE em Belém-PA, Natal-RN, e Santa Maria-RS.	
					Está previsto a Construção e ampliação da infraestrutura do INSA, ação que vem sendo desenvolvida nos últimos exercícios. O valor previsto para R\$ 1.700.000,00 e mais uma expansão de R\$ 300.000,00. Em 2012 o INSA contratou através de pregão uma Empresa de Engenharia para o estudo e elaboração de todos os projetos necessários ao longo dos próximos anos para atender todas as necessidades de infraestrutura do Campus da Sete e do campus da Estação Experimental do Instituto. Os valores estimados acima, contemplam os custos necessários para a elaboração dos projetos, incluindo com base nos custos unitários estabelecidos na Tabela SINAPI - Sistema Nacional de Pesquisa de Custos e Índices da Construção Civil, da Caixa Econômica Federal.	
					O valor previsto para investimento em equipamentos, foi estabelecido com base nas necessidades para prover os laboratórios dos equipamentos mínimos necessários para o seu funcionamento em projetos de pesquisa científica e tecnológica. Os valores foram obtidos através de cotações de preço no mercado.	
200K Ciência, Tecnologia e Inovação no Observatório Nacional - ON	Projeto desenvolvido	unidade	Serv. / Invest	30,829	O custo médio por meta física igual a 70 foi estimado com base no orçamento de 2013, levando-se em conta a correção inflacionária e aumento de até 5% nos custos por unidade. E previsto para 2014 o aprimoramento do serviço de certificação digital da hora legal brasileira, a fim de ampliar o fornecimento do serviço para instituições privadas. E previsto também a construção de novas estações em território nacional de medições gravimétricas e magnetéticas.	
					O custo médio por meta física igual a 690 foi estimado com base no orçamento de 2013, levando-se em conta a correção inflacionária e aumento de até 5% nos	

PLDO-2014, Anexo II das Informações Complementares ao PLOA 2014

Custos Médios utilizados nos principais serviços e investimentos

II - detalhamento dos custos unitários médios utilizados na elaboração dos orçamentos para os principais serviços e investimentos, justificando os valores adotados

Orçamento Fiscal e de Seguridade Social

Recursos de todas as fontes					R\$ 1.00
Ação	Produto	Un. Medida	Serv / Invest	Custo Médio (R\$ 1,00)	Justificativa
20UP Apoio a Projetos de Tecnologia Social e Assistiva Desenvolvimento Sustentável	Projeto apoiado	unidade	Serv. / Invest.	1.159.878	Os recursos previstos para esta Ação têm como objetivo apoiar projetos que visem o desenvolvimento e a aplicação de tecnologias sociais junto à populações urbanas e rurais, populações indígenas, tradicionais e ribeirinhas, principalmente nas áreas de habitação, agroecologia, acesso à água e fortalecimento de sistemas produtivos locais, bem como o apoio a empreendimentos de economia solidária e o fortalecimento de núcleos universitários de pesquisa e desenvolvimento em tecnologia social. Possibilitará também o apoio a projetos para o desenvolvimento de Tecnologias Assistivas (no âmbito do Plano Viver Sem Limites) nas áreas de neurociências, computação, automação, robótica, design industrial, fisioterapia, terapia ocupacional, dentre outras. Apoiará a capacitação e a aquisição de equipamentos e materiais necessários para a validação para a acessibilidade. Esse apoio é articulado via parceria com a SECIS/MECTI, o Centro Nacional de Referência em Tecnologia Assistiva/Instituto Renato Archer, articulação com outros órgãos governamentais, órgãos de fomento e instituições de ensino e pesquisa.
					Os recursos previstos para esta Ação têm como objetivo apoiar projetos com foco na inclusão social das pessoas em situação de vulnerabilidade, fomentando as cadeias produtivas locais por meio de ambientes tecnológicos que articulem o ensino, a pesquisa e o empreendedorismo. Para tanto esta Ação articula quatro linhas prioritárias para apoio: "Apoio à implantação e modernização de Centros Vocacionais Tecnológicos", "Fomento à Pesquisa e à Inovação em Arranjos Produtivos Locais", "Apoio ao Desenvolvimento de Tecnologias para Cidades Sustentáveis" e "Apoio à Pesquisa e ao Desenvolvimento Aplicados à Segurança Alimentar e Nutricional. Por meio desta Ação, a SECIS apoia projetos, atividades, seminários e outros eventos que capacitem tecnologicamente as populações em articulação com as vocações locais, de forma que ações de inovação tecnológica e pesquisa por demanda social sejam aplicadas diretamente na comunidade.
20UQ Apoio a Extensão Tecnológica para Inclusão Social e Desenvolvimento Sustentável	Projeto apoiado	unidade	Serv. / Invest.	1.000.000	
20US Fomento à Pesquisa Voltada para a Geração de Conhecimento, Novas Tecnologias, Produtos e Processos Inovadores	Projeto apoiado	unidade	Serv. / Invest.	654.345	
20UT Estímulo a Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação em Tecnologias da Informação e da Comunicação	Projeto apoiado	unidade	Serv. / Invest.	413.672	

PLDO-2014, Anexo II das Informações Complementares ao PLOA 2014

Custos Médios utilizados nos principais serviços e investimentos

II - detalhamento dos custos unitários médios utilizados na elaboração dos orçamentos para os principais serviços e investimentos, justificando os valores adotados

Orçamento Fiscal e de Seguridade Social

Recursos de todas as fontes					R\$ 1,00
Ação	Produto	Un. Medida	Serv. / Invest	Custo Médio (R\$ 1,00)	Justificativa
20V8 Apoio a Projetos de Inclusão Digital	Projeto apoiado	unidade	Serv. / Invest	3.000.000	tecnologia da informação e linguagens de programação". 2. Apoio ao Projeto "Simpósio Brasileiro de Qualidade de Software - SBQS-2014". 3. Apoio ao Projeto "RIO INFO - Tecnologia da Informação (TI)". 5. Ações de Fiscalização e Acompanhamento das Empresas Beneficiadas pela Lei de Informática.
					Os recursos para esta Ação tem como finalidade o apoio à convergência das ações governamentais de inclusão digital, sob a coordenação da Secretaria de Estado de Ciência e Tecnologia, com o Plano Nacional de Banda Larga, bem como sendo apoiados projetos de implantação e expansão da infraestrutura de banda larga para a Cidade Digital, promovendo o acesso à Internet via rede de fibra ótica ou rede híbrida integrada (cabramento, satélite, radiofrequência, etc.), criando redes metropolitanas de comunicação, interligando órgãos públicos, instituições públicas ou unitárias que atuam na área de ciência, tecnologia e inovação. Será apoiado também o desenvolvimento e implementação de soluções de governo eletrônico (e gov) para promover o acesso dos diversos órgãos da administração pública, universidades e instituições de ensino técnico/tecnológico, e, por conseguinte, dos cidadãos do meio urbano e rural atendidos por estas instituições, às tecnologias de informação e comunicação e ao acervo de conhecimento científico e tecnológico, contribuindo para a inclusão social, para a integração de políticas e para o fortalecimento da gestão pública. Os recursos também possibilitarão o fortalecimento de Espaços Públicos de Inclusão Digital (telecentros, centros de inclusão digital, laboratórios de informática em escolas públicas, etc.), dotados de infraestrutura e equipamentos de Tecnologia da Informação e Comunicação, capazes de promover a difusão de conhecimento científico e tecnológico, a capacitação dos cidadãos e sua inclusão na sociedade da informação e da comunicação, bem como a convergência das ações promovidas pelo Estado e pelas instituições de ensino, pesquisa e desenvolvimento digital, social e cultural, geração de trabalho e renda, ampliação da cidadania, popularização da ciência e da arte. Esses espaços devem proporcionar acesso público e gratuito às tecnologias da informação e comunicação, com computadores conectados à Internet, dispositivos para múltiplos usos, incluindo navegação livre e assistida, cursos e outras atividades de promoção do desenvolvimento local em suas diversas dimensões. Projeto piloto de Cidade Inteligente a ser desenvolvido como modelo usando conceito moderno de Inclusão Digital que viabiliza Inclusão Social com sustentabilidade. Envolve a integração entre alguns programas do MCTI: Cidade Digital, Telecentros e CVT e utiliza a infraestrutura da cidade digital para conexão à Internet em Banda Larga, desenvolvimento de Aplicativos voltados a mobilidade urbana, integração com Museu Digital promovendo a inovação da cultura digital com a publicação de seus conteúdos em várias mídias e explorar a interatividade audiovisual com recursos de mídia na narrativa.
20V9 Monitoramento da Cobertura da Terra e do Risco de Queimadas e Incêndios Florestais (INPE)	Mapa divulgado	unidade	Serv. / Invest	17.506	Os principais serviços e investimentos financiam as atividades do PRODES (Programa de monitoramento sistemático do desflorestamento da Amazônia) e do monitoramento de focos de queimadas.
212H Pesquisa e Desenvolvimento nas Organizações Sociais	Serviço prestado	unidade	Serv. / Invest	2.182.929	PO 0001 - IMPA (Promoção do desenvolvimento da alta competência na área da matemática. Realização de pesquisa fundamental e aplicada e o desenvolvimento científico e tecnológico na área da matemática e promoção e

PLDO-2014, Anexo II das Informações Complementares ao PLOA 2014

Custos Médios utilizados nos principais serviços e investimentos

II - detalhamento dos custos unitários médios utilizados na elaboração dos orçamentos para os principais serviços e investimentos, justificando os valores adotados

Orçamento Fiscal e de Seguridade Social

Recursos de todas as fontes					R\$ 1,00
Ação	Produto	Un. Medida	Serv / Invest	Custo Médio (R\$ 1,00)	Justificativa
					expansão do programa de incentivo ao aprendizado da matemática). PO 0002 - IDSM (Desenvolvimento de pesquisas científicas e tecnológicas para conhecimento da biodiversidade, para monitoramento social, ambiental e gestão de áreas protegidas para o uso sustentável dos recursos naturais e para a promoção da qualidade de vida das populações tradicionais das florestas alagadas e não-alagadas da Amazônia. Apoiar o desenvolvimento de modelo de conservação e uso sustentável da Amazônia, inclusive de áreas protegidas onde, por meio do manejo participativo e sustentável, possam ser mantidos a biodiversidade, os processos ecológicos e evolutivos dos recursos naturais da região). PO 0003 - CNPq (Operação e manutenção de instalações de ponta, infraestrutura tecnológica, aquisição de equipamentos, contratação de pessoal e apoio a usuários das comunidades acadêmica e empresarial). PO 0004 - Desenvolvimento de programas de capacitação de recursos humanos. O Centro Nacional de Pesquisa em Energia e Materiais (CNPEN) é responsável por essas linhas de atuação por meio de seus Laboratórios Nacionais: Laboratório Nacional de Luz Síncrotron (LNLS), Laboratório Nacional de Biotecnologia (LNBI), Laboratório Nacional de Ciência e Tecnologia do Biotanol (CTBE) e Laboratório Nacional de Nanotecnologia (LNANO). PO 0004 - CGEE (Promoção e realização de estudos e pesquisas prospectivas de alto nível na área de ciência e tecnologia e suas relações com setores produtivos e de atividades de avaliação de estratégias e de impactos econômicos e sociais das políticas, programas e projetos científicos e tecnológicos; difusão de informações, experiências e projetos à sociedade; promoção a interlocução, articulação e interação dos setores de ciência e tecnologia e produtivo; desenvolvimento de atividades de suporte técnico e logístico a instituições públicas e privadas; e prestação de serviços relacionados a sua área de atuação. Apoio ao processo de planejamento e de tomada de decisões em assuntos pertinentes à Política Nacional de Ciência e Tecnologia, em especial por meio da realização de estudos prospectivos e de atividades de avaliação de estratégias e impactos econômicos e sociais das políticas, programas e projetos científicos e tecnológicos). PO 0005 - FINEP (Desenvolvimento tecnológico, inovação e implantação de novos protocolos, serviços e aplicações de recursos humanos, tanto para atender às necessidades decorrentes dos objetivos descritos, como para difundir o conhecimento em tecnologia de informação e comunicação; diagnóstico, planejamento, desenvolvimento e gerenciamento da infraestrutura nacional de redes IP (Protocolo Internet) avançada para colaboração e comunicação em ensino e pesquisa. Assegurar o alcance de objetivos estratégicos em redes avançadas, fortalecendo o processo de inclusão digital no País. Promover o desenvolvimento tecnológico de novos protocolos, serviços e aplicações de redes. Prover serviços de infraestrutura de redes IP (Protocolo Internet) avançadas para atividades de pesquisa e desenvolvimento científico e tecnológico. Promover a disseminação de tecnologias, através da implantação em nível de produção de novos protocolos, serviços e aplicações de redes, da capacitação de recursos humanos e da difusão de informações). PO 0006 - EMBRAPA (Interação dinâmica com as instituições de Ciência e Tecnologia e as empresas, criando as condições ótimas para a transferência do conhecimento para as linhas de produção e gerar inovações tecnológicas. Apoiar projetos que incluam a fase pré-competitiva, em parceria com empresas e instituições de pesquisas tecnológicas pré-selecionadas, compartilhando o risco

PLDO-2014, Anexo II das Informações Complementares ao PLOA 2014

Custos Médios utilizados nos principais serviços e investimentos

II - detalhamento dos custos unitários médios utilizados na elaboração dos orçamentos para os principais serviços e investimentos, justificando os valores adotados

Orçamento Fiscal e de Seguridade Social

Recursos de todas as fontes					R\$ 1,00
Ação	Produto	Un. Medida	Serv. / Invest	Custo Médio (R\$ 1,00)	Justificativa
2463 Fomento a Pesquisa e Desenvolvimento de Tecnologia Nuclear	Projeto apoiado	unidade	Serv. / Invest	3.000.000	da inovação tecnológica; Promoção do desenvolvimento de produtos e processos inovadores nas áreas do Inova Empresa. Credenciar unidades de Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação que terão como objetivo único e exclusivo o desenvolvimento de projetos de inovação tecnológica. Auxílio às empresas a criarem condições favoráveis para absorver o conhecimento gerado em ICTs. Acompanhamento da execução de projetos e do desempenho das ICTs. Prospeção e captação de recursos. Os instrumentos de apoio da Entidade deverão ser compatíveis com as demandas empresariais e, principalmente, com avaliações baseadas em resultados). PO 0007 - INPOH (Realização de estudos e pesquisas em oceanografia física, química, biológica e geológica para fins de pesquisa, desenvolvimento e inovação em oceanografia e conservação da biodiversidade marinha, costeira e estuarina). Desenvolvimento de atividades de suporte técnico e logístico a instituições públicas e privadas; manter, ampliar e modernizar a infraestrutura embarcada de apoio ao avanço científico. Estabelecimento de parcerias para disponibilizar suas instalações, embarcações e equipamentos a pesquisadores e técnicos brasileiros e estrangeiros; Contribuição para o aprimoramento da indústria nacional, firmando parcerias para a construção, operação e manutenção de suas instalações, embarcações e equipamentos; Implantação, por si só ou em associação com outras instituições públicas ou privadas, de novos laboratórios ou centros de pesquisa de alto conteúdo científico e tecnológico; e Desenvolvimento de estudos e projetos para apoiar a ampliação e a melhoria da infraestrutura portuária. Tudo isso a fim de realizar pesquisa fundamental e aplicada ao desenvolvimento científico e tecnológico nas áreas oceanográfica e hidroviária).
4125 Pesquisa, Desenvolvimento Tecnológico e Inovação em Ciências Sociais e Naturais no Museu Paraense Emílio Goeldi - MPEG	Artigo publicado	unidade	Serv. / Invest	11.157	
4126 Pesquisa e Desenvolvimento em Astrofísica e Astronomia no Laboratório Nacional de Astrofísica - LNA	Artigo publicado	unidade	Serviços	6.109	
4128 Pesquisa e Desenvolvimento no Centro de Tecnologia Mineral - CETEM	Processo desenvolvido	unidade	Serv. / Invest	39.781	

O montante descrito será utilizado na promoção e no desenvolvimento da tecnologia nuclear, por meio da aplicação da pesquisa e da difusão de conhecimentos no uso de tecnologia nuclear e de novos produtos e serviços. Desenvolvimento de Programas, Projetos e Ações de Pesquisa na área de SocioBiodiversidade e outros no MPEG

Valor da hora de telescópio disponibilizada para o Brasil. Contrato internacional válido até 2015. Valor total anual de US\$ 4.25.000,00 equivalente com dólar de 12/6/2013 a R\$ 977.500,00

Aquisição de equipamentos e materiais permanentes essenciais às atividades finalísticas; softwares; pequenas obras e instalações nos laboratórios e usina piloto;

Aquisição de reagentes e gases; contratação de serviços de manutenção de laboratórios e equipamentos essenciais às atividades finalísticas; bem como a publicação de relatórios, estudos, textos e trabalhos técnico-científicos; divulgação técnica nacional e internacional; atividades de extensão tecnológica; relacionamento com parceiros e clientes; registro e manutenção de patentes e outros títulos de propriedade intelectual; participação em eventos técnico-científicos no país e no exterior; manutenção de biblioteca; contratação de pessoal técnico de apoio.

PLDO-2014, Anexo II das Informações Complementares ao PLOA 2014

Custos Médios utilizados nos principais serviços e investimentos

II - detalhamento dos custos unitários médios utilizados na elaboração dos orçamentos para os principais serviços e investimentos, justificando os valores adotados

Orçamento Fiscal e de Seguridade Social

Recursos de todas as fontes						R\$ 1,00
Ação	Produto	Un. Medida	Serv / Invest	Custo Médio (R\$ 1,00)	Justificativa	
4132	Pesquisa e Desenvolvimento no Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia - IBICT	unidade	Serviços	3.240.000	Manutenção de equipamentos de processamentos de dados do parque tecnológico do Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia - IBICT, bem como, a contratação de serviços técnicos profissionais na área de tecnologia da informação.	
4139	Pesquisa e Desenvolvimento no Laboratório Nacional de Computação Científica - LNCC	unidade	Serviços	2.117.500	PO 001 e 002 – Serviços de manutenção perfeita e adaptativa de software dos projetos HEXO/LAB, LABINFO. Serviços de adoção, de sequenciamento genético do projeto LABINFO. Serviços de manutenção perfeita e adaptativa de software dos projetos SINAPAD, CSR e INTRANET.	
6147	Cooperação Internacional em Ciência, Tecnologia e Inovação	unidade	Serviços	445.000	Apoio ao projeto "Fomento a Projetos de Fortalecimento da Capacidade Científica e Tecnológica, TDC firmado com o CNPq, com o objetivo de promover a capacitação de estudantes e profissionais , brasileiros e latino - americanos, em Física, visando criar um ambiente de cooperação científica. Apoio ao Projeto INNOVATE - "Interação entre os múltiplos usos da água de reservatórios através da análise dos ciclos de substâncias presentes nos ecossistemas aquáticos e terrestres" com o objetivo de desenvolver cenários para uso sustentável da água e do solo, associados à produção de energia em regiões semiáridas.	
6702	Apoio a Projetos e Eventos de Educação, Divulgação e Popularização da Ciência, Tecnologia e Inovação	unidade	Serv. / Invest	185.000	Os recursos previstos para esta Ação tem como objetivo apoiar projetos com foco na diminuição da carência de espaços científico-culturais no país no estímulo à realização de atividades de difusão e popularização da ciência. Para tanto esta Ação articula três linhas prioritárias para apoio: "Projetos e Eventos de Divulgação Científica", "Olimpiadas em Ciências" e "Criação e Desenvolvimento de Museus e Centros de Ciência e Tecnologia". Por meio desta Ação a SECIS apoia projetos, atividades, exposições, olimpíadas de ciências, feiras de ciências e outros eventos de popularização de ciência, tecnologia e inovação, tornando-se uma das grandes responsáveis pela introdução sistemática de atividades de difusão e popularização de ciência e tecnologia no Brasil nos últimos anos. Destaca-se aqui, como principal atividade apoiada, a Semana Nacional de Ciência e Tecnologia (SNCT), realizada pela SECIS/MCTI com a colaboração de entidades científicas, instituições de ensino e pesquisa, escolas, governos estaduais e municipais, empresas e organizações da sociedade civil.	
24201 Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico						
001V	Formação, Capacitação e Fixação de Recursos Humanos Qualificados para C, T&I	unidade	Serviços	16.034	A PROPOSTA PARA O ORÇAMENTO DE BOLSAS PREVÊ UMA EXPANSÃO DOS RECURSOS O PROGRAMA CIÊNCIA SEM FRONTEIRAS E EM RAZÃO DO AUMENTO NOS VALORES DAS BOLSAS DE FORMAÇÃO E INICIAÇÃO IMPLEMENTADAS EM 07/2012. DEVIDAMENTE AUTORIZADAS PELO GOVERNO FEDERAL, O CUSTO UNITÁRIO MÉDIO UTILIZADO LEVA EM CONSIDERAÇÃO, AUMENTOS CONCEDIDOS NO CONJUNTO DAS MODALIDADES APOIADAS PELO CNPQ.	
200S	Fomento à Pesquisa Voltada para a Geração de Conhecimento, Novas Tecnologias, Produtos e Processos Inovadores	unidade	Serv. / Invest	14.827	CONSIDERANDO A CONJUNTURA SETORIAL A PROPOSTA ORÇAMENTARIA NA PRESENTES EXPANSÃO PARA O ORÇAMENTO DE FOMENTO, NO QUE SE REFERE AO CUSTO UNITARIO NAO HOUVE	

PLDO-2014, Anexo II das Informações Complementares ao PLOA 2014

Custos Médios utilizados nos principais serviços e investimentos

II - detalhamento dos custos unitários médios utilizados na elaboração dos orçamentos para os principais serviços e investimentos, justificando os valores adotados

Orçamento Fiscal e de Seguridade Social

Recursos de todas as fontes					R\$ 1,00	
Ação	Produto	Un. Medida	Serv / Invest	Custo Médio (R\$ 1,00)	Justificativa	
ALTERAÇÃO SIGNIFICATIVA EM RELAÇÃO AO EXERCÍCIO ANTERIOR:						
24204 Comissão Nacional de Energia Nuclear						
12P1 Reator Multipropósito Brasileiro	Empreendimento implantado	percentual de execução física	Serv. / Invest	422.700	Esta ação contribui para viabilizar a implantação do Empreendimento RMB, que obteve parecer favorável à sua viabilidade técnica e socioeconômica, conforme Resolução N.10, de 1 de março de 2011 (DOU N.56, seção 1, 23/03/2011) da Câmara Técnica de Projetos de Grande Vulto da Comissão de Monitoramento e Avaliação do Plano Plurianual da Secretaria de Planejamento e Investimentos Estratégicos, do Ministério do Planejamento. A Implantação do Empreendimento RMB permite à CNEN cumprir com parte de suas obrigações legais, atendendo aos seguintes dispositivos do artigo 2º da Lei 6.189, de 16 de dezembro de 1974, e suas alterações: alinéas "a" e "c" do inciso IV, que estabelecem ser de competência da CNEN promover e incentivar: a utilização da energia nuclear para fins pacíficos nos diversos setores do desenvolvimento nacional; e a pesquisa científica e tecnológica no campo da energia nuclear. inciso XVI, que estabelece ser de competência da CNEN a produção de radioisótopos, substâncias radioativas e subprodutos nucleares, e exercer o respectivo comércio	
13CM Repositório de Rejeitos de Baixo e Médio Nível - RBMN	Repositório de rejeito implantado	percentual de execução física	Serv. / Invest	661.000	Por força de lei, o armazenamento definitivo de rejeitos radioativos gerados no país é de responsabilidade da Comissão Nacional de Energia Nuclear. No licenciamento de Angra 3 o IBAMA proibiu a extensão da capacidade do depósito inicial no sítio da central e emitiu a exigência de se ter o repositório em processo de licenciamento no IBAMA como condição para ser expedida a licença de operação daquela central. Em paralelo, o Ministério Público entrou com ação de "obrigação de fazer" o repositório contra a CNEN e a União. Em consequência destes eventos e do fato de que o depósito inicial no sítio de Angra esgota sua capacidade em 2018 a construção do Repositório para rejeitos de baixo e médio nível de radiação passou a ter uma data limite para entrar em operação. Adicionalmente o crescimento do setor nuclear do país, em especial nas áreas da medicina e indústria tem acumulado outros rejeitos radioativos que corroboram com a necessidade de prover uma destinação final a este acervo. Desta forma, o projeto RBMN está programado para ser construído no território nacional até em conformidade com a normas de segurança nacionais e internacionais.	
13CN Laboratório de Fusão Nuclear	Laboratório implantado	percentual de execução	Serviços	330.500	Esta ação contribui para viabilizar a implantação do Laboratório de Fusão Nuclear, permitindo assim à CNEN cumprir com parte de suas obrigações legais, atendendo aos seguintes dispositivos do artigo 2º da Lei 6.189, de 16 de dezembro de 1974, e suas alterações: alinéas "a" e "c" do inciso IV, que estabelecem ser de competência da CNEN promover e incentivar: a utilização da energia nuclear para fins pacíficos nos diversos setores do desenvolvimento nacional; e a pesquisa científica e tecnológica no campo da energia nuclear. inciso XII, que estabelece ser de competência da CNEN a promoção, a organização e a instalação de laboratórios e instituições de pesquisa a elas subordinadas técnica e administrativamente, bem assim cooperar com	

PLDO-2014, Anexo II das Informações Complementares ao PLOA 2014

Custos Médios utilizados nos principais serviços e investimentos

II - detalhamento dos custos unitários médios utilizados na elaboração dos orçamentos para os principais serviços e investimentos, justificando os valores adotados

Orçamento Fiscal e de Seguridade Social

Recursos de todas as fontes					R\$ 1,00
Ação	Produto	Un. Medida	Serv. / Invest	Custo Médio (R\$ 1,00)	Justificativa
20UW Segurança Nuclear e Controle de Material Nuclear e Proteção Física de Instalações Nucleares e Radiativas	Instalação controlada	unidade	Serv. / Invest	2.116	instituições existentes no País com objetivos afins. Os recursos serão aplicados em atividades relacionadas com os processos de licenciamento e fiscalização de instalações radiativas e nucleares, observando o rigoroso cumprimento das normas e padrões de segurança e proteção, escolha adequada de materiais e equipamentos, planejamento e execução das atividades, do local até a sua desativação total, passando pela sua instalação e operação e, também, pela verificação periódica e constante de suas atividades. Designam-se, também, às atividades de fiscalização e controle do comércio de minérios de interesse para a energia nuclear e dos que contém elementos nucleares, visando à preservação de suas reservas. Além das verificações realizadas nas diversas etapas do licenciamento, a competência técnica de alguns profissionais que atuam nas instalações radiativas e nucleares é certificada pela CNEN para garantir as necessárias ações locais de segurança. Em termos gerais, os beneficiários são a sociedade e o meio ambiente, que tem garantida a sua segurança relativa ao uso das radiações nucleares. De uma forma mais específica, os beneficiários desta ação são as instalações médicas, industriais e de pesquisa que utilizam as radiações nucleares em suas atividades, e os trabalhadores que lidam com essas radiações.
20UX Desenvolvimento da Ciência e da Tecnologia Nuclear	Projeto apoiado	unidade	Serv. / Invest	106.364	Esta ação permite à CNEN cumprir com parte de suas obrigações legais, atendendo ao disposto, nas alíneas "a", "c" e "d" do inciso IV do artigo 2º da Lei 6.189 de 16 de dezembro de 1974, e suas alterações, que estabeleceram ser de competência da CNEN promover e incentivar a utilização da energia nuclear para fins pacíficos nos diversos setores do desenvolvimento nacional; a pesquisa científica e tecnológica no campo da energia nuclear; e a transferência de tecnologia nuclear a empresas industriais de capital nacional, mediante consórcio ou acordo comercial.
20UY Radioproteção, Dosimetria e Metrologia das Radiações Ionizantes	Serviço executado	unidade	Serv. / Invest	2.845	Esta Ação contribui, direta ou indiretamente, para que a CNEN cumpra com parte de suas obrigações legais, atendendo ao disposto : a) Na Lei 6.189 de 16/12/74, e suas alterações; art 2º, incisos II, IV (alíneas a, b, c), VII, X, XV, no que se refere às atividades de radioproteção e dosimetria; b) No Termo de Designação, do INMETRO, atribuindo ao IFDCNEN a responsabilidade pela padronização de referência nacional das radiações ionizantes e pela disseminação das suas respectivas unidades de medida, a manutenção dos padrões nacionais e a disseminação das grandezas radiométradas à radiação ionizante no País (extrato DOU 128 de 07/07/2008, pág. 12), no âmbito das atividades de radioproteção; c) Na Lei nº 6938/81, art. 10 e Lei complementar nº140/2011, art. 7º, inciso XIV, alínea "g", no que se refere à necessidade de licenciamento ambiental das unidades da CNEN junto ao IBAMA; e d) Na Lei 6.189 de 16/12/74, e suas alterações; art. 7º, normas CNEN-NN 3.01, CNEN-NE-1.04 e Resolução 112/11 no que se refere à necessidade de licenciamento das unidades da DPD/CNEN junto à CNEN.
2478 Fornecimento de Radioisótopos e Radiofármacos no País	Radioisótopo produzido	milicurie	Serv. / Invest	3	O principal objetivo dessa ação é atender com qualidade e confiabilidade a demanda de mais de 300 clínicas, hospitais e laboratórios, que prestam serviços de medicina nuclear em todo o país. Ao mesmo tempo, a ação visa desenvolver

PLDO-2014, Anexo II das Informações Complementares ao PLOA 2014

Custos Médios utilizados nos principais serviços e investimentos

II - detalhamento dos custos unitários médios utilizados na elaboração dos orçamentos para os principais serviços e investimentos, justificando os valores adotados

Orçamento Fiscal e de Seguridade Social

Recursos de todas as fontes					R\$ 1,00
Ação	Produto	Un. Medida	Serv / Invest	Custo Médio (R\$ 1,00)	Justificativa
24206 Indústrias Nucleares do Brasil S.A. - INB					
1383 Implantação da Usina de Enriquecimento de Urânio com Unidade Tecnológica de Separação Isotópica	Usina implantada	percentual de execução física	Investimentos	9.015.885	e introduzir no mercado novos produtos, acompanhando os avanços internacionais no campo da medicina nuclear. De um modo geral, a sociedade brasileira é a grande beneficiária, pois têm acesso a uma das melhores e mais modernas tecnologias empregadas em diagnóstico e tratamento médico. Além de viabilizar a produção rotineira de radiostótopos e radiofármacos, envolvendo os processos de aquisição de materiais e insumos; produção; controle de qualidade; embalagem final e entrega programada do produto ao cliente; hospitais e clínicas de medicina localizadas em todo o território nacional, os recursos serão aplicados na atualização tecnológica da produção desses insumos, de tal forma a ampliar o portfólio de fornecimento e acompanhar os avanços tecnológicos das sociedades internacionais. Os recursos também são largamente utilizados em inúmeras aplicações da área médica, tais como: citotegrais da tireóide, do cérebro, de ossos, glândulas salivares, pulmão, rins, fígado, baco e outros, além de possibilitar a realização de estudos cardiológicos, sanguíneos e metabólicos; a localização de tumores, a avaliação funcional de órgãos; a marcação de proteínas e várias outras aplicações em biologia. A ação Implantação da Unidade de Enriquecimento de urânio compreende a instalação de uma unidade industrial de Enriquecimento Isotópico de Urânio pelo processo de ultra-centrifugação. O Enriquecimento Isotópico é a etapa mais importante do ciclo do combustível nuclear correspondendo a 35% do custo do ciclo. A tecnologia utilizada foi desenvolvida pelo CNEN, em parceria com o IPEM e a Universidade Federal do Rio de Janeiro. O projeto prevê a construção de uma usina com capacidade para produzir 125.000 UTS/ano, com cascatas de ultra-centrifugas e respectivas obras de infraestrutura direta e indireta obilivando, nesta 1ª etapa, atingir a capacidade de produção de 125.000 UTS/ano, utilizando 4 módulos que totalizam 10 cascatas, suficiente para atender a 100% das necessidades da usina de Angra 1 e 20% de Angra 2. O primeiro módulo já se encontra com suas 4 (quatro) cascatas comissionadas e os outros (três) módulos encontram-se construídos e em fase distintas de instalação da infraestrutura eletromecânica necessária ao recebimento das ultra-centrifugas. O indicador da ação é a evolução física do projeto, resultante das instalações de ultra-centrifugas e da infraestrutura, tendo a capacidade de produção instalada liberada pelo órgão regulador - a CNEN. A implantação do projeto tem relevância nacional em função do grande potencial estratégico e econômico decorrente do domínio tecnológico da mais importante etapa industrial do ciclo do combustível nuclear e principalmente, da grande economia de divisas que deixará de ser revertidas aos fornecedores no exterior. Para 2014 os eventos mais relevantes previstos são: Contratação dos serviços de elaboração de projeto básico que amparará a licitação para contratação dos serviços para finalização do Módulo 5 e para implantação dos Módulos 6 e 7 e também dos novos reatores e instalações dos reatores de Angra 1 e 2. Conclusão do Módulo 4 de instalação das cascatas e das 9 cascatas de ultra-centrifugas, com a conclusão das cascatas 11 e 12 e a instalação e operação das cascatas 7 e 8. Conclusão da construção do galpão industrial do Módulo 5, que abrigará as cascatas 11 e 12 e; Contratação e elaboração do Projeto Executivo das UTS's Aramar e Resende. A evolução física projetada é

PLDO-2014, Anexo II das Informações Complementares ao PLOA 2014

Custos Médios utilizados nos principais serviços e investimentos

II - detalhamento dos custos unitários médios utilizados na elaboração dos orçamentos para os principais serviços e investimentos, justificando os valores adotados

Orçamento Fiscal e de Seguridade Social

Recursos de todas as fontes					R\$ 1,00
Ação	Produto	Un. Medida	Serv / Invest	Custo Médio (R\$ 1,00)	Justificativa
13CP	Ampliação da Unidade de Concentrado de Urânio em Caetité - BA	Usina ampliada	Investimentos	1.947.252	de 5% no exercício de 2014. Com o cronograma de implantação e operações da usina termonuclear de Angra 3 em curso, a demanda de U3O8, matéria prima principal para os elementos combustíveis, duplicou, elevando-se de 400 t para 800 t. O minério beneficiado produzido no Brasil não atende a essa demanda, sendo necessário importar o restante. A demanda de U3O8 atualizada para 2014 é de 800 t. A unidade de Caetité/BA, bem como a ampliação das instalações fabris daquela unidade de mineração, visto que, com a entrada da demanda de Angra 3, a capacidade instalada para a produção de concentrado de urânio já é insuficiente para o pleno atendimento de todas as recargas. Assim, é fundamental desenvolver e instalar o projeto de expansão da capacidade de produção da mina e da unidade industrial de Caetité, aumentando sua capacidade de produção das 400 t/a de U3O8 atuais para 800 t/a, com modernização do processo industrial e ampliação da capacidade de mineração. Estes projetos são emergenciais pois, em caso de sua não realização, será necessário continuar adquirindo urânio no exterior para garantir o funcionamento das Usinas nucleoeletricas de Angra 1, 2 e 3, remetendo divisas do país a fornecedores estrangeiros. As ações planejadas para o projeto envolvem abertura da lava subterrânea na mina da Cachoeira, lava a céu aberto da jazida do Engenho, contratação de obras, com compra de equipamentos de longo prazo e início do processo de licenciamento, expansão do beneficiamento de minério, duplicação da usina química usando lixiviação agitada, novo processo de extração por solvente e novo processo de tratamento de efluente. Os eventos mais relevantes previstos para 2014 são: Implantação e licenciamento da lava subterrânea (continuação); Sondagem de 10.000m; Licenciamentos para produção de 800 t U3O8/ano; Licitação e implantação do projeto executivo de duplicação para 800 t U3O8/ano; Licitação e licenciamento para início da abertura dos trabalhos na Jazida do Engenho; Implantação do sistema de drenagem, escritórios e infraestrutura da jazida do Engenho; Licitação e licenciamento do sistema de extração por solvente para duplicação e lixiviação agitada. Estas ações projetam uma evolução física de 27% ao projeto.
13CQ	Ampliação do Parque Industrial de Resende/RJ	Linha de produção implantada	Investimentos	1.000.000	A INB possui uma estrutura de produção plural, com equipamentos que estão operando a décadas operando ao lado de equipamentos modernos. É consumidor de tecnologia pronta, mas também desenvolve, não somente no segmento nuclear como também em engenharia de materiais e de processos. Com o cronograma de implantação da nova unidade industrial de Angra 3 e a manutenção do atendimento de Angra 1 e 2, a respectiva expansão da demanda de elementos combustíveis - EC sendo acrescida de cerca de 30% anualmente, é necessária a expansão e modernização do Parque Industrial da FCN - Fábrica de Combustível Nuclear em Resende RJ. Os principais eventos previstos para 2014 são: Dar continuidade à automação da fabricação da vareta combustível através da aquisição de novas máquinas de introdução de Elementos Combustíveis ; Dar continuidade à modernização das fábricas de pó e pastilha de UO2 e de

PLDO-2014, Anexo II das Informações Complementares ao PLOA 2014

Custos Médios utilizados nos principais serviços e investimentos

II - detalhamento dos custos unitários médios utilizados na elaboração dos orçamentos para os principais serviços e investimentos, justificando os valores adotados
Orçamento Fiscal e de Seguridade Social

Recursos de todas as fontes					R\$ 1,00
Ação	Produto	Un. Medida	Serv / Invest	Custo Médio (R\$ 1,00)	Justificativa
13CR Implantação da Usina de Conversão de Urânio	Unidade implantada	percentual de execução física	Investimentos	1.750.000	montagem de EC; Estima-se a evolução física de 3% ao projeto no período. A implantação da usina de Conversão de Urânio (conversão de UO8-Oxido de Urânio em UO2-H2O) requer a construção de uma Usina de Pesquisa e Desenvolvimento Tecnológico de todo o ciclo do combustível nuclear, em escala industrial, proporcionando a nacionalização de todos processos que envolvem o "Ciclo do Combustível Nuclear", viabilizando a economia de divisas e independência estratégica nacional. Atualmente, a etapa de conversão é totalmente realizada no exterior, representando um desembolso anual de divisas da ordem de US\$ 4,2 milhões/ano. A implantação da usina eliminará o dispêndio externo e ainda permitirá ao país oferecer o referido serviço aos demandantes mundiais, saindo da condição de cliente para a de fornecedor. O projeto, portanto, consiste na implantação, no país, de mais uma etapa do ciclo do combustível nuclear, sendo um empreendimento de grande porte e elevado conteúdo técnico encontrando-se atualmente na etapa de estudos com definição da rota tecnológica e análises de licenciabilidade. Há previsão para 2014: Consultoria de Engenharia para Desenvolvimento das Tecnologias de Destilação e Destilação; Consultoria de Engenharia para Desenvolvimento de Tecnologias de Tratamento de Efluentes; Consultoria de Engenharia para Desenvolvimento Equipamentos/Fornos Horizontais e Estocagem de HF; Análise Geotécnica (Sondagem à percussão) objetivando dar suporte aos projetos básico e executivo USCON - etapa Caetité; Consultoria Especializada para Elaboração do Termo de Referência para contratação do Projeto Básico do Projeto de Engenharia, Projeto Básico do Centro de Apoio à Produção e Engenharia do País; Levantamento geotécnico e geológico e levantamento topográfico; Parecer de Licenciabilidade da Unidade de Produção de UO3 - etapa Caetité. Estima-se com estas ações a evolução física de 2% ao projeto.
13CS Implantação da Fábrica de Tubos de Ligas Especiais Extrudados em Resende/RJ	Unidade implantada	percentual de execução física	Investimentos	750.000	A etapa de montagem mecânica dos Elementos Combustíveis destinados à produção de energia elétrica nas Usinas Nucleares de Angrais 1, 2 e 3, é totalmente realizada no país porém ainda feita mediante a aquisição, no exterior, de alguns materiais e componentes (grades espaçadoras e tubos de ligas de zircônio, principalmente). Atualmente são pagos ao exterior cerca de R\$ 5 milhões com a aquisição de tubos e grades de aços especiais. Em caso de problemas de fornecimento destes materiais, há o claro risco de ocasionar sérias limitações ao recargamento e à continuidade das operações dos reatores das usinas nucleares de Angrais 1, 2 e 3. Implantar uma unidade de produção de tubos extrudados e tubos sem costura de ligas especiais, promovendo a nacionalização dos componentes nucleares utilizados na montagem dos combustíveis, permitirá a independência tecnológica nacional nesta etapa, bem como a economia de divisas ao país. Está previsto para 2014 a contratação de consultorias para a elaboração de termos de referência relativos à aquisição de equipamentos de alto conteúdo tecnológico. Estima-se a evolução física de 1% ao projeto em 2014.

PLDO-2014, Anexo II das Informações Complementares ao PLOA 2014

Custos Médios utilizados nos principais serviços e investimentos

II - detalhamento dos custos unitários médios utilizados na elaboração dos orçamentos para os principais serviços e investimentos, justificando os valores adotados
Orçamento Fiscal e de Seguridade Social

Recursos de todas as fontes					R\$ 1,00
Ação	Produto	Un. Medida	Serv / Invest	Custo Médio (R\$ 1,00)	Justificativa
2012 Prospecção e Pesquisa de Minérios Radioativos em Território Nacional	Minério prospectado	tonelada	Serv. / Invest	1.121	Em relação ao minério de Urânio no Brasil, até o momento, foram prospectados somente de 25% a 30% do território nacional. Como fonte estratégica de geração termoeletrica em grande escala, fundamental para o atendimento da demanda crescente de energia elétrica da nação, e, com a futura ampliação da capacidade de produção de Concentrado de Urânio do país, ai incluso a duplicação de Caelit e a implantação da Usina de Santa Quitéria, o excedente de produção poderá vir a ser fonte de recursos para financiamento dos investimentos necessários ao pleno atendimento, com produção nacional, da demanda de combustível nuclear. Os trabalhos de prospecção e pesquisa visam ampliar e ou transformar em reservas minerais os minérios radioativos já conhecidos e já identificados, os quais necessitam de estudos complementares para suas caracterização, assim como aqueles que poderão ser encontrados, a partir da implementação das atividades de Prospecção e de Pesquisa Mineral, no território nacional. É a ampliação do capital uranífero do país. Em 2014 prevê-se a execução de 20.000m de Sondagem Geológica (Prospecção e Desenvolvimento) para fase de avaliação de indícios e extensão de jazidas diversas, e estudos geoeconômicos e levantamento de dados para Licenciamento da Anomalia 35 (Gemeleira I). Espera-se atingir o mapeamento de cerca de 10.000 t de minério prospectado e medido com as ações acima planejadas para 2014. A relação custo-benefício da atividade é bastante competitiva.
2013 Descomissionamento das Unidades Minero-Industriais do Ciclo do Combustível Nuclear	Área recuperada	percentual de execução física	Serv. / Invest	8.503,651	Por suas características específicas associadas à mineração e à presença da radioatividade, a INB, além das atividades operacionais, tem a responsabilidade de garantir a segurança ambiental e a saúde pública, tanto antes quanto após o encerramento de suas atividades produtivas, com o objetivo de devolver a área em condições ambientais adequadas para outros usos. Essa ação orçamentária destina-se a desenvolver, executar e acompanhar programas de recuperação ambiental de áreas em atividades minerais, inclusive e especialmente as de urânio, como parte do processo de descomissionamento das instalações envolvidas, abrangendo ainda, outras unidades industriais onde se manipulam minerais e materiais radioativos. É uma atividade imperativa aos processos minero-industriais na INB, sendo permanente e dispendiosa pois engloba obras civis, aquisição de equipamentos e materiais e diversos estudos e análises de acompanhamento de solo, fauna e flora. Para 2014 estão previstos: Unidade de Caudas - Manutenção e revisão das drenagens dos bota foras e cava da mina; Construção de Dique na Barragem na Asa das Andorinhas; Recuperação Estrutural do Talude do Corrego do Cercado; Implantação da Nanofiltração; Implantação das ações previstas no PRAD; Re-entombamento da toria II. Unidade de SP - continuidade das destinações e tratamento de solo; Unidade de Buena - início dos estudos ambientais para descomissionamento. Estima-se com isso a evolução física de 2% no período.
2482 Fabricação do Combustível Nuclear	Elemento combustível produzido	unidade	Serv. / Invest	4.266,688	A ação de Fabricação do Combustível Nuclear tem por finalidade promover a fabricação, no país, de Elementos Combustíveis(EC) a serem utilizados nas centrais nucleares brasileiras. Os Elementos Combustíveis produzidos pela INB

PLDO-2014, Anexo II das Informações Complementares ao PLOA 2014

Custos Médios utilizados nos principais serviços e investimentos

II - detalhamento dos custos unitários médios utilizados na elaboração dos orçamentos para os principais serviços e investimentos, justificando os valores adotados

Orçamento Fiscal e de Seguridade Social

Recursos de todas as fontes					R\$ 1,00
Ação	Produto	Un. Medida	Serv / Invest	Custo Médio (R\$ 1,00)	Justificativa
2489	Produção de Minerais Pesados e Óxidos de Terras Raras	tonelada	Serv. / Invest.	452	são fornecidos à ELETRONUCLEAR para abastecimento dos reatores das Usinas Nucleoeletricas de Angra 1, 2 e 3, daquela empresa. Os EC's são responsáveis pela reação nuclear no interior dos reatores das usinas, proporcionando a energia térmica necessária à produção de vapor para a movimentação dos geradores que produzem energia elétrica, a ser revertida para a sociedade brasileira. A fabricação de combustível nuclear compreende atividades minerais, industriais, comerciais, PD&I e de monitoração e preservação ambiental. A INB verticaliza e é responsável por todo o ciclo do EC no país. O indicador físico da ação contabilizado é o nr de EC's produzidos e certificados, produto final do processo. É a principal atividade da INB onde se encontra a maior parte dos recursos empregados. Para 2014 estão previstos a produção de 92 EC's, sendo: 52 EC's, com enriquecimento de 4,25 % em peso de U235, para a 11a recarga de Angra 2 (projeto HTP e com filtros anti-debris) e 40 EC's, com enriquecimento de 4,0 %, em peso de U235, para a 21a recarga de Angra 1 (projeto 16NGF); Ainda são atividades da Ação para 2014: Fornecimento de 50 pares de bocais tipo 16 NGF para a Korean Nuclear Fuel; Fornecimento de barras de controle para Angra 2; Fabricação de Componentes e Esqueletos tipo HTP visando atendimento à fabricação do Núcleo de Angra 3; Fabricação de 01 Esqueleto tipo STD visando atendimento ao reparo de EC em Angra 1; Reparo de combustíveis defeituosos armazenados na piscina de Angra 1; Serviços de manuseio de combustíveis novos e usados durante Pré-Parada e Parada 1P20 em Angra 1; Serviços de manuseio de combustíveis novos e usados durante Pré-Parada e Parada 2P11 em Angra 2; Serviços de cálculo de engenharia para Westinghouse; Serviços de engenharia para Eletro Nuclear; Manuseio (PS) de combustíveis em Angra 1; Manutenção do Sistema Integrado de Gestão - Certificação ISO 9001, ISO 14001 e OHSAS 18001. A ação Produção de Minerais Pesados compreende a produção de Ilmenita, zircônita, rutilo e monazita, empregados na indústria de alta tecnologia e destinados ao mercado nacional e internacional. As operações da INB são localizadas em São Francisco de Itabapoana, Distrito de Buena/RJ, onde se encontram as atividades de lavra, de processamento físico e comercialização dos minerais pesados. Desde o exercício de 2010, a Unidade de Minerais Pesados, em função da paralisação da atividade de lavra, está beneficiando um estoque remanescente de Run Off Mine - ROM e processando parte do estoque de Ilmenita-monazítico para poder encerrar as atividades da Unidade de Beneficiamento Primário, e preparar a área para descomissionamento. Para 2014 os eventos mais relevantes previstos viabilizam a produção de 15.620 toneladas de minerais pesados, sendo: Produção de 12.000 t de Ilmenita, 800 t de zircônita, 320 t de rutilo e 2.500 t de monazita na Unidade de minerais pesados em Buena-RJ com processamento

PLDO-2014, Anexo II das Informações Complementares ao PLOA 2014

Custos Médios utilizados nos principais serviços e investimentos

II - detalhamento dos custos unitários médios utilizados na elaboração dos orçamentos para os principais serviços e investimentos, justificando os valores adotados

Orçamento Fiscal e de Seguridade Social

Recursos de todas as fontes					R\$ 1,00
Ação	Produto	Un. Medida	Serv / Invest	Custo Médio (R\$ 1,00)	Justificativa
24207 Nuclebrás Equipamentos Pesados S.A. - NUCLEP					
20V1 Projeto e Fabricação de Equipamentos para as Indústrias Nuclear e Pesada de Alta Tecnologia	Equipamento produzido	tonelada	Serviços	20.550	dos estoques remanescentes de Buena e da unidade da INB de São Paulo; aquisição de máquinas e equipamentos bem como peças de reposição e reformas, e; início de estudos para o processo de descomissionamento da Unidade. OS RECURSOS DESTINAM-SE A FABRICAÇÃO DE SUBMARINOS, EQUIPAMENTOS PARA USINA NUCLEAR ANGRA III, PLATAFORMA PARA PETROBRAS, EQUIPAMENTOS DIVERSOS PARA A PETROBRAS. OS VALORES ADOTADOS ESTÃO DE ACORDO COM PROPOSTA COMERCIAL ASSINADA COM OS CLIENTES. NÃO FAZEM PARTE DO CUSTO MÉDIO: -INVESTIMENTOS - R\$6.261.966,00-ATENDER RETROFITING DE PONTES ROLANTES, EMPILHADEIRAS E CONJUNTO DE POSICIONADORES DE SOLDA E AQUISIÇÃO DE MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS FABRIL, -GASTOS COM ADMINISTRAÇÃO DA UNIDADE-R\$11.781.057,00, -CAPACITAÇÃO DE PROFISSIONAIS-R\$1.420.000,00. COM PREVISÃO DE TREINAMENTO/QUALIFICAÇÃO DE 612 FUNCIONÁRIOS DURANTE O EXERCÍCIO DE 2014, PERFAZENDO UMA MÉDIA DE R\$2.320,26. POR FUNCIONÁRIO.
24209 Centro Nacional de Tecnologia Eletrônica Avançada - S.A. - CEITEC					
6432 Pesquisa, Desenvolvimento, Fabricação e Comercialização de Componentes Semicondutores	Componente produzido	unidade	Serv. / Invest.	17	Serviços: A Cetec está atualmente qualificando os seus equipamentos de produção e começando a produzir os seus primeiros lotes. Contudo, a totalidade desses equipamentos é importada, visto que não existe fábrica semelhante no país. Desse modo é necessário um suporte de especialistas estrangeiros para manter os equipamentos funcionando e treinar o pessoal local na tarefa. Assim, à medida que mais equipamentos são qualificados surge a necessidade de: Contratos de Manutenção de Equipamentos críticos e de subcomponentes críticos como Bombas de vácuo, Lavadores de gases e Dispositivos de medição. Também, à medida que mais máquinas estão funcionando, é necessário um software para controle da produção e gerenciamento de dados. A empresa já possui tal software, mas ainda é necessário contratá-lo para a produção em massa. Há também a necessidade de comunicação entre os equipamentos de processo, o sistema de controle. Por isso, surge a necessidade de: Serviços Customização e Implementação Interface Software e Máquinas Manufatura. Além disso, a fabricação de circuitos integrados é extremamente sensível às condições do ambiente. Por isso ela é realizada em uma sala limpa. A sala limpa da CEITEC é aproximadamente 10.000 vezes "mais limpa" (ou seja, tem aproximadamente 10.000 menos partículas) que o ar externo. Por isso, diversos contratos são necessários: Contrato Limpeza Fábrica, Contrato de Lavagem dos Uniformes de sala limp, Contrato de Certificação Sala Limpa. Não só a Sala limpa, mas a produção de circuitos integrados requer diversas facilidades industriais. Algumas são comuns de outras empresas e laboratórios, como eletricidade e ar

PLDO-2014, Anexo II das Informações Complementares ao PLOA 2014

Custos Médios utilizados nos principais serviços e investimentos

II - detalhamento dos custos unitários médios utilizados na elaboração dos orçamentos para os principais serviços e investimentos, justificando os valores adotados

Orçamento Fiscal e de Seguridade Social

Recursos de todas as fontes					R\$ 1,00
Ação	Produto	Un. Medida	Serv / Invest	Custo Médio (R\$ 1,00)	Justificativa
					contratado, mas na CEITEC, outros sistemas também são muito importantes, como o Sistema de Água Ultra-Pura (necessário para manter o grau de limpeza necessário à produção), Sistema de Gases Especiais (com diversos gases que não são utilizados por nenhuma outra indústria no país), Sistema de Tratamento de Resíduos (importante para tratar e descartar de forma apropriada diversos tipos de resíduos perigosos). Assim, diversos contratos são necessários para manter todos esses sistemas funcionando, como: Contratos Manutenção dos Sistemas: Elétricos / Mecânicos / Automação/ Fornecimento de gases e químicos / Planta de água Ultra-Pura / Planta de Tratamento de Resíduos / Chiller / Geradores / Água gelada, entre outros Assim, por trabalhar com diversos gases químicos, diversos outros cuidados, equipamentos, materiais e serviços são necessários para manter o funcionamento adequado do sistema de detecção de Gases tóxicos (TGM na sigla em inglês) que controla mais de 300 pontos de detecção espalhados pela fábrica. Também, diversos outros cuidados são necessários, como manter o sistema de combate a incêndio em perfeito estado e realizar medições ambientais regulares. Assim diversos outros contratos são necessários como: Contrato de manutenção do sistema de combate incêndio, Contrato de manutenção TGM, Contrato de medições e laudos Ambientais, Contrato de Medicina Ocupacional. Conviém lembrar que diversos sistemas da fábrica não podem ser desligados, mesmo que não haja produção. Por exemplo, a Sala Limpa não pode ser desligada nunca, caso contrário pode-se demorar muito tempo (ou mesmo ser impossível) recupera-se a limpeza necessária para o processo. Outro exemplo é a Planta de Água Ultra-Pura, que não pode parar nunca devido a riscos de contaminação das tubulações. Assim, o custo associado para apenas manter a fábrica funcionando, mesmo sem produção é muito alto. Por esse motivo optou-se por tentar acelerar ao máximo as produções. Para isso foi feito um contrato de Transferência de Tecnologia com a empresa XFAB, que está fornecendo a tecnologia que começa a ser testada na CEITEC. Para ter um apoio extra, a CEITEC contratou uma empresa com especialistas estrangeiros para ajudar ainda mais numa rápida transferência de tecnologia. Além disso, a fábrica está constantemente procurando adquirir novos equipamentos e materiais para a sala de produção, para garantir uma transferência de tecnologia mais rápida e mais confiável. Assim, diversos outros contratos são necessários: Contrato de instalação de novos equipamentos de produção e controle, Contrato de Transferência de tecnologia – XFAB, Contrato suporte à Processo/Manufatura, Contrato para instalação de sistema integrado de contagem de partículas. Finalmente, assim que a produção estiver se estabelecendo em ritmo mais acelerado, a empresa precisa estar preparada para um grande volume de entrada e saída de materiais, bem como estar certificada para conseguir novos clientes. Assim, contratos como os seguintes serão necessários: Contratos de operador Logístico e projeto de ampliação da área de estoque, Contratação de empresa para implantação do Sistema da Qualidade ISO. Concluímos, assim, que se tais contratos não puderem ser feitos, isso pode afetar bastante a operação da empresa, pois diversas áreas essenciais, como Segurança e Manutenção de Equipamentos e Infraestrutura, ficarão comprometidas. Isso, com certeza, atrasará a finalização da transferência de tecnologia, o que levará altos custos necessários apenas para manter sistemas essenciais como a Sala Limpa e a Planta de Água Ultra-Pura funcionando.

PLDO-2014, Anexo II das Informações Complementares ao PLOA 2014

Custos Médios utilizados nos principais serviços e investimentos

II - detalhamento dos custos unitários médios utilizados na elaboração dos orçamentos para os principais serviços e investimentos, justificando os valores adotados

Orçamento Fiscal e de Seguridade Social

Recursos de todas as fontes					R\$ 1,00
Ação	Produto	Un. Medida	Serv / Invest	Custo Médio (R\$ 1,00)	Justificativa
Investimento: Seguindo o raciocínio anterior a CETEC precisa comprar diversos itens para manter os equipamentos e sistemas funcionando como: Ferramentas / Instrumentos para manutenção, Equipamento para Solda de tubos de Inox, Divisórias/Mesas/Bancadas/Cadeiras. Alguns sistemas ainda requerem melhorias para garantir um abastecimento de qualidade a medida que a produção aumenta. Novos UPS / Geradores para garantir o fornecimento de energia elétrica. Novo Chiller para garantir o fornecimento de água gelada. Novo Compressor de ar para garantir o fornecimento de ar comprimido. A produção também, a medida que avança, irá necessitar de mais mecanismos de controle na linha (como computadores para controle da produção e armazenamento de dados) mais modernos para garantir a qualidade da produção. A produção de equipamentos para garantir a qualidade da Sala Limpa dos materiais e dos resíduos gerados. Assim são necessários: Computadores / Monitores / Impressoras Código Barra / Storage. Móveis de sala limpa, itens para Manipulação de Lâminas dentro da Sala Limpa (explicadas a vácuo). Equipamentos para contagem de partículas. Equipamentos para Inspeção de recebimento de materiais. Laboratório Físico-Químico para Análises Água Ultra-Pura e Resíduos. A área de Segurança também irá requerer alguns investimentos a medida que a produção avança tais como: Compra de itens para melhorias no Sistema de Sprinkles, Construção de nova área para armazenamento químicos, Equipamentos para segurança do trabalho, como Luxímetro, anemômetro, decibímetro, Lixeiras e contêineres dedicados a resíduos especiais (tóxicos/corrosivos/inflamáveis). Finalmente, para acelerar o processo de transferência de Tecnologia, é necessária a compra de equipamentos mais modernos para produção e controle, além de softwares dedicados (como software de simulação do processo)/Software de simulação do processamento de circuitos integrados, Equipamentos Produção/ Controle. Assim, para garantir a operação segura e com qualidade da fábrica, serão necessários os investimentos apontados aqui. O custo médio informado refere-se apenas ao Plano Orçamentário 03 - Pesquisa, Desenvolvimento, Fabricação e Comercialização de Componentes Semicondutores, que abrange as atividades-fim da Empresa.					

PLDO-2014, Anexo II das Informações Complementares ao PLOA 2014

Custos Médios utilizados nos principais serviços e investimentos

II - detalhamento dos custos unitários médios utilizados na elaboração dos orçamentos para os principais serviços e investimentos, justificando os valores adotados

Orçamento Fiscal e de Seguridade Social

Recursos de todas as fontes						R\$ 1,00
Ação	Produto	Un. Medida	Serv / Invest	Custo Médio (R\$ 1,00)	Justificativa	
25000 Ministério da Fazenda						
25101 Ministério da Fazenda						
148D Desenvolvimento e implantação do novo Sistema de Controle de Atividades Financeiras - SISCOAF II	Sistema implantado	percentual de execução física	Investimentos	43,750.000	Estima-se executar 39% do projeto. O custo para implementação do projeto, em 2014, será de R\$ 1.750.000,00, conforme segue: Desenvolvimento Módulos da Supervisão R\$ 780.450,00 Desenvolvimento Módulos da Inteligência Financeira R\$ 799.550,00 Desenvolvimento Módulos Integração Área Fin R\$ 40.000,00 Consultoria Mapeamento Processos - horas R\$ 130.000,00 TOTAL R\$ 1.750.000,00	
25103 Secretaria da Receita Federal do Brasil						
104I Construção do Edifício-Sede II do Ministério da Fazenda em Brasília	Obra concluída	percentual de execução física	Investimentos	3.049	Parâmetros do Cálculo: Valor da Obra = R\$ 386.000.000,00 (parcelas da Receita Federal + Procuradoria da Fazenda Nacional) Área edificada = 126.600 m2 Custo médio = 386.000,00 / 126.600 = R\$ 3.048,97 / m2	
104V Construção do Edifício-Sede do Ministério da Fazenda em Salvador - BA	Obra concluída	percentual de execução física	Investimentos	3.346	Parâmetros do Cálculo: Valor da Obra = R\$ 82.977.936,00 Área edificada = 24.800,00 m2 Custo médio = 82.977.936 / 24.800 = R\$ 3.345,88 / m2	
104X Construção do Edifício-Sede da Delegacia da Receita Federal do Brasil em Santos - SP	Edifício construído	percentual de execução física	Investimentos	2.800	Parâmetros do Cálculo: Valor da Obra = R\$ 23.691.402,00 Área edificada = 8.462,20 m2 Custo médio = 23.691.402,00 / 8.462,20 = R\$ 2.799,67 / m2	
1083 Construção do Edifício-Sede da Delegacia da Receita Federal do Brasil em Natal - RN	Obra concluída	percentual de execução física	Investimentos	2.971	Parâmetros do Cálculo: Valor da Obra = R\$ 40.904.256,00 Área edificada = 13.769 m2 Custo médio = 40.904.256 / 13.769 = R\$ 2.970,75 / m2	
147W Construção do Edifício-Sede II do Ministério da Fazenda em Curitiba - PR	Obra concluída	percentual de execução física	Investimentos	2.323	Parâmetros do Cálculo: Valor da Obra = R\$ 92.929.156,00 (parcelas da Receita Federal + Procuradoria da Fazenda Nacional) Área edificada = 40.000 m2 Custo médio = 92.929.156 / 40.000 = R\$ 2.323,23 / m2	

PLDO-2014, Anexo II das Informações Complementares ao PLOA 2014

Custos Médios utilizados nos principais serviços e investimentos

II - detalhamento dos custos unitários médios utilizados na elaboração dos orçamentos para os principais serviços e investimentos, justificando os valores adotados

Orçamento Fiscal e de Seguridade Social

Recursos de todas as fontes					R\$ 1,00
Ação	Produto	Un. Medida	Serv / Invest	Custo Médio (R\$ 1,00)	Justificativa
147X	Construção do Edifício-Sede da Delegacia da Receita Federal do Brasil em Franca - SP	percentual de execução física	Investimentos	2.000	Parâmetros do Cálculo: Valor da Obra = R\$ 20.000.000 Área edificada = 10.000 m2 Custo médio = 20.000.000 / 10.000 = R\$ 2.000 / m2
147Y	Construção do Edifício-Sede da Secretaria da Receita Federal do Brasil em Campinas - SP	percentual de execução física	Investimentos	3.350	Parâmetros do Cálculo: Valor da Obra = R\$ 33.496.889 (parcelas da Receita Federal + Procuradoria da Fazenda Nacional) Área edificada = 10.000 m2 Custo médio = 33.496.889 / 10.000 = R\$ 3.349,69 / m2
147Z	Construção do Anexo do Ministério da Fazenda em Fortaleza-CE	percentual de execução física	Investimentos	1.960	Parâmetros do Cálculo: Valor da Obra = R\$ 39.206.986,00 Área edificada = 20.000 m2 Custo médio = 39.206.986 / 20.000 = R\$ 1.960,35 / m2
148H	Construção de Edifício-Sede de Unidades do Ministério da Fazenda em Vitória - ES	percentual de execução física	Investimentos	2.450	Parâmetros do Cálculo: Valor da Obra = R\$ 38.193.313 (parcelas da Receita Federal + Procuradoria da Fazenda Nacional) Área edificada = 15.589 m2 Custo médio = 38.193.313 / 15.589 = R\$ 2.450,02 / m2
148I	Construção de Edifício-Sede de Unidades do Ministério da Fazenda em Belém - PA	percentual de execução física	Investimentos	5.889	Parâmetros do Cálculo: Valor da Obra = R\$ 38.867.357 (parcelas da Receita Federal + Procuradoria da Fazenda Nacional) Área edificada = 6.600 m2 Custo médio = 38.867.357 / 6.600 = R\$ 5.888,99 / m2
148J	Construção de Edifício-Sede de Unidades do Ministério da Fazenda em Manaus - AM	percentual de execução física	Investimentos	3.159	Parâmetros do Cálculo: Valor da Obra = R\$ 55.335.193,00 (parcelas da Receita Federal + Procuradoria da Fazenda Nacional) Área edificada = 17.515,75 m2 Custo médio = 55.335.193 / 17.515,75 = R\$ 3.159,17 / m2
148K	Construção de Edifício-Sede de Unidades do Ministério da Fazenda em Porto Alegre - RS	percentual de execução física	Investimentos	4.617	Parâmetros do Cálculo: Valor da Obra = R\$ 99.734.828,00 (parcelas da Receita Federal + Procuradoria da Fazenda Nacional) Área edificada = 21.600 m2 Custo médio = 99.734.828,00 / 21.600 = R\$ 4.617,35 / m2
148L	Construção de Edifício-Sede de Unidades do Ministério da Fazenda em Recife-PE	percentual de execução física	Investimentos	3.517	Parâmetros do Cálculo: Valor da Obra = R\$ 73.964.625,00 (parcelas da Receita Federal + Procuradoria da Fazenda Nacional) Área edificada = 21.000,00 m2 Custo médio = 73.964.625,00 / 21.000,00 = R\$ 3.517,36 / m2

PLDO-2014, Anexo II das Informações Complementares ao PLOA 2014

Custos Médios utilizados nos principais serviços e investimentos

II - detalhamento dos custos unitários médios utilizados na elaboração dos orçamentos para os principais serviços e investimentos, justificando os valores adotados

Orçamento Fiscal e de Seguridade Social

Ação		Produto	Un. Medida	Serv / Invest	Custo Médio (R\$ 1,00)	Justificativa	Recursos de todas as fontes
14IE	Obra de Recuperação do Edifício-Sede do Ministério da Fazenda do Rio de Janeiro - RJ	Obra concluída	percentual de execução física	Investimentos	2.638	Parâmetros do Cálculo: Valor da Obra = R\$ 269.100.000,00 (parcelas da Receita Federal + Procuradoria da Fazenda Nacional) Área edificada = 102.000 m2 Custo médio = 269.100.000,00 / 102.000 = R\$ 2.638,24 / m2	R\$ 1,00
14IF	Obra de Recuperação do Edifício-Sede do Ministério da Fazenda de São Paulo - SP	Obra concluída	percentual de execução física	Investimentos	2.122	Parâmetros do Cálculo: Valor da Obra = R\$ 141.900.000,00 (parcelas da Receita Federal + Procuradoria da Fazenda Nacional) Área edificada = 66.863,07 m2 Custo médio = 141.900.000,00 / 66.863,07 = R\$ 2.122,25 / m2	
20VF	Fortalecimento Institucional	Índice auferido	percentual	Serv. / Invest	4.750.000	Esta ação é composta de sete planos orçamentários: 1) Capacitação e Especialização de Recursos Humanos da RFB - meta física 15.566 - servidores capacitados 2) Reaparelhamento das Unidades Operacionais da RFB - meta física 230 unidades reaparelhadas 3) Intervenções na Logística, Adequação e Reforma de Imóveis e Unidades de Fronteira da RFB- meta física 100 adequações realizadas 4) Modernização da Fiscalização, Vigilância e Repressão da RFB - meta física 11.576 infra-estruturas implantadas 5) Modernização da Infraestrutura de Tecnologia, Informação e Comunicação (TIC) da RFB - meta física 33.027 infra-estruturas implantadas 6) Desenvolvimento e Aperfeiçoamento das Soluções Tecnológicas da RFB - meta física 2 soluções tecnológicas implantadas 7) Operações de Repressão à Sonegação, Contrabando e Descaminho - meta física 20 operações realizadas O custo médio corresponde a previsão de gasto nesta ação (R\$ 380.000.000,00) pelo índice auferido com base na média aritmética das metas físicas de cada plano orçamentário (80%).	
							380.000.000,00 80,00

PLDO-2014, Anexo II das Informações Complementares ao PLOA 2014

Custos Médios utilizados nos principais serviços e investimentos

II - detalhamento dos custos unitários médios utilizados na elaboração dos orçamentos para os principais serviços e investimentos, justificando os valores adotados

Orçamento Fiscal e de Seguridade Social

Recursos de todas as fontes					R\$ 1,00	
Ação	Produto	Un. Medida	Serv / Invest	Custo Médio (R\$ 1,00)	Justificativa	
20VG Sistemas Informatizados da Secretaria da Receita Federal e do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais	Índice auferido	percentual	Serv. / Invest	16.802.632	O custo médio corresponde a previsão de gasto nesta ação (R\$ 1.277.000.000,00) pelo índice auferido com base na média aritmética dos sistemas (95%).	4.750.000,00
2237 Auditoria e Fiscalização Tributária e Aduaneira	Ação fiscal realizada	unidade	Serviços	588	O custo médio corresponde a previsão de gasto nesta ação (R\$ 147.000.000,00) pelo número de ações de fiscalização a realizar (250.166).	
2238 Arrecadação Tributária e Aduaneira	Tributo arrecadado	bilhão de reais	Serviços	152.672	O custo médio corresponde a previsão de gasto nesta ação (R\$ 100.000.000,00) pela previsão de arrecadação de tributos federais em bilhões (655,00).	
25201 Banco Central do Brasil						
10GQ Construção do Edifício Sede do Banco Central do Brasil em Porto Alegre-RS	Obra executada	percentual de execução física	Investimentos	533.333	Custo médio considerando percentual de execução física e valor solicitado, baseado no planejado para 2014; execução das etapas de infraestrutura e superestrutura.	
1186 Construção do Edifício Sede do Banco Central do Brasil em Salvador - BA	Obra executada	percentual de execução física	Investimentos	538.462	Custo médio considerando percentual de execução física e valor solicitado, baseado na execução das atividades de arquitetura e de instalações, de maneira que seja possível a conclusão do prédio em 2014.	
2089 Sistema de Informações Banco Central do Brasil - SISBACEN	Sistema mantido	unidade	Serv. / Invest	86.880.576	Manutenção do sistema de informação do Banco Central do Brasil, responsável pelo funcionamento do Sistema de Pagamentos Brasileiro - SPB, Sistema de Informações do Banco Central - SICR, Sistema de Administração de Reservas - SAR, entre outros.	
2098 Formulação e Gerenciamento da Política Monetária, Cambial e de Crédito	Relatório publicado	unidade	Serviços	4.056.250	Custo médio obtido considerando a meta física (4 relatórios) e os valores solicitados. Entretanto, estão incluídas nesse valor despesas relativas ao PO Educação Financeira, que não contribuem diretamente para a elaboração dos relatórios citados.	

PLDO-2014, Anexo II das Informações Complementares ao PLOA 2014

Custos Médios utilizados nos principais serviços e investimentos

II - detalhamento dos custos unitários médios utilizados na elaboração dos orçamentos para os principais serviços e investimentos, justificando os valores adotados
Orçamento Fiscal e de Seguridade Social

Recursos de todas as fontes					R\$ 1,00
Ação	Produto	Un. Medida	Serv / Invest	Custo Médio (R\$ 1,00)	Justificativa
20Y9 Supervisão e Organização do Sistema Financeiro Nacional	Fiscalização realizada	unidade	Serviços	5.147	Caso sejam consideradas as despesas relativas apenas ao PO Formulação e Gerenciamento da Política Monetária, Cambial e de Crédito, o custo unitário passa a ser de 2.800.000,00, necessários para definição e controle dos instrumentos de política monetária, bem como monitoramento das variáveis, acompanhamento dos mercados e cenários. Além de definição da política cambial, monitoramento dos mercados e atuação. Proposição, implementação e acompanhamento de medidas de crédito.
20ZA Fortalecimento das Ações de Autoridade Monetária	Projeto concluído	unidade	Serv. / Invest	2.470.588	Custo médio obtido considerando os valores solicitados e a meta física prevista para 2014. Recursos necessários para realização de ações de fiscalização, incluindo reuniões técnicas nas regionais e na sede, comissões de inquéritos, viagens de inspeção às instituições em intervenção; Necessidade de deslocamento de servidores com vistas a inspeção geral, inspeções modulares e procedimentos de balanço; verificação especial para diversas finalidades; grupos de trabalhos especiais da supervisão; reuniões de trabalho entre as unidades da Difs; demais trabalhos que contribuam para efetividade da ação de supervisão do sistema financeiro nacional do plano plurianual (ppa) - incorporação das atividades da fiscalização do crédito rural e do proagro. custo médio obtido considerando o valor solicitado e o número de projetos em andamento, no marco dos seguintes objetivos: 1. Projeto do PO Aprimoramento do Banco Central do Brasil, alinhados aos objetivos estratégicos organizacionais relacionados ao cumprimento das metas de inflação estipuladas pelo Conselho Monetário, à garantia de solidez e regular funcionamento do Sistema Financeiro Nacional (SFN), à promoção da eficiência do SFN e inclusão financeira da população e, por fim, à garantia de suprimento de numerário adequado às necessidades da sociedade. 2. Projetos do PO Fortalecimento Institucional, alinhados aos objetivos estratégicos organizacionais relacionados ao aprimoramento do marco regulatório para o cumprimento da missão institucional, à promoção de melhorias na comunicação e no relacionamento com os públicos interno e externo, bem como o fortalecimento da inserção internacional do Banco Central do Brasil (BCB). 3. Projetos do PO Governança, alinhados ao objetivo estratégico organizacional relacionado ao aprimoramento da governança, da estrutura e da gestão do BCB.
7686 Construção de Edifício para o Meio Circulante no Rio de Janeiro - RJ	Obra executada	percentual de execução física	Investimentos	700.000	Custo médio considerando percentual de execução física e valor solicitado, baseado na execução das atividades de arquitetura e de instalações, de maneira que seja possível a conclusão do prédio em 2014.
25203 Comissão de Valores Mobiliários					
20WU Desenvolvimento do Mercado de Valores Mobiliários	Informação divulgada	percentual	Serviços	1.340.910	P.O. 0002 – Sistema Informatizado da Comissão de Valores Mobiliários – Valor total para as despesas de custeio é de R\$ 25.792.600,00. Desse montante, o valor previsto para atender os serviços atualmente contratados junto ao SERPRO é de R\$ 11.887.030,00 (Contratos de terceirização de rede

PLDO-2014, Anexo II das Informações Complementares ao PLOA 2014

Custos Médios utilizados nos principais serviços e investimentos

II - detalhamento dos custos unitários médios utilizados na elaboração dos orçamentos para os principais serviços e investimentos, justificando os valores adotados

Orçamento Fiscal e de Seguridade Social

Recursos de todas as fontes					R\$ 1,00
Ação	Produto	Un. Medida	Serv / Invest	Custo Médio (R\$ 1,00)	Justificativa
25208 Superintendência de Seguros Privados					
20VH Fiscalização e Regulamentação de Mercados de Seguros, Resseguros, Capitalização e Previdência Complementar Aberta	Fiscalização realizada	unidade	Serviços	496	metropolitana, longa distância e internet; administração do CPD; rede local; administração do correio eletrônico e outros). O restante (R\$ 13.805.570,00) visa atender despesas com licenciamento de software; serviços de consultorias; manutenção de software e hardware; serviços de agência de notícias; telefonia móvel; manutenção e desenvolvimento de Sistemas; Prestação de serviços de Atendimento e Suporte a Usuários de Sistemas (TI) e outros.
25913 Fundo Especial de Treinamento e Desenvolvimento					
20SH Estudos e Pesquisas em Matéria Fazendária	Pesquisa realizada	unidade	Serviços	25.000	Orçamento previsto para Fiscalização dos Mercados de Seguros, Resseguros, Capitalização e Previdência Complementar Aberta, Regulamentação dos Mercados de Seguros, Resseguros, Capitalização e Previdência Complementar Aberta e Educação e Orientação sobre os Mercados de Seguros, Resseguros, Capitalização e Previdência Complementar Aberta, dividido pelo somatório das respectivas metas físicas.
Ao longo do ano de 2014 está prevista a realização de 20 pesquisas, assim distribuídas:					
I - Grupo de Pesquisa em Finanças Públicas - Tópicos: tributos e receitas públicas; II - orçamento público, gasto público e dívida pública; III - gestão fazendária; IV - regulação de mercados e políticas setoriais; V - comércio exterior e finanças internacionais. Produto esperado: 5 pesquisas - Valor Total: 160.000					
II Estudos sobre temas relacionados ao Federalismo Fiscal - 4ª Edição - Objetivos: proporcionar debates, treinamento e produção de estudos com relação as temas federativos por parte dos estados federativos brasileiro. Produto esperado: 5 pesquisas - Valor Total: 200.000					
III - Prêmios de monografia e outras pesquisas aplicadas - Produto esperado: 10 pesquisas - Valor total: 140.016					
Valor médio: 25.000,80					
Para o ano de 2014, estão previstas as seguintes ações:					
a) capacitação de 86.577 servidores; nas modalidades presencial e à distância, a um custo estimado de 9.800.000 e custo médio de R\$ 113,19 por servidor por curso. Cumprir informar que o custo dos eventos apresenta variação considerável, sendo menor nos cursos a distância, tendo em vista sua possibilidade de atingir público alvo mais vasto.					
b) PO 0002: realização de concursos públicos com a expectativa de seleção de 1500 candidatos. O custo total previsto é de 12.590.000, a um custo médio de					
2250 Seleção e Formação de Recursos Humanos em Finanças Públicas e Áreas Afins	Candidato selecionado	unidade	Serviços	254	

PLDO-2014, Anexo II das Informações Complementares ao PLOA 2014

Custos Médios utilizados nos principais serviços e investimentos

II - detalhamento dos custos unitários médios utilizados na elaboração dos orçamentos para os principais serviços e investimentos, justificando os valores adotados
Orçamento Fiscal e de Seguridade Social

Recursos de todas as fontes					R\$ 1,00
Ação	Produto	Un. Medida	Serv / Invest	Custo Médio (R\$ 1,00)	Justificativa

R\$ 8.393,33 por candidato selecionado. Destaque-se que quanto maior o número de candidatos inscritos, maior a despesa associada que, no entanto, tende a ser coberta pelas taxas de inscrição.

o custo médio da ação leva em conta as capacitações somadas às seleções realizadas, totalizando o montante de R\$ 254,20 por pessoa.

PLDO-2014, Anexo II das Informações Complementares ao PLOA 2014

Custos Médios utilizados nos principais serviços e investimentos

II - detalhamento dos custos unitários médios utilizados na elaboração dos orçamentos para os principais serviços e investimentos, justificando os valores adotados

Orçamento Fiscal e de Seguridade Social

Recursos de todas as fontes					R\$ 1,00
Ação	Produto	Un. Medida	Serv / Invest	Custo Médio (R\$ 1,00)	Justificativa
26000 Ministério da Educação					
26101 Ministério da Educação					
20GK Fomento às Ações de Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão	Iniciativa apoiada	unidade	Serviços	96.351	A referida ação atende a principalmente dois programas: Programa de Extensão Universitária (PROEXT) e Programa de Educação Tutorial (PET). No caso do PROEXT, foi previsto o atendimento de propostas de instituições não-federais de ensino que receberão recursos para extensão universitária por meio de convênios. Os valores repassados correspondem às propostas que foram selecionadas por meio de edital, em duas categorias distintas: Programas de Extensão (até R\$ 150 mil) e Projetos de Extensão (até R\$ 50 mil). Já o PET apoia grupos formados por um professor tutor e 12 alunos. A bolsa do professor é de até R\$ 2.200,00 e a bolsa dos alunos, de R\$ 400,00. Como cada grupo, além das bolsas, recebe um valor de custeio, o custo de cada grupo é de R\$ 93.600,00
20RG Expansão e Reestruturação de Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica	Projeto viabilizado	unidade	Investimentos	5.083.333	A ação é utilizada para expansão e reestruturação da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica. Em 2014 está prevista a inauguração de 133 novas unidades e disponibilização de 39.900 novas vagas. Os recursos foram majoritariamente alocados nas unidades orçamentárias dos Institutos Federais, sendo que a na Administração Direta foram alocados recursos para atender a um número reduzido de projetos.
4005 Apoio à Residência em Saúde	Bolsa concedida	unidade	Serviços	3.247	A ação é utilizada para o pagamento de bolsas para participantes de programas de Residência Médica, Multiprofissional e em Área Profissional da Saúde, desenvolvidos no âmbito das Instituições Federais de Ensino e em Hospitais Universitários Federais.
6380 Fomento ao Desenvolvimento da Educação Profissional e Tecnológica	Unidade apoiada	unidade	Serviços	615.659	Os recursos são utilizados para atendimento às instituições da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica, visando a melhoria das condições do ensino e apoiando projetos de pesquisa aplicada, extensão tecnológica e inovação. A meta física corresponde ao número de câmpus que receberão recursos.
8282 Reestruturação e Expansão de Instituições Federais de Ensino Superior	Projeto viabilizado	unidade	Investimentos	2.032.826	A ação é utilizada para reestruturação, expansão e consolidação das Universidades Federais existentes, para a implantação de novas universidades e câmpus, bem como atendimento a ações emergenciais. Em 2013, foram aprovados quatro projetos de lei para criação de novas universidades, sejam elas: UFOBA, UFESBA, UFCA e UNIFESSPA. Além destas, foram recentemente criadas 4 universidades, sejam elas: UFFS, UFOPA, UNILA e UNILAB. Estas universidades encontram-se em processo de implantação. Além disso, por conta da demanda crescente por médicos no país, diversos cursos novos de medicina estão sendo criados, bem como existe a previsão de expansão de vagas em cursos existentes. Cabe ressaltar que a Rede Federal de Educação Superior conta com 63 universidades e todas elas estão desenvolvendo projetos, sejam eles de implantação ou de consolidação da expansão iniciados em exercícios anteriores,

PLDO-2014, Anexo II das Informações Complementares ao PLOA 2014

Custos Médios utilizados nos principais serviços e investimentos

II - detalhamento dos custos unitários médios utilizados na elaboração dos orçamentos para os principais serviços e investimentos, justificando os valores adotados

Orçamento Fiscal e de Seguridade Social

Recursos de todas as fontes					R\$ 1,00
Ação	Produto	Un. Medida	Serv / Invest	Custo Médio (R\$ 1,00)	Justificativa
de forma que os recursos foram majoritariamente alocados nas unidades orçamentárias das universidades. Sendo assim, apesar da ação não versar somente sobre a criação de novas universidades, referenciou-se o produto no desenvolvimento de projetos apoiados e estimou-se um custo médio baseado na diversidade dos mesmos.					
26290 Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira					
20RM Exames e Avaliações da Educação Básica	Pessoa avaliada	unidade	Serviços	33	Os recursos da ação são utilizados na aplicação de exames e avaliação de indivíduos no âmbito da Educação Básica, principalmente na aplicação do Enem, Prova Brasil, Provinha Brasil, Enceja e Ceipe-Brás
20RN Avaliação da Educação Superior e da Pós-Graduação	Avaliação realizada	unidade	Serviços	5.631	Os recursos da ação são utilizados para avaliações de instituições de ensino superior, avaliações no âmbito do Arcu-Sul e do Enade, além da realização dos Exames do Revalida.
26291 Fundação Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - CAPES					
0000 Concessão de Bolsas de Apoio à Educação Básica	Bolsa concedida	unidade	Serviços	5.725	Recursos a serem utilizados para pagamento de bolsas de estudo e de pesquisa a coordenadores (institucionais, de área, de curso, de área de gestão, Locais, de Tutoria e de Polo), a professores (formadores, orientadores, de estágio e conteudistas), a supervisores (professores da rede pública de educação básica), a tutores, a bolsistas de iniciação à docência e à pesquisa, mestrandos, doutorandos e pesquisadores que atuam nos programas estratégicos fomentados pela Capes e elencados a seguir: Universidade Aberta do Brasil, Pibid, Parfor, Observatório da Educação, Olimpíadas Brasileira de matemática e de química, Mestrados Profissionalizantes (PROFMAT, PROFLETRAS E PROFBO), Residência Docente, dentre outros. As 130.377 quotas de bolsas previstas para 2014 garantem a continuidade e/ou expansão dos programas voltados à educação básica na Capes.
04B7 Concessão de Bolsas de Estudos	Bolsa concedida	unidade	Serviços	28.078	Os recursos da referida ação são utilizados para concessão de bolsas de estudo no país e no exterior. O aumento do valor das bolsas (mestrado, doutorado e pós-doutorado) ocorreu em 2013 impactará o exercício de 2014, além da concessão de novas bolsas de pós-doutorado e manutenção e implementação de novas parcerias com órgãos governamentais e fundações estaduais de apoio à pesquisa. Além disso, ocorreu aumento da meta física das ações de bolsa no exterior, impactado pelo Programa Ciência sem Fronteiras, acompanhado de desvalorização do Real frente ao Dólar (variação cambial desfavorável) e oferta de curso de idioma no país de destino por até 6 meses para bolsistas de graduação sanduíche do Csf.
20GK Fomento às Ações de Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão	Iniciativa apoiada	unidade	Serv. / Invest.	71.863	Recursos a serem aplicados na implementação de novas parcerias com órgãos governamentais e fundações estaduais de apoio à pesquisa, investimentos de capital no apoio à aquisição de equipamentos (Pró-equipamentos), apoio a programas de pós-graduação pelo PROEX, fomento aos eventos científicos no âmbito do PAEP, cooperação internacional por meio da assinatura de novos acordos bilaterais, parcerias universitárias e projetos conjuntos de pesquisa, bem como incremento ao apoio à participação de pesquisadores brasileiros em

PLDO-2014, Anexo II das Informações Complementares ao PLOA 2014

Custos Médios utilizados nos principais serviços e investimentos

II - detalhamento dos custos unitários médios utilizados na elaboração dos orçamentos para os principais serviços e investimentos, justificando os valores adotados

Orçamento Fiscal e de Seguridade Social

Recursos de todas as fontes					R\$ 1,00	
Ação	Produto	Un. Medida	Serv / Invest	Custo Médio (R\$ 1,00)	Justificativa	
2317	Acesso à Informação Científica e Tecnológica	milhar	Serviços	2	eventos científicos no exterior por meio do Programa PAEX.	
					Os recursos desta ação são utilizados na gestão e ampliação dos títulos do Portal de Periódicos da Capes, adição de livros eletrônicos (nacionais e internacionais), assessoria da ferramenta para a avaliação da produção científica de pesquisadores, assessoria de gestão e avaliação. Aprimoramento da atual versão do Portal de Periódicos, com a incorporação de novas funcionalidades, espelhamento do Portal no ambiente da Capes, backup do conteúdo assinado pelo Portal de Periódicos e repositório Capes da produção científica de autores brasileiros com financiamento público. A utilização do Portal de Periódicos até o mês de junho de 2013 já ultrapassou os 41 milhões de acessos.	
26298 Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação						
0000	Concessão de Bolsas de Apoio à Educação Básica	unidade	Serviços	335	Ação utilizada para pagamento de bolsas de estudo e pesquisa a professores (até R\$ 20,00 mensais), coordenadores de programas de ES (até R\$ 20,00 mensais) e professores de cursos de licenciatura e pedagogia (até R\$ 765,00 mensais) que atuam na formação inicial e continuada de professores e profissionais da Educação Básica, desenvolvida por Instituições de Ensino Superior e entes federados, em cerca de quinze diferentes programas, geridos por diferentes Secretarias do MEC e pela DIGAPI/ENDE.	
0509	Apoio ao Desenvolvimento da Educação Básica	unidade	Serv. / Invest.	770.306	A ação é composta de um conjunto de iniciativas que objetivam a melhoria da qualidade da educação, contemplando uma diversidade de iniciativas apoiadas, com diferentes níveis de complexidade e valor. A meta física proposta para o PLOA 2014 foi estimada com base no custo médio das iniciativas apoiadas em 2012, utilizando-se como referência os Termos de Compromisso firmados com estados e municípios na metodologia do Plano de Ações Articuladas – PAR.	
0920	Concessão de Bolsa para Equipes de Alfabetização	unidade	Serviços	4.951	A ação é utilizada para pagamento de bolsas no âmbito do Programa Brasil Alfabetizado. O custo médio das bolsas dos voluntários do programa Programa Brasil Alfabetizado é calculado levando-se em consideração o valor da bolsa por função do bolsista: alfabetizador, coordenador e tradutor intérprete de LIBRAS, conforme Resolução vigente.	
0969	Apoio ao Transporte Escolar na Educação Básica	unidade	Serv. / Invest.	106.757	A ação é utilizada para manutenção do transporte escolar para educação básica. O cálculo do montante de recursos a serem transferidos aos entes federados tem como base o número de alunos da educação básica pública, residentes em área rural e que utilizam o transporte escolar, constantes do Censo Escolar do ano imediatamente anterior. O valor per capita do PNATE a ser repassado, foi definido com base no Fator de Necessidade de Recursos do Município – FNR-M que considera, o percentual da população rural do município (IBGE), área do município (IBGE), percentual da população abaixo da linha de pobreza (PEPADA), eo Índice de Desenvolvimento da Educação Básica – IDEB (INEP). Os valores do per capita são anualmente disponibilizados no sistema PDRE. Para 2014 está previsto o repasse por aluno no valor médio de R\$ 132,81.	

PLDO-2014, Anexo II das Informações Complementares ao PLOA 2014

Custos Médios utilizados nos principais serviços e investimentos

II - detalhamento dos custos unitários médios utilizados na elaboração dos orçamentos para os principais serviços e investimentos, justificando os valores adotados

Orçamento Fiscal e de Seguridade Social

Recursos de todas as fontes					R\$ 1,00
Ação	Produto	Un. Medida	Serv / Invest	Custo Médio (R\$ 1,00)	Justificativa
0A12 Concessão de Bolsa-Permanência no Ensino Superior	Bolsa concedida	unidade	Serviços	400	A referida ação atende a dois programas: Programa Bolsa Permanência do Programa Universidade para Todos (Prouni) e Programa Bolsa Permanência, para estudantes das Instituições Federais de Ensino Superior. As bolsas têm como objetivo auxiliar a permanência no ensino superior de estudantes de baixa renda que cumprem os requisitos do MEC. O custo médio corresponde ao pagamento mensal por bolsista.
0E53 Apoio ao Transporte Escolar para a Educação Básica - Caminho da Escola	Veículo adquirido	unidade	Serv. / Invest	3.912	A ação é utilizada para aquisição de veículos de transporte escolar para educação básica, principalmente ônibus, lanchas e bicicletas, com os seguintes custos médios: Ônibus Acessível – R\$ 132.000,00 Ônibus Rural – R\$ 211.200,00 Lancha Escolar – R\$ 200.000,00 Bicicleta/Capacete – R\$ 300,00 Os preços dos produtos são definidos por pregões eletrônicos feitos pelo FNDE.
12KU Implantação de Escolas para Educação Infantil	Escola apoiada	unidade	Serv. / Invest	2.333.333	A ação é utilizada para apoio à construção de escolas de educação infantil. O custo unitário levou em consideração os valores referenciais adotados para a construção dos projetos padronizados das referidas escolas, usados pelo FNDE, em função das bases do SINAPI da Caixa Econômica Federal. Tais custos excluem os serviços inerentes à implantação das escolas. Os recursos da ação são utilizados para novas escolas e para projetos aprovados em exercícios anteriores.
12KV Implantação e Adequação de Estruturas Esportivas Escolares	Projeto apoiado	unidade	Serv. / Invest	400.240	A ação é utilizada para apoio à construção e adequação de quadras esportivas escolares em escolas municipais e estaduais. O custo unitário levou em consideração os valores referenciais adotados para construção de quadras esportivas, conforme projetos padronizados usados pelo FNDE, em função das bases do SINAPI da Caixa Econômica Federal. Tais custos excluem os serviços inerentes à implantação das unidades esportivas escolares.
20RP Infraestrutura para a Educação Básica	Unidade apoiada	unidade	Serv. / Invest	18.400	A ação é utilizada para apoio à ampliação e melhoria de infraestrutura, aquisição de mobiliário e equipamentos para a educação básica. Para cálculo do custo unitário de obras considerou-se os valores referenciais adotados para construção de escolas conforme projetos padronizados usados pelo FNDE. O valor por m² é referenciado com base do SINAPI da Caixa Econômica Federal. Os custos excluem os serviços inerentes à implantação das escolas. Para cálculo dos kits de mobiliários, equipamentos e tecnologias, utilizou-se como referência o registro de preços do FNDE.
20RQ Produção, Aquisição e Distribuição de Livros e Materiais Didáticos e Pedagógicos para Educação Básica	Material distribuído	unidade	Serviços	9	O Programa Nacional do Livro Didático – PNLD atende as escolas públicas de ensino fundamental e médio, urbanas e rurais, distribuindo livros didáticos, obras complementares, livros para alfabetização, dicionários entre outros materiais digitais, destinados ao atendimento do ensino regular e à educação de jovens e adultos. Está prevista a aquisição de 182.119.645 livros impressos para o PNLD a um custo médio de aquisição e distribuição de R\$ 10,12 por livro impresso. Ainda está prevista a aquisição de Objetos Educacionais Digitais no valor total de R\$ 200 milhões de reais. No âmbito do Programa Nacional Biblioteca da Escola – PNBE, que distribui os acervos de obras de literatura, de pesquisa e de referência, entre outros materiais relativos ao currículo nas áreas de

PLDO-2014, Anexo II das Informações Complementares ao PLOA 2014

Custos Médios utilizados nos principais serviços e investimentos

II - detalhamento dos custos unitários médios utilizados na elaboração dos orçamentos para os principais serviços e investimentos, justificando os valores adotados

Orçamento Fiscal e de Seguridade Social

Recursos de todas as fontes					R\$ 1,00
Ação	Produto	Un. Medida	Serv / Invest	Custo Médio (R\$ 1,00)	Justificativa
20RV Apoio à Manutenção da Educação Infantil	Escola apoiada	unidade	Serv. / Invest	190.182	contingimento da educação básica para as bibliotecas das escolas, de cunho eminentemente pedagógico, o custo médio para aquisição, mixagem e distribuição por exemplar previsto é de R\$ 8,44, num total de 24.468.020 exemplares, referentes ao PNBE 2015 e PNBE PERIÓDICOS. Estes valores são significativamente inferiores aos preços cobrados pelas livrarias devido aos quantitativos adquiridos pelo programa. A distribuição dos livros eleivada pelos Correios tem seus custos compatíveis com a proposta de entrega de cada Programa, levando, também, em consideração o custo social dos Programas. Apoio financeiro para manutenção de novos estabelecimentos públicos de educação infantil, construídos com recursos de programas federais, que estejam em plena atividade e ainda não tenham sido contemplados com recursos do FUNDEB. Trata-se do valor anual mínimo definido nacionalmente pelo FUNDEB, considerando-se para cada escola atendida o número de 60 crianças em período integral ou 120 crianças jornada parcial, para unidades com projeto arquitetônico tipo C; e 120 crianças em tempo integral ou 240 em tempo parcial, para unidades com projeto arquitetônico tipo B.
20RW Apoio à Formação Profissional, Científica e Tecnológica	Vaga ofertada	unidade	Serviços	2.395	Os recursos são utilizados para oferta de cursos gratuitos de educação profissional e tecnológica para estudantes e trabalhadores. O custo da Bolsa-Formação é de R\$ 10,00 reais aluno/hora, tanto para cursos técnicos como para cursos de formação inicial e continuada.
2A95 Elevação da Escolaridade e Qualificação Profissional - ProJovem	Jovem beneficiado	unidade	Serviços	762	Os valores repassados aos Estados e Municípios para a implementação do ProJovem Urbano tem por base os valores per capita estabelecidos na Resolução CD/FNDE Nº 60/2011 e na Resolução CD/FNDE Nº 54/2012. O valor dos repasses são calculados a partir da meta de atendimento e no número de alunos frequentes, conforme fórmulas de repasses estabelecida nos referidos instrumentos legais. Observa-se que o curso do Programa tem duração de 18 meses e os repasses se dão em três parcelas.
8252 Educação Profissional e Tecnológica a Distância	Vaga ofertada	unidade	Serv. / Invest	1.176	Os recursos serão utilizados para ofertar vagas na modalidade a distância por meio da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica, visando contribuir com o processo de expansão da oferta de vagas da educação profissional.
8652 Modernização da Rede Pública Não Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica	Escola apoiada	unidade	Serv. / Invest	629.139	Os recursos serão destinados ao apoio de aproximadamente 250 escolas técnicas das redes públicas estaduais com mobiliário, equipamentos, acervos técnicos e material didático, bem como promover a capacitação de professores nas redes estaduais de educação profissional e tecnológica. Além disso, serão repassados recursos para a conclusão da construção de aproximadamente 100 escolas técnicas estaduais.
8744 Apoio à Alimentação Escolar na Educação Básica (PNAE)	Estudante atendido	unidade	Serviços	86	Os recursos são repassados aos entes federados para provimento de alimentação escolar. Serão atendidas pelo PNAE os alunos matriculados na educação básica das redes públicas federal, estadual, distrital e municipal, em conformidade com o Censo Escolar do exercício anterior. Os valores per capita são: R\$ 0,30 para Ensino Fundamental, para o EJA e Ensino Médio; R\$ 0,30 para a Pré-Escola, R\$ 0,60 para os alunos de escolas em áreas remanescentes de quilombos e alunos de escolas indígenas; R\$ 1,00 para os alunos matriculados em escolas de tempo integral com permanência mínima de 7h(sete horas); R\$

PLDO-2014, Anexo II das Informações Complementares ao PLOA 2014

Custos Médios utilizados nos principais serviços e investimentos

II - detalhamento dos custos unitários médios utilizados na elaboração dos orçamentos para os principais serviços e investimentos, justificando os valores adotados

Orçamento Fiscal e de Seguridade Social

Recursos de todas as fontes					R\$ 1,00
Ação	Produto	Un. Medida	Serv / Invest	Custo Médio (R\$ 1,00)	Justificativa
8790 Apoio à Alfabetização e à Educação de Jovens e Adultos	Projeto apoiado	unidade	Serv. / Invest	205.650	1.00 para os alunos matriculados em creches, inclusive as localizadas em áreas indígenas e remanescentes de quilombos; R\$ 0,90 para os alunos do Programa Mais Educação; R\$ 0,50 para os alunos que frequentam, no contraturno, o Atendimento Educacional Especializado AEE. Os recursos desta ação são utilizados para repasse direto a estados, municípios e DFs para apoiar suplementar a projetos de alfabetização. O custo médio representa o valor médio referente a insumos simples dos projetos apoiados para ação nos últimos exercícios.
26443 Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares - EBSERH					
203K Fomento às Ações de Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão	Iniciativa apoiada	unidade	Serviços	257.009	Com recursos desta ação serão pagas as bolsas de supervisão e tutoria do programa Mais Médicos. A bolsa de supervisão é de R\$4.000,00 e a de tutoria é de R\$5.000,00, numa proporção de 100 tutores para 1.100 supervisores. A entrada dos bolsistas ocorrerá gradualmente ao longo do ano.
20FX Reestruturação e Modernização de Instituições Hospitalares Federais	Unidade reestruturada	unidade	Investimentos	5.259.190	Os recursos serão utilizados para reestruturação dos hospitais universitários federais. Parte do orçamento foi alocado nas respectivas unidades orçamentárias e parte será distribuído caso a caso, de acordo com a premissa de demandas.
4086 Funcionamento e Gestão de Instituições Hospitalares Federais	Unidade administrada	unidade	Serv. / Invest	7.823.760	Os recursos serão utilizados para funcionamento e gestão dos hospitais universitários federais. Parte do orçamento foi alocado nas respectivas unidades orçamentárias. Os recursos alocados nesta UO é referente a assunção de 14 HUs ao longo do exercício, que será gradativa no primeiro semestre, sendo 2 HUs em janeiro, outros 2 em fevereiro, 4 em março, 2 em abril e mais 4 em maio.

PLDO-2014, Anexo II das Informações Complementares ao PLOA 2014

Custos Médios utilizados nos principais serviços e investimentos

II - detalhamento dos custos unitários médios utilizados na elaboração dos orçamentos para os principais serviços e investimentos, justificando os valores adotados

Orçamento Fiscal e de Seguridade Social

Recursos de todas as fontes					R\$ 1,00
Ação	Produto	Un. Medida	Serv / Invest	Custo Médio (R\$ 1,00)	Justificativa
13DM Conclusão da Infraestrutura Física e Laboratorial do Centro de Biotecnologia da Amazônia - CBA	Infraestrutura concluída	percentual de execução física	Investimentos	567.000	Razão entre a meta física e a dotação respectiva.
210K Apoio ao Desenvolvimento de Programas e Projetos nas Áreas Científica, Tecnológica e de Inovação na Região Amazônica	Projeto apoiado	unidade	Serviços	8.000.000	Razão entre a meta física e a dotação respectiva.
210L Promoção do Desenvolvimento Econômico Regional da Amazônia Ocidental e Municípios de Macapá e Santana (AP)	Iniciativa implementada	unidade	Serviços	47.000	Razão entre a meta física e a dotação respectiva.

PLDO-2014, Anexo II das Informações Complementares ao PLOA 2014

Custos Médios utilizados nos principais serviços e investimentos

II - detalhamento dos custos unitários médios utilizados na elaboração dos orçamentos para os principais serviços e investimentos, justificando os valores adotados

Orçamento Fiscal e de Seguridade Social

Recursos de todas as fontes					R\$ 1,00
Ação	Produto	Un. Medida	Serv / Invest	Custo Médio (R\$ 1,00)	Justificativa
					instituições, serviços, sistemas e soluções em segurança pública a serem empregados nos grandes eventos, consignados na principal atividade estratégica da SESGE, que é a criação e implementação dos Centros de Comando e Controle (Nacional e Regionais), que serão as unidades centrais de trabalho das forças de segurança em ação (Federais, Estaduais e do Distrito Federal), onde a obtenção de informações e a verificação dos acontecimentos nos locais de competição/realização dos eventos, naqueles com grande aglomeração de pessoas e ainda em pontos críticos (portos, aeroportos e fronteiras, por exemplo), possibilitará produção de conhecimento lógico e fidedigno, que estará a disposição dos grupos de decisão, em tempo real (plano de contingência), para a tomada de decisões. O investimento de R\$ 11.000.000,00 é necessário para ações voltadas à COPA DO MUNDO - será utilizado para atender ações de aquisições de equipamentos de inteligência, material de tecnologia, meios letal, equipamentos para desobstrução de rodovias e radiocomunicação, monitoramento de rodovias (Alerta Brasil), implantação de Centro de Cooperação Internacional, além de projetos de capacitação e especialmente treinamento dos agentes públicos envolvidos na segurança pública nos grandes eventos (planos orçamentários 0003, 0004, 0005 e 0006, no valor de R\$ 40.000.000,00). Ainda nesta Ação será muito importante a aplicação de 43,28% (R\$ 185.414.000,00), para os projetos que envolvem segurança pública para a realização dos Jogos Olímpicos e Paraolímpicos, no Rio de Janeiro-RJ em 2016. Desse valor para Olimpíadas, aproximadamente R\$ 154.499.842,00 está reservado para a aquisição de infraestruturas móveis e equipamentos identificados como imprescindíveis à implementação do plano de segurança pública, dentro do estabelecido pelos planejamentos estratégico e tático de segurança para os Jogos, pois estão previstas as aquisições de equipamentos diversos a serem entregues e utilizados pelos órgãos envolvidos na segurança dos grandes eventos, como helicópteros, lançadeiras, delegacias móveis, armamentos menos letais, equipamentos e sistemas de inteligência, combate ao terrorismo e controle de distúrbios (planos orçamentários 0009 e 0004). Haverá ainda, continuidade de projetos de integração de comando e controle, ações de capacitação de força de trabalho e de realização de operações, bem como as despesas com aquisições importantes para realização de operações preliminares e de teste para os grandes eventos (planos orçamentários 0008, 000B e 000C, valor de R\$ 30.914.158,00).
					COPA DO MUNDO 2014
					- Implantação de Centros Integrados de Comando e Controle: 02 Nacionais, 12 Regionais, e 27 Centros Móveis, compostos por equipamentos de TI, soluções e sistemas de integração e de radiocomunicação, sistema de imageamento aéreo, plataformas de observação elevadas, para promover a integração das ações das forças policiais de segurança durante os Grandes Eventos.
					- Aquisição de infraestruturas móveis (Delegacias Móveis, lanchas de patrulhamento, viaturas, e demais aquisições) de acordo com as atribuições constitucionais de cada força policial.
					- Aquisição de equipamentos e sistemas para as operações de segurança e inteligência (sistemas de prevenção a ataques cibernéticos, equipamentos de QBRN, antitombas, pronta intervenção, integração de sistemas de inteligência).
					- Realizar operações nos eventos preliminares para testar modelos, promover simulações e fiscalizações de segurança pública.
					- Realizar cursos e treinamentos para qualificação dos operadores de segurança

PLDO-2014, Anexo II das Informações Complementares ao PLOA 2014

Custos Médios utilizados nos principais serviços e investimentos

II - detalhamento dos custos unitários médios utilizados na elaboração dos orçamentos para os principais serviços e investimentos, justificando os valores adotados

Orçamento Fiscal e de Seguridade Social

Recursos de todas as fontes					R\$ 1,00
Ação	Produto	Un. Medida	Serv / Invest	Custo Médio (R\$ 1,00)	Justificativa
					pública, com ênfase à segurança com cidadania para os Grandes Eventos. - Aquisição de equipamentos e sistemas para controle dos pontos de entrada no país (equipamentos e sistemas informatizados relativos ao tráfego de veículos, scanner's). - Aquisição de materiais e equipamentos, e provimento de despesas administrativas para o planejamento e execução das operações nos eventos das instituições envolvidas. OLIMPÍADAS - Atualização, adequação e implantação de Centros Integrados de Comando e Controle (equipamentos, soluções para integração, e sistemas de inteligência e de gestão e de dados), para promover a integração das ações das forças policiais e de defesa. - Aquisição de infraestruturas móveis (veículos, aeronaves, embarcações, e demais aquisições) de acordo com as atribuições de cada força policial e de fiscalização. - Aquisição de materiais, equipamentos, sistemas e soluções de TIC e de inteligência; materiais e equipamentos de polícia técnica, de pronta intervenção, de resgate e salvamento, de proteção individual, de segurança e controle de tráfego; e armamentos e equipamentos de controle de distúrbios, visando a atuação nas operações de segurança pública. - Realizar o planejamento e a execução das operações de segurança nos eventos das Olimpíadas Rio 2016, provendo as despesas administrativas das instituições envolvidas. - Realizar cursos e treinamentos para qualificação dos operadores de segurança pública, com ênfase à segurança com cidadania para grandes eventos. FINALIDADE: Integração das ações e execução dos projetos de órgãos e de instituições de Segurança Pública envolvidas na realização dos Grandes Eventos. 3 Centros de Comando e Controle, 50 Unidades Especializadas da Polícia Civil, aquisição de 08 unidades de Scanner's veiculares, 18.000 espargidores; 6.000 cartuchos; 6.000 coldres; 120 Bases Móveis; 240 veículos; 240 motos; 720 capacetes; 2.400 videomonitoramento fixo; 6.000 pistolas condutividade elétrica. Temáticas: Análise de Inteligência - Produção de Conhecimento; Inteligência de Sinais; Segurança Orgânica; Operações de Inteligência; Inteligência Financeira. Previsão de 640 capacitados. Temáticas: Investigação de homicídios e drogas ilegais, local de crime para profissionais de segurança pública, uso diferenciado da força, balística forense, local crime integrado para peritos, medicina legal, perícias de trânsito, crimes de trânsito, análise criminal, entre outras temáticas. Previsão de 1500 capacitados. 5.906 hora-aula
30107 Departamento de Polícia Rodoviária Federal					
200G	Construção, Ampliação e Reforma das Instalações Físicas da Polícia Rodoviária Federal	Obra realizada	Serv. / Invest.	13.000.000	Reformas - R\$ 7.000.000 (Serviços) Construção - R\$ 6.000.000 (Investimento)

PLDO-2014, Anexo II das Informações Complementares ao PLOA 2014

Custos Médios utilizados nos principais serviços e investimentos

II - detalhamento dos custos unitários médios utilizados na elaboração dos orçamentos para os principais serviços e investimentos, justificando os valores adotados

Orçamento Fiscal e de Seguridade Social

Recursos de todas as fontes					R\$ 1,00	
Ação	Produto	Un. Medida	Serv / Invest	Custo Médio (R\$ 1,00)	Justificativa	
2723	Policimento Ostensivo nas Rodovias e Estradas Federais	unidade	Serviços	32.000.000	Manutenção de Viaturas - R\$ 15.000.000	
86A1	Processamento e Arrecadação de Multas Aplicadas pela Polícia Rodoviária Federal	unidade	Serviços	42.000.000	Manutenção de Aeronaves - R\$ - 17.000.000 Processamento de Multas - Postagens (ECT)	
30108 Departamento de Polícia Federal						
201C	Estratégia Nacional de Segurança Pública nas Fronteiras - ENAFRON	unidade	Investimentos	34.816.000	Realização de operações em áreas de fronteiras, por meio da manutenção e aquisição de equipamentos voltados ao emprego operacional e administrativo da Polícia Federal, tais como: sistemas de inteligência e intercepção de sinais; aeronaves voltadas ao emprego operacional e outros); construção e reforma de Delegacias existentes em área de fronteira; construção de próprios nacionais residenciais. As unidades de fronteira do DPF estão em más condições de ocupação. Soma-se a isso a inviabilidade de locação de imóveis compatíveis com as especificidades da atividade policial. Desta forma se faz necessário a construção/reforma de Delegacias nestes lugares no intuito de melhorar o trabalho desenvolvido pelo DPF. Também é necessário dar condição ao servidor que irá trabalhar nestes pontos oferecendo residência funcional, incentivando a lotação e permanência dos servidores nas regiões de fronteira. Há ainda a necessidade de reaparelhar as unidades da Polícia Federal (delegacias e superintendências) localizadas nos estados de fronteira, por meio de aquisição de equipamentos, soluções e sistemas, bem como propiciar a reforma e ampliação do aeródromo de São Miguel. Esta reforma e ampliação tem como finalidade dotar o aeródromo de recursos capazes de operar as aeronaves onde estão previstos desde a reforma e ampliação da pista até a construção de novos galpões aonde serão instalados e os equipamentos para monitoramento das fronteiras. Os gastos previstos com construção e reformas foram definidos da seguinte forma: 19 unidades (próprios, residências funcionais, Delegacias e Superintendências) ao custo médio: R\$ 2.800,00/m2 (originalmente estavam previstos 24 unidades, entretanto, a proposta orçamentária inicial foi reduzida, sendo assim ajustado o quantitativo de unidades construídas/reformada)	
20UE	Aprimoramento Institucional da Polícia Federal	unidade	Investimentos	125.475.000	Contratar, diretamente, empresas especializadas em construção civil, por meio de licitação, no intuito de promover todas as etapas necessárias à edificação, reformas, modernização e ampliação das unidades da polícia federal. Contratar, por meio de licitação, os serviços de manutenção necessários ao bom	

PLDO-2014, Anexo II das Informações Complementares ao PLOA 2014

Custos Médios utilizados nos principais serviços e investimentos

II - detalhamento dos custos unitários médios utilizados na elaboração dos orçamentos para os principais serviços e investimentos, justificando os valores adotados

Orçamento Fiscal e de Seguridade Social

Recursos de todas as fontes					R\$ 1,00
Ação	Produto	Un. Medida	Serv / Invest	Custo Médio (R\$ 1,00)	Justificativa
					funcionamento dos equipamentos, sistemas e instalações. Adquirir novos equipamentos em substituição aos antigos, referentes aos seguintes itens de identificação, Criminalística, Transporte, Reequipagem, Inteligência, Tecnologia da Informação, Telecomunicações, entre outros. Atualizar os laboratórios e respectivas instalações que possam comportar tais produtos. A falta de ampliações e conservação das edificações deteriora a infra estrutura do DPF e prejudica o atendimento à população
					O custo unitário corresponde ao total da ação, haja vista que o produto "Instituição aprimorada" é o Departamento de Polícia Federal.
					A seguir são demonstradas as memórias de cálculo para cada PO:
					0002 - Construção do Centro Nacional de Capacitação e Difusão de Ciências Forenses
					Previsto a construção dos sistemas de monitoramento para edificação do complexo do setor policial sul.
					"Área total (aprox) construída = 17.150 m2
					Custo médio m2 = R\$ 2.750,00
					Execução de 32% em 2014
					Cálculo = 17150 x 2750 x 32%
					0003 - Construção da Superintendência Regional da Polícia Federal na Paraíba
					A atual sede da Superintendência de Polícia Federal na Paraíba é deficiente e precária. A estrutura é insuficiente para acomodar todos os servidores e possui instalações antigas e fora de norma. Obra já iniciada em 2013.
					"Área total (aprox) construída = 10.700 m2
					Custo médio m2 = R\$ 2.800,00
					Execução de 23% em 2014
					Cálculo = 10700 X 2800 X 23%
					0006 - Construção do Edifício-Sede do Comando de Operações Táticas da Polícia Federal no Distrito Federal
					Com a modernização das polícias e a crescente especialização do crime é necessário doar o COT com o que há de mais atual no combate a criminalidade.
					"Área total (aprox) construída = 7.856 m2
					Custo médio m2 = R\$ 2.700,00
					Execução de 33% em 2014
					Cálculo = 7856 X 2700 X 33%
					0008 - Reforma e Modernização das Unidades do Departamento de Polícia Federal
					A Polícia Federal possui mais de 200 unidades espalhadas pelo Brasil. Em virtude da idade de algumas edificações se faz necessário a reforma das mesmas com o intuito de continuar atendendo as normas e não colocando em risco a vida dos servidores lotados nestas edificações e dos usuários. Ressalte-se as limitações orçamentárias que têm restringido a aplicação de um efetivo plano de restauração dos imóveis existentes.
					Área total (aprox) mantida = 30.000 m2
					Custo médio m2 = R\$ 1.000,00

PLDO-2014, Anexo II das Informações Complementares ao PLOA 2014

Custos Médios utilizados nos principais serviços e investimentos

II - detalhamento dos custos unitários médios utilizados na elaboração dos orçamentos para os principais serviços e investimentos, justificando os valores adotados

Orçamento Fiscal e de Seguridade Social

Recursos de todas as fontes		R\$ 1,00				
Ação	Produto	Un. Medida	Serv / Invest	Custo Médio (R\$ 1,00)	Justificativa	
20V2	Implantação, Manutenção e Atualização do Centro Integrado de Inteligência Policial e Análise Estratégica - CINETEPOI	unidade	Serv. / Invest	802	Aqui somamos todas as 10 obras inicialmente previstas. O valor R\$ 1.000,00 / m2 é o valor médio das obras de reforma executadas por este DPF	
					0009 - Construção e Ampliação de Unidades do Departamento de Polícia Federal O acréscimo de valor decorre da necessidade de se construir estruturas próprias para as unidades da Polícia Federal, tais como a construção do novo Complexo de Armamento e Tiro, o Centro de Comando e Controle, a Delegacia de São José do Rio Preto, dentre outras. Também se faz necessário a modernização e ampliação da Academia Nacional de Polícia. Área total (aprox) construída em 2014 = 13.500 m2 Custo médio m2 = R\$ 2.800,00 Aqui somamos todas as 13 obras inicialmente previstas. O valor R\$ 2.800,00 / m2 é o valor médio das obras de construção executadas por este DPF 000C - Construção da Superintendência Regional da Polícia Federal no Pará A atual sede da Superintendência de Polícia Federal no Pará é deficitária e precária. Projeto executivo em fase de contratação. Área total (aprox) construída = 13.900 m2 Custo médio m2 = R\$ 2.800,00 Execução de 18% em 2014 Cálculo = 13.900 X 2800 X 18% 000D - Construção da Superintendência Regional da Polícia Federal em Rondônia A atual sede da Superintendência de Polícia Federal em Rondônia é deficitária e precária. O intuito é iniciar a contratação do projeto executivo em 2014. Área total (aprox) construída = 12.000 m2 Custo médio m2 = R\$ 2.800,00 O valor aqui estimado para o projeto (3%) é em virtude da previsão de área de projeto de 2.000 m2 em relação ao valor do metro quadrado das últimas obras deste DPF. 000E - Reestruturação do Setor Policial Sul As edificações atuais da Divisão de Serviços Gerais, Serviço médico, Gráfica e Arquivo Central estão em estado precário, impossibilitando o aproveitamento das instalações. Na primeira fase serão contratados os projetos executivos para os seguintes setores: Arquivo central, Divisão de Serviços Gerais, Divisão de Controle de Produtos Químicos, Controle de Segurança Privada, Serviço Médico, Gráfica, restaurante. Área total (aprox) construída = 44.600 m2 Custo médio m2 = R\$ 2.800,00 Execução de 16% em 2014 Cálculo = 44600 x 2800 X 16% Manutenção dos sistemas existentes, bem como capacitação de servidores para atuar nos sistemas de informática, CINETEPOI, e outros equipamentos e softwares, capacitação de servidores, necessários para continuidade da operação do sistema, implantação de infraestrutura de TI necessária para o	

PLDO-2014, Anexo II das Informações Complementares ao PLOA 2014

Custos Médios utilizados nos principais serviços e investimentos

II - detalhamento dos custos unitários médios utilizados na elaboração dos orçamentos para os principais serviços e investimentos, justificando os valores adotados

Orçamento Fiscal e de Seguridade Social

Recursos de todas as fontes					R\$ 1,00
Ação	Produto	Un. Medida	Serv / Invest	Custo Médio (R\$ 1,00)	Justificativa
2586 Sistema de Emissão de Passaporte, Controle do Tráfego Internacional e de Registros de Estrangeiros	Passaporte emitido	unidade	Serv. / Invest	79	projeto, bem como o funcionamento da aviação não tripulada. A aquisição de equipamentos e softwares, mais especificamente relaciona-se a 27 unidades móveis de inteligência e 54 milhões em equipamentos de inteligência e vigilância discreta. Contratação do fornecimento de caderno do passaporte, de aprimoramento e manutenção do sistema informatizado de emissão de documentos de viagem e do sistema de emissão de identidades de estrangeiros, recursos materiais e outros insumos necessários à produção e preparação de cédulas de identidade. Obtenção de novos equipamentos de forma a ampliar e modernizar o parque tecnológico utilizado para emissão e entrega de documentos de viagem e cédulas de identidade de estrangeiros. Contratação do aprimoramento e manutenção dos sistemas informatizados utilizados no controle migratório. Obtenção de novos equipamentos de maneira a ampliar e modernizar o parque tecnológico utilizado no controle migratório em portos, aeroportos e fronteiras terrestres. Aquisição de equipamentos para a implementação de contingência para o contínuo funcionamento dos sistemas informatizados de responsabilidade da Coordenação Geral de Imigração. Contratação de terceirizados para auxílio nos postos de emissão de documentos de viagem, carteira de estrangeiros e nos postos de controle migratório. Os levantamentos realizados, quanto aos custos envolvidos, são os seguintes: [CUSTEIO] No último mês de maio/2013, a média diária de expedição de passaportes foi 9.770 cadernos. A média diária de emissão de documentos de viagem de 8.710 passaportes. Tendo em base a média de 9.270, consideramos a crescente demanda de passaporte, teríamos uma estimativa para 2013 de aproximadamente 2.447.280 passaportes. Considerando que o crescimento anual orbita em torno de 10% com relação ao período anterior, estima-se que para 2014 haverá a expedição de 2.700.000 passaportes, e com o custo unitário de R\$ 48,00, seria necessário o recurso de aproximadamente R\$ 130.000.000,00 somente para pagamento de custeio de fornecimento de passaporte. Considerando a necessidade de arcar com o serviço de manutenção e suporte dos sistemas PROMASP e equipamentos, e desenvolvimentos de sistemas (Piorrogação de contrato com o SERPRO ou contratação de empresas para prestação desses serviços), orçado em R\$ 30.000.000,00, mantendo uma correlação com a expectativa de aumento da demanda de passaportes e fluxo de pessoas no controle migratório. Adicionalmente, há a necessidade de manutenção dos contratos de controle migratório, call center e links de internet, orçado em R\$ 30.000.000,00 milhões. Frente à redução da proposta orçamentária inicial, o quantitativo de passaportes emitidos foi reduzido proporcionalmente ao montante de 2.302.000 unidades. [INVESTIMENTO] Renovação do Parque PROMASP - (Investimento 2013, 2014 e 2015) - Necessário para o controle migratório. As estações de trabalho de expedição de passaportes e os equipamentos de controle migratório contam aproximadamente com 7 anos de uso, ultrapassando

PLDO-2014, Anexo II das Informações Complementares ao PLOA 2014

Custos Médios utilizados nos principais serviços e investimentos

II - detalhamento dos custos unitários médios utilizados na elaboração dos orçamentos para os principais serviços e investimentos, justificando os valores adotados

Orçamento Fiscal e de Seguridade Social

Recursos de todas as fontes					R\$ 1,00
Ação	Produto	Un. Medida	Serv. / Invest	Custo Médio (R\$ 1,00)	Justificativa
2726	Prevenção e Repressão ao Tráfico Ilícito de Drogas e a Crimes Praticados contra Bens, Serviços e Interesses da União	Operação realizada	unidade	Serv. / Invest	177.055
					em muito o prazo de vida útil de equipamentos de informática estimado em 48 meses, havendo, na verdade, um sucateamento dos equipamentos supramencionados, demonstrando uma obsolescência tecnológica do PROMASP. Além da substituição, torna-se necessária a ampliação do quantitativo de equipamentos para suprir a crescente demanda de passaportes e de fluxo no controle migratório, para atender uma demanda de passaportes e 516 desktops - DPAS (R\$ 2.500,00) R\$ 1.440.000,00
					519 desktops - DCIM (R\$ 2.500,00) R\$ 1.510.000,00
					519 solução STI (software) (R\$ 18.000,00) R\$ 10.672.000,00
					516 solução SINPA (software) (R\$ 12.000,00) R\$ 6.912.000,00
					Implementar as operações, por meio de planejamento e execução centralizada e/ou descentralizada, em função do cenário criminal de cada região, levando em consideração as informações sobre a atuação de organizações criminosas. Para tal, torna-se necessário destinar recursos para o levantamento de dados, abertura de processos de investigação, ocupação de áreas de risco, acompanhamento de presos de alta periculosidade, dentre outras atribuições típicas de sua área de atuação, bem como para aquisição de equipamentos e materiais necessários para a realização dessas operações, atuando de forma direta e/ou indireta por meio de acordos com entidades ou organismos nacionais e internacionais. Custear despesas relativas ao pagamento de diárias; emissão de passagens; prestação de serviços; aquisição de material de consumo; manutenção de viaturas e equipamentos; aquisição de material permanente, tais como mobiliário, equipamentos, veículos, etc.; aquisição de licenças de software, instalação e manutenção de software e, conservação, reforma e adequação de instalações físicas e materiais necessários para a realização das operações; manutenção de sistema informatizado; realização de operações de fiscalização; investigações de desvio de produtos químicos. Realização de ações de proteção a depoentes especiais e ações relacionadas ao réu colaborador preso, sob a responsabilidade da Polícia Federal e que poderão demandar despesas, como: reforma, ampliação ou locação de bases operacionais e aquisição de mobiliário passíveis de serem utilizadas para esse fim, locação de veículos, aquisição de passagens aéreas ou terrestres, bem como alimentação, assistência médica, odontológica e psicológica de protegidos, dentre outras despesas de custeio dentro desta finalidade. Despesas com deslocamento de policiais para atendimento das demandas sob responsabilidade da Polícia Federal e para a capacitação dos Policiais Federais e demais servidores públicos que lidam com proteção a testemunhas e com réus colaboradores presos visando o aprimoramento do serviço prestado. Mobilizar os recursos necessários à realização de operações especiais que atendam aos processos de investigação criminal na esfera de atuação do Departamento de Polícia Federal. Essas operações, geralmente, atendem a um planejamento preestabelecido, em que o agente policial atua muito próximo às organizações criminosas, sigilosamente, angariando informações relevantes que contribuam para seu desmantelamento.
					Saliente-se que as operações ora medidas são das mais diversas, com custos e períodos variados, sendo que os gastos previstos nesta ação são de toda ordem, como acima descritos.

PLDO-2014, Anexo II das Informações Complementares ao PLOA 2014

Custos Médios utilizados nos principais serviços e investimentos

II - detalhamento dos custos unitários médios utilizados na elaboração dos orçamentos para os principais serviços e investimentos, justificando os valores adotados

Orçamento Fiscal e de Seguridade Social

Recursos de todas as fontes					R\$ 1,00
Ação	Produto	Un. Medida	Serv / Invest	Custo Médio (R\$ 1,00)	Justificativa
Mais especificamente, resumidamente apresenta-se as justificativas por grupo de despesa:					
[CUSTEIO] - Os recursos são utilizados para suprir o custeio da atividade policial (cotas de diárias policiais e demais gastos na atividade fim das Unidades Gestoras do DPF) Custeio das operações permanentes, dentre elas Sentinela e Arco de Fogo, além da concessão de suprimento de fundos operacionais, aquisição de munições e outros materiais e serviços necessários a atuação policial.					
- Atender a necessidade de segurança voltadas para grandes eventos, em especial a Copa do Mundo de 2014.					
- Ações de integração com países da América do Sul, com as empresas e com Universidades Públicas relacionadas a prod. químicos.					
- Implantação de rotinas para fiscalização em nível nacional (RS,MS,RO) em portos e aeroportos e coordenadas pelo órgão central.					
- Curso de capacitação na área de controle de produtos químicos para servidores adm. e policiais.					
- Ações de caráter sigiloso que não tem tido a demanda plenamente atendida.					
- adequada proteção aos depoentes especiais					
- atendimento às diretrizes da Presidência no combate ao Crack					
[INVESTIMENTO] - Aquisição de equipamentos táticos para unidades especiais da Polícia Federal (COT, CAOP, INC, CGPRE, etc). Aquisição de armamento, coletes balísticos e equipamento de uso pessoal para os novos Policiais Federais. Aquisição de equipamentos de análise pericial destinados a equipar o INC e a atualização do parque de equipamentos de perícias de informática nas unidades policiais no DPF.					
- Atender a necessidade de segurança voltadas para grandes eventos, em especial a Copa do Mundo de 2014.					
- Implantação de BASES operacionais nos Estados da BA, AM, SP e na região Sudeste para o controle de produtos químicos.					
- Aquisição de equipamentos para fins de identificação e coleta de drogas e precursoros e viaturas para utilização nas atividades de controle e fiscalização de produtos químicos.					
A atividade de combate a grupos de extermínio [PO 008] é espécie peculiar de investigação, dada sua sensibilidade e periculosidade, havendo necessidade de emprego de técnicas operacionais especializadas, inclusive com aparelhamento de base operacional de acesso restrito e composição de equipe policial específica. Todas estas medidas demandam investimentos acima dos disponíveis nas Superintendências Regionais, comprovando a necessidade de verba específica para atendimento das necessidades deste tipo de investigação criminal.					
30202 Fundação Nacional do Índio - FUNAI					
20UF - Fiscalização e Demarcação de Terras Indígenas, Localização e Proteção de Índios Isolados e de Recente Contato	Terra indígena fiscalizada	unidade	Serviços	29.090	-Despesas com material e manutenção de veículos para a realização de procedimentos de atividades preventivas, extrusão, expedições de fiscalização, de demarcação e regularização fundiária de terras e reservas indígenas, para

PLDO-2014, Anexo II das Informações Complementares ao PLOA 2014

Custos Médios utilizados nos principais serviços e investimentos

II - detalhamento dos custos unitários médios utilizados na elaboração dos orçamentos para os principais serviços e investimentos, justificando os valores adotados

Orçamento Fiscal e de Seguridade Social

Recursos de todas as fontes						R\$ 1,00
Ação	Produto	Un. Medida	Serv / Invest	Custo Médio (R\$ 1,00)	Justificativa	
2384	Promoção e Desenvolvimento Social dos Povos Indígenas	unidade	Serviços	3.646	efetuar a localização geográfica de índios isolados por meio de expedições de campo para averiguar a existência de índios isolados e de recente contato. Memória de cálculo: 32 veículos X R\$ 3.200,00 = R\$ 102.400,00 -Despesas com deslocamento (diárias, passagens e combustíveis) para os Grupos Técnicos na realização de estudos de campo e documentais de caráter antropológico, ambiental, cartográfico e fundário nos estudos de levantamento fundiário, identificação, bentônicas e demais ações. Memória de cálculo: 65 GT (S) X R\$ 38.200,00 = R\$ 2.483.000,00 -Despesas com locação de veículos para o desenvolvimento de atividade preventiva para evitar que não-índios invadam terras indígenas. Memória de cálculo: 13 veículos ao ano X R\$ 4.680,00 (diárias por ano) X R\$ 300,00 (custo unitário da diária) = R\$ 1.400.000,00 Custo Total = R\$ 3.985.400,00/137(terras indígenas fiscalizadas/protegidas) = R\$ 29.090,51 -Despesas com aquisição de material para a manutenção de veículos e com deslocamentos (diárias, passagens e combustíveis), para apoio às ações de promoção e proteção social com apoio às organizações indígenas no processo de informação e formação acerca de seus direitos fundamentais; apoio às ações de segurança alimentar e nutricional, geração de renda, a operação e manutenção de infraestrutura de produção e de comercialização; e na promoção da gestão ambiental por meio de planos e projetos visando o uso sustentável dos recursos naturais, conservação e recuperação ambiental, gestão dos recursos hídricos, prevenção e controle de impactos socioambientais. Memória de cálculo: 52 veículos X R\$ 3.200,00 = R\$ 166.400,00 -Despesas com deslocamento (diárias, passagens e combustíveis) para mobilização social, manutenção de infraestrutura de produção e de comercialização e para a promoção da gestão ambiental. Memória de cálculo: mobilização social: 60 eventos X R\$ 26.200,00 = R\$ 1.572.000,00 projetos e programas ambientais: 13 projetos X R\$ 120.600,00 = R\$ 1.567.800,00 fomento às atividades produtivas em áreas indígenas: 597 projetos X R\$ 16.445,46= R\$ 9.817.934,00 Custo Total = R\$ 12.957.734,00/3.554(projetos implantados) = R\$ 3.645,96	
8635	Preservação Cultural dos Povos Indígenas	unidade	Serviços	38.600	-Despesas com deslocamento (diárias, passagens e combustíveis) e com a contratação de empresas especializadas para a realização de oficinas sobre o conhecimento tradicional dos povos indígenas para a elaboração de territorialidades específicas relacionadas a cada tipo de acervo para o desenvolvimento de ações amplas visando a instrumentalização dos povos indígenas e divulgação de suas culturas junto a públicos diversos. Memória de Cálculo: 32 eventos X R\$ 38.600,00 = R\$ 1.235.200,00	

PLDO-2014, Anexo II das Informações Complementares ao PLOA 2014

Custos Médios utilizados nos principais serviços e investimentos

II - detalhamento dos custos unitários médios utilizados na elaboração dos orçamentos para os principais serviços e investimentos, justificando os valores adotados

Orçamento Fiscal e de Seguridade Social

Recursos de todas as fontes					R\$ 1,00
Ação	Produto	Un. Medida	Serv / Invest	Custo Médio (R\$ 1,00)	Justificativa
30211 Conselho Administrativo de Defesa Econômica					
2807 Instrução e Julgamento de Atos de Concentração e Processos Administrativos	Processo julgado	unidade	Serviços	4.706	- Instrução e julgamento dos casos e publicação das decisões da Superintendência-Geral e do Plenário do CADE: Transparência dos processos e julgamentos e da disseminação da cultura da concorrência; Planejamento, contratação, participação e apoio a eventos e demais medidas necessárias para o alcance das finalidades desta ação. Previsão do Orçamento Plurianual 2014: R\$ 800.000,00 (PLOA) + R\$ 350.000,00 (especial) = R\$ 1.150.000,00 / 245 (média de processos anuais)= R\$ 4.705,88 (média por processo).
30907 Fundo Penitenciário Nacional - FUNPEN					
200G Reintegração Social, Alternativas Penais e Controle Social	Iniciativa apoiada	unidade	Serv. / Invest	365.757	Alternativas Penais: serão estabelecidas políticas de alternativas penais em âmbito nacional, devidamente alinhadas ao planejamento estratégico do DEPEN, sendo que para a sua constituição serão desembolsados recursos para as seguintes despesas: seminários, projetos pilotos, monitoramento de convênios, encontros regionais e aquisição de equipamentos, despesas com deslocamentos (diárias, passagens, etc). Memória do cálculo: 33 eventos x R\$ 365.757,00 = R\$ 12.070.000,00 Detalhamento: Ciclo do PROCAP Aquisição de insumos Aquisição de equipamentos para USB 3 Seminários sobre Sistema Prisional 4 Projetos Piloto- Mont. Eletrônica 2 projetos da 2ª Parcela de P. Piloto Grupo de Controle Monitoramento de Convênios 5 projetos Piloto Central Integrada Aquisição e doação de máquinas Encontros Regionais e Nacionais (PNPM) Práticas de Controle Social O programa Nacional de Apoio ao Sistema Prisional busca criar as condições necessárias para o cumprimento digno da pena e a reinserção do preso na sociedade. Suas metas principais são: zelar o déficit de vagas em estabelecimentos prisionais femininos e reduzir o número de presos em delegacias de polícia, transferindo-os para cadeias públicas. Para o exercício a meta é a construção de 8.600 novas vagas, distribuídas em contratos de repasse, previsão de 30, considerando o projeto padrão de 286 vagas. A Ação 20UH pretende realizar também aditivos de termos de Cooperação .
20UH Reestruturação e Modernização do Sistema Criminal e Penitenciário	Iniciativa apoiada	unidade	Serv. / Invest	3.315.000	

PLDO-2014, Anexo II das Informações Complementares ao PLOA 2014

Custos Médios utilizados nos principais serviços e investimentos

II - detalhamento dos custos unitários médios utilizados na elaboração dos orçamentos para os principais serviços e investimentos, justificando os valores adotados

Orçamento Fiscal e de Seguridade Social

Recursos de todas as fontes					R\$ 1,00
Ação	Produto	Un. Medida	Serv / Invest	Custo Médio (R\$ 1,00)	Justificativa
20WS Consolidação do Sistema Penitenciário Federal	Ação concluída	unidade	Serv. / Invest	683.000	Encontros Nacionais e o curso de Formação do concurso do DEPEN. Visa-se também o aparelhamento de Unidades Prisionais- 750 computadores para o INFOPENAS, bem como a execução de pesquisas sobre o sistema Penitenciário. Memória de Cálculo: 82 'eventos' x R\$ 3.315.000,00= R\$ 271.830.000,00 A Ação 20WS visa a construção da Quinta Penitenciária Federal, importante obra para o país, pois amplia a quantidade de vagas e capacita os agentes e estratégias no que diz respeito ao isolamento dos principais líderes criminosos do Brasil. Visa-se também a manutenção de serviços das Penitenciárias Federais. Além dos diversos serviços e materiais que serão adquiridos para as rotinas do Sistema Penitenciário Federal, visa a aquisição de equipamentos para a implantação do Sistema de Inteligência e a modernização e aparelhamento do SPF, o que inclui a aquisição de Plataformas de Inteligência, aquisição de computadores, etc. memória de cálculo: 60 demandas (projetos, contratos) x R\$ 683.000,00= R\$ 41.008.600,00
30911 Fundo Nacional de Segurança Pública					
201C Estratégia Nacional de Segurança Pública nas Fronteiras - ENAFRON	Projeto apoiado	unidade	Serv. / Invest	376.207	21.310 itens a serem adquiridos (R\$ 8.400.000 - 14.000 coletores balísticos e R\$ 14.620.000,00 - 7.310 pistolas .40 para os profissionais das polícias estaduais), 1 scanner veicular, 1511 profissionais capacitados, realização de 22 visitas técnicas aos Estados de Fronteira, com objetivo de acompanhar a implementação do Programa Enaftron; realizar 04 simpósios e encontros técnicos, 16 projetos apoiados (Implantação de Postos Avançados de Atendimento Humanizado e Cooperação Jurídica Internacional nos principais pontos de fronteira.)
201D Apoio à Estruturação, Reaparelhamento, Modernização Organizacional e Tecnológica das Instituições de Segurança Pública	Projeto apoiado	unidade	Serv. / Invest	16.801	Fortalecimento das unidades de estatística, pesquisa e análise criminal das instituições de segurança pública. (equipamentos, mobiliários, computadores, softwares, capacitações etc). aquisição de Tanques Bomba para os Corpos de Bombeiros Militares para Complementar os equipamentos utilizados na camionete (entregues em 2011), para combater a pequenos focos de incêndio em área de cobertura vegetal. A não aquisição prejudica a atuação dos bombeiros em queimadas (urbano e rural). Fortalecimento das unidades de estatística, pesquisa e análise criminal das instituições de segurança pública. (equipamentos, mobiliários, computadores, softwares, capacitações etc)

PLDO-2014, Anexo II das Informações Complementares ao PLOA 2014

Custos Médios utilizados nos principais serviços e investimentos

II - detalhamento dos custos unitários médios utilizados na elaboração dos orçamentos para os principais serviços e investimentos, justificando os valores adotados

Orçamento Fiscal e de Seguridade Social

Recursos de todas as fontes					R\$ 1,00
Ação	Produto	Un. Medida	Serv / Invest	Custo Médio (R\$ 1,00)	Justificativa
2320 Sistema Integrado de Educação e Valorização Profissional	Profissional capacitado	unidade	Serviços	15.683.780	Contratação de empresa de eventos para a realização das ações educacionais da Senasp. Contratos Renasp; publicações, manutenção da plataforma EAD. Valor dos eventos com base na ata de registro de preço em vigor no MJ.
2800 Força Nacional de Segurança Pública	Servidor apteado	unidade	Serv. / Invest	93.121	Torno de cooperação entre SENASP e estados. Com aquisição de 60 micro-ondas para cozinha e aquisição de Passagem para transporte. Micro-ônibus para transporte de tropas e aquisição baseada na quantidade de mobilizados para capacitações e recomposição da frota que hoje conta com apenas 5 em funcionamento dos 19 patrimonizados (comprados em 2007). - aquisição de pistolas e carabinas baseada no aumento do número de capacitados mobilizáveis que gera um aumento no número de mobilizações. Para 2014 estimativa de 1.600 mobilizados. 5 indenizações para policiais (R\$100.000,00/policia).
30912 Fundo Nacional Antidrogas					
201E Política Pública sobre Drogas	Projeto apoiado	unidade	Serv. / Invest	0	Não se aplica.
20R9 Prevenção de Uso e/ou Abuso de Drogas	Agente capacitado	unidade	Serv. / Invest	0	Não se aplica.

PLDO-2014, Anexo II das Informações Complementares ao PLOA 2014

Custos Médios utilizados nos principais serviços e investimentos

II - detalhamento dos custos unitários médios utilizados na elaboração dos orçamentos para os principais serviços e investimentos, justificando os valores adotados

Orçamento Fiscal e de Seguridade Social

Recursos de todas as fontes					R\$ 1,00	
Ação	Produto	Un. Medida	Serv / Invest	Custo Médio (R\$ 1,00)	Justificativa	
32000 Ministério de Minas e Energia						
32101 Ministério de Minas e Energia						
13E4 Projeto de Assistência Técnica aos Setores de Energia e Mineral - META	Contrato executado	percentual de execução física	Serv. / Invest	1.712.400	1. Contexto A Lei nº 10.683/2003, que trata da organização da Presidência da República e dos Ministérios, define como competência de atuação do Ministério de Minas e Energia, as áreas de: a) geologia, recursos minerais e energéticos; b) aproveitamento da energia hidráulica; c) mineração e metalurgia; e d) petróleo, combustível e energia elétrica, inclusive nuclear. 1.1 Para o cumprimento da competência institucional do MME, após o cumprimento de todos os trâmites legais, em 1º de março de 2012 o Governo Brasileiro assinou com o Banco Mundial o Acordo de Empréstimo nº IBRD 178095, no valor de US\$ 49.004.127,00, com perspectiva de uma nova contratação de igual valor relativa a uma 2ª Fase, que somaria o total de US\$ 98.208.234,00 em recursos financeiros. O contrato para a 1ª Fase foi assinado em 1º de março de 2012, com o valor de US\$ 6.944.579,29, dos quais US\$ 4.039.286,85 foram destinados à Primeira Fase do Projeto. 1.2 Os recursos serão destinados à execução de ações do MME por meio de assistência técnica e investimentos em pesquisas, beneficiando as atividades de suas Secretarias finalísticas e os órgãos e entidades vinculadas com atribuições na formulação e execução de políticas setoriais dos setores de energia, geologia e transformação mineral. 1.3 Essas ações, inseridas no Projeto de Assistência Técnica dos Setores de Energia e Mineral – META, tem como objetivo contribuir para ampliar e consolidar os avanços dos setores de energia e mineral, dando apoio à competitividade e o crescimento econômico sustentável do País, bem como a modernização institucional desses setores, envolvendo áreas estratégicas do MME, quais sejam: • Planejamento do Setor Energético e Matriz Energética Brasileira; • Geologia, Mineração e Transformação Mineral; • Monitoramento e Controle do Setor Elétrico; • Aprimoramento de Ações de Sustentabilidade Ambiental e de Inserção Social; • Pesquisa, Inovação e Eficiência Energética; • Petróleo e Gás; • Segurança do Sistema Interligado Nacional – SIN; e • Fortalecimento Institucional. 1.4 Para execução das atividades do Projeto META foi elaborada sua primeira	

PLDO-2014, Anexo II das Informações Complementares ao PLOA 2014

Custos Médios utilizados nos principais serviços e investimentos

II - detalhamento dos custos unitários médios utilizados na elaboração dos orçamentos para os principais serviços e investimentos, justificando os valores adotados

Orçamento Fiscal e de Seguridade Social

Recursos de todas as fontes					R\$ 1,00
Ação	Produto	Un. Medida	Serv / Invest	Custo Médio (R\$ 1,00)	Justificativa
proposta orçamentária, com uma grande expectativa de realização no exercício de 2012, no montante R\$ 65.700.000,00 (R\$ 63.966.012,00 referente a Fonte Externa e R\$ 1.733.988,00 de Contrapartida Nacional), o qual foi consignado na LOA do exercício de 2012.					
1.5 Após acompanhamento e avaliações durante o exercício de 2012, concluiu-se que não haveria realizações significativas no exercício. Nesse sentido, foi concedido pela SOF (Portaria SOF nº 512/2012), limite de movimentação e empenho no montante de R\$ 14.879.000,00, sendo R\$ 14.707.000,00 de investimento e R\$ 172.000,00 de Custeio.					
1.6 Para o exercício de 2013, a SOF concedeu um referencial monetário de R\$ 14.983.000,00, semelhante ao limite de empenho de 2012.					
1.7 Na expectativa de contratação de valores ainda em 2012, principalmente por parte do Centro de Pesquisas de Energia Elétrica – CEPEL, coexecutor com grande participação no projeto, foram realizadas Notas de Empenho no montante de R\$ 12.121.640,32, o qual foi inscrito em Restos a Pagar.					
1.8 Considerando que o referencial monetário concedido para 2013 não seria suficiente para realização das atividades previstas para o período, apesar da apresentação da proposta orçamentária com o limite do referencial concedido, foi também apresentada uma outra previsão, solicitando a ampliação de mais R\$ 53.122 mil, além dos R\$ 12.121 mil.					
1.9 Por fim, foi aprovado na LOA 2013 o valor de R\$ 52.983 mil, ou seja, com uma ampliação de R\$ 38.000 mil.					
1.10 Entretanto, devido aos grandes problemas técnicos enfrentados na execução do Projeto, principalmente quanto a demora na obtenção da NÃO LICITAÇÃO do Banco Mundial para contratação das atividades, canceladas o processo licitatório, de outras atividades canceladas em 2012, o projeto foi executado com a liquidação de R\$ 523.172,55, do total inscrito em Restos a Pagar, sendo R\$ 367.199,55 da Fonte 0148 e R\$ 155.973,00 da Fonte 1100.					
1.11 Com relação ao exercício de 2013, fazendo-se uma avaliação da execução das atividades do Projeto, verificou-se que o valor necessário para o exercício seria da ordem de R\$ 29.110.808,00, cujo total foi estipulado como limite para movimentação e empenho das dotações da SEDP/SE/MME no presente ano.					
1.12 Entretanto, reavaliando o processo de realização do Projeto no mês de agosto de 2013, concluiu-se que a necessidade orçamentária para 2013 ficaria em R\$ 22.259.879,00.					
1.13 Para o exercício de 2014 a SOF concedeu para o Projeto META, um Referencial Monetário de R\$ 29.110.808,00, igual ao valor previsto na primeira avaliação da execução em 2013.					
1.14 Porém, na apresentação da proposta inicial do Projeto META para o					

PLDO-2014, Anexo II das Informações Complementares ao PLOA 2014

Custos Médios utilizados nos principais serviços e investimentos

II - detalhamento dos custos unitários médios utilizados na elaboração dos orçamentos para os principais serviços e investimentos, justificando os valores adotados

Orçamento Fiscal e de Seguridade Social

Recursos de todas as fontes					R\$ 1,00
Ação	Produto	Un. Medida	Serv / Invest	Custo Médio (R\$ 1,00)	Justificativa
exercício de 2014 foi solicitada uma expansão, em relação ao Referencial Monetário concedido, de R\$ 27.750.059,22, totalizando para aquele exercício R\$ 56.860.867,11.					
1.15 Pode ser observado, que desde a sua implantação em 2012, o Projeto META vem enfrentando grandes dificuldades, tanto na obtenção da "Não Objeção" (aprovação do Banco Mundial para os Termos de Referência/Ediais de cada atividade, quanto na execução/implantação dos Processos Licitatórios pelos coexecutores. Sabe-se, entretanto que a execução de um Projeto nos moldes do META é desafiadora e exige superação de grandes empecilhos, o que nos faz acreditar que 2014 trará excelentes perspectivas.					
1.16 É relevante observar que o Projeto META entrará no 3º ano de sua implantação (2012-2014) tendo conseguido atualmente a minimização de incertezas, considerando que o CEPEL indica a contratação de parte de suas atividades em novembro/dezembro/2013/janeiro/2014.					
1.17 Para viabilizar as contratações, o Banco Mundial já concedeu 9 (nove) "NÃO OBJEÇÕES" em montante superior a R\$ 16 milhões, enquanto outras atividades estão no aguardo das providências por parte do CEPEL e da posição do Banco. Diante da concessão dessas NÃO "OBJEÇÕES" do Banco Mundial e outras que brevemente virão, há para 2014 uma grande expectativa de realizações para o Projeto META, pois a maioria das atividades estão com os Termos de Referência/Ediais em adiantado processo de elaboração.					
1.18 Diante de tudo o exposto é justificável a solicitação de uma expansão para o Projeto META de R\$ 27.750.059,00, que somada aos R\$ 29.110.808,00 de Referencial Monetário, totaliza o valor de R\$ 56.860.867,00, necessário à execução das atividades previstas no referido projeto, para o exercício de 2014.					
1.19 Cabe observar que em virtude da previsão de contratação do exercício de 2012 não ter sido concretizada como pretendido, ou seja, não ocorreu fato gerador de várias atividades, os valores inscritos em Restos a Pagar que não foram utilizados serão cancelados.					
1.20 Conforme os objetivos das ações, todas as atividades contempladas no Projeto META são de importância fundamental para ampliar o desenvolvimento dos setores de energia e mineral, especialmente dando apoio à competitividade e o crescimento econômico sustentável do País, bem como a modernização institucional desses setores.					
1.21 Portanto é essencial que o Projeto META tenha dotação orçamentária no exercício de 2014, suficiente para permitir a execução de suas atividades, de acordo com os cronogramas previstos.					
1.22 Abaixo a tabela com demonstrativos dos valores detalhados por coexecutor e por atividades:					
Proposta Orçamentária do Exercício 2014					

PLDO-2014, Anexo II das Informações Complementares ao PLOA 2014

Custos Médios utilizados nos principais serviços e investimentos

II - detalhamento dos custos unitários médios utilizados na elaboração dos orçamentos para os principais serviços e investimentos, justificando os valores adotados

Orçamento Fiscal e de Seguridade Social

Recursos de todas as fontes					R\$ 1,00
Ação	Produto	Un. Medida	Serv / Invest	Custo Médio (R\$ 1,00)	Justificativa
ATIVIDADES DO CEPEL					
ORÇ. AJUSTADO					
• Long Dist - UAT Externo Pórticos - parte civil TR 04 - Bens					
26.000.000,00					
• Long Dist - Eletrodos e Estais - Sistema de ensaio - Gaiola					
Corona - CD HAEFELY - TR 05 - Bens					
4.200.131,77					
• Gaiola Corona - CD HAEFELY - TR 06 - Bens					
2.629.465,00					
• Corrente de Transformadores (cascata) TRAFO- TR 10 - Bens					
2.751.059,00					
• Laboratório PMU - TR - 11 - Bens					
1.228.410,68					
• Consultoria Laboratório Smart G Grid- CONSGRID- TR 12					
Consultoria					
1.860.571,42					
• Expansão e atualização da SE Adriaópolis - 138 - TR 14 Bens					
3.474.810,62					
ATIVIDADES DA ANEEL					
• Avaliação dos Custos Relac. Int. de E. Elétrica - TR 01 Consultoria					
689.785,72					
ATIVIDADES DO ONS					
• Compra de Hardware e software para os concentradores de					
4.130.000,00					
dados fasoriais do ONS pertencentes ao sistema de medição					
sincronizada de fatores (SMSF) do SIN. TR 29 - Bens					
4.130.000,00					
ATIVIDADES DA EPE					
• Pesq. do consumo de E. Elétrica -setor serviços - TR 16					
Consultoria					
941.500,00					
• Análise da efic. Energética em seg. ind. Seleciona - TR 17					
Consultoria					
1.109.955,50					
• Avaliação do potencial de Gás Natural - TR 18 - Consultoria					
1.014.236,50					
ATIVIDADES DO MME					
• SE/DP - Contrapartida - Despesa com pessoal - Serviços					
1.622.517,32					
• Avaliação e equacionamento de projetos de					
licenciamento socioambiental visando a sustentação da					
política nacional para promoção da matriz energética					
1.622.517,32					

PLDO-2014, Anexo II das Informações Complementares ao PLOA 2014

Custos Médios utilizados nos principais serviços e investimentos

II - detalhamento dos custos unitários médios utilizados na elaboração dos orçamentos para os principais serviços e investimentos, justificando os valores adotados
Orçamento Fiscal e de Seguridade Social

Recursos de todas as fontes			R\$ 1,00		
Ação	Produto	Un. Medida	Serv / Invest	Custo Médio (R\$ 1,00)	Justificativa
					TR 22 - AESA - Consultoria
					137.807,40
					• Marco conceitual para questão ambiental na integração energética sulamericana-SUI/SUL TR 23—AESA - Consultoria
					137.807,40
					• Levantamento do potencial de energia eólica a ser inserido no Sistema Interligado Nacional - SIN, para fins de planejamento.
					TR 35 - SPE/ DPE Consultoria
					991.046,63
					• Inventário e Diagnóstico Sócio-econômico e ambiental da Região de Integração no Brasil TR—30 – SGM
					1.973.291,00
					• Metodologia para implementação de Centrais Geradoras Hidroelétricas - conceito Plataforma - cooperação sul/sul –
					TR 36 – SPE
					1.238.394,65
					• Plano de Capacitação – Treinamento – TR 38 / SPOA
					730.077,50
					TOTAL
					56.860.867,11
					29.110.807,95
					OBS.: Considerando a expansão proposta, o custo médio seria de R\$ 3.158.937,06, tendo em vista a divisão do valor previsto pelo número de contratos (atividades). Foi considerado o valor do custo médio sem a expansão prevista, levando-se em consideração o referencial monetário, sendo assim de R\$ 1.712.400,47.
					Valor correspondente à média do valor de recuperação de duas áreas, sendo os serviços na área Beluno já contratados no valor de R\$ 3.424.869,00 e na área Ex-Patrimônio em processo de licitação, com orçamento previsto no projeto executivo de R\$ 2.000.000,00.
					Valor adotado pela estimativa de gastos para gerenciar em 2014 o processo de requisição de exploração mineral em águas internacionais.
					Valor adotado pela estimativa de gastos por município atendido na implantação e operação de sistemas de alertas de cheias e inundações.
					Valor adotado pela estimativa de gastos por município beneficiado com a setorização de riscos de deslizamentos, enxurradas e enchentes.
					Valor adotado pela estimativa de gastos com a pesquisa, desenvolvimento e inovação na área de geologia e recursos minerais.
					2.712.434
					Serviços
					unidade
					Área recuperada
					Implementação da Recuperação Ambiental da Bacia Carbonífera de Santa Catarina
					125F
					32202 Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais - CPRM
					Aquisição de Direitos de Exploração de Recursos Minerais Marinhos
					13E5
					Informações de Alerta de Cheias e Inundações
					20L9
					Mapeamento Geológico-geotécnico em Municípios Críticos com Relação a Riscos Geológicos
					20LA
					Consolidação do Centro de Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação na Área de Geologia e Recursos Minerais (CEDES/CPRM)
					20LB
					Projeto desenvolvido
					unidade
					100.000
					Serviços
					unidade
					Serv. / Invest
					unidade
					Serv. / Invest
					unidade
					105.263
					Serv. / Invest
					unidade
					100.000
					Serviços
					unidade
					Serv. / Invest
					unidade
					100.000
					Serviços
					unidade
					100.000
					Serviços

PLDO-2014, Anexo II das Informações Complementares ao PLOA 2014

Custos Médios utilizados nos principais serviços e investimentos

II - detalhamento dos custos unitários médios utilizados na elaboração dos orçamentos para os principais serviços e investimentos, justificando os valores adotados

Orçamento Fiscal e de Seguridade Social

Recursos de todas as fontes					R\$ 1,00	
Ação	Produto	Un. Medida	Serv / Invest	Custo Médio (R\$ 1,00)	Justificativa	
201C Levantamentos Geológicos Marinhos	Área levantada	quilômetro quadrado	Serv. / Invest	89	Valor adotado pela estimativa da área a ser levantada.	
201D Cooperação Técnico-Científica Internacional	Relatório produzido	unidade	Serviços	16.667	Valor adotado pela estimativa de relatórios elaborados	
2397 Levantamentos Hidrogeológicos	Levantamento realizado	unidade	Serv. / Invest	269.231	Valor adotado pela estimativa da meta de levantamentos realizados.	
2398 Levantamentos Geológicos	Área levantada	quilômetro quadrado	Serv. / Invest	49	Valor adotado pela estimativa da área a ser levantada.	
2399 Avaliação dos Recursos Minerais do Brasil	Área levantada	quilômetro quadrado	Serv. / Invest	185	Valor adotado pela estimativa da área a ser levantada.	
2B51 Gestão da Informação Geológica	Informação fornecida	unidade	Serv. / Invest	8	Valor adotado pela estimativa do quantitativo de informações fornecidas no Portal da CPRM em MB.	
2B53 Produção Laboratorial de Análises Minerais - LAMIN	Análise realizada	unidade	Serv. / Invest	150	Valor adotado pela estimativa do quantitativo de análises realizadas.	
2D62 Levantamentos da Geodiversidade	Levantamento realizado	unidade	Serv. / Invest	333.333	Valor adotado pela estimativa do quantitativo de levantamentos realizados.	
2D84 Levantamentos Geoquímicos	Área levantada	quilômetro quadrado	Serv. / Invest	7	Valor adotado pela estimativa da área a ser levantada.	
4872 Levantamentos Aerogeofísicos	Área levantada	quilômetro quadrado	Serv. / Invest	175	Valor adotado pela estimativa da área a ser levantada.	
7112 Avaliação dos Recursos Não-Vivos da Zona Econômica Exclusiva (ZEE)	Relatório elaborado	unidade	Serv. / Invest	733.333	Valor adotado pela estimativa de relatórios elaborados	
32263 Departamento Nacional de Produção Mineral - DNPM						
14UE Aquisições e Reformas de Imóveis para Unidades Regionais do DNPM	Edifício adquirido/adequado	unidade	Serv. / Invest	3.260.543	As reformas buscam a instalação e adequação das estruturas utilizadas pela Agência para fornecer um ambiente seguro para o funcionamento das atividades administrativas, reduzindo os riscos de perdas e sinistros causados por problemas estruturais.	
207Z Desenvolvimento Sustentável da Pequena Mineração	Tecnologia mineral difundida	unidade	Serviços	71.000	Promover a formalização de atividades minerais, promover o suporte técnico e gerencial da pequeno e médio empreendimento mineral em áreas de conflito, realizar a difusão do conhecimento geocientífico, tecnológico, econômico mineral, a partir da publicidade de produtos (estudos) e serviços (sistemas de tecnologia da informação), visando o fortalecimento da mineração brasileira, e contribuir para a geração de emprego e renda e para o desenvolvimento regional integrado e sustentável.	
20WT Fiscalização das Atividades Minerárias	Fiscalização realizada	unidade	Serviços	446	Fiscalizar os empreendimentos de pesquisa mineral e lavra com vistas a assegurar a realização da exploração diligida para a descoberta de novas	

PLDO-2014, Anexo II das Informações Complementares ao PLOA 2014

Custos Médios utilizados nos principais serviços e investimentos

II - detalhamento dos custos unitários médios utilizados na elaboração dos orçamentos para os principais serviços e investimentos, justificando os valores adotados

Orçamento Fiscal e de Seguridade Social

Recursos de todas as fontes					R\$ 1,00
Ação	Produto	Un. Medida	Serv / Invest	Custo Médio (R\$ 1,00)	Justificativa
2377 Gestão da Emissão, Manutenção e Extinção de Direitos Minerários	Título mantido	unidade	Serviços	66	jazidas e garantir o seu aproveitamento racional dos recursos minerais. Por meio dessa atribuição é que são executados os trabalhos de acompanhamento e cobrança de responsabilidades dos titulares e concessionários de títulos minerários, bem como a cobrança de práticas de atividades minerais ilegais e evasão de receitas. Promover a análise para a outorga e a disponibilidade de títulos minerários relativos à exploração e lavra dos recursos minerais, com agilidade, segurança e transparência, exercendo a missão constitucional de poder concedente, visando democratizar o acesso aos recursos minerais, em conformidade com a legislação minerária.
4396 Avaliação de Distritos Mineiros	Distrito avaliado	unidade	Serviços	86.578	Estimular investimentos em empreendimentos minerais em riscos de exploração reduzidos, sobretudo para o desenvolvimento das micro e pequenas empresas de mineração.
8890 Informações e Estudos do Setor Mineral	Estudo realizado	unidade	Serviços	71.076	Realizar estudos e estatísticas do Setor Mineral e elevar o acompanhamento dos mercados doméstico e internacional de bens minerais, com a finalidade de subsidiar o planejamento e a instrumentalização da Política Pública Mineral do País.
32265 Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis - ANP					
2050 Serviços de Geologia e Geofísica aplicados à Prospeção de Petróleo e Gás Natural	Bacia sedimentar avaliada	unidade	Serviços	39.871.594	Esta ação visa ampliar o conhecimento de bacias sedimentares brasileiras, abrindo novas fronteiras exploratórias que são as chaves para a descoberta de novas acumulações que irão repor/incrimentar as reservas de petróleo e gás natural. Além disso, esta ação visa realizar levantamentos sísmicos, que são essenciais para o conhecimento da bacia e delimitação de componentes fundamentais para o sistema petrolífero. Não é possível analisar custo médio global da media física informada nem compará-las com exercício anterior, por serem serviços muito específicos para cada uma das 4 bacias sedimentares a serem avaliadas.
2123 Regulação da Distribuição e Revenda de Derivados de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis	Agente regulado	unidade	Serv. / Invest.	442	Esta ação tem por objetivo controlar a entrada de novos agentes econômicos nas atividades de distribuição e revenda de petróleo, seus derivados, gás natural e biocombustíveis, bem como assegurar aos consumidores condições adequadas de qualidade e preço dos derivados de petróleo e biocombustíveis comercializados no País. Estes objetivos devem ser alcançados por meio de: - outorga de autorização para participação dos agentes econômicos nas atividades de distribuição e revenda de petróleo, seus derivados, gás natural e biocombustíveis; - fiscalização das atividades de distribuição e revenda de derivados de petróleo e biocombustíveis, envolvendo programas de monitoramento da qualidade dos produtos e dos preços praticados em âmbito nacional; - realização de estudos e pesquisas científicas e tecnológicas ao cumprimento dos regulamentos técnicos e aos padrões de qualidade definidos pela ANP.

PLDO-2014, Anexo II das Informações Complementares ao PLOA 2014

Custos Médios utilizados nos principais serviços e investimentos

II - detalhamento dos custos unitários médios utilizados na elaboração dos orçamentos para os principais serviços e investimentos, justificando os valores adotados

Orçamento Fiscal e de Seguridade Social

Recursos de todas as fontes					R\$ 1,00
Ação	Produto	Un. Medida	Serv / Invest	Custo Médio (R\$ 1,00)	Justificativa
212K Regulação da Exploração, Desenvolvimento e Produção de Petróleo e Gás Natural	Agente regulado	unidade	Serv. / Invest.	246.497	Esta é uma nova ação a ser implementada na LOA 2014, e traz como meta física o quantitativo de agentes regulados do mercado de distribuição e revenda de derivados de petróleo, gás natural e biocombustíveis que são regulados pela ANP. Por ser uma nova ação com nova meta física, não há base comparativa com anos anteriores. O custo médio estimado refere-se à divisão da programação orçamentária (R\$ 46.436.292) pela meta física prevista para 2014 (105.000 agentes regulados). A previsão de dispêndios em 2014 leva em consideração as demandas da ANP para a consecução dos objetivos da ação, com as devidas adequações ao referencial monetário disponibilizado para a montagem da peça orçamentária da Agência. O referencial monetário distribuído não permitiu programar dotação suficiente para fazer face às atividades desenvolvidas pelas instituições que operam o Programa de Monitoramento da Qualidade dos Combustíveis, colocando em risco a eficácia do programa. Cabe registrar que a fiscalização in loco inibe as práticas criminosas e anticoncorrentiais no mercado de combustíveis. Esta ação tem como principais objetivos: - organizar e manter atualizados e acessíveis os conhecimentos sobre o potencial produtivo das bacias sedimentares brasileiras e sobre as atividades de exploração, desenvolvimento e produção de petróleo e gás natural; - assegurar o fiel cumprimento dos contratos de concessão para exploração, desenvolvimento e produção de petróleo e gás natural; - oferecer oportunidades para implantação de novos empreendimentos de exploração, desenvolvimento e produção de petróleo e gás natural no País. Esta é uma nova ação a ser implementada na LOA 2014, e traz como meta física o quantitativo de agentes regulados do mercado que atuam na exploração, desenvolvimento e produção de petróleo e gás natural que são regulados pela ANP. Por ser uma nova ação com nova meta física, não há base comparativa com anos anteriores. O custo médio estimado refere-se à divisão da programação orçamentária (R\$ 29.579.646) pela meta física prevista para 2014 (120 agentes regulados). A previsão de dispêndios em 2014 leva em consideração as demandas da ANP para a consecução dos objetivos da ação, com as devidas adequações ao referencial monetário disponibilizado para a montagem da peça orçamentária da Agência. O referencial monetário distribuído não permitiu programar dotação suficiente para atender todas as demandas atuais e futuras para o alcance dos objetivos desta ação.
212L Regulação das Atividades da Indústria do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis	Agente regulado	unidade	Serv. / Invest.	15.121	Esta ação abrange as seguintes atividades: - A fiscalização das instalações de refino, processamento, transferência e transporte de petróleo, seus derivados, gás natural e biocombustíveis, quanto ao cumprimento dos regulamentos estabelecidos pela ANP, com o intuito de assegurar a segurança das atividades para os consumidores e para a segurança operacional, permitindo a oferta destes produtos no mercado; - A outorga de autorização para participação de agentes econômicos nas atividades de refino, processamento, transferência e transporte de petróleo, seus derivados, gás natural e biocombustíveis (ou outras atividades correlatas) desde que estes cumpram os requisitos legais estabelecidos para seu ingresso; - A definição das prioridades de pesquisa no âmbito das atividades de pesquisa e desenvolvimento tecnológico da indústria do petróleo, gás natural e biocombustíveis com aplicação de recursos através de bolsas de estudo e de

PLDO-2014, Anexo II das Informações Complementares ao PLOA 2014

Custos Médios utilizados nos principais serviços e investimentos

II - detalhamento dos custos unitários médios utilizados na elaboração dos orçamentos para os principais serviços e investimentos, justificando os valores adotados

Orçamento Fiscal e de Seguridade Social

Recursos de todas as fontes					R\$ 1,00
Ação	Produto	Un. Medida	Serv / Invest	Custo Médio (R\$ 1,00)	Justificativa
32266 Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL					
4880 Fiscalização dos Serviços de Energia Elétrica	Fiscalização realizada	unidade	Serviços	28.458	pesquisa, implementação de campos-escola e formação de mão-de-obra técnica. Destaca-se que os campos-escolas são campos de petróleo existentes onde o pessoal é treinado na prática, o que gera gastos com manutenção de equipamentos e laboratórios. Esta é uma nova ação a ser implementada na LOA 2014, e traz como meta física o quantitativo de agentes regulados do mercado que atuam na indústria do petróleo, gás natural e biocombustíveis que são regulados pela ANP. Por ser uma nova ação com nova meta física, não há base comparativa com anos anteriores. O custo médio estimado refere-se à divisão da programação orçamentária (R\$ 12.358.091) pela meta física prevista para 2014 (657 agentes regulados). A meta física refere-se ao número de agentes regulados das demandas da ANP para a consecução dos objetivos da ação, com as devidas adequações ao referencial monetário disponibilizado para a montagem da peça orçamentária da Agência. O referencial monetário distribuído não permitiu programar dotação suficiente para atender todas as demandas atuais e futuras para o alcance dos objetivos desta ação, como por exemplo: - adequar a dotação aos termos de cooperação que a ANP firmou com a Marinha para o monitoramento do cumprimento das boas práticas de segurança operacional e de preservação do meio ambiente da indústria petrolífera. - retomar o Projeto Campo-Escola da Bahia que é um convênio estabelecido com a Universidade Federal da Bahia com o objetivo de formar recursos humanos e estimular novas tecnologias. Destá forma, o custo médio unitário apurado está abaixo do referencial que representaria o custo médio adequado.
32314 Empresa de Pesquisa Energética - EPE					
20LF Estudos de Inventário e Viabilidade para Expansão da Geração Hidrelétrica	Documento produzido	unidade	Serviços	1.824.816	Contratação de serviços técnicos de apoio às fiscalizações, contrato de metas para a realização de atividades descentralizadas, diárias e passagens para os fiscais, aluguel de veículos especiais para acesso às linhas de transmissão, materiais de consumo e pequenos serviços em viagem. Os valores foram calculados de forma a atender diversas demandas para realização de estudos de viabilidade de aproveitamentos Hidrelétricos, Estudos de Inventário e Aval. Ambiental Integrada.
20LG Estudos de Expansão de Transmissão de Energia Elétrica	Documento produzido	unidade	Serviços	5.000	Os valores foram calculados de forma a atender diversas demandas para realização de estudos de Planejamento de Transmissão, incluindo o Estudo de Transmissão R3, Estudos Regionais de Transmissão e Estudos de Transmissão de Aproveitamentos na Amazônia.
20LH Estudos para Expansão da Malha de Gasodutos	Documento produzido	unidade	Serviços	750.000	Os valores foram calculados de forma a atender diversas demandas para realização de produtos desenvolvidos pela empresa: PIMAT - Plano Decenal de Expansão da Malha de Transporte Dutoviária e Definição do gabarito de referência.

PLDO-2014, Anexo II das Informações Complementares ao PLOA 2014

Custos Médios utilizados nos principais serviços e investimentos

II - detalhamento dos custos unitários médios utilizados na elaboração dos orçamentos para os principais serviços e investimentos, justificando os valores adotados

Orçamento Fiscal e de Seguridade Social

		Recursos de todas as fontes				R\$ 1,00	
Ação	Produto	Un. Medida	Serv / Invest	Custo Médio (R\$ 1,00)	Justificativa		
20LI Estudos para o Planejamento do Setor Energético	Documento produzido	unidade	Serv. / Invest.	44.004	Os valores foram calculados de forma a atender diversas demandas para realização de produtos desenvolvidos pela empresa: Balanço Energético Nacional, Plano Decenal de Energia, Plano Nacional de Energia, entre outros. Valor calculado considerando os custos dos cursos programados e necessidades de capacitações em cada área, analisada por Avaliação de Desempenho periódica.		
4572 Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação	Servidor capacitado	unidade	Serviços	2.455			

PLDO-2014, Anexo II das Informações Complementares ao PLOA 2014

Custos Médios utilizados nos principais serviços e investimentos

II - detalhamento dos custos unitários médios utilizados na elaboração dos orçamentos para os principais serviços e investimentos, justificando os valores adotados

Orçamento Fiscal e de Seguridade Social

Recursos de todas as fontes					R\$ 1,00
Ação	Produto	Un. Medida	Serv / Invest	Custo Médio (R\$ 1,00)	Justificativa
33000 Ministério da Previdência Social					
33201 Instituto Nacional do Seguro Social					
116V Instalação de Unidades de Funcionamento do INSS	Unidade instalada	unidade	Investimentos	1.250.000	Os valores médios foram adotados com base nos valores históricos das autorizações e licitações ocorridas.
1 - As obras oneram a ação 116V -					
A estimativa das despesas com obras novas de construção, estão em torno de R\$ 1.250.000,00/obra.(obras padronizadas). Este valor refere-se as obras de padrão TIPO 4 (330m²) que são no momento a grande maioria das obras de construção em razão da sua adequação ao projeto de expansão - PEX. Observo que a grande maioria das obras de construção enquadram-se neste patamar, isso não quer dizer que não tenhamos casos de obras cujos valores estejam acima dos R\$ 1.250.000,00/obra, mas estes são casos de obras padronizadas para atender unidades administrativas (GERÊNCIAS EXECUTIVAS, SUPERINTENDÊNCIAS, ETC).					
Outras despesas: observamos que além da expectativa de novas obras, existem outras despesas que oneram o INSS ao longo do exercício, são despesas tais como:					
a- Mobiliário - a estimativa total para este item foi de R\$ 20 milhões calculado com base nas 300 obras em andamento e que não tem mobiliário ainda. Ao custo de R\$ 44 mil/obra somando-se o mobiliário das obras da Gex - Fortaleza - R\$ 3 milhões e João Pessoa - R\$ 3 milhões;					
b- Termos ativos e reajustes: R\$ 17 milhões (estimados com base em 5% da massa contratual de R\$ 350 milhões relativa as 300 obras em andamento)					
c - Retomadas das obras paralisadas: R\$ 25 milhões (encontram-se paralisadas atualmente 25 obras do PEX cujo valor médio do remanescente está estimado em R\$ 1 milhão/obra)					
Assim, esperamos ter atendido ao solicitado.					

PLDO-2014, Anexo II das Informações Complementares ao PLOA 2014

Custos Médios utilizados nos principais serviços e investimentos

II - detalhamento dos custos unitários médios utilizados na elaboração dos orçamentos para os principais serviços e investimentos, justificando os valores adotados

Orçamento Fiscal e de Seguridade Social

Recursos de todas as fontes		R\$ 1,00				
Ação	Produto	Un. Medida	Serv / Invest	Custo Médio (R\$ 1,00)	Justificativa	
34000 Ministério Público da União						
34101 Ministério Público Federal						
10TY Construção do Edifício-Sede da Procuradoria da República em Aracaju - SE	Edifício construído	percentual de execução física	Investimentos	333.333	Construir o edifício-sede da Procuradoria da República em Aracaju-SE para atender e receber o público-alvo em instalações condizentes, que propiciem o bem-estar, a satisfação coletiva e a melhoria da prestação do serviço público.	
1132 Construção do Edifício-Sede da Procuradoria da República em Uberlândia - MG	Edifício construído	percentual de execução física	Investimentos	75.000	Construir o edifício-sede da Procuradoria da República em Uberlândia - MG para atender e receber o público-alvo em instalações condizentes, que propiciem o bem-estar, a satisfação coletiva e a melhoria da prestação do serviço público.	
11KE Construção do Edifício-Sede da Procuradoria Regional da República em Porto Alegre - RS	Edifício construído	percentual de execução física	Investimentos	527.586	Construir o edifício-sede da Procuradoria Regional da República em Porto Alegre-RS para atender e receber o público-alvo em instalações condizentes, que propiciem o bem-estar, a satisfação coletiva e a melhoria da prestação do serviço público.	
11SD Construção do Edifício-Sede da Procuradoria da República em Belém - PA	Edifício construído	percentual de execução física	Investimentos	300.000	Construir o edifício-sede da Procuradoria da República em Belém-PA para atender e receber o público-alvo em instalações condizentes, que propiciem o bem-estar, a satisfação coletiva e a melhoria da prestação do serviço público.	
1203 Construção do Edifício-Sede da Procuradoria da República em Porto Alegre - RS	Edifício construído	percentual de execução física	Investimentos	411.764	Construir o edifício-sede da Procuradoria da República em Porto Alegre-RS para atender e receber o público-alvo em instalações condizentes, que propiciem o bem-estar, a satisfação coletiva e a melhoria da prestação do serviço público.	
12B6 Construção de Edifício-Sede da Procuradoria da República em Teresina - PI	Edifício construído	percentual de execução física	Investimentos	222.222	Construir o edifício-sede da Procuradoria da República em Teresina-PI para atender e receber o público-alvo em instalações condizentes, que propiciem o bem-estar, a satisfação coletiva e a melhoria da prestação do serviço público.	
13B8 Construção do Edifício-Sede da Procuradoria da República em Apiracá - AL	Edifício construído	percentual de execução física	Investimentos	76.923	Construir o edifício-sede da Procuradoria da República em Apiracá-AL para atender e receber o público-alvo em instalações condizentes, que propiciem o bem-estar, a satisfação coletiva e a melhoria da prestação do serviço público.	
139R Reforma do Edifício-Sede da Procuradoria da República em Feira de Santana - BA	Edifício reformado	percentual de execução física	Investimentos	26.875	Reformar o edifício-sede da Procuradoria da República em Feira de Santana-BA, para atender e receber o público-alvo em instalações condizentes, que propiciem o bem-estar, a satisfação coletiva e a melhoria da prestação do serviço público.	
139V Construção do Edifício-Sede da Procuradoria da República em Mossoró - RN	Edifício construído	percentual de execução física	Investimentos	44.776	Construir o edifício-sede da Procuradoria da República em Mossoró-RN, para atender e receber o público-alvo em instalações condizentes, que propiciem o bem-estar, a satisfação coletiva e a melhoria da prestação do serviço público.	

PLDO-2014, Anexo II das Informações Complementares ao PLOA 2014

Custos Médios utilizados nos principais serviços e investimentos

II - detalhamento dos custos unitários médios utilizados na elaboração dos orçamentos para os principais serviços e investimentos, justificando os valores adotados

Orçamento Fiscal e de Seguridade Social**Recursos de todas as fontes**

R\$ 1,00

Ação	Produto	Un. Medida	Serv / Invest	Custo Médio (R\$ 1,00)	Justificativa
139W Reforma e Ampliação do Edifício-Sede da Procuradoria da República em Natal - RN	Edifício ampliado	percentual de execução física	Investimentos	166.666	Reformar o edifício-sede da Procuradoria da República em Natal-RN para atender e receber o público-alvo em instalações condizentes, que propiciem o bem-estar, a satisfação coletiva e a melhoria da prestação do serviço público.
139X Reforma do Edifício-Sede da Procuradoria da República em Resende-RJ	Edifício reformado	percentual de execução física	Investimentos	16.315	Reformar o edifício-sede da Procuradoria da República em Resende-RJ, para atender e receber o público-alvo em instalações condizentes, que propiciem o bem-estar, a satisfação coletiva e a melhoria da prestação do serviço público.
13A6 Reforma do Edifício-Sede da Procuradoria da República em São Pedro da Aldeia-RJ	Edifício reformado	percentual de execução física	Investimentos	14.193	Reformar o edifício-sede da Procuradoria da República em São Pedro da Aldeia-RJ, para atender e receber o público-alvo em instalações condizentes, que propiciem o bem-estar, a satisfação coletiva e a melhoria da prestação do serviço público.
138S Reforma do Edifício-Sede da Procuradoria da República em São Gonçalo-RJ	Edifício reformado	percentual de execução física	Investimentos	66.666	Reformar o edifício-sede da Procuradoria da República em São Gonçalo-RJ, para atender e receber o público-alvo em instalações condizentes, que propiciem o bem-estar, a satisfação coletiva e a melhoria da prestação do serviço público.
138X Construção do Edifício-Sede da Procuradoria da República em Santarém - PA	Edifício construído	percentual de execução física	Investimentos	78.947	Construir o edifício-sede da Procuradoria da República em Santarém-PA, para atender e receber o público-alvo em instalações condizentes, que propiciem o bem-estar, a satisfação coletiva e a melhoria da prestação do serviço público.
142R Construção do Edifício-Sede da Procuradoria da República em Caxias - MA	Edifício construído	percentual de execução física	Investimentos	33.333	Construir o edifício-sede da Procuradoria da República em Caxias-MA, para atender e receber o público-alvo em instalações condizentes, que propiciem o bem-estar, a satisfação coletiva e a melhoria da prestação do serviço público.
142S Construção do Edifício-Sede da Procuradoria da República em Sete Lagoas - MG	Edifício construído	percentual de execução física	Investimentos	57.142	Construir o edifício-sede da Procuradoria da República em Sete Lagoas-MG, para atender e receber o público-alvo em instalações condizentes, que propiciem o bem-estar, a satisfação coletiva e a melhoria da prestação do serviço público.
142T Construção do Edifício-Sede da Procuradoria da República em Araguaína - TO	Edifício construído	percentual de execução física	Investimentos	26.666	Construir o edifício-sede da Procuradoria da República em Araguaína-TO para atender e receber o público-alvo em instalações condizentes, que propiciem o bem-estar, a satisfação coletiva e a melhoria da prestação do serviço público.
142U Reforma do Edifício-Sede da Procuradoria Regional da República no Rio de Janeiro - RJ	Edifício reformado	percentual de execução física	Investimentos	285.714	Reformar o edifício-sede da Procuradoria Regional da República da 2ª Região, para atender e receber o público-alvo em instalações condizentes, que propiciem o bem-estar, a satisfação coletiva e a melhoria da prestação do serviço público.
1E30 Modernização das Instalações do Ministério Público Federal	Instalação modernizada	unidade	Serv. / Invest	500.000	Aparelhar as unidades do Ministério Público Federal, mediante a modernização de equipamentos, instalações e tecnologias.
1I46 Construção do Edifício-Sede da Procuradoria da República em Caxias do Sul - RS	Edifício construído	percentual de execução física	Investimentos	83.333	Construir o edifício-sede da Procuradoria da República no Município de Caxias do Sul-RS para atender e receber o público-alvo em instalações condizentes, que propiciem o bem-estar, a satisfação coletiva e a melhoria da prestação do serviço público.

PLDO-2014, Anexo II das Informações Complementares ao PLOA 2014

Custos Médios utilizados nos principais serviços e investimentos

II - detalhamento dos custos unitários médios utilizados na elaboração dos orçamentos para os principais serviços e investimentos, justificando os valores adotados

Orçamento Fiscal e de Seguridade Social

Recursos de todas as fontes					R\$ 1,00
Ação	Produto	Un. Medida	Serv / Invest	Custo Médio (R\$ 1,00)	Justificativa
1067	Construção do Edifício-Sede da Procuradoria da República em Serra Talhada - PE	percentual de execução física	Investimentos	25.000	Construir o edifício-sede da Procuradoria da República em Serra Talhada-PE para atender e receber o público-alvo em instalações condizentes que propiciem o bem-estar, a satisfação coletiva e a melhoria da prestação do serviço público.
1068	Construção do Edifício-Sede da Procuradoria da República em Caruaru - PE	percentual de execução física	Investimentos	50.000	Construir o edifício-sede da Procuradoria da República em Caruaru-PE para atender e receber o público-alvo em instalações condizentes que propiciem o bem-estar, a satisfação coletiva e a melhoria da prestação do serviço público.
2508	Fiscalização e Controle da Aplicação da Lei	unidade	Serv. / Invest.	26.104	Promover na Procuradoria Geral da República e nas demais Unidades Administrativas do Ministério Público Federal tratamento estruturado de informação voltado à fiscalização e ao controle
2549	Comunicação e Divulgação Institucional	unidade	Serviços	431	Informar a sociedade sobre as atividades desenvolvidas pelo órgão na realização de campanhas de publicidade institucional e divulgação por meio da mídia em geral.
3106	Construção do Edifício-Sede da Procuradoria da República em Rio Branco - AC	percentual de execução física	Investimentos	182.497	Construir o edifício-sede da Procuradoria da República em Rio Branco-AC para atender e receber o público-alvo em instalações condizentes, que propiciem o bem-estar, a satisfação coletiva e a melhoria da prestação do serviço público.
3752	Implantação de Procuradorias Junto às Varas Federais	unidade	Investimentos	875.000	Implantar Procuradorias da República, nos municípios onde forem instaladas Varas da Justiça Federal, assegurando a atuação do Ministério Público nas novas unidades da Justiça Federal.
4264	Defesa do Interesse Público no Processo Judiciário - Ministério Público Federal	unidade	Serviços	153	Recursos para despesas com manutenção, capacitação, repressão ao tráfico ilícito de substâncias entorpecentes e erradicação ao trabalho escravo.
7E53	Construção do Edifício-Sede da Procuradoria da República em João Pessoa - PB	percentual de execução física	Investimentos	250.000	Construir o edifício-sede da Procuradoria da República em João Pessoa-PB para atender e receber o público-alvo em instalações condizentes, que propiciem o bem-estar, a satisfação coletiva e a melhoria da prestação do serviço público.
7J45	Construção do Edifício-Sede da Procuradoria da República em Vitória - ES	percentual de execução física	Investimentos	500.000	Construir o edifício-sede da Procuradoria da República em Vitória-ES para atender e receber o público-alvo em instalações condizentes, que propiciem o bem-estar, a satisfação coletiva e a melhoria da prestação do serviço público.
34102	Ministério Público Militar				
12DN	Construção do Edifício-Sede da Procuradoria da Justiça Militar no Rio de Janeiro - RJ	percentual de execução física	Investimentos	842.857	Custo médio decorrente da NOVA ESTIMATIVA PARA O VALOR TOTAL DA OBRA (R\$ 76,15 milhões) feita por ocasião da conclusão dos projetos de "Fundações e Estrutura" no encerramento do exercício de 2012, estabelecendo um novo cronograma físico-financeiro do projeto, ressaltando que os projetos de "Arquitetura e Instalações Complementares" ainda não foram concluídos. Ressalte-se que a primeira etapa da obra (serviços de escavação, cortinas de contenção, fundações e estrutura) já está concluída, apresentando custos superiores aos inicialmente previstos em 2011 (R\$ 47,81 milhões) e em 2012 (R\$ 47,81 milhões). Nesta época, não havia projetos concluídos e, então, foram utilizados índices de custo

PLDO-2014, Anexo II das Informações Complementares ao PLOA 2014

Custos Médios utilizados nos principais serviços e investimentos

II - detalhamento dos custos unitários médios utilizados na elaboração dos orçamentos para os principais serviços e investimentos, justificando os valores adotados

Orçamento Fiscal e de Seguridade Social

Recursos de todas as fontes					R\$ 1,00	
Ação	Produto	Un. Medida	Serv / Invest	Custo Médio (R\$ 1,00)	Justificativa	
4283 Defesa do Interesse Público no Processo Judiciário - Ministério Público Militar	Parecer elaborado	unidade	Serv. / Invest	833	de obras convencionais para a estimativa de valor. Com a finalização, em 2012, dos projetos de fundações e estruturas, constatou-se a necessidade de sistemas construtivos estruturais mais elaborados, compostos de parede diafragma, cortina de concreto alitratada, laje de subpressão e drenagem do terreno, em função das características do subsolo, que apresenta nível d'água em rasas profundidades e é composto de aterro de silte pouco compacto.	
FONTE: Núcleo de Engenharia e Arquitetura/Departamento de Administração, em JUNHO/2013.						
13C1 Construção do Edifício-Sede da Promotoria de Justiça de Brasília - DF	Edifício construído	percentual de execução física	Investimentos	100.000	Dotação necessária ao desenvolvimento das atividades próprias do Órgão, como a defesa do interesse público no processo judiciário militar, por meio de análise e acompanhamento de processos, elaboração de despachos e pareceres. Ação destinada ainda à atender despesas com a manutenção da estrutura administrativa e dos meios físicos (despesas básicas de custeio e manutenção das unidades), cumprimento de contratos administrativos, capacitação de recursos humanos, bem como aquisição de equipamentos diversos.	
13C2 Construção do Edifício-Sede da Promotoria de Justiça de São Sebastião - DF	Edifício construído	percentual de execução física	Investimentos	166.667	Construção destinada à Sede da Promotoria de Justiça de Brasília, para acomodação de promotorias, setores de apoio e unidades administrativas, na cidade de Brasília - DF, a fim de adequar o espaço físico à crescente demanda da sociedade, oferecendo melhores condições de trabalho aos membros e servidores da Promotoria e possibilitando, portanto, melhores condições de atendimento à população e uma maior agilidade no andamento dos processos.	
13C9 Ampliação do Edifício-Sede da Promotoria de Justiça de Taguatinga - DF	Edifício ampliado	percentual de execução física	Investimentos	133.333	Construção destinada à Sede da Promotoria de Justiça de São Sebastião, para acomodação de promotorias, setores de apoio e unidades administrativas, na cidade de São Sebastião - DF, a fim de adequar o espaço físico à crescente demanda da sociedade, oferecendo melhores condições de trabalho aos membros e servidores da Promotoria e possibilitando, portanto, melhores condições de atendimento à população e uma maior agilidade no andamento dos processos.	

PLDO-2014, Anexo II das Informações Complementares ao PLOA 2014

Custos Médios utilizados nos principais serviços e investimentos

II - detalhamento dos custos unitários médios utilizados na elaboração dos orçamentos para os principais serviços e investimentos, justificando os valores adotados

Orçamento Fiscal e de Seguridade Social

Recursos de todas as fontes					R\$ 1,00	
Ação	Produto	Un. Medida	Serv / Invest	Custo Médio (R\$ 1,00)	Justificativa	
150A Construção do Edifício-Sede da Promotoria de Justiça do Recanto das Emas - DF	Edifício construído	percentual de execução física	Investimentos	175.000	Construção destinada à Sede da Promotoria de Justiça de Recanto das Emas, para acomodação de promotorias, setores de apoio e unidades administrativas, na cidade de Recanto das Emas- DF, a fim de adequar o espaço físico à crescente demanda da sociedade, oferecendo melhores condições de trabalho aos membros e servidores da Promotoria e possibilitando, portanto, melhores condições de atendimento à população e uma maior agilidade no andamento dos processos.	
150N Reforma da 1ª Etapa do Edifício-Sede do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios	Edifício reformado	percentual de execução física	Investimentos	250.000	Revitalização da 1ª etapa do Edifício-Sede (1º e 3º subsolos e 1º ao 9º pavimento) devido à inauguração da 2ª etapa e sua integração com a 1ª etapa. Abrengue instalações elétricas e ar condicionado aos padrões e normas atuais, bem como substituição de divisórias e pisos, objetivando unidade nos padrões de acabamento das instalações da 2ª etapa.	
2549 Comunicação e Divulgação Institucional	Matéria veiculada	unidade	Serviços	763	Divulgação de matérias jornalísticas referentes aos atos do Órgão.	
4261 Defesa do Interesse Público no Processo Judiciário - Ministério Público do Distrito Federal e Territórios	Parecer elaborado	unidade	Serv. / Invest	55	Pagamento de serviços técnicos e administrativos voltados para a manutenção e conservação do patrimônio edificado de Juizes, a tecnologia da informação sob a ótica de demandas atuais, visando a melhoria da gestão, capacitação de recursos humanos e administração do programa.	
34104 Ministério Público do Trabalho						
13CA Construção do Edifício-Sede da Procuradoria Regional do Trabalho em Brasília - DF	Edifício construído	percentual de execução física	Investimentos	300.000	Dar continuidade à construção do Edifício-Sede da PRT em Brasília - DF.	
13CB Construção do Edifício-Sede da Procuradoria Regional do Trabalho em Porto Alegre - RS	Edifício construído	percentual de execução física	Investimentos	363.636	Dar continuidade à construção do Edifício-Sede da PRT em Porto Alegre - RS.	
13CD Construção do Edifício-Sede da Procuradoria Regional do Trabalho em Recife - PE	Edifício construído	percentual de execução física	Investimentos	136.364	Dar continuidade à construção do Edifício-Sede da PRT em Recife - PE.	
13CG Reforma, Adaptação e Ampliação do Edifício-Sede da Procuradoria Regional do Trabalho em Belém - PA	Edifício ampliado	percentual de execução física	Investimentos	63.584	Término da reforma do Edifício-Sede da PRT em Belém - PA.	
14LU Construção do Edifício-Sede da Procuradoria do Trabalho no Município de Ji-Paraná - RO	Edifício construído	percentual de execução física	Investimentos	66.666	Dar continuidade à construção do Edifício-Sede da PTM em Ji-Paraná - RO.	
14PM Construção do Edifício-Sede da Procuradoria do Trabalho no Município de Bom Jesus - PI	Edifício construído	percentual de execução física	Investimentos	15.152	Dar continuidade à construção do Edifício-Sede da PTM em Bom Jesus - PI.	
2549 Comunicação e Divulgação Institucional	Matéria veiculada	unidade	Serviços	7.559	Recursos necessários para atender tanto a comunicação quanto a divulgação da imagem da Instituição na sociedade.	

Custos Médios utilizados nos principais serviços e investimentos

II - detalhamento dos custos unitários médios utilizados na elaboração dos orçamentos para os principais serviços e investimentos, justificando os valores adotados

Orçamento Fiscal e de Seguridade Social

Recursos de todas as fontes R\$ 1,00

R\$ 1,00

	Ação	Produto	Un. Medida	Serv / Invest	Custo Médio (R\$ 1,00)	Justificativa
36000	Ministério da Saúde					
86211	Fundação Nacional de Saúde					
LOGD	Implantação e Melhoria de Sistemas Públicos de Abastecimento de Água em Municípios de até 50.000 Habitantes, Exclusive de Regiões Metropolitanas ou Regiões Integradas de Desenvolvimento Econômico (RIDE)	Município beneficiado	unidade	Investimentos	3.155.000	O custo médio foi calculado a partir de série histórica dos investimentos financiados pela Funasa, cuja correção tem sido realizada anualmente a partir do INCC - Índice Nacional da Construção Civil elaborado pela Fundação Getúlio Vargas - FGV. Os recursos serão aplicados nos municípios selecionados no PAC2/Funasa a partir dos critérios estabelecidos na Portaria da FUNASA nº 314, de 14 de junho de 2011 e, visando a implantação, ampliação e melhorias de sistemas de sistemas de abastecimento de água, e serão executados mediante transferências obrigatórias, via termos de compromissos a serem celebrados com prefeituras municipais ou governos estaduais e nos novos empreendimentos a serem selecionados conforme Portaria n.º 192 de 01 de fevereiro de 2013. A atuação será dirigida para elaboração de projetos, implantação de obras e serviços de infraestrutura, assim como para melhoria e fortalecimento do sistema de gestão ambiental municipal, técnica e administrativa.
LOGE	Implantação e Melhoria de Sistemas Públicos de Esgotamento Sanitário em Municípios de até 50.000 Habitantes, Exclusive de Regiões Metropolitanas ou Regiões Integradas de Desenvolvimento Econômico (RIDE)	Município beneficiado	unidade	Investimentos	5.721.000	O custo médio foi calculado a partir de série histórica dos investimentos financiados pela Funasa, cuja correção tem sido realizada anualmente a partir do INCC - Índice Nacional da Construção Civil elaborado pela Fundação Getúlio Vargas - FGV. Os recursos serão aplicados nos municípios selecionados no PAC2/Funasa a partir dos critérios estabelecidos na Portaria da FUNASA nº 314, de 14 de junho de 2011 e, visando a implantação, ampliação e melhorias de sistemas de sistemas de abastecimento de água, e serão executados mediante transferências obrigatórias, via termos de compromissos a serem celebrados com prefeituras municipais ou governos estaduais e nos novos empreendimentos a serem selecionados conforme Portaria n.º 192 de 01 de fevereiro de 2013.
LOGG	Implantação e Melhoria de Sistemas Públicos de Manejo de Resíduos Sólidos em Municípios de até 50.000 Habitantes, Exclusive de Regiões Metropolitanas ou Regiões Integradas de Desenvolvimento Econômico (RIDE)	Município beneficiado	unidade	Investimentos	800.000	A atuação será dirigida para elaboração de projetos, implantação de obras e serviços de infraestrutura, assim como para melhoria e fortalecimento do sistema de gestão ambiental municipal, técnica e administrativa. O custo médio foi calculado a partir de série histórica dos investimentos financiados pela Funasa, cuja correção tem sido realizada anualmente a partir do INCC - Índice Nacional da Construção Civil elaborado pela Fundação Getúlio Vargas - FGV. Os recursos de programação são aplicados em municípios a serem selecionados a partir dos menores índices de cobertura por rede de coleta e tratamento de resíduos sólidos (Censo/2010), piores taxas de mortalidade infantil e de

PLDO-2014, Anexo II das Informações Complementares ao PLOA 2014

Custos Médios utilizados nos principais serviços e investimentos

II - detalhamento dos custos unitários médios utilizados na elaboração dos orçamentos para os principais serviços e investimentos, justificando os valores adotados

Orçamento Fiscal e de Seguridade Social

Recursos de todas as fontes					R\$ 1,00
Ação	Produto	Un. Medida	Serv / Invest	Custo Médio (R\$ 1,00)	Justificativa
20AG Apoio à Gestão dos Sistemas de Saneamento Básico em Municípios de até 50.000 Habitantes	Município beneficiado	unidade	Serv. / Invest	319.230	potenciais riscos a saúde devido a fatores sanitários e ambientais. Os recursos serão executados mediante transferências voluntárias, via termos de convênios a serem celebrados com prefeituras municipais, governos estaduais ou consórcios públicos. A atuação da Ação 10GG é dirigida para obras e serviços de infraestrutura na área de manejo de Resíduos Sólidos, contribuindo assim para a redução das doenças causadas pela proliferação de vetores relacionados ao gerenciamento inadequado de resíduos sólidos, para proteção do meio ambiente incluindo os recursos hídricos, objetivando ainda a melhoria da qualidade de vida da população. Os recursos serão aplicados nos municípios a serem selecionados a partir dos indicadores de gestão (plano diretor instituído, em desenvolvimento ou em aprovação; e que apresentem prestação de serviços em saneamento estruturada (departamento, autarquia municipal, empresa pública, sociedade economia mista, consórcios públicos e outros). Os recursos serão executados mediante transferências voluntárias, via termos de convênios a serem celebrados com prefeituras municipais ou governos estaduais. A Cooperação Técnica, por sua vez, é uma importante ferramenta, por meio da qual possibilitará a continuidade e a sustentabilidade das ações de saneamento decorrentes da aplicação desses recursos, mediante fortalecimento das instituições conveniadas e dos prestadores de serviços públicos de saneamento.
20AM Implementação de Projetos de Coleta e Reciclagem de Materiais	Unidade apoiada	unidade	Investimentos	380.434	A atuação da Ação 20AM tem como objetivo fomentar a implantação do acesso aos serviços de manejo de resíduos sólidos urbanos de forma ambientalmente adequada, induzindo a inclusão socioeconômica de catadores de materiais recicláveis A seleção das cooperativas e associações é realizada através de edital de chamamento público com critérios de seleção e de priorização as Associações ou Cooperativas constituídas há pelo menos um ano e integradas exclusivamente por catadores de materiais recicláveis. Os recursos de programação são aplicados diretamente nas Associações e Cooperativas de Catadores de Materiais Recicláveis para a execução de serviços, relacionados à coleta e destinação final dos resíduos sólidos, como a construção de galpões de triagem e aquisição de veículos e equipamentos
3921 Implantação de Melhorias Habitacionais para Controle da Doença de Chagas	Município beneficiado	unidade	Investimentos	500.000	A atuação da Ação 3921 é dirigida para obras de melhorias habitacionais com o objetivo de contribuir para a redução da proliferação do vetor da Doença de Chagas Os recursos de programação são aplicados em municípios pertencentes à área endêmica da doença de Chagas, com a presença de vetor no intra ou peridomicílio e com a existência de habitações que favoreçam a colonização do Triatomíneo transmissor da doença de Chagas, que sejam classificados como de alto risco de transmissão da doença, conforme dados da Secretaria de Vigilância em Saúde

PLDO-2014, Anexo II das Informações Complementares ao PLOA 2014

Custos Médios utilizados nos principais serviços e investimentos

II - detalhamento dos custos unitários médios utilizados na elaboração dos orçamentos para os principais serviços e investimentos, justificando os valores adotados

Orçamento Fiscal e de Seguridade Social

Recursos de todas as fontes					R\$ 1,00	
Ação	Produto	Un. Medida	Serv / Invest	Custo Médio (R\$ 1,00)	Justificativa	
7652	Implantação de Melhorias Sanitárias Domiciliares para Prevenção e Controle de Doenças e Agravos	Município beneficiado	Investimentos	500.000	A atuação da Ação 7652 é dirigida para a implantação de soluções individuais de saneamento domiciliar com tecnologias adequadas com o objetivo de contribuir para a redução dos índices de morbimortalidade provocados pela falta ou inadequação das condições domiciliares de saneamento.	
Os recursos de programação são aplicados em municípios a serem selecionados a partir dos menores índices de cobertura de saneamento, piores taxas de mortalidade infantil e de potenciais riscos à saúde devido a fatores sanitários e ambientais. Os recursos serão executados mediante transferências voluntárias, via termos de convênios a serem celebrados com prefeituras municipais ou governos estaduais.						
7656	Implantação, Ampliação ou Melhoria de Ações e Serviços Sustentáveis de Saneamento Básico em Pequenas Localidades, Comunidades Rurais, Tradicionais e Especiais para Prevenção e Controle de Doenças e Agravos	Comunidade beneficiada	Investimentos	600.000	O custo médio foi calculado a partir de série histórica dos investimentos financiados pela Funasa, cuja correção tem sido realizada anualmente a partir do INCC - Índice Nacional da Construção Civil elaborado pela Fundação Getúlio Vargas - FGV.	
Conforme processo seletivo instituído pela Portaria n.º 314 de 14/06/2011 e seu resultado divulgado por meio da Portaria n.º 808 de 07/12/2011, foram selecionados 1.016 empreendimentos para implantação de obras e 2.699 para elaboração de projetos de engenharia, os quais foram contratados nos exercícios de 2011 e 2012.						
36212 Agência Nacional de Vigilância Sanitária						
4572	Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação	Servidor capacitado	Serviços	2.748	A previsão orçamentária engloba a realização de diversas ações voltadas ao treinamento de servidores, tais como: Cursos corporativos: Especialização em vigilância sanitária para os novos servidores, turma com 50 alunos (R\$ 250.000,00); Especialização em Gestão Pública, turma para 40 alunos (R\$ 400.000,00); Cursos corporativos de curta duração: R\$ 300.000,00; Programa de pós-graduação: R\$ 110.000,00; Programa de idiomas: R\$ 110.000,00; Capacitações vagas abertas no mercado: R\$ 400.000,00; Reserva sob administração da área de recursos humanos: R\$ 100.000,00.	
6138	Vigilância Sanitária em Portos, Aeroportos, Fronteiras e Recintos Alfandegados	Risco sanitário controlado	Serv. / Invest	0	A solicitação de R\$ 8.238.438 para despesas correntes surge da necessidade de atender os gastos de manutenção das instalações, infra-estrutura, realocação de espaço físico e outras despesas correntes das Coordenações de Vigilância Sanitária de Portos, Aeroportos, Fronteiras e Recintos Alfandegados e seus respectivos Postos. O valor solicitado visa, também, atender as atividades de vigilância sanitária nas áreas portuárias, aeroportuárias e fronteiriças, realizando ações com objetivo de impedir a entrada de doenças no país, principalmente nas ações de combate frente às pandemias. O montante de R\$ 12.173.562,00 referente a valores de capital deve-se à previsão de despesas com estudos, projetos, início e conclusão de obras das CVPAFs BA, SP e RO, reposição e uniformização da frota de veículos, aquisição de equipamentos de informática e mobiliário.	

PLDO-2014, Anexo II das Informações Complementares ao PLOA 2014

Custos Médios utilizados nos principais serviços e investimentos

II - detalhamento dos custos unitários médios utilizados na elaboração dos orçamentos para os principais serviços e investimentos, justificando os valores adotados

Orçamento Fiscal e de Seguridade Social

Recursos de todas as fontes					R\$ 1,00	
Ação	Produto	Un. Medida	Serv / Invest	Custo Médio (R\$ 1,00)	Justificativa	
8719 Vigilância Sanitária de Produtos, Serviços e Ambientes, Tecidos, Células e Órgãos Humanos	Produto analisado	unidade	Serv. / Invest.	0	Esta Ação engloba todas as ações finalísticas realizadas pela Anvisa e para que estas atividades fizessem parte das atividades de fiscalização, controle e monitoramento da qualidade dos produtos, serviços e ambientes, bem como a realização de inspeções, visitas, auditorias, análises de amostras, entre outras, visando à garantia da qualidade dos produtos, serviços e ambientes.	
36901 Fundo Nacional de Saúde						
125H Implantação do Complexo Integrado do Instituto Nacional de Câncer - INCA	Complexo implantado	percentual	Serv. / Invest.	56.000.000	Os investimentos previstos para a implantação do Campus Integrado do INCA têm como premissa básica a garantia de ampliação do acesso com qualidade para a população. Assim, o Campus se alinha às diretrizes e compromissos do Ministério de Saúde no fortalecimento do Sistema Único de Saúde.	
12L4 Implantação, Construção e Ampliação de Unidades de Pronto Atendimento - UPA	Unidade construída/ampliada	unidade	Investimentos	240.000.000	O valor do capital é um complemento orçamentário devido a cortes no PAC para UPA nos anos anteriores.	
12L5 Construção e Ampliação de Unidades Básicas de Saúde - UBS	Unidade construída/ampliada	unidade	Investimentos	157.975	Os recursos previstos para a construção de 6.010 UBS e 3.670 ampliações de UBS dentro do Programa de Aceleração do Crescimento.	
20AD Piso de Atenção Básica Variável - Saúde da Família	Equipe mantida	unidade	Serviços	326.143	Os recursos previstos serão alocados para implantação de equipes de saúde da família, agentes comunitários de saúde e equipes de saúde bucal, nos municípios, visando à reorientação das práticas assistenciais básicas, com ênfase nas ações de prevenção de doenças e promoção da saúde. Trata-se de repasse mensal de recursos financeiros do Fundo Nacional de Saúde para os Fundos Municipais de Saúde ou, excepcionalmente, para os Fundos Estaduais de Saúde.	
20AE Promoção da Assistência Farmacêutica e Insumos Estratégicos na Atenção Básica em Saúde	Município apoiado	unidade	Serviços	5	PORTARIA Nº 1.555, DE 30 DE JULHO DE 2013. Dispõe sobre as normas de financiamento e de execução do Componente Básico da Assistência Farmacêutica no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS).	
20AH Organização dos Serviços de Assistência Farmacêutica no SUS	Serviço apoiado	unidade	Serv. / Invest.	4.740.834	Conforme previsto no Plano Plurianual 2012-2015, o objetivo de garantir a Assistência Farmacêutica no SUS tem sido executado por meio de diferentes programas, estratégias, iniciativas e ações pelo Ministério da Saúde. Em 2012, por meio da ação funcional programática 20AH - Organização dos Serviços de Assistência Farmacêutica no SUS, com a iniciativa - Fortalecimento do Sistema Nacional de Gestão de Assistência Farmacêutica, buscou-se articular o conjunto das estratégias, iniciativas e ações por meio do QUALIFAR-SUS, instituído pela Portaria GM/MS 1.215/2012. Para 2014, definiu-se como meta para o Eixo Estrutura do QUALIFAR-SUS, na Atenção Básica, apoiar os demais municípios elegíveis constantes do Plano Brasil Sem Miséria (2.351 municípios - 60%) e manter o recurso de custeio assistencial em 2013 e 2014 no valor de R\$ 257 milhões e em 2015 de R\$ 257 milhões, totalizando R\$ 776.608.000,00 para o ano de 2013 e R\$ 18.480.000,00 para o ano de 2014, totalizando R\$ 795.088.000,00 para o ano de 2015.	
20AI Auxílio-Reabilitação Psicossocial aos Egressos de Longas Internações Psiquiátricas no Sistema Único de Saúde (De Volta Para Casa)	Pessoa beneficiada	unidade	Serviços	4.845	O repasse é realizado a partir do cadastro geral dos beneficiários em potencial e da inclusão dos mesmos no Programa de Volta para Casa, e voltado também a fomentar a constituição de comissões de acompanhamento, monitoramento e avaliação do Programa nos estados, municípios e DF.	

PLDO-2014, Anexo II das Informações Complementares ao PLOA 2014

Custos Médios utilizados nos principais serviços e investimentos

II - detalhamento dos custos unitários médios utilizados na elaboração dos orçamentos para os principais serviços e investimentos, justificando os valores adotados

Orçamento Fiscal e de Seguridade Social

Recursos de todas as fontes					R\$ 1,00
Ação	Produto	Un. Medida	Serv / Invest	Custo Médio (R\$ 1,00)	Justificativa
20B0 Atenção Especializada em Saúde Mental	Ente federativo apoiado	unidade	Serviços	3.518.519	Recursos voltados para a expansão do financiamento da implantação e custeio de leitos de atenção integral de saúde mental em hospitais gerais para crianças, adolescentes, jovens e adultos - Incentivos de CAPS e Unidade de Acolhimento
20B1 Serviços de Atenção à Saúde das Pessoas Privadas de Liberdade no Sistema Prisional	Equipe constituída	unidade	Serviços	105.824	A política contempla a garantia de manutenção das equipes com o repasse de incentivos mensais e a utilização dos componentes: reforma, construção e aquisição de equipamentos para estruturação dos ambientes de saúde prisional.
20G8 Atenção à Saúde nos Serviços Ambulatoriais e Hospitalares Prestados pelos Hospitais Universitários	Hospital beneficiado	unidade	Serv. / Invest	12.444.444	Atendimento ao Decreto Presidencial No 7.082 de 27 de janeiro de 2010 que determina ao Ministério da Saúde o aporte de recursos com o objetivo de criar condições materiais e institucionais para que os hospitais universitários federais possam desempenhar plenamente suas funções em relação às dimensões de ensino, pesquisa e extensão e à dimensão da assistência à saúde.
20K3 Qualificar a Incorporação de Tecnologias de Saúde no Âmbito do SUS	Processo analisado	percentual	Serviços	0	A Secretaria Executiva da CONITEC, exercida pelo Departamento de Gestão e Incorporação de Tecnologias em Saúde (DGTIS) da SCITE, vem atuando de forma a cumprir a legislação que criou a Comissão Nacional de Incorporação de Tecnologias no SUS (CONITEC), no que se refere ao processo de avaliação de tecnologias de saúde, alterando o modelo de trabalho da Comissão de Apoio do SUS, que devem ser analisados e finalizados com recomendação do Plenário da CONITEC e com a Decisão Final do Secretário no prazo previsto na Lei 12.401 de 28 de abril de 2011 (180 dias, prorrogáveis por mais 90 dias). Para tanto, tem ampliado e fortalecido a rede de Núcleos de Avaliação de Tecnologias em Saúde (NATS) em hospitais de ensino visando a produção de avaliações que subsidiem as recomendações da CONITEC; tem desenvolvido estratégia para o desenvolvimento de ações de Monitoramento do Horizonte Tecnológico, a fim de antecipar avaliações em áreas estratégicas para o SUS; está desenvolvendo um software para a gestão de demandas submetidas à CONITEC com vistas obter melhor controle dos prazos legais para avaliação de matérias na Comissão; está priorizando a pactuação de acordo para compartilhamento de informações de estudos e análises realizados pela ANVISA, ANS e CMED; está estabelecendo canais de comunicação com o poder judiciário e gestores e profissionais de saúde no SUS, a fim de promover o uso racional de tecnologias em saúde e reduzir a judicialização; e, vem adotando medidas para ampliar cada vez mais a transparência do processo de incorporação e aumentar a participação e o controle social, a fim de assessorar o Ministério da Saúde, com recomendações baseadas em evidências técnico-científicas, quanto à atuação do SUS. Pelo exposto, solicita a aprovação da ação orçamentária para o ano de 2014, no valor de R\$ 16.200,00, a fim de viabilizar o adequado funcionamento da CONITEC e do DEGTIS.
20K4 Apoio ao Sistema de Ética em Pesquisa com Seres Humanos	Projeto analisado	unidade	Serv. / Invest	1.334.118	A internacionalização de nossa ciência biomédica é fundamental para dar suporte científico/tecnológico às iniciativas em curso no complexo industrial da saúde, permitindo que o país alcance autonomia na produção de fármacos, biológicos e equipamentos médicos. Para possibilitar que tal objetivo seja alcançado, serão pactuadas ações com o National Institutes of Health (NIH). E neste contexto, que o Ministério da Saúde tem firmado cooperações internacionais em saúde com fundações de pesquisas e organismos internacionais e multilaterais. Dentre os acordos de cooperação previstos e em andamento estão: Cuba (formação de recursos humanos em pesquisa clínica e em avaliação de tecnologias, bem como acordos realizados em pesquisa de

PLDO-2014, Anexo II das Informações Complementares ao PLOA 2014

Custos Médios utilizados nos principais serviços e investimentos

II - detalhamento dos custos unitários médios utilizados na elaboração dos orçamentos para os principais serviços e investimentos, justificando os valores adotados
Orçamento Fiscal e de Seguridade Social

Recursos de todas as fontes					R\$ 1,00
Ação	Produto	Un. Medida	Serv. / Invest	Custo Médio (R\$ 1,00)	Justificativa
20K5 Apoio ao Uso de Plantas Medicinais e Fitoterápicos no SUS	Arranjo produtivo local apoiado	unidade	Serv. / Invest	69.444.444	Interesse comum- HEBERPROT); Acordos internacionais com foco em Terapia Celular; Estados Unidos (grupo de trabalho de saúde pública); Instituto Sabin de Vacinas (vacinas para doenças negligenciadas); Fundação Bill & Melinda Gates, no intuito de fortalecer a parceria envolvendo pesquisas em Doenças Negligenciadas, tais como Dengue e Ebola, focados nos desafios da saúde nacional, bem como a Cooperação OMS. Ademais, obedecendo a política nacional de intensificar as relações Brasil/África, objetiva-se dar continuidade aos acordos com os países lusófonos, elevados por meio de parceria com a Proctuz. A ação 20K5 foi criada em 2012 com o objetivo de Apoio ao uso de plantas medicinais e fitoterápicos no SUS. Para o quadriênio 2012-2015 foi estipulada a meta de 20 Arranjos Produtivos Locais (APLs) apoiados, sendo que para 2013 será mantida a mesma meta de 2012, de apoiar 5 APLs. O montante de recursos de capital e custeio foi calculado, considerando os possíveis componentes de um APL: fomento a cultivo/manejo e beneficiamento de plantas medicinais; implantação de horto medicinal; estruturação de Farmácia Viva; capacitação de profissionais de saúde e de outros relacionados à cadeia produtiva de plantas medicinais e fitoterápicos; elaboração de estudos e monografias de plantas medicinais; produção industrial de insumos, drogas vegetais ou medicamentos fitoterápicos; ações de articulação, interação e cooperação entre os agentes produtivos de toda a cadeia de plantas medicinais e fitoterápicos. A partir da execução da ação 20K5 em 2012, é possível constatar a necessidade de um incremento de recursos de capital, para ações de estruturação de farmácias e de laboratórios farmacêuticos industriais na área de fitoterápicos.
20K7 Apoio à Modernização do Parque Produtivo Industrial da Saúde	Projeto apoiado	unidade	Serv. / Invest	13.400.000	A perda de competitividade das indústrias que integram o complexo produtivo da saúde e o descompasso entre a assistência e a base produtiva e de inovação em saúde expressam uma vulnerabilidade do SUS, tornando o País dependente em setores estratégicos tanto do ponto de vista tecnológico, quanto das necessidades de saúde, o que impacta no acesso da população a produtos e serviços. Diante deste cenário, o Ministério da Saúde vem adotando, de forma sistemática, o uso do poder de compra governamental como estratégia para estimular a produção nacional de produtos considerados prioritários para o Sistema Único de Saúde (SUS), mediante o estabelecimento de Parcerias para o Desenvolvimento Produtivo (PDPs), que já totalizam cerca de R\$ 4 bilhões/ano em compras públicas, gerando uma economia média estimada de recursos para o SUS da ordem de R\$ 1,7 bilhões/ano. A produção pública, em especial a realizada por intermédio das Parcerias para o Desenvolvimento Produtivo (PDPs), tem nos produtores oficiais a chave do sucesso na implementação da política, permitindo a manutenção da soberania nacional e a promoção do desenvolvimento regional, mediante o domínio tecnológico e da produção de insumos estratégicos para o SUS. No contexto de atendimento do incremento tecnológico nacional, o Ministério da Saúde vem adotando a estratégia de apoio à produção pública de medicamentos, formando uma espécie de "cinturão de proteção" do SUS, o que fica evidente com programas de saúde pública de sucesso e alto impacto sanitário. Nesse contexto, o Programa para o Desenvolvimento do Complexo Industrial da Saúde (PROCIS) instituído em 2012, pela Portaria GM/MS nº 506, marcou o

PLDO-2014, Anexo II das Informações Complementares ao PLOA 2014

Custos Médios utilizados nos principais serviços e investimentos

II - detalhamento dos custos unitários médios utilizados na elaboração dos orçamentos para os principais serviços e investimentos, justificando os valores adotados

Orçamento Fiscal e de Seguridade Social

Recursos de todas as fontes					R\$ 1,00	
Ação	Produto	Un. Medida	Serv / Invest	Custo Médio (R\$ 1,00)	Justificativa	
20QH Segurança Alimentar e Nutricional na Saúde	População coberta	percentual	Serv. / Invest.	4.288.889	compromisso do Ministério da Saúde com o fortalecimento dos Produtores Oficiais de Medicamentos, imunobiológicos, e Dispositivos Médicos, dos Centros Tecnológicos e das Redes de suporte a inovação e produção na área da saúde, visando a ampliação do acesso da população aos insumos para a saúde. Nessa perspectiva, com o propósito de viabilizar a implementação e a gestão desta política pública, orientar a definição de prioridades e auxiliar na promoção do desenvolvimento sustentável, faz-se necessário o aporte de recursos nos Produtores Oficiais, nos Centros Tecnológicos e nas Redes de suporte a inovação e produção na área da saúde, que, como contrapartida, deverão cumprir rigorosamente os requisitos do Programa.	
20QI Implantação e Manutenção da Força Nacional de Saúde	Equipe instituída	unidade	Serv. / Invest.	107.600	O Plano Nacional de Saúde prevê recursos para a implantação do Plano Nacional Intersectorial de Prevenção e Controle da Obesidade. O Plano foi criado após trabalho de comitê técnico interministerial. Os recursos previstos financiarão as ações que foram definidas como de responsabilidade do Ministério da Saúde.	
20R4 Apoio à Implementação da Rede Cegonha	Pessoa beneficiada	unidade	Serv. / Invest.	79	A Força Nacional de Saúde, regulamentada pela Portaria 1.600, de 7 de julho de 2011, é uma estrutura assistencial vinculada ao Ministério da Saúde que deverá oferecer a triagem e o atendimento em situações de emergência e urgência e especificar as necessidades e prioridades dos municípios dos Estados da Federação em situações de urgência na área de saúde pública.	
20SP Operacionalização do Sistema Nacional de Transplantes	Transplante realizado	unidade	Serv. / Invest.	2.500	Os recursos planejados financiarão as atividades previstas nos quatro componentes da rede: pré-natal, parto e nascimento, puerpério e sistema logístico, o qual inclui transporte sanitário e regulação.	
20V1 Implementação de Políticas de Atenção à Saúde	Ente federativo apoiado	unidade	Serv. / Invest.	3.444.444	Os recursos previstos serão aplicados para manter e expandir as ações do Ministério da Saúde/SAS, conforme os princípios e responsabilidades estabelecidos na Política. Serão implantados bancos de sangue de cordão e de tecido. Também estão previstas campanhas para sensibilização da importância de doação de órgãos e tecidos, para redução da mortalidade por doenças infecciosas e controle deste serviço em saúde. A alocação de recursos também permitirá avanços na realização dos transplantes de medula e conformação de políticas integradas para disciplinar o uso de células tronco.	
20YM Ampliação das Práticas de Gestão Participativa, de Controle Social, de Educação Popular em Saúde e Implementação de Políticas de Promoção da Equidade	População beneficiada	unidade	Serviços	4.273	A ação de implementação de políticas de atenção à saúde tem como objetivo geral promover a atenção integral à saúde da população, apoiar a implementação das redes de atenção à saúde nos estados e municípios, com especial atenção às áreas e populações de maior vulnerabilidade.	
					A previsão orçamentária engloba 03 Planos Orçamentários:	
					PO 0001 - Funcionamento do Conselho Nacional de Saúde, cuja proposta é de R\$ 11.000.000,00,	
					PO 0002 - Ampliação das Práticas de Gestão Participativa, de Controle Social e de Educação em Saúde, no valor de R\$ 44.200.000,00;	

PLDO-2014, Anexo II das Informações Complementares ao PLOA 2014

Custos Médios utilizados nos principais serviços e investimentos

II - detalhamento dos custos unitários médios utilizados na elaboração dos orçamentos para os principais serviços e investimentos, justificando os valores adotados

Orçamento Fiscal e de Seguridade Social

Recursos de todas as fontes					R\$ 1,00
Ação	Produto	Un. Medida	Serv / Invest	Custo Médio (R\$ 1,00)	Justificativa
207N Sistemas de Tecnologia de Informação e Comunicação para a Saúde (e-Saúde)	Sistema mantido	unidade	Serv. / Invest	407.390.000	PO 0003 - Promoção da Equidade em Saúde de Populações em Condições de Vulnerabilidade, no valor de R\$ 8.900.000,00. Para os PO 0002 e 0003, a meta para 2014 é de capacitar 15.000 pessoas para o controle social e gestão participativa no SUS (conselheiros, lideranças de movimentos sociais, ACS, ACE, educadores populares e gestores); Mobilizar 20.000 pessoas em eventos como foco na gestão participativa e no controle social nas ações de saúde; Fomentar a implementação de 08 Comitês Estaduais de Promoção da Equidade para Populações Vulneráveis; Realizar 01 seminários regionais de enfrentamento às doenças transmissíveis e não transmissíveis; participação de gestores e profissionais de saúde. A previsão orçamentária engloba 02 Planos Orçamentários. PO 0001 - Sistema Nacional de Informação e Comunicação em Saúde (e-saúde), no valor de R\$ 332.000.000,00; PO 0002 - Cartão Nacional de Saúde, no valor de R\$ 75.390.000,00. As principais ações a serem desenvolvidas estão as desenvolvimento, pesquisa e incorporação de tecnologias de informática e comunicação que possibilitem a implementação de sistemas e a disseminação de informações necessárias às ações de saúde; as de implementar soluções de TIC que garantam suporte a implantação do projeto Cartão Nacional da Saúde (Cartão SUS); bem como a integração dos atuais sistemas informáticos do SUS e a criação de uma plataforma única de acesso aos dados de saúde. Além disso, a implantação de padrões internacionais de interoperabilidade das informações de saúde nos ambientes da atenção básica, média e de alta complexidade. Estimativa de crescimento da quantidade de medicamento dispensado, mantendo um crescimento constante igual a média dos últimos meses completos (abril e maio de 2013) igual para todos os princípios ativos. Após multiplica-se a quantidade acumulada para o período de dezembro 2013 a novembro de 2014 pelos valores pagos pelo ministério da saúde com inclusão de novos medicamentos (Para o tratamento de hipotirodismo e hiperplasia prostática benigna) Estimativa de crescimento da quantidade de medicamento dispensado, mantendo um crescimento constante igual a média dos últimos meses completos (abril e maio de 2013) igual para todos os princípios ativos. Após multiplica-se a quantidade acumulada para o período de dezembro 2013 a novembro de 2014 pelos valores pagos pelo ministério da saúde com inclusão de novos medicamentos (Para o tratamento de hipotirodismo e hiperplasia prostática benigna) Viabilizar a implantação de unidades da Rede Própria do Programa Farmácia Popular do Brasil em áreas estratégicas e segundo critérios de padronização estabelecidos pelo Departamento de Assistência Farmacêutica e Insumos Estratégicos – DAF/SC/IE, padronizando as instalações das Unidades do Programa Farmácia Popular do Brasil, para atendimento do programa Brasil Sem
207R Manutenção e Funcionamento do Programa Farmácia Popular do Brasil Pelo Sistema de Gratuidade	Farmácia mantida	unidade	Serviços	80.269	
207S Manutenção e Funcionamento do Programa Farmácia Popular do Brasil pelo Sistema de Co-pagamento	Farmácia mantida	unidade	Serviços	77.857	
211V Implantação de unidades da Rede Própria do Programa Farmácia Popular do Brasil	Farmácia implantada	unidade	Serviços	50.000	

PLDO-2014, Anexo II das Informações Complementares ao PLOA 2014

Custos Médios utilizados nos principais serviços e investimentos

II - detalhamento dos custos unitários médios utilizados na elaboração dos orçamentos para os principais serviços e investimentos, justificando os valores adotados

Orçamento Fiscal e de Seguridade Social

Recursos de todas as fontes					R\$ 1,00	
Ação	Produto	Un. Medida	Serv / Invest	Custo Médio (R\$ 1,00)	Justificativa	
2B42	Cooperação Técnica Nacional e Internacional em Ciência e Tecnologia em Saúde	Cooperação técnica apoiada	unidade	Serviços	95.333.333	Miséria nos locais onde não existem drogarias da rede privada ou própria. A internacionalização de nossa ciência biomédica é fundamental para dar suporte científico-tecnológico às iniciativas em curso no complexo industrial da saúde, permitindo que o país alcance autonomia na produção de fármacos, biológicos e equipamentos médicos. Para isso, é necessário estabelecer parcerias e acordos, sendo pactuadas ações com o National Institutes of Health (NIH). É neste contexto, que o Ministério da Saúde tem firmado cooperações internacionais em saúde com fundações de pesquisas e organismos internacionais e multilaterais. Dentre os acordos de cooperação previstos e em andamento estão: Cuba (formação de recursos humanos em pesquisa clínica e em avaliação de tecnologias; bem como acordos realizados em pesquisa de interesse comum- HEBERPROT); Acordos internacionais com foco em Terapia Celular; Estados Unidos (grupo de trabalho de saúde pública); Instituto Sabin de Vacinas (vacinas para doenças negligenciadas); Fundação Bill & Melinda Gates, no intuito de fortalecer a parceria envolvendo pesquisas em Doenças Negligenciadas, tais como Dengue e Ebola focados nos desafios da saúde nacional, bem como a Cooperação OMS.
2B52	Desenvolvimento Institucional da Gestão Orçamentária, Financeira e Contábil do Fundo Nacional de Saúde e dos Fundos Estaduais e Municipais de Saúde	Fundo de saúde aperfeiçoado	unidade	Serv. / Invest.	267.953	Ademais, obedecendo a política nacional de intensificar as relações BrasilÁfrica, objetiva-se dar continuidade aos acordos com os países lusófonos, efetivados por meio de parceria com a Fiocruz. Esta ação é de caráter administrativo interno e não expressa a totalidade das atividades desenvolvidas no FNS, visando apoiar os fundos de saúde.
4295	Atenção aos Pacientes Portadores de Doenças Hematológicas	Paciente atendido	unidade	Serv. / Invest.	47.692	As aquisições visam o aprimoramento do site, promover a transparência das informações pelo FNS, com informações atualizadas e precisas no site do FNS, contribuindo para o controle social, a integração dos sistemas internos de pagamento (integração com os demais sistemas do MS), agilidade nos procedimentos de pagamento/transferência aos fundos de saúde, o acompanhamento a convênios com vistas a orientação aos gestores, quanto aos procedimentos a serem adotados para obtenção de melhor utilização do recurso/adequação dos projetos. Valor da Proposta 2014 R\$ 15.000.000/5.598 fundos de saúde apoiados.
4324	Atenção à Saúde das Populações Ribeirinhas da Região Amazônica mediante Cooperação com a Marinha do Brasil	Procedimento realizado	unidade	Serv. / Invest.	83	Os recursos visam a disponibilização de medicamentos pró-coagulantes para atendimento aos pacientes portadores de doenças hematológicas hereditárias O valor solicitado justifica-se com base na recomendação do Acórdão 22/26/2007 do Tribunal de Contas da União, que indica a necessidade de implementação de estoque regulador para os medicamentos pró-coagulantes.
4388	Promoção da Assistência Farmacêutica e Insumos para Programas de Saúde Estratégicos	Medicamento adquirido	unidade	Serviços	79	Este valor contempla as ações previstas para o atendimento da população ribeirinha da Amazônia e do Pantanal. O financiamento das ações de assistência farmacêutica por meio da funcional programática 10.303.2015.4368.0001 objetiva a oferta de medicamentos e insumos aos usuários do SUS, na perspectiva da promoção, prevenção e recuperação da saúde, possibilitando a diminuição da morbimortalidade e redução da taxa de prevalência de casos em áreas endêmicas.

PLDO-2014, Anexo II das Informações Complementares ao PLOA 2014

Custos Médios utilizados nos principais serviços e investimentos

II - detalhamento dos custos unitários médios utilizados na elaboração dos orçamentos para os principais serviços e investimentos, justificando os valores adotados

Orçamento Fiscal e de Seguridade Social

Recursos de todas as fontes					R\$ 1,00
Ação	Produto	Un. Medida	Serv / Invest	Custo Médio (R\$ 1,00)	Justificativa
4572 Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação	Servidor capacitado	unidade	Serviços	875	Por meio desta ação, o Departamento de Assistência Farmacêutica e Insumos Estratégicos (DAF) coordena a aquisição e a distribuição de medicamentos e insumos para os seguintes programas de saúde estratégicos: Endemias locais (Malária, Dengue, Doença de Chagas, Febre Maculosa, Influenza, T raçoma, Leishmaniose, Meningite, Micoses Sistêmicas, Esquistossomose, Filariose, Geohelmintíase e doenças transmitidas por água e alimentos, como o Cólera), Tuberculose, Multidroga-resistência, Hanseníase, Lúpus e Tabagismo. Para o cálculo da meta física para o ano de 2014, tomou-se por base o quantitativo de medicamentos/insumos demandados em 2013, informações epidemiológicas e estatísticas de consumo, avaliações dos estoques e entregas previstas de contratos em andamento e a previsão de estoque estratégico de 30% para todos os itens. A meta física para a PLOA 2014 se mostra menor que a estimada no ano anterior. Dentre as justificativas, destacamos: - análises dos estoques e existência de parcelas a entregar de contratos e instrumentos de exercícios anteriores; e - revisão nos quantitativos estimados para os programas de cólera, geohelmintíase e tuberculose. O Custo Médio está baseado no valor do pré-limite de 2014 R\$ 10.500.000 referente a servidores ativos dividido pelo quantitativo de servidores ativos 12.000.
	Paciente atendido	unidade	Serviços	2.747	
	Pesquisa apoiada	unidade	Serv. / Invest	86.186,364	
4705 Apoio Financeiro para Aquisição e Distribuição de Medicamentos do Componente Especializado da Assistência Farmacêutica					PROTARIA MINISTERIAL Nº 1.554 DE 30 DE JULHO DE 2013, QUE DISPÕE SOBRE AS REGRAS DE FINANCIAMENTO E EXECUÇÃO DO COMPONENTE ESPECIALIZADO DA ASSISTÊNCIA FARMACÊUTICA NO ÂMBITO DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE.
6146 Pesquisa em Saúde e Avaliação de Novas Tecnologias para o SUS					Os investimentos dessa ação orçamentária têm como objetivo fundamental as atividades de pesquisa norteadas pela Agenda Nacional de Prioridades de Pesquisa em Saúde (ANPPS) e pelas prioridades do documento Pesquisas Estratégicas para o Sistema de Saúde (PESS), que estão alinhadas com os objetivos estratégicos aprovados pelo Conselho Nacional de Saúde (CNS). A partir de 2012, pesquisas em saúde foram conduzidas com ênfase em temas, práticas integrativas e complementares no SUS, autoidade gestão do trabalho e da educação em saúde, saúde bucal, avaliação de tecnologias em saúde, pesquisa clínica, terapia celular, doenças negligenciadas e neurociências. Em 2013, ações estratégicas para o SUS foram pactuadas e aprovadas no CT-Saúde, com previsão de execução até 2015 de chamadas públicas e encomendas de projetos estratégicos para o SUS. Essas ações englobaram apoio à pesquisa em inovação tecnológica em saúde e em áreas prioritárias que ampliam a qualidade do acesso ao sistema de saúde e, nas temáticas: Rede Nacional de Pesquisa Translacional em Doenças Endócrinas e Metabólicas, Desenvolvimento de Inovações para prevenção, diagnóstico e/ou tratamento de câncer, Novas Terapias Portadoras de Futuro, Rede Nacional de Pesquisa em Política e Gestão de Saúde e Rede Nacional de Pesquisa Translacional em Acidente Vascular Cerebral (AVC).

PLDO-2014, Anexo II das Informações Complementares ao PLOA 2014

Custos Médios utilizados nos principais serviços e investimentos

II - detalhamento dos custos unitários médios utilizados na elaboração dos orçamentos para os principais serviços e investimentos, justificando os valores adotados

Orçamento Fiscal e de Seguridade Social

Recursos de todas as fontes					R\$ 1,00	
Ação	Produto	Un. Medida	Serv / Invest	Custo Médio (R\$ 1,00)	Justificativa	
6148	Assistência Médica Qualificada e Gratuita a Todos os Níveis da População e Desenvolvimento de Atividades Educacionais e de Pesquisa no Campo da Saúde - Serviço Social Autônomo Associação das Pioneiras Sociais	Procedimento realizado	unidade	Serviços	466	Cabe mencionar, também, o apoio continuado a dois programas exitosos: O Programa de Estratégias Pós-Doutorais em Saúde Humana (PÓS-DOC SUS), que reflete o comprometimento deste Ministério com o aperfeiçoamento de recursos humanos de alto nível em áreas estratégicas para o SUS, de forma a contribuir para o desenvolvimento da pós-graduação e de grupos de pesquisa em saúde no País; e o Programa de Pesquisa para o SUS: Gestão compartilhada em saúde (PPSUS), instituído com o propósito de contribuir para a redução das desigualdades regionais em CT&I e para a solução de problemas locais de saúde. A expectativa para a área em 2014 é expandir programas exitosos que tenham sido implementados e ter sucesso em outras regiões e realidades regionais brasileiras. O Programa de Pesquisa para o SUS: gestão compartilhada em saúde, coordenado pelo DecifitSCTE/MS, apresenta entre seus objetivos o financiamento de pesquisas em temas prioritários para a saúde da população brasileira e a promoção do desenvolvimento científico e tecnológico em saúde em todas as Unidades da Federação. Almeja-se, para a edição 2014/2015 do Programa, englobar todos os estados da federação a fim de contribuir para a redução das desigualdades regionais, bem como envolver de modo pró-ativo as Secretarias Estaduais de Saúde, e até mesmo algumas Secretarias Municipais de Saúde, na composição dos recursos. É necessário que o MS amplie suas redes de pesquisa, e para isso investimentos próprios são indispensáveis. Ainda para 2014, pretende-se criar uma Rede de Pesquisa em Doenças Neurodegenerativas, um problema crescente para o SUS, dado o envelhecimento progressivo de nossa população. Além disso, criar uma Rede de Farmacogenômica, com o objetivo de adequar tipos e doses de medicamentos às necessidades de cada paciente, introduzindo no SUS os preceitos da medicina individualizada, onde o patrimônio genético de cada indivíduo é determinante para a dispensação da terapia mais adequada. Ademais, presam-se manter as redes já existentes e dar continuidade aos estudos longitudinais de saúde em nossas diversas entidades que servem de base para o planejamento nacional das decisões do MS na macro-política de saúde. Os recursos financeiros que mantêm todas as unidades da Rede SARAH provém exclusivamente do Orçamento da União, em rubrica específica para manutenção do Contrato de Gestão, firmado em 1991 com a União Federal, que explicita os objetivos, as metas e os prazos a serem cumpridos. Os princípios administrativos para alcançar esses propósitos estão regulamentados em manuais internos. Ação voltada ao fortalecimento da política dos Direitos Sexuais e Reprodutivos (OSDR) com ampliação e qualificação do acesso aos métodos contraceptivos (anticoncepcionais orais e injetáveis; DIU; diafragma; preservativos e anticoncepção de emergência), medicamentos, insumos, ações e serviços. Os recursos previstos financiarão a continuidade das capacitações e outras ações para prevenção de osteoporose, quedas e fraturas em pessoas idosas; implementação do modelo de atenção integral à Saúde da Pessoa Idosa, qualificação dos profissionais e instituições responsáveis pela atenção à saúde a esse segmento da sociedade.
6175	Implantação e Implementação de Políticas de Atenção Integral à Saúde da Mulher	Mulher beneficiada	unidade	Serviços	19	
6178	Implementação de Políticas de Atenção à Saúde da Pessoa Idosa	Ente federativo apoiado	unidade	Serviços	370.370	

PLDO-2014, Anexo II das Informações Complementares ao PLOA 2014

Custos Médios utilizados nos principais serviços e investimentos

II - detalhamento dos custos unitários médios utilizados na elaboração dos orçamentos para os principais serviços e investimentos, justificando os valores adotados

Orçamento Fiscal e de Seguridade Social

Recursos de todas as fontes					R\$ 1,00
Ação	Produto	Un. Medida	Serv / Invest	Custo Médio (R\$ 1,00)	Justificativa
8287 Aprimoramento da Articulação e Cooperação Interfederativa e da Gestão Compartilhada do SUS	Contrato firmado	unidade	Serv. / Invest	937.878	A previsão orçamentária engloba as seguintes ações: Celebração de 66 Contratos Organizativos de Ação Pública; Apoio ao fortalecimento das instâncias de governança regionais do SUS e a estruturação da implementação do COAP, através de repasse fundo a fundo; Publicação de livros, manuais, folders, realização de seminários, eventos, oficinas para a discussão de temas relacionados ao aperfeiçoamento do processo de gestão compartilhada e descentralizada do SUS, por meio do estabelecimento do COAP; e Atualização tecnológica dos espaços de pactuação do SUS: informatização das CIB's (Comissão Intergestores Bipartite) e CIR (Comissão Intergestores Regional) nos Estados que assinaram o COAP prioritariamente. (Plano de Inclusão Digital das CIB's e CIR).
8535 Estruturação de Unidades de Atenção Especializada em Saúde	Unidade estruturada	unidade	Serv. / Invest	3.580.000	Os recursos previstos financiarão a estruturação e manutenção de pontos de atenção especializada à saúde. No contexto da implementação das redes de atenção à saúde, essa ação apoia a estruturação de empreendimentos e a aquisição de equipamentos estratégicos para propiciar melhores condições de atendimento à população, especificamente no que tange ao recorte da atenção especializada.
8573 Expansão e Consolidação da Estratégia de Saúde da Família	Ente federado apoiado	unidade	Serv. / Invest	468.750	O PROESF tem como objetivo a expansão o acesso aos serviços de atenção primária para os grandes municípios brasileiros, por meio da expansão da cobertura e qualificação da estratégia de saúde da família.
8577 Piso de Atenção Básica Fixo	Município beneficiado	unidade	Serviços	949.192	Previsão orçamentária dos recursos para transferência regular e continuada do Fundo Nacional de Saúde para os fundos municipais de saúde e do distrito federal para custeio das ações na atenção básica à saúde
8581 Estruturação da Rede de Serviços de Atenção Básica de Saúde	Serviço estruturado	unidade	Investimentos	1.111.111	Os recursos previstos nessa ação financiarão a expansão e qualificação de pontos de atenção na atenção básica. Para atendimento de populações ribeirinhas, os recursos consignados servirão para implementação de unidades básicas de saúde fluviais.
8585 Atenção à Saúde da População para Procedimentos em Média e Alta Complexidade	Procedimento realizado	unidade	Serviços	15	Os recursos previstos financiarão o custeio de atividades para melhoria de gestão e pagamento de procedimentos de Média e Alta Complexidade de Atenção à Saúde. Trata-se de transferência direta de recursos financeiros do Fundo Nacional de Saúde aos Fundos Municipais e Estaduais, conforme critérios definidos no art. 35 da Lei 8080/90 e pactuados com os demais gestores do SUS nas instâncias colegiadas - Comissões Intergestores Bipartite, Comissão Intergestores Tripartite e Conselho Nacional de Saúde.
8636 Inovação e Produção de Insumos Estratégicos para a Saúde	Projeto apoiado	unidade	Serv. / Invest	4.048.000	O desenvolvimento do componente tecnológico é fundamental para ampliar a inovação e a produção nacional de fármacos, biofármacos, medicamentos, insumos, equipamentos e materiais de uso em saúde, fortalecendo o Complexo da Saúde e reduzindo a vulnerabilidade do acesso à saúde. Essa perspectiva, o Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI) e o Ministério da Saúde (MS), em cooperação com a FINEP, o PROESF e o CNPq, lançaram o Programa Nacional de Inovação em Saúde (PROINSA) para o desenvolvimento e inovação (P.D+i) em produtos e serviços de instituições públicas e privadas sem fins lucrativos que atuam nos segmentos do Complexo da Saúde. O Programa está inserido no Plano Inova Empresa, com dotação prevista de R\$1,9 bilhão e duração até 2016. Com essa amplitude, o Inova Saúde tem por

PLDO-2014, Anexo II das Informações Complementares ao PLOA 2014

Custos Médios utilizados nos principais serviços e investimentos

II - detalhamento dos custos unitários médios utilizados na elaboração dos orçamentos para os principais serviços e investimentos, justificando os valores adotados

Orçamento Fiscal e de Seguridade Social

Recursos de todas as fontes					R\$ 1,00
Ação	Produto	Un. Medida	Serv / Invest	Custo Médio (R\$ 1,00)	Justificativa
8648 Desenvolvimento e Fortalecimento da Economia da Saúde para o Aperfeiçoamento do SUS	Ferramenta implementada	unidade	Serv. / Invest	1.750.000	objetivo apoiar o desenvolvimento e o domínio de tecnologias prioritárias para a saúde, articular e integrar as ações de governo nessa área, intensificar o fomento tecnológico em campos fundamentais para o desenvolvimento do País, em consonância com as prioridades do Ministério da Saúde e as orientações estratégicas do Governo Federal. Nessa perspectiva, com o propósito de viabilizar a implementação desta política pública, faz-se necessário o aporte efetivo de recursos nos projetos aprovados nos Editais de Seleção Conjunta FINEP/CTN/MS/BNDES e nos projetos prospectados pelo Ministério da Saúde que atendam as diretrizes de promoção, desenvolvimento e domínio de tecnologias estratégicas para o SUS, e, como consequência, promovam a ampliação do acesso da população a bens e serviços de saúde. Valores destinados à elaboração/consolidação de produtos como software de gestão de custos, Programa Nacional de Gestão de Custos, Núcleos de Economia da Saúde, Núcleos de Apoio ao Sistema de Informações sobre Orçamentos Públicos, Sistema de Apoio à Elaboração de Projetos de Investimentos em Saúde, Banco de Preços em Saúde, Catálogo de Materiais do Ministério da Saúde. Tais produtos buscam fomentar os gestores do SUS com informações que auxiliem a tomada de decisão racional e eficiente quanto ao consumo dos recursos. Há ações voltadas à produção de informações sobre investimentos em estruturação física e tecnológica e apoio à gestão de projetos de cooperação técnica nacional e internacional. No valor estão incluídas despesas com passagens e diárias, dispêndios com consultorias para auxílio ao desenvolvimento/consolidação de atividades e projetos, e recursos voltados à formação de pessoal com universidades públicas e instituições de pesquisa que possam contribuir para geração de conhecimento e inovação. A previsão orçamentária engloba a realização de diversas ações voltadas à auditoria e fiscalização da gestão do Sistema Único de Saúde. Essas ações compreende à realização de 1.000 ações de Controle Interno; à Articulação Interfederativa do SNA (Sistema Nacional de Auditoria); à realização de eventos para o fortalecimento da gestão e do SNS; a apoio às ações do SNA; à publicações de 200.000 exemplares dos Normativos do SNA; e à aquisição de material permanente visando equipar as equipes de auditores com notebooks, scanners, impressoras etc. O valor total proposto da ação 8715 é de R\$ 21.500.000 sendo R\$ 18.606.120 para execução e R\$ 2.893.880 para investimento. O recurso utilizado para serviços é justificado pelo contrato de impressão que atende o Ministério da Saúde e a própria Coordenação Geral de Documentação e Informação, o contrato de prestação de serviço de higienização e organização de acervos de assentamento funcional dos servidores do Núcleo Estadual do Rio de Janeiro (NER) do Ministério da Saúde, continuidade do Convênio firmado entre o MS e a Organização Panamericana de Saúde (OPAS/BIREME) para a manutenção e desenvolvimento da BIREME, continuidade da Cooperaçao Técnica firmada entre o Ministério da Saúde e a OPAS para os projetos de Gestão do Conhecimento e materiais de consumo para atendimento das demandas da Coordenação. O recurso utilizado para investimento justifica-se pela reforma do Centro Cultural
8708 Auditoria do Sistema Único de Saúde	Ação de auditoria realizada	unidade	Serv. / Invest	14.000	
8715 Preservação, Organização, Disseminação e Acesso ao Conhecimento e ao Patrimônio Cultural da Saúde	Serviço preservado	unidade	Serv. / Invest	21.500.000	

PLDO-2014, Anexo II das Informações Complementares ao PLOA 2014

Custos Médios utilizados nos principais serviços e investimentos

II - detalhamento dos custos unitários médios utilizados na elaboração dos orçamentos para os principais serviços e investimentos, justificando os valores adotados

Orçamento Fiscal e de Seguridade Social

Recursos de todas as fontes					R\$ 1,00	
Ação	Produto	Un. Medida	Serv / Invest	Custo Médio (R\$ 1,00)	Justificativa	
8721 Implementação da Regulação, Controle e Avaliação da Atenção à Saúde	Central de regulação implantada	unidade	Serv. / Invest	4.347.826	do Ministério da Saúde (CCMS) e materiais permanentes para atender as demandas da Coordenação.	
8730 Ampliação da Resolutividade da Saúde Bucal na Atenção Básica e Especializada	Unidade equipada	unidade	Serv. / Invest	270.000	Os recursos previstos financiarão a expansão na quantidade de centrais de regulação e atividades de capacitação. Além disso, pretende-se incrementar a atividade de controle e avaliação da atenção em saúde.	
8735 Alimentação e Nutrição para a Saúde	Unidade da federação apoiada	unidade	Serviços	648.148	Os recursos objetivam concretizar as diretrizes da política nacional de saúde bucal.	
8739 Implementação da Política Nacional de Humanização - PNH	Ente federativo apoiado	unidade	Serviços	370.370	Os recursos previstos serão aplicados no desenvolvimento de atividades para de alimentação complementar saudável. Serão financiados eventos para disseminação dos conceitos e práticas, em especial, dentre os profissionais de saúde que atuam nos NASF.	
8753 Monitoramento e Avaliação da Gestão do SUS	Componente implantado	unidade	Serviços	10.000.000	Os recursos previstos serão aplicados no desenvolvimento de atividades para qualificação das instâncias de gestão do SUS, das redes de serviços do SUS e das tecnologias de intervenção nos territórios para implementação de dispositivos de humanização da gestão e da atenção.	
8755 Aperfeiçoamento, Avaliação e Desenvolvimento de Ações e Serviços Especializados em Cardiologia-INC	Atendimento realizado	unidade	Serv. / Invest	698	Para a elaboração da presente estimativa orçamentária relativa ao ano de 2014 utilizou-se como referência a média de despesas previstas no ano anterior no tocante a Termos de Cooperações já contratados e em negociação, a assessorias técnicas para o planejamento estratégico, bem como a aquisição de materiais e de equipamentos de informática, visto que o DENAS pretende continuar ampliando melhorias da estrutura física do departamento.	
8758 Aperfeiçoamento, Avaliação e Desenvolvimento de Ações e Serviços Especializados em Oncologia - INCA	Atendimento realizado	unidade	Serv. / Invest	1.142	As premissas para a construção desta proposta consideram necessário o aumento de investimentos na ordem de aproximadamente um milhão. Caso esta estimativa não seja aprovada, os recursos necessários para a contratação de Termos de Cooperações em andamento ou em vias de negociação, bem como a qualidade das ações desenvolvidas no âmbito do departamento.	
8761 Serviço de Atendimento Móvel de Urgência - Samu 192	Serviço mantido	unidade	Serviços	309.491	O Instituto Nacional de Cardiologia (INC) oferece serviços diferenciados na investigação diagnóstica e no tratamento das doenças cardiovasculares.	
8933 Serviços de Atenção às Urgências e Emergências na Rede Assistencial	Unidade estruturada	unidade	Serv. / Invest	702.403	O INCA desenvolve e coordena as ações integradas para a prevenção e o controle do câncer no Brasil. Essas ações compreendem a assistência médico-hospitalar, prestada direta e gratuitamente aos pacientes com câncer como parte dos serviços prestados pelo Instituto de Saúde e Assistência Oncológicas, e ainda, outras ações, como pesquisa, detecção precoce, formação de profissionais especializados, desenvolvimento da pesquisa e geração de informação epidemiológica.	

PLDO-2014, Anexo II das Informações Complementares ao PLOA 2014

Custos Médios utilizados nos principais serviços e investimentos

II - detalhamento dos custos unitários médios utilizados na elaboração dos orçamentos para os principais serviços e investimentos, justificando os valores adotados
Orçamento Fiscal e de Seguridade Social

Recursos de todas as fontes					R\$ 1,00
Ação	Produto	Un. Medida	Serv / Invest	Custo Médio (R\$ 1,00)	Justificativa
					hospitais de urgência e emergência, ou seja, melhoria da infra-estrutura e da capacidade operacional do que atualmente é tido como um dos nós críticos do SUS.

Custos Médios utilizados nos principais serviços e investimentos

III - detalhamento dos custos unitários médios utilizados na elaboração dos orçamentos para os principais serviços e investimentos, justificando os valores adotados

Orçamento Fiscal e de Seguridade Social

Recursos de todas as fontes

R\$ 1,00

Ação	Produto	Un. Medida	Serv / Invest	Custo Médio (R\$ 1,00)	Justificativa
------	---------	------------	---------------	------------------------	---------------

38000 Ministério do Trabalho e Emprego

38101 Ministério do Trabalho e Emprego

0A26	Concessão de Auxílio-Financeiro	Jovem beneficiado	unidade	Serviços	336	Valor destinado ao Pagamento da Bolsa Auxílio prevista para o jovem participante do ProJovem Trabalhador.
20YT	Fomento e Fortalecimento de Empreendimento Econômicos Solidários e suas Redes de Cooperação	Empreendimento apoiado	unidade	Serviços	11.527	Ampliar a Política Nacional de Assistência Técnica com a formação de Núcleos Estaduais de Assistência Técnica
20YU	Fiscalização de Obrigações Trabalhistas e Inspeção em Segurança e Saúde no Trabalho	Fiscalização realizada	unidade	Serviços	97	Recursos financeiros despendidos com diárias, passagens, material de consumo em geral, colaborador eventual e pessoa jurídica, de forma a permitir melhor condição em segurança e saúde, visando promover e proteger a vida nos ambientes de trabalho, por meio de intervenções nos fatores de riscos determinantes dos agravos à saúde dos trabalhadores.
20YV	Democratização das Relações de Trabalho	Ato social alcançado	unidade	Serv. / Invest.	3	Valor destinado à capacitação e disseminação de conhecimentos na área de relações de trabalho e temas de interesse geral relativos à atualização da legislação sindical e trabalhista e de avanços na negociação coletiva.
20ZL	Fortalecimento da Institucionalização da Política Nacional de Economia Solidária	Pessoa beneficiada	unidade	Serv. / Invest.	287	Recursos destinados ao estímulo à institucionalização de políticas públicas de economia solidária nas esferas federal, estadual e municipal incluindo a expansão e fortalecimento de políticas públicas locais e regionais de economia solidária
2374	Fomento ao Desenvolvimento de Micro, Pequenas e Empresas de Médio Porte	Projeto apoiado	unidade	Investimentos	2.380.000	custear despesas com aquisição de equipamentos e material permanente para apoio a projetos.
2599	Formulação, Articulação e Execução da Política Laboral de Imigração e Emigração.	Atendimento realizado	unidade	Serviços	428	Levar informações e apoio do MTE aos trabalhadores e trabalhadores brasileiros que retornam ao Brasil, por meio de Parceria com Prefeituras e ONGs. Manutenção do núcleo em São Paulo e inauguração/manutenção de 02 núcleos novos
22A95	Elevação da Escolaridade e Qualificação Profissional - ProJovem	Jovem beneficiado	unidade	Serviços	1.138	Elevação da escolaridade de jovens dentro de Programa Piloto do Empreendedorismo.
20C45	Agenda Nacional de Trabalho Decente	Política formulada	unidade	Serviços	333.333	custear despesas com atividades relativas a formulação da política Nacional do Trabalho Decente.
8274	Fomento para a Organização e o Desenvolvimento de Cooperativas Aduantes com Resíduos Sólidos	Pessoa apoiada	unidade	Serv. / Invest.	2.500	Recursos para fomentar a geração de trabalho e renda para parcela significativa da população no âmbito do plano Brasil sem miséria em compromissos de inclusão social e econômica de catadores de matérias recicláveis.
8885	Centro de Referência do Trabalho no Brasil	Centro de referência mantido	unidade	Serviços	100.000	Manutenção dos centros de referência do trabalho.

38201 Fundação Jorge Duprat Figueiredo de Segurança e Medicina do Trabalho

PLDO-2014, Anexo II das Informações Complementares ao PLOA 2014

Custos Médios utilizados nos principais serviços e investimentos

II - detalhamento dos custos unitários médios utilizados na elaboração dos orçamentos para os principais serviços e investimentos, justificando os valores adotados

Orçamento Fiscal e de Seguridade Social

Recursos de todas as fontes					R\$ 1,00	
Ação	Produto	Un. Medida	Serv / Invest	Custo Médio (R\$ 1,00)	Justificativa	
20YW Produção e Difusão de Conhecimentos para a Promoção de Políticas Públicas em Segurança e Saúde no Trabalho	Estudo/pesquisa publicado(a)	unidade	Serv. / Invest.	147.058	Recursos destinados a realização de pesquisas e estudos sobre fatores determinantes de acidentes e doenças relacionados ao trabalho	
38901 Fundo de Amparo ao Trabalhador						
20JT Manutenção, Modernização e Ampliação da Rede de Atendimento do Programa do Seguro-Desemprego no Âmbito do Sistema Nacional de Emprego - Sine	Atendimento realizado	unidade	Serviços	7	Valores serão transferidos a Estados e ao Distrito Federal; a Municípios e a Instituições Privadas sem Fins Lucrativos, com a finalidade de modernização, ampliação e manutenção da rede de atendimento do programa do Seguro-Desemprego pelo SINE.	
20Y Monitoramento, Supervisão e Avaliação das Ações do Sistema Público de Emprego, Trabalho e Renda	Instrumento implantado	unidade	Serviços	6.250	Custo unitário resultante dos gastos com o monitoramento, supervisão e avaliação dos instrumentos de transferência voluntária firmados com entidades parceiras.	
20YX Cadastros Públicos na Área de Trabalho e Emprego	Cadastro mantido	unidade	Serviços	10.931.707	"Processamento de informações sociais relativas aos vínculos empregatícios formais, visando identificar os beneficiários do Abono Salarial, subsidiar o pagamento do benefício do Seguro-Desemprego."	
20YY Estudos, Pesquisas e Geração de Informações sobre Trabalho, Emprego e Renda	Relatório emitido	unidade	Serviços	1.291.168	Desenvolvimento de Metodologia de Análise Comparativa do Mercado de Trabalho local e Qualificação Social para Apoio à Gestão das Políticas Públicas de Emprego, Trabalho e Renda.	
20Z1 Qualificação Social e Profissional de Trabalhadores	Trabalhador qualificado	unidade	Serviços	10	Recursos alocados visando ações de qualificação social, profissional e ocupacional para trabalhadores e trabalhadores visando aprimorar sua produtividade e inserção cidadã no mercado de trabalho, com ênfase em setores econômicos em desenvolvimento, ou em segmentos da sociedade em situação de vulnerabilidade social.	
20Z3 Apoio Operacional ao Pagamento do Seguro-Desemprego e do Abono Salarial	Benefício processado	unidade	Serviços	0	"Pagamento dos serviços operacionais necessários ao pagamento dos benefícios do Seguro-desemprego e do Abono Salarial, executados por pessoas jurídicas públicas e privadas, exceto agentes financeiros"	
2553 Identificação da População por meio da Carteira de Trabalho e Previdência Social - CTPS	Carteira de trabalho emitida	unidade	Serviços	5	Permitir a inserção do cidadão por intermédio da emissão de CTPS, utilizando sistema informatizado que permita o controle da distribuição e emissão de CTPS.	
2B12 Fomento ao Desenvolvimento de Instituições de Microcrédito.	Instituição apoiada	unidade	Serviços	32.044	Desenvolver a capacidade gerencial e organizacional das instituições operadoras do microcrédito produtivo orientado visando a melhoria de sua eficiência, bem como a ampliação dos beneficiários do programa.	
2C43 Gestão Participativa do Fundo de Amparo ao Trabalhador - FAT	Fórum apoiado	unidade	Serviços	0	Não há produto definido para esta Ação	

PLDO-2014, Anexo II das Informações Complementares ao PLOA 2014

Custos Médios utilizados nos principais serviços e investimentos

II - detalhamento dos custos unitários médios utilizados na elaboração dos orçamentos para os principais serviços e investimentos, justificando os valores adotados

Orçamento Fiscal e de Seguridade Social

Recursos de todas as fontes					R\$ 1,00
Ação	Produto	Un. Medida	Serv / Invest	Custo Médio (R\$ 1,00)	Justificativa
4245 Classificação Brasileira de Ocupações - CBO	Família ocupacional atualizada	unidade	Serviços	348.129	Valores serão usados para atender despesas com a modernização e atualização, por meio de estudos constantes, da Classificação Brasileira de Ocupações - CBO, visando sua adequação à realidade do mercado de trabalho, bem como, para atender à demanda específica de ações de intermediação de mão de obra, de seguro desemprego, de qualificação profissional e de estatísticas do trabalho, dentre outras. Editar e distribuir o documento Classificação Brasileira de Ocupações.
4741 Sistema de Integração das Ações de Emprego, Trabalho e Renda	Sistema implantado	unidade	Serviços	58.350.878	Manutenção do sistema. Envolve pagamento pelos serviços de desenvolvimento, processamento e consolidação de dados do Sistema Público de Emprego, Trabalho e Renda.
4767 Sistema de Informações sobre a Inspeção do Trabalho - SIFT	Sistema mantido	unidade	Serviços	6.122.002	"Manutenção e desenvolvimento do SIFT mediante módulos que vão desde a emissão de Ordem de Serviços - OS para dar início a uma ação fiscal, passando pela inserção de relatórios pelo corpo de Auditores Fiscais do Trabalho - AFT"
4815 Funcionamento das Unidades Descentralizadas	Unidade apoiada	unidade	Serviços	211.986	O valor será utilizado para apoio ao funcionamento e manutenção das Superintendências Regionais do Trabalho e Emprego, com suas agências e gerências responsáveis pelo atendimento da população que procura o MTE. O objetivo é manter os contratos de manutenção (limpeza, vigilância, água, energia etc), adquirir equipamentos de informática entre outros, reformar e/ou construir novos prédios.
6405 Desenvolvimento e Disseminação de Metodologias e Tecnologias de Qualificação Social e Profissional	Metodologia desenvolvida	unidade	Serviços	0	Ação não valorada para 2014
8617 Controle, Monitoramento e Avaliação das Aplicações dos Depósitos Especiais do Fundo de Amparo ao Trabalhador - FAT	Crédito controlado	unidade	Serviços	83	Valores serão destinados a elaboração, execução e análise de rotinas e planos de controle e avaliação das aplicações dos depósitos especiais dos Depósitos Especiais do Fundo de Amparo ao Trabalhador - FAT, ações concessão de crédito, inclusive por meio de ações de supervisão in loco nas operações de crédito, e acompanhamento das ações via sistemas de informação.

PLDO-2014, Anexo II das Informações Complementares ao PLOA 2014

Custos Médios utilizados nos principais serviços e investimentos

II - detalhamento dos custos unitários médios utilizados na elaboração dos orçamentos para os principais serviços e investimentos, justificando os valores adotados

Orçamento Fiscal e de Seguridade Social

Recursos de todas as fontes					R\$ 1,00	
Ação	Produto	Un. Medida	Serv / Invest	Custo Médio (R\$ 1,00)	Justificativa	
39000 Ministério dos Transportes						
39000 Ministério dos Transportes						
00BU Manutenção da Malha Ferroviária	Manutenção realizada	quilômetro	Investimentos	2.339	Na manutenção da malha ferroviária está contemplada a operação de licenciamento dos trens, construção de edificações e aquisição de sistemas de controle de tráfego, comunicação, dentre outros da Ferrovia.	
00BV Construção da Ferrovia Oeste-Leste	Trecho construído	quilômetro	Investimentos	5.000.000	Contempla serviços de infraestrutura, superestrutura, terraplanagem, supervisão e obras complementares.	
00BW Construção da Ferrovia Norte-Sul	Trecho construído	quilômetro	Investimentos	5.011.000	Contempla serviços de infraestrutura, superestrutura, terraplanagem, supervisão e obras complementares.	
00BY Construção da Ferrovia de Integração Centro-Oeste	Trecho construído	quilômetro	Investimentos	4.500.000	Contempla serviços de infraestrutura, superestrutura, terraplanagem, supervisão e obras complementares.	
14XX Construção do Galpão II no Setor de Garagem Oficinas Norte (SGON II)DF	Galpão construído	percentual de execução	Investimentos	62.500	No Projeto de Lei Orçamentária 2014 consta o valor de R\$ 5.000.000,00, prevendo 80% de percentual da execução.	
xx10 Adequação de Trecho Rodoviário	Trecho adequado	quilômetro	Investimentos	1.669.000	Limite inferior: R\$ 1.546.955,46 - Solução 3aFaixa c/revest.CBUQ 10cm, recapeamento na Pista Existente - CBUQ 4cm e no Acostamento - CBUQ 3cm, Limite Superior: R\$ 1.790.536,18 - Solução 3aFaixa c/revestimento.CBUQ 10cm, recapeamento da Pista Existente com CBUQ 8cm e no Acostamento CBUQ 4cm	
xx11 Construção de Trecho Rodoviário	Trecho construído	quilômetro	Investimentos	2.742.000	Limite inferior - R\$ 2.229.313,02 - Solução c/ revestimento em TSD - Pista e Acostamento Limite Superior - R\$ 3.185.253,33 - Solução c/ revestimento em CBUQ 10cm-Pista e Acostamento.	
xx12 Contrução de Acesso Rodoviário	Trecho construído	quilômetro	Investimentos	2.742.000	Limite inferior: R\$ 2.229.313,02 - Solução c/ revestimento em TSD - Pista e Acostamento Limite Superior: R\$ 3.185.253,33 - Solução c/ revestimento em CBUQ 10cm-Pista e Acostamento.	
xx13 Adequação de Acesso Rodoviário	Trecho adequado	quilômetro	Investimentos	5.103.000	Limite inferior: R\$ 3.230.235,29 - Solução Pista Nova c/revest.CBUQ 6 cm, recapeam. Pista Existente CBUQ 3cm e Acostamentos/ Afastamentos CBUQ 3cm. Limite Superior: R\$ 6.975.072,43 - Solução Pista Nova c/revest.CBUQ 16cm, recapeamento da Pista Existente CBUQ 10cm e Acostamentos/ Afastamentos CBUQ 10cm.	
xx14 Adequação de Acesso Rodoviário	Trecho adequado	quilômetro	Investimentos	1.669.000	Limite inferior: R\$ 1.546.955,46 - Solução 3aFaixa c/revest.CBUQ 10cm, recapeamento na Pista Existente - CBUQ 4cm e no Acostamento - CBUQ 3cm, Limite Superior: R\$ 1.790.536,18 - Solução 3aFaixa c/revestimento.CBUQ 10cm, recapeamento da Pista Existente com CBUQ 8cm e no Acostamento CBUQ 4cm	
xx15 Construção de Ponte Rodoviário	Obra executada	percentual de execução	Investimentos	8.166	Concreto Armado/Protendido - Limite inferior: R\$ 4.000,00 a Limite Superior: R\$ 5.000,00, Balanços Sucessivos - Limite inferior: R\$ 7.000,00 a Limite Superior: R\$ 9.000,00 e Estaiada - Limite inferior: R\$ 10.000,00 a Limite Superior: R\$ 14.000,00.	

PLDO-2014, Anexo II das Informações Complementares ao PLOA 2014

Custos Médios utilizados nos principais serviços e investimentos

II - detalhamento dos custos unitários médios utilizados na elaboração dos orçamentos para os principais serviços e investimentos, justificando os valores adotados
Orçamento Fiscal e de Seguridade Social

Recursos de todas as fontes					R\$ 1,00
Ação	Produto	Un. Medida	Serv / Invest	Custo Médio (R\$ 1,00)	Justificativa
xx16	Construção de Viaduto Rodoviário	Obra executada	Investimentos	8.166	Concreto Armado/Protendido - Limite Inferior: R\$ 4.000,00 a Limite Superior: R\$ 5.000,00. Balanços Sucessivos - Limite Inferior: R\$ 7.000,00 a Limite Superior: R\$ 9.000,00 e Estaiada - Limite Inferior: R\$ 10.000,00 a Limite Superior: R\$ 14.000,00.
xx17	Adequação de Anel Rodoviário	Trecho adequado	Investimentos	5.103.000	Limite inferior: R\$ 3.230.235,29 - Solução Pista Nova c/ revest. CBUQ 6 cm, recapamento da Pista Existente com CBUQ 10cm e Acostamentos/ Afastamentos CBUQ 10cm. Pista Existente - CBUQ 30cm e Acostamentos/ Afastamentos CBUQ 30cm. Limite Superior: R\$ 6.975.072,43 - Solução Pista Nova c/ revest. CBUQ 16cm, recapamento da Pista Existente CBUQ 10cm e Acostamentos/ Afastamentos CBUQ 10cm.
xx18	Adequação de Anel Rodoviário	Trecho adequado	Investimentos	1.669.000	Limite inferior: R\$ 1.546.955,46 - Solução 3a Faixa c/ revest. CBUQ 10cm, recapamento na Pista Existente - CBUQ 4cm e no Acostamento - CBUQ 3cm. Limite Superior: R\$ 1.790.536,18 - Solução 3a Faixa c/ revestimento CBUQ 10cm, recapamento da Pista Existente com CBUQ 8cm e no Acostamento CBUQ 4cm
xx19	Construção de Anel Rodoviário	trecho construído	Investimentos	2.742.000	Limite inferior - R\$ 2.299.313,02 - Solução c/ revestimento em TSD - Pista e Acostamento - Limite Superior - R\$ 3.185.253,33 - Solução c/ revestimento em CBUQ 10cm-Pista e Acostamento.
xx20	Implantação de Postos de Pesagem	Posto implantado	Investimentos	4.700.000	Posto para operação de equipamentos de pesagem fixos: Custo médio obtido em função de avaliação do novo modelo de posto de pesagem sendo elaborado pela Universidade Federal de Santa Catarina.
xxx1	Manutenção de Trecho Rodoviário	Trecho mantido	Investimentos	674.000	RESTAURAÇÃO Limite Inferior: R\$ 328.565,16 - Solução c/ revestimento em CBUQ 3cm-Pista e TSD-Acostamento. Limite Superior: R\$ 1.018.624,77 - Solução c/ Pesagem 5cm+reposição CBUQ 5cm (100%)+ Recapeamento CBUQ 5 cm-Pista e Acostamento.
xxx2	Manutenção de Trecho Rodoviário	Trecho mantido	Investimentos	1.433.000	RECONSTRUÇÃO Limite Inferior: R\$ 1.099.958,84 - Solução c/ revestimento em CBUQ 3cm-Pista e TSD-Acostamento. Limite Superior: R\$ 1.766.133,61 - Solução c/ revestimento em CBUQ 10cm-Pista e CBUQ 10cm-Acostamento.
xxx3	Manutenção de Trecho Rodoviário	Trecho mantido	Investimentos	1.150.000	RESTAURAÇÃO C/ MELHORAMENTOS Limite Inferior: R\$ 1.000.000,00 e Limite Superior: R\$ 1.300.000,00.
xxx4	Manutenção de Trecho Rodoviário	Trecho mantido	Investimentos	215.000	CREMA 1ª ETAPA - Contratos de recuperação e manutenção da rede rodoviária federal. Limite Inferior: R\$ 180.000,00 a Limite Superior: R\$ 250.000,00.
xxx5	Manutenção de Trecho Rodoviário	Trecho mantido	Investimentos	500.000	CREMA 2ª ETAPA - Contratos de recuperação e manutenção da rede rodoviária federal. Limite Inferior: R\$ 400.000,00 a Limite Superior: R\$ 600.000,00.
xxx6	Construção de Contorno Ferroviário	Contorno construído	Investimentos	6.859.000	Valores atualizados pela CGPLAN/COVIDE, baseados no índice da FGV, no valores atualizados do SICROZ e, no caso de materiais betuminosos, nos valores divulgados pela ANP.
xxx7	Construção de Contorno Rodoviário	Contorno construído	Investimentos	2.742.000	Limite inferior: R\$ 2.229.313,02 - Solução c/ revestimento em TSD - Pista e Acostamento. Limite Superior: R\$ 3.185.253,33 - Solução c/ revestimento em CBUQ 10cm-Pista e Acostamento.

PLDO-2014, Anexo II das Informações Complementares ao PLOA 2014

Custos Médios utilizados nos principais serviços e investimentos

II - detalhamento dos custos unitários médios utilizados na elaboração dos orçamentos para os principais serviços e investimentos, justificando os valores adotados

Orçamento Fiscal e de Seguridade Social

Recursos de todas as fontes					R\$ 1,00	
Ação	Produto	Un. Medida	Serv / Invest	Custo Médio (R\$ 1,00)	Justificativa	
xxx8 Adequação de Travessia Urbana	Trecho adequado	quilômetro	Investimentos	5.103.000	Limite inferior: R\$ 3.230.235,29 - Solução Pista Nova c/revest.CBUQ 6 cm, recapeam. Pista Existente CBUQ 3cm e Acostamentos/ Afastamentos CBUQ 3cm. Limite Superior: R\$ 6.975.072,43 - Solução Pista Nova c/revest.CBUQ 16cm, recapeamento da Pista Existente CBUQ 10cm e Acostamentos/ Afastamentos CBUQ 10cm.	
xxx9 Adequação de Trecho Rodoviário	Trecho adequado	quilômetro	Investimentos	5.103.000	Limite inferior: R\$ 3.230.235,29 - Solução Pista Nova c/revest.CBUQ 6 cm, recapeam. Pista Existente CBUQ 3cm e Acostamentos/ Afastamentos CBUQ 3cm. Limite Superior: R\$ 6.975.072,43 - Solução Pista Nova c/revest.CBUQ 16cm, recapeamento da Pista Existente CBUQ 10cm e Acostamentos/ Afastamentos CBUQ 10cm.	

PLDO-2014, Anexo II das Informações Complementares ao PLOA 2014

Custos Médios utilizados nos principais serviços e investimentos

II - detalhamento dos custos unitários médios utilizados na elaboração dos orçamentos para os principais serviços e investimentos, justificando os valores adotados

Orçamento Fiscal e de Seguridade Social

Recursos de todas as fontes					R\$ 1,00
Ação	Produto	Un. Medida	Serv / Invest	Custo Médio (R\$ 1,00)	Justificativa
41000 Ministério das Comunicações					
41101 Ministério das Comunicações					
14U7 Fomento a Conteúdos Digitais Criativos	Arranjo produtivo local implantado	unidade	Serv. / Invest	69.022	Os recursos da ação de Fomento a Conteúdos Digitais Criativos estão destinados ao estímulo à produção e desenvolvimento de aplicativos, jogos eletrônicos e conteúdo áudio-visual, capacitação e instalação de centros de produção e pós-produção de conteúdos digitais em arranjos produtivos locais e estados brasileiros. As ações, firmadas por meio de convênios, concursos e contratos de prestação de serviços, foram iniciadas em 2012 e estão previstas para se estenderem até 2015.O Ministério das Comunicações instituiu o Programa Ginga Brasil como forma de estimular a adoção do middleware nacional de interatividade na TV Digital na programação das emissoras públicas e privadas do Brasil. Para tanto, ao final de 2012, contratou a Rede Nacional de Ensino e Pesquisa para realizar trabalho experimental no sentido de munir as emissoras públicas brasileiras de laboratórios de teste de conteúdos e aplicações interativas, capacitar seus técnicos, criar um repositório para o armazenamento de conteúdo e desenvolver o piloto de uma rede de distribuição de conteúdos (CDN). Em 2014, uma segunda fase deste processo terá início com a capacitação de desenvolvedores na linguagem e apoio à pesquisa e desenvolvimento de aplicações interativas. O Ministério das Comunicações está implantando em parceria com a Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP) o projeto Ginga Labs, que visa estimular a produção de conteúdos digitais criativos como forma de estimular a atração de empresas de tecnologia da informação e comunicação para arranjos produtivos locais, fomentando o ecossistema da indústria nacional de conteúdos. Com os limites liberados entre 2012 e 2013, o Ministério das Comunicações firmou dois convênios para implantar centros em APLs de Pernambuco e Rio Grande do Sul. Neste momento, encontra-se em formação um terceiro convênio com o Estado do Rio de Janeiro. A intenção é replicar o modelo em 2014 atingindo as duas outras macrorregiões brasileiras: Norte e Centro-Oeste. Com a assinatura destes convênios, a iniciativa dos APLs de Conteúdos Digitais Criativos se estenderá até 2017.
20ZB Apoio a Programas e Projetos de Inclusão Digital	Projeto apoiado	unidade	Serv. / Invest	10.722	
212H Pesquisa e Desenvolvimento nas Organizações Sociais	Serviço prestado	unidade	Serviços	50.000	
212N Implementação de Projetos de Cidades Digitais	Município atendido	unidade	Serv. / Invest	134.657	Essa ação refere-se à contratação de "Pesquisas e Desenvolvimento nas Organizações Sociais".
					Esta ação refere-se aos projetos do PAC direcionados para Cidades Digitais. A partir de 2014 estima-se que 100 Cidades Digitais começarão a ser totalmente iluminadas (terão conexão por meio das redes implantadas) e com isso já

PLDO-2014, Anexo II das Informações Complementares ao PLOA 2014

Custos Médios utilizados nos principais serviços e investimentos

II - detalhamento dos custos unitários médios utilizados na elaboração dos orçamentos para os principais serviços e investimentos, justificando os valores adotados

Orçamento Fiscal e de Seguridade Social

Recursos de todas as fontes					R\$ 1,00
Ação	Produto	Un. Medida	Serv / Invest	Custo Médio (R\$ 1,00)	Justificativa
41231 Agência Nacional de Telecomunicações - ANATEL	202D Regulação dos Serviços de Telecomunicações	Estação licenciada	Serviços	3	deverão contar com aplicativos de governo eletrônico como forma de melhorar o atendimento ao cidadão e de melhorar a transparência da gestão. Também a partir de 2014, faz-se necessário capacitar alguns servidores para que eles adquiram conhecimento sobre a rede implantada, sobre o uso dos aplicativos de governo eletrônico e para que eles adquiram noções básicas do uso da internet para a melhoria de gestão, abrindo canais para garantia de maior transparência e melhoria no atendimento aos cidadãos.
					Em linhas gerais, essa atividade tem o propósito de promover o desenvolvimento das telecomunicações do País de modo a dotá-lo de uma moderna e eficiente infraestrutura de telecomunicações, capaz de oferecer à sociedade serviços adequados, diversificados e a preços justos, em todo o território nacional. Esses objetivos serão alcançados por meio de: - Procedimentos para a expedição de concessão, permissão ou autorização para a prestação dos serviços de telecomunicações; - Elaboração de procedimentos para fins de certificação, designação de Organismos de Certificação, habilitação de laboratórios, homologação de produtos e fixação de acordos de reconhecimento mútuo com órgãos estrangeiros visando à sustentação do processo de Certificação; - Avaliação da utilização do espectro, dos recursos de numeração, de órbita e de faixas de frequências, por meio de análises e estudos técnicos sobre as informações, demandas, novas tecnologias e serviços, visando otimizar as condições de uso e a utilização dos recursos de órbita e faixas de frequências; - Análises de impactos econômicos e sociais decorrentes da implantação de procedimentos internacionais e nacionais necessários para assegurar a utilização de posições orbitais e faixas de frequências associadas por redes de satélites, bem como os recursos de numeração; - Realização de análise dos riscos à continuidade da prestação dos serviços, possíveis danos aos usuários com base na análise da gestão empresarial das prestadoras, abrangendo aspectos econômico-financeiros; - Análise, sob a ótica da competição, dos contratos entre as empresas do setor de telecomunicações ou entre estas empresas e empresas de outros setores, incluindo aqueles de interconexão e compartilhamento de infraestrutura; - Identificação, recepção e tratamento de representações por infração a ordem econômica, além de se relacionar com o CADE, quando necessário; - Identificação de potenciais conflitos e convocação de prestadoras e usuários, com o objetivo de solucionar os problemas sob análise; - Elaboração de pesquisas, estudos e análises do setor de telecomunicações com objetivo de avaliar a estrutura e dinâmica do setor; - Acompanhamento e análise, sob a ótica da ordem econômica e da regulamentação dos serviços de telecomunicações, dos atos de concentração econômica e do controle societário respectivamente, incluindo a aprovação de transferências de controle societário; - Análise e arbitragem de conflitos entre prestadoras, referentes à aplicação e interpretação da legislação vigente, inclusive em conflitos de interconexão, homologação de resultados aplicando as regras técnicas, Regulamentação de tarifas e a elaboração de estudos de expedição de normas quanto à outorga, prestação e inibição dos serviços de telecomunicações, de direito de exploração de satélite e direito de uso de radiofrequências; - Submeter minutas de atos normativos à Consulta Pública,

PLDO-2014, Anexo II das Informações Complementares ao PLOA 2014

Custos Médios utilizados nos principais serviços e investimentos

II - detalhamento dos custos unitários médios utilizados na elaboração dos orçamentos para os principais serviços e investimentos, justificando os valores adotados

Orçamento Fiscal e de Seguridade Social

Recursos de todas as fontes						R\$ 1,00
Ação	Produto	Un. Medida	Serv / Invest	Custo Médio (R\$ 1,00)	Justificativa	
2424 Fiscalização em Telecomunicações	Fiscalização realizada	unidade	Serv. / Invest	4.051	para manifestação da sociedade; - Elaborar estudos e pesquisas para subsidiar a elaboração de diretrizes para o desenvolvimento dos serviços de telecomunicações; - Propor a edição de regulamentos de condições de uso do espectro por meio de avaliações de informações, de demandas da sociedade e do poder público, do surgimento de novas tecnologias, das diretrizes da Conferência Mundial de Radiocomunicações e das metodologias para administração do Espectro; - Elaboração e coordenação da realização de pesquisas de satisfação e opinião com o objetivo de obter informações sobre os anseios da população, sobre a qualidade de prestação dos serviços de telecomunicações e a atuação da Anatel; - Recrutamento, análise, seleção, contratação e acompanhamento de especialistas para responder a solicitações, estudos, pesquisas, análises, avaliações, reclamações e denúncias; - Desenvolvimento de rede de discussão dos serviços de telecomunicações de modo a se aprimorar a base de dados, bem como sistematizar mecanismos de contribuição social no planejamento de obrigações das prestadoras; A conjunção de todos esses esforços estimula a expansão do sistema nacional de telecomunicações, medido por meio de estações licenciadas. A relação entre a dotação alocada na ação e o número de Estações Licenciadas previstas resulta em um Custo Médio de R\$ 3,27. As despesas previstas nesta atividade visam permitir a Anatel atestar dados e informações, bem como controlar obrigações legais e contratuais. Os procedimentos de fiscalização são realizados por meio de detalhamento, definição, preparação e execução do Plano de Ação da Fiscalização, bem como atendendo solicitações recebidas de outros processos, por meio de ações de fiscalização, de averiguação e de auditoria de processos das prestadoras, adotando os desdobramentos pertinentes. A dotação prevista para esta atividade inclui despesas com manutenção das 27 unidades descentralizadas, contratação de pessoal, aquisição de materiais, despesas com viagens e deslocamentos, visando a eficiência da atividade fiscalizatória. POI Fiscalização - Copa 2014. Detalhamento, definição, preparação e execução do Plano de Ação da Fiscalização. Atendimento das solicitações recebidas de outros processos, por meio de ações de fiscalização, de averiguação e de auditoria de processos das prestadoras, adotando os desdobramentos pertinentes. Nesse sentido, essas atividades serão exercidas com vistas a atender à Copa do Mundo de 2014. PO2 Capacitação – Copa 2014: Promover a qualificação e a requalificação de servidores de forma a garantir a participação de pessoal devidamente qualificado e em quantidade suficiente para contribuir com o atendimento dos compromissos assumidos pelo país em face dos eventos esportivos internacionais.	
41903 Fundo para o Desenvolvimento Tecnológico das Telecomunicações - FUNTEL						
202R Política Produtiva e Inovação Tecnológica	Projeto apoiado	unidade	Serv. / Invest	116.336	Esta ação tem a finalidade de estimular o processo de inovação tecnológica, incentivar a capacitação de recursos humanos, fomentar a geração de empregos e promover o acesso de pequenas e médias empresas a recursos de capital, de modo a ampliar a competitividade da indústria brasileira de telecomunicações. O Fundtel pretende: Firmar novo termo de cooperação com o CNPq para a distribuição de bolsas de iniciação científica através do Institucional de Bolsas de Iniciação Tecnológica e	

PLDO-2014, Anexo II das Informações Complementares ao PLOA 2014

Custos Médios utilizados nos principais serviços e investimentos

II - detalhamento dos custos unitários médios utilizados na elaboração dos orçamentos para os principais serviços e investimentos, justificando os valores adotados

Orçamento Fiscal e de Seguridade Social

Recursos de todas as fontes					R\$ 1,00
Ação	Produto	Un. Medida	Serv / Invest	Custo Médio (R\$ 1,00)	Justificativa
					Inovação - PIBITI, que é um programa voltado para o aperfeiçoamento de recursos humanos de graduação, em atividades de pesquisa tecnológica. A seleção dos bolsistas PIBITI será feita por meio das Instituições de Ensino Superior (IES) que receberam cotas de bolsas PIBITI da Chamada 2013-2014, que tenham cursos de Engenharias em Telecomunicações e afins. Será solicitada como contrapartida pelo CNPq, o valor de R\$ 4 milhões em bolsas do programa Ciência sem Fronteiras, na modalidade Sanduiche em Graduação e Pós-Graduação (Doutorados e Pós-Doutorados) no Exterior, voltados para a área de Telecomunicações e afins, dividindo a marca Funtel como um dos parceiros do Programa. Esta ação, através do Fomento à Pesquisa e Desenvolvimento e Inovação, irá contribuir estimulando a criação de tecnologias inovadoras, visando à melhoria à eficiência e à competitividade do setor de telecomunicações, apoiando a projetos de pesquisa e desenvolvimento tecnológico que aproveitam as oportunidades geradas pelas transições e pelo processo de convergência nas comunicações, para ampliar o domínio nacional. Os recursos destinados a essa ação são descentralizados e repassados ao agente financeiro FINEP, que formaliza e fiscaliza execução dos projetos. Também, através do Fomento à Pesquisa e Desenvolvimento em Telecomunicações na Fundação CPqD, manter a capacidade de pesquisa da Fundação CPqD, na execução de projetos de desenvolvimento tecnológico voltados para resultados que tenham interesse público e social, traduzido por um impacto direto sobre a população, em temas em que existe demanda ou interesse do Governo em ampliar novas tecnologias a questões das políticas públicas de telecomunicações, especialmente aquelas voltadas para as necessidades e condições socio-econômicas do País, ou um impacto indireto, por meio de atividades que deem subsídios à gestão das políticas públicas de telecomunicações.

PLDO-2014, Anexo II das Informações Complementares ao PLOA 2014

Custos Médios utilizados nos principais serviços e investimentos

II - detalhamento dos custos unitários médios utilizados na elaboração dos orçamentos para os principais serviços e investimentos, justificando os valores adotados

Orçamento Fiscal e de Seguridade Social

Ação		Produto	Un. Medida	Serv / Invest	Custo Médio (R\$ 1,00)	Justificativa	Recursos de todas as fontes
420000 Ministério da Cultura							
42101 Ministério da Cultura							
12MG	Implantação de Espaços Integrados de Esporte, Cultura, Lazer e Serviços Públicos - Praças dos Esportes e da Cultura	Espaço implantado	unidade	Serv. / Invest	22.925	Da totalidade de recursos do orçamento próprio (20.544.207,00) foi empenhado apenas o valor referente à contratação de empresa para elaboração de projeto de referência para as obras dos novos Centros Unificados de Artes - CEU das Artes. Até junho de 2013 não estavam definidos os critérios para seleção dos novos CEUs. Os empenhos referentes a esta ação só serão realizados após a seleção das propostas que está prevista para o 2º semestre de 2013.	R\$ 1,00
13E1	Implantação do Canal de Cultura	Canal implantado	percentual de execução física	Serviços	250.000	Estudos e Contratações de Consultorias para operação de infraestrutura e de promoção da produção independente e programação regional do Canal de Cultura.	
14U2	Implantação, Instalação e Modernização de Espaços e Equipamentos Culturais	Espaço cultural implantado/modernizado	unidade	Serviços	0	A DINC (Diretoria de Infraestrutura Cultural) informa que pelo modelo atual, não consegue realizar o cálculo de Custo Médio, devido falta de Parâmetros com a especificidade da Ação.	
20ZF	Promoção e Fomento à Cultura Brasileira	Projeto apoiado	unidade	Serviços	6.734.980	Decreto 5.761/2006 - SEFC - SEC e Ações de Implementação do Audiovisual (SAV) Prêmio / Bolsa para vários campos da política de Cidadania e Diversidade Cultural, convênios do Minc com estados e municípios e Redes Temáticas são ações realizadas em parceria com entidades/órgãos.	
20ZG	Formulação e Gestão da Política Cultural	Política implementada	unidade	Serviços	821.000	Realização de estudos, pesquisas, projetos e atividades que contribuem para formulação, conceitualização, implementação, gestão e/ou melhoria de políticas culturais. Custo médio calculado com base na série histórica dos exercícios anteriores.	
20ZM	Produção e Difusão de Conhecimento na Área Cultural	Projeto apoiado	unidade	Serv. / Invest	2.669	Produzir e difundir pesquisas e conhecimento constitutivo da cultura brasileira e desenvolver política nacional de integração entre cultura e educação.	
211F	Funcionamento de Espaços e Equipamentos Culturais	Público atendido	unidade	Serviços	12.112.000	Garantir as atividades e acessibilidade ao público. Custo médio com base na série histórica dos últimos exercícios.	
42201 Fundação Casa de Rui Barbosa							
20ZH	Preservação de Bens e Acervos Culturais	Bem preservado	unidade	Serviços	7.205	A Fundação Casa de Rui Barbosa reúne preciosos acervos arquivísticos e bibliográficos que exigem medidas constantes de conservação, bem como iniciativas de catalogação, indexação e digitalização, para que possam estar disponíveis para consulta.	

PLDO-2014, Anexo II das Informações Complementares ao PLOA 2014

Custos Médios utilizados nos principais serviços e investimentos

II - detalhamento dos custos unitários médios utilizados na elaboração dos orçamentos para os principais serviços e investimentos, justificando os valores adotados

Orçamento Fiscal e de Seguridade Social

Recursos de todas as fontes					R\$ 1,00	
Ação	Produto	Un. Medida	Serv / Invest	Custo Médio (R\$ 1,00)	Justificativa	
202M Produção e Difusão de Conhecimento na Área Cultural	Projeto apoiado	unidade	Serviços	13.891	Esta programação é a mais importante inicial na formação de recursos humanos na área da pesquisa, tarefa necessária à reprodução de quadros no âmbito acadêmico, científico e o melhor procedimento para a preservação da memória e a produção de conhecimentos científicos e tecnológicos de dados ou ao estudo de objetos originais. Publicação de livros e revistas científicas resultantes das pesquisas realizadas na FCRB e em instituições parceiras. Premiação de pesquisa realizada a partir de acervos da FCRB.	
211F Funcionamento de Espaços e Equipamentos Culturais	Público atendido	unidade	Serviços	37.550	Garantir as atividades e acessibilidade ao público.	
42202 Fundação Biblioteca Nacional - BN						
14U2 Implantação, Instalação e Modernização de Espaços e Equipamentos Culturais	Espaço cultural implantado/modernizado	unidade	Serv. / Invest	164	O custo foi calculado com base no exercício de 2012, além da previsão de gastos com acompanhamento e avaliação do projeto.	
202F Promoção e Fomento à Cultura Brasileira	Projeto apoiado	unidade	Serviços	564.621	O custo médio foi calculado sobre a série histórica dos últimos exercícios, além de beneficiar projetos de caráter inovador na área do livro e leitura, cujos custos só poderão ser validados a partir da sua execução.	

PLDO-2014, Anexo II das Informações Complementares ao PLOA 2014

Custos Médios utilizados nos principais serviços e investimentos

II - detalhamento dos custos unitários médios utilizados na elaboração dos orçamentos para os principais serviços e investimentos, justificando os valores adotados

Orçamento Fiscal e de Seguridade Social

Recursos de todas as fontes					R\$ 1,00	
Ação	Produto	Un. Medida	Serv / Invest	Custo Médio (R\$ 1,00)	Justificativa	
202H Preservação de Bens e Acervos Culturais	Bem preservado	unidade	Serv. / Invest	9	Os custos unitários médios para serviços e investimentos foram calculados segundo série histórica de despesas nessas ações que são atividades finalísticas de execução continuada.	
202M Produção e Difusão de Conhecimento na Área Cultural	Projeto apoiado	unidade	Serviços	25.812	O custo médio foi calculado com base na série histórica dos últimos exercícios.	
211F Funcionamento de Espaços e Equipamentos Culturais	Público atendido	unidade	Serv. / Invest	1	Os custos unitários médios para serviços e investimentos foram calculados segundo série histórica de despesas nessas ações que são atividades finalísticas de execução continuada.	
42203 Fundação Cultural Palmares						
14U2 Implantação, Instalação e Modernização de Espaços e Equipamentos Culturais	Espaço cultural implantado/modernizado	unidade	Serviços	1.951	O custo médio calculado com base nos exercícios anteriores. Os recursos serão utilizados na modernização do arquivo e biblioteca.	
20ZF Promoção e Fomento à Cultura Brasileira	Projeto apoiado	unidade	Serviços	18.364	O custo médio adotado na elaboração da ação, levou em consideração a série histórica das atividades de servonôdas por meio de seleção pública de projetos realizados pela FCP.	

PLDO-2014, Anexo II das Informações Complementares ao PLOA 2014

Custos Médios utilizados nos principais serviços e investimentos

II - detalhamento dos custos unitários médios utilizados na elaboração dos orçamentos para os principais serviços e investimentos, justificando os valores adotados

Orçamento Fiscal e de Seguridade Social

Recursos de todas as fontes					R\$ 1,00
Ação	Produto	Un. Medida	Serv / Invest	Custo Médio (R\$ 1,00)	Justificativa
2021 Fomento ao Setor Audiovisual (Medida Provisória n.º 2.228-1/2001)	Projeto apoiado	unidade	Serviços	11.021	"Sonatório das metas físicas dos projetos que compõem a ação: a. Programa Aniche de Qualidade: 7 b. Apoio financeiro à participação em festivais internacionais: 45 c. Legendas para participação em festivais (descentralização CTAV): 64 d. Programa de fomento à promoção de obras audiovisuais cinematográficas brasileiras de longa-metragem (DVDs): 1500 e. Prêmio Adicional de Renda: 100 f. Fomento à co-produção, distribuição e comercialização de obras cinematográficas e audiovisuais no exterior (Acordos Bilaterais): 8"
2023 Fiscalização e Regulamentação do Setor Audiovisual	Ação regulatória realizada	unidade	Serviços	83	Soma das metas físicas dos planos orçamentários componentes da ação (Fiscalização e Regulamentação)
212H Pesquisa e Desenvolvimento nas Organizações Sociais	Serviço prestado	unidade	Serviços	10.000.000	Manutenção do monitoramento de canais realizado 24 horas por dia.
42207 Instituto Brasileiro de Museus					
14U2 Implantação, Instalação e Modernização de Espaços e Equipamentos Culturais	Espaço cultural implantado/modernizado	unidade	Serv. / Invest	128	Ações de processamento técnico dos acervos museológicos, arquivísticos e bibliográficos (aquisição, documentação, conservação, restauração, acondicionamento). O projeto busca garantir a integridade do patrimônio e a disponibilização dos acervos ao público, por meio de ações que possibilitem o registro de suas características e o valor histórico cultural e viabilizem a difusão e a elaboração de publicações, genéricas ou temáticas, sobre os bens inventariados. Museu IBRAM atendido com ações de readequação da estrutura física. Visa garantir atualidade no contexto nacional e internacional; ampliar a oferta desses espaços e o acesso à produção, fruição, difusão e intercâmbio dos bens e dos serviços culturais; e proporcionar infraestrutura e serviços culturais adequados que agreguem segurança, acessibilidade, conforto ambiental, identidade sociocultural e atrativos turísticos à localidade. Museu IBRAM atendido com ações de segurança do Museu, da edificação, do acervo e dos equipamentos, visando a preservação dos bens culturais e dos espaços; definição de rotas de segurança; estratégias de prevenção, elaboração de projetos de segurança. Visa proporcionar infraestrutura adequada e atual para garantir excelência e confiabilidade dos serviços culturais prestados, bem como a proteção ao patrimônio museológico.
202F Promoção e Fomento à Cultura Brasileira	Projeto apoiado	unidade	Serv. / Invest	28	Serão desenvolvidas ações de fomento à cultura por meio do tratamento dos espaços e processos de exposição (permanentes e temporárias, de longa, curta ou média duração). Busca-se democratizar e ampliar o acesso do público aos museus, por meio de eventos que reafirmem identidades, valorizem a memória e os saberes; promovam a integração das comunidades locais; e sensibilizem sobre a importância de conhecer e preservar a memória nacional. Serão desenvolvidos projetos e atividades educacionais, destinados a diferentes públicos e articulados com diferentes instituições. Esses projetos têm função social e educativa dos museus, bem como a formação de público, por meio de

PLDO-2014, Anexo II das Informações Complementares ao PLOA 2014

Custos Médios utilizados nos principais serviços e investimentos

II - detalhamento dos custos unitários médios utilizados na elaboração dos orçamentos para os principais serviços e investimentos, justificando os valores adotados

Orçamento Fiscal e de Seguridade Social

Recursos de todas as fontes					R\$ 1,00
Ação	Produto	Un. Medida	Serv. / Invest	Custo Médio (R\$ 1,00)	Justificativa
202M Produção e Difusão de Conhecimento na Área Cultural	Projeto apoiado	unidade	Serv. / Invest	271	eventos que realicem identidades; valorizem a memória e os saberes; promovam a integração das comunidades locais; e sensibilizem sobre a importância de conhecer e preservar a memória nacional. Serão desenvolvidas ações de divulgação e popularização de projetos e atividades da instituição, além de disseminação, difusão e consolidação da imagem institucional nos âmbitos local, regional, nacional e internacional. O projeto promove a visibilidade dos museus, bem como a democratização e ampliação do acesso ao patrimônio museológico. Semana Nacional de Museus, como parte de campanha nacional periódica realizada no mês de maio em comemoração ao Dia Internacional de Museus; são realizadas exposições, atividades educativas e culturais, palestras, minicursos, oficinas, pesquisas, estudos e intercâmbios. O projeto busca pelo Ibram, Conforme Decreto Presidencial, de 31 de maio de 2004, o Ibram propõe tema atual a fim de promover eventos que integrem os museus brasileiros e intensifiquem a sua relação com a sociedade. Primavera dos Museus, realização de campanha nacional periódica, no mês de setembro, são realizadas exposições, atividades educativas e culturais, palestras, oficinas e outros eventos programados em torno de um mesmo tema, proposto pelo Ibram. O projeto busca promover a diversidade cultural, intensificar a relação dos Museus Ibram com a sociedade e incentivar o interesse do público em conhecê-los.
					Serão desenvolvidas ações de processamento e disseminação de informações, por meio de pesquisas institucionais e projetos voltados para estudos diversos (de público, patrimônio cultural, museologia, história institucional, acervos, dentre outros). O projeto busca promover a integração das comunidades locais e a visibilidade dos museus, bem como a democratização e ampliação do acesso ao patrimônio museológico e promoção e circulação de conhecimentos e informações do campo museal, viabilizando ainda a modernização da gestão dos museus. Apoiar ações de capacitação dos profissionais do campo museal, servidores públicos ou não, por meio de cursos, oficinas, pesquisas, estudos e intercâmbios. O projeto busca produzir e difundir o conhecimento museológico; e estimular a excelência em serviços e a modernização da gestão dos museus. O Fórum Nacional de Museus (FNM) é um evento bianual criado com o objetivo de refletir, avaliar e estabelecer diretrizes para a Política Nacional de Museus (PNM) e para o Sistema Brasileiro de Museus (SBM). Integraram a programação geral do evento: conferências, painéis, minicursos, comunicações coordenadas e grupos de trabalho, além de encontro dos Pontos de Memória, reuniões paralelas e uma programação cultural que incluiu apresentações de música, teatro e exposições. Principal evento do setor museal brasileiro, o Fórum Nacional de Museus se constitui em um espaço de debate, deliberação, intercâmbio, troca de experiências e circulação do conhecimento produzido no campo museal brasileiro.
211F Funcionamento de Espaços e Equipamentos Culturais	Público atendido	unidade	Serviços	32	Serão desenvolvidas ações de apoio ao funcionamento das unidades museológicas Ibram, que possibilitem o pleno acesso aos serviços culturais (despesas de manutenção administrativa, de conservação e de adequação dos espaços museológicos, entre outras). O projeto busca a continuidade das atividades do museu e a preservação de seus acervos em padrões técnicos e operacionais satisfatórios, de modo a garantir a atratividade e a acessibilidade do

PLDO-2014, Anexo II das Informações Complementares ao PLOA 2014

Custos Médios utilizados nos principais serviços e investimentos

II - detalhamento dos custos unitários médios utilizados na elaboração dos orçamentos para os principais serviços e investimentos, justificando os valores adotados
Orçamento Fiscal e de Seguridade Social

Recursos de todas as fontes					R\$ 1,00
Ação	Produto	Un. Medida	Serv / Invest	Custo Médio (R\$ 1,00)	Justificativa

público de forma sustentável.

PLDO-2014, Anexo II das Informações Complementares ao PLOA 2014

Custos Médios utilizados nos principais serviços e investimentos

II - detalhamento dos custos unitários médios utilizados na elaboração dos orçamentos para os principais serviços e investimentos, justificando os valores adotados

Orçamento Fiscal e de Seguridade Social

Recursos de todas as fontes					R\$ 1,00	
Ação	Produto	Un. Medida	Serv / Invest	Custo Médio (R\$ 1,00)	Justificativa	
44000 Ministério do Meio Ambiente						
44101 Ministério do Meio Ambiente						
101V Implantação de Corredores Ecológicos	Instrumento de repasse acompanhado	unidade	Serv. / Invest	37.000	O custo médio estimado traz a estimativa dos gastos associados com a fiscalização dos instrumentos de repasse de recursos para parceiros bem como a prestação de contrapartidas físicas repassadas em cada instrumento. A atuação do Projeto entra em sua fase final de execução, com encerramento das atividades em 2014, sendo necessária a garantia do orçamento para o próximo ano. Dado o histórico de trabalho do PCE e a variação dos custos entre projetos, não é possível discriminar detalhadamente os elementos de cada unidade de medida.	
10TT Monitoramento da Recuperação Ambiental da Bacia Carbonífera de Santa Catarina	Plano Implantado	percentual de execução física	Serviços	149.460	Subsidiar a defesa da União nos autos da execução provisória nº 2000.72.04.002543-9 (Ação Civil Pública), em que a União é ré solidária com as empresas de mineração de carvão da região sul catarinense. O custo médio da ação refere-se ao projeto apresentado ao Tribunal de Justiça. No custo estão envolvidas despesas com peroração de poços, aquisição de material de uso em laboratório, despesas com viagens técnicas e realização de reuniões técnicas.	
20LU Conservação de Espécies Aquáticas	Ação desenvolvida	unidade	Serviços	181.250	Os recursos serão investidos em um termo de cooperação técnica, para elaborar Programa Nacional Interministerial de Monitoramento de Biodiversidade Marinha, no âmbito do REVIMAR, subsidiando a produção contínua de dados oficiais de biodiversidade que subsidiem o ordenamento pesqueiro (quantificação de bycatch, avaliação da efetividade das normas de pesca já implementadas, definição de áreas de exclusão de pesca e avaliação da recuperação dos recursos pesqueiros), e outro para a elaboração de estudos que possibilitem ações de proteção a albatrozes e petréis, que encontram-se atualmente ameaçados pela pesca. Também será publicado um guia de identificação de tubarões da costa brasileira, com o intuito de facilitar o coleta de dados e fiscalização nas pescarias. Também será feita a publicação de 1000 Cartilhas para Pescadores sobre o Uso de Medidas Migradoras na pesca de espinhei pelágico para reduzir a captura incidental de albatrozes e petréis. Assim, não se pode falar em custo médio do produto, uma vez que a natureza deles são díspares entre eles.	
20LX Ampliação e Consolidação do Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza	Projeto apoiado	unidade	Serviços	86.555	Os valores estimados para esta ação representam custos médios calculados sobre projetos apoiados com grande variação de custo - não representando com exatidão os valores de atividades associadas. A estimativa está vinculada às ações desenvolvidas pela Secretaria em parceria com entidades públicas e privadas vinculadas à consolidação do SNUC em nível Federal, Estadual e Municipal, bem como ações de responsabilidade da Secretaria para com o SNUC - como o Cadastro Nacional de UC, a Câmara Federal de Compensação Ambiental, a representação da agenda de Áreas Protegidas em âmbito internacional e etc.	
20LY Eficiência Energética nos Principais Setores Produtivos Usuários de Lenha e Carvão Vegetal	Unidade adequada	unidade	Serviços	100.000	Custo estimado para a adequação de uma unidade produtiva para adoção de medidas de eficiência energética.	

PLDO-2014, Anexo II das Informações Complementares ao PLOA 2014

Custos Médios utilizados nos principais serviços e investimentos

II - detalhamento dos custos unitários médios utilizados na elaboração dos orçamentos para os principais serviços e investimentos, justificando os valores adotados

Orçamento Fiscal e de Seguridade Social

Recursos de todas as fontes					R\$ 1,00
Ação	Produto	Un. Medida	Serv / Invest	Custo Médio (R\$ 1,00)	Justificativa
20M4	Promoção de Modelos Produtivos Rurais Sustentáveis	unidade	Serviços	350.000	Custo médio para a viabilização de modelos produtivos ambientalmente sustentáveis.
20M8	Implementação do Plano Nacional de Produção e Consumo Sustentáveis (PPCS)	unidade	Serviços	1.450.000	Trata-se de implementação do PPCS cujo objetivo é a adoção de práticas sustentáveis. Os principais custos são: cartilhas, livros, vídeos, manutenção da plataforma de ensino, oficinas, passeios, eventos de capacitação, produção de materiais, contratação de acordos setoriais, campanhas educativas, contratação de estudos entre outros
20MG	Elaboração e Implementação de Planos, Projetos, Obras e Equipamentos para a Coleta Seletiva de Resíduos Sólidos Urbanos	unidade	Serv. / Invest	200	Apoio à implementação do Plano Municipal de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos, Planos de Coleta Seletiva, Projetos Básico e Executivo de Obras e Dimensionamento de Equipamentos para Coleta Seletiva.
20TS	Conservação, Uso Sustentável e Repartição de Benefícios da Biodiversidade Brasileira	unidade	Serv. / Invest	45.173	De acordo com a nova sistemática de SOFIMF de se agrupar por PO as antigas ações orçamentárias que apresentavam semelhança em seus objetivos, os atuais custos médios por Ação não refletem exatamente os custos envolvidos em cada um dos Planos Orçamentários previstos. Os diversos Planos Orçamentários previstos em ações de conservação são agrupados sob o mesmo custo médio, pois se trata de uma prática comum a todos os Planos Orçamentários brasileiros. O apoio a projetos de conservação é realizado por meio de editais emitidos pelo Conselho Nacional do Patrimônio Genético (CNGEN) e desenvolvimento de instrumentos para gestão dos biomas brasileiros. Cada um desses produtos envolvem custos diferenciados que não estão verdadeiramente refletidos no custo médio constante desta planilha.
20VN	Conservação de Ecossistemas Aquáticos	unidade	Serviços	345.500	A estimativa de despesa na ação orçamentária visa a realizar um projeto de identificação das áreas prioritárias aquáticas marinhas pela GBA, mediante contratação de consultor. Também está previsto um termo de cooperação com universidades para montar banco de dados que subsidie a definição de áreas críticas/prioritárias para a conservação da biodiversidade. Também está prevista a publicação de 2000 unidades da revista de RAMSAR e serviços de estenoplia para oito reuniões (CNU). Comissão Técnica de Marquês, Comissão Técnica de Recifes de Coral e oficinas de trabalho sobre inventário e classificação de áreas protegidas. O custo médio desta ação orçamentária refere-se ao custo médio de uma unidade de trabalho, considerando o custo médio de uma unidade de trabalho (custo médio de uma unidade de trabalho) e o custo médio de uma unidade de trabalho (custo médio de uma unidade de trabalho).
20VO	Conservação, Promoção de Uso, Manejo e Biossegurança de Espécies da Fauna e Flora	unidade	Serviços	70.962	A transformação das antigas Ações Orçamentárias em Planos Orçamentários (POs) e o agrupamento dos POs em uma única Ação Orçamentária fez com que o custo médio da Ação 20VO não expressasse de forma adequada os custos envolvidos em cada um dos Planos Orçamentários. Essa ação envolve a execução de projetos relacionados a ampliação do uso da biodiversidade nativa, a conservação e a promoção do uso de recursos genéticos e o desenvolvimento de estratégias de biossegurança, tanto para organismos geneticamente modificados quanto para espécies exóticas invasoras. Os recursos totais serão utilizados para a realização de reuniões e eventos, publicação de livros e materiais temáticos, implementação de acordos de cooperação e realização de estudos técnicos. O custo de cada um dos Planos Orçamentários não reflete o custo médio de uma unidade de trabalho, considerando o custo médio de uma unidade de trabalho (custo médio de uma unidade de trabalho) e o custo médio de uma unidade de trabalho (custo médio de uma unidade de trabalho).

PLDO-2014, Anexo II das Informações Complementares ao PLOA 2014

Custos Médios utilizados nos principais serviços e investimentos

II - detalhamento dos custos unitários médios utilizados na elaboração dos orçamentos para os principais serviços e investimentos, justificando os valores adotados

Orçamento Fiscal e de Seguridade Social

Recursos de todas as fontes					R\$ 1,00
Ação	Produto	Un. Medida	Serv / Invest	Custo Médio (R\$ 1,00)	Justificativa
20VP Apoio à conservação Ambiental e à Erradicação da Extrema Pobreza - BOLSA VERDE	Família atendida	unidade	Serviços	1.250	Valor correspondente ao pagamento de 4 benefícios anuais (trimestrais), no valor de R\$ 300,00 cada. Vale ressaltar que o valor a maior no custo médio é justificado pelos gastos com cadastramento de novas famílias, capacitação de famílias beneficiadas, operacionalização e monitoramento do programa Bolsa Verde.
20VQ Gestão Socioambiental em Territórios de Povos e Comunidades Tradicionais e Agricultores familiares	Família atendida	unidade	Serviços	5.429	Custo estimado para pequenos projetos que envolvam capacitação de povos e comunidades tradicionais e agricultores familiares em boas práticas para os produtos da sociobiodiversidade.
20VR Recuperação e Preservação de Bacias Hidrográficas	Sub-bacia com intervenção realizada	unidade	Serv. / Invest.	440.623	Recuperação, conservação, preservação, manejo e uso sustentável dos recursos naturais de bacias hidrográficas, através da implementação de atividades socioambientais e ações de revitalização ambiental voltadas a recuperação dos recursos naturais, principalmente nas áreas degradadas e de recarga de aquíferos, incluindo o reflorestamento e a recuperação de áreas de proteção permanente, a recomposição da cobertura vegetal, a redução dos processos erosivos, a mitigação de impactos ambientais, a promoção da melhoria e gestão dos recursos pesqueiros, a conservação da biodiversidade, a gestão racional dos recursos hídricos. Além disso, difusão de práticas de recuperação e preservação ambiental, assim como a promoção da educação ambiental, da mobilização e capacitação socioambiental, da articulação intersetorial e sociocultural, como também apoio e disseminação de técnicas agrícolas sustentáveis e atividades ecológicas em comunidades tradicionais, em áreas de proteção ambiental, entre outros, para fortalecer os processos de articulação permanente, com o conjunto de atores sociais e governamentais envolvidos com o processo de revitalização e de desenvolvimento sustentável da bacia, integrando inclusive os Sistemas Nacionais de Meio Ambiente e de Gerenciamento de Recursos Hídricos.
20VS Formulação e Gerenciamento da Política Nacional de Recursos Hídricos	Plano implementado	unidade	Serviços	4.450.000	A ação engloba um conjunto de atividades voltadas para a gestão dos recursos hídricos e ao estabelecimento de diretrizes e normativos que visam ao aprimoramento contínuo da Política Nacional de Recursos Hídricos. Os recursos serão aplicados, prioritariamente: no funcionamento do Conselho Nacional de Recursos Hídricos; na implementação do Plano Nacional de Recursos Hídricos; no apoio aos Estados; e na difusão de informações e atividades formativas voltadas para a gestão integrada de recursos hídricos. Financiará, também, estudos relacionados ao conhecimento técnico científico e à melhoria dos instrumentos de gestão.
20VT Zoneamento Ecológico e Econômico (ZEE)	Zoneamento concluído	percentual	Serviços	6.875	Valor estimado, por unidade percentual, para a revisão da metodologia de elaboração do ZEE em âmbito nacional.
20VU Políticas e Estratégias de Prevenção e Controle do Desmatamento no âmbito da União, Estados e Municípios	Política estabelecida	unidade	Serviços	382.700	Desenvolvimento de estratégias e apoio a outros órgãos na gestão e implementação da política nacional de Controle de Queimadas e Prevenção e Combate aos Incêndios Florestais. No custo estão envolvidas despesas com material de divulgação, realização de seminários e reuniões técnicas.
20VV Prevenção, Preparo e Resposta a Danos Ambientais Causados pela Indústria do Petróleo e por Substâncias e Produtos Químicos Perigosos	Projeto apoiado	unidade	Serviços	568.605	A Ação visa desenvolver uma estratégia nacional para prevenção, preparo e resposta a danos ambientais causados por acidentes de origem industrial da indústria do petróleo e com produtos químicos perigosos. Os recursos previstos visam apoiar o cumprimento do Termo de Cooperação estabelecido

PLDO-2014, Anexo II das Informações Complementares ao PLOA 2014

Custos Médios utilizados nos principais serviços e investimentos

II - detalhamento dos custos unitários médios utilizados na elaboração dos orçamentos para os principais serviços e investimentos, justificando os valores adotados

Orçamento Fiscal e de Seguridade Social

Recursos de todas as fontes					R\$ 1,00
Ação	Produto	Un. Medida	Serv / Invest	Custo Médio (R\$ 1,00)	Justificativa
20VX Fomento para a Melhoria da Qualidade Ambiental	Projeto apoiado	unidade	Serviços	555.445	com o CNPQ para o mapeamento de sensibilidade ambiental ao óleo das bacias sedimentares marítimas e apoiar projetos estaduais para o mapeamento de áreas de risco e a estruturação dos sistemas estaduais de prevenção, controle e atendimento a emergências ambientais. No custo do projeto envolve despesas com: diárias e passagens para vistorias de acompanhamento, reuniões técnicas, impressão e distribuição de material gráfico, aquisição de material de prevenção e combate às emergências ambientais. A ação visa fomentar o desenvolvimento e a execução de projetos referentes a estudos e inventários que visem a melhoria da qualidade ambiental, em especial aqueles que permitam a gestão sustentável de contaminantes e a construção de capacidade técnica para a gestão de químicos. Estão envolvidas despesas com diárias e passagens, contratação de empresas especializadas em eventos, impressão e divulgação de material gráfico e contratação de serviço de consultoria.
20YY Apoio à Implementação da Política Nacional de Educação Ambiental	Plataforma educacional formulada	unidade	Serviços	1.599.582	Traa-se de plataforma de educação ambiental no âmbito do Programa Nacional de EA. Os principais custos são: cartilhas, livros, livros, manutenção da plataforma de ensino à distância, diárias, passagens, eventos de capacitação, pagamento de pessoal temporário, entre outros.
20VZ Articulação à Implementação de Políticas Públicas para o Desenvolvimento Sustentável	Política implementada	unidade	Serviços	112.597	Em decorrência dos resultados da RIO+20 é necessário a implementação de políticas ambientais visando o consumo e produção sustentáveis. Os principais custos são: cartilhas, livros, livros, manutenção de plataforma de ensino à distância, diárias, passagens, eventos de capacitação, pagamento de pessoal temporário, entre outros
20W0 Políticas para a Gestão Ambiental e Territorial da Zona Costeira	Instrumento elaborado	unidade	Serviços	100.000	Custo estimado para a realização de instrumento de ação e gerenciamento para a Zona Costeira.
20W1 Iniciativas para Implementação da Política Nacional sobre Mudança do Clima	Política implementada	unidade	Serviços	2.298.744	De acordo com a Política Nacional sobre Mudança do Clima, Lei 12.197/2009 e seu Decreto regulamentador, 7.390/2010, o Brasil tem o compromisso assumido voluntariamente de reduzir as emissões de gases de efeito estufa em 36,1% e 38,9% das suas emissões projetadas até 2020. De forma a atender esse compromisso, essa ação visa o acompanhamento e implementação dos planos de mitigação e adaptação em desenvolvimento. Além disso, deve apoiar a elaboração de Planos Estaduais e Municipais de Mudança do Clima, bem como promover a disseminação de informações, educação e capacitação sobre a temática. O custo é composto por despesas com diárias e passagens, contratação de serviço de consultoria, impressão de material de divulgação.
20W2 Enfrentamento dos Processos de Desertificação, Mitigação dos Efeitos da Seca e Convivência com a Semiáridez	Plano implementado	unidade	Serviços	62.500	Custo médio estimado para a implementação de um Plano de Combate à Desertificação. Para 2014 estão previstos 11 planos estaduais e 1 plano nacional.
20W3 Apoio à Gestão Ambiental em Áreas Urbanas	Apoio realizado	unidade	Serviços	21.250	Parcerias com os entes federados, instituições governamentais, entidades da sociedade civil, universidades, institutos de pesquisa e fomento; promoção e realização de eventos técnicos; execução direta de projetos; promoção e estudos técnicos; cursos à distância; oficinas de trabalho; elaboração de publicações e material de divulgação.

PLDO-2014, Anexo II das Informações Complementares ao PLOA 2014

Custos Médios utilizados nos principais serviços e investimentos

II - detalhamento dos custos unitários médios utilizados na elaboração dos orçamentos para os principais serviços e investimentos, justificando os valores adotados

Orçamento Fiscal e de Seguridade Social

Recursos de todas as fontes					R\$ 1,00
Ação	Produto	Un. Medida	Serv / Invest	Custo Médio (R\$ 1,00)	Justificativa
20W4 Gestão Ambiental em Terras Indígenas	Projeto apoiado	unidade	Serviços	191.929	Custo médio estimado para a implementação de Plano de Gestão Territorial e Ambiental em Terras Indígenas. Para 2014 estão previstos 10 planos a serem implementados via PDI (contrato - KFW) e um plano por meio de Termo de Cooperação a ser celebrado com o ICMBio.
20W5 Apoio a Projetos de Gerenciamento e Disposição de Resíduos Industriais e Perigosos	Projeto apoiado	unidade	Serviços	900.000	Elaboração de manuais de gerenciamento dos resíduos diversos resíduos urbanos e industriais em unidades não regulamentadas, em especial, em unidades com atividades de beneficiamento de resíduos. Baseados principalmente nos preceitos de produção com tecnologias limpas, as quais propiciam a economia de água, energia e matéria prima, garantem a competitividade no mercado, geram lucro, possibilitam a redução de custos de produção, promovem a imagem da empresa e a colocação de seus produtos em mercados mais exigentes.
20W6 Gestão da Política Nacional de Resíduos Sólidos	Política implementada	unidade	Serviços	6.105.670	Implementação dos instrumentos da Política Nacional de Resíduos Sólidos. Apoio à elaboração de Planos Estaduais de Resíduos Sólidos, Microrregionais, de Regiões Metropolitanas e de Aglomerações Urbanas. Planos Municipais e Intermunicipais de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos. Implementação do Sistema Nacional de Informação e Gestão de Resíduos Sólidos – SINIR, com base na Lei nº 12.305/2010. Apoio a formação de consórcios. Implementação da logística Reversa.
20W7 Conferências Nacionais, Estaduais e Municipais sobre Meio Ambiente	Conferência realizada	unidade	Serviços	200.000	Trata-se de recursos para consolidação dos resultados da 4ª CNMA. Os principais custos são: livro com a consolidação das deliberações, oficiais de debates, diárias, passagens, estudos técnicos.
20W8 Implementação da Agenda Ambiental na Administração Pública - A3P	Agenda implementada	unidade	Serviços	35.000	Busca-se a implementação de critérios e práticas ambientais nos órgãos públicos nos três níveis de Governo. Os principais custos são: cartilhas, livros, manutenção da plataforma de ensino à distância, diárias, passagens, eventos de capacitação, realização do prêmio anual, realização do fórum anual, entre outros
6087 Projetos de Desenvolvimento Sustentável de Povos e Comunidades Tradicionais e Agricultores Familiares	Projeto apoiado	unidade	Serviços	200.000	Custo estimado para realização de projeto para atividades produtivas sustentáveis com foco na biodiversidade e em práticas agroecológicas.
6618 Monitoramento das Mudanças Ambientais Locais e Globais Observadas na Antártica	Relatório ambiental elaborado	unidade	Serviços	199.641	A estimativa de despesa na ação orçamentária visa a realizar duas consultorias, sendo uma com o objetivo de fazer reconstrução da nova estação antártica e outra para recuperação da área degradada com óleo diesel. Também está prevista a elaboração de duas publicações referentes ao estudo de impacto decorrente da reconstrução da estação. Por último está previsto serviços de estenotipia para três reuniões do Grupo de Avaliação Ambiental - GAAM.
8274 Fomento para a Organização e o Desenvolvimento de Cooperativas Aduantes com Resíduos Sólidos	Pessoa apoiada	unidade	Serv. / Invest.	0	Apoiar a participação de catadores de materiais recicláveis e reutilizáveis na Logística Reversa. Apoio para a organização de cooperativas, associações e redes de cooperativas de catadores de materiais recicláveis.
8288 Recuperação da Cobertura Vegetal de Áreas Degradadas	Diretriz proposta	unidade	Serv. / Invest.	63.285	Os recursos serão utilizados para a realização de eventos e reuniões que permitam a coleta de subsídios para a formulação de políticas voltadas para a recuperação de áreas degradadas.
8308 Regularização Ambiental dos Imóveis Rurais nas Unidades da Federação	Sistema implantado	percentual	Serviços	1.033.333	Valor estimado, por unidade percentual, para implementação do SICAR em âmbito nacional.

PLDO-2014, Anexo II das Informações Complementares ao PLOA 2014

Custos Médios utilizados nos principais serviços e investimentos

II - detalhamento dos custos unitários médios utilizados na elaboração dos orçamentos para os principais serviços e investimentos, justificando os valores adotados

Orçamento Fiscal e de Seguridade Social

Recursos de todas as fontes					R\$ 1,00
Ação	Produto	Un. Medida	Serv / Invest	Custo Médio (R\$ 1,00)	Justificativa
8499 Apoio a Projetos de Gestão Integrada do Meio Ambiente (PNMA II)	Projeto apoiado	unidade	Serv. / Invest	2.200.000	A previsão orçamentária para o exercício de 2014 foi elaborada com base no cronograma de desembolso dos projetos já firmados. São eles: 03 Termos de Cooperação respectivamente com o IBAMA, ICMBio e UFMG; 01 convênio com o estado do Acre; além de outros projetos de execução direta do MMA demandados por outras secretarias do MMA, projetos estes que estão em fase de licitação. A formação de custo de cada projeto foi analisada no sentido de apurar a razoabilidade do custo de execução quando comparado aos valores praticados no mercado. Tais análises estão referenciadas por pareceres técnicos do PNMA e de seus parceiros. Composição Analítica por Projeto IBAMA R\$ 3.000.000,00 ICMBio R\$ 3.000.000,00 Convênio Acre R\$ 200.000,00 Execução Direta PNMA II R\$ 1.800.000,00 Exec. Parceria Secretarias R\$ 1.500.000,00 Descentralização R\$ 1.500.000,00 Total R\$ 11.000.000,00
8695 Dessalinização de Água - Água Doce - Plano Brasil sem Miséria	Sistema implantado	unidade	Serv. / Invest	252.243	Recuperação e instalação de sistemas de dessalinização de águas subterrâneas, captadas através de poços tubulares e, onde as condições o permitirem, associados à implantação de sistemas produtivos locais sustentáveis, que possuem como base o aproveitamento múltiplo do concentrado resultante deste processo, com base nos princípios da economia popular, solidária e sustentável, aumento de renda e segurança alimentar. Onde não for possível o aproveitamento múltiplo, esse concentrado será submetido a tratamento, de modo a não comprometer o meio ambiente. O ponto de vista prioritário é a recuperação das áreas degradadas, com ênfase nos municípios representantes do poder público e da sociedade civil - sob coordenação dos órgãos de recursos hídricos estaduais e por núcleos locais das comunidades beneficiadas, gestores dos sistemas implantados. Ressalta-se a importância do componente capacitado na sustentabilidade da gestão local. O desenvolvimento da ação seguirá o estabelecido nos Planos Estaduais de implementação do Água Doce, construídos de forma descentralizada e participativa. Em 2011 o Programa foi contemplado pelo Plano Brasil sem Miséria. O Plano é um esforço do Governo Federal no combate à pobreza extrema e visa reduzir as desigualdades sociais e promover melhorias na qualidade de vida dos brasileiros. O PAD é uma das iniciativas que integram o Programa Água para Todos, no âmbito do Plano Brasil sem Miséria, juntamente com construção de cisternas e sistemas simplificados de abastecimento. O Água Doce assumiu a meta de aplicar a metodologia do programa na recuperação, implantação e gestão de 1.200 sistemas de dessalinização até 2014, beneficiando mais de 500 mil pessoas.
8990 Sustentabilidade Ambiental no Turismo	Projeto desenvolvido	unidade	Serviços	100.000	Custo estimado para a implementação de projeto no âmbito do turismo sustentável.

44102 Serviço Florestal Brasileiro - SFB

PLDO-2014, Anexo II das Informações Complementares ao PLOA 2014

Custos Médios utilizados nos principais serviços e investimentos

II - detalhamento dos custos unitários médios utilizados na elaboração dos orçamentos para os principais serviços e investimentos, justificando os valores adotados

Orçamento Fiscal e de Seguridade Social

Recursos de todas as fontes					R\$ 1,00
Ação	Produto	Un. Medida	Serv / Invest	Custo Médio (R\$ 1,00)	Justificativa
20VV Expansão da Silvicultura com Espécies Nativas e de Sistemas Agroflorestais	Diretriz proposta	unidade	Serviços	30.000	O valor do orçamento no valor de R\$ 140.000,00 será destinado à contratação de Pessoa Jurídica para propiciar o ordenamento das espécies florestais nativas para o desenvolvimento das florestas plantadas e o fomento ao plantio de florestas de rápido crescimento.
20WA Desenvolvimento Florestal Sustentável e Manejo Florestal Comunitário Familiar	Pessoa beneficiada	unidade	Serv. / Invest	32.218	Embora o produto da ação seja pessoa beneficiada, os produtos intermediários são pessoas capacitadas e iniciativas apoiadas. Assim como na LOA 2013, a leitura correta do produto da ação e projeto apoiado. Portanto, a justificativa será por projeto apoiado. O custo com pessoal, temporário, diárias e passagens é de R\$ 9.606,25 por projeto apoiado, totalizando R\$ 1.537.000,00. São estimados, por projeto apoiado, R\$ 11.206,25 para contratação de pessoas jurídicas; R\$ 1.250,00 para aquisição de material de consumo e R\$ 10.156,25 para aquisição de material permanente. Valores necessários para promover o manejo florestal sustentável comunitário em áreas públicas para agregar valor à produção, conservar os recursos naturais e melhorar a qualidade de vida da população. Além de disponibilizar recursos provenientes da arrecadação com concessões florestais e recursos de outras fontes a serem destinados ao FNDF, para aplicação em projetos das áreas de: (i) Pesquisa e desenvolvimento tecnológico em manejo florestal; (ii) assistência técnica e extensão florestal; (iii) recuperação de áreas degradadas com espécies nativas; (iv) aproveitamento econômico racional dos recursos florestais; (v) controle e monitoramento das atividades florestais e desmatamentos; (vi) capacitação em manejo florestal; (vii) educação ambiental e (viii) proteção ao meio ambiente. Os valores alocados na ação são destinados, também, para a qualificação de recursos humanos, para a adoção de técnicas adequadas à realização de atividades florestais contribuindo no uso sustentável dos recursos florestais madeiros e não madeiros.
20WB Pesquisa e Informações Florestais	Sistema implantado	percentual	Serv. / Invest	240.187	O valor de R\$1.943.750,00, em investimentos, na fonte de recurso 0195, será destinado ao desenvolvimento tecnológico e a difusão das técnicas de silvicultura e sistema de produção florestal e agroflorestal com espécies florestais nativas. Para realização de pesquisa e Desenvolvimento Florestal, Cadastramento de Florestas Públicas Nacionais e Implantação e Gestão do Sistema Nacional de Informações Florestais serão alocados R\$ 634.587,00 para contratação de Pessoa Jurídica para realização de catálogo de imagens de Satellite, contratação de empresa especializada em investigação preventiva e controle de pragas e doenças florestais, contratação de empresa especializada no cadastramento de propriedades comunitárias e outros serviços. O valor de R\$ 95.000,00 em diárias e passagens foi calculado levando-se em conta a realização de identificação e levantamento da viabilidade de madeiros de florestas federais, reuniões com fornecedores de dados, monitoramento e outras atividades.

PLDO-2014, Anexo II das Informações Complementares ao PLOA 2014

Custos Médios utilizados nos principais serviços e investimentos

II - detalhamento dos custos unitários médios utilizados na elaboração dos orçamentos para os principais serviços e investimentos, justificando os valores adotados

Orçamento Fiscal e de Seguridade Social

Recursos de todas as fontes					R\$ 1,00
Ação	Produto	Un. Medida	Serv / Invest	Custo Médio (R\$ 1,00)	Justificativa
20WC Planejamento, Gestão e Controle das Concessões Florestais	Área de florestas sob concessão	hectare	Serv. / Invest	2	O valor de R\$ 1.330.000,00 em investimentos será para atender a gestão do Portal de Geodados do Cadastro, aquisição de equipamento e material permanente necessário para a execução do projeto, implantação de servidor de rede e aquisição de softwares. Portanto, os valores da ação atenderão a atividade de implantar portais de acesso a informações e dados sobre florestas (Gestão, Setor, Florestas), permitindo o resgate de forma dinâmica pelo usuário, para a emissão de relatórios por estado, bioma, bacia hidrográfica, ano, além de gerar conhecimentos, desenvolvimento e inovação de técnicas e tecnologias, para a implantação de sistemas de produção florestal sustentáveis, com ênfase no melhoramento genético das espécies nativas e no manejo sustentável da madeira, melhoria da qualidade dos produtos florestais, adequação e não manejo, Os valores alocados na ação são destinados, também, para o desenvolvimento tecnológico e a difusão das técnicas de silvicultura e sistema de produção florestal e agroflorestal com espécies florestais nativas, além de implementar o Cadastro Nacional de Florestas Públicas para consolidar as informações sobre as características florestais e fundiárias das florestas públicas em domínio da União, dos Estados e dos Municípios. A atividade de concessão florestal engloba as fases de planejamento florestal, gestão das concessões e monitoramento das áreas concedidas. A demanda por contratação de pessoa jurídica está estimada em R\$1.010.000, contemplando a contratação de estudos necessários para a elaboração do Plano Anual de Outorga Florestal (PAOF) na fase de planejamento, a contratação de estudos técnicos que subsidiem a elaboração dos editais de concessão florestal na fase de gestão e, por fim, a contratação de serviços, sobretudo aqueles relacionados ao monitoramento remoto, para o monitoramento das áreas concedidas. Já a contratação de estudos técnicos e monitoramento das áreas concedidas de processamento de dados, são necessários para dar o suporte necessário às atividades relacionadas à atividade de concessão. Exemplos disso são as aquisições de equipamentos de georreferenciamento (GPS) e de coletores de dados para a implantação de um sistema de rastreamento eletrônico para as atividades de monitoramento. O valor de R\$ 180.000,00 em diárias e passagens se justifica pela participação no conselho consultivo da flona de Caxiuanã, Altamira, Itaituba I e II, Macaúá, realização de diligências às empresas concorrentes dos certames licitatórios de Crepori, Amaná e Altamira, realização de levantamento socioeconômico da Flona do Macaúá, realização de audiências públicas das pré-ediais das Flonas Caxiuanã, Trarirão, Macaúá e Itaituba I e II, monitorar a execução dos contratos de concessão, capacitar técnicos da Gemat no planejamento e construção de estradas florestais e realização de curso sobre identificação botânica na Flona Saracá-Taquera. A maioria do corpo técnico é de temporários. Soma-se, para essa ação, o valor de R\$ 3.700.000,00

PLDO-2014, Anexo II das Informações Complementares ao PLOA 2014

Custos Médios utilizados nos principais serviços e investimentos

II - detalhamento dos custos unitários médios utilizados na elaboração dos orçamentos para os principais serviços e investimentos, justificando os valores adotados
Orçamento Fiscal e de Seguridade Social

Recursos de todas as fontes					R\$ 1,00
Ação	Produto	Un. Medida	Serv / Invest	Custo Médio (R\$ 1,00)	Justificativa
20WD Inventário Florestal Nacional	Área inventariada	hectare	Serv. / Invest.	138	O valor orçado de R\$ 27.220.254,00 do Fundo Amazônia (fonte 0196) serão destinados ao desenvolvimento de estudos e pesquisas de apoio ao Inventário Florestal Nacional - IFN, desenvolvimento de sistemas de informação e sítios eletrônicos, estabelecimento e comissões e comitês de apoio ao IFN, Capacitação de equipes de campo e parceiros, desenvolvimento técnico-científico do IFN, coleta de dados em campo, controle de qualidade de dados, plano de comunicação para informar a sociedade sobre o IFN implementado. As diárias e passagens no valor de R\$ 100.000,00 serão necessárias para capacitação de equipes de campo e parceiros (CE, SE, BA, ES); controle de qualidade de dados (SE, CE, BA, ES). O valor de R\$ 20.000,00 será necessário para aquisição de equipamentos ao IFN. Portanto, o valor da ação é necessário para realizar o mapeamento da cobertura florestal do país e amostragem para a qualificação das florestas, visando à produção de relatório quinzenal e disponibilização de acesso às informações sobre as florestas brasileiras pela internet.
8292 Expansão do Uso Sustentável dos Recursos Florestais	Diretriz proposta	unidade	Serviços	50.000	O valor de R\$ 50.000,00 destina a contratação de pessoa jurídica para a promoção do manejo florestal sustentável de florestas nativas para a exploração sustentável de produtos madeiros e não madeiros com a formulação de políticas e normas para a implementação de programas e projetos.
44201 Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - IBAMA					
20WM Promoção de Ações de Gestão de Riscos, Preparação e Atendimento a Emergências Ambientais	Ação realizada	unidade	Serviços	10.333	Unidade Orçamentária: 44201 - Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - IBAMA Programa: 2045 - Licenciamento e Qualidade Ambiental Ação: 20WM - Promoção de Ações de Gestão de Riscos, Preparação e Atendimento a Emergências Ambientais Momento atual: Momento Unidade Orçamentária "Custos com diárias e passagens, relacionados à Emergências Ambientais com ênfase nos Produtos Perigosos à Gestão de Risco de Emergências Ambientais, à preparação e atendimento à ocorrência de acidentes ambientais com produtos perigosos". Constituição Federal, Art. 225, Lei 6.939/1981; Lei 9.605/1998; Decreto 6.514 /2008; Lei 9.966/2000; Decreto 4.136/2002; Decreto 4.871/2002; Decreto 5.098 /2004; Decreto 96.044/1988; Resolução ANTT 420/2004; Resolução CONAMA 398/2008."
20W9 Modernização da Gestão de Atividades Ligadas ao Meio Ambiente	Estrutura modernizada	percentual de execução	Serviços	35.714	Unidade Orçamentária: 44201 - Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - IBAMA Programa: 2124 - Programa de Gestão e Manutenção do Ministério do Meio Ambiente Ação: 20W9 - Modernização da Gestão de Atividades Ligadas ao Meio Ambiente

PLDO-2014, Anexo II das Informações Complementares ao PLOA 2014

Custos Médios utilizados nos principais serviços e investimentos

II - detalhamento dos custos unitários médios utilizados na elaboração dos orçamentos para os principais serviços e investimentos, justificando os valores adotados

Orçamento Fiscal e de Seguridade Social

Recursos de todas as fontes					R\$ 1,00
Ação	Produto	Un. Medida	Serv / Invest	Custo Médio (R\$ 1,00)	Justificativa
20WE - Fiscalização dos Recursos da Biodiversidade	Fiscalização ambiental realizada	unidade	Serviços	921	""Custo com capacitação e treinamento dos servidores do Ibama Sede e suas unidades vinculadas, nas áreas meio e finalística. Lei nº 6.938/81; Decreto nº 5.979/2006."" Unidade Orçamentária: 44201 - Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - IBAMA Programa: 2018 - Biodiversidade Ação: 20WE - Fiscalização dos Recursos da Biodiversidade "Custo médio resultante da previsão dos gastos com o aprimoramento dos instrumentos de prevenção, monitoramento, avaliação e controle do uso da biodiversidade, bem como com a Fiscalização para a redução do uso, comercialização e transporte legal de recursos naturais e da biodiversidade. Esses custos envolvem gastos com locação de veículos e barcos, diárias e passagens e com Tecnologia da Informação. Lei nº 11.516, de 28/08/07, nº 11.481, de 31 de maio de 2007, nº 11.284, de 02/03/2006, nº 10.406 de janeiro de 2002, nº 9.985, de 18/07/2000, nº 9.860, de 28/01/2000, Lei nº 9.636, de 15 de maio de 1998, Lei nº 9.605, de 12/02/98, Lei nº 9.478, de 06/09/1997, nº 6.938, de 31/08/81, nº 4.771, de 15/09/65, Decreto-Lei nº 271, de 28 de fevereiro de 1967. Decreto nº 6.100, de 26/04/07, nº 6.040 de 07 de fevereiro de 2007, nº 4.340, de 22/08/2002."
20WF - Avaliação dos Estoques e do Potencial Sustentável dos Recursos Pesqueiros	Estudo desenvolvido	unidade	Serviços	98.000	Unidade Orçamentária: 44201 - Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - IBAMA Programa: 2018 - Biodiversidade Ação: 20WF - Avaliação dos Estoques e do Potencial Sustentável dos Recursos Pesqueiros ""Custo médio resultante da previsão dos gastos voltados à realização de estudos para subsidiar avaliação e obtenção de disponibilização de informações sobre os principais recursos pesqueiros, garantindo a conservação e a utilização sustentável desses recursos, com custos associados à contratação de profissionais e deslocamentos de servidores. CF Art. 20, 23, 24 e 225. Lei nº 9.478, de 06/08/1997, Lei 7.679, de 23/11/88, Lei 6.938 de 31/08/81; Decreto-Lei 221, de 28/2/67; MP 103, de 1/1/03, art. 23, §ºº inciso 1. Decreto nº 5.382 de 03/03/05""
20WG - Estruturação da Gestão Nacional dos Recursos Faunísticos	Acordo implementado	unidade	Serviços	80.000	Unidade Orçamentária: 44201 - Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - IBAMA Programa: 2018 - Biodiversidade Ação: 20WG - Estruturação da Gestão Nacional dos Recursos Faunísticos Custos derivados de despesas com diárias e passagens aéreas e disponibilização aos Estados de sistemas informatizados de gestão dos recursos faunísticos, com a elaboração, avaliação e revisão das normas para o acesso ao uso e manejo de espécies, com o controle e monitoramento do uso das espécies

PLDO-2014, Anexo II das Informações Complementares ao PLOA 2014

Custos Médios utilizados nos principais serviços e investimentos

II - detalhamento dos custos unitários médios utilizados na elaboração dos orçamentos para os principais serviços e investimentos, justificando os valores adotados

Orçamento Fiscal e de Seguridade Social

Recursos de todas as fontes					R\$ 1,00
Ação	Produto	Un. Medida	Serv / Invest	Custo Médio (R\$ 1,00)	Justificativa
20WH - Avaliação de Periculosidade e Controle de Produtos, Substâncias Químicas e Resíduos Perigosos	Avaliação realizada	unidade	Serviços	30	silvestres e dos produtos e subprodutos dela derivados, com a elaboração de protocolos, guias e manuais com embasamento técnico e científico. Capacitação dos órgãos estaduais para a gestão dos recursos faunísticos. Concessão de autorizações para captura, coleta e manejo na necessidade de ação supletiva. Unidade Orçamentária: 44201 - Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - IBAMA Programa: 2045 - Licenciamento e Qualidade Ambiental Ação: 20WH - Avaliação de Periculosidade e Controle de Produtos, Substâncias Químicas e Resíduos Perigosos ""Custos associados ao aperfeiçoamento dos mecanismos de gestão e controle voltados à prevenção da contaminação e da poluição ambiental (estudos, análises, vistorias e emissões de autorizações para os produtos, substâncias e resíduos controlados pelo Ibama (agrotóxicos, dispersantes de óleos, licenças para circulação de veículos automotores, selo ruído, programa silêncio, etc) Constituição Federal, Art. 225; Lei nº 6.938/1981; Lei nº 9.605/1998; Decreto nº 6.514/2008; Lei nº 9.966/2000; Decreto nº 4.136/2002; Decreto nº 4.871/2002; Decreto nº 5.098/2004; Decreto nº 96.044/1988; Resolução ANTT nº 420/2004; Resolução CONAMA nº 388/2008; Lei nº 7.802/89; Lei nº 8.723/93; Decreto nº4.074/02.""
212R - Avaliação das Medidas de Ordenamento do Uso de Recursos Pesqueiros	Medida avaliada	unidade	Serviços	48.000	Unidade Orçamentária: 44201 - Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - IBAMA Programa: 2018 - Biodiversidade Ação: 212R - Avaliação das Medidas de Ordenamento do Uso de Recursos Pesqueiros Custo com diárias e passagens dos Analistas Ambientais para realização da avaliação, com a participação dos órgãos estaduais, da comunidade científica e da sociedade civil organizada, das medidas de ordenamento dos recursos pesqueiros, em conjunto com o Ministério da Pesca e Agricultura, das melhores práticas de gestão e de áreas de manejo de pesca; proposição de regulamentações para o uso e conservação desses recursos; desenvolvimento e aperfeiçoamento de sistemas e procedimentos de comando e controle; capacitação e educação ambiental visando avaliar a eficiência e eficácia das medidas de ordenamento com vistas a propor ajustes e melhorias e com a elaboração, implementação e manutenção do Documento de Origem do Pescado - DOP.
2976 - Conservação e Uso Sustentável de Espécies Ameaçadas de Extinção	Espécie conservada	unidade	Serviços	1.000	Unidade Orçamentária: 44201 - Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - IBAMA Programa: 2018 - Biodiversidade Ação: 2976 - Conservação e Uso Sustentável de Espécies Ameaçadas de Extinção ""Custos estimados para a elaboração de planos de gestão e recuperação para as espécies aquáticas ameaçadas de extinção e espécies sobre-explotadas da pesca marinha e continental. Elaboração de Planos e Manejo florestais

PLDO-2014, Anexo II das Informações Complementares ao PLOA 2014

Custos Médios utilizados nos principais serviços e investimentos

II - detalhamento dos custos unitários médios utilizados na elaboração dos orçamentos para os principais serviços e investimentos, justificando os valores adotados

Orçamento Fiscal e de Seguridade Social

Recursos de todas as fontes					R\$ 1,00
Ação	Produto	Un. Medida	Serv / Invest	Custo Médio (R\$ 1,00)	Justificativa
4969	Controle, Monitoramento, Triagem, Recuperação e Destinação de Animais Silvestres	unidade	Serviços	79	sustentáveis para promover programas de conservação das espécies nativas, com ênfase nas espécies ameaçadas de extinção e nas de importância socioeconômica. Aprimoramento do gerenciamento do comércio internacional de espécies ameaçadas.; Lei nº 4.771/65; Lei nº 9.795/99; Lei nº 9.985/2000; Lei nº 6.938/81; Lei nº 9.605/98; Decreto nº 2.519/98; Decreto 4.339/2002; Decreto nº 3.420/2000; Medida Provisória nº 2.166/2001. "
					Unidade Orçamentária: 44201 - Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - IBAMA Programa: 2018 - Biodiversidade Ação: 4969 - Controle, Monitoramento, Triagem, Recuperação e Destinação de Animais Silvestres ""Custo médio para recepção, manutenção, recuperação e reintegração dos animais mantidos nos CETAS aos ambientes originais. Obras e reformas dos Centro de Triagem de Animais Silvestres- CETAS. Lei nº 7735/89 ; Lei nº 5.197/67; Lei nº 6.938/81; Lei nº 9.605/98; Decreto nº 3.179/99 e Decreto nº 3.607/00; Lei nº 9.478, de 06/08/1997""
6037	Fortalecimento e Aprimoramento da Fiscalização Ambiental	unidade	Serviços	124.528	Unidade Orçamentária: 44201 - Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - IBAMA Programa: 2036 - Florestas, Prevenção e Controle do Desmatamento e dos Incêndios Ação: 6037 - Fortalecimento e Aprimoramento da Fiscalização Ambiental "Custo médio relacionado às despesas com diárias e passagens, gastos com contratações de serviços de tecnologia da informação, despesas com capacitação dos Agentes Federais Ambientais, e outros que visem fortalecer e aprimorar a estrutura de fiscalização do IBAMA, em nível nacional. Lei nº 9.605, de 12/02/98; Lei nº 10.650, de 16/04/2003; Lei nº 9.605/98; Lei 6.938, de 31/08/81; Lei nº 8.630, de 25/02/93; Decreto nº 97.634 de 10/04/89; Decreto nº 3.179/99; Lei nº 9.478, de 06/08/1997."
6074	Prevenção e Combate a Incêndios Florestais e Controle de Queimadas	unidade	Serv. / Invest	6.676	Unidade Orçamentária: 44201 - Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - IBAMA Programa: 2036 - Florestas, Prevenção e Controle do Desmatamento e dos Incêndios Ação: 6074 - Prevenção e Combate a Incêndios Florestais e Controle de Queimadas "Custos derivados das contratações, Seleção, capacitação de brigadistas, para a formação de brigadas de prevenção e combate aos incêndios florestais em municípios críticos; locação de aeronaves e veículos para o combate aos incêndios, equipamentos, diárias e passagens para apoiar as ações de controle e combate a queimadas e incêndios florestais. Lei nº 9.605/98; Decreto nº 6.514/08; Lei 6.938/81; Lei 8.745/93; Lei 4.771/65; Decreto 2.661/98.""

PLDO-2014, Anexo II das Informações Complementares ao PLOA 2014

Custos Médios utilizados nos principais serviços e investimentos

II - detalhamento dos custos unitários médios utilizados na elaboração dos orçamentos para os principais serviços e investimentos, justificando os valores adotados

Orçamento Fiscal e de Seguridade Social

Recursos de todas as fontes					R\$ 1,00
Ação	Produto	Un. Medida	Serv / Invest	Custo Médio (R\$ 1,00)	Justificativa
6124 Fiscalização de Atividades Degradoras, Poluentes e Contaminantes	Fiscalização ambiental realizada	unidade	Serviços	972	Unidade Orçamentária: 44201 - Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - IBAMA Programa: 2045 - Licenciamento e Qualidade Ambiental Ação: 6124 - Fiscalização de Atividades Degradoras, Poluentes e Contaminantes "Custo médio derivado das despesas com diárias e passagens aos servidores do Itama e locação de veículos nas ações de fiscalização das atividades potencialmente degradadoras, poluentes e/ou contaminantes. Lei nº 8.065, de 20/09/99, Lei nº 5.006, de 12/02/2008, Decreto nº 3.179, de 21/09/99, Lei nº 7.802, de 11/07/89, Decreto nº 4.074, de 04/01/02, Lei nº 9.478, de 08/08/1997." Custo médio derivado das despesas com diárias e passagens aos servidores do Itama e locação de veículos nas ações de fiscalização das atividades potencialmente degradadoras, poluentes e/ou contaminantes. Lei nº 8.065, de 20/09/99, Lei nº 5.006, de 12/02/2008, Decreto nº 3.179, de 21/09/99, Lei nº 7.802, de 11/07/89, Decreto nº 4.074, de 04/01/02, Lei nº 9.478, de 08/08/1997." Unidade Orçamentária: 44201 - Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - IBAMA Programa: 2036 - Florestas, Prevenção e Controle do Desmatamento e dos Incêndios Ação: 6307 - Fiscalização de Atividades de Desmatamento "Custo médio das operações de fiscalização de atividades ilegais de desmatamento, incluindo gastos com diárias e passagens a servidores e colaboradores eventuais (Estradais e Municipais), com contratos de locação de veículos e aeronaves, bem como locação de máquinas e aquisição de equipamentos, materiais e serviços de tecnologia da informação. Lei nº 9.089, de 19/09/95, Lei nº 4.771/65, Lei nº 6.536 de 31/08/61 e Decreto nº 6514/2008." Unidade Orçamentária: 44201 - Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - IBAMA Programa: 2036 - Florestas, Prevenção e Controle do Desmatamento e dos Incêndios Ação: 6329 - Monitoramento e Controle do Desmatamento e dos Incêndios Florestais Custo com diárias e passagens, locação de meio de transportes (Veículos e Aeronaves), com despesas de comunicação de dados e serviços de tecnologia da informação, uso a aquisição de imagens para ao monitoramento e controle do desmatamento, queimadas e incêndios florestais. Lei nº 8.065, de 20/09/99, Lei nº 5.006, de 12/02/2008, Decreto nº 3.179, de 21/09/99 e Lei 6.938 de 31/08/61." Unidade Orçamentária: 44201 - Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - IBAMA Programa: 2045 - Licenciamento e Qualidade Ambiental Ação: 6925 - Licenciamento Ambiental Federal "Custo médio derivado dos gastos com diárias e passagens, com despesas de comunicação de dados e serviços de tecnologia da informação, com aquisição
6307 Fiscalização de Atividades de Desmatamento	Área de risco monitorada	percentual	Serv. / Invest.	12.223	
6329 Monitoramento e Controle do Desmatamento e dos Incêndios Florestais	Área monitorada	quilômetro quadrado	Serviços	5	
6925 Licenciamento Ambiental Federal	Licença concedida	unidade	Serviços	17.502	

Custos Médios utilizados nos principais serviços e investimentos

II - detalhamento dos custos unitários médios utilizados na elaboração dos orçamentos para os principais serviços e investimentos, justificando os valores adotados

Orçamento Fiscal e de Seguridade Social

Recursos de todas as fontes R\$ 1.00

R\$ 1.00

Ação	Produto	Un. Medida	Serv / Invest	Custo Médio (R\$ 1,00)	Justificativa
8296	Educação Ambiental para Grupos em Situação de Vulnerabilidade Socioambiental	unidade	Serviços	250.000	de equipamentos, com locações de softwares possibilitando as análises, vistorias e concessões de licenças ambientais a empreendedores e reuniões técnicas com empreendedores, consultorias e interessados. CF Art. 177 e 225; Lei nº. 6.938/81; Lei nº. 9.966/00; e Lei nº 9.478, de 06/08/1997.
					Unidade Orçamentária: 44201 - Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - IBAMA Programa: 2045 - Licenciamento e Qualidade Ambiental Ação: 8286 - Educação Ambiental para Grupos em Situação de Vulnerabilidade Socioambiental
					""Custos relativos a despesas com diárias e passagens a servidores envolvidos com projetos de desenvolvimento de estratégias de educação ambiental, para grupos em situação de vulnerabilidade socioambiental, Artigo 225 da Constituição Federal; Artigo 2º, inciso X da Lei 6.938/81; Lei 9.605/98; Lei 9.795 /99; Decreto 4.281/02 e Decreto 5.718/2006; Lei nº 9.478, de 06/08/1997.""
8294	Estruturação dos Órgãos do Sistema Nacional de Meio Ambiente para a Gestão Florestal Compartilhada	unidade	Serviços	66.666	Unidade Orçamentária: 44201 - Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - IBAMA Programa: 2036 - Florestas, Prevenção e Controle do Desmatamento e dos Incêndios Ação: 8294 - Estruturação dos Órgãos do Sistema Nacional de Meio Ambiente para a Gestão Florestal Compartilhada
					""Custo derivado das despesas com pagamento de diárias e passagens para realização de reuniões técnicas e capacitação e pastos com desenvolvimento de sistema e melhoria na utilização de processos e sistemas de gestão da informação, tais como o Sistema Compartilhado de Informações Ambientais SISCOM, Sistema de Licenciamento de Atividades Florestais - LAF, Sistema de Controle do Fluxo dos Produtos Florestais - DOFe desenvolvimento e manutenção dos sistemas de Cadastro Ambiental Rural - CAR . Leis nº. 4.771 de 1965, 6.938 de 1981, 9.605 de 1998, 9.985 de 2000 e 11.284 de 2006; Decretos nº. 99.274 de 1990, 2.519 de 1998, 3.420 de 2000, 4.339 de 2002, 5.975 de 2006, 6.099 de 2007, 6.063 de 2007, 6.514 de 2008 e 7.029 de 2009; Resolução CONAMA 379 de 2006.
8296	Autorização e Controle das Atividades Florestais	unidade	Serviços	1.660	Unidade Orçamentária: 44201 - Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - IBAMA Programa: 2036 - Florestas, Prevenção e Controle do Desmatamento e dos Incêndios Ação: 8296 - Autorização e Controle das Atividades Florestais
					""Custos derivados das despesas com pagamento de diárias e passagens aos servidores envolvidos nas análises e vistorias de planos de reposição e manejo florestais e de emissão de licenças/autorizações de supressão de vegetação e despesas com comunicação de dados e serviços de tecnologia da informação. Leis nº/s 4.771 de 1965, 9.605 de 1998, 9.985 de 2000, 11.284 de 2006, 6.838 de 1981. Decretos nº/s 99.274 de 1990, 2.519 de 1998, 3.420 de 2000, 4.339 de

PLDO-2014, Anexo II das Informações Complementares ao PLOA 2014

Custos Médios utilizados nos principais serviços e investimentos

II - detalhamento dos custos unitários médios utilizados na elaboração dos orçamentos para os principais serviços e investimentos, justificando os valores adotados

Orçamento Fiscal e de Seguridade Social

Recursos de todas as fontes					R\$ 1,00
Ação	Produto	Un. Medida	Serv / Invest	Custo Médio (R\$ 1,00)	Justificativa
8352 Elaboração de Planos de Gestão e de Recuperação para Recursos Pesqueiros	Piano elaborado	unidade	Serviços	10.000	Unidade Orçamentária: 44201 - Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - IBAMA. Programa: 2052 - Pesca e Aquicultura. Ação: 8352 - Elaboração de Planos de Gestão e de Recuperação para Recursos Pesqueiros. "Custo derivado das despesas com pagamento de diárias e passagens aos servidores envolvidos na coordenação, com a participação dos órgãos estaduais, da comunidade científica e da sociedade civil organizada, da gestão compartilhada dos recursos pesqueiros, da elaboração e implementação dos Planos de Gestão e Recuperação para as espécies constantes da lista nacional de invertebrados aquáticos e peixes ameaçados de extinção e sobreexplorados. Lei nº. 5.197, de 30/11/97; Lei nº. 9.605, de 12/02/1998; Lei nº. 10.683, de 28/05/2003; Decreto nº. 2.519, de 16/03/1998; Decreto nº. 92.446, de 7/03/1986; Decreto nº. 3.179, de 21/09/1999 e Decreto nº. 4.339, de 22/08/2002.""
44205 Agência Nacional de Águas - ANA					
12DS Construção de Prédio Anexo ao Bloco M da Agência Nacional de Águas	Prédio construído	percentual de execução física	Investimentos	147.700	A ação visa à construção de prédio administrativo, anexo ao Bloco M, onde está instalada a administração central da Agência Nacional de Águas para instalação de corpo de servidores aprovado em concurso público e remanejamento de parte do quadro de pessoal ativo da Agência, hoje instalado em prédio alugado, situado no SIA - Setor de Indústria e Abastecimento, a mais de quatro (4) km da administração central, para assegurar condições adequadas de infraestrutura, de segurança e de produtividade do trabalho. O novo prédio será construído em terreno de propriedade do Ministério da Ciência e Tecnologia, no Setor Policial, em Brasília - DF, com área total de 4.760 m², dispostos em dois pavimentos. Os valores decorrem de estimativa e detalhamento do cronograma de obra, cuja planilha prevê a execução de 27% da obra no exercício de 2014, a um custo estimado de R\$ 4 milhões, de um total de R\$ 14,77 milhões. Observa-se que não há precisão na relação do percentual do físico e do financeiro da obra, pois esses dependem das respectivas etapas da execução.
20W6 Implementação da Agenda Ambiental na Administração Pública - A3P	Agenda implementada	unidade	Serviços	50.000	A ação destina-se à promoção da conscientização dos servidores quanto à necessidade de uso de práticas de correto armazenamento de materiais, conscientização sobre educação ambiental e reciclagem de materiais, práticas sustentáveis, coleta seletiva de lixo, etc. O custo médio é o próprio valor a ser desembolsado no exercício, em razão da diversidade de ações desenvolvidas.
20W1 Implementação da Política Nacional de Recursos Hídricos	Bacia hidrográfica beneficiada	unidades por ano	Serv. / Invest	3.648,261	Ação contempla serviços e investimentos no âmbito do Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos - SINGREH, a que se refere a Lei nº 9.433 /1998, que trata da implementação da Política Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos, tais como: despoluição de rios e outros corpos d'água.

PLDO-2014, Anexo II das Informações Complementares ao PLOA 2014

Custos Médios utilizados nos principais serviços e investimentos

II - detalhamento dos custos unitários médios utilizados na elaboração dos orçamentos para os principais serviços e investimentos, justificando os valores adotados

Orçamento Fiscal e de Seguridade Social

Recursos de todas as fontes					R\$ 1,00	
Ação	Produto	Un. Medida	Serv / Invest	Custo Médio (R\$ 1,00)	Justificativa	
20WJ Modernização da Gestão dos Recursos Hídricos	Estrutura modernizada	percentual de execução física	Serviços	1.923	conservação de recursos hídricos, promoção do uso racional e reúso da água, elaboração de estudo e plano de recursos hídricos, operação e modernização da rede hidrometeorológica nacional, rede de qualidade de águas, estudos de prospecção de águas subterrâneas, sistema nacional de informação sobre recursos hídricos, capacitação e apoio a entes do Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos, fiscalização, regulação e cadastro de usuários de recursos hídricos e de segurança de barragens, interlocução com gestores de águas transfronteiriças, etc. O custo médio foi obtido pela relação do valor anual previsto pelo número de bacias hidrográficas com previsão de atuação direta no exercício.	
44206 Instituto de Pesquisas Jardim Botânico do Rio de Janeiro - JBRJ						
201W Preservação e Difusão do Acervo Museológico do Instituto de Pesquisas Jardim Botânico do Rio de Janeiro	Público atendido	unidade	Serviços	16	Realizar atividades para a disseminação do conhecimento sobre o meio ambiente, além de manter o acervo do Museu do Meio Ambiente. Não considera despesas a cargo da ação de apoio administrativo, como limpeza e higienização.	
20W8 Implementação da Agenda Ambiental na Administração Pública - A3P	Agenda implementada	unidade	Serviços	34.000	Promover a gestão socioambiental sustentável no JBRJ. Elaborar e executar o Plano de Trabalho para a implementação da A3P. Gerenciar a implementação de ações cooperativas em parceria com agência e órgãos públicos e privados, universidades e centros de pesquisa com atuação e interesse na área de gestão socioambiental, a fim de melhorar a eficiência e a eficácia dos planos de ações.	
20W9 Modernização da Gestão de Atividades Ligadas ao Meio Ambiente	Estrutura modernizada	percentual de execução	Serviços	1.760	Formar e capacitar os servidores públicos do JBRJ. A execução se dará através da contratação de cursos ministrados e cadastrados no sistema de dados no plano de capacitação e poderá ser realizada por instituições individuais ou "in company", permitindo uma melhor distribuição dos servidores capacitados por todas as áreas do JBRJ.	
20WK Pesquisa, Avaliação e Monitoramento da Flora Brasileira	Pesquisa publicada	unidade	Serv. / Invest.	25.640	Produzir conhecimento sobre a riqueza e a diversidade da flora brasileira. Não considera investimentos externos de fomento, como o CNPq, e despesas a cargo da ação de apoio administrativo, como os proventos dos pesquisadores (servidores públicos federais do JBRJ e conveniados).	
20WL Proteção e ampliação de coleções vivas em jardins botânicos	Espécime cultivado	unidade	Serviços	1.680	Realizar o manejo dos espécimes botânicos representados nos aboretos dos Jardins Botânicos. Não considera despesas a cargo da ação de apoio administrativo, como jardinagem.	
2972 Educação para Conservação da Biodiversidade	Pessoa informada	unidade	Serviços	10	Formar e capacitar o público em conservação da biodiversidade e a sustentabilidade ambiental.	

PLDO-2014, Anexo II das Informações Complementares ao PLOA 2014

Custos Médios utilizados nos principais serviços e investimentos

II - detalhamento dos custos unitários médios utilizados na elaboração dos orçamentos para os principais serviços e investimentos, justificando os valores adotados

Orçamento Fiscal e de Seguridade Social

Recursos de todas as fontes					R\$ 1,00
Ação	Produto	Un. Medida	Serv / Invest	Custo Médio (R\$ 1,00)	Justificativa
4909 Funcionamento de Cursos de Pós-Graduação em Botânica e Meio Ambiente	Aluno matriculado	unidade	Serviços	7.520	Formar e capacitar nos campos da Botânica, Ecologia, Educação Ambiental e Gestão de Jardins Botânicos. Inclui bolsas de estudos e não considera os proventos dos professores (servidores públicos federais do JBRJ e conveniados).
44207 Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade					
20MY Prevenção e Combate a Incêndios Florestais em Unidades de Conservação Federais	Unidade de conservação protegida	unidade	Serviços	444.444	Reduzir a área queimada e os impactos ambientais causados por incêndios florestais e/ou emergências ambientais em Unidades de Conservação Federais. Contratações de Brigadistas/ Atividades de Prevenção e Combate a Incêndios Florestais.
20N0 Concessão de Autorização para Demandas de Licenciamento Ambiental que afetam Unidades de Conservação Federais e suas zonas de amortecimento	Manifestação realizada	unidade	Serviços	667	Número de manifestações emitidas autorizando ou não o licenciamento ambiental federal
20W9 Modernização da Gestão de Atividades Ligadas ao Meio Ambiente	Estrutura modernizada	percentual de execução	Serviços	46.683	Promover a qualificação e a requalificação de pessoal, ampliar a infraestrutura de hardware e software, elaborar e apoiar a implementação de métodos de coleta de dados e sistematização e disseminação de informações e estatísticas ambientais existentes e a serem geradas, e construir indicadores que relacionem a sustentabilidade ambiental às atividades sociais e econômicas. Capacitação de Servidores / Distribuição de Material Gráfico/ Elaboração de Oficinas e Realização/ Contratação de Fomento de Alimentação.
20WM Apoio à Criação, Gestão e Implementação das Unidades de Conservação Federais	Unidade atendida	unidade	Serv. / Invest	343.874	Disponibilizar à sociedade o uso público, a visitação, bens e serviços ambientais e promover o desenvolvimento socioambiental dos povos e comunidades tradicionais, de forma a garantir que os objetivos previstos para as 313 UCs sejam alcançados. O Custo Médio sofre alterações a cada exercício devido ao aumento das despesas de manutenção das unidades e pela criação de novas UCs. Cadastro de Famílias/ Diagnósticos das atividades produtivas e de acesso a infra-estrutura para famílias beneficiárias das Unidades. Atuação de Empreendedores / Elaboração de Formulário/ Questionário Elétrônico. Desenvolvimento de Software para aplicação do formulário/ Diagnósticos Rápidos Participativos/ Visões Técnicas/ Realização de Oficinas e Capacitações/ Formação de Grupo de Trabalho)
20WN Execução de Pesquisa e Conservação de Espécies e Patrimônio Espeleológico	Projeto apoiado	unidade	Serviços	385.294	Executar ações para a geração de conhecimento e para a conservação das espécies e do patrimônio espeleológico, afim de reverter os fatores que ameaçam as espécies de extinção, proteger o patrimônio espeleológico e a biodiversidade brasileira e aprimorar o seu manejo. O Custo Médio do Projeto esta sendo alterado pelo valor de R\$ 11.500.000,00 utilizados para realizar a manutenção dos Centros de Pesquisa e Conservação de Espécies e Patrimônio Espeleológico. Elaboração de Planos de Ação / Oficinas de Avaliação / Realização de Oficinas Temáticas/ Realização de Monitorias.
20WO Fiscalização Ambiental em Unidades de Conservação	Operação de fiscalização realizada	unidade	Serviços	60.000	Monitoramento, vigilância e fiscalização em Unidades de Conservação Federais e seu entorno, com o objetivo de eliminar ou minimizar os efeitos causados pelos

PLDO-2014, Anexo II das Informações Complementares ao PLOA 2014

Custos Médios utilizados nos principais serviços e investimentos

II - detalhamento dos custos unitários médios utilizados na elaboração dos orçamentos para os principais serviços e investimentos, justificando os valores adotados

Orçamento Fiscal e de Seguridade Social

Recursos de todas as fontes					R\$ 1,00
Ação	Produto	Un. Medida	Serv / Invest	Custo Médio (R\$ 1,00)	Justificativa
6381	Consolidação Territorial das Unidades de Conservação Federais	Unidade de conservação atendida	Serv. / Invest	445.800	Ilícitos ambientais relativos ao desmatamento ilegal, extração de produtos madeireiros e não madeireiros, caça, pesca ilegal, degradação e poluição ambiental, no âmbito das Unidades de Conservação. Contratação de Serviços de Apoio à Fiscalização.
Pagamento das indenizações: Levantamento fundiário, vistoria e avaliação de imóveis, cadastramento e situação dos imóveis, Permissão de Uso, Desapropriação de imóveis, indenização de benfeitorias; Desoneração de reserva legal; Identificação dos imóveis e transferência da gestão para o CVMbio, com o objetivo de regularizar a situação fundiária das Unidades de Conservação Federais de domínio público e consolidar o território dessas Unidades. Avaliação Técnica e Avaliação de Imóveis/ Processos de Desapropriação.					
44901 Fundo Nacional de Meio Ambiente - FNMA					
20M6	Fomento a Projetos de Desenvolvimento Sustentável	Projeto apoiado	Serv. / Invest	250.000	O custo médio dos projetos a serem fomentados pelo FNMA foi calculado com base no histórico dos valores de projetos apoiados pelo Fundo Nacional durante os últimos 22 anos, considerando os temas propostos na PLOA e a escala dos projetos planejados.
20W1	Fomento a Projetos de Conservação e Manejo da Biodiversidade	Projeto apoiado	Serv. / Invest	414.926	O custo médio dos projetos a serem fomentados pelo FNMA foi calculado com base no histórico dos valores de projetos apoiados pelo Fundo Nacional durante os últimos 22 anos, considerando os temas propostos na PLOA e a escala dos projetos planejados.
44902 Fundo Nacional sobre Mudança do Clima					
20G4	Fomento a Estudos, Projetos e Empreendimentos que visem à Mitigação e à Adaptação à Mudança do Clima	Projeto apoiado	Serviços	2.705.230	A aplicação dos recursos nesta ação é definida pelo Comitê Gestor do FNMC, em fomento a projetos nas seguintes áreas: Desenvolvimento Tecnológico, Combate às Mudanças Climáticas, Integração de Políticas Públicas, Adaptação à Mudança do Clima, Manejo Florestal, Engenharia, Difusão de Tecnologias para Adaptação, Capacitação e Monitoramento de Emissões. No custo do projeto envolve despesas com: diárias e passagens para vistorias de acompanhamento de projetos, realizações de reuniões técnicas, impressão e distribuição de material gráfico.

PLDO-2014, Anexo II das Informações Complementares ao PLOA 2014

Custos Médios utilizados nos principais serviços e investimentos

II - detalhamento dos custos unitários médios utilizados na elaboração dos orçamentos para os principais serviços e investimentos, justificando os valores adotados
Orçamento Fiscal e de Seguridade Social

Recursos de todas as fontes					R\$ 1,00
Ação	Produto	Un. Medida	Serv / Invest	Custo Médio (R\$ 1,00)	Justificativa
47000 Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão					
47101 Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão					
20U0 Gestão e Aprimoramento do Planejamento	Plano gerido	unidade	Serv. / Invest.	4.300.000	Dentre as principais atividades desenvolvidas no âmbito dessa ação, podem-se citar: Elaboração de materiais (manuais, cartilhas, etc.); acompanhamento da implementação das ações dos governos subnacionais; construção do site do PPA; elaboração de oficinas de monitoramento e avaliação; com o auxílio das escolas de Governo; produção de manuais técnicos, orientações, guias e documentos auxiliares para os gestores acerca dos processos envolvidos no PPA; desenvolvimento e aperfeiçoamento da plataforma infraestrutura nacional de dados espaciais (INDE); contratação e/ou desenvolvimento de sites, tutoriais, sistemas ou formatos de divulgação de dados e metodologias relativos ao Plano Plurianual e seus instrumentos de elaboração e gestão; Apoiar a realização 02 fóruns interconselhos, com a participação de mais de 400 representantes do governo, sociedade civil e terceiro setor entre outros; apoiar o deslocamento de servidores para cumprir os acordos de cooperação técnica entre o MPOG/SP/ e os municípios na implantação dos novos PPA's municipais. Apoiar a presença brasileira nos compromissos internacionais da UNASUL através do COSPLAN. Contratação de prestadoras de serviços de consultoria, de institutos de pesquisa e desenvolvimento institucional; celebração de acordos de repasse com entidades que disponham de condições para apoiar o desenvolvimento e/ou a implementação das atividades necessárias à implantação da gestão de políticas e programas de governo. Realização do projeto biblioteca digital; introdução de novas tecnologias (DSPACE e WEB 2.0); treinamentos e consultoria técnica para desenvolvimento dos quadros técnicos de TI, nas tecnologias utilizadas no SIOP (Sistema que apoia os processos de Elaboração, Monitoramento, Avaliação e Revisão do Plano Plurianual – PPA); Celebração de contratos de prestação de serviços e de infraestrutura relativos aos sistemas de informação; Aquisição de softwares e hardwares necessários às atividades acima.
20U1 Aperfeiçoamento da Gestão Pública	Iniciativa apoiada	unidade	Serv. / Invest.	42.928.725	Levantamento e análise de dados; realização de auditorias; contratação de consultores; estabelecimento de parcerias/contratos/convenções/acordos de cooperação/contratos de repasse com instituições públicas ou privadas; realização de atividades de formação, qualificação, capacitação e treinamento; visitas "in loco"; realização e participação em eventos, como seminários, oficinas, cursos, encontros, debates, palestras, etc.; realização de diagnósticos; aquisição de equipamentos, materiais e insumos; ações de comunicação, divulgação e disseminação; realização de campanhas educativas; realização de estudos, pesquisas e publicações; elaboração e publicação de normas e instruções; ações de fomento; apoio técnico, supervisão, coordenação e acompanhamento de ações e projetos; ações de mobilização; elaboração de estudos, diagnósticos, pareceres, relatórios e planos de ação; gestão de programas de cooperação

PLDO-2014, Anexo II das Informações Complementares ao PLOA 2014

Custos Médios utilizados nos principais serviços e investimentos

II - detalhamento dos custos unitários médios utilizados na elaboração dos orçamentos para os principais serviços e investimentos, justificando os valores adotados

Orçamento Fiscal e de Seguridade Social

Recursos de todas as fontes					R\$ 1,00
Ação	Produto	Un. Medida	Serv / Invest	Custo Médio (R\$ 1,00)	Justificativa
2002 Gestão e Aprimoramento dos Recursos de Tecnologia da Informação e de Logística do Serviço Público Federal	Iniciativa apoiada	unidade	Serv. / Invest	0	técnica; produção de material técnico; assistência técnica; desenvolvimento de modelos e metodologias; definição de referências de excelência em gestão; repasse de recursos; contratação de consultorias especializadas; gestão do conhecimento em gestão pública. Atualmente o serviço de voz da INFOVIA Brasília atende a 29 órgãos, com um total de 59 linhas telefônicas. O serviço de atendimento ao cidadão é composto basicamente de três módulos: módulo de gerenciamento central, módulo de tarifação e módulo de segurança. O módulo de gerenciamento central é desativado (HP 8000 na versão 2.2) e não possui mais suporte do fabricante. O módulo de tarifação perderá o suporte no final de 2013 e a quantidade de licenças para ramais (65.000) está no limite. Já o módulo de segurança, tendo em vista a evolução do projeto desde 2007, com a inclusão de centrais IP e a possibilidade de interconexão com as demais redes VoIP do governo, também necessita de atualização, no caso um SBC, Session Border Controller, para assim garantir total segurança. O valor cotado do SBC junto às empresas é de R\$ 1.100.000,00 e do Tarificador, junto às empresas, de R\$ 400.000,00. O Valor mensal de pagamento a CEB 12 parcelas de R\$ 37.907,29 e mais R\$ 15.112,52 como uma pequena reserva obra para possíveis acréscimos por adição de dutos ou postes no contrato. O valor mensal estimado a ser pago para a manutenção da INFOVIA para a futura empresa vencedora do pregão está em e está estimado em 12 x R\$ 37.500,00. Pesquisa de mercado aos principais fornecedores da solução e de instituições governamentais já utilizam a solução. Estimado R\$ 7.500,00 para 30.000 usuários / servidores da Administração Pública Federal. Em pesquisa de mercado o valor da solução é estimada em R\$ 4.000.000,00 para aquisição de software e hardware. No entanto, a primeira fase do projeto a ser executado em 2014 é de R\$ 1.500.000,00. Em conformidade com os valores dos últimos pregões realizados pelo Registro de Preços e pesquisas de mercado, calcula-se em torno de 27.500 tokens a serem adquiridos pelo valor unitário estimado em R\$ 40,00. Está em curso a inclusão de um aditivo ao termo de cooperação com a UnB/MP com o objetivo de desenvolver uma ferramenta de gestão de riscos de segurança para o SISF tendo por base a metodologia em elaboração pela UnB/MP, com custo estimado de R\$ 400.000,00. Os recursos destinados à customização e melhoria de soluções disponíveis no Portal do Software Público Brasileiro (SPB), a serem utilizados pela Administração Pública Federal em acordo com a Universidade de Brasília totalizam R\$2.500.000,00. Para as atividades destinadas à promoção e implantação da INDa serão alocados R\$120.000,00 para a organização de eventos de promoção, consolidação e melhoria da INDa para a Sociedade. R\$ 80.000,00 para a consolidação e melhoria do modelo de gestão em nível de estados e municípios. R\$ 120.000,00 para a manutenção e evolução dos sistemas integrantes da INDa.

PLDO-2014, Anexo II das Informações Complementares ao PLOA 2014

Custos Médios utilizados nos principais serviços e investimentos

II - detalhamento dos custos unitários médios utilizados na elaboração dos orçamentos para os principais serviços e investimentos, justificando os valores adotados

Orçamento Fiscal e de Seguridade Social

Recursos de todas as fontes					R\$ 1,00
Ação	Produto	Un. Medida	Serv / Invest	Custo Médio (R\$ 1,00)	Justificativa
Para continuidade do Acordo com a Fundação de Desenvolvimento de Recursos Humanos serão necessários mais R\$ 200.000,00. Serão celebração de Convênios com as escolas de governo dos estados para a capacitação de aproximadamente 6.000 usuários do SICONV, no total de R\$ 3.800.000,00:					
Valor estimado por convênio: R\$ 633.000,00					
Quantidade prevista de convênios em 2014: 06					
Quantidade de usuários a serem capacitados por convênio: 1.000					
Quantidade de turnos por convênio: 25					
Quantidade de aulas por turma: 40					
Horas aula por turma: 64					
Custo Estimado por Aluno: R\$ 633,33					
Justificativa: Os custos foram baseados no valor de referência da hora/aula cobrada pelo Serviço Federal de Processamento de Dados SERPRO nos contratos vigentes com a SL TI. O valor da hora/aula que consta no contrato de SERPRO com a SL TI é de R\$ 287,26. É importante ressaltar que para os convênios acima estão previstos custos de mobilização, divulgação dos cursos e de aquisição de materiais, equipamentos e serviços. Portanto, pode-se demonstrar a composição das despesas de cada convênio da seguinte forma:					
Custo estimado por turma considerando o valor da hora/aula cobrada pelo Serpro (valor da hora/aula Serpro * número de horas/aula por turma = valor total de horas/aula por turma)					
(R\$ 287,26 * 64 = R\$ 18.638,00).					
Custo estimado por turma considerando o valor do Convênio (valor do convênio/número previsto turnos= valor por turma):					
633.333,00 / 25 = R\$ 25.333,33).					
Valor das despesas de mobilização, divulgação dos cursos e de aquisição de materiais, equipamentos e serviços:					
(valor por turma Convênio - valor por turma Serpro = despesas de mobilização, divulgação dos cursos e de aquisição de materiais, equipamentos e serviços).					
(R\$ 25.333,33 - R\$18.638,00= R\$ 6.948,69).					
Os recursos destinados ao pagamento de Técnicos Temporários são da ordem de R\$1.000.000,00.					
Igual valor (R\$1.000.000,00) será destinado à capacitação de Analistas de TI e servidores detentores de GSISP.					
O total de R\$2.269.000,00 serão dirigidos para a elaboração de modelos, padrões, especificações, normas e orientações técnicas, visando a racionalização de recursos de tecnologia da informação e comunicação na APF e para prover o suporte destas atividades no âmbito do SISF, nas seguintes atividades:					
R\$900.000,00 = celebração de Acordos de Cooperação com as academias (IFES), visando a criação, sustentação e aprimoramento do Centro de Excelência do Software Público R\$ 400.000,00 (Acordo com UFAL, processo 04300.004717/2013-20), R\$500.000,00 destinados ao menos para mais dois					

PLDO-2014, Anexo II das Informações Complementares ao PLOA 2014

Custos Médios utilizados nos principais serviços e investimentos

II - detalhamento dos custos unitários médios utilizados na elaboração dos orçamentos para os principais serviços e investimentos, justificando os valores adotados

Orçamento Fiscal e de Seguridade Social

Recursos de todas as fontes					R\$ 1,00
Ação	Produto	Un. Medida	Serv / Invest	Custo Médio (R\$ 1,00)	Justificativa
Acordos de Cooperação. R\$750.000,00 = contratação de serviços de empresa especializada em TI, visando o desenvolvimento ou customização de ferramenta de contagem de pontos de função (750 pontos de função x R\$1.000,00, valor do FP Serpro). Para a expansão esta prevista a contratação de serviços de empresa especializada em tecnologia da informação visando o desenvolvimento e a migração de dados do catálogo de software do SISP, são necessários R\$ 1.250.000,00. Para a complementação à contratação de serviços de empresa especializada em TI, visando o desenvolvimento ou customização de ferramenta de contagem de pontos de função (500 pontos de função x R\$ 1.000,00, valor do FP Serpro), R\$ 500.000,00. Para a complementação à realização de eventos em comemoração aos 20 Anos de SISP, R\$ 500.000,00 para produção de vídeo institucional-comemorativo, R\$ 250.000,00 para produção de spots e podcasts. Para o apoio institucional para eventos relacionados ou promovidos pelo SISP: complemento seminário anual 2014, encontros técnicos, seminário de métricas de software do SISP, CONIP, SECOP, SECOP, Fisi, Latimware e outras parceiras, R\$ 100.000,00. Par a complementação aos recursos destinados à capacitação de Analistas de TI e servidores detentores de GSISP e servidores da APF ligados à área de TIC, R\$ 500.000,00. Para a modernização da Logística Pública, as diversas necessidades estão relacionadas a: a) Necessidade de elaboração e atualização de cadernos técnicos para estabelecer limites dos serviços terceirizados de vigilância, limpeza e conservação. Serão elaborados 54 cadernos. Os recursos são necessários para atualizar os valores limites para contratação dos serviços de vigilância, limpeza e conservação, sendo um caderno por cada unidade da federação, R\$ 300.000,00. b) Necessidade de contratação de consultoria para elaboração de projetos técnicos para a contratação de serviços de manutenção e processos de compras e licitação de computadores, equipamentos de informática e materiais de escritório (mapeamento e especificação do processo). Será contratado serviço para padronização de materiais e serviços, a partir de itens selecionados, e serviço de mapeamento e especificação do processo da fase interna das licitações. Os recursos são necessários para disponibilizar itens de materiais e serviços de forma padronizada para facilitar a operacionalização das licitações governamentais e conclusão da informatização da fase interna das licitações, R\$ 1.000.000,00. c) Necessidade de desenvolvimento de cursos a distância para melhor atender a demanda de capacitação de usuários de logística pública. Será desenvolvido um curso a distância sobre elaboração de planilha e formação de preços para serviços obras e engenharia. Os recursos são necessários para fortalecer a capacitação de usuários na contratação de serviços de obras e engenharia, que, por serem complexos, requerem atenção especial para a formação de preços que subsidiem a contratação, 800.000,00. d) Necessidade de realização de eventos para treinamento e atualização de conhecimentos para usuários e disseminação de ações e projetos de logística pública. Deverão ser realizados 2 grandes eventos. Necessidade de disseminar, junto aos gestores de logística pública, ações de logística implantadas, em curso					

PLDO-2014, Anexo II das Informações Complementares ao PLOA 2014

Custos Médios utilizados nos principais serviços e investimentos

II - detalhamento dos custos unitários médios utilizados na elaboração dos orçamentos para os principais serviços e investimentos, justificando os valores adotados

Orçamento Fiscal e de Seguridade Social

Recursos de todas as fontes					R\$ 1,00
Ação	Produto	Un. Medida	Serv. / Invest	Custo Médio (R\$ 1,00)	Justificativa
2004	Gestão do Patrimônio Imobiliário da União	unidade	Ato registrado	20,843	e planejadas pela SL TI, R\$ 500.000,00. Para a Central de Aquisições, será promovida a contratação de diversas consultorias, no total de R\$ 6.000.000,00: Contrato de 16 meses, em que serão desenvolvidos, no mínimo, 13 objetos de licitação de complexidades diversas (baixa, média e alta). Foram considerados os seguintes perfis para a equipe: Coordenador de projeto (2); Consultor sênior (5); Consultor pleno (6); Consultor júnior (14); Consultor especialista nos objetos de contratação (5); Consultor especialista em custos e legislação aplicada (3). Foram considerados valores médios de desses perfis de consultoria conforme foram adotados no Plano Plurianual 2013-2014, no âmbito da Central de Aquisições (CA) e do Departamento de Administração e Planejamento (DEAP). "Termômetro da Consultoria Organizacional e Pesquisa Externa de Honorários - 9ª edição - 2008": Nela os cargos têm os seguintes valores médios para serviço fora de sua base: Consultor sênior R\$ 252,00; Consultor pleno R\$1.169,00; Consultor júnior R\$1.107,00. Para o coordenador de projeto foi considerado um valor de R\$340,00, acréscimo de 35% sobre o valor do consultor sênior. Para os especialistas foi considerado valor de R\$300,00. Foi considerado um acréscimo de R\$300.000,00 para despesas com passagens aéreas, hospedagem e material de consumo que correrão por conta da consultoria. Os cálculos fecham um valor de R\$7.781.600,00. Como o contrato terá início em 2013, programou-se que para 2014 seriam necessários R\$6.000.000,00. Acordos de cooperação: R\$2 milhões para cobrir despesas de acordos com IPEA, Marinha, ABNT e Inmetro. Foram calculados R\$500.000,00 para cada um dos acordos, com vigência de 1 ano cada. Utilizando-se o mesmo valor médio da hora do Consultor sênior para serviço na cidade base extraído da publicação do Instituto Brasileiro dos Consultores de Organização (IBCO) "Termômetro da Consultoria Organizacional e Pesquisa Externa de Honorários - 9ª edição - 2008" para o cargo equivalente aos profissionais que serão adotados para substituições nos contratos de prestação de serviço de R\$217,00, que totalizaria, para 12 meses, R\$258.304,00. Os outros R\$41.696,00 seriam reservados para diárias, passagens e materiais de consumo para cada um dos termos. Comunicação: R\$2 milhões para cobrir despesas de divulgação da Central. Valor sugerido pela ASCOMIMP. Considerando 2014 como o ano inicial da Central seriam necessárias ações de divulgação a partir de sites, folders, panfletos, etc. Utilizou-se como referência a experiência do FUNPRES, que previu R\$1.000.000,00 e necessitou de ampliação desse valor. A Ação é voltada para a caracterização, regularização, incorporação e destinação de imóveis da União com a finalidade de garantir que cada imóvel cumpria sua função socioambiental, em harmonia com a função arrecadadora e com a função de preservação ambiental. Os projetos de incorporação e regularização de imóveis, bem como os projetos de destinação, incorporação e regularização de imóveis, são complementares, etapas ou níveis diferentes do processo de gestão dos imóveis do patrimônio da União. As atividades de gestão do patrimônio finalizam com a produção de diferentes atos

PLDO-2014, Anexo II das Informações Complementares ao PLOA 2014

Custos Médios utilizados nos principais serviços e investimentos

II - detalhamento dos custos unitários médios utilizados na elaboração dos orçamentos para os principais serviços e investimentos, justificando os valores adotados

Orçamento Fiscal e de Seguridade Social

Recursos de todas as fontes					R\$ 1,00
Ação	Produto	Un. Medida	Serv / Invest	Custo Médio (R\$ 1,00)	Justificativa
4743	Coordenação e Governança das Empresas Estatais Federais	iniciativa apoiada	Serviços	800.000	de gestão, que espelham os produtos materiais da ação da SPU. Essa ação engloba diversas despesas que têm por objetivo a manutenção das atividades do Departamento de Coordenação e Governança das Empresas Estatais, tais como a emissão de passagens, pagamento de diárias, realização de estudos, aquisição de materiais, etc. Os custos unitários médios apresentados têm custos médios diversos e correspondem a iniciativas que se agregam para formar o produto final dessa ação, não sendo possível estabelecer um custo médio geral.
8861	Gestão e Aprimoramento do Processo Orçamentário	Normativo orçamentário elaborado	Serv. / Invest	2.000.000	Além das atividades rotineiras para funcionamento do Departamento, está prevista a contratação de empresa especializada para o tratamento dos arquivos das empresas estatais extintas. O Custo da Ação 8861 é de R\$ 6,0 milhões, sendo o Custo Médio por Plano Orçamentário (PO) de R\$ 2,0 milhões, calculado com base na razão entre a dotação total da ação estabelecida no PLOA 2014 e as 3 iniciativas apoiadas, quais sejam: a) PO-0001: Gestão e Aprimoramento do Processo Orçamentário. No que tange a Gestão adquirir recursos e infraestrutura de trabalho, bem como realizar atividades de apoio administrativo necessárias ao cumprimento das etapas previstas no processo orçamentário. Quanto ao aprimoramento, prevê-se a realização de seminários relacionados a orçamento público; instituição do Prêmio SOF de Monografia, elaboração de estudos e pesquisas para aprimoramento e aperfeiçoamento dos paradigmas e marcos teóricos orçamentários, bem como sobre o caráter participativo da sociedade no processo de alocação dos recursos públicos; estabelecimento de intercâmbio de cooperação técnica com Estados e Municípios; participação no grupo de estudos sobre a sistemática de apuração de custos do setor público; e implementação de outras iniciativas que visem à racionalização, melhoria ou otimização dos resultados do processo orçamentário brasileiro. Com a finalidade de promover a implementação de medidas que visem ao gerenciamento e aperfeiçoamento do processo orçamentário federal. b) PO-0002: Gestão da Tecnologia e da Informação Orçamentária. Essa iniciativa tem por finalidade o desenvolvimento, a manutenção e a implementação de melhorias nos sistemas e subistemas de Planejamento e Orçamento, informatizados ou não, bem como os demais componentes da estrutura de Informações de Planejamento e Orçamento, adequar e atualizar a base contábil do Planejamento SOF, visando a garantia da atualizada compatibilidade com a natureza e a qualidade exigida das atividades desenvolvidas pela Secretaria, de forma a planejar, coordenar e gerenciar as atividades relativas à tecnologia e à informação orçamentária, visando maior eficiência e eficácia no desenvolvimento e no aprimoramento do processo orçamentário da União. c) PO-0003: Formação Continuada dos Servidores do Processo Orçamentário. Essa iniciativa visa promover a qualificação profissional, o aperfeiçoamento técnico e o desenvolvimento individual continuado dos servidores que integram o

PLDO-2014, Anexo II das Informações Complementares ao PLOA 2014

Custos Médios utilizados nos principais serviços e investimentos

II - detalhamento dos custos unitários médios utilizados na elaboração dos orçamentos para os principais serviços e investimentos, justificando os valores adotados

Orçamento Fiscal e de Seguridade Social

Recursos de todas as fontes					R\$ 1,00
Ação	Produto	Un. Medida	Serv / Invest	Custo Médio (R\$ 1,00)	Justificativa
47205 Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística					
20U7 Censos Demográfico e Agropecuário	Censo divulgado	unidade	Investimentos	700	Sistema de Orçamento da União, dos Estados e dos Municípios, mediante participação em cursos, seminários, conferências, fóruns e intercâmbios promovidos por entes públicos e privados, em nível nacional ou internacional, participação em atividades presenciais e à distância, grupos formais de estudos e ensaios, aprendizagem em serviço, entre outros, com a finalidade de melhorar a eficiência, eficácia e qualidade das atividades desenvolvidas pelos servidores que integram o Sistema de Orçamento da União, dos Estados e dos Municípios. O custo médio unitário refere-se à pesquisa de preços praticados no mercado na venda de equipamentos móveis para coleta de dados, para a aquisição de 108.724 unidades. Tal aquisição é para atender às operações de coletas domiciliares de dados pelos recenseadores a serem contratados pelo IBGE em todo país e que serão utilizados nos anos seguintes não apenas nas atividades de pesquisas de campo correntes, como também poderão ser reaproveitados, em parte, na operação censitária de 2020.
47210 Fundação Escola Nacional de Administração Pública					
20U9 Desenvolvimento de Competências de Agentes Públicos, Pesquisa e Disseminação de Conhecimento em Gestão Pública	Iniciativa apoiada	unidade	Serv. / Invest	48.886	Esta ação contabiliza despesas com capacitação continuada de servidores públicos, principalmente, gerencial (presencial e à distância), bem como, cursos de especialização, de formação de carreiras, e ainda, publicações diversas na área de gestão pública. O valor total da ação é de 19.364.000 (limite e expansão) com meta física de 39.610 capacitações e disseminação de 386.000 exemplares de publicações diversas e em diversos formatos (eletrônico, impresso...). Como a meta física inclui diferentes produtos, principalmente, capacitações com diversas características, faz-se necessário calcular os custos médios por Plano Orçamentário – PO. PO 0001 – Desenvolvimento Gerencial da Administração Pública: Meta física: 35.600 capacitações e valor total (limite e expansão) R\$ 6.012.000 e custo médio de R\$168,88 por capacitação realizada. Principais custos utilizados na composição da proposta: hora/aula média paga a instrutor R\$ 150 (total 26.100 horas); passagem nacional R\$ 1.000 (total 43 passagens); encargos patronais R\$ 30 (20% dos valores pagos a pessoa física) e contratação de plataforma de Ensino a distância – EAD R\$ 85.500/mês (R\$ 1.026.000/ano). PO 0002 – Formação Inicial de Carreiras: Meta física: 550 alunos formados nas carreiras de EPPGG, APO e AIE, com valor total (limite e expansão) R\$ 8.348.000 e custo médio de R\$ 15.176 por aluno formado. Desse valor 90% corresponde ao auxílio financeiro devido aos alunos de curso de formação para as carreiras de EPPGG e APO(300 alunos), cujo valor per capita é de aproximadamente R\$ 7.150/aluno/mês e a duração dos cursos de aproximadamente 3,5 meses. Outros custos utilizados na proposta: hora/aula média paga a instrutor R\$ 150 (total 3.747 horas); passagem nacional R\$ 1.000 (total 59 passagens); encargos patronais R\$ 30 (20% do valor pago a pessoa física).

PLDO-2014, Anexo II das Informações Complementares ao PLOA 2014

Custos Médios utilizados nos principais serviços e investimentos

II - detalhamento dos custos unitários médios utilizados na elaboração dos orçamentos para os principais serviços e investimentos, justificando os valores adotados

Orçamento Fiscal e de Seguridade Social

Recursos de todas as fontes					R\$ 1,00
Ação	Produto	Un. Medida	Serv / Invest	Custo Médio (R\$ 1,00)	Justificativa
PO 0003 – Pós-Graduação para Servidores Públicos: Meia física: 100 alunos formados e valor total (limite e expansão) R\$ 1.209.000. O custo médio é R\$ 12.090 por aluno formado. Desse valor 72% refere-se pagamento de instrutores (R\$ 873.600). Principais custos utilizados na proposta: hora/aula média paga a instrutor R\$ 150 (total 5.824 horas); passagem nacional R\$ 1.000 (total 34 passagens); encargos patronais R\$ 30 (20% do valor pago a pessoa física). PO 0004 – Pesquisa e Disseminação de Conhecimento em Gestão Pública: Meia física: 386.000 e valor total (limite e expansão) R\$ 1.349.000. O custo médio é R\$ 3,00 por exemplar disseminado. A composição desse item é: Ilustração, Contratação e disseminação de publicações diversas da escola, impressas ou eletrônicas. PO – 0005 – Atividades de Cooperação Técnica e Participação em Fóruns Internacionais: Meia física: 540 capacitações e valor total (limite e expansão) R\$ 239.000. O custo médio é R\$ 442,60/capacitação, por se tratar de capacitações em âmbito internacional há uma diferença considerável em relação à média das demais capacitações realizadas na Ação. Principais custos utilizados na proposta: hora/aula média paga a instrutor R\$ 150 (total 127 horas); passagem internacional nacional R\$ 5.800 (total 10 passagens); encargos patronais R\$ 30 (20% do valor pago a pessoa física). PO 0006 – Aperfeiçoamento de Carreiras: Meia física: 1.200 alunos capacitados e valor total (limite e expansão) R\$ 530.000. O custo médio é R\$ 441,67 por aluno capacitado. Desse valor 73% refere-se pagamento de instrutores (R\$ 385.000). Principais custos utilizados na proposta: hora/aula média paga a instrutor R\$ 150 (total 2.567 horas); passagem nacional R\$ 1.000 (total 35 passagens); encargos patronais R\$ 30 (20% do valor pago a pessoa física). PO 0007 – Projetos Especiais de Desenvolvimento Institucional: Meia física: 1.620 alunos capacitados e valor total (limite e expansão) R\$ 1.677.000. O custo médio é R\$ 1.035 por aluno capacitado. Desse valor 49% refere-se pagamento de instrutores (R\$ 816.000). Principais custos utilizados na proposta: hora/aula média paga a instrutor R\$ 150 (total 2.567 horas); passagem nacional R\$ 1.000 (total 384 passagens); diárias nacionais à média de R\$ 581; encargos patronais R\$ 30 (20% do valor pago a pessoa física).					

PLDO-2014, Anexo II das Informações Complementares ao PLOA 2014

Custos Médios utilizados nos principais serviços e investimentos

II - detalhamento dos custos unitários médios utilizados na elaboração dos orçamentos para os principais serviços e investimentos, justificando os valores adotados

Orçamento Fiscal e de Seguridade Social

Recursos de todas as fontes					R\$ 1,00	
Ação	Produto	Un. Medida	Serv / Invest	Custo Médio (R\$ 1,00)	Justificativa	
49000 Ministério do Desenvolvimento Agrário						
49101 Ministério do Desenvolvimento Agrário						
0359 Contribuição ao Fundo Garantia-Safra (Lei nº 10.420, de 2002)	Agricultor segurado	unidade	Serviços	255	O Fundo Garantia Safra é composto por recursos da União (R\$ 255,00 por agricultor participante), dos Estados (R\$ 76,50), dos municípios (R\$ 38,25) e dos agricultores (R\$ 12,75). O valor arrecadado no fundo corresponde a 45 % do valor do prêmio em caso de sinistro, que é de R\$ 850,00 por agricultor assegurado. Com a alteração da lei 10.420/2002, a nova composição do Fundo Garantia Safra, aponta nova composição de aportes, passando de: 1% do agricultor para 1,5%, de 3% do município a 4,5% e a contribuição anual do Estado, a ser adicionada às contribuições do agricultor e do Município, deverá ser em montante suficiente para complementar a contribuição de 15,0%, e a União aportará anualmente, no mínimo, recursos equivalentes a 30% (trinta por cento) no ano de 2014.	
2100 Assistência Técnica e Extensão Rural para Agricultura Familiar	Agricultor assistido	unidade	Serv. / Invest	1.277	Com a implementação da Lei Geral de ATER, nº 12.188, de 11 de janeiro de 2010, a ação é executada por meio de contratação de entidades governamentais e privadas credenciadas e que preencham os requisitos na forma da lei, e que atuem em atividades de Assistência Técnica e Extensão Rural. O MDA lança chamadas públicas de projetos, nas quais estão as diretrizes das políticas públicas para o setor. O custo médio pode sofrer variação conforme as atividades e os locais em que são executadas. Os recursos de custeio são utilizados no pagamento dos contratos firmados pela execução das ações de Assistência Técnica e Extensão Rural nas 27 unidades federativas da União. Haverá ainda recursos de custeio e investimento para continuidade dos convênios e contratos de repasse firmados anteriores a Lei 12.188/2010 e que ainda estão passíveis de liberação e alocação.	
49201 Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA						
2105 Assistência Técnica e Extensão Rural para Reforma Agrária	Família assistida	unidade	Serviços	1.008	Envolve os PO referentes ao BSM, Territórios da Cidadania e ATER propriamente dita. Os recursos destes PO têm por objetivo prestar ATER às famílias assentadas que tem renda abaixo de R\$ 70,00/indivíduo, visando, em conjunto com a disponibilização de outras políticas públicas (ex.: fomento), aumentar a qualidade de vida dos assentados; prestar ATER às famílias assentadas por meio de contratação de entidades (públicas ou particulares) selecionadas nas chamadas públicas, de acordo com a Lei nº 12.188/2010. Ou seja, com definição de valores anuais a serem gastos, atividades a serem realizadas e critérios de seleção das entidades prestadoras. Estima-se um custo unitário médio de R\$ 1.500,00 por família em cada ano.	

PLDO-2014, Anexo II das Informações Complementares ao PLOA 2014

Custos Médios utilizados nos principais serviços e investimentos

II - detalhamento dos custos unitários médios utilizados na elaboração dos orçamentos para os principais serviços e investimentos, justificando os valores adotados

Orçamento Fiscal e de Seguridade Social

Recursos de todas as fontes					R\$ 1,00
Ação	Produto	Un. Medida	Serv / Invest	Custo Médio (R\$ 1,00)	Justificativa
211A Desenvolvimento de Assentamentos Rurais	Família atendida	unidade	Serviços	2.234	Fomento: o custo médio de R\$ 416,00 envolve a execução de projetos básicos de desenvolvimento sustentável e agroecológicos com a participação integral dos trabalhadores rurais assentados; construção e comercialização dos produtos desenvolvidos nos assentamentos a serem expostos e comercializados em feiras nacionais de agricultura familiar. Titulação: Os valores praticados por documentos emitidos estão variando entre R\$ 45,00 e R\$ 85,00 os quais incluem emissão de laudo de vistorias para fins de destinação de bens que perderam a vocação agrícola e com a indenização de benfeitorias de assentados desistências do programa de reforma agrária. A ocorrência de custos altos ocorre quando a Unidade Gestora decide pela indenização de assentados que não possuem a documentação necessária para um instrumento de transferência definitiva e sequer vistoria in loco e coleta de informações pertinentes à família assentada. Os custos baixos ocorrem quando a preferência se dá pela emissão de CCU – Contrato de Concessão de Uso, uma vez que o dispêndio para sua emissão é bem menor. Supervisão ocupacional: O custo unitário médio foi estabelecido na ordem de R\$ 250,00. Destaca-se que o custo médio é, invariavelmente, impactado pela região onde ocorrerão os trabalhos, motivo pelo qual tal valor está em processo de depuração. As despesas são relativas a diárias, passagens, combustíveis e materiais de consumo, em sua maioria aplicáveis às atividades de supervisão da ocupação de parcelas dos assentamentos com a intenção de garantir que as terras públicas estejam, de fato, ocupadas por famílias de trabalhadores rurais oficialmente autorizadas. Implantação e recuperação de infra-estrutura: As obras de infraestrutura básica são compostas pela implantação e/ou recuperação de infraestrutura básica, principalmente estrada e abastecimento d' água, priorizando os Projetos de Assentamento com previsão para construção de habitações no âmbito do Programa Minha Casa, Minha Vida. Em nível nacional, o custo unitário médio gasto com famílias para este Plano Operacional e assentado em R\$ 82,00, podendo este custo sofrer variações de acordo com as regiões e/ou com o tipo de obra. Gestão ambiental: Da total da dotação deste PO, 70% são para Cadastro Ambiental Rural, com custo médio R\$ 150,00 = 28.000 CAR e 30% para licenciamento ambiental com custo médio de R\$ 16.000 = 112 assentamentos, o que gera um custo médio unitário do PO em R\$ 10.000,00. Supervisão do crédito: O custo médio de R\$ 450,00 está baseado na média dos gastos para realização de fiscalização e entrega de crédito instalação nas diversas modalidades. Demarcação: O custo médio unitário deste PO no valor de R\$ 600,00, sendo que o custo por família ou por parcela foi obtido a partir de médias nacionais, adotando-se a parcela média de 40 ha e o custo de R\$ 15,00/ha.
211B Desapropriação de Imóveis Rurais para Criação de Assentamento da Reforma Agrária	Área obtida	hectare	Investimentos	2.526	Pagamento de Indenizações Complementares nos Processos de Desapropriação de Imóveis Rurais para Reforma Agrária - A estimativa do custo médio de R\$ 520,00 por hectare, visando o pagamento de indenizações complementares nos processos de desapropriação de imóveis rurais para a criação de assentamentos dos últimos anos. Vale ressaltar que esse valor pode sofrer variação conforme as peculiaridades de cada imóvel rural com respectiva decisão judicial.

PLDO-2014, Anexo II das Informações Complementares ao PLOA 2014

Custos Médios utilizados nos principais serviços e investimentos

II - detalhamento dos custos unitários médios utilizados na elaboração dos orçamentos para os principais serviços e investimentos, justificando os valores adotados

Orçamento Fiscal e de Seguridade Social

Recursos de todas as fontes					R\$ 1,00
Ação	Produto	Un. Medida	Serv / Invest	Custo Médio (R\$ 1,00)	Justificativa
211C Regularização da Estrutura Fundiária na Área de Abrangência da Lei 11.952, de 2009	Área destinada	hectare	Serviços	29	Pagamento de Indenização Inicial nas Aquisições de Imóveis Rurais para Reforma Agrária- O custo médio de R\$ 2.000,00 visando pagamento de indenização inicial nas aquisições de imóveis rurais foi baseado na média do ano de 2012, principalmente, visto que naquele ano a média do Valor Total por Hectare - VT/ha avaliado girou em torno de R\$ 1.951,35/ha. Desse modo, arredondou-se o valor para R\$ 2.000,00/ha. O custo unitário da ação está baseado na aplicação do orçamento previsto no ano para a área estabelecida para a destinação de terras públicas federais na Amazônia Legal, considerando atividades finalísticas e intermediárias / administrativas.

PLDO-2014, Anexo II das Informações Complementares ao PLOA 2014

Custos Médios utilizados nos principais serviços e investimentos

II - detalhamento dos custos unitários médios utilizados na elaboração dos orçamentos para os principais serviços e investimentos, justificando os valores adotados

Orçamento Fiscal e de Seguridade Social

Recursos de todas as fontes					R\$ 1,00
Ação	Produto	Un. Medida	Serv / Invest	Custo Médio (R\$ 1,00)	Justificativa
51000 Ministério do Esporte					
51101 Ministério do Esporte					
09HW Concessão de Bolsa a Atletas	Bolsa concedida	unidade	Serviços	22.834	Auxílio financeiro mensal para manutenção pessoal e esportiva de atletas de Alto Rendimento, com o objetivo de dar condições para que se dediquem ao treinamento esportivo e participação em competições, investido prioritariamente nos esportes olímpicos e paralímpicos.
Os valores solicitados para a ação referente ao Programa Bolsa Atleta para o exercício de 2014 incluem a proposta de reajuste em 40% para os benefícios a serem pagos aos atletas contemplados.					
Limite 2014: R\$ 181.344.960					
Custo Médio Unitário: R\$ 22.834					
126V Melhoria nas Condições de Segurança dos Estádios e Garantia dos Direitos do Torcedor	Projeto apoiado	unidade	Serv. / Invest	2.374.791	126 V - MELHORIA NAS CONDIÇÕES DE SEGURANÇA DOS ESTÁDIOS E GARANTIA DOS DIREITOS DO TORCEDOR
Execução da política nacional de segurança e prevenção da violência nos espetáculos esportivos, por meio da modernização de processos e procedimentos estabelecidos no estatuto de defesa dos direitos do torcedor, de forma a proporcionar o desenvolvimento de sistema integrado de segurança, conforto, higiene e acessibilidade nos estádios de futebol, bem como o apoio ao funcionamento dos Juzados Especiais do Torcedor.					
Meta física: 15 instalações esportivas controladas/monitoradas; e 7 Projetos.					
RELAÇÃO DE PROJETOS:					
PROJETO 01					
Continuidade do projeto de classificação de estádios de futebol, incluindo 297 novos estádios, visando a identificação das melhorias necessárias à adequação dos estádios aos padrões mínimos de aceitação quanto aos aspectos de segurança, conforto, acessibilidade e higiene.					
Exercício 2014	Total previsto	Investimento	Custeio	R\$ 10.599.930,00	R\$ 1.599.939,00
					R\$ 8.999.991,00

PLDO-2014, Anexo II das Informações Complementares ao PLOA 2014

Custos Médios utilizados nos principais serviços e investimentos

II - detalhamento dos custos unitários médios utilizados na elaboração dos orçamentos para os principais serviços e investimentos, justificando os valores adotados

Orçamento Fiscal e de Seguridade Social

Recursos de todas as fontes					R\$ 1,00	
Ação	Produto	Un. Medida	Serv / Invest	Custo Médio (R\$ 1,00)	Justificativa	
14TP Implantação e Modernização de Infraestrutura para o Esporte de Alto Rendimento	Infraestrutura implantada	unidade	Investimentos	400.000	visando a preservação dos investimentos públicos em segurança, higiene, acessibilidade e conforto, bem como a promoção e divulgação das melhores práticas de gestão para a administração de recursos sustentáveis.	
					Exercício Custeio	
					2014 R\$ 500.000,00	
					Projeto 07	
14TQ Implantação de Infraestrutura para os Jogos Olímpicos e Paraolímpicos Rio 2016	Infraestrutura implantada	percentual de execução física	Serv. / Invest	15.625.000	Inclusão das torcidas organizadas em políticas públicas de inserção dos jovens no mundo do trabalho, acesso à cultura, esporte e inclusão digital, na promoção do interesse público na participação social da juventude.	
					Exercício Custeio	
					2014 1.574.095,00	
					Construção, ampliação, reforma e modernização da infraestrutura para o desenvolvimento e a prática de atividades esportivas de alto rendimento, obedecendo a especificações técnicas legalmente estabelecidas, observando as especificações de acessibilidade a pessoas com deficiência, visando o aperfeiçoamento de atletas, a promoção da imagem do Brasil no exterior.	
14TR Implantação dos Centros de Iniciação ao Esporte - CIE	Espaço implantado	unidade	Investimentos	363.636	Implantação, modernização e ampliação da infraestrutura necessária para preparação, realização e legado dos Jogos Olímpicos e Paraolímpicos Rio 2016, por meio da construção, reforma e adequação de instalações esportivas.	
					laboratoriais e de apoio, aquisição de materiais, equipamentos e contratação de serviços, com o objetivo de prover as condições para implantação, modernização e ampliação da infraestrutura necessária a realização dos Jogos Olímpicos e Paraolímpicos Rio 2016.	
					Limite 2013: R\$ 500.000.000	
					Custo Médio Unitário: Para mensuração considera-se que o custo médio para cada obra é de R\$ 15.625.000.	

PLDO-2014, Anexo II das Informações Complementares ao PLOA 2014

Custos Médios utilizados nos principais serviços e investimentos

II - detalhamento dos custos unitários médios utilizados na elaboração dos orçamentos para os principais serviços e investimentos, justificando os valores adotados

Orçamento Fiscal e de Seguridade Social

Recursos de todas as fontes					R\$ 1,00
Ação	Produto	Un. Medida	Serv / Invest	Custo Médio (R\$ 1,00)	Justificativa
2008 Preparação e Organização dos Jogos Olímpicos e Paraolímpicos Rio 2016	Projeto apoiado	unidade	Serviços	2.568,627	e a ampliação da infraestrutura esportiva em todo o País. O projeto dos Centros de Iniciação ao Esporte visa a propiciar espaços e programas de iniciação em todas as regiões do Brasil. São instalações construídas em parâmetros oficiais que permitirão a identificação de talentos e a formação de atletas nos municípios, estimulando o desenvolvimento da base do esporte de alto rendimento nacional. Dimensionados em três módulos que se adaptam ao tamanho do terreno disponível, os CIEs são instalações multiesportivas para crianças e jovens iniciarem a prática de modalidades olímpicas e paraolímpicas.
					Limite 2014: R\$ 349.500.000 Custo Médio Unitário: 363.636
2008 Preparação e Organização dos Jogos Olímpicos e Paraolímpicos Rio 2016	Projeto apoiado	unidade	Serviços	2.568,627	Administração e custeio das despesas necessárias com a preparação, organização, realização e legado dos Jogos
					Olimpícos e Paraolímpicos Rio 2016, com preparação de atletas, realização de eventos testes, contratação de
2008 Preparação e Organização dos Jogos Olímpicos e Paraolímpicos Rio 2016	Projeto apoiado	unidade	Serviços	2.568,627	serviços especializados de consultoria, apoio as ações de inteligência e segurança pública, ação de manutenção de instalações esportivas; apoio a confederações, federações e demais entidades nacionais de administração do esporte brasileiro, objetivando, na busca por melhores resultados, a preparação e qualificação de atletas que comporão a delegação que representará o Brasil no Jogos Rio 2016, e despesas diversas com outros serviços necessários. Visando, assim, o desenvolvimento de ações para a preparação, organização e realização dos Jogos Olímpicos e Paraolímpicos Rio 2016.
					Limite 2014: R\$ 131.000.000 Custo Médio Unitário: R\$ 2.568,627
2008 Apoio à Realização da Copa do Mundo FIFA 2014	Iniciativa apoiada	unidade	Serv. / Invest	945,946	As despesas preveem a continuidade das atividades de coordenação da COPA, incluindo o acompanhamento e o monitoramento de atividades realizadas por outros entes públicos e privados que impactem na realização da Copa do Mundo, incluindo seus planos operacionais que envolvam telecomunicações, energia, coleta e controle de ingressos, segurança, transporte e mobilidade, aeroportos, acomodação e receptivo turístico, saúde, meio ambiente, cultura, comunicação e voluntariado e a avaliação de itens do processo de monitoramento.
					O programa de voluntariado público para a Copa pretende captar voluntários, ampliando o foco e intensificando essa ação que será desenvolvida pela FIFA. Envolve eventos na malha aérea e portuária, transporte e modalidade urbana, energia, telecomunicações e infraestrutura de tecnologia da informação, saúde, pronto-socorro, estruturas temporárias para a Copa, e segurança.
2008 Apoio à Realização da Copa do Mundo FIFA 2014	Iniciativa apoiada	unidade	Serv. / Invest	945,946	Atividades do Apoio à Gestão - Recursos para elevar contratos administrativos em andamento, de apoio aos sistemas de planejamento e monitoramento, tratamento de informações, divulgação e promoção das ações da COPA
					Atividades referentes à Parceria para Fortalecimento de Políticas Públicas - Desenvolvimento de parcerias com os Ministérios responsáveis por ações e

PLDO-2014, Anexo II das Informações Complementares ao PLOA 2014

Custos Médios utilizados nos principais serviços e investimentos

II - detalhamento dos custos unitários médios utilizados na elaboração dos orçamentos para os principais serviços e investimentos, justificando os valores adotados

Orçamento Fiscal e de Seguridade Social

Recursos de todas as fontes		R\$ 1,00			
Ação	Produto	Un. Medida	Serv / Invest	Custo Médio (R\$ 1,00)	Justificativa
20JO Promoção e Apoio ao Desenvolvimento do Futebol Masculino e Feminino	Projeto apoiado	unidade	Serviços	1.497,853	políticas setoriais visando ao fortalecimento dos legados, tais como: saúde, meio ambiente, turismo, ciência, tecnologia e inovação, novos negócios, empreendedorismo
					Incentivo à racionalização do calendário do futebol, promovendo esforços de coordenação entre as entidades para a todos os níveis, visando a racionalização pelo O.D. desses cupulados e atividades de competição atribuídas para o desenvolvimento do futebol feminino no cenário nacional especialmente por incentivo à realização de competições estaduais e regionais; 03 projetos apoiados.
20JP Desenvolvimento de Atividades e Apoio a Projetos de Esporte, Educação, Lazer , Inclusão Social e Legado Social	Pessoa beneficiada	unidade	Serv. / Invest	83	Projeto 01 - Campeonato de Futebol feminino sub 17 escolar regional e nacional. Valor previsto: R\$1.893.560,00 - custeio
					Projeto 02 - Copa Libertadores de Futebol Feminino. Valor Previsto: R\$600.000,00 - custeio
					Projeto 0 3 - Campeonato Brasileiro de Futebol Universitário Feminino. Valor previsto R\$2.000.000,00 - custeio
					Esta ação tem em dois POs a efetivação de parcerias nos Programas Segundo Tempo(PST), Programa Esporte e Lazer da Cidade (PELC) e Programa Vida Saudável (VS), e em cada um desses programas as diretrizes e ações financiadas resultam em valores per capita diferenciados.
					Nesse sentido para complementação usamos a informação dos valores totais apresentados na ação 20JP na PLOA R\$ 164.485,158 dividindo pelo quantidade de beneficiados (1.970.550) para levantar um custo médio, temos R\$ 83,47.
					Nessa estimativa usamos para o percapita em parceria com o MEC usamos o valor (60,41) , teremos valores a serem executados em 2ª parcela dos convênios formalizados em 2013. Prevê a ampliação da parceria com o Programa Mais Educação junto ao MEC, implementando em mais 10 mil escolas para atingir a meta de 35.000 escolas tendo em média 100 alunos por escola, em todos os estados brasileiros.
					Existe um déficit de 25 mil escolas para universo previsto pelo MEC para 2014 de 60 mil escolas. Para os programas PELC e VS, o valor solicitado possibilitará a diminuição no déficit na meta física proposta no PPA 2012 a 2015, prejudicada pelos cortes de limites orçamentários, e baixa execução em 2012, ampliando o atendimento dos Programas, com abrangência nas 5 regiões brasileiras, implementando 130 núcleos do Programa Esporte e Lazer da Cidade e 169 núcleos do Programa Vida Saudável.
					Cada núcleo do Esporte e lazer da Cidade tem como custo médio R\$ 175.800 e

PLDO-2014, Anexo II das Informações Complementares ao PLOA 2014

Custos Médios utilizados nos principais serviços e investimentos

II - detalhamento dos custos unitários médios utilizados na elaboração dos orçamentos para os principais serviços e investimentos, justificando os valores adotados

Orçamento Fiscal e de Seguridade Social

Recursos de todas as fontes					R\$ 1,00
Ação	Produto	Un. Medida	Serv / Invest	Custo Médio (R\$ 1,00)	Justificativa
201Q Realização e Apoio a Eventos de Esporte, Lazer e Inclusão Social	Evento apoiado	unidade	Serviços	489.361	beneficia 400 pessoas de todas as idades e os núcleos do Vida Saudável tem como custo médio 1.35.480 e beneficia 200 pessoas acima de 60 anos.O percapita aponta a variação no custo final considerando a diferença entre o programa esporte e lazer para todas as Idades(439.50) e no Programa Vida Saudável (677.40).
					Ressalta-se o objetivo de ampliar o atendimento a população idosa, implementando mais 77 núcleos do programa vida saudável nas cinco regiões brasileiras. Custo médio por núcleo 1.35.480 beneficiando 200 pessoas acima de 60 anos. A diferença do custo médio entre a proposta original e a proposta em expansão se dá em função da proposta de programa vida saudável ser maior do que no programa esporte e lazer da cidade.
201A Preparação de Atletas e Capacitação de Recursos Humanos para o Esporte de Alto Rendimento	Pessoa beneficiada	unidade	Serv. / Invest	128.182	Nesta mesma ação, 201P, haverá implementação de uma política de atendimento a população indígena, estruturando o PO 2494 Realização dos Jogos dos Povos Indígenas na ação 203P, para implantação de PEIC em comunidades indígenas. Disponibilizando R\$ 1.100.000,00. Custo médio por núcleo de 175.800 que atenderão cerca de 400 beneficiados por núcleo, totalizando 2.400 indígenas, em pelo menos 6 etnias diferentes.
					Nessa ação iremos realizar em 3 POs eventos de caráter esportivo educacional e de participação e eventos de caráter científico e fomento a pesquisa totalizando 47 eventos/projetos apoiados com orçamento de R\$ 3.000.000,00, apresentando custo médio de R\$ 489,36, aproximadamente.
201Q Realização e Apoio a Eventos de Esporte, Lazer e Inclusão Social	Evento apoiado	unidade	Serviços	489.361	O objetivo dessas atividades é definir uma política de apoio ao fomento e difusão do esporte estudantil (escolar e universitário) e fomento e difusão de eventos de esporte participação nas 5 Regiões do Brasil, fomento e difusão de eventos científicos e de formação em gestão pública, incluindo pesquisas e publicações na área de políticas públicas de esporte e lazer, contemplando essas Regiões.
					Para o fomento e difusão do esporte estudantil (escolar e universitário) a média do repasse por estado é de R\$ 666.666,00 - com o objetivo apoiar 26 estados e o DF. Para o fomento e a difusão de eventos de esporte nessas Regiões, estabeleceu-se um valor baseado nos pleitos apresentados nos últimos 2 anos de execução nessa Ação, apontando um custo médio de R\$ 200.000 por projeto.
201A Preparação de Atletas e Capacitação de Recursos Humanos para o Esporte de Alto Rendimento	Pessoa beneficiada	unidade	Serv. / Invest	128.182	Na definição de uma política de fomento e difusão de eventos científicos e de formação em gestão pública, incluindo pesquisas e publicações na área de políticas públicas de esporte e lazer, com o mesmo alcance nacional que as atividades anteriores, definiu-se um valor baseado nos pleitos apresentados nos últimos 2 anos de execução, apontando um custo médio R\$ 300.000,00 - por projeto, e obtendo-se um custo médio por evento de R\$ 200.000,00 - com base nos valores praticados nos anos anteriores e matriz de ações a serem financiadas, bem como o projeto técnico preliminar, construído pela SNEELS.
					Apoio financeiro complementar para o pagamento e formação de pessoal especializado e de apoio, contratação de serviços, aquisição de material, equipamento técnico-esportivo e de apoio e material administrativo; apoio à

PLDO-2014, Anexo II das Informações Complementares ao PLOA 2014

Custos Médios utilizados nos principais serviços e investimentos

II - detalhamento dos custos unitários médios utilizados na elaboração dos orçamentos para os principais serviços e investimentos, justificando os valores adotados

Orçamento Fiscal e de Seguridade Social

Recursos de todas as fontes					R\$ 1,00
Ação	Produto	Un. Medida	Serv / Invest	Custo Médio (R\$ 1,00)	Justificativa
211Z Implementação e Desenvolvimento da Política Nacional de Controle de Dopagem	Projeto apoiado	unidade	Serv. / Invest	300.520	realização de avaliações científicas e de controle de dopagem; apoio à realização e participação em eventos esportivos, cursos, seminários, congressos, conferências, eventos de transmissão de conhecimento no âmbito do esporte, intercâmbios e outros ligados ao desenvolvimento de estudo e da prática do esporte de alto rendimento; e implantação, modernização, adequação e manutenção de espaços físicos, e aquisição de equipamentos e materiais laboratoriais e esportivos. De forma a prover as condições necessárias para a preparação do atleta de esporte de alto rendimento desde sua detecção, base, desenvolvimento, alto nível e desestresse no esporte; proporcionar o aprimoramento de profissionais para atuarem com o esporte de alto rendimento; capacitação, atualização e ampliação da infraestrutura física, bem como desenvolver ações para preparação, organização e realização dos Jogos Olímpicos e Paraolímpicos Rio 2016. Limite 2014: R\$ 137.155,038 Custo Médio Unitário:128.182 Formação e Capacitação de Agentes Antidopagem Seminários para treinar e formar agentes. Treinados por equipe ABCD, dois membros ABCD por seminário. Trinta seminários atingindo um público de ate 500 agentes antidopagem incluindo oficiais de coleta de urina e sangue, gerentes de estação, escoltas e chaperones nas várias regiões do Brasil de com apostillas e material instrucional. Realizações de Testes Antidopagem O custo médio estimado considera as despesas totais envolvidos num total de 4.000 testes a cargo da ABCD sendo 4.000 de urina simples. Destes testes 800 de urina + sangue incluindo 750 com componentes urina (EPO, IGH, Isotopes) e 3.200 de urina incluindo 750 com componentes urina. Os serviços do Laboratório estão previstos em \$4.811mil e dos kits em \$470 mil transporte em \$665 mil e as despesas com agentes de controle de dopagem em \$1.610 mil. Informação e Educação Antidopagem Custo médio dos seminários e cursos voltados para atletas, educadores, técnicos em administração do esporte, professores de educação física, médicos, farmacêuticos, nutricionistas, Entidades Esportivas. Trinta seminários e cursos com material e publicações, \$850 mil. Em adição aos seminários prevemos Mídia especializada desenvolvida junto com agencias de Publicidade e Propaganda para disseminar a mensagem de Antidopagem no país, \$700 mil. Portal Sustentação, Projeto Internet desenvolvido em três etapas em 2014: 1) Motor Pesquisa, R\$50 mil 2) Aplicação MoveIt-Phone e Android, R\$123 mil e 3) Portal Conteúdo, \$235 mil. Ciências, Tecnologia e Inovação e Segurança Custo médio das despesas relacionadas a obtenção da certificação ISO 9001

PLDO-2014, Anexo II das Informações Complementares ao PLOA 2014

Custos Médios utilizados nos principais serviços e investimentos

II - detalhamento dos custos unitários médios utilizados na elaboração dos orçamentos para os principais serviços e investimentos, justificando os valores adotados

Orçamento Fiscal e de Seguridade Social

Recursos de todas as fontes					R\$ 1,00
Ação	Produto	Un. Medida	Serv / Invest	Custo Médio (R\$ 1,00)	Justificativa
5450 Implantação e Modernização de Infraestrutura para Esporte Educacional, Recreativo e de Lazer	Espaço implantado/modernizado	unidade	Investimentos	215.517	pela ABCD, R125 mil. Custos da implantação do programa Passaporte Biológico, \$200 mil. Desenvolvimento do Projeto Sem Papel para agentes de controle de dopagem, \$200 mil. Despesas com apoio ao LADETEC \$600 mil. Acesso Biométrico e CCTV para ABCD, \$100 mil. obtenção da certificação ISO 9001 pela ABCD, R125 mil. Custos da implantação do programa Passaporte. Inteligência Antidopagem Custo com a formação da unidade de inteligência para o aperfeiçoamento de metodologias e estratégias de Antidopagem. Unidade visa, levantamento de informações, identificar tendências, otimizar recursos, cooperação e parcerias entre agências do Governo. Construção, ampliação, reforma e modernização da infra-estrutura esportiva, para o desenvolvimento do esporte educacional, recreativo e de lazer, mediante disponibilização de equipamentos e instalações esportivas tais como: quadras poliesportivas, campos de futebol, ginásios de esporte, complexos esportivos, pistas de atletismo, equipamentos e bens permanentes, entre outros. Busca-se assim, disponibilizar e modernizar áreas para a prática de esporte e lazer, assim como instalações e equipamentos adequados à prática esportiva, contribuindo para reduzir a exclusão e o risco social e para melhorar a qualidade de vida, mediante garantia de acessibilidade a espaços esportivos modernos. Limite 2014: R\$ 25.000.000 Custo Médio Unitário:215.517

PLDO-2014, Anexo II das Informações Complementares ao PLOA 2014

Custos Médios utilizados nos principais serviços e investimentos

II - detalhamento dos custos unitários médios utilizados na elaboração dos orçamentos para os principais serviços e investimentos, justificando os valores adotados

Orçamento Fiscal e de Seguridade Social

Recursos de todas as fontes					R\$ 1,00	
Ação	Produto	Un. Medida	Serv / Invest	Custo Médio (R\$ 1,00)	Justificativa	
52000 Ministério da Defesa						
52101 Ministério da Defesa						
13F9	Construção do Edifício-Sede do Centro Gestor e Operacional do Sistema de Proteção da Amazônia - Censipam	Edifício construído	Investimentos	4.600.000	CONSTRUÇÃO DO PRÉDIO ADMINISTRATIVO: Em 2013 estará sendo licitada a empresa que construirá o prédio administrativo do Censipam, demanda do PPA 2012-2015, com o início da etapa de movimentação de solo e estrutura. No ano de 2014 iniciará a construção do prédio com a previsão de realização de 60% da obra, devendo estar concluída no ano de 2015;	
20X4	Sistema de Proteção da Amazônia - SIPAM	Sistema mantido	Serv. / Invest	71.119.958	SISTEMA DE CARTOGRAFIA DA AMAZÔNIA: Repassse Exército, Aeronáutica e Marinha, em cumprimento ao termo de cooperação técnica que rege o projeto de cartografia da Amazônia. Repassse de recursos p/ CPRM, em cumprimento ao termo de cooperação técnica que rege o projeto de cartografia da Amazônia. CPRM: Será necessário o repasse de recursos ao Serviço Geográfico Brasileiro (SGB) para a realização de trabalhos de mapeamento em 2012, visando o trabalho de levantamento de campo para o levantamento geológico, com base nos produtos geofísicos elaborados. SISTEMA DE TECNOLOGIA: Para o exercício de 2014 estão previstos a contratação dos serviços de manutenção preventiva e corretiva do sistema de antenas HF/DF nas localidades de Manaus/AM, Porto Velho/RO, Belém/PA e Boa Vista/RR em decorrência do final do prazo de garantia dos equipamentos; A renovação do Contrato de Cessão de segmento espacial (STARONE) que possibilita a recepção dos dados pelas 800 antenas VSAT instaladas na região amazônica; A renovação do parque tecnológico em 25% de acordo com o PDTIC Censipam; A modernização do PLACON para atendimento das demandas do CICON – Centro Integrado de Combate ao Crime Organizado e Narcotráfico. CAPACITAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS: O Censipam possui um plano anual de capacitação continuada dos seus servidores, buscando a melhoria de seus processos e procedimentos de forma a atingir os objetivos institucionais. Para isso, o Censipam mantém um cadastro de servidores e alunos da instituição está em processo de formação, tendo ingressado 40 servidores, no ano de 2013, com previsão de ingressar mais 184 servidores em 2014, através do concurso público que está em processo de autorização no Ministério do Planejamento Orçamento e Gestão - MPOG. LEVANTAMENTO DE DADOS TERRITÓRIAS NA AMAZÔNIA LEGAL: O Censipam atuará em parceria com o Ministério do Desenvolvimento Agrário, o Ministério do Meio-ambiente, em programas como Bolsa Verde, Regularização Fundiária, Operação Arco Verde, Programa de Monitoramento em áreas	

PLDO-2014, Anexo II das Informações Complementares ao PLOA 2014

Custos Médios utilizados nos principais serviços e investimentos

II - detalhamento dos custos unitários médios utilizados na elaboração dos orçamentos para os principais serviços e investimentos, justificando os valores adotados

Orçamento Fiscal e de Seguridade Social

Recursos de todas as fontes					R\$ 1,00	
Ação	Produto	Un. Medida	Serv / Invest	Custo Médio (R\$ 1,00)	Justificativa	
					especiais, Sipam Cidade e Gestão de riscos ambientais na região amazônica.	
					FUNCIONAMENTO E MANUTENÇÃO DO CENSIPAM: Garante a manutenção dos serviços essenciais para o funcionamento da infraestrutura das unidades administrativas do Censipam em Brasília, Manaus, Belém e Porto Velho. Destacam-se ainda as atribuições a serem desempenhadas pelo Censipam no âmbito da União das Nações Sul-americanas – UNASUL e com países de interesse de outras regiões, em atenção especial aos países signatários do tratado de Cooperação da Amazônia.	
6557	Formação Cívico-Profissional de Jovens em Serviço Militar - Soldado Cidadão	Militar habilitado	Serviços	1.480	Formação Cívico-Profissional dos Jovens que prestam serviço militar, objetivando facilitar o ingresso no mercado de trabalho após licenciamento.	
8425	Apoio das Forças Armadas ao Projeto Rondon	Universitário capacitado	Serviços	4.081	Viabilização da participação de estudantes universitários nos processos de desenvolvimento sustentável nas comunidades carentes por meio de atividades nas áreas de comunicação, cultura, direitos humanos e justiça, educação, meio ambiente, saúde, tecnologia, produção e trabalho, inclusive, com a elaboração de propostas de soluções para problemáticas sociais, nos Municípios, que visam a redução de desigualdades locais e, com o propósito, tanto para fortalecer a infraestrutura urbana e social, quanto como para contribuir para políticas públicas locais, participativas e emancipadoras.	
52111 Comando da Aeronáutica						
123B	Desenvolvimento de Carqueiro Tático Militar de 10 a 20 Toneladas (Projeto KC-X)	Aeronave desenvolvida	Investimentos	45.666.667	Desenvolvimento e fornecimento de 02 (dois) protótipos de uma aeronaves de transporte militar e reabastecimento - Projeto KC-390. A meta física é de 21,2%, sendo que ao final do exercício será atingido o percentual acumulado de 81,9% de aeronave desenvolvida. Em 2014 está previsto o voo do primeiro protótipo.	
13D8	Aquisição e Construção de Próprios Nacionais Residenciais para a Aeronáutica	Unidade habitacional disponibilizada	Investimentos	461.702	Aquisição, construção e adequação de unidades habitacionais para os militares da ativa da aeronáutica e seus dependentes.	
145Z	Aquisição de Aeronaves de Transporte Militar e de Reabastecimento em Voo-Projeto KC-X2	Aeronave adquirida	Investimentos	30.000.000	Aquisição de duas aeronaves de transporte militar e de reabastecimento em voo, categoria pesada, com apoio logístico inicial para os primeiros cinco anos, contratação de logística associada, treinamento de equipagens e demais serviços de engenharia e personalização, visando dotar a Força Aérea Brasileira (FAB) com aeronaves de transporte de carga e reabastecimento em voo a fim de ampliar a sua capacidade de execução de missões de: reabastecimento em voo de grande porte, ajuda humanitária nacional e internacionais, evacuação aeromédica, estratégias de transporte de carga e de tropas, longo curso de transporte de pessoal, bem como missões que demandem raio de alcance global e missões que demandem grande capacidade de carga, dentre outras.	
1472	Implantação e Adequação de Artilharia Antiaérea de Autodefesa	Artilharia antiaérea implantada	Serv. / Invest	4.000.000	O aporte desses recursos orçamentários propiciará o preparo (treinamento), a capacidade de emprego dos Grupos de Artilharia Antiaérea de Autodefesa (GAAAD), dentre eles, o da cidade de Anápolis - GO, que está sendo implantado para suprir a Defesa Antiaérea na Base Aérea de Anápolis (BAAN), na qual estão sediadas as aeronaves da Defesa Aérea do território brasileiro, em especial da área da Capital Federal. Esta dotação orçamentária prevê a	

PLDO-2014, Anexo II das Informações Complementares ao PLOA 2014

Custos Médios utilizados nos principais serviços e investimentos

II - detalhamento dos custos unitários médios utilizados na elaboração dos orçamentos para os principais serviços e investimentos, justificando os valores adotados

Orçamento Fiscal e de Seguridade Social

Recursos de todas as fontes					R\$ 1.00
Ação	Produto	Un. Medida	Serv / Invest	Custo Médio (R\$ 1,00)	Justificativa
14VX Implantação do Centro de Instrução e Adaptação da Aeronáutica - CIAAP em Lagoa Santa - MG	Centro Implantado	percentual de execução física	Investimentos	2.750.000	aquisição, implantação e adequação dos Sistemas de Artilharia Antiaérea de baixa e de média altura, que compõem o Sistema de Artilharia Antiaérea de Autodefesa da Força Aérea Brasileira (FAB); bem como, a aquisição e modernização de materiais, serviços, armamentos, munições, equipamentos, softwares e logística. Parte destes recursos servirá para capacitação de recursos humanos; treinamento operacional; modernização de armamentos, munições, equipamentos e softwares, produtos do desenvolvimento de tecnologia nacional, além de propiciar a manutenção dos mesmos; tudo associado à operação e à logística desses Sistemas de Artilharia Antiaérea de baixa e de média altura, o que decorrerá em proteção das infraestruturas do Sistema de Defesa.
14XJ Aquisição de Cargueiro Tático Militar de 10 a 20 Toneladas	Aeronave adquirida	unidade	Investimentos	20.000.000	Aquisição de Cargueiro Tático Militar de 10 a 20 toneladas - Projeto KC-390, nacional, a fim de suprir as necessidades estratégicas e operacionais da Força Aérea Brasileira (FAB), destacando-se as ações de transporte aéreo logístico em favor da defesa nacional, visando a redução dos custos operacionais, a evacuação aeromédica e combate a incêndio em voo, bem como a logística inicial associada à aeronave.
2048 Manutenção e Suprimento de Material Aeronáutico	Aeronave disponibilizada	unidade	Serv. / Invest	2.200.000	A destinação deste aporte orçamentário é para aquisição de equipamentos, suprimentos e materiais de apoio; contratação de serviços de manutenção, armazenagem, embalagem e transporte de material aeronáutico e aeronaves; aquisição de publicações técnicas de aeronaves e equipamentos de aplicação aeronáutica, tudo com a finalidade de suprir e manter a disponibilidade da frota de aeronaves da Força Aérea Brasileira (FAB). Estas aeronaves disponíveis deverão ser empregadas no adiestramento e nas operações militares da FAB. Os recursos são aplicados conforme orientação da Diretoria de Material Aeronáutico e Bélico (DIRMAB) e supervisão do Comando Geral de Apoio (COMCAP) da FAB.
20IH Modernização e Revitalização de Aeronaves e Sistemas Embarcados	Aeronave modernizada	unidade	Serv. / Invest	14.523.586	Recuperação ou ampliação da capacidade operacional das aeronaves da frota da Força, por meio de sua revitalização e/ou modernização, com incorporação de novos sistemas e equipamentos.
20XA Aprestamento da Aeronáutica	Organização militar mantida	unidade	Serv. / Invest	157.021	Realização de todas as ações necessárias para proporcionar o devido suporte às atividades de treinamento e adiestramento de tripulações e tropas terrestres; às atividades de contra-incêndio; às atividades que dependem de simuladores; às atividades de engenharia e de emprego militar com uso de armamento; às atividades de saúde em campanha e de apoio às operações; às atividades de transporte logístico de superfície e às atividades de suprimento de material de intendência.
20XB Pesquisa, Desenvolvimento e Capacitação no Setor Aeroespacial	Setor aeroespacial adequado	unidade	Serv. / Invest	11.720.000	Realização de fomento da indústria aeroespacial brasileira, realização de pesquisas meteorológicas nas regiões de localização dos Centros de

PLDO-2014, Anexo II das Informações Complementares ao PLOA 2014

Custos Médios utilizados nos principais serviços e investimentos

II - detalhamento dos custos unitários médios utilizados na elaboração dos orçamentos para os principais serviços e investimentos, justificando os valores adotados

Orçamento Fiscal e de Seguridade Social

Recursos de todas as fontes					R\$ 1,00	
Ação	Produto	Un. Medida	Serv / Invest	Custo Médio (R\$ 1,00)	Justificativa	
212H Pesquisa e Desenvolvimento nas Organizações Sociais	Serviço prestado	unidade	Serviços	14.700.000	Lançamento, realização da qualificação profissional dos técnicos na área de ciência e tecnologia, execução de pesquisas e desenvolvimento de projetos nas áreas espacial e de defesa, realização de atividades voltadas à manutenção e expansão do conhecimento científico no segmento aeroespacial	
2865 Manutenção e Suprimento de Fardamento	Militar atendido	unidade	Serviços	1.543	Transferência de recursos para o Centro de Gestão e Estudos Estratégicos (OS) para fins de custeio do Instituto Tecnológico de Aeronáutica como referência internacional em pesquisa e ensino de engenharia.	
2868 Combustíveis e Lubrificantes de Aviação	Combustível adquirido	metro cúbico	Serv. / Invest	3.486	A presente proposta de despesa visa apresentar a necessidade de recursos para a aquisição e confecção de Fardamento fornecido aos militares da ativa do Comando da Aeronáutica de graduação inferior a terceiro-sargento e, em casos especiais, a outros militares, bem como a concessão do Auxílio- Fardamento aos militares da ativa do Comando da Aeronáutica, conforme estabelecido na legislação em vigor.	
8969 Aquisição de Aeronaves	Aeronave militar adquirida	unidade	Investimentos	12.948.534	Aquisição de combustíveis e lubrificantes de aviação para atendimento do estorço aéreo previsto para 2014.	
52121 Comando do Exército						
11UB Construção e Instalação do Aquartelamento do Comando Militar do Planalto	Aquartelamento construído	percentual de execução física	Serv. / Invest	1.538.462	Ampliação e manutenção da capacidade operativa da Força, no cumprimento de suas missões institucionais, por meio da aquisição de aeronaves que estejam adequadas ao cenário operacional e tecnológico presente.	Os recursos solicitados destinam-se para: - para a aquisição de obras, em anexo, para implantação das instalações do Comando Militar do Planalto, 11ª Região Militar e Secretaria de Economia e Finanças; e - permitir a aquisição de equipamentos e materiais ainda necessários para o funcionamento das organizações militares.
13DB Aquisição de Sistemas de Artilharia Antiaérea	Equipamento obtido	unidade	Serv. / Invest	763.157	Permanece a necessidade da obtenção da capacidade de realizar a Defesa Antiaérea de Baixa Altura (até 3.000m de altura) das Estruturas Estratégicas Terrestres do país e da Força Terrestre, quando do seu emprego, para atender sua missão atribuída no Sistema de Defesa Aeroespacial Brasileiro (SISDABRA). Para o ano de 2014, o projeto prevê a continuação das aquisições previstas para a 1ª fase, complementando os sistemas existentes (Armas, Controle e Alerta, Comunicações e Logístico) das Seções de Mísseis de Baixa Altura e das Baterias de Canhões Autopropulsados.	
147F Implantação do Sistema de Defesa Cibernética	Sistema implantado	percentual de execução física	Serv. / Invest	2.500.000	A atividade de Implantação do Sistema de Defesa Cibernética compreende a construção, adequação e manutenção de instalações do Sistema de Defesa Cibernética; a aquisição, instalação e manutenção de equipamentos de Tecnologia da Informação e Comunicações (TIC) e de Segurança da Informação e Comunicações (SIC); a capacitação de pessoal no Brasil e no exterior; o estímulo à pesquisa e o fomento à indústria nacional de TIC e SIC, entre outros. É subdividido em 10 (dez) projetos distribuídos nas áreas de segurança e defesa cibernética, informações, pesquisa e desenvolvimento, normatização e gestão de talentos.	

PLDO-2014, Anexo II das Informações Complementares ao PLOA 2014

Custos Médios utilizados nos principais serviços e investimentos

II - detalhamento dos custos unitários médios utilizados na elaboração dos orçamentos para os principais serviços e investimentos, justificando os valores adotados

Orçamento Fiscal e de Seguridade Social

Recursos de todas as fontes						R\$ 1,00
Ação	Produto	Un. Medida	Serv / Invest	Custo Médio (R\$ 1,00)	Justificativa	
14LW Implantação do Sistema de Defesa Estratégico ASTROS 2020	Sistema implantado	percentual de execução física	Serv. / Invest	13.000.000	O Projeto Estratégico do Exército ASTROS 2020 irá fornecer um Produto Estratégico de Defesa com alto valor agregado de tecnologia e elevada capacidade de dissuasão extrarregional. É uma solução 100% brasileira, com total interdependência tecnológica e propriedade intelectual do Exército Brasileiro com relação ao Missil Tático de Cruzeiro (MTC) e o Foguete Guiado SS-40G. Os serviços de pesquisa e desenvolvimento foram contratados pela União por meio da Diretoria de Fabricação do Departamento de Ciência e Tecnologia DFDC1, conforme os contratos 002/2012 e 004/2012 (em andamento). Com isso possibilitará equipar a Força Terrestre com mísseis táticos de cruzeiro com alcance de até trezentos quilômetros e foguetes guiados, que reduzem a atual dependência de foguetes Starlink e mísseis de cruzeiro de tecnologia e origem estrangeira. O Projeto vai também possibilitar a construção das instalações militares do Forte Santa Bárbara (Fortaleza/GO); Apoio à moradia com construções de cerca de 486 Próprios Nacionais Residenciais (PNR); A Modernização das Viaturas do Sistema ASTROS do 6º Grupo de Lancadores Múltiplos de Foguetes para o padrão MK-6 (contrato a ser estabelecido no 2º Semestre 2013); Contratação de Suporte Logístico Integrado; Aquisição de viaturas novas e simuladores para o Sistema ASTROS 2020 (em andamento, Contrato 062/2012 e Contrato 167/2012, ambos da Diretoria de Material do Comando Logístico (DMat/COLOG); Aquisição de foguetes do Sistema ASTROS; Assistência Técnica e manutenção de viaturas (em andamento, Contrato 033/2013); Gerenciamento do Projeto.	
14T4 Aquisição de Blindados Guarani	Viatura adquirida	unidade	Investimentos	7.375.000	O Projeto Estratégico do Exército GUARANI (PEE GUARANI) foi concebido com a finalidade de dotar o Exército Brasileiro de uma Nova Família de Blindados de Rodas (NFBR), desenvolvida e produzida pela Indústria Nacional, para conter a ameaça dos blindados estrangeiros, com ênfase no desenvolvimento do NFBR Terrestre – as Brigadas, modernizando as Brigadas de Cavalaria Mecanizadas e mecanizando parcela das Brigadas de Infantaria Motorizada, a fim de obter novas capacidades operacionais que permitam o cumprimento das missões previstas na Estratégia Nacional de Defesa. Para atingir essa finalidade, o PEE GUARANI traçou os seguintes objetivos: 1) adequar a infraestrutura física das Organizações Militares a serem contempladas com a NFBR; 2) obter a capacidade de desenvolver e produzir a munição de calibre 30 mm de dotação do sistema de armas da NFBR; 3) implantar um sistema de simulação para a capacitação dos operadores da NFBR; 4) planejar, implantar e executar o suporte logístico integrado necessário para a operação da NFBR; 5) capacitar, qualificar e treinar os recursos humanos (RH) para operar a NFBR no Brasil e no exterior; 6) integrar os diferentes sistemas componentes da NFBR, estabelecendo uma interface com os sistemas conexos (Cibernética, Guerra Eletrônica etc); 7) gerenciar os contratos e acordos celebrados relacionados à pesquisa, desenvolvimento, produção, industrialização e implantação da NFBR; 8) garantir o plano de continuidade de desenvolvimento tecnológico e industrial. Até o momento, já foram executadas as seguintes ações: 1) avaliação do protótipo da Viatura Blindada de Transporte de Pessoal – Média de Rodas (VBTP-MR) Guarani, desenvolvido em conjunto pelo Sistema de	

PLDO-2014, Anexo II das Informações Complementares ao PLOA 2014

Custos Médios utilizados nos principais serviços e investimentos

II - detalhamento dos custos unitários médios utilizados na elaboração dos orçamentos para os principais serviços e investimentos, justificando os valores adotados

Orçamento Fiscal e de Seguridade Social

Recursos de todas as fontes					R\$ 1,00
Ação	Produto	Un. Medida	Serv / Invest	Custo Médio (R\$ 1,00)	Justificativa
14T5 Sistema Integrado de Monitoramento de Fronteiras - SISFRON	Sistema implantado	percentual de execução	Serv. / Invest	106.500.000	Clência e Tecnologia do Exército e pelo consórcio FIAT-NECO; 2) produção de 16 (dezesseis) viaturas do lote-piloto da VBTP-MR Guarani; 3) aquisição de 86 (oitenta e seis) viaturas do lote de experimentação doutrinária da VBTP-MR Guarani; 4) aquisição de 13 (treze) torres Platt, para as viaturas do lote-piloto; 5) aquisição de 86 (oitenta e seis) torres REMAX, de produção nacional e desenvolvida em conjunto pelo Sistema de Clência e Tecnologia do Exército e pela empresa ARES, para as viaturas do lote de experimentação doutrinária; 6) aquisição de 13 (treze) torres U730 BR, de produção nacional pela AEL; 7) aquisição de 102 (cento e dois) sistemas de Comando e Controle; 8) modernização das viaturas para o sistema de Comando e Controle; 9) aquisição de 30 (trinta) torres U730 BR pela Companhia Brasileira de Controladores (CBC); 10) planejamento da capacitação de RH para a operação da viatura; 11) obras de infraestrutura no 33º Batalhão de Infantaria Motorizado em Cascavel/PR; 11) estudo de viabilidade do projeto da Subfamília Leve. O Projeto SISFRON possibilitará a obtenção de novas capacidades de vigilância e sensoriamento, análise e processamento das informações, cooperação interagências, logística, infraestrutura, pronta resposta operacional e comando e controle, desde a fronteira até Brasília, e contribuirá para o desenvolvimento sustentável da Indústria Nacional, em particular na indústria de defesa, por meio de transferência de tecnologia, da dualidade de produtos, da diversificação da pauta de exportações, de produção no território nacional e da geração de emprego e renda. O recebimento definitivo do Projeto Básico do Sistema Integrado de Monitoramento de Fronteiras - SISFRON possibilitou a realização do processo licitatório para contratação da implantação desse Projeto para a Subfamília Leve, com o objetivo de modernizar o Sistema Integrado de Monitoramento de Fronteiras - SISFRON, com o objetivo de modernizar a Brigada de Cavalaria Mecanizada e a previsão de implantação real e está previsto para ser implantado no prazo de 10 anos, sendo contemplado, no orçamento de 2012, com R\$ 196,7 milhões de reais. Em 2013, prossegue a implantação do Projeto Piloto na área do Comando Militar do Oeste, abrangendo os Estados do Mato Grosso do Sul e Mato Grosso. A LOA/2013 prevê recursos orçamentários no valor de R\$ 240 milhões, dos quais se encontram contingenciados o montante de R\$ 99,7 milhões, o que impede a execução plena do cronograma físico previsto e estendendo, ainda mais, o prazo de implantação do Projeto Piloto e do Sistema como um todo. Para 2014, no processo de prosseguimento de implantação do SISFRON em sua fase Piloto, está previsto o início de outros vetores do cronograma físico, a fim de se cumprir as metas estabelecidas como, por exemplo, Sistema de Apoio às Atividades de Inteligência, geoinformação e de aeronaves remotamente pilotadas. Nesse contexto, os recursos solicitados para o Projeto Piloto (R\$553.000.000,00) serão fundamentais na manutenção da eficiência e eficácia no prosseguimento da implantação desse grande sistema de vigilância e monitoramento da taxa de fronteira brasileira. POI - SISTEMA DE SENSORIAMENTO E APOIO À DECISÃO Os recursos do PO-001 destinam-se ao desenvolvimento e implantação do Sistema de Sensoriamento e Apoio à Decisão do SISFRON, cujos principais

Custos Médios utilizados nos principais serviços e investimentos

II - detalhamento dos custos unitários médios utilizados na elaboração dos orçamentos para os principais serviços e investimentos, justificando os valores adotados

Orçamento Fiscal e de Seguridade Social

R\$ 1,00

Ação	Produto	Un. Medida	Serv / Invest	Custo Médio (R\$ 1,00)	Justificativa
					componentes são os seguintes: equipamentos óticos e infravermelhos; sistema de vigilância, monitoramento e reconhecimento terrestre (radares de vigilância terrestre); sistema de sensoriamento de sinais eletromagnéticos; sistemas de apoio à decisão; equipamentos e sistemas de comunicações táticas; sistemas de equipamentos e sistemas de comunicações por satélite; sistemas de comunicações estratégicas (inóvias); centros de comando e controle; sistemas de segurança da informação e comunicações; infraestrutura de fontes de energia e suporte a sistemas de tecnologia da informação e comunicações; suporte logístico integrado; capacitação e simulação; integração e gerenciamento do Sistema de Defesa Nacional.
					O montante de R\$ 462 milhões será destinado ao pagamento das obrigações assumidas por meio de contrato assinado com o Consórcio TEPRO para a implantação do Sistema de Sensoriamento e Apoio à Decisão do Piloto do SISFRON. Adicionalmente ao referido Contrato, há necessidade de aquisição e desenvolvimento de sistemas específicos na área de inteligência, sistemas de aeronaves remotamente pilotadas (SARP) de pequeno porte e produtos/serviços de Geoinformação. Caso as necessidades não sejam atendidas, ocorrerão, dentre outros problemas: o pagamento de multas contratuais; a interrupção da mobilização de empresas nacionais; fornecedoras de produtos e serviços com elevado conteúdo tecnológico, para atender às necessidades do SISFRON, envolvendo mais de 20 empresas nacionais subcontratadas, bem como a geração e manutenção de 7.600 empregos no País; prejuízo para os acordos de compensação (offset) estabelecidos, bem como a desestruturação das equipes de absorção de tecnologia formadas, com prejuízo para a indústria nacional; atraso na entrega dos produtos resultantes do Projeto – inclusive no que diz respeito a sistemas de inteligência, SARP e sistemas de Geoinformação – bem como dos benefícios sociais esperados.
					PO2 – SISTEMA DE APOIO À ATUAÇÃO A aplicação de R\$ 451 milhões permitirá a consecução dos objetivos do SISFRON referentes ao Sistema de Apoio à Atuação Operacional Interagências, nas áreas da 4ª Bda C. Mec, 13ª Bda Inf. Fron, 13ª Bda Inf. Mez e 17ª Bda Inf. SI, contribuindo para dar maior efetividade no combate aos delitos transfronteiriços, o que tornaria concretas as ações do Projeto SISFRON em sua participação na redução dos índices de criminalidade dos grandes centros. As aquisições geram emprego e renda, além de fomentar a capacitação em áreas de produtos duais, de alto valor agregado, estimulando esse importante segmento da indústria nacional.
					PO3 – OBRAS DE INFRAESTRUTURAS PARA IMPLANTAÇÃO DO SISFRON O montante de R\$ 50 milhões é necessário para honrar os compromissos assumidos em decorrência dos seguintes contratos já estabelecidos: - Pagamento de mão-de-obra temporária, contratada em 2013. - Pagamento de obras de construção prioritárias do Projeto Piloto, contratadas em 2013 (Destacamento de Iguatemi, Destacamento de Mundo Novo e Centro de Monitoramento de Fronteiras). - Pagamento de obras de reparo e adequação das redes elétricas, necessárias e urgentes, para as obras do SISFRON em OMICMO, contratadas em 2013. - Pagamento de obras de construção contratadas em 2012 (CO Cnido 13ª Bda Inf. Mez, Pav. H, do PEF de Cananéia e Casa 9ª Bª Com).

PLDO-2014, Anexo II das Informações Complementares ao PLOA 2014

Custos Médios utilizados nos principais serviços e investimentos

II - detalhamento dos custos unitários médios utilizados na elaboração dos orçamentos para os principais serviços e investimentos, justificando os valores adotados
Orçamento Fiscal e de Seguridade Social

Recursos de todas as fontes					R\$ 1,00
Ação	Produto	Un. Medida	Serv / Invest	Custo Médio (R\$ 1,00)	Justificativa
1476 Sistema Integrado de Proteção de Estruturas Estratégicas Terrestres (PROTEGER)	Sistema implantado	percentual de execução	Investimentos	30.000.000	Permite a contratação de obras do Projeto Piloto previstas e planejadas para 2014. Para o cumprimento do planejamento, a gerência do projeto previu as seguintes ações nos PO do PROTEGER: PO 001 - Implantação do Sistema de Apoio à Atuação do Sistema Integrado de Proteção de Estruturas Estratégicas Terrestres (Projeto PROTEGER), atender às necessidades mínimas de capacitação da Força Terrestre, proporcionalmente aos recursos, por meio do desenvolvimento e aquisição de Produtos de Defesa (PRODE) compatíveis com o escopo do projeto, no contexto de auto proteção, emprego individual e coletivo, mobilidade terrestre, fluvial, lacustre e aérea, tática e estratégica, necessários ao cumprimento das missões de vigilância, reconhecimento e proteção e às atividades de Suporte Logístico Integrado. Objetivando, ainda, ampliar o nível operacional da tropa para o emprego nas ações de Garantia da Lei e da Ordem e Apoio à Defesa Civil em um ambiente Interagências. PO 002 - Obras de Infraestrutura para Implantação do Sistema Integrado de Proteção de Estruturas Estratégicas Terrestres (Projeto PROTEGER): realizar a adequação, adaptação, recuperação, reparação e/ou construção de instalações e organizações militares abrangidas pelo Escopo do Projeto Estratégico PROTEGER e suas estruturas de apoio ao pessoal (instalações de saúde, residências etc.), visando proporcionar condições adequadas para o recrutamento, capacitação e emprego dos novos PRODE necessários à execução das atividades previstas no Sistema Integrado de Proteção de Defesa, Garantia da Lei e da Ordem e Apoio à Defesa Civil. Ainda possibilitar a aquisição de materiais e a contratação de serviços para o atendimento às demandas obras de infraestrutura: redes de abastecimento de água e esgoto, elétrica, lógica, telefônica, substituição de energia elétrica, urbanização, pavimentação, drenagem, cercamento, estacionamento, proteção ambiental, construção e manutenção de poços artesianos, equipamentos fixos, divisórias e mobiliário complementar. PO 003 - Implantação do Sistema de Sensoriamento e Apoio à Decisão do Sistema Integrado de Proteção de Estruturas Estratégicas Terrestres (Projeto PROTEGER); possibilitar a aquisição de meios de Comando e Controle e de sistemas de defesa para uso no ambiente operacional interagências e a continuidade dos estudos para a definição dos produtos e para a contratação de serviços para implantação do Sistema de Coordenação de Operações Terrestres Interagências (SISCOIT) e de sistemas de sensoriamento instalados em plataformas de superfície fixas, móveis e aéreas; sistemas de comunicações; sistemas de tecnologia da informação e de apoio à decisão; bem como das infraestruturas necessárias de logística, manutenção, inteligência, geointeligência, segurança da informação e comunicações, simulação e treinamento.
20PY Adequação de Organizações Militares do Exército	Organização militar adequada	unidade	Serv. / Invest	996.527	Destina-se a realização de obras de implantação, adequação, reorganização, reestruturação e construção de instalações de organizações militares; contratação de serviços para as atividades das ações com elaboração e

PLDO-2014, Anexo II das Informações Complementares ao PLOA 2014

Custos Médios utilizados nos principais serviços e investimentos

II - detalhamento dos custos unitários médios utilizados na elaboração dos orçamentos para os principais serviços e investimentos, justificando os valores adotados

Orçamento Fiscal e de Seguridade Social

Recursos de todas as fontes					R\$ 1,00
Ação	Produto	Un. Medida	Serv / Invest	Custo Médio (R\$ 1,00)	Justificativa
20XE - Sistemas de Comando e Controle do Exército	Sistema mantido	unidade	Serv. / Invest	1.396.500	gerenciamento de projetos, gestão de contratos e aquisição de materiais, proporcionando melhores condições de preparo e emprego, ampliando a capacidade operacional do Exército. Atende a reestruturação de Organizações militares para o recebimento dos carros de combate Leopard; a manutenção de instalações dos Comandos Militares de Área; Projetos Piloto da separação dos ramos administrativos e logístico do Exército Brasileiro; construção e adequação de instalações de OM de Polícia do Exército; e a adequação das estruturas de apoio à família militar no campo da saúde, moradia, entre outros. PO 001 - Sistemas Corporativos Custo Médio: R\$ 23.333,00 Aquisição de bens e contratação e serviços para a manutenção de sistemas de informação do SisEx a fim de agregar valor aos sistemas corporativos e comunicação do Exército Brasileiro na obtenção de informações úteis necessárias a tomada de decisão. Desenvolvimento de sistemas de uso corporativo em ações de apoio ou finalísticas para o Exército Brasileiro. PO 002 - Comando e Controle Custo Médio: R\$ 626.840,00 Aquisição de bens e contratação de serviços para atender às necessidades de implantação, reestruturação e expansão das Redes Metropolitanas e Datacenters do SisEx, a fim de agregar valor, no que couber, ao desenvolvimento, implantação, manutenção, modernização, segurança e integração dos Sistemas corporativos do Exército. Aquisição de bens, suprimentos e contratação de serviços para manter as infraestruturas de telemática do Exército em condições de uso. Manutenção, a modernização e a capacitação de pessoal referente ao Sistema de Comando e Controle do Exército (SCCE). Recursos organizacionais e financeiros para se manterem adequadas as Seções/Subseções de Imagens e Informações Geográficas do COTer, CJE, ESIMEX e Cndos Mil A, para a manutenção evolutiva do SIGWEB/DSGEX e do SIGDesktop e capacitação de multiplicadores destes sistemas, com vistas a atender a atividades de Inteligência e Ensino no Exército. Desenvolvimento dos sistemas de comando e controle e provimento da segurança das informações a esses sistemas. PO 003 - Cartografia Terrestre, Mapeamento e Demarcação de Áreas Custo Médio: R\$ 5.130,50 Necessidades de recursos orçamentários e financeiros para manter os parques de produção cartográfica das OMDs/DSG em condições de bem atender as demandas da Força Terrestre por produtos cartográficos. PO 004 - Logística de Material de Comunicação Custo Médio: R\$ 333.333,34 Apoiar a logística de material de comunicações, realizando a manutenção, o suprimento, a capacitação de pessoal, a administração de importação e o transporte de material. PO 005 - Mnt e Sup dos Sistemas de Telemática Militar (CTEX) Custo Médio: R\$ 1.073.575,00

PLDO-2014, Anexo II das Informações Complementares ao PLOA 2014

Custos Médios utilizados nos principais serviços e investimentos

II - detalhamento dos custos unitários médios utilizados na elaboração dos orçamentos para os principais serviços e investimentos, justificando os valores adotados

Orçamento Fiscal e de Seguridade Social

Recursos de todas as fontes					R\$ 1,00
Ação	Produto	Un. Medida	Serv / Invest	Custo Médio (R\$ 1,00)	Justificativa
20XF Implantação de Organizações Militares do Exército	Organização militar instalada	unidade	Investimentos	3.833,333	Aquisição de bens, contratação de serviços, pagamentos de contratos, treinamento e capacitação de pessoal, manutenção de OM apoiadas, reuniões sistêmicas, reestruturação e ampliação da infraestrutura de telemática, garantia da continuidade dos serviços de TI, da segurança da informação e dos projetos, no âmbito do SisTex, destinados a manter os sistemas de informática, comunicações e eletrônica do Exército Brasileiro.
					PO 007 - Cooperação com o Desenvolvimento Científico e Tecnológico (DSG) - Custo Médio: R\$ 12.530.000,00 Atende às necessidades de recursos orçamentários (apenas), para as OM/SGS, em contrapartida de serviços técnicos especializados em parcerias com órgãos públicos e estaduais (condição de recurso financeiro), que tenham interesse em compartilhar tais serviços, mediante a celebração de convênios.
20XG Aquisição e Modernização de Meios do Exército	Meio militar disponibilizado	unidade	Serv. / Invest	17,571	PO 008 - Manutenção e Suprimento de Material de Guerra Eletrônica e de TI operacional (CCOMGEX) - Custo Médio: R\$ 25.000,00 O referido valor tem por finalidade realizar a manutenção e o suprimento de material de tecnologia da informação em apoio à área operacional.
					Destina-se a realização de obras de implantação, adequação, reorganização e construção de instalações de organizações militares e a aquisição de material de emprego militar, os demais do plano de equipamento e reorganização das Forças Armadas (FAR) - Exército Brasileiro (EBR) - Comando Militar da Amazônia. O PO 001 atende a Brigada de Operações Especiais, integrante das FAE, proporcionando melhores condições de preparo e emprego desta Brigada em todo o Território Nacional. O PO 002 atende a 2ª Brigada de Infantaria de Selva, no Comando Militar da Amazônia, proporcionando melhores condições de preparo e emprego nas atividades operacionais na Região Amazônica, em particular na Região Noroeste do Estado do Amazonas. O PO 003 atende a 11ª Brigada de Infantaria Leve, integrante das FAE, proporcionando melhores condições de preparo e emprego nas atividades operacionais de Garantia da Lei e da Ordem e em Ações Subordinárias.
20XG Aquisição e Modernização de Meios do Exército	Meio militar disponibilizado	unidade	Serv. / Invest	17,571	A Ação 20XG tem por finalidade atingir o nível mínimo de 80% dos Quadros de Dotação de Material - QDM, das Organizações Militares Operacionais - OM Op, deixando a Força Terrestre em condições de cumprir as suas missões constitucionais. A atual proposta de R\$ 130.000.000,00 (cento e trinta milhões de reais) contribuirá para o atingimento desse nível de complementação dos QDM, atenuando os impactos orçamentários decorrentes da redução dos recursos disponíveis com o valor R\$ 1.500.000.000,00 (um bilhão e quinhentos milhões de reais) por um período de dez anos - PO 0004 - GND 3 R\$ 5.020.000,00 e GND 4 R\$ 15.590.000,00 - aquisição de viaturas, material de estacionamento, aeroderrestre, equipamento individual, fardamento, suprimento, ferramental e manutenção de meios, material de saúde de campanha, ração operacional, e adestramento da força terrestre - PO 0005 - GND 3 R\$ 34.760.000,00 e GND 4 R\$ 30.900.000,00 - bens e serviços relacionados à manutenção e recuperação de blindados. Artilharia de Campanha. - PO 0006 - GND 3 R\$ 5.000.000,00 e

PLDO-2014, Anexo II das Informações Complementares ao PLOA 2014

Custos Médios utilizados nos principais serviços e investimentos

II - detalhamento dos custos unitários médios utilizados na elaboração dos orçamentos para os principais serviços e investimentos, justificando os valores adotados

Orçamento Fiscal e de Seguridade Social

Recursos de todas as fontes					R\$ 1,00
Ação	Produto	Un. Medida	Serv / Invest	Custo Médio (R\$ 1,00)	Justificativa
20XH Ações de Cooperação do Exército	Cooperação realizada	unidade	Serv. / Invest	12.811.000	GND 4 R\$ 9.000.000,00 - bens e serviços relacionados à manutenção e recuperação de blindados. - PO 0007 - GND 3 R\$ 6.401.000,00 e GND 4 R\$ 34.690.000,00 – aquisição de armamento, equipamento individual e pontaria, material de estacionamento, aeroterrestre, equipamento individual e fardamento, equipamentos de Artilharia de Campanha. - PO 0008 - GND 3 R\$ 12.100.000,00 – aquisição de munição letal e não letal. - PO 0009 - GND 3 R\$ 3.540.000,00 e GND 4 R\$ 18.310.000,00 – aquisição de embarcações e material de engenharia de combate. - PO 000A - GND 3 R\$ 2.089.000,00 e GND 4 R\$ 12.500.000,00 – aquisição de material de estacionamento, aeroterrestre, equipamento individual e fardamento, material de guerra eletrônica e comunicações, e adensamento da força terrestre. - PO 000B - GND 4 R\$ 100.000,00 – aquisição de armamento.
					Recursos para atender obras de cooperação junto aos Estados, Municípios e entes da Federais que não participam do Orçamento Fiscal da União.
20XJ Desenvolvimento Tecnológico do Exército	Pesquisa realizada	unidade	Serv. / Invest	271.316	Os Termos de parcerias previsto para 2014:
					Esfera Municipal - Prefeitura de Araguari..... R\$ 6.000.000,00 Esfera Estadual - Aeroporto Alegrete..... R\$10.000.000,00 - Construção de Rodovias Estado Tocantins..... R\$ 30.000.000,00 - Construção de Rodovia (Caminho das Neves)..... R\$ 6.000.000,00 Esfera Federal - Aeroporto Rio Branco / AC R\$ 37.677.007,00 PO 01 - Desenvolvimento de Material de Emprego Militar Custo Médio (R\$) 23.333,33 Produção e desenvolvimento de diversos itens de PRODE (Produtos de Defesa) a fim de reduzir o hiato tecnológico e manter a Capacidade Operacional da Força Terrestre. Justifica-se também pela necessidade estratégica de evitar a desmobilização, a perda do capital intelectual existentes nos Arsenal de Guerra e atender as demandas de produção colocadas pelos outros órgão de direção Setorial. PO 03 - Pesquisa e Desenvolvimento Tecnológico da Força Terrestre Custo Médio (R\$) 665.580,75 Manutenção e ampliação das capacidades laboratoriais que subsidiam a pesquisa e o desenvolvimento tecnológico da Força Terrestre; Despesas com material de consumo, prestação de serviços, deslocamentos de servidores civis e militares, suprimentos de informática e outros insumos, para a execução dos Projetos e Pesquisas na Área de Defesa e para o apoio à infraestrutura laboratorial, bem como a manutenção e a conservação da infraestrutura do Complexo Tecnológico de Guaratiba. Visa atender as despesas com máquinas, equipamentos e diversos materiais permanentes, para a execução dos Projetos e Pesquisas na Área de Defesa e para a ampliação da infraestrutura laboratorial, bem como a melhoria da infraestrutura do Complexo Tecnológico de Guaratiba.

PLDO-2014, Anexo II das Informações Complementares ao PLOA 2014

Custos Médios utilizados nos principais serviços e investimentos

II - detalhamento dos custos unitários médios utilizados na elaboração dos orçamentos para os principais serviços e investimentos, justificando os valores adotados
Orçamento Fiscal e de Seguridade Social

Recursos de todas as fontes				R\$ 1,00	
Ação	Produto	Un. Medida	Serv / Invest	Custo Médio (R\$ 1,00)	Justificativa
20XX Logística Militar Terrestre	Organização militar atendida	unidade	Serv. / Invest.	568.423	Pesquisa, desenvolvimento e nacionalização de PRODE (Produtos de Defesa) estratégicos para o Exército Brasileiro e outras ações voltadas ao Fomento Industrial da BID.
					PO 05 - Avaliação de Material e Emprego Militar e Dual
					Custo Médio: R\$ 624.570,00
					A aplicação de recursos se justifica para viabilizar a execução de testes técnicos e operacionais de Materiais de Emprego Militar em avaliações previstas para 2014.
					PO 06 - Revitalização de Materiais de Emprego Militar
					Custo Médio: R\$ 84.300,00
					Revitalização e desenvolvimento de diversos itens de PRODE (Produtos de Defesa) a fim de reduzir o hiato tecnológico e manter a Capacidade Operacional da Força Terrestre. Justifica-se também pela necessidade estratégica de evitar a desmobilização, a perda do capital intelectual existentes nos Arsenais de Guerra e atender as demandas de produção colocadas pelos outros ODS.
					Plano Orçamentário 0001- Manutenção e Suprimento de Combustíveis e Lubrificantes
					DIRETORIA DE ABASTECIMENTO
					VALOR: 49.441.298,41
META: ADQUIRIR COMBUSTÍVEIS: ÓLEO DIESEL, GASOLINA COMUM, ARLA, AGENTE REDUTOR LÍQUIDO AUTOMOTIVO), PARA UTILIZAÇÃO NAS 622 ORGANIZAÇÕES MILITARES DA FORÇA TERRESTRE.					
JUSTIFICATIVA: ATENDER DESPESAS COM A AQUISIÇÃO DE COMBUSTÍVEIS AUTOMOTIVOS PARA O PERÍODO DE 01/UM) ANO, E DESPESAS COM VIAGENS DE ORIENTAÇÃO TÉCNICA AOS ORGAOS COORDENADORES DA CADEIA DE SUPRIMENTO CL III.					
COMENTÁRIOS: O VALOR AQUI INFORMADO, NÃO ATENDE A 100% DAS NECESSIDADES DE COMBUSTÍVEIS LEVANTADAS PARA 2014.					
DIRETORIA DE MATERIAL					
3390.30: R\$ 7.773.570,00 AQUISIÇÃO DE LUBRIFICANTES PARA VIATURAS E ARMAMENTOS.					
TOTAL DO PO 0001: R\$ 54.948.463,00					
Plano Orçamentário 0002- Transporte Logístico da Força Terrestre					
3390.15.14: 1.390.000,00					
3390.30.00: 3.458.500,00					
3390.30.17: 10.000,00					
3390.33.01: 200.000,00					
3390.33.03: 100.000,00					
3390.39.00: 6.443.000,00					
3390.39.95: 15.903,00					
4490.52.00: 800.000,00					
4490.52.35: 200.000,00					
Soma: 12.617.403,00					

PLDO-2014, Anexo II das Informações Complementares ao PLOA 2014

Custos Médios utilizados nos principais serviços e investimentos

II - detalhamento dos custos unitários médios utilizados na elaboração dos orçamentos para os principais serviços e investimentos, justificando os valores adotados

Orçamento Fiscal e de Seguridade Social

Recursos de todas as fontes					R\$ 1,00
Ação	Produto	Un. Medida	Serv / Invest	Custo Médio (R\$ 1,00)	Justificativa
					Transporte de Materiais - Executar os fornecimentos regionais de suprimentos, por meio de Missões de Transporte (MT), em particular Material de Subsistência (grifificado e seco), Material de Intendência, principalmente uniformes; manutenção complementar de viaturas e embarcações das Unidades ligadas às atividades de transporte; transporte de munições e armamentos e contratação de serviços de transporte em complemento à capacidade orgânica, imprescindíveis para a operacionalidade da Força Terrestre em virtude das dimensões continentais do nosso País e pela dispersão das organizações militares.
					2. Transporte de Pessoal – Possibilitar os deslocamentos de militares para as regiões com objetivo da execução das Missões de Transporte (MT) e realização de cursos para atualização profissional dos militares, para a realização de cursos de capacitação para a realização das operações de manutenção complementar de viaturas e embarcações das Unidades ligadas às atividades de transporte; transporte de munições e armamentos e contratação de serviços de transporte em complemento à capacidade orgânica, imprescindíveis para a operacionalidade da Força Terrestre em virtude das dimensões continentais do nosso País e pela dispersão das organizações militares.
					3. Transporte de Animais – Realizar as distribuições das novas operações de manejo de animais no âmbito do Exército Brasileiro, além do remanejamento de animais no âmbito do Exército Brasileiro.
					Havendo o não atendimento dos recursos necessários para o cumprimento de todas as missões de transporte para o ano de 2014, a operacionalidade da força terrestre será comprometida, reduzindo a capacidade das Organizações Militares que dependem desses transportes, interferindo no cumprimento de suas missões devido, principalmente, a restrição de alimentos e munição;
					2. Haverá uma restrição na continuidade do apoio aos projetos do Exército com reflexos desfavoráveis para a operacionalidade da força terrestre.
					3. Restrição na execução das missões de transporte planejadas para serem realizadas no exercício, bem como no atendimento das despesas com Plano Geral de Transporte (PGT), remanejamento de viaturas blindadas, modernização de viaturas, mudança de Sede de OM e aquisições de viaturas para renovação da frota.
					Transporte de Animais: ND 30: 200an x R\$600,00 = 120.000,00 ND 33: 200an x R\$400,00 = 80.000,00 TOTAL R\$ 200.000,00
					Transporte de Pessoal: ND 15: 1.390.000,00 ND 33.01: 625 pessoas x R\$320,00 = 200.000,00 ND 33.03: 250 Locações x R\$400,00 = 100.000,00 TOTAL R\$ 1.690.000,00
					Informática: ND 30.17 = 10.000,00 ND 39.95 = 15.903,00 TOTAL R\$ 25.903,00
					Investimentos: ND 52.00: 500 Un x R\$ 1.600,00 = 800.000,00 ND 52.35: 100 Un x R\$ 2.000,00 = 200.000,00 TOTAL R\$ 1.000.000,00
					Transporte de Carga: ND 30: 20.000t = 3.336.500,00

PLDO-2014, Anexo II das Informações Complementares ao PLOA 2014

Custos Médios utilizados nos principais serviços e investimentos

II - detalhamento dos custos unitários médios utilizados na elaboração dos orçamentos para os principais serviços e investimentos, justificando os valores adotados
Orçamento Fiscal e de Seguridade Social

Recursos de todas as fontes					R\$ 1,00
Ação	Produto	Un. Medida	Serv / Invest	Custo Médio (R\$ 1,00)	Justificativa
ND 39: 20.0001 = 6.363.000,00					
Plano Orçamentário 0003- Logística de Subsistência, Veterinária e Agrícola					
APOIAR A ATIVIDADE DE ALIMENTAÇÃO EM 430 RANCHOS DO EXÉRCITO BRASILEIRO, CUMPRIR AS ATIVIDADES DE PROVIMENTO, MANUTENÇÃO E CONTROLE DOS EFETIVOS DOS ANIMAIS E DO SUPRIMENTO E MANUTENÇÃO DO MATERIAL DE VETERINÁRIA.					
JUSTIFICATIVA:					
OS RECURSOS DESTINADOS À INSPEÇÃO, AO PREPARO, AO FORNECIMENTO DE ALIMENTAÇÃO DIÁRIA, À MANUTENÇÃO DAS INSTALAÇÕES DE RANCHO (CÁMARAS FRIGORÍFICAS, DEPÓSITOS DE SUPRIMENTO), BEM COMO À AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS PARA OS ÓRGÃOS PROVEDORES.					
APOIAR COM ALIMENTAÇÃO, MEDICAMENTOS VETERINÁRIOS, VACINAS, VERMÍFUGOS, FERRAGEMENTO E MATERIAL DE VETERINÁRIA AS DIVERSAS ORGANIZAÇÕES MILITARES COM EFETIVOS EQUINO E CANINO, ALÉM DO ZOOLOGICO DO CENTRO DE INSTRUÇÃO DE GUERRA NA SELVA E PROJETO BUFALO, NO COMANDO MILITAR DA AMAZÔNIA.					
ATENDER AS OIM APOIADAS CONFORME AS FINALIDADES ABAIXO:					
- ALIMENTAÇÃO ANIMAL (RAÇÃO, SAL MINERAL, FENO);					
- AQUISIÇÃO DE MATERIAL PARA FERRAGEMENTO EQUINO, DE CONTENÇÃO E TREINAMENTO DE CÃES;					
- MATERIAL DE VETERINÁRIA, DE COUDELARIA E AGRÍCOLA;					
- PRODUÇÃO E RECOMPLEMENTO DE EFETIVO DE ANIMAIS;					
- AQUISIÇÃO E MANUTENÇÃO DE MATERIAIS E EQUIPAMENTOS AGRÍCOLAS;					
- POSSIBILITAR A MANUTENÇÃO DE INSTALAÇÕES DESTINADAS AOS ANIMAIS;					
- NECESSIDADE DE ADEQUAÇÃO DOS LABORATÓRIOS MILITARES CONFORME NORMAS DO MINISTÉRIO DA AGRICULTURA - PECUÁRIA E ABASTECIMENTO E VIGILÂNCIA SANITÁRIA, PARA REALIZAÇÃO DE EXAMES DE MORMO E ANEMIA INFECCIOSA EQUINA NOS EQUINOS DO EXÉRCITO BRASILEIRO;					
- ATENDER AS DESPESAS COM AS VIAGENS DE ORIENTAÇÃO TÉCNICA COM A FINALIDADE DE INSPECIONAR A GESTÃO DO SUPRIMENTO CLASSE I E DOS EFETIVOS DOS PLANTEIS EQUINOS E CANINOS DO EXÉRCITO BRASILEIRO.					
Plano Orçamentário 0004- Logística de Material de Intendência					
atender despesas com aquisição de material de intendência					
COMENTÁRIOS:					
- atender despesas com aquisições de equipamentos e fardamentos para efetivo do EB;					
- atendimento a itens de custeio destinados a suprir estágios e cursos a cargo da					

PLDO-2014, Anexo II das Informações Complementares ao PLOA 2014

Custos Médios utilizados nos principais serviços e investimentos

II - detalhamento dos custos unitários médios utilizados na elaboração dos orçamentos para os principais serviços e investimentos, justificando os valores adotados

Orçamento Fiscal e de Seguridade Social

Recursos de todas as fontes					R\$ 1,00
Ação	Produto	Un. Medida	Serv / Invest	Custo Médio (R\$ 1,00)	Justificativa
D Abst (Estágio de Técnico de Avaliação de Material de Intendência – ETAMI; Estágio de Gestão de Avaliação de Material de Intendência – EGAMI e capacitação, por meio de cursos e estágios, para militares que compõem o Laboratório de Análise de Material de Intendência-LAMI); - os valores da LOA 2013 foram aquém das necessidades do EB, devido à grande demanda reprimida existente; e - atender despesas de custeio dos Órgãos Provedores, ligadas à gestão do material de Intendência. Plano Orçamentário 0005- Logística de Material e Equipamento Militar Com os recursos solicitados, deverão ser realizadas as seguintes atividades, em proveito das organizações militares apoiadas: 1) Manutenção preventiva, corretiva e reparadora dos seguintes materiais: a) Veículos blindados, viaturas operacionais (emprego em qualquer terreno) e viaturas administrativas, tais quais: tanques de guerra, jipes, caminhonetas, caminhões, sistemas para água e combustível e ambulâncias; b) Armamento de emprego militar (pissoles, fuzis, metralhadoras, morteiros, canhões, obuseiros, lançadores de foguetes, mísseis), instrumentos de observação, direção e controle de tiro (binóculos, goníômetros, sistemas de controle de tiro por radar e etc.) e armamento não letal; d) Equipamentos componentes de pádis e de postos de abastecimento de lubrificação e lavagem de viaturas. 2) Aquisição dos insumos, peças, conjuntos de reposição, equipamentos, ferramental e sistemas de apoio para realização das atividades de manutenção. 3) Aquisição de viaturas administrativas e óleos lubrificantes (no PO 0001). 4) Formação de estoques mínimos de conjuntos e peças de reposição. 5) Aquisição de combustíveis para consumo imediato e formação de estoques mínimos de segurança, para emprego em situações de emergência (no PO 0001). 6) Aquisição de munições para adestramento e emprego da tropa, bem como para reposição parcial dos estoques mínimos de segurança. 7) Capacitação de recursos humanos para realização de atividades especializadas de manutenção dos equipamentos de emprego militar e de manuseio e estocagem de combustíveis e munições, por meio da realização de cursos e estágios. 8) Controle interno do sistema de manutenção, por meio da realização de visitas técnicas e de inspeção às organizações militares de manutenção. 9) Pagamento de despesas com a realização de procedimentos licitatórios. Dessa forma, deverão ser obtidos os seguintes produtos e resultados:					

PLDO-2014, Anexo II das Informações Complementares ao PLOA 2014

Custos Médios utilizados nos principais serviços e investimentos

II - detalhamento dos custos unitários médios utilizados na elaboração dos orçamentos para os principais serviços e investimentos, justificando os valores adotados
Orçamento Fiscal e de Seguridade Social

Recursos de todas as fontes					R\$ 1,00
Ação	Produto	Un. Medida	Serv / Invest	Custo Médio (R\$ 1,00)	Justificativa
- Reversão da situação de reduzida disponibilidade e confiabilidade dos materiais de emprego militar, das viaturas administrativas e dos equipamentos de manutenção. - Preservação do patrimônio da União (materiais de emprego militar, instalações de manutenção, lubrificação e lavagem de viaturas), evitando sua degradação. - Obtenção de condições mínimas para adestramento e emprego da tropa em: a) Missões operacionais, inclusive de paz, sob a égide de organismos internacionais; b) Operações de garantia da lei e da ordem (apoio à realização de pleitos eleitorais, incremento da segurança durante a visita de autoridades estrangeiras ou realização de eventos internacionais, manutenção da segurança pública em caso de greves de servidores previstos em lei, tais como: c) Atribuições subsidiárias previstas em lei, tais como: - cooperação na defesa civil, em casos de necessidade e calamidade pública; - atuação contra delitos transfronteíricos e ambientais, na faixa de fronteira; e - apoio logístico a órgãos federais, na repressão aos delitos de repercussão nacional e internacional. - Contribuição para a preservação e aperfeiçoamento do capital intelectual dedicado à manutenção e ao desenvolvimento dos materiais de emprego militar. - Contribuição para a preservação e aperfeiçoamento da indústria nacional de defesa, por meio da aquisição de insumos para equipamentos de defesa e do incentivo ao desenvolvimento de novos processos de recuperação e modernização do material de emprego militar. Plano Orçamentário 0005- Logística de Material de Aviação Os valores ora apresentados são necessários para atender as operações militares programadas, possibilitando os voos de manutenção e ensino. Voos em apoio aos Órgãos Governamentais, incluindo a Presidência da República, bem como as operações eventuais de auxílio a população nos casos de calamidades públicas e assistência social de emergência. Havendo insuficiência de recursos para o ano de 2014, haverá imposições de uma diagonal de manutenção para a frota que implicará na preservação de aeronaves sem voar, incluindo os equipamentos, o que resultará em depreciação do material, além do dispêndio de recursos na manutenção para o retorno as atividades aéreas. Aumento do tempo de indisponibilidade da frota de aeronaves, por falta do cumprimento das manutenções obrigatórias e da falta de aplicação do suprimento previsto. O valor referente a Expansão possibilitará atender o aumento no cumprimento das manutenções obrigatórias com a aquisição de peças de suprimentos junto a Empresa Eurocopter/França.					

PLDO-2014, Anexo II das Informações Complementares ao PLOA 2014

Custos Médios utilizados nos principais serviços e investimentos

II - detalhamento dos custos unitários médios utilizados na elaboração dos orçamentos para os principais serviços e investimentos, justificando os valores adotados

Orçamento Fiscal e de Seguridade Social

Recursos de todas as fontes					R\$ 1,00
Ação	Produto	Un. Medida	Serv / Invest	Custo Médio (R\$ 1,00)	Justificativa
20XL Saúde em Operações Militares	Pesquisa realizada	unidade	Serviços	6	Plano Orçamentário 0006- Obtenção de Munição Adquirir uma dotação de munição anual (DMA) para emprego no preparo e emprego do exército brasileiro. Atender despesas com aquisição de munição na quantidade suficiente e atender as despesas de armazenamento do seu estoque, para o exército brasileiro realizar o seu preparo e permanecer em condições de emprego. comentários: 1. atender despesas com aquisições de equipamentos para a gestão da munição em estoque nos órgãos provedores; 2. atender despesas com aquisições de munição e explosivos; 3. atender despesas diretamente relacionadas ao custeio do armazenamento do estoque estratégico do exército; 4. atender ao custeio de cursos e estágios; à cargo da diretoria de abastecimento, (estágio de laboratorista e desativador de munição); 5. atender despesas com viagens de orientação técnica aos diversos órgãos provedores, tendo em vista as ações de fiscalização da gestão do material adquirido, armazenado e distribuído
					Obtenção e modernização dos meios de saúde do Exército Brasileiro, materiais e humanos, para atividades de saúde em operações militares ou de apoio às populações em situação de necessidade, ampliação da capacidade de defesa em operações de biossegurança, possui a finalidade de dotar o Exército Brasileiro de capacidade para atuar em operações na área de saúde, no apoio ao cumprimento das suas missões constitucionais ou em operações de utilidade pública, realização de pesquisas, desenvolvimento e avaliação da doutrina. Realização de pesquisas epidemiológicas e ambientais na área de saúde; produção de imunobiológicos, principalmente no desenvolvimento de vacinas de combate às doenças tropicais; cooperação com os demais órgãos atores através da prestação de serviços e execução de atividades de natureza técnico-científicas.
					Permitir o funcionamento dos ensinos fundamental e médio nos Colégios Militares orientados pela legislação federal, tendo peculiaridades nas despesas básicas que os orientam como integrantes do Sistema Colégio Militar Brasileiro, com cerca de 12 unidades, em diferentes Estados da Federação, com cerca de 14.126 alunos.
20XM Ensino Assistencial nos Colégios Militares	Aluno capacitado	unidade	Serv. / Invest	715	Concessão de ajuda de custo ao militar, pago adiantadamente, conforme regulamentação, destinada ao custeio das despesas de locomoção e instalação nas movimentações com mudança de sede, bem como a indenização de transporte relativa ao custeio das despesas nas movimentações por interesse de serviço, nelas compreendidas a passagem e a transição da respectiva bagagem,
212O Movimentação de Militares	Militar atendido	unidade	Serviços	12.912	

PLDO-2014, Anexo II das Informações Complementares ao PLOA 2014

Custos Médios utilizados nos principais serviços e investimentos

II - detalhamento dos custos unitários médios utilizados na elaboração dos orçamentos para os principais serviços e investimentos, justificando os valores adotados

Orçamento Fiscal e de Seguridade Social

Recursos de todas as fontes					R\$ 1,00
Ação	Produto	Un. Medida	Serv / Invest	Custo Médio (R\$ 1,00)	Justificativa
2522	Produção de Fármacos, Medicamentos e Fitoterápicos	Unidade farmacêutica produzida	Serv. / Invest	775	para si, seus dependentes e um empregado doméstico, da localidade onde residir para outra, onde fixará residência dentro do território nacional, de modo a elevar a capacidade operacional do Exército, para o cumprimento de sua destinação constitucional, por meio da sua capacitação, adestramento e prontidão logística. A ação tem por finalidade suprir com qualidade a demanda de produtos farmacêuticos para atender às necessidades das Organizações Militares do Exército Brasileiro. Também visa, a utilização desses produtos nos programas governamentais de assistência farmacêutica.
2865	Manutenção e Suprimento de Fardamento	Militar atendido	Serv. / Invest	1.152	Plano Orçamentário 0001 - Fardamento aos Militares das Forças Armadas de graduação inferior a 3º sargento - atender despesas obrigatórias com aquisições de fardamentos para efetivo do EB; - atendimento a itens de custeio destinados a suprir os D Sup/B Sup/OM com a aquisição de uniformes especiais, escolares e históricos, bandeiras, insígnias, distintivos e símbolos, material de cama, mesa e banho, fardamentos obrigatórios e equipamentos individuais; - os valores da LOA 2013 foram adequados das necessidades do EB, devido a grande demanda reprimida existente e o pequeno acréscimo na LOA 2014 no valor de R\$ 31.300,00 não se justifica a alteração da natureza da despesa, pois a natureza das despesas contempladas na LOA 2014, devido aos valores serem insuficientes, e, também, à aquisição de equipamento de proteção individual para o EP, EV, Alunos e Tiro de Guerra. Valor da expansão solicitada: R\$ 65.448.810,00 sendo na natureza da despesa 449052: R\$ 11.780.786,00 e na natureza da despesa 339030 R\$ 53.668.024,00. Plano Orçamentário 0002 - Auxílio-fardamento aos militares da Ativa R\$ 114.021.034,00 Atende despesas com o auxílio-fardamento para militares das Forças Armadas, conforme disposto na MP 2215/2010 e Decreto nº 4.307/2002.
2900	Seleção para o Serviço Militar e Apresentação da Reserva em Disponibilidade	Pessoa alistada	Serv. / Invest	8	A ação tem por finalidade garantir o serviço destinado à apresentação para o serviço militar obrigatório e o controle da reserva em disponibilidade. A ação é desenvolvida com serviços que demandam recursos para aquisição de itens de consumo e de materiais permanentes necessários à realização anual do processo de convocação, do alistamento, da seleção e dos exames médicos e psicológicos.
2911	Aquisição e Modernização dos Meios de Engenharia do Exército	Equipamento disponibilizado	Serv. / Invest	11.956	Esta proposta visa permitir atender às 653 Organizações Militares do Comando do Exército espalhadas pelo Território Nacional com meios de Engenharia. Atividades previstas: 1) Gestão e Coordenação da Ação: a) Ações de capacitação: participação simpósios, cursos, feiras e lançamentos de produtos da indústria voltada para área de engenharia. b) Ações de Controle e Fiscalização: Visitas de inspeções, orientação técnica e

PLDO-2014, Anexo II das Informações Complementares ao PLOA 2014

Custos Médios utilizados nos principais serviços e investimentos

II - detalhamento dos custos unitários médios utilizados na elaboração dos orçamentos para os principais serviços e investimentos, justificando os valores adotados

Orçamento Fiscal e de Seguridade Social

Recursos de todas as fontes					R\$ 1,00
Ação	Produto	Un. Medida	Serv. / Invest	Custo Médio (R\$ 1,00)	Justificativa
de fiscalização realizada pela Alta Administração;					
2) Renovação do acervo: Apresenta-se a necessidade de haver a renovação do acervo de equipamentos de engenharia e viaturas especializadas de engenharia, com a finalidade de garantir a operacionalidade mínima das Organizações Militares.					
3) Manutenção: manter os ativos (equipamentos e viaturas especializadas de engenharia) em condições operacionais para desempenho de suas missões e adestramento da tropa.					
2919 Registro e Fiscalização de Produtos Controlados	Fiscalização realizada	unidade	Serv. / Invest	50	Fiscalização e controle da produção, do armazenamento, da circulação e da destinação de armas, munições, explosivos e outros produtos controlados pelo Exército, no território nacional com a finalidade de contribuir para o controle da produção, do armazenamento, da circulação e da destinação de armas, munições, explosivos e outros produtos perigosos. Delimita-se pelas atividades de aquisição de bens e contratação de serviços para atender às necessidades de funcionamento da ação, tais como: aquisição de viaturas, equipamentos, insumos, capacitação técnica de pessoal, celebração de convênios de cooperação, publicação de manuais e materiais para instrução, adequação à legislação ambiental vigente, diárias e passagens, obras de adequação e reparação de laboratórios, painéis, depósitos e outros (instalações, equipamentos e materiais), material de informática, de expediente e de escritório.
Base legal Craut. art. 142, Constituição Federal; Lei Complementar nº 97, de 9 de junho de 1998; Lei nº 10.693, de 28 de maio de 2003; Decreto nº 4.735, de 11 de junho de 2003. Lei nº 4.617, de 15 de abril de 1965; Decreto nº 3.665, de 20/11/2000; Lei nº 10.826, de 22/12/2003; Decreto 5.123, de 1/07/2004; Lei nº 10.834, de 29/12/2003.					
Contribuir para o controle da produção, do armazenamento, da circulação e da destinação de armas, munições explosivos e outros produtos perigosos.					
Atualização dos sistema de tecnologia da informação existentes: contratar serviços de manutenção dos sistemas a fim de direcionar o pessoal para as atividades de planejamento e desenvolvimento de soluções automatizadas e , em especial, para as atividades de integração dos bancos de dados e integração SIGMA, SINARM (Exército Brasileiro - Polícia Federal).					
Meta da ação: 200.000 fiscalizações considerando a fonte 100.					
2A82 Graduação e Pós-Graduação no Instituto Militar de Engenharia	Aluno capacitado	unidade	Serv. / Invest	16.052	Adequação da infraestrutura de ensino e pesquisa, aquisição de equipamentos e contratação de serviços para revitalização de laboratórios, salas de aula e demais estruturas de apoio ao ensino do Instituto, visando a melhoria da qualidade do ensino na linha de ensino militar científico-tecnológico no Instituto Militar de Engenharia.

PLDO-2014, Anexo II das Informações Complementares ao PLOA 2014

Custos Médios utilizados nos principais serviços e investimentos

II - detalhamento dos custos unitários médios utilizados na elaboração dos orçamentos para os principais serviços e investimentos, justificando os valores adotados
Orçamento Fiscal e de Seguridade Social

Recursos de todas as fontes					R\$ 1.00
Ação	Produto	Un. Medida	Serv / Invest	Custo Médio (R\$ 1.00)	Justificativa
3138 Implantação do Sistema de Aviação do Exército	Sistema de aviação implantado	percentual de execução física	Serv. / Invest.	40.000.000	Dar continuidade à implantação do Sistema Aviação do Exército, a fim de dotar o Exército Brasileiro de meios aéreos necessários à ampliação da capacidade de mobilidade tática e estratégica e aumentar o grau de aprontamento das Grandes Unidades. JUSTIFICATIVA: CONSEQUÊNCIAS DO NÃO ATEENDIMENTO DO PLEITO: 1. Dificuldade em dar continuidade à implantação do Sistema Aviação do Exército. 2. Dificuldade de atendimento do prazo previsto para o término da Ação Orçamentária 3138 - Implantação do Sistema Aviação do Exército. 3. Impossibilidade de cumprimento das obrigações financeiras assumidas nos contratos de modernização/reavaliação dos helicópteros Esquilo e Pantera, acarretando a descontinuidade do processo de substituição das frotas das aeronaves Pantera e Esquilo/Fennec, em virtude da sua obsolescência pelos mais de 20 anos de operação. 4. Dificuldade de cumprimento de missões em prol do Exército Brasileiro e da sociedade brasileira, em apoio às operações de cunho cívico-social, no resgate aeromédico, na busca e salvamento, no apoio em calamidades públicas e em outras atividades de cunho humanitário. 5. Dificuldade de apoio aos grandes eventos de importância internacional nos anos vindouros, como a Copa do Mundo de Futebol, em 2014, e os Jogos Olímpicos de 2016, seja complementando os esforços dos órgãos de segurança pública, nas cidades, seja intensificando a vigilância sobre os delitos transnacionais, atuando na faixa de fronteira. 6. Impossibilidade de aquisição de materiais e equipamentos de apoio de solo e de infraestrutura aeronáutica para operação da nova frota de helicópteros EC-725-Caracal. 7. Impossibilidade de prosseguimento das obras de infraestrutura para o reequilíbrio dos novos helicópteros EC-725-Caracal, como por exemplo, as construções do hangar do 4º Batalhão de Aviação do Exército em Manaus-AM e do hangar, pátio e acessos para o estacionamento e operação das aeronaves do Batalhão de Manutenção e Suprimento de Aviação do Exército em Taubaté-SP. 3.3.90.15 – DIÁRIAS NO PAÍS: R\$ 142.576,00 APROJETO ACOLHIMENTO: DESPESAS COM ESTADIAS DO PESSOAL MILITAR ENVOLVIDO NO ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO DO CONTRATO. 3.3.90.30 - MATERIAL DE CONSUMO: R\$ 35.991.128,00 a. projeto modernização da aeronave pantera - modernização/reavaliação de três helicópteros - pagamento anual (modernização da 7ª, 8ª, 9ª e 10ª aeronave e aquisição de 08 motores). US\$ 3.209.566,97 x 4 x 1,188 = 24.136.094,00 b. projeto disuasão - modernização dos helicópteros HB 350 LI-

PLDO-2014, Anexo II das Informações Complementares ao PLOA 2014

Custos Médios utilizados nos principais serviços e investimentos

II - detalhamento dos custos unitários médios utilizados na elaboração dos orçamentos para os principais serviços e investimentos, justificando os valores adotados

Orçamento Fiscal e de Seguridade Social

Recursos de todas as fontes					R\$ 1,00	
Ação	Produto	Un. Medida	Serv / Invest	Custo Médio (R\$ 1,00)	Justificativa	
4450	Aprestamento do Exército	Militar adestrado	unidade	Serv. / Invest.	932	ESQUILO/FENNEC (01 uma reconstrução e modernização da 7ª, 8ª, 9ª e 10ª aeronave): US\$ 1.576.467,29 x 4 x 1,88 = R\$ 11.855.034,00
						3.3.90.33 - PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOÇÃO: R\$ 51.842,00
						APROJETO ACOLHIMENTO: DESPESAS COM LOCOMOÇÃO DE PESSOAL MILITAR ENVOLVIDO NO ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO DO CONTRATO - DESLOCAMENTO PARA RECEBIMENTO DAS AERONAVES (PASSAGENS).
						3.3.90.39 – OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS – PESSOA JURÍDICA: R\$ 12.047.042,00
						a. projeto modernização da aeronave pantera – serviço de reconstrução/modernização da 7ª, 8ª, 9ª e 10ª aeronave: US\$ 572.161,57 x 4 x 1,88 = 4.302.655,00
						b. projeto dissuasão - serviço de 01 reconstrução e modernização da 7ª, 8ª, 9ª e 10ª aeronave: US\$ 540.682,85 x 4 x 1,88 = R\$ 4.065.935,00
						c. capacitação de pessoal: serviço de apoio ao ensino - cursos nas indústrias civis nacionais (Helibras, Rhode & Schwarz e Turbomeca): US\$ 8.546,81 x 24 x 1,88 = R\$ 385.632,00
						d. capacitação de pessoal: serviço de apoio ao ensino - curso em nações amigas (França e EUA): US\$ 125.107,14x 14 x 1,88 = R\$ 3.292.820,00
						4.4.90.51 – OBRAS: R\$ 71.767.412,00
						a. projeto acolhimento: infraestrutura e aquisição de material - construção e adaptação de instalações para treinamento pessoal, instrução e aeronaves: - recebimento das aeronaves: US\$ 1.122.340,43,00 x 1 x 1,88 = R\$ 2.110.000,00
						b. projeto acolhimento: construção de 1 (um) hangar no 4º batalhão de aviação do exército (Maraus-AM): US\$ 1.413.517,02 x 1 x 1,88 = R\$ 2.657.412,00
c. projeto acolhimento: construção de 1 (um) hangar bipartido para o B Mnt Sup Av Ex: US\$ 21.276.595,74 x 1 x 1,88 = R\$ 40.000.000,00						
d. projeto acolhimento: construção de pátio e acessos em Taubaté-SP para estacionamento e operação das aeronaves do hangar do B Mnt Sup Av Ex: US\$ 1.063.829,79 x 1 x 1,88 = R\$ 2.000.000,00						
e. projeto acolhimento: construção de edificação para simulador de voo, em Taubaté - SP: US\$ 13.297.872,34 x 1 x 1,88 = R\$ 25.000.000,00						
JUSTIFICATIVA P/ EXPANSÃO						
Atendimento de cláusula contratual de pagamento de parcela relacionada ao contrato de modernização/revitalização dos helicópteros Esquilo e Pantera.						
Os recursos solicitados destinam-se, dentre outras atividades, para:						
- realizar a formação de reservistas, incorporados em 2014, nas Organizações Militares do Exército, com elevado nível de qualificação física e intelectual, a fim						

PLDO-2014, Anexo II das Informações Complementares ao PLOA 2014

Custos Médios utilizados nos principais serviços e investimentos

II - detalhamento dos custos unitários médios utilizados na elaboração dos orçamentos para os principais serviços e investimentos, justificando os valores adotados

Orçamento Fiscal e de Seguridade Social

Recursos de todas as fontes					R\$ 1,00	
Ação	Produto	Un. Medida	Serv / Invest	Custo Médio (R\$ 1,00)	Justificativa	
8905 Capacitação Profissional Militar do Exército Brasileiro	Aluno capacitado	unidade	Serv. / Invest	5,845	de atender ao prescrito na Estratégia Nacional de Defesa; - realização das atividades de instrução para o aperfeiçoamento técnico e tático dos militares profissionais do Exército (oficiais, subtenentes, sargentos, cabos e soldados engajados); - desenvolvimento de atividades que utilizam sistemas de simulação de combate para o treinamento de oficiais e praças; - preparação e adiestramento das tropas integrantes da Força de Ação Rápida Estratégica do Exército, a fim de permitir respostas imediatas e eficientes, a qualquer momento e em qualquer parte do território nacional, assegurando elevado poder dissuasório - apoio às atividades de preparo e adiestramento da Força Terrestre; - realização de reuniões de coordenação do preparo da Força Terrestre; - manutenção e aperfeiçoamento das instalações necessárias para o desenvolvimento das atividades de instrução - desenvolvimento de atividades planejadas relativas aos exercícios de mobilização e de defesa territorial; - atender as necessidades do Exército Brasileiro para o emprego da tropa em operações de garantia da lei e da ordem, de defesa externa e para operações em faixa de fronteira, que não contemplam o cenário das operações combinadas por parte do Ministério da Defesa; - permitir a participação da Força Terrestre em atividades que contribuam para aumentar a segurança e o bem-estar da população, colimando os atuais objetivos estratégicos do Exército, de participação/integração na vida nacional; - permitir aos órgãos operacionais do Exército Brasileiro desenvolver as ações de caráter preventivo e repressivo necessárias para garantir o resultado das operações; - assegurar a manutenção de setores vitais do Comando de Aviação do Exército, os quais contribuem sobremaneira no desempenho operacional dos meios aéreos empregados; - possibilitar uma pronta resposta da Força Terrestre às demandas do Governo Federal; - atender obras de adequação de OM para suporte das atividades de preparo da Força Terrestre; - atender o Plano de Desenvolvimento da Doutrina Militar Terrestre, que contempla a execução de produtos finais da atividade de Doutrina e Estratégia Militar. A necessidade de recursos justifica-se por ser a única fonte destinada à produção doutrinária dentro do preparo e emprego da Força Terrestre, tendo reflexo direto na sua operacionalidade.	
					Garantir a formação e capacitação de recursos humanos para o atendimento dos cargos e funções do Exército; promoção da atividade de educação física e desenvolvimento dos desportos; fomento na área de doutrina; fomento dos projetos de Simuladores; Educação por Competências; introdução do curso de habilitação ao Quadro Auxiliar de Oficiais; ampliação da educação a distância; e de outras tecnologias inovadoras, com cerca de 11.530 alunos.	

52131 Comando da Marinha

PLDO-2014, Anexo II das Informações Complementares ao PLOA 2014

Custos Médios utilizados nos principais serviços e investimentos

II - detalhamento dos custos unitários médios utilizados na elaboração dos orçamentos para os principais serviços e investimentos, justificando os valores adotados

Orçamento Fiscal e de Seguridade Social

Recursos de todas as fontes						R\$ 1,00
Ação	Produto	Un. Medida	Serv / Invest	Custo Médio (R\$ 1,00)	Justificativa	
123G Implantação de Estaleiro e Base Naval para Construção e Manutenção de Submarinos Convencionais e Nucleares	Infraestrutura implantada	percentual de execução física	Investimentos	113.638.104	A Ação Orçamentária tem por objetivo custear a construção de um estaleiro e a construção de uma Base de Submarinos do Programa de Desenvolvimento de Submarinos, que visa: - a Intensificação das atividades de presença, vigilância, proteção e defesa das áreas onde se encontram as instalações marítimas de petróleo e gás no Mar Territorial e Zona Econômica Exclusiva; - Contribuição para o desenvolvimento, dinamização e a sustentabilidade da Indústria Naval Brasileira; - Convênios e parcerias com Universidades; - Fomento de diversos setores que geram insumos e serviços para a construção naval; - Fomento na arrecadação de impostos; - Candidatura do Brasil ao Conselho de Segurança da ONU; - Salto tecnológico: OFFSET/Nacionalização; e - Complexidade: Entrelaçamento dos Projetos e Aspectos não Constantes dos Contratos.	
123H Construção de Submarino de Propulsão Nuclear	Submarino construído	percentual de execução física	Investimentos	41.608.220	A Ação Orçamentária tem por objetivo custear a aquisição de materiais necessários à construção de um submarino com propulsão nuclear, bem como a efetiva construção, a fim de contribuir para a garantia de negação do uso do mar e o controle marítimo das áreas estratégicas de acesso ao Brasil, além de permitir a manutenção e o desenvolvimento da capacidade de construção desses meios navais no país, propiciando um aumento na geração de empregos diretos e indiretos. A Ação Orçamentária engloba também o custeio da Transferência de Tecnologia, a Transferência de "Know How", do Presidência de Assistência Técnica, Transferência de Documentos, do Tratamento e Suporte (DTS) e da Transferência de Informações Técnicas e Expertise necessárias à elaboração do projeto de definição, do processo de construção e das especificações técnicas detalhadas do Submarino com Propulsão Nuclear. O não atendimento ao Montante implicará em atrasos na conclusão dos Projetos e na construção tanto do Submarino quanto da Propulsão (esta de responsabilidade exclusiva da Marinha), comprometendo o cronograma de construção do Submarino com Propulsão Nuclear (SN-BR) previsto em contrato, com sérias consequências financeiras para a Marinha relativas ao pagamento de multas contratuais. Poderá provocar uma desmobilização do Estaleiro Construtor provocando demissões. Haverá também, reflexos negativos na indústria Nacional com o desaquecimento das encomendas e consequentes perdas de capacidade tecnológica.	
123I Construção de Submarinos Convencionais	Submarino construído	percentual de execução física	Investimentos	112.400.256	A Ação Orçamentária tem por objetivo custear a aquisição de materiais necessários à construção de quatro novos submarinos convencionais, bem como a efetiva construção, a fim de contribuir para a garantia de negação do uso do mar e o controle marítimo das áreas estratégicas de acesso ao Brasil, sobretudo a defesa das reservas de petróleo do pré-sal e do comércio exterior, além de permitir a manutenção e o desenvolvimento da capacidade de construção	

PLDO-2014, Anexo II das Informações Complementares ao PLOA 2014

Custos Médios utilizados nos principais serviços e investimentos

II - detalhamento dos custos unitários médios utilizados na elaboração dos orçamentos para os principais serviços e investimentos, justificando os valores adotados

Orçamento Fiscal e de Seguridade Social

Recursos de todas as fontes					R\$ 1,00
Ação	Produto	Un. Medida	Serv / Invest	Custo Médio (R\$ 1,00)	Justificativa
13DC Construção de Navios-Patrolha Oceânicos de 1.800 toneladas (NPAOc-1800)	Navio construído	unidade	Investimentos	5.000.000	desse meios navais no país, através de transferência de tecnologia para o crescimento da indústria nacional no setor, gerando o crescimento de empregos diretos e indiretos para o país. Adicionalmente, a Ação Orçamentária contempla também o custeio da Transferência de Tecnologia, da Transferência de "Know How", a Prestação de Assistência Técnica, da Transferência de Documentos, do Treinamento e Suporte (OTS) e da Transferência de Informações Técnicas e Expertise necessárias à elaboração do projeto de definição, do processo de construção e das especificações técnicas detalhadas do Submarino Convencional. A construção dos quatro submarinos convencionais possibilita a aquisição de tecnologia para construção de submarinos propulsados a diesel, o que permite ao país o crescimento e a visibilidade externa nos setores econômico, tecnológico e geopolítico, haja vista que coloca o país na antessala do selito grupo das cinco nações (França, EUA, Rússia, Reino Unido e China) detentoras de uma das mais avançadas tecnologias militares do mundo (noticiado no site da BBC Brasil em 19/07/2011). O não atendimento acarretaria a impossibilidade de cumprir obrigações contratuais resultando em penalidades financeiras para o Brasil, com potenciais desdobramentos comerciais e políticos; atraso no Programa de Reaparelhamento da Marinha, com perda da capacitação adquirida para construir submarinos e, por conseguinte, sendo inviabilizada a transferência de tecnologia para a Indústria Nacional, passível de emprego dual (militar e civil); prejuízo no cumprimento da missão constitucional da MB, notadamente quanto à garantia de negação do uso do mar e o controle marítimo das áreas estratégicas de acesso ao Brasil.
13DE Elaboração do Projeto de Arquitetura do Sistema de Gerenciamento da Amazônia Azul (SisGAAz)	Projeto elaborado	percentual de execução	Investimentos	9.000.000	Dar prosseguimento à construção de cinco Navios-Patrolha de mil e oitocentas toneladas a serem empregados nas mais variadas missões. É possível realizar as seguintes tarefas: - operações de defesa das plataformas de exploração e exploração de petróleo e gás no mar os quais respondem por mais de 80% da produção nacional; - patrulha naval nas Águas Jurisdicionais Brasileiras (AJB) com o fim de colibir ilícitos transfronteiriços. As patrulhas visam a garantir os interesses nacionais no mar, nas áreas marítimas costeiras e nas plataformas de exploração/exploração de petróleo no mar, além de contribuir para a defesa dos portos; - promover a fiscalização que vise ao resguardo de recursos naturais e estratégicos dentro dos 8.500 km de litoral nacional e dos 3,5 milhões de km2 de Zona Econômica Exclusiva (ZEE); - missões de fiscalização contra a pesca predatória e outras relacionadas à prevenção da poluição hídrica nas AJB, além do combate ao contrabando/narcotráfico e apoio aos órgãos governamentais; - apoio às atividades de busca e salvamento da vida humana no mar na respectiva área de responsabilidade do governo brasileiro. Podem ser citadas, como exemplo, as ações de busca realizadas no acidente aéreo da Air France ocorrido em 2009; e - transporte de pessoal e material em ações de Defesa Civil. Dotar a Marinha do Brasil de um Projeto de Arquitetura do Sistema de Gerenciamento da Amazônia Azul. A Amazônia Azul, denominação adotada pela Marinha do Brasil não pela localização geográfica, mas pela importância

PLDO-2014, Anexo II das Informações Complementares ao PLOA 2014

Custos Médios utilizados nos principais serviços e investimentos

II - detalhamento dos custos unitários médios utilizados na elaboração dos orçamentos para os principais serviços e investimentos, justificando os valores adotados

Orçamento Fiscal e de Seguridade Social

Recursos de todas as fontes					R\$ 1,00
Ação	Produto	Un. Medida	Serv / Invest	Custo Médio (R\$ 1,00)	Justificativa
1477 Tecnologia Nuclear da Marinha	Sistema construído	percentual de execução	Serv. / Invest	158.180.000	estratégica e econômica das enormes riquezas naturais e grandes dimensões da área marítima jurisdicional brasileira, corresponde atualmente a mais de 3,5 milhões de km², podendo ser ampliada para cerca de 4,5 milhões de km², com a extensão dos limites da Plataforma Continental além das 200 milhas náuticas. Essa área corresponde aproximadamente à metade do território terrestre nacional ou, comparando as dimensões, a uma nova Amazônia. Modernizar a estrutura de Comando e Controle da Marinha, visando a contribuir com o atendimento das diretrizes da Estratégia Nacional de Defesa e, que em decorrência de sua característica dual, não se limitará ao apoio ao processo decisório para a aplicação militar do Poder Naval, mas possuirá impacto decisivo no planejamento das atividades militares, a serem desenvolvidas, visando à vigilância, segurança marítima, energéticas de busca, salvamento, prevenção à poluição, gestão de recursos naturais e reação a situações adversas, a mencionam: pirataria, narcotráfico, tráfico de armas, contrabando e descaminho, imigração legal, roubo armado de navios e outros. Dentre as Diretrizes da Estratégia Nacional de Defesa, duas enfatizam os aspectos de monitoramento e controle, a saber: Organizar as Forças Armadas sob égide tríplice de monitoramento/controle, mobilidade e presença, com a finalidade de desenvolver as capacidades de monitorar, controlar o espaço aéreo, o território e as Águas Jurisdicionais Brasileiras. Cabe ressaltar que o produto decorrente da execução deste objetivo contribuirá para o exercício das atividades institucionais de diversos órgãos componentes da estrutura governamental, tais como IBAMA, Polícia Federal, Petrobrás, Governos Estaduais e outros. Trata-se de um empreendimento que efetivamente transcende os interesses do Comando da Marinha, adquirindo, assim, um conteúdo de interesse nacional. Dotar a Marinha com recursos a serem empregados para desenvolver o projeto, construção de um reator nuclear destinado a gerar energia para a propulsão naval, protótipo do que será empregado na propulsão de submarinos movidos a energia nuclear, a serem empregados na proteção e defesa da Amazônia Azul e dos recursos econômicos nela existentes. É importante destacar que esse desenvolvimento possui estreita relação com o acordo de cooperação estratégica, no âmbito da Defesa, que o Brasil assinou com a França em 2009. Viabilizar testes e pesquisas complementares que possam dar continuidade à construção de um protótipo de reator nuclear, para que este projeto impacte de forma positiva outras pesquisas na área nuclear, provocando o chamado arraste tecnológico. Proporcionar a efetividade da realização de pesquisas, estudos específicos e projetos técnicos sobre a aplicação da tecnologia nuclear na área de geração de energia e propulsão naval, em conjunto com Universidades, órgãos de pesquisa e empresas públicas e privadas. Esta linha de ação converge para melhorar a capacitação de recursos humanos nacionais. O não recebimento desses recursos implicará na perda de capacitação tecnológica e do conhecimento adquirido, bem como no atraso, em cerca de 3 anos, na implantação do Laboratório de Geração Núcleo-Elétrica (LABGENE).

PLDO-2014, Anexo II das Informações Complementares ao PLOA 2014

Custos Médios utilizados nos principais serviços e investimentos

II - detalhamento dos custos unitários médios utilizados na elaboração dos orçamentos para os principais serviços e investimentos, justificando os valores adotados

Orçamento Fiscal e de Seguridade Social

Recursos de todas as fontes					R\$ 1,00
Ação	Produto	Un. Medida	Serv / Invest	Custo Médio (R\$ 1,00)	Justificativa
1478 Implantação da 2ª Esquadra	Infraestrutura implantada	percentual de execução	Investimentos	833.333	que, consequentemente, impactará no cronograma de construção do Submarino com Propulsão Nuclear, acarretando o descumprimento da Parceria Estratégica entre a República Federativa do Brasil e a República da França, podendo resultar, inclusive, em descrédito na capacidade política externa brasileira de honrar compromissos e impactar diretamente nos planos do Brasil de ocupar lugar de destaque no Conselho de Segurança da ONU. Cabe acrescentar, que o não atendimento levará à indesejável desmobilização de diversas empresas, com o consequente fechamento de cerca de 1.600 empregos diretos e indiretos, nos estados de São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais e Paraná, devido à inviabilidade do prosseguimento do ritmo de execução atualmente empregado no Programa de Implantação do Submarino com Propulsão Nuclear (PISN) em função da futura reimplantação, perda de pessoal capacitado, muitas contratações, aumento dos custos de manutenção das obras e usinagens interrompidas. A Ação Orçamentária em tela tem por objetivo custear a implantação de infraestrutura para a construção, manutenção e apoio à implantação da 2ª Esquadra da Marinha do Brasil. Para consecução do objetivo em tela faz-se necessária: construção da Base Naval da 2ª Esquadra; Construção dos respectivos Comandos, Centros de Instrução e de Organizações de Apoio; Construção das instalações da 2ª Força de Fuzileiros Navais (2ª FFE); Construção da Base de Abastecimento da Marinha da 2ª Esquadra; Construção de Centro de Mísseis e palcos de munição da 2ª Esquadra; e Construção da Base Aérea Naval e Comando da Força Aeronaval.
147B Construção de Navios Escoltas (NEsc)	Navio construído	unidade	Investimentos	6.000.000	O Ministério da Defesa e a Marinha do Brasil propõem a retomada da construção das Corvetas Classe "Barroso", contribuindo para o aparelhamento da Força Naval e para o cumprimento dos propósitos estabelecidos na Estratégia Nacional de Defesa. Esse objetivo traz consigo o fomento da indústria naval brasileira, por meio do estímulo dado aos estaleiros nacionais para construir navios de alta complexidade tecnológica, incrementando ainda, o potencial científico, tecnológico e intelectual da Base Industrial de Defesa. A construção das Corvetas Classe "Barroso" coaduna-se perfeitamente com o Plano de Articulação e Equipamento de Defesa (PAED), o qual estabelece o quantitativo de 30 Navios-escoltas. Tudo isso fundamenta-se no desenvolvimento de projetos de nacionalização de Navios-Escorta, iniciado na década de 70, com a construção no Arsenal de Marinha do Rio de Janeiro de 2 Fragatas Classe Niterói. Após isso o Brasil almejou projetar e construir, no País, as 4 Corvetas Classe Inhaúma, de 2.000 ton, o que representou significativa redução da dependência de apoio estrangeiro na solução de questões de grande complexidade. A partir de 1994, a utilização de novas tecnologias, desenvolvidas em conjunto com Universidades, Empresas e Instituições de Ciência e Tecnologia, estabeleceu um novo marco à inserção do Brasil no cenário internacional; a construção da Corveta Classe Barroso. Com 2.400 toneladas, a construção em concreto enfrentou severas restrições de ordem orçamentária. Ao final, sua conclusão revelou-se como um imprescindível avanço do Estado brasileiro em

PLDO-2014, Anexo II das Informações Complementares ao PLOA 2014

Custos Médios utilizados nos principais serviços e investimentos

II - detalhamento dos custos unitários médios utilizados na elaboração dos orçamentos para os principais serviços e investimentos, justificando os valores adotados

Orçamento Fiscal e de Seguridade Social

Recursos de todas as fontes					R\$ 1,00
Ação	Produto	Un. Medida	Serv / Invest	Custo Médio (R\$ 1,00)	Justificativa
14XX Aquisição e Construção de Próprios Nacionais Residenciais para a Marinha	Unidade habitacional disponibilizada	unidade	Investimentos	100.000	promover um programa de nacionalização de bens de alta complexidade tecnológica. Faz-se mister que o "know-how" conquistado, com enorme esforço de profissionais tanto da Marinha do Brasil como do Governo Federal, não seja minimizado. O referido esforço fora recompensado pelo excelente desempenho do Navio Supratchado em avaliações operacionais já realizadas. O montante faz-se necessário para dar prosseguimento nas obras de construção de Próprios Nacionais Residenciais-PNR, fim reduzir o déficit de moradias para os militares em todo território nacional. Dar prosseguimento à construção de cinco Navios-Patrolha de quinhentas toneladas a serem empregados nas mais variadas missões. É possível realizar as seguintes tarefas: - operações de defesa das plataformas de exploração e exploração de petróleo e gás no mar os quais respondem por mais de 80% da produção nacional. - patrulha naval nas Águas Jurisdicionais Brasileiras (AJB) com o fim de colir ilícitos transfronteiriços. As patrulhas visam a garantir os interesses nacionais no mar, nas áreas marítimas costeiras e nas plataformas de exploração/exploração de petróleo no mar, além de contribuir para a defesa dos portos. - promover a fiscalização que vise ao resguardo de recursos naturais e estratégicos dentro dos 8.500 km de litoral nacional e dos 3,5 milhões de km2 de Zona Econômica Exclusiva (ZEE); - missões de fiscalização contra a pesca predatória e outras relacionadas à prevenção da poluição hídrica nas AJB, além do combate ao contrabando/harcotráfico e apoio aos órgãos governamentais; - apoio às atividades de busca e salvamento da vida humana no mar na respectiva área de responsabilidade do governo brasileiro. Podem ser citadas, como exemplo, as ações de busca realizadas no acidente aéreo da Air France ocorrido em 2009; e - transporte de pessoal e material em ações de Defesa Civil. É relevante destacar que nessa proposta estão incluídos os recursos para a nacionalização da construção de armamentos (atualmente adquiridos no exterior), promovendo o desenvolvimento da indústria nacional e gerando empregos na área de construção naval.
	Navio construído	unidade	Investimentos	4.629.141	
1N47 Construção de Navios-Patrolha de 500 toneladas (NP a 500)					
1N56 Desenvolvimento de Missil Nacional Antinavio	Projeto desenvolvido	percentual de execução física	Investimentos	3.514.613	Destina-se ao Gerenciamento Executivo e Consultoria Técnica ao Projeto de Desenvolvimento do Missil Antinavio Nacional; ao Desenvolvimento de Unidade de Medida Inercial para Missil Superfície-Superfície; à Elaboração de Especificações, Acompanhamento, Apoio e Suporte Técnico necessários ao

PLDO-2014, Anexo II das Informações Complementares ao PLOA 2014

Custos Médios utilizados nos principais serviços e investimentos

II - detalhamento dos custos unitários médios utilizados na elaboração dos orçamentos para os principais serviços e investimentos, justificando os valores adotados
Orçamento Fiscal e de Seguridade Social

Recursos de todas as fontes					R\$ 1,00
Ação	Produto	Un. Medida	Serv / Invest	Custo Médio (R\$ 1,00)	Justificativa
52133 Secretaria da Comissão Interministerial para os Recursos do Mar					
14ML Reconstrução da Estação Antártica Comandante Ferraz	Estação científica reconstruída	percentual de execução física	Serv. / Invest	1.000.000	Desenvolvimento de um (1) Sistema de Lançamento de Terra para o Missil Superficie-Superficie Nacional; ao Desenvolvimento de Protótipo de Plataforma Inercial para o Missil Superficie-Superficie Nacional; à Elaboração de Especificação de um Sistema de Navegação e respectivo Acordo de Interfaces para o Sistema de Guiagem e Controle; ao Acompanhamento da Produção do Lote-Piloto do Sistema de Guiagem, Navegação e Controle; à Elaboração de Estudo para Implantação de uma Rala de Testes para Missil Superficie-Superficie e, Serviços Técnicos Profissionais Especializados de Gerenciamento Complementar para o Desenvolvimento do Missil Antinavio Nacional de Superficie.
52221 Indústria de Material Bélico do Brasil - IMBEL					
4528 Produção de Material de Emprego Militar	Material produzido	unidade	Serv. / Invest	176	Realização de obras civis; contratação de projetos, obras, serviços e estudos; aquisição, reparo e aluguel de equipamentos e meios de transporte para pleno funcionamento do apoio logístico; preparo do local; remoção de escombros e demais obras e serviços de infraestrutura para permitir a reconstrução da Estação Antártica.
52222 Fundação Osório					
20XS Ensino Assistencial na Fundação Osório	Aluno formado	unidade	Serv. / Invest	1.521	A ação visa atender as atividades de manutenção, produção e investimento, nas cinco unidades de produção, FPV, FI, FJF, FMCE e FE. Os investimentos de acordo com o Planejamento Estratégico da IMBEL e manutenção da capacidade de produção das plantas fabris. A produção de grãos propelentes SBA170, nitrocelulose, pólvora bs, troli, munição, transceptor trc-1193, fuzil, carabina, pistola, booster, cordel detonante, granulado, emulsão, espoletim, rdx estabilizado. Serão 6.779.030 unidades de produtos de defesa. Para representar estes itens será usado o tempo padrão de fabricação cuja unidade é o Hh, uma quantidade de 537.730 UPD'S.
Ação: 20XS - Ensino Assistencial na Fundação Osório					
PO 0001 - Ensino Médio na Fundação Osório					
ND 33.9037 - Locação de Mão de Obra - refere-se a despesas com mão de obra terceirizada, levadas a 08(oto) meses, abaixo:					
- Serviços de Portaria 15.000,00 x 8 = 120.000,00					
- Sv de Limpeza e Higienização 25.000,00 x 8 = 200.000,00					
- Sv de Manutenção (Pedreiro electricista					
pinor, bombeiro hidráulico 5.000,00 x 8 = 40.000,00					
Total ND R\$ 360.000,00					
ND 33.90.39 - Sv Terceiros-Pessoa Jurídica - refere-se a despesas, como abaixo:					
- Plano de Saúde Acidentes Pessoais a 251 alunos - custo por aluno R\$ 6,30					
Total anual 6,30 x 251 x 12 = R\$ 18.972,00					
- Acesso à internet para 251 alunos - custo por aluno 4,90					

PLDO-2014, Anexo II das Informações Complementares ao PLOA 2014

Custos Médios utilizados nos principais serviços e investimentos

II - detalhamento dos custos unitários médios utilizados na elaboração dos orçamentos para os principais serviços e investimentos, justificando os valores adotados

Orçamento Fiscal e de Seguridade Social

Recursos de todas as fontes					R\$ 1,00
Ação	Produto	Un. Medida	Serv. / Invest	Custo Médio (R\$ 1,00)	Justificativa
52902 Fundo de Administração do Hospital das Forças Armadas	20XT Serviços Médico-Hospitalares do Hospital das Forças Armadas	Paciente atendido	unidade	103	Total anual 4,90 x 251 x 12 = R\$ 14.759,00 - Aluguel de máquina reprográfica de porte a 251 alunos - custo por aluno 10,20 Total anual 10,20 x 251 x 12 = R\$ 30.722,00 - Despesas com sv público, para cobertura de 06(seis) meses Iluminação 18.000,00 x 6 = 108.000,00 Gás 3.000,00 x 6 = 18.000,00 Água/Esgoto 7.000,00 x 6 = 42.000,00 Telefone 6.000,00 x 6 = 36.000,00 Manutenção de bens móveis montante de 9.547,00 Total ND R\$ 278.000,00
					PO 0002 - Ensino Fundamental na Fundação Osório
					ND 33.9037 - Locação de Mão de Obra - refere-se a despesas com mão de obra terceirizada, levadas a 04 (quatro) meses, como abaixo:
					- Serviços de Portaria 15.000,00 x 4 = 60.000,00
					- Sv de Limpeza e Higienização 25.000,00 x 4 = 100.000,00
					Total ND R\$ 160.000,00
					ND 33.9039 - Sv Terceiros Pessoa Jurídica - refere-se a despesas, como abaixo:
					- Plano de Saúde Acidentes Pessoais, a 737 alunos - custo por aluno 6,30
					Total anual R\$ 6,30 x 737 x 12 = R\$ 55.717,00
					- Acesso à Internet para 331 alunos - custo por aluno 4,90
52902 Fundo de Administração do Hospital das Forças Armadas	20XT Serviços Médico-Hospitalares do Hospital das Forças Armadas	Paciente atendido	unidade	103	Total anual 4,90 x 331 x 12 = R\$ 19.471,00
					- Aluguel de máquina reprográfica de porte, a 737 alunos - custo por aluno 5,18
					Total anual 5,18 x 737 x 12 = 45.812,00
					A Ação visa o desenvolvimento, manutenção e operação da infra-estrutura médico-hospitalar do Hospital das Forças Armadas para prestar assistência médica, odontológica e hospitalar aos militares da ativa e inativos e seus dependentes, servidores do HFA, Ministério da Defesa, Presidência da República, Corpo Diplomático e demais órgãos conveniados. Atender demandas relacionadas com os serviços finalísticos, para suprir necessidades de materiais, serviços, obras e equipamentos atinentes à manutenção da Unidade. A Ação visa ainda propiciar treinamento, qualificação e requalificação de servidores, buscando a manutenção dos padrões de qualidade do serviço público, para capacitar o servidor do HFA no desempenho de suas funções institucionais.
					Seus recursos atendem ao suprimento dos inúmeros materiais de uso médico-odontológico-hospitalares, ao custeio da contratação de manutenção preventiva e corretiva dos equipamentos hospitalares e, ainda, ao fornecimento de equipamentos para a atividade-fim, entre outros. Planeja-se a aquisição de equipamentos e materiais de consumo, tais como: exames, medicamentos, tratamentos de alto custo que operam os sistemas (Flusma, Saran, Flusox) dentre outros equipamentos e mobiliários.
					Despesas com contratos e serviços:

PLDO-2014, Anexo II das Informações Complementares ao PLOA 2014

Custos Médios utilizados nos principais serviços e investimentos

II - detalhamento dos custos unitários médios utilizados na elaboração dos orçamentos para os principais serviços e investimentos, justificando os valores adotados
Orçamento Fiscal e de Seguridade Social

Recursos de todas as fontes					R\$ 1,00
Ação	Produto	Un. Medida	Serv / Invest	Custo Médio (R\$ 1,00)	Justificativa
52911 Fundo Aeronáutico	14TH Implantação e Modernização de Sistemas Bélicos e Equipamentos	Sistema adequado	unidade	4.285,714	- contratos de manutenção e conservação de equipamentos médico-hospitalares, serviços de alimentação aos baixados, acompanhantes, lactantes, alimentação especial, concessionárias, serviços de limpeza e conservação (lâmina hospitalar), residência médica. Despesas com materiais: - material hospitalar (inclui materiais para as áreas de cirurgia ortopédica, cirurgia geral, emergência, UTI, etc.), material farmacológico, material de laboratório, material odontológico, gases medicinais e outros materiais. Obras e investimentos: - modernização e revitalização de instalações do HFA; - construção do Centro de Emergência; - linhas de ações de prevenção de acidentes de trânsito do grupo de trabalho para interação e otimização dos serviços médico-hospitalares prestados pelas unidades militares sediadas em Brasília; - construção do Serviço Integrado de Oncologia-Sion; - construção do centro de pesquisa clínica; - construção do serviço de emergência.
					PO 001 – Manutenção dos Serviços Médico-Hospitalares do Hospital das Forças Armadas Valor da PLOA 2014 para o PO: R\$ 51.515.975,00 A meta física para este PO é de 500.000 pacientes atendidos. Custo Unitário: R\$ 103,03/paciente
	20XB Pesquisa, Desenvolvimento e Capacitação no Setor Aeroespacial	Setor aeroespacial adequado	unidade	36.560.000	PO 002 – Capacitação de servidores públicos federais em processo de qualificação e requalificação Valor da PLOA 2014 para o PO: R\$ 100.000,00 A meta física para este PO é de 60 servidores capacitados Custo Unitário: R\$ 1.666,67/capacitação
					Valor total da PLOA 2014 para a Ação: R\$ 51.615.975,00 A meta física total para esta Ação é de 500.060 pacientes atendidos/servidores capacitados. Custo Unitário Total da Ação: R\$ 103,22
	14TH Implantação e Modernização de Sistemas Bélicos e Equipamentos	Sistema adequado	unidade	4.285,714	Aquisição, desenvolvimento e implantação de sistemas voltados à operação das atividades militares, relacionadas à missão da Força Aérea Brasileira (FAB). Realização de capacitação e treinamento ao pessoal que desenvolve e opera os sistemas, de forma a fomentar a independência do Comando da Aeronáutica na produção e manutenção de seus próprios sistemas bélicos, o que estrategicamente é desejável.
					Realização de fomento da indústria aeroespacial brasileira; realização de pesquisas meteorológicas nas regiões de localização dos Centros de Lançamento, realização da qualificação profissional dos técnicos na área de ciência e tecnologia, execução de pesquisas e desenvolvimento de projetos nas áreas espacial e de defesa; realização de atividades voltadas à manutenção e
	20XB Pesquisa, Desenvolvimento e Capacitação no Setor Aeroespacial	Setor aeroespacial adequado	unidade	36.560.000	
	14TH Implantação e Modernização de Sistemas Bélicos e Equipamentos	Sistema adequado	unidade	4.285,714	

PLDO-2014, Anexo II das Informações Complementares ao PLOA 2014

Custos Médios utilizados nos principais serviços e investimentos

II - detalhamento dos custos unitários médios utilizados na elaboração dos orçamentos para os principais serviços e investimentos, justificando os valores adotados

Orçamento Fiscal e de Seguridade Social

Recursos de todas as fontes					R\$ 1,00
Ação	Produto	Un. Medida	Serv / Invest	Custo Médio (R\$ 1,00)	Justificativa
expansão do conhecimento científico no segmento aeroespacial.					
20XV Sistema de Controle do Espaço Aéreo Brasileiro - SISCEAB	Sistema mantido	unidade	Serv. / Invest	1.511.312.484	Desenvolvimento e manutenção de todas as atividades que compõem o SISCEAB, por meio da aquisição de novos equipamentos, treinamento de pessoal, manutenção de serviços necessários, busca por elevados níveis de produtividade e eficiência, e cumprimento de acordos internacionais firmados, na área de controle do espaço aéreo.
2522 Produção de Fármacos, Medicamentos e Fitoterápicos	Unidade farmacêutica produzida	milhar	Serv. / Invest	12	Suprir a demanda de medicamentos, além de possibilitar a regulação de preço e qualidade dos produtos que tem por fim atender aos programas governamentais de assistência farmacêutica.
2916 Instrução e Treinamento Técnico-Operacional da Aeronáutica	Militar adestrado	unidade	Serviços	5.389	Desenvolvimento e manutenção das atividades de capacitação técnica, física e operacional do efetivo da Força Aérea Brasileira (FAB).
52921 Fundo do Exército					
13D9 Aquisição e Construção de Próprios Nacionais Residenciais para o Exército	Unidade habitacional disponibilizada	unidade	Serv. / Invest	153.968	Atender às necessidades habitacionais dos militares e dos servidores civis do Exército, delimitando-se pelas atividades de construção, aquisição, permuta e reforma das unidades residenciais.
2919 Registro e Fiscalização de Produtos Controlados	Fiscalização realizada	unidade	Serv. / Invest	56	Como a previsão de despesas com serviço/manutenção e material permanente é calculada pelo emprego e pela aquisição pelas diversas organizações militares em todo território nacional, uma vez que o orçamento é calculado pela estimativa de receita para o exercício em voga.
4450 Aprestamento do Exército	Militar adestrado	unidade	Serv. / Invest	1.202	Orçamento previsto espelhado pela fixação da receita própria, em que será empregado proporcionalmente for sendo realizada a receita.
52931 Fundo Naval					
1N47 Construção de Navios-Patrolha de 500 toneladas (NPa 500)	Navio construído	unidade	Investimentos	12.882.913	Dar prosseguimento à construção de cinco Navios-Patrolha de quinhentas toneladas a serem empregados nas mais variadas missões. É possível realizar as seguintes tarefas: - operações de defesa das plataformas de exploração e exploração de petróleo e gás no mar os quais respondem por mais de 80% da produção nacional; - patrulha naval nas Águas Jurisdicionais Brasileiras (AJB) com o fito de colibir ilícitos transfronteiriços. As patrulhas visam a garantir os interesses nacionais no mar, nas áreas marítimas costeiras e nas plataformas de exploração/exploração de petróleo no mar, além de contribuir para a defesa dos portos; - promover a fiscalização que vise ao resguardo de recursos naturais e estratégicos dentro dos 8.500 km de litoral nacional e dos 3,5 milhões de km2 de Zona Econômica Exclusiva (ZEE); - missões de fiscalização contra a pesca predatória e outras relacionadas à

PLDO-2014, Anexo II das Informações Complementares ao PLOA 2014

Custos Médios utilizados nos principais serviços e investimentos

II - detalhamento dos custos unitários médios utilizados na elaboração dos orçamentos para os principais serviços e investimentos, justificando os valores adotados
Orçamento Fiscal e de Seguridade Social

Recursos de todas as fontes						R\$ 1,00
Ação	Produto	Un. Medida	Serv / Invest	Custo Médio (R\$ 1,00)	Justificativa	
1N56 Desenvolvimento de Missil Nacional Antinavio	Projeto desenvolvido	percentual de execução física	Investimentos	3.019,665	prevenção da poluição hídrica nas AJB, além do combate ao contrabando/narcotráfico e apoio aos órgãos governamentais; - apoio às atividades de busca e salvamento da vida humana no mar na respectiva área de responsabilidade do governo brasileiro. Podem ser citadas, como exemplo, as ações de busca realizadas no acidente aéreo da Air France ocorrido em 2009; e - transporte de pessoal e material em ações de Defesa Civil. É relevante destacar que nessa proposta estão incluídos os recursos para a nacionalização da construção de armamentos (atualmente adquiridos no exterior), promovendo o desenvolvimento da indústria nacional e gerando empregos na área de construção naval. Destina-se ao Gerenciamento Executivo e Consultoria Técnica ao Projeto de Desenvolvimento do Missil Antinavio Nacional; ao Desenvolvimento de Unidade de Medida Inercial para Missil Superfície-Superfície; à Elaboração de Especificações, Acompanhamento, Apoio e Suporte Técnico necessários ao Desenvolvimento de um (1) Sistema de Lançamento de Terra para o Missil Superfície-Superfície Nacional; ao Desenvolvimento de Protótipo de Plataforma Inercial para o Missil Superfície-Superfície Nacional; à Elaboração de Especificação de um Sistema de Navegação e respectivo Acordo de Interfaces para o Sistema de Guiagem, Navegação e Controle; à Elaboração de Lote-Piloto do Sistema de Guiagem, Navegação e Controle; à Elaboração de Estudo para implantação de uma Rede de Testes para Missil Superfície-Superfície; à Elaboração de Estudos e Desenvolvimento de Plataforma de Testes; ao Gerenciamento Complementar para o Desenvolvimento do Missil Antinavio Nacional de Superfície.	

PLDO-2014, Anexo II das Informações Complementares ao PLOA 2014

Custos Médios utilizados nos principais serviços e investimentos

II - detalhamento dos custos unitários médios utilizados na elaboração dos orçamentos para os principais serviços e investimentos, justificando os valores adotados

Orçamento Fiscal e de Seguridade Social

Ação		Produto	Un. Medida	Serv / Invest	Custo Médio (R\$ 1,00)	Justificativa	Recursos de todas as fontes
53000 Ministério da Integração Nacional							
53101 Ministério da Integração Nacional							
10BC	Implantação de Projetos de Irrigação	Projeto apoiado	unidade	Investimentos	20.000.000	Implantação de obras necessárias à promoção do desenvolvimento da Agricultura Irrigada.	R\$ 1,00
10CT	Construção do Canal Adutor do Sertão Alagoano	Obra executada	percentual de execução física	Investimentos	200.000.000	Os custos unitários médios são os estabelecidos nas tabelas Sistema Nacional de Pesquisa de Custos e Índices - SINAPI e/ou Sistema de Custos Referenciais de Obras- SICRO, conforme estabelecido no Decreto nº 7.983 de 08/04/2013.	
10E9	Implantação da Adutora Cavião-Pecém no Estado do Ceará	Obra executada	percentual de execução física	Investimentos	100.000	O valor corresponde a janela orçamentária.	
10F6	Implantação da Adutora do Agreste no Estado de Pernambuco	Obra executada	percentual de execução física	Investimentos	170.000.000	Os custos unitários médios são os estabelecidos nas tabelas Sistema Nacional de Pesquisa de Custos e Índices - SINAPI e/ou Sistema de Custos Referenciais de Obras- SICRO, conforme estabelecido no Decreto nº 7.983 de 08/04/2013.	
10G3	Construção do Canal de Integração Castanhão-Região Metropolitana de Fortaleza, no Estado do Ceará	Obra executada	percentual de execução física	Investimentos	100.000	O valor corresponde a janela orçamentária.	
10GM	Estudos e Projetos de Infraestrutura Hídrica	Estudo realizado	unidade	Investimentos	45.000.000	Os custos unitários médios são os estabelecidos nas tabelas Sistema Nacional de Pesquisa de Custos e Índices - SINAPI, conforme estabelecido no Decreto nº 7.983 de 08/04/2013.	
11NF	Implantação do Sistema Adutor de Jacobina com 65 km no Estado da Bahia	Obra executada	percentual de execução física	Investimentos	2.700.000	Os custos unitários médios são os estabelecidos nas tabelas Sistema Nacional de Pesquisa de Custos e Índices - SINAPI e/ou Sistema de Custos Referenciais de Obras- SICRO, conforme estabelecido no Decreto nº 7.983 de 08/04/2013.	
124L	Construção da Barragem Anvoezinha no Estado do Rio Grande do Sul, no Município de Bagé - RS	Obra executada	percentual de execução física	Investimentos	100.000	O valor corresponde a janela orçamentária.	
126X	Dragagem e Desassoreamento dos Rios Gravatá, das Pedras e Guapurina em Navegantes, no Estado de Santa Catarina.	Projeto executado	percentual de execução física	Investimentos	100.000	O valor corresponde a janela orçamentária.	
127A	Obras de Macrodrenagem e Controle de Erosão Marinha e Fluvial	Projeto apoiado	unidade	Investimentos	500.000	O valor corresponde a janela orçamentária.	
12FP	Implantação do Perímetro de Irrigação Manoel Dionísio com 1.716 ha no Estado de Sergipe	Obra executada	percentual de execução física	Investimentos	46.620	Implantação de obras de infraestrutura comum para irrigação no território do Alto Sertão Sergipano, esse projeto de irrigação visa contribuir para o aumento da produção agrícola e da oferta de alimentos, e para a geração de emprego e renda além de possibilitar o incremento da área irrigada, estimular o desenvolvimento regional e promover o desenvolvimento da agricultura irrigada.	
12FR	Implantação do Perímetro de Irrigação Jonas Pinheiro com 1.300 ha no Estado do Mato Grosso	Obra executada	percentual de execução física	Investimentos	61.538	Implantação de obras de infraestrutura comum para irrigação no Município de Soriso, esse projeto de irrigação visa contribuir para o aumento da produção agrícola, principalmente hortifrutigranjeiros, da oferta de alimentos e da geração de emprego e renda, além de possibilitar o incremento da área irrigada, estimular o desenvolvimento regional, inserindo no processo produtivo os assentamentos do INCRA presentes na região, e promover o desenvolvimento da agricultura	

PLDO-2014, Anexo II das Informações Complementares ao PLOA 2014

Custos Médios utilizados nos principais serviços e investimentos

II - detalhamento dos custos unitários médios utilizados na elaboração dos orçamentos para os principais serviços e investimentos, justificando os valores adotados

Orçamento Fiscal e de Seguridade Social

Recursos de todas as fontes					R\$ 1,00
Ação	Produto	Un. Medida	Serv / Invest	Custo Médio (R\$ 1,00)	Justificativa
Irrigada no Município.					
12FZ Construção da Barragem do Rio Imbuçu para fins de irrigação no Estado de Goiás	Obra executada	percentual de execução física	Investimentos	8.333	Implantação de barragem de terra no Município de Campo Alegre, esse projeto visa contribuir para o aumento da produção agrícola, da oferta de alimentos e da geração de emprego e renda, por meio da agricultura irrigada, além de possibilitar o acesso à água para irrigação, estimulando o desenvolvimento regional, promover o desenvolvimento da agricultura irrigada no Município de Campo Alegre.
12G2 Construção do Canal de Irrigação Jaguarí no Estado do Rio Grande do Sul	Canal construído	quilômetro	Investimentos	5.000	Implantação de infraestrutura hídrica de uso comum para atender a agricultura irrigada, com captação a partir da Barragem Arno Jaguari, na Metade Sul do Estado do Rio Grande do Sul. Esse projeto visa contribuir para o aumento da produção agrícola, da oferta de alimentos e da geração de emprego e renda por meio da agricultura irrigada, além de possibilitar o incremento da área irrigada da região em 17.000ha, estimular o desenvolvimento regional, promover o desenvolvimento da agricultura irrigada.
12G3 Construção do Canal de Irrigação Taquarembó no Estado do Rio Grande do Sul	Canal construído	quilômetro	Investimentos	4.466	Implantação de infraestrutura hídrica de uso comum para atender a agricultura irrigada, com captação a partir da Barragem Arno Jaguari, na Metade Sul do Estado do Rio Grande do Sul, esse projeto visa contribuir para o aumento da produção agrícola, da oferta de alimentos e da geração de emprego e renda por meio da agricultura irrigada, além de possibilitar o incremento da área irrigada da região em 15.000ha, estimular o desenvolvimento regional, promover o desenvolvimento da agricultura irrigada.
12QC Implantação de Obras e Equipamentos para Oferta de Água	Estrutura implantada	unidade	Serv. / Invest	14.280	O valor proposto para a ação 12QC refere-se à contratação para implantação das seguintes estruturas de acesso à água: 1.697 barragens ao custo unitário médio de R\$ 86.548,03; 4.509 sistemas coletivos de abastecimento de água ao custo unitário médio de R\$ 138.889,23; 90.792 sistemas de consumo ao custo unitário médio de R\$ 5.342,06; 788 poços ao custo unitário médio de R\$ 5.929,00; 577 sistemas de irrigação comunitários ao custo unitário médio de R\$ 150.000,00; 11.926 sistemas de irrigação familiar ao custo unitário médio de R\$ 20.000,00. O custo médio geral foi obtido relacionando-se o orçamento total proposto (R\$ 1.575.000.000,00) com a quantidade total prevista de estruturas (110.299). O resultado, R\$ 14.279,36 (6) arredondado para R\$ 14.280,00.
140H Elaboração do Plano Diretor Nacional, do Programa Nacional e de Planos Diretores e Programas Estaduais de Irrigação e Drenagem	Plano elaborado	unidade	Serviços	500.000	Elaboração do Plano Diretor Nacional da Agricultura Irrigada, do Programa Nacional de Irrigação e Drenagem e de Planos Diretores e Programas Estaduais, de modo a estabelecer objetivos, diretrizes e instrumentos para a expansão da agricultura irrigada no país.
14XU Estudos e Projetos para Implantação de Projetos de Irrigação	Estudo realizado	unidade	Serviços	5.409.411	Elaboração de estudos de reconhecimento, técnico-econômicos, estudos de pré-viabilidade, estudos de viabilidade e estudos ambientais (EIA's), elaboração de projetos básicos e executivos de engenharia para a implantação de empreendimentos hidroagrícolas, para subsidiar a implantação de projetos de irrigação.
1P91 Revitalização do Perímetro Rio Formoso com 28.500 ha no Estado do Tocantins	Projeto executado	percentual de execução física	Investimentos	11.929	Recuperação e atualização das estruturas de uso comum do Projeto de Irrigação Formoso do Araguaia, esse projeto permitirá a atualização e a otimização do empreendimento, resultando acréscimo na produtividade e qualidade das

PLDO-2014, Anexo II das Informações Complementares ao PLOA 2014

Custos Médios utilizados nos principais serviços e investimentos

II - detalhamento dos custos unitários médios utilizados na elaboração dos orçamentos para os principais serviços e investimentos, justificando os valores adotados

Orçamento Fiscal e de Seguridade Social

Recursos de todas as fontes					R\$ 1,00	
Ação	Produto	Un. Medida	Serv / Invest	Custo Médio (R\$ 1,00)	Justificativa	
20N7	Projeto de infraestrutura produtiva para arranjos produtivos locais - APLs - Plano Brasil Sem Miséria	Arranjo produtivo local apoiado	Serviços	5	culturas, principalmente de soja, milho, arroz, melancia e melão, visando contribuir para o aumento da produção agrícola, da oferta de alimentos e da geração de emprego e renda, por meio da agricultura irrigada, além de possibilitar o incremento da área irrigada, estimular o desenvolvimento regional e garantir a segurança hídrica para a irrigação.	
212Y	Implantação de Sistemas Simplificados de Irrigação	Sistema implantado	Serv. / Invest	33.333	sdsd	
3770	Implantação do Perímetro de Irrigação Luiz Alves do Araguaia - 1ª e 2ª Etapa - com 6.584 ha no Estado de Goiás.	Projeto executado	Investimentos	16.882	Implantação de obras de infraestrutura de irrigação de uso comum, esse projeto visa contribuir para a elevação da produção e da produtividade das safras agrícolas, aumentar a oferta de alimentos básicos e fomentar a geração de emprego e renda, por meio da agricultura irrigada.	
5246	Implantação do Perímetro de Irrigação Várzeas de Sousa com 5.100ha no Estado da Paraíba	Projeto executado	Investimentos	14.255	Implantação de obras de infraestrutura de irrigação de uso comum, esse projeto visa contribuir para a elevação da produção e da produtividade das safras agrícolas, aumentar a oferta de alimentos básicos e fomentar a geração de emprego e renda, por meio da agricultura irrigada, além de possibilitar o incremento da área irrigada e estimular o desenvolvimento regional.	
5252	Implantação do Perímetro de Irrigação Flores de Goiás com 26.500ha no Estado de Goiás	Projeto executado	Investimentos	7.320	Implantação de obras de infraestrutura de irrigação de uso comum, esse projeto visa contribuir para a elevação da produção e da produtividade das safras agrícolas, aumentar a oferta de alimentos básicos e fomentar a geração de emprego e renda, por meio da agricultura irrigada.	
5E79	Implantação do Perímetro de Irrigação Passaráo com 4.000 ha no Estado de Roraima	Projeto executado	Investimentos	20.000	Recuperação da infraestrutura existente (400ha) e implantação de obras para atendimento de uma área de 3.600ha, visando contribuir para a elevação da produção e produtividade das safras agrícolas, aumentar a oferta de alimentos básicos e fomentar a geração de emprego e renda, por meio da promoção do desenvolvimento da agricultura irrigada no Município de Boa Vista e regiões circunvizinhas.	
6544	Capacitação para a Agricultura Irrigada	Agente capacitado	Serviços	2.500	Capacitação de agentes multiplicadores para o desenvolvimento da agricultura irrigada.	
6566	Estudos para o Desenvolvimento da Agricultura Irrigada	Estudo realizado	Serviços	4.705.882	Elaboração de estudos de viabilidade técnica, ambiental e socioeconômica e de projetos básicos para empreendimentos hidroagrícolas, além da preparação de estudos sobre o mercado atual e seu potencial de crescimento, visando subsidiar a elaboração de projetos para promover o desenvolvimento da agricultura irrigada.	
7M16	Expansão de 10.500 ha do Perímetro de Irrigação do Arroio Duro na Costa Dourada no Estado do Rio Grande do Sul	Projeto executado	Investimentos	6.103	Implantação da infraestrutura de uso comum para aproveitamento agrícola incorporando uma área de 10.500 ha, visando promover o desenvolvimento da agricultura irrigada.	
7M38	Implantação do Projeto de Irrigação Itamarati II com 6.127 ha no Município de Ponta Porã no Estado do Mato Grosso do Sul	Obra executada	Investimentos	20.000	Recuperação e aplicação da infraestrutura comum para irrigação, esse projeto visa contribuir para o aumento da produção agrícola, principalmente hortifrutigranjeiros, da oferta de alimentos e da geração de emprego e	

PLDO-2014, Anexo II das Informações Complementares ao PLOA 2014

Custos Médios utilizados nos principais serviços e investimentos

II - detalhamento dos custos unitários médios utilizados na elaboração dos orçamentos para os principais serviços e investimentos, justificando os valores adotados

Orçamento Fiscal e de Seguridade Social

Recursos de todas as fontes					R\$ 1,00	
Ação	Produto	Un. Medida	Serv / Invest	Custo Médio (R\$ 1,00)	Justificativa	
53201 Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba - CODEVASF						
10GM Estudos e Projetos de Infraestrutura Hídrica	Estudo realizado	unidade	Serv. / Invest	15.467.826	renda por meio da agricultura irrigada, além de possibilitar o incremento da área irrigada, estimular o desenvolvimento regional, inserindo no processo produtivo os assentamentos do INCRA presentes na região, promover o desenvolvimento da agricultura irrigada no Município de Ponta Preta.	
10RM Implantação, Ampliação ou Melhoria de Sistemas Públicos de Esgoto Sanitário em Municípios das Bacias do São Francisco e Parnaíba	Sistema implantado	unidade	Investimentos	12.157.892	Custo Médio calculado dividindo-se o total do investimento PAC (2007-2014) pela meta estabelecida pelo CEPAC.	
10RP Implantação, Ampliação ou Melhoria de Sistemas Públicos de Coleta, Tratamento e Destinação Final de Resíduos Sólidos em Municípios das Bacias do São Francisco e Parnaíba	Projeto concluído	unidade	Investimentos	10.339.043	Unidade de Medida: estudo/projeto	
10ZW Recuperação e Controle de Processos Erosivos em Municípios das Bacias do São Francisco e do Parnaíba	Obra concluída	unidade	Investimentos	646.215.472	Custo Médio calculado dividindo-se o total do investimento PAC (2007-2014) pela meta estabelecida pelo CEPAC.	
110F Abastecimento Público de Água em Comunidades Ribeirinhas do Rio São Francisco - Água para Todos	Sistema implantado	unidade	Investimentos	879.106	Unidade de Medida: ações	
12FT Implantação do Perímetro de Irrigação Marrecas/Jenipapo com 1.000 ha no Estado do Piauí	Obra executada	percentual de execução física	Investimentos	51.000	Custo Médio calculado dividindo-se o total do investimento PAC (2007-2014) pela meta estabelecida pelo CEPAC.	
12G5 Implantação do Sistema Adutor de Guanambi - 1ª Etapa - com 395 km no Estado da Bahia	Projeto executado	percentual de execução física	Investimentos	534.985	Unidade de Medida: hectares	
140C Implantação dos Perímetros de Irrigação do Canal do Serião Alagoano no Estado de Alagoas	Projeto executado	percentual de execução física	Investimentos	79.632	Custo Médio calculado dividindo-se o total do investimento PAC (2007-2014) pela meta estabelecida pelo CEPAC.	
141H Construção do Canal do Serião Pernambuco no Estado do Pernambuco	Obra executada	percentual de execução física	Investimentos	1.042	Unidade de Medida: hectares	

PLDO-2014, Anexo II das Informações Complementares ao PLOA 2014

Custos Médios utilizados nos principais serviços e investimentos

II - detalhamento dos custos unitários médios utilizados na elaboração dos orçamentos para os principais serviços e investimentos, justificando os valores adotados

Orçamento Fiscal e de Seguridade Social

Recursos de todas as fontes					R\$ 1,00	
Ação	Produto	Un. Medida	Serv / Invest	Custo Médio (R\$ 1,00)	Justificativa	
141J	Ligações Intradomiciliares de Esgotos Sanitários e Módulos Sanitários Domiciliares nas Bacias do Rio São Francisco e Paranaíba	Obra executada	unidade	Investimentos	722	Custo Médio calculado dividindo-se o total do investimento PAC (2007-2014) pela meta estabelecida pelo GEPAAC.
14RX	Implantação do Sistema Integrado de Abastecimento de Água Campo Alegre de Lourdes no Estado da Bahia	Obra executada	percentual de execução física	Investimentos	68.000.000	Unidade de Medida: ligações. Custo Médio calculado dividindo-se o total do investimento PAC (2007-2014) pela meta estabelecida pelo GEPAAC.
14VI	Implantação de Infraestruturas Hídricas para Oferta de Água	Obra executada	percentual de execução física	Investimentos	1.387.727.670	Unidade de Medida: sistema Custo Médio calculado dividindo-se o total do investimento PAC (2007-2014) pela meta estabelecida pelo GEPAAC.
14XU	Estudos e Projetos para Implantação de Projetos de Irrigação	Estudo realizado	unidade	Serviços	33.333	Unidade de Medida: 10 projetos O valor corresponde a janela orçamentária.
1622	Implantação do Perímetro de Irrigação Jacaré-Curitiba com 3.150 ha no Estado de Sergipe	Projeto executado	percentual de execução física	Investimentos	13.883	Unidade de Medida: projeto/estudo Custo Médio calculado dividindo-se o total do investimento PAC (2007-2014) pela meta estabelecida pelo GEPAAC.
1692	Implantação do Perímetro de Irrigação Salitre com 31.305 ha no Estado da Bahia	Projeto executado	percentual de execução física	Investimentos	72.543	Unidade de Medida: hectares Custo Médio calculado dividindo-se o total do investimento PAC (2007-2014) pela meta estabelecida pelo GEPAAC.
20WP	Reabilitação de Perímetros Públicos de Irrigação	Perímetro reabilitado	unidades por ano	Serviços	14.834	Unidade de Medida: hectares Custo Médio calculado dividindo-se o total do investimento PAC (2007-2014) pela meta estabelecida pelo GEPAAC.
5260	Implantação do Perímetro de Irrigação Pontal com 7.811,9 ha no Estado de Pernambuco	Projeto executado	percentual de execução física	Investimentos	32.694	Unidade de Medida: hectares Custo Médio calculado dividindo-se o total do investimento PAC (2007-2014) pela meta estabelecida pelo GEPAAC.
5308	Construção da Barragem Jequitai no Estado de Minas Gerais	Obra executada	percentual de execução física	Investimentos	312.126.067	Unidade de Medida: hectares Custo Médio calculado dividindo-se o total do investimento PAC (2007-2014) pela meta estabelecida pelo GEPAAC.

PLDO-2014, Anexo II das Informações Complementares ao PLOA 2014

Custos Médios utilizados nos principais serviços e investimentos

II - detalhamento dos custos unitários médios utilizados na elaboração dos orçamentos para os principais serviços e investimentos, justificando os valores adotados

Orçamento Fiscal e de Seguridade Social

Recursos de todas as fontes					R\$ 1,00	
Ação	Produto	Un. Medida	Serv / Invest	Custo Médio (R\$ 1,00)	Justificativa	
5314 Implantação do Perímetro de Irrigação Baixo de Irecê com 47.924,5 ha no Estado da Bahia	Projeto executado	percentual de execução física	Investimentos	17.356	Custo Médio calculado dividindo-se o total do investimento PAC (2007-2014) pela meta estabelecida pelo GEPA.	Unidade de Medida: hectares
5322 Implantação do Perímetro de Irrigação Jalba no Estado de Minas Gerais	Projeto executado	percentual de execução física	Investimentos	912.923	Custo Médio calculado dividindo-se o total do investimento PAC (2007-2014) pela meta estabelecida pelo GEPA.	Unidade de Medida: % da obra
5330 Transferência da Gestão do Perímetro de Irrigação Bebedouro com 2.091 ha no Estado de Pernambuco	Perímetro irrigado transferido	percentual de execução física	Investimentos	3.430	Custo Médio calculado dividindo-se o total do investimento PAC (2007-2014) pela meta estabelecida pelo GEPA.	Unidade de Medida: hectares
5348 Transferência da Gestão do Perímetro de Irrigação Miorós com 2.145 ha no Estado da Bahia	Perímetro irrigado transferido	percentual de execução física	Investimentos	14.048	Custo Médio calculado dividindo-se o total do investimento PAC (2007-2014) pela meta estabelecida pelo GEPA.	Unidade de Medida: hectares
5354 Transferência da Gestão do Perímetro de Irrigação Nilo Coelho com 18.857 ha no Estado de Pernambuco	Perímetro irrigado transferido	percentual de execução física	Investimentos	4.026	Custo Médio calculado dividindo-se o total do investimento PAC (2007-2014) pela meta estabelecida pelo GEPA.	Unidade de Medida: hectares
5368 Transferência da Gestão do Perímetro de Irrigação Formoso com 12.040 ha no Estado da Bahia	Perímetro irrigado transferido	percentual de execução física	Investimentos	2.956	Custo Médio calculado dividindo-se o total do investimento PAC (2007-2014) pela meta estabelecida pelo GEPA.	Unidade de Medida: hectares
5370 Transferência da Gestão do Perímetro de Irrigação Gorutuba com 5.286 ha no Estado de Minas Gerais	Perímetro irrigado transferido	percentual de execução física	Investimentos	12.060	Custo Médio calculado dividindo-se o total do investimento PAC (2007-2014) pela meta estabelecida pelo GEPA.	Unidade de Medida: hectares
5378 Transferência da Gestão do Perímetro de Irrigação Curaçá com 4.330 ha no Estado da Bahia	Perímetro irrigado transferido	percentual de execução física	Investimentos	5.584	Custo Médio calculado dividindo-se o total do investimento PAC (2007-2014) pela meta estabelecida pelo GEPA.	Unidade de Medida: hectares
5442 Transferência da Gestão do Perímetro de Irrigação Maniçoba com 4.293 ha no Estado da Bahia	Perímetro irrigado transferido	percentual de execução física	Investimentos	2.954	Custo Médio calculado dividindo-se o total do investimento PAC (2007-2014) pela meta estabelecida pelo GEPA.	Unidade de Medida: hectares

PLDO-2014, Anexo II das Informações Complementares ao PLOA 2014

Custos Médios utilizados nos principais serviços e investimentos

II - detalhamento dos custos unitários médios utilizados na elaboração dos orçamentos para os principais serviços e investimentos, justificando os valores adotados

Orçamento Fiscal e de Seguridade Social

Recursos de todas as fontes					R\$ 1,00	
Ação	Produto	Un. Medida	Serv / Invest	Custo Médio (R\$ 1,00)	Justificativa	
7G88	Construção da Barragem Atalaia no Estado do Piauí	percentual de execução	Investimentos	69.840.000	Custo Médio calculado dividindo-se o total do investimento PAC (2007-2014) pela meta estabelecida pelo GEPAF.	Unidade de Medida: barragem
53202 Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia						
20N8	Promoção de iniciativas para o aprimoramento da produção e inserção mercadológica - Plano Brasil Sem Miséria	tecnologia aplicada	Investimentos	600.000	Implantação quatro Central de Atendimento ao empreendedor cidadão/CAEC que o Oferecer à população (tanto pessoa física como Jurídica) dos municípios um único local onde se pode ofertar vários serviços de cidadania e de auxílio aos micros e pequenos empreendedores, bancos, aquisição de documentos, SEBRAE entre outros, custo unitário de cada uma R\$600.000,00 para obra e aquisição de equipamentos e material permanente.	
20N9	Apoio ao Associativismo e Cooperativismo - Plano Brasil sem Miséria	unidade	Serviços	350.000	Fortalecer as ações do eixo Temático do Ministério da Integração Nacional e da SUDAM de SUPERAR DESIGUALDADES REGIONAIS E ERRADICAR A MISERIA com prioridades a promoção da autonomia econômica e financeira das mulheres por meio da assistência técnica, do acesso ao crédito e ao apoio ao empreendedorismo, associativismo, cooperativismo e comércio. Ampliar as ações iniciadas em 2011/2012 para outros estados da Amazônia apoiando a realização de mais 05 cursos no valor médio de R\$350.000,00	
20NE	Apoio a projetos de pesquisa e capacitação de recursos humanos nas fases da Cadeia Produtiva da Pesca	unidade	Serv. / Invest	500.000	O projeto visa beneficiar as populações a zona costeira paraense que utilizam da pesca do caranguejo oferecendo alternativas de renda e emprego através da implantação de parques aquícolas para a criação de organismos marinhos em especial a criação de mexilhões e ostras será a comunidade na do projeto que vai ser formado em 2013 com a Universidade Federal Rural da Amazônia para implantação de unidades experimentais em maricultura.	
20NJ	Elaboração de Estudos e Pesquisas das Oportunidades de Investimentos Turísticos na Amazônia	unidade	Serviços	450.000	Projetos apresentados a SUDAM em 2012 que obtiveram parecer favorável. Não foram apoiados por falta de limite orçamentário por parte do MI e uqe foram apresentados no mês de dezembro de 2012.	
20NK	Estruturação e Dinamização de Arranjos Produtivos Locais em Espaços Sub-regionais	unidade	Serv. / Invest	388.888	Apoiar 05 feiras do produtor rural e ou espaços de produção e comercialização agrícola como ambiente de inserção econômica de comercialização de produtos agrícolas como base ao fortalecimento de cadeias e arranjos produtivos envolvendo a pequena agricultura no valor médio de R\$400.000,00	
4542	Fomento a Projetos de Transformação da Biodiversidade Amazônica	unidade	Serv. / Invest	600.000	Apoiar a estruturação de 04 APLS de horticultura e piscicultura nas etapas da produção no valor médio de R\$500.000,00	
8172	Coordenação e Fortalecimento do Sistema Nacional de Proteção e Defesa Civil	unidade	Serviços	300.000	Os projetos visam apoiar o desenvolvimento do empreendedorismo baseado em ciência e tecnologia e na disseminação da transferência de conhecimentos através de Incubadora-PIEBT nas áreas de biotecnologia, produtos naturais	
					APOIAR AÇÕES DE FORTALECIMENTO E ESTRUTURAÇÃO DAS CEDECES E COMDECS VISANDO A PREVENÇÃO E PREPARAÇÃO DE DESASTRES NA REGIÃO	

PLDO-2014, Anexo II das Informações Complementares ao PLOA 2014

Custos Médios utilizados nos principais serviços e investimentos

II - detalhamento dos custos unitários médios utilizados na elaboração dos orçamentos para os principais serviços e investimentos, justificando os valores adotados

Orçamento Fiscal e de Seguridade Social

Recursos de todas as fontes					R\$ 1,00	
Ação	Produto	Un. Medida	Serv / Invest	Custo Médio (R\$ 1,00)	Justificativa	
53204 Departamento Nacional de Obras Contra as Secas - DNOCS						
100N Implantação do Perímetro de Irrigação Barragem Santa Cruz do Apodi com 5.200 ha no Estado do Rio Grande do Norte	Obra executada	percentual de execução física	Investimentos	2.280.000	Obra do PAC. Proposta realizada com base no valor remanescente previsto para o empreendimento para execução de obras.	
10DC Construção da Barragem Olílica no Estado do Rio Grande do Norte	Obra executada	percentual de execução física	Investimentos	2.575.000	Obra do PAC. Proposta realizada com base no valor previsto para o empreendimento para execução de obras.	
11AA Construção da Barragem Fronteiras no Estado do Ceará	Obra executada	percentual de execução física	Investimentos	2.442.857	Obra do PAC. Proposta realizada com base no valor remanescente previsto para o empreendimento para execução de obras.	
12FS Implantação do Perímetro de Irrigação Tabuleiro São Bernardo com 5.398 ha no Estado do Maranhão	Obra executada	percentual de execução física	Investimentos	1.520.000	Obra do PAC. Proposta realizada com base no valor remanescente previsto para o empreendimento para execução de obras .	
12FV Construção da Barragem de Algodões no Estado do Piauí	Obra executada	percentual de execução física	Investimentos	1.825.000	Obra do PAC. Recursos necessários para projetos e obras de implantação da Barragem Nova Algodões no Estado do Piauí. Valores estimados com base no valor do empreendimento que gira em torno de 120 milhões de reais.	
120B Transferência da Gestão de Perímetros Públicos de Irrigação	Perímetro irrigado transferido	unidade	Serviços	6.000.000	Esta ação compreende os custos decorrentes da participação financeira do governo para Operação, Manutenção e Administração de Perímetros Irrigados, com cálculo baseado na Portaria Ministerial nº 1.529, de 02 de outubro de 2007, concretizada por meio de Contratos de Delegação de Competência de Prestação de Serviços celebrados com as Associações/Disbintos anualmente. Os serviços prestados são contínuos, sendo necessário que os Contratos tenham sido renovados periodicamente. O PAC não possui recursos para esta ação. A situação atual dos Perímetros irrigados é a seguinte: aqueles que estão com sua operação comprometida devido à má conservação da infraestrutura até aqueles que vem operando no limite da capacidade da infraestrutura instalada e que necessitam de recuperação. O valor médio apresentado baseia-se na razão entre o total de recursos necessários para honrar contratos já celebrados e ainda com vigência em 2014/número de contratos (cada instrumento possui suas especificidades de atividades e serviços necessários).	
140X Regularização Ambiental e Fundiária de Perímetros Públicos de Irrigação	Regularização efetivada	unidade	Serviços	2.000.000	O valor destinado a esta Ação no ano de 2013 foi insuficiente para atender às demandas de regularização ambiental e fundiária dos Perímetros Irrigados sob a jurisdição do DNOCS em 7 estados do Nordeste, não atendendo sequer as necessidades de licenciamento ambiental para o funcionamento dos projetos instalados. No valor adicional está incluída também a particularidade da necessidade de inclusão no quadro referente às indenizações de desapropriação do Perímetro Irrigado Tabuleiro São Bernardo, em função da existência de uma área de 2.500 hectares para ocupação do Perímetro. Aquilante Apodi, área está que tem potencial para geração de cerca de 2.500 empregos diretos e 5.000 indiretos beneficiando a população dos municípios de Russas, Limoeiro do Norte, Quixeré e Tabuleiro do Norte no Estado do Ceará e o município de Apodi no Rio Grande do Norte.	

PLDO-2014, Anexo II das Informações Complementares ao PLOA 2014

Custos Médios utilizados nos principais serviços e investimentos

II - detalhamento dos custos unitários médios utilizados na elaboração dos orçamentos para os principais serviços e investimentos, justificando os valores adotados

Orçamento Fiscal e de Seguridade Social

Recursos de todas as fontes					R\$ 1,00	
Ação	Produto	Un. Medida	Serv / Invest	Custo Médio (R\$ 1,00)	Justificativa	
14LA Construção da Barragem Ingazeira, no Estado de Pernambuco	Projeto executado	percentual de execução física	Investimentos	668.777	Obra do PAC. Solicitado apenas o montante residual previsto para o empreendimento.	
1M49 Modernização dos Recursos de Tecnologia da Informação e Comunicação	Projeto executado	percentual de execução física	Serv. / Invest	437.500	Valores propostos considerando itens prioritários constantes no item 15 DO PETI-PDI 2013-2015 - PROPOSTA ORÇAMENTARIA DE TI, que pode ser acessado no site do DNOCS no menu Transparencia ou diretamente no link: http://www.dnocs.gov.br/downloadasFETHPDI_DNOCS_2013-2015.pdf	
1M51 Reforma dos Edifícios-Sedes do DNOCS - Administração Central e Coordenadorias Estaduais	Obra executada	percentual de execução física	Investimentos	2.385.807	Recurso destinado à reforma do edifício-sede da Coordenadoria Estadual do Piauí e Estacionamento da Administração Central do DNOCS. Considerando que o custo de cada reforma varia de acordo com especificidades próprias, utilizou-se como parâmetro, o valor médio de reformas já realizadas.	
1N64 Implantação da Adutora Pajéu nos Estados de Pernambuco e Paraíba	Obra executada	percentual de execução física	Investimentos	3.527.778	Obra do PAC. Proposta realizada com base no valor remanescente previsto para o empreendimento para execução de obras.	
1O12 Implantação do Perímetro de Irrigação Baixo Acaraú - 2ª Etapa - com 4.168 ha no Estado do Ceará	Projeto executado	percentual de execução física	Investimentos	2.171.274	Obra do PAC. Proposta realizada com base no valor remanescente previsto para o empreendimento para execução de obras.	
1O17 Implantação do Perímetro de Irrigação Tabuleiro de Russas - 2ª Etapa - com 3.600 ha no Estado do Ceará	Projeto executado	percentual de execução física	Investimentos	76.923	Obra do PAC. Proposta realizada com base no valor remanescente previsto para o empreendimento para execução de obras.	
1O21 Implantação do Perímetro de Irrigação Tabuleiros Litorâneos de Paraíba - 2ª Etapa - com 3.985 ha no Estado do Piauí	Projeto executado	percentual de execução física	Investimentos	4.181.034	Obra do PAC. Proposta realizada com base no valor remanescente previsto para o empreendimento para execução de obras.	
1O25 Implantação do Perímetro de Irrigação Aiaras Norte - 2ª Etapa - com 1.619 ha no Estado do Ceará	Projeto executado	percentual de execução física	Investimentos	329.327	Obra do PAC. Proposta realizada com base no valor remanescente previsto para o empreendimento para execução de obras.	
1O28 Implantação do Perímetro de Irrigação Platós de Guadalupe - 2ª Etapa - com 10.595ha no Estado do Piauí	Projeto executado	percentual de execução física	Investimentos	2.375.000	Obra do PAC. Proposta realizada com base no valor remanescente previsto para o empreendimento para execução de obras.	
20N4 Operação e Manutenção de Infraestruturas Hídricas	Infraestrutura mantida	unidade	Investimentos	56.000	Recurso destinado a manutenção de comportas e válvulas de barragens. Esta manutenção tem custo variado dependendo de especificidades próprias de cada infraestrutura.	
					Desa forma, o custo médio informado pela Diretoria de Infraestrutura Hídrica/DNOCS refere-se a custo médio histórico da execução desta manutenção em anos anteriores.	
20WP Reabilitação de Perímetros Públicos de Irrigação	Perímetro reabilitado	unidades por ano	Investimentos	7.718.008	A ação se destina a atender ações de recuperação, revitalização e modernização da infraestrutura de uso comum, supervisão, fiscalização e implantação de obras; solucionar entraves fundiários e ambientais; e promover a gestão de 8 Perímetros Irrigados localizados em 5 Estados do Nordeste, que estão inseridos no Eixo 3 do Programa Mais Irrigação, inserido no PAC, cujos valores baseiam-se em estudos elaborados pelo Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura - IICA.	
21Z2 Apoio à pesquisa, ao desenvolvimento tecnológico e à inovação para a produção aquícola sustentável	Unidade apoiada	unidade	Serv. / Invest	1.000.000	Objetiva a formação de plantéis de matrizes e reprodutores, produção de larvas, pós-larvas e alevinos para distribuição, povoamento e repovoamento de corpos d'água públicos, além da comercialização para aquicultores particulares, desenvolvimento de pacotes tecnológicos para cultivo de peixes em viveiros, tanques-rede e canais de irrigação, capacitação de técnicos, produtores, pescadores artesanais e estudantes em técnicas de manejo e criação de peixes, associativismo e gestão de empreendimentos aquícolas, prestação de	

PLDO-2014, Anexo II das Informações Complementares ao PLOA 2014

Custos Médios utilizados nos principais serviços e investimentos

II - detalhamento dos custos unitários médios utilizados na elaboração dos orçamentos para os principais serviços e investimentos, justificando os valores adotados

Orçamento Fiscal e de Seguridade Social

Recursos de todas as fontes					R\$ 1,00	
Ação	Produto	Un. Medida	Serv / Invest	Custo Médio (R\$ 1,00)	Justificativa	
3715	Construção da Barragem Berizal no Rio Pardo no Estado de Minas Gerais	Obra executada	Investimentos	100.000	assistência técnica e realização e publicação de pesquisas em aquicultura, de forma a promover sustentabilidade da pesca e desenvolvimento da aquicultura na área de atuação do DNOCS.	
3735	Construção da Barragem Congonhas no Estado de Minas Gerais	Obra executada	Investimentos	3.750.000	Considerando a capacidade de produção instalada, a necessidade e importância de capacitar, em média, 500 pessoas, o custo médio mensal de uma Estação é R\$ 90.000,00, a necessidade anual é de 16 milhões.	
5464	Implantação de estações de piscicultura e centros integrados de recursos pesqueiros e aquicultura	Estrutura implantada	Investimentos	3.330.000	Obra do PAC. Proposta realizada com base no valor remanescente previsto para o empreendimento para execução de obras .	
5980	Transferência da Gestão do Perímetro de Irrigação São Gonçalo com 2.402 ha - No Estado da Paraíba	Perímetro irrigado transferido	Investimentos	79.167	Obra do PAC. Proposta realizada com base no valor remanescente previsto para o empreendimento para execução de obras.	
5984	Transferência da Gestão do Perímetro de Irrigação Moxotó com 6.491 ha - No Estado de Pernambuco	Perímetro irrigado transferido	Investimentos	714.286	Recurso destinado à implantação de 03 Estações de Piscicultura. O custo de uma estação varia de acordo com especificações próprias de cada infraestrutura. A esta torna, o custo médio informado pela Coordenação de Pesca e Aquicultura DNOCS refere-se a custo médio histórico da execução de estações já implantadas.	
6566	Estudos para o Desenvolvimento da Agricultura Irrigada	Estudo realizado	Serviços	3.750.000	A ação se destina a atender ações de modernização e recuperação da infraestrutura de uso comum; supervisão, fiscalização e implantação de obras; solucionar entraves fundiários e ambientais; e promover a gestão do Perímetro irrigado São Gonçalo com área de 2.404 hectares, localizado no Estado da Paraíba, segundo levantamento das necessidades do perímetro e considerando as demandas realizadas ao DNOCS.	
					Utilizou-se, como referência, os valores levantados em estudos realizados por técnicos do DNOCS, segundo as necessidades do perímetro e considerando as demandas realizadas ao DNOCS.	
					O valor proposto refere-se a valor de mercado de projetos análogos já anteriormente contratados pelo DNOCS.	
					Recursos (inclusive de extensão) para contratação de estudos e projetos de Perímetros de Irrigação, constantes no PAC e no Programa Mais Irrigação: PI Ayres de Souza, PI Ido-Lima Campos, PI Várzea do Boi, PI Boa Esperança do Balseiro – Estudos, PI Várzea de Flores, PI Perímetros da Vertente Litorânea – Estudos PI Sumé PI Boa Vista, PI Planos de Guadalupe - 3ª Etapa – Estudos, PI Cruzeta, PI Pau dos Ferros, PI Ibicuitinga, PI Mendubim.	

PLDO-2014, Anexo II das Informações Complementares ao PLOA 2014

Custos Médios utilizados nos principais serviços e investimentos

II - detalhamento dos custos unitários médios utilizados na elaboração dos orçamentos para os principais serviços e investimentos, justificando os valores adotados

Orçamento Fiscal e de Seguridade Social

Recursos de todas as fontes					R\$ 1,00
Ação	Produto	Un. Medida	Serv / Invest	Custo Médio (R\$ 1,00)	Justificativa
54000 Ministério do Turismo					
54101 Ministério do Turismo					
10V0 Apoio a Projetos de Infraestrutura Turística	Projeto realizado	unidade	Serviços	1.464.444	Tal valor justifica-se para fazer frente as ações estruturantes em conformidade com a Portaria nº 112, e também os 65 Destinos Indutores e apoiar, ainda outras obras em execução que necessitam de recursos adicionais. O cálculo baseou-se na média dos projetos apoiados no exercício de 2013. Estimase 90 projetos no valor total de R\$ 131.800,00.
14TJ Participação da União na Implantação do Programa de Desenvolvimento do Turismo – Prodetur	Projeto realizado	unidade	Serviços	2.938.333	O valor representa o custo médio dos projetos elegíveis para o PRODETUR, segundo a Portaria nº 112. A estimativa é que sejam implantados no exercício 2014, 50 projetos ao custo total de R\$ 146.916.679,00.
20Y3 Promoção e Marketing do Turismo no Mercado Nacional	Iniciativa implementada	unidade	Serviços	13.333.333	Para esta Ação, o principal produto/serviço/investimento esperado é a realização de "Campanhas promocionais". O Projeto inicial da LOA prevê atualmente R\$ 40 milhões para este objeto, com a respectiva realização de 3 Campanhas, o que resulta no custo médio unitário igual a R\$ 13,3 milhões. Não obstante, foi solicitada expansão orçamentária de mais R\$ 40 milhões, o que totalizaria R\$ 80 milhões. Caso a expansão seja aprovada, a quantidade de campanhas a realizar subiria das 3 atuais para 5 campanhas.
20Y4 Articulação e Ordenamento Turístico	Apoio realizado	unidade	Serviços	2.750.000	Para esta Ação, o principal produto/serviço/investimento esperado é "Estudo/acompanhamento realizado". O Projeto inicial da LOA prevê atualmente R\$ 11 milhões para este objeto, com a respectiva realização de 4 Estudos/acompanhamento realizado, o que resulta no custo médio unitário igual a R\$ 2,75 milhões.
2C01 Promoção de Investimentos Privados e Financiamento no Setor de Turismo	Iniciativa implementada	unidade	Serviços	200.000	Esse valor representará a contratação de 2 (dois) estudos/pesquisas e a promoção e ou participação deste departamento em 08 (oito) eventos, seminários, fóruns e conferências, nacionais e internacionais, articulando Estados e Municípios em parceria com o setor privado na promoção e divulgação de oportunidades de investimentos nos setores produtivos do turismo.
4590 Qualificação, Certificação e Produção Associada ao Turismo	Pessoa qualificada	unidade	Serviços	1.600	1.Qualificação Profissional 1.1 Realizar convênios com os Estados (Bahia, Ceará, Pernambuco, São Paulo, Paraná, Amazonas, Rio de Janeiro, Rio Grande do Norte, Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Mato Grosso e Distrito Federal) e com os municípios de (Fortaleza, Recife, São Paulo, Curitiba e Manaus). Custo médio aluno/horaula é de R\$ 10,000, tomando-se como referência o custo definido para o PRONATEC. Assim considerando 120 h por curso, estima-se um custo total para o curso de R\$ 1.200,00. A previsão de investimento para as 12 disciplinas de 2800 profissionais, totalizando R\$ 27.600.000,00. 1.2 Capacitação complementar no valor de R\$ 3.000.000,00 (7 Convênios celebrados em 2012); 1.3 Licitação para aquisição de 6170 apostilas destinadas à execução dos 7 convênios celebrados em 2012, totalizando R\$ 467.000,00; 2. Produção Associada

PLDO-2014, Anexo II das Informações Complementares ao PLOA 2014

Custos Médios utilizados nos principais serviços e investimentos

II - detalhamento dos custos unitários médios utilizados na elaboração dos orçamentos para os principais serviços e investimentos, justificando os valores adotados

Orçamento Fiscal e de Seguridade Social

Recursos de todas as fontes					R\$ 1,00	
Ação	Produto	Un. Medida	Serv / Invest	Custo Médio (R\$ 1,00)	Justificativa	
54201 EMBRATUR - Instituto Brasileiro de Turismo	20Y5 Promoção Turística do Brasil no Exterior	Divisa gerada	milhão de dólares norte-americanos	Serviços	15.241	2.1 Divulgação e promoção das 12 (doze) feiras de artesanato que acontecerão durante os jogos da Copa do Mundo FIFA 2014 - R\$ 2.400.000,00 (ND 3 - custeio);
						2.2 Revitalização de feiras de comercialização de produtos regionais com a aquisição de barracas desmontáveis - R\$ 4.000.000,00 (ND 4 - investimento);
						Total geral: 37.467.000,00
Com a criação do Ministério do Turismo, em 2003, a EMBRATUR - Instituto Brasileiro de Turismo passou a ser a unidade responsável, exclusivamente, pela promoção, marketing e apoio à comercialização dos destinos, serviços e produtos turísticos brasileiros no exterior. Essa mudança de foco exigiu do Instituto uma profunda reformulação da sua atuação para posicionar o Brasil como destino turístico competitivo no mercado internacional.						
Dentro desse contexto, foi desenvolvido o Plano Aquarela - Marketing Turístico Internacional do Brasil, lançado em 2005, com o objetivo de ser uma matriz de planejamento e orientador dos programas e ações criadas pelo Instituto.						
Atualmente em sua terceira fase, o Plano Aquarela 2020, lançado em 2009, define as estratégias, metas e objetivos de marketing internacional do turismo brasileiro e as ações a serem realizadas nesta década, considerando especialmente que o Brasil sediará grandes eventos internacionais ao longo deste período, a exemplo da Copa do Mundo FIFA™ 2014 e os Jogos Olímpicos e Paralímpicos Rio 2016.						
Existem vários exemplos de como um país pode impulsionar sua economia, transformar cidades e mudar ou melhorar sua imagem como destino turístico a partir de uma exposição obtida antes, durante e depois da realização de grandes eventos.						
Esses eventos são oportunidades únicas para o turismo de qualquer país que os recebe e o Brasil, que já é líder na América do Sul e um dos destinos turísticos emergentes no mundo, ganha condições de atingir um novo patamar na sua promoção como destino turístico global.						
O planejamento é de extrema importância para o sucesso das políticas públicas em todos os setores. Por isso tem que se valorizar o papel do Plano Aquarela na construção de uma nova imagem do Brasil para o mundo, que já vê hoje o País com outros olhos.						
O Plano Aquarela considera o posicionamento global do Brasil após a realização desses grandes eventos, quando tanto a imagem quanto a infraestrutura do País estarão em outro patamar, estipulando metas de entrada de visitantes estrangeiros e divisas internacionais até 2020.						
Neste contexto, o orçamento adotado para o exercício de 2014 está em consonância, ainda que inferior, com os valores orçamentários disponibilizados para a EMBRATUR nos exercícios anteriores, sobretudo aquele atribuído para o ano de 2013. Com o valor orçamentário de R\$ 117.359.570,00, a distribuição mínima de orçamento por turista planejado para o ano de 2014 é de apenas R\$ 9,22 por turista. As metas institucionais da EMBRATUR objetivam o crescimento de 16,3% na entrada de turistas internacionais para o ano de 2014, a partir do número alcançado de 5.676.843 turistas no ano de 2012 e da meta de						

PLDO-2014, Anexo II das Informações Complementares ao PLOA 2014

Custos Médios utilizados nos principais serviços e investimentos

II - detalhamento dos custos unitários médios utilizados na elaboração dos orçamentos para os principais serviços e investimentos, justificando os valores adotados

Orçamento Fiscal e de Seguridade Social

Recursos de todas as fontes					R\$ 1,00
Ação	Produto	Un. Medida	Serv / Invest	Custo Médio (R\$ 1,00)	Justificativa
					recebimento de 6.191.000 de turistas estrangeiros em 2013, a qual deve ser alcançada até o final deste ano. A partir desse valor mínimo de investimento por turista, ponderou-se cada mercado emissor por um índice que mede o nível de orçamento que se deseja utilizar para cada mercado, o qual leva em consideração sua acessibilidade aérea; seu potencial de crescimento; o número de turistas atuais enviados ao Brasil; a receita gerada (gasto médio por viagem e número de turistas); a quota competitiva (turistas que vêm ao Brasil, turistas que vão aos competidores diretos) e o investimento em marketing feito pela EMBRATUR no mercado nos últimos anos. Também foram avaliados os valores planejados e executados pelas diretorias finalísticas da EMBRATUR no exercício de 2013, através do Sistema Aquarela, que fornece uma visão gerencial da execução realizada pelas diretorias para as ações de promoção internacional do Brasil. Dessa forma, o valor orçamentário superado para o próximo exercício está em compatibilidade com o orçamento disponibilizado e efetivamente executado para o exercício atual, inclusive em sua distribuição por diretorias, por suas atividades planejadas e pela priorização dos mercados de acordo com seu potencial de envio de turistas e gasto médio turístico. Cabe ressaltar ainda que o Brasil passará, no ano de 2014 e subsequentes, por um momento único em termos de divulgação internacional, tendo em vista a aproximação dos grandes eventos internacionais que acontecerão no país, em especial a Copa do Mundo FIFA™ 2014 e os Jogos Olímpicos e Paralímpicos Rio 2016 e que, ainda assim, o orçamento disponibilizado para as atividades de promoção internacional para o ano de 2014 é 20,3% inferior ao orçamento disponibilizado para o órgão no exercício de 2013 após suplementação, com perda de R\$ 30 milhões. Esta redução do valor orçamentário em reais torna-se mais preocupante face à desvalorização recente da moeda brasileira frente ao dólar e a outras moedas, de cerca de 15% apenas nos últimos meses, indo de R\$ 2,00 para R\$ 2,30 até este momento, tendo em vista que diversas ações da EMBRATUR já realizadas em terreno internacional não pagas a empresas estrangeiras, desde terminais aéreos, hotéis, restaurantes e agências de viagens, encarecendo seu custo em real e impedindo a realização de ações importantes. Acontece que a base orçamentária da EMBRATUR sempre foi baixa, daí que a recomendação de investimentos nos países alvo prevista no Plano Aquarela, para cada exercício, nunca foi contemplada na sua totalidade nos limites disponibilizados na elaboração do Projeto de Lei Orçamentária Anual – PLOA. Este problema é minimizado, em parte, com a aprovação de créditos suplementares no decorrer do exercício. Porém, essa situação sempre traz consigo um quadro de precariedade orçamentária e de impossibilidade de se assumir compromissos de investimentos de médio prazo tão necessários numa atuação mundial em mercados que o país não tinha tradição de trabalhar. Para solucionar de vez o problema tem-se que aumentar o limite orçamentário do PLOA de forma que não seja necessária a aprovação de créditos suplementares. Ademais, deve-se considerar que neste ano se estará efetuando despesas para a promoção da Copa do Mundo de Futebol de 2014 no Brasil. Dessa forma, sugerimos a adição de R\$ 107.000.000,00 ao orçamento proposto para que se possam realizar as ações de promoção internacional, treinamento de operadores de turismo e agentes de viagem estrangeiros, publicidade, comunicação por meio digital, relações públicas, participação em feiras e

PLDO-2014, Anexo II das Informações Complementares ao PLOA 2014

Custos Médios utilizados nos principais serviços e investimentos

II - detalhamento dos custos unitários médios utilizados na elaboração dos orçamentos para os principais serviços e investimentos, justificando os valores adotados

Orçamento Fiscal e de Seguridade Social

Recursos de todas as fontes					R\$ 1,00	
Ação	Produto	Un. Medida	Serv / Invest	Custo Médio (R\$ 1,00)	Justificativa	
55000 Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome						
55101 Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome						
20GD Fomento à Produção e à Estruturação Produtiva dos Povos Indígenas, Povos e Comunidades Tradicionais e Agricultores Familiares	Família atendida	unidade	Serviços	2.006	Transferência de recursos financeiros não reembolsáveis no valor de até R\$ 3.000 por família (agricultores familiares; famílias de povos de comunidades tradicionais e assentados da reforma agrária) a ser distribuído em três parcelas anuais, com o objetivo de estimular a geração de trabalho e renda e promover a segurança alimentar e nutricional dos seus beneficiários.	
2792 Distribuição de Alimentos a Grupos Popacionais Específicos	Família beneficiada	unidade	Serviços	57	Custo médio de R\$ 57 por cesta para a aquisição e distribuição de seis cestas de alimentos anuais para famílias atingidas por situações de emergência ou calamidade pública e aos grupos populacionais específicos, em situação de insegurança alimentar e nutricional.	
2798 Aquisição de Alimentos Provenientes da Agricultura Familiar	Família agricultora beneficiada	unidade	Serviços	5.268	Custo médio de R\$ 1.400 a tonelada de alimentos adquiridos e R\$ 5.268 cada família beneficiada de agricultores familiares pela CONAB, Estados e Municípios.	
8442 Transferência de Renda Diretamente às Famílias em Condição de Pobreza e Extrema Pobreza (Lei nº 10.836, de 2004)	Família atendida	unidade	Serviços	149	O benefício básico mensal é de R\$ 70,00, destinado a unidades familiares que se encontrem em situação de extrema pobreza. Ao benefício básico pode-se adicionar o benefício variável, no valor mensal de R\$ 32,00 por beneficiário, até o limite de R\$ 160,00 por família, destinado a unidades familiares que se encontrem em situação de pobreza ou extrema pobreza e que tenham em sua composição: gestantes; nutrízes; crianças entre 0 e 12 anos; ou adolescentes até 15 anos. Para serem o benefício variável vinculado ao adolescente, no valor mensal de R\$ 32,00 por beneficiário, até o limite de R\$ 76,00 por família em situação de pobreza que tenham sua inscrição e documentação em dia, com idade de 16 a 17 anos matriculados em estabelecimentos de ensino.	
8446 Serviço de Apoio à Gestão Descentralizada do Programa Bolsa Família	Ente federativo apoiado	unidade	Serviços	9.103	A dotação desta ação é estabelecida pelo § 7º do art. 8º da Lei nº 10.836/2004, no qual estabelece que a dotação não poderá exceder a 3,0% da previsão orçamentária total da ação 8442 - Transferência de Renda Diretamente às Famílias em Condição de Pobreza e Extrema Pobreza.	
8929 Implantação e Qualificação de Equipamentos e Serviços Públicos de Apoio à Produção, Abastecimento e Consumo de Alimentos	Sistema apoiado	unidade	Serviços	88.572	Custo médio de R\$ 88.572 para cada equipamento ou serviço público implantado, abrangendo a implantação, modernização e qualificação de sistemas de apoio à produção, abastecimento e consumo, bem como apoio às ações de extensão, formação, supervisão, monitoramento, segurança alimentar e Direito Humano à Alimentação Adequada - DHAA.	
8948 Acesso à Água para Consumo Humano e Produção de Alimentos na Zona Rural	Tecnologia implantada	unidade	Serv. / Invest.	10.000	Serão produzidos 34.000 mil equipamentos para acesso à água e produção de alimentos ao custo médio de R\$ 10.000,00, em especial, cisternas adaptadas para roça, tanques de pedra e barragens subterâneas, além da capacitação.	

PLDO-2014, Anexo II das Informações Complementares ao PLOA 2014

Custos Médios utilizados nos principais serviços e investimentos

II - detalhamento dos custos unitários médios utilizados na elaboração dos orçamentos para os principais serviços e investimentos, justificando os valores adotados

Orçamento Fiscal e de Seguridade Social

Recursos de todas as fontes						R\$ 1,00
Ação		Produto	Un. Medida	Serv / Invest	Custo Médio (R\$ 1,00)	Justificativa
55901 Fundo Nacional de Assistência Social						
2583	Processamento de Dados do Benefício de Prestação Continuada (BPC) e da Renda Mensal Vitalícia (RMV)	Benefício processado	unidade	Serviços	99	Dotação resultante do pagamento de R\$ 0,99 por benefício do BPC e RMV processado.
2A60	Serviços de Proteção Social Básica	Ente federado apoiado	unidade	Serviços	23.416	O orçamento desta ação é composto por cofinanciamento federal para os serviços de proteção social básica. Com relação ao Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família existe capacidade de atendimento mensal de 26.319.333 famílias referenciadas, cada uma ao custo mensal de R\$ 2,40. Para o ScPV - Serviços de Convivência e fortalecimento de Vínculos são atendidos 5.072 municípios, correspondendo a 1.680.580 usuários mensais ao custo individual de R\$ 30,00 por mês. Nesta ação também constam despesas com equipes volantes e manutenção de lanchas.
2A65	Serviços de Proteção Social Especial de Média Complexidade	Ente federado apoiado	unidade	Serviços	13.657	Co-financiamento federal no âmbito dos Centro de Referência Especializado de Assistência Social - CREAS, Centro POP e Centro Dia, é calculado a partir do porte do Município. O custo mensal de manutenção das 2.580 unidades do CREAS é de R\$ 23.809.605,00, totalizando R\$ 285.715.260,00 no exercício. Com relação às Medidas Socioeducativas em Meio Aberto, a capacidade de atendimento é de 90.000 jovens, ao custo mensal de R\$ 4.950.000,00. Os Serviços Especiais POP Rua possuem 400 unidades e seu custo mensal é de R\$ 6.283.000,00. Finalmente, os Serviços Especiais para as Pessoas com Deficiência (Piso de Transição de Média Complexidade - PTMC) têm o custo mensal de R\$ 6.448.501,00.
2A69	Serviços de Proteção Social Especial de Alta Complexidade	Ente federado apoiado	unidade	Serviços	23.585	Repasse mensal no âmbito do PBSM, abrange a habilitação e reabilitação de famílias em situação de extrema pobreza, atendendo pessoas com deficiência, abrigo para crianças, adolescentes, pessoas idosas e os Centros de Referência Especializados para a População de Rua - CREASPOP. Com respeito ao acolhimento institucional, o custo mensal é de R\$ 2.765.000,00, resultando em despesa anual de R\$ 33.180.000,00. Para o Acolhimento de Crianças e Adolescentes, a capacidade do sistema é 35.000 beneficiados ao custo mensal total de R\$ 12.125.000,00, implicando em gasto total de R\$ 145.500.000,00. Com respeito ao Atendimento à População de Rua, a capacidade de atendimento é de 26.375 beneficiados ao custo mensal total de 4.992.250,00, o que resulta em despesa total de R\$ 59.907.000,00.

PLDO-2014, Anexo II das Informações Complementares ao PLOA 2014

Custos Médios utilizados nos principais serviços e investimentos

II - detalhamento dos custos unitários médios utilizados na elaboração dos orçamentos para os principais serviços e investimentos, justificando os valores adotados

Orçamento Fiscal e de Seguridade Social

Recursos de todas as fontes					R\$ 1,00
Ação	Produto	Un. Medida	Serv / Invest	Custo Médio (R\$ 1,00)	Justificativa
2B30 Estruturação da Rede de Serviços de Proteção Social Básica	Ente federado apoiado	unidade	Investimentos	353.223	Este montante viabilizará a construção de 550 Centro de Referência de Assistência Social - CRAS ao custo médio de R\$ 350.000,00 cada.
2B31 Estruturação da Rede de Serviços de Proteção Social Especial	Ente federado apoiado	unidade	Investimentos	512.500	Ação inserida no âmbito do PBSM a fim de aumentar e aprimorar as unidades públicas que ofertam serviços às pessoas em situação de extrema pobreza. Os recursos em pauta serão utilizados para a construção de 50 Centro de Referência Especializado de Assistência Social - CREAS, ao custo médio de R\$ 500.000,00 cada, e realizar a manutenção de 33 unidades.
8662 Concessão de Bolsa para famílias com crianças e adolescentes identificadas em Situação de Trabalho	Família beneficiada	unidade	Serviços	128	Custo de R\$ 40,00 por mês por beneficiário para os municípios com mais de 250 mil habitantes, capitais e municípios de regiões metropolitanas, nos demais municípios e zona rural o valor é de R\$ 25,00 por mês por beneficiário.
8893 Apoio à Organização, à Gestão e à Vigilância Social no Território, no âmbito do Sistema Único de Assistência Social - SUAS	Ente federativo apoiado	unidade	Serviços	2.532	Repasse mensal de recursos aos Municípios para apoiar a gestão do SUAS, com base no índice de gestão descentralizada - IGD-M, que é um instrumento de aferição da qualidade de gestão do SUAS no nível municipal (art. 12 da Lei 12.435/2011).

PLDO-2014, Anexo II das Informações Complementares ao PLOA 2014

Custos Médios utilizados nos principais serviços e investimentos

II - detalhamento dos custos unitários médios utilizados na elaboração dos orçamentos para os principais serviços e investimentos, justificando os valores adotados

Orçamento Fiscal e de Seguridade Social

Recursos de todas as fontes						R\$ 1,00
Ação	Produto	Un. Medida	Serv / Invest	Custo Médio (R\$ 1,00)	Justificativa	
56000 Ministério das Cidades						
56101 Ministério das Cidades						
10S3	Apoio à Urbanização de Assentamentos Precários	Intervenção apoiada	unidade	Investimentos	8.430.000	Média ponderada com peso diferenciado: 40% para o valor destinado aos serviços de urbanização e 60% para produção/aquisição de unidade habitacional, a partir dos limites estabelecidos nos Manuais dos Programas do Ministério das Cidades.
10S5	Apoio a Empreendimentos de Saneamento Integrado em Municípios com População Superior a 50 mil Habitantes ou Municípios integrantes de Regiões Metropolitanas ou de Regiões Integradas de Desenvolvimento	Família beneficiada	unidade	Investimentos	13.000	Para o cálculo das famílias beneficiadas pela ação 10S5 adotou-se o critério de um indicador médio de custo no valor de R\$ 13.000 por família.
10SC	Apoio à Implantação, Ampliação ou Melhorias em Sistemas de Abastecimento de Água em Municípios com População Superior a 50 mil Habitantes ou Municípios integrantes de Regiões Metropolitanas ou de Regiões Integradas de Desenvolvimento.	Família beneficiada	unidade	Investimentos	3.656	Para o cálculo das famílias beneficiadas pela ação 10SC adotou-se o critério de um indicador médio de custo no valor de R\$ 3.656 por família.
10SS	Apoio a Sistemas de Transporte Público Coletivo Urbano	Projeto apoiado	unidade	Investimentos	33.395.000	Custo médio de obras de corredores estruturais de transporte coletivo urbano.
1N08	Apoio à Implantação, Ampliação ou Melhorias de Sistemas de Esgoto Sanitário em Municípios com População Superior a 50 mil Habitantes ou Municípios integrantes de Regiões Metropolitanas ou de Regiões Integradas de Desenvolvimento.	Família beneficiada	unidade	Investimentos	4.357	Para o cálculo das famílias beneficiadas pela ação 1N08 adotou-se o critério de um indicador médio de custo no valor de R\$ 4.357 por família.
56902 Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social - FNHIS						
10S6	Apoio à Melhoria das Condições de Habitabilidade de Assentamentos Precários	Intervenção apoiada	unidade	Investimentos	388.000	Média ponderada com peso diferenciado: 40% para o valor destinado aos serviços de urbanização e 60% para produção/aquisição de unidade habitacional, a partir dos limites estabelecidos nos Manuais dos Programas do Ministério das Cidades.
10SJ	Apoio à Provisão Habitacional de Interesse Social	Intervenção apoiada	unidade	Investimentos	79.592	Média ponderada com peso diferenciado: 40% para o valor destinado aos serviços de urbanização e 60% para produção/aquisição de unidade habitacional, a partir dos limites estabelecidos nos Manuais dos Programas do Ministério das Cidades.

PLDO-2014, Anexo II das Informações Complementares ao PLOA 2014

Custos Médios utilizados nos principais serviços e investimentos

II - detalhamento dos custos unitários médios utilizados na elaboração dos orçamentos para os principais serviços e investimentos, justificando os valores adotados

Orçamento Fiscal e de Seguridade Social

Recursos de todas as fontes					R\$ 1,00	
Ação	Produto	Un. Medida	Serv / Invest	Custo Médio (R\$ 1,00)	Justificativa	
58000 Ministério da Pesca e Aquicultura						
58101 Ministério da Pesca e Aquicultura						
0080	Subvenção Econômica ao Preço do Óleo Diesel de Embarcações Pesqueiras (Lei nº 9.445, de 1997)	litro	Serviços	1	O valor da proposta atinge o montante de R\$ 22.163.850,00, sendo que a previsão é subvencionar 35 milhões de litros de óleo diesel a embarcações pesqueiras com um custo de R\$0,63.	
09FU	Equalização de Taxa de Juros em Financiamentos para a Ampliação e Modernização da Frota Pesqueira Nacional (Lei nº 10.849, de 2004)	unidade	Serviços	833.333	Com um custo médio de R\$ 833.333,00, a previsão modernizar 6 embarcações pesqueiras. Attingindo-se um montante total de R\$ 5.000.000,00	
14TI	Implantação de Terminais Pesqueiros (TPP)	unidade	Serv. / Invest	3.918.650	O custo da ação é justificado pela necessidade de manutenção de terminais pesqueiros, os gastos compreendem o pagamento de serviços de vigilância costeira, apoio administrativo, energia elétrica e água e esgoto. Além do custo dos terminais, o valor alocado permitirá realizar investimentos com a adequação da infraestrutura dos terminais, permitindo uma melhor movimentação e armazenagem das cargas de pescado.	
20XZ	Promoção da Sanidade e da Qualidade da Produção Pesqueira e Aquícola	unidade	Serv. / Invest	22.216	A ação contempla as atividades de adaptação da estrutura física e de recursos humanos da rede oficial de laboratórios para diagnósticos de doenças, análises de resíduos e contaminantes, os quais estão relacionados ao monitoramento de bioxinas marinhas. Além disso, o crédito permitirá a celebração de convênios com Agências de Defesa Sanitária Animal nas Unidades da Federação para atividades em Defesa Sanitária Animal. Tais atividades de defesa sanitária para organismos aquáticos na maior parte dos estados é inexistente ou precária, dessa forma é necessário fazer a estruturação do Serviço Veterinário Oficial garantindo segurança para Saúde Pública e sustentabilidade da produção aquícola e pesqueira. Adicionalmente, a ação também prevê recursos para a aquisição de equipamentos e materiais necessários para a realização de análises que inclui estruturação física de laboratórios de epidemiologia veterinária, compra de equipamentos e softwares para o desempenho das atividades de estudos epidemiológicos. Com o aumento da produção previsto no Plano Safra da Pesca e Aquicultura, o número de análises deverá ser triplicado, dessa forma existe a necessidade de ampliação das estruturas voltadas para a sanidade pesqueira.	
20Y0	Fomento à Produção Pesqueira e Aquícola	unidade	Serv. / Invest	4.046	Os recursos alocados na ação orçamentária permitirão atender 11.750 pessoas em assistência técnica e extensão rural, sendo 2.670 localizadas em territórios cidadania, promover a execução de 18 projetos de pesquisa, desenvolvimento e inovação, apoiar 4 unidades produtoras de formas jovens, realizar estudos de zoneamento e ordenamento, implantar sinalização náutica e monitorar parques aquícolas continentais. Além disso, desenvolver ações voltadas à promoção do pescado no mercado nacional e internacional com apoio à realização de duas feiras internacionais, buscando canais de comercialização e formas de escoamento da produção já oriunda das ações de fomento do Plano Safra. O investimento justifica-se pela necessidade de apoiar a produção e a consolidação de associações e cooperativas, bem como promoção de atividades	

PLDO-2014, Anexo II das Informações Complementares ao PLOA 2014

Custos Médios utilizados nos principais serviços e investimentos

II - detalhamento dos custos unitários médios utilizados na elaboração dos orçamentos para os principais serviços e investimentos, justificando os valores adotados

Orçamento Fiscal e de Seguridade Social

Recursos de todas as fontes					R\$ 1,00
Ação	Produto	Un. Medida	Serv / Invest	Custo Médio (R\$ 1,00)	Justificativa
20Y1 Desenvolvimento da Infraestrutura Pesqueira e Aquícola	Unidade da cadeia produtiva disponibilizada/manutida	unidade	Serv. / Invest	3.893	de qualificação da gestão de empreendimentos da pesca e aquicultura, visando a adoção ou construção de modelos de autogestão. Apoio aos projetos de desenvolvimento de embarcações modelos a serem utilizadas pelo Programa Revitaliza, com a previsão de atendimento de 400 projetos. Os créditos alocados na ação permitem a dragagem do canal de acesso de um terminal aquícola, a aquisição de sistema de irrigação composto por esquadrelas hidráulicas e irrigação de estufa. Além disso, os recursos permitem a ampliação, recuperação e manutenção de infraestruturas das cadeias produtivas do setor pesqueiro, bem como o apoio à gestão de tais cadeias, inclusive em localidades consideradas Territórios da Cidadania. Existe, ainda, a previsão de gastos com a aquisição de caminhões frigoríficos
20Y2 Fiscalização e Monitoramento para a Sustentabilidade dos Recursos Pesqueiros e Aquícolas	Iniciativa realizada	unidade	Serv. / Invest	13.333	Os créditos alocados na ação englobam a continuidade do processo de recadastramento de pescadores e aquicultores, mediante a confecção e emissão de novas licenças de identificação de pescadores, o que trará maior segurança ao processo de concessão do seguro defeso. Além disso, permitirá a aquisição de veículos para ações de fiscalização nas unidades da federação e, ainda, a modernização dos sistemas de gestão e monitoramento do setor, por meio dos Programas de Governo já existentes no Sistema Nacional de Informação da Pesca e Aquicultura-SINPEAQ. Há expectativa, ainda, de implantação do Plano Nacional de Prevenção e Combate à Pesca ilegal, conforme meta estabelecida no Plano Setor da Pesca e Aquicultura.

PLDO-2014, Anexo II das Informações Complementares ao PLOA 2014

Custos Médios utilizados nos principais serviços e investimentos

II - detalhamento dos custos unitários médios utilizados na elaboração dos orçamentos para os principais serviços e investimentos, justificando os valores adotados

Orçamento Fiscal e de Seguridade Social

Recursos de todas as fontes					R\$ 1,00
Ação	Produto	Un. Medida	Serv / Invest	Custo Médio (R\$ 1,00)	Justificativa
61000 Secretaria de Assuntos Estratégicos					
61201 Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada					
00M6 Concessão de Bolsas para Pesquisa Econômica	Bolsa concedida	unidade	Serviços	47.936	A ação de concessão de Bolsas, é regulamentada no IPEA pela PORTARIA Nº 494, DE 29 DE DEZEMBRO DE 2010, que estabelece valores de bolsas para o Programa de Mobilização da Competência Nacional para Estudos sobre Desenvolvimento - PROMOB. As bolsas serão destinadas as estudantes, docentes e pesquisadores no país, nas seguintes modalidades: I - Auxiliar de Pesquisa: destinadas a candidatos regularmente matriculados em cursos de graduação; II - Assistente de Pesquisa I: destinadas a candidatos com graduação concluída; III - Assistente de Pesquisa II: destinadas a candidatos regularmente matriculados em curso de mestrado; IV - Assistente de Pesquisa III: destinadas a candidatos com título de mestrado; V - Assistente de Pesquisa IV: destinadas a candidatos regularmente matriculados em curso de doutorado; VI - Doutor: destinadas a candidatos com título de doutor; VII - Pesquisador Visitante: destinadas a pesquisadores ou a professor universitário de instituições públicas; VIII - Profissional Sênior: destinadas a servidores, empregados públicos e professores universitários inativos de instituições públicas com reconhecida competência e experiência IX - Bolsa de Incentivo a Pesquisa I: destinada a capacitar pesquisadores em metodologia de coleta, organização, tabulação e tratamento de dados e informações, bem como de geração de cenários descritivos básicos. X - Bolsa de Incentivo a Pesquisa II - destinada a capacitar pesquisadores em metodologia de tratamento, consolidação e monitoramento de dados, geração de cenários descritivos complexos, bem como avaliação de indicadores. Os valores para cada modalidade seguem conforme abaixo.

PLDO-2014, Anexo II das Informações Complementares ao PLOA 2014

Custos Médios utilizados nos principais serviços e investimentos

II - detalhamento dos custos unitários médios utilizados na elaboração dos orçamentos para os principais serviços e investimentos, justificando os valores adotados
Orçamento Fiscal e de Seguridade Social

Recursos de todas as fontes					R\$ 1,00
Ação	Produto	Un. Medida	Serv / Invest	Custo Médio (R\$ 1,00)	Justificativa
ANEXO I					
TABELA DE VALORES DE BOLSA					
MODALIDADE DE BOLSA VALOR MENSAL (em Reais)					
Auxiliar de Pesquisa 700,00					
Assistente de Pesquisa I 1.500,00					
Assistente de Pesquisa II 1.700,00					
Assistente de Pesquisa III 2.500,00					
Assistente de Pesquisa IV 2.600 ou 3.000,00					
Doutor 4.500,00 ou 5.200,00					
Pesquisador Visitante 3.800,00					
Profissional Sênior 3.000,00 ou 4.800,00					
Bolsa de Incentivo a Pesquisa I 2.800,00					
Bolsa de Incentivo a Pesquisa II 4.500,00					
ANEXO II					
TABELA DE VALORES DE AUXÍLIO TRANSPORTE					
REGIÃO VALOR EM R\$					
CENTRO-OESTE 525,00					
NORDESTE 710,00					
NORTE 818,00					
SUDESTE 583,00					
SUL 725,00					

PLDO-2014, Anexo II das Informações Complementares ao PLOA 2014

Custos Médios utilizados nos principais serviços e investimentos

II - detalhamento dos custos unitários médios utilizados na elaboração dos orçamentos para os principais serviços e investimentos, justificando os valores adotados

Orçamento Fiscal e de Seguridade Social

Recursos de todas as fontes						R\$ 1,00
Ação	Produto	Un. Medida	Serv / Invest	Custo Médio (R\$ 1,00)	Justificativa	
62000 Secretaria de Aviação Civil						
62201 Agência Nacional de Aviação Civil - ANAC						
205W Formação e Capacitação de Profissionais da Aviação Civil	Profissional capacitado	unidade	Serviços	15.072	Esta ação representa uma importante ferramenta para ampliação da capacitação de pessoal especializado, por meio da concessão de bolsas de estudos para formação de profissionais da aviação civil e eventos para disseminar informações aos regulados da Agência. A maior parte do montante alocado para esta ação no PLOA 2014, R\$ 5.980.826, refere-se ao credenciamento de Escolas de Aviação Civil para a formação de 175 Pilotos Comerciais, a um custo médio de R\$ 34.176,15. Este custo médio decorre de uma pesquisa de mercado, considerando-se o máximo de 1.15 horas de voo e de 2 horas para o exame de proficiência. Ressalte-se que a primeira turma iniciar-se-á ao final de 2013 e a outra durante o ano de 2014. Além disso, R\$ 48.000 destinam-se à capacitação de 225 profissionais, por meio de eventos itinerantes nacionais, realizados em diversas capitais do país, que têm como objetivo disseminar informações e conhecimentos sobre a segurança no transporte aéreo e aumentar a proximidade da Agência Nacional de Aviação Civil - ANAC com seus regulados. Em resumo foram alocados na ação recursos da ordem de R\$ 6.028.826,00 para a capacitação de 400 profissionais, resultando em um custo unitário médio de R\$ 15.072,0.	
2912 Regulação e Fiscalização da Aviação Civil	Item fiscalizado	unidade	Serv. / Invest	3.579	As ações de fiscalização das diversas atividades de competência da ANAC, sejam no país ou no exterior, visam garantir o funcionamento da aviação civil dentro de padrões internacionais de qualidade e segurança. Esta intervenção atua em três vertentes: avaliação médica dos aeronavegantes; investimento e manutenção do parque tecnológico voltado para o sistema de informações da aviação civil e Regulação e Fiscalização propriamente dita. Cada vertente é detalhada por meio de Planos Orçamentários, os quais são agregados ao custo médio do produto final da referida ação conforme a seguir indicado: • R\$ 3.600.000,00 para o PO 0001 – Avaliação Médica para o Sistema de Aviação Civil – possibilitará a concessão e/ou renovação de 60.000 certificados de capacidade psicológica da habilitação de tripulantes. • R\$ 32.280.887 para o PO 0002 – Manutenção do Sistema de Informações para a Gestão da Aviação Civil – contribuirá para a manutenção de sistemas essenciais à Agência, em especial aqueles voltados à gestão dos processos de fiscalização. • R\$ 33.910.909 para o PO 0003 – Regulação e Fiscalização da Aviação Civil – Desdobram-se à fiscalização de 19.500 itens aéreos: empresas, aeroclubes, escolas, centro de formação, equipamentos, instalações, documentação, procedimentos, infraestrutura aeroportuária e aeronautas.	

PLDO-2014, Anexo II das Informações Complementares ao PLOA 2014

Custos Médios utilizados nos principais serviços e investimentos

II - detalhamento dos custos unitários médios utilizados na elaboração dos orçamentos para os principais serviços e investimentos, justificando os valores adotados

Orçamento Fiscal e de Seguridade Social

Recursos de todas as fontes					R\$ 1,00
Ação	Produto	Un. Medida	Serv / Invest	Custo Médio (R\$ 1,00)	Justificativa
6640 Estudos para o Planejamento e Gestão do Transporte Aéreo	Estudo desenvolvido	unidade	Serviços	100.000	Foi alocado para esta ação, no Projeto de Lei Orçamentária Anual de 2014 - PLOA 2014, o montante de R\$ 500.000,00 para o desenvolvimento de pesquisas de interesse da ANAC voltadas para o desenvolvimento da aviação civil. O desenvolvimento de estudos e pesquisas será realizado por meio de parcerias com instituições de ensino superior formalizadas por meio de Acordo de Cooperação. Eventuais financiamentos aos projetos selecionados serão realizados por meio de repasse de recursos e/ou concessão de diárias e passagens.
62901 Fundo Nacional de Aviação Civil - FNAC					
14UB Construção, Reforma e Reaparelhamento de Aeroportos e Aeródromos de Interesse Regional	Aeroporto adequado	unidade	Investimentos	2.297.958	Os custos unitários médios dos investimentos alocados na ação 14UB para o exercício de 2014 foram obtidos através da divisão dos investimentos (obras e equipamentos) em reforma (pequena, média e grande), ampliação (pequena, média e grande) e construção (pequena, média e grande), com base no histórico dos investimentos em infraestrutura aeroportuária executados pela INFRAERO e pelo Programa Federal de Auxílio a Aeroportos - PROFAA, tendo como referência os custos e insumos do SINAPI/SICRO, consoante determina a Lei 8.666/1993 e a Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO. Destaque-se que os parâmetros de pequeno, médio e grande baseiam-se nos códigos de referência de aeródromo, estabelecidos no Regulamento Brasileiro de Aviação Civil - RBAC 154 da Agência Nacional de Aviação Civil. O código de referência de aeródromo condiciona todas as dimensões mínimas necessárias para o sistema de pista e para o site aeroportuário, como aterros, rampas de pista e figure de pista, entre outros. O código 6 atribuído ao aeroporto de Brasília condiciona as dimensões mínimas, principalmente emvergadura, distância entre rodas do trem de pouso principal e comprimento de pista para decolagem com peso máximo. Por fim, observa-se que foram alocados na PLOA 2014 recursos no montante de R\$ 553.802,00 destinados à adequação de 241 aeroportos/aeródromos, resultando em um custo unitário médio de R\$ 2.297.958,69.
14UC Construção, Reforma e Reaparelhamento das Infraestruturas Aeronáutica Civil e Aeroportuária de Interesse Federal	Aeroporto adequado	unidade	Serv. / Invest	3.980.103	Os custos unitários médios dos principais serviços e investimentos alocados na ação 14UC para o exercício de 2014 foram baseados, prioritariamente, nos custos e índices da construção civil divulgados no Sistema Nacional de Pesquisa de Custos e Índices da Construção Civil - SINAPI mantido pela Caixa Econômica Federal - CEF e o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE. Para os custos e índices não encontrados no SINAPI foi feita uma composição baseada em custos de obras de infraestrutura de aeroportos, com base no SINAPI/SICRO mantido pelo Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes - DNIT e em pesquisas de mercado, em conformidade com o que regula a Lei 8.666/1993 e a Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO que determina que os custos do SINAPI/SICRO sejam utilizados como referências para a razoabilidade de preços de obras públicas executadas com recursos federais do Orçamento Geral da União. Os processos plurianuais sofrem reajustes de acordo com os índices em vigor e são submetidos à avaliação da Comissão de Fiscalização da respectiva obra. Dessa forma, foram alocados na PLOA 2014 recursos no montante de R\$

PLDO-2014, Anexo II das Informações Complementares ao PLOA 2014

Custos Médios utilizados nos principais serviços e investimentos

II - detalhamento dos custos unitários médios utilizados na elaboração dos orçamentos para os principais serviços e investimentos, justificando os valores adotados

Orçamento Fiscal e de Seguridade Social

Recursos de todas as fontes					R\$ 1,00
Ação	Produto	Un. Medida	Serv. / Invest	Custo Médio (R\$ 1,00)	Justificativa
205W Formação e Capacitação de Profissionais da Aviação Civil	Profissional capacitado	unidade	Serv. / Invest	9.252	135.323.509,00 para adequar 34 aeroportos, o que resulta em um custo unitário médio de R\$ 3.980.103,21. Os recursos solicitados (R\$ 11.934.715,27) são necessários à a capacitação de 1.200 profissionais (custo unitário médio de R\$ 9.951,72) por meio de dois procedimentos de desenvolvimento profissional: a) Projeto 1 - Formação de 480 bombeiros de aeródromos para aeroportos regionais brasileiros ao custo de R\$ 8.010.394,27. Para viabilizar a formação dos bombeiros de aeródromo em 2014 foi assinado, no dia 11 de julho de 2013, termo de cooperação entre a Secretaria de Aviação Civil da Presidência da República (SAC-PR) e o Comando da Aeronáutica (COMAER). Nesse projeto não há parâmetros de mercado para comparação, pois, devido à natureza singular da referida formação, houve a necessidade de recorrer a um serviço prestado pelo próprio Estado, por meio do COMAER. Nesse sentido, a composição dos custos do projeto foi estruturada com base nas despesas necessárias a serem realizadas, tanto em termos de custeio, quanto de investimentos, a fim de condicionar a formação de 480 bombeiros. Dessa forma, estão previstas para 2014, as seguintes despesas: aquisição de insumos e serviços de terceiros (R\$ 1.693.404,87), aquisição de materiais de proteção individual (R\$ 2.386.986,40), investimentos na Organização Militar que ministrará os módulos a distância e coordenará a realização de todos os cursos presenciais nas bases militares que sediarão os eventos de capacitação (R\$ 2.400.000,00), e investimentos nas bases militares que sediarão os eventos de capacitação (R\$ 1.450.000,00). b) Projeto 2 - Capacitação de 610 gestores aeroportuários de aeroportos regionais brasileiros ao custo total de R\$ 3.924.324,00. Essa capacitação ocorrerá por meio da execução de cursos presenciais a serem ministrados pela Infraero. Como a Infraero será contratada por inexigibilidade de licitação, os preços comparativos utilizados para justificativa de preços no processo de contratação serão aqueles praticados pela própria Infraero e divulgados no portfólio de cursos oferecidos por aquela empresa estatal. Estão previstos para 2014 os seguintes cursos: curso de capacitação básica para 120 gestores aeroportuários (R\$ 480.000,00), curso de capacitação intermediária para 120 gestores aeroportuários (R\$ 1.200.000,00), curso de gestão de SESCINC para 120 gestores (R\$ 399.324,00), curso de operações aeroportuárias para 150 gestores (R\$ 975.000,00), curso de segurança operacional para 150 gestores (R\$ 420.000,00), curso de manutenção aeroportuária para 150 gestores (R\$ 450.000,00). Por se tratar de Termo de Cooperação destinado à realização de estudos, pesquisas e projeções para o planejamento e diagnóstico do sistema aeroportuário brasileiro, os custos unitários médios dos principais serviços e investimentos alocados na ação 2111 para o exercício de 2014 (R\$ 11.642.000,00) foram definidos com base em pesquisa/cotação de mercado (preço de passagem aérea praticado pelas empresas; tabela salarial praticada por Fundações de Apoio, tabela Datalfolha e consultoria do DNIT), valores constantes do Decreto nº 6.907/2009, bem como em outros Termos de Cooperação desenvolvidos pela Instituição Federal de Ensino Superior com outros órgãos da administração pública federal.
2111 Elaboração de Diagnósticos sobre Aviação Civil	Diagnóstico elaborado	unidade	Serv. / Invest	11.642.000	

PLDO-2014, Anexo II das Informações Complementares ao PLOA 2014

Custos Médios utilizados nos principais serviços e investimentos

II - detalhamento dos custos unitários médios utilizados na elaboração dos orçamentos para os principais serviços e investimentos, justificando os valores adotados
Orçamento Fiscal e de Seguridade Social

Recursos de todas as fontes					Justificativa
Ação	Produto	Un. Medida	Serv / Invest	Custo Médio (R\$ 1,00)	

R\$ 1,00

PLDO-2014, Anexo II das Informações Complementares ao PLOA 2014

Custos Médios utilizados nos principais serviços e investimentos

II - detalhamento dos custos unitários médios utilizados na elaboração dos orçamentos para os principais serviços e investimentos, justificando os valores adotados

Orçamento Fiscal e de Seguridade Social

Recursos de todas as fontes					R\$ 1,00	
Ação	Produto	Un. Medida	Serv / Invest	Custo Médio (R\$ 1,00)	Justificativa	
63000 Advocacia-Geral da União						
63101 Advocacia-Geral da União						
107N Implantação da Advocacia Pública Eletrônica e-AGU	Sistema implantado	percentual de execução física	Investimentos	1.000.000	Viabilizar o acesso aos sistemas de processo eletrônico e assinatura de petições com certificação digital. Para isso, estão previstos de capital no valor de R\$ 2.000.000,00 (dois milhões) e solicitação de expansão no valor de R\$ 25.420.000 (vinte e cinco milhões; quatrocentos e vinte mil reais) para o atendimento dos seguintes projetos: - Solução de correlacionador de eventos / segurança; - Aquisição de microcomputadores e notebooks; - Solução de comunicação de áudio e vídeo; - Aceleração, backup e virtualização de servidores; - Modernização da sala de servidores; - Aquisição de Switches.	
2674 Representação Judicial e Extrajudicial da União e suas Autarquias e Fundações Federais	Processo judicial analisado	unidade	Serv. / Invest	61	Esta ação tem como objetivo garantir base jurídica segura na formulação, implementação e defesa das políticas públicas, por meio da atuação jurídica consultiva e contenciosa, na representação do Estado Brasileiro em benefício da sociedade, bem como o fortalecimento da sustentabilidade jurídico constitucional de todas as políticas públicas nas etapas de formulação. A ação é composta pelos seguintes Planos Orçamentários (PO): - PO: 0005 - Correções nos Órgãos Jurídicos da Advocacia-Geral da União e Vinculados: Promoção de correções nos órgãos jurídicos da AGU visando a verificação da regularidade e da eficácia dos serviços prestados e proposição de medidas corretivas, fiscalização das atividades funcionais, apreciação de representação e instauração de sindicâncias ou processos administrativos, relativamente aos membros da AGU; ordenação do estágio concluinte dos integrantes das carreiras da AGU e emissão de pareceres sobre o desempenho daqueles submetidos ao estágio probatório, opinando fundamentadamente por sua permanência ou não no cargo. Assumir a regulamentação e a execução dos serviços estabelecidos nos órgãos jurídicos da Advocacia-Geral da União - AGU e pelas consultorias jurídicas dos Ministérios, das Autarquias e das Fundações, vinculadas à AGU. - PO: 0008 - Atuação Judicial e Extrajudicial: Desenvolvimento de ações necessárias à defesa dos interesses da União, representando-a nos Tribunais, junto à primeira instância da Justiça Federal, comum e especializada. - PO: 0009 - Consultoria e Assessoramento Jurídico: Produção de pareceres ou notas, decorrentes da análise das consultas formuladas à Advocacia-Geral da	

PLDO-2014, Anexo II das Informações Complementares ao PLOA 2014

Custos Médios utilizados nos principais serviços e investimentos

II - detalhamento dos custos unitários médios utilizados na elaboração dos orçamentos para os principais serviços e investimentos, justificando os valores adotados

Orçamento Fiscal e de Seguridade Social

Recursos de todas as fontes					R\$ 1,00
Ação	Produto	Un. Medida	Serv / Invest	Custo Médio (R\$ 1,00)	Justificativa
União. Uniformizar a jurisprudência administrativa acerca da aplicação da Constituição Federal, das Leis e dos demais atos normativos no âmbito do Poder Executivo e assistir às autoridades competentes no controle interno da legalidade dos seus atos, bem como daqueles oriundos de órgãos ou entidades sob sua coordenação jurídica. - PO: 0010 - Instalações Eficientes e Sustentáveis: Promover a instalação, adequação e/ou reestruturação dos prédios, próprios ou alugados, onde encontram-se instaladas as unidades da AGU. As melhorias envolvem despesas como: aquisição de mobiliário, restrição de rede lógica, manutenção da rede elétrica, serviços terceirizados, entre outras, visando tornar as instalações eficientes e sustentáveis. - PO: 0011 - Sistemas Informatizados: Manutenção dos sistemas, ambientes tecnológicos e serviços da Advocacia Pública Federal integrados com a plataforma criada pelo Judiciário Eletrônico (e-Jus). Manter os sistemas e serviços de informática necessários à atuação jurídica dos membros da Advocacia Pública Federal alinhados ao Judiciário Eletrônico (e-JUS). - PO: 0013 - Capacitação de Servidores: Realização de ações diversas voltadas ao treinamento de servidores, tais como custeio dos eventos, pagamento de passagens e diárias aos servidores, quando em viagem para capacitação, taxa de inscrição em cursos, seminários, congressos e outras despesas relacionadas à capacitação de pessoal. - PO: 2000 - Despesas Administrativas: Plano Orçamentário que agrega despesas não passíveis de apropriação nos demais POs da ação em que se encontra. Este PO compreende: serviços administrativos ou de apoio; manutenção e uso de frota veicular; manutenção e conservação de bens imóveis próprios da União. - PO: 2001 - Atividades: despesas com tecnologia de informação e comunicações, sob o qual "incluem o desenvolvimento de sistemas de informações, aquisição de equipamentos e contratação de serviços técnicos e administrativos de apoio, desde que voltados à administração geral de cada Órgão; capacitação de servidores em temas e ferramentas de uso geral; despesas com viagens e locomoção, incluindo aquisição de passagens; - PO: 2002 - Pagamentos: pagamento de diárias e afins; realização de estudos que têm por objetivo elaborar, aprimorar ou dar subsídios à formulação de políticas públicas; promoção de eventos para discussão, formulação e divulgação de políticas etc; produção e edição de publicações para divulgação e disseminação de informações sobre políticas públicas; demais atividades-melo necessárias à execução da ação orçamentária. Para 2014 torna-se relevante as seguintes considerações: Preliminarmente torna-se necessário frisar que a AGU, vem atuando de forma desatada na defesa dos interesses da nação, seja na defesa do patrimônio público, seja na viabilização da implementação e da execução de políticas públicas, por intermédio de seus órgãos consultivos, de assessoria jurídica, de atuação contenciosa e de gestão administrativa. Através deste item, a AGU					

PLDO-2014, Anexo II das Informações Complementares ao PLOA 2014

Custos Médios utilizados nos principais serviços e investimentos

II - detalhamento dos custos unitários médios utilizados na elaboração dos orçamentos para os principais serviços e investimentos, justificando os valores adotados
Orçamento Fiscal e de Seguridade Social

Recursos de todas as fontes					R\$ 1,00
Ação	Produto	Un. Medida	Serv / Invest	Custo Médio (R\$ 1,00)	Justificativa
vem conseguindo obter resultados significativos na redução das condenações judiciais em que a União seja parte e aumento das condenações dos agentes que causaram prejuízo ao erário público e atuando decisivamente em casos de grande repercussão nacional tais como ENEM, Usina de Belo Monte, GECOPA, GEPAC. Constata-se, ainda, que a ação jurídica aliada ao apoio da gestão administrativa da AGU vêm atingindo excelentes resultados, quer seja pela atuação responsável, eficiente, eficaz e transparente, quer seja pelo planejamento e priorização das suas ações, preocupada com a melhoria do gasto e eficiência na aplicação dos recursos públicos, tendo sido aprovado pelo sucesso obtido com o Programa Instalações Eficientes e Sustentáveis. Citando apenas um dos exemplos do trabalho desta AGU, registra-se, por relevância, a competente atuação desempenhada pelo Departamento de Cálculos e Perícias (DCP) da Procuradoria-Geral da União (PGU), que apenas no período de outubro de 2012 a junho de 2013, evitou que R\$ 5,5 bilhões fossem pagos indevidamente através de precatórios irregulares, distribuídos nas cinco (05) Regiões. A AGU a cada ano vem aprimorando sua atuação para impedir o desperdício de recursos públicos e recuperar valores oriundos de fraudes, desvios e irregularidades, sendo alvo de 15,3 mil ações ajuizadas para reaver cifras bilionárias aos cofres da Administração Federal Direta e Indireta. Aproximadamente R\$ 2,5 bilhões (20% do total desviado) já foram restituídos à União. Tem-se 10.317 ações por improbidade e de execução determinadas pelo Tribunal de Contas da União (TCU), totalizando R\$ 8 bilhões. Na defesa das autarquias e fundações públicas federais foram propostas 5.060 ações por improbidade para execução e acordados do TCU e encaminhado ao Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) para reaver quase R\$ 1,4 bilhão. Na Procuradoria-Geral Federal (PGF), o Grupo de Contrança de Grandes Devedores registra ainda R\$ 1,3 bilhão em depósitos judiciais relativos a punições por infrações administrativas contra práticas irregulares flagradas pelos fiscais do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis (Ibama), Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel) e Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM), o que reforça o trabalho apurado e de alta relevância na busca da moralização da coisa pública e contra a dilapidação dos serviços públicos, provendo a execução das políticas públicas com embasamento e segurança. Convém elucidar que tal trabalho só é possível devido a adoção de ferramentas de TI adequadas e capacitação de seus colaboradores, além de uma interface ténue entre a AGU e demais órgãos de controle. Com esse trabalho, a AGU tem evoluído na busca da desarticulação de organizações criminosas e proteção do patrimônio público. No âmbito das ações civis, a AGU tem agido intensamente, com destaque,					

PLDO-2014, Anexo II das Informações Complementares ao PLOA 2014

Custos Médios utilizados nos principais serviços e investimentos

II - detalhamento dos custos unitários médios utilizados na elaboração dos orçamentos para os principais serviços e investimentos, justificando os valores adotados

Orçamento Fiscal e de Seguridade Social

Recursos de todas as fontes					R\$ 1,00	
Ação	Produto	Un. Medida	Serv / Invest	Custo Médio (R\$ 1,00)	Justificativa	
64000 Secretaria de Direitos Humanos						
64101 Secretaria de Direitos Humanos						
0083 Pagamento de Indenização a Familiares de Mortos e Desaparecidos em Razão da Participação em Atividades Políticas (Lei nº 9.140, de 1995)	Indenização concedida	unidade	Serviços	100.000	Reparação indenizatória a familiares de pessoas desaparecidas, vítimas por motivo político, no período identificado na Lei nº 9.140/95, compreendido entre 2 de setembro de 1961 a 15 de agosto de 1979, visando assegurar aos familiares de pessoas desaparecidas, nos termos da Lei 9.140/95, a indenização reparatória, com base em custos de exercícios anteriores.	
14UF Construção, Reforma, Equipagem e Ampliação de Unidades de Atendimento Especializado a Crianças e Adolescentes	Unidade apoiada	unidade	Serv. / Invest	2.302.900	Implementação e Ampliação de Núcleos de Atendimento Inicial Integrado e de Conselhos Tutelares, reordenando a rede física do Sistema Nacional de Acompanhamento de Medidas Socioeducativas (SINASE), conforme parâmetros pedagógicos e arquitetônicos estabelecidos na Lei n.º 12.594/2012 e na Resolução Conanda n.º 119/2006, visando o atendimento a adolescentes a quem se atribui autoria de ato infracional, fortalecendo o sistema de garantia de direitos das crianças e adolescentes, com base em custos de exercícios anteriores.	
202N Promoção e Defesa dos Direitos Humanos	Projeto apoiado	unidade	Serv. / Invest	246.148	Criação ou manutenção de conselhos e órgãos de natureza colegiada ou executiva; apoio a serviços de atendimento direto ao cidadão com os Centros de Referência em Direitos Humanos, atendendo a pessoas idosas; população LGBT, população de rua, vítimas de violência, etc; promoção de ações de educação e de produção e disseminação de conhecimentos; ações de promoção do Direito à Verdade e à Memória; promoção de intercâmbio de informações e cooperação técnica internacional; promoção do fornecimento de documentação civil básica; ações de combate à tortura e ao trabalho escravo; apoio à construção de política de drogas e voltadas às pessoas com transtorno mental; e, apoio a projetos que, tendo por base o Programa Nacional de Direitos Humanos - PNDH3, visem à promoção e defesa dos direitos humanos, com base em exercícios anteriores.	
210G Proteção a Pessoas Ameaçadas	Pessoa protegida	unidade	Serv. / Invest	49.583	Reformulação e aprovação de marcos regulatórios; ampliação, manutenção e qualificação dos programas estaduais e federais, por meio da formação e capacitação continuada de profissionais; e ao fomento à produção, sistematização e disseminação de conhecimentos e de experiências de boas práticas, no âmbito do enfrentamento à violência letal e à impunidade, visando a garantia de proteção a pessoas ameaçadas, e a consolidação do Sistema Nacional de Proteção a Pessoas Ameaçadas, com base em exercícios anteriores.	
210M Promoção, Defesa e Proteção dos Direitos da Criança e do Adolescente	Projeto apoiado	unidade	Serv. / Invest	197.594	Realização de ações de capacitação, publicidade; publicações; implementação de serviços de atendimento; apoio a fóruns de participação e conselhos de direitos; cooperação internacional; articulação intra e intergovernamental; e, financiamento de projetos, que visem à promoção, proteção e defesa dos direitos da criança e do adolescente, tendo por base as diretrizes presentes na terceira edição do Programa Nacional de Direitos Humanos – PNDH 3 e no	

PLDO-2014, Anexo II das Informações Complementares ao PLOA 2014

Custos Médios utilizados nos principais serviços e investimentos

II - detalhamento dos custos unitários médios utilizados na elaboração dos orçamentos para os principais serviços e investimentos, justificando os valores adotados

Orçamento Fiscal e de Seguridade Social

Recursos de todas as fontes					R\$ 1,00
Ação	Produto	Un. Medida	Serv / Invest	Custo Médio (R\$ 1,00)	Justificativa
Plano Decenal dos Direitos da Criança e do Adolescente, com base em custos de exercícios anteriores.					
210N Promoção e Defesa dos Direitos da Pessoa com Deficiência	Projeto apoiado	unidade	Serv. / Invest	390.476	Implantação, construção, reforma, equipagem e fortalecimento de serviços de atendimento e educação de crianças e adolescentes com deficiência, realização de cursos, seminários, oficinas, congressos, eventos, produção e difusão de materiais de recursos humanos (técnicos, agentes sociais, gestores públicos e profissionais); elaboração, produção e difusão de publicações sobre a temática que tratem dos direitos da pessoa com deficiência e de seus respectivos conselhos estaduais e municipais, abrangendo temas relativos à acessibilidade e à promoção dos direitos das pessoas com deficiência, visando instigar a mobilização social, de universidades, de instituições governamentais e não-governamentais e de particulares, gerando conhecimento e desenvolvendo ações articuladas, nas localidades em que forem implantados os serviços de atendimento ao cidadão, relativas à acessibilidade e à promoção e defesa dos direitos da pessoa com deficiência, estimulando e qualificando a participação das pessoas com deficiência nas políticas públicas estaduais e municipais por meio de órgãos representativos do controle social, com base em custos de exercícios anteriores.
4906 Disque Direitos Humanos	Denúncia encaminhada	unidade	Serviços	173	Elaboração, implantação e manutenção de um modelo de Disque Direitos Humanos para teleatendimento, análise e classificação do cada denúncia e seu envio ao Ministério Público, com mecanismos e instrumentos técnicos e administrativos que fundamentem a constituição da base de informações normalizadas e sistematizadas. Estruturação física e funcional da Ouvidoria dos direitos da cidadania. Realização de seminários com as organizações e instituições estaduais que atuam com disques e SOS, envolvidas diretamente com o Disque Direitos Humanos, como forma de oferecer à sociedade brasileira um canal rápido de acesso ao Estado para a garantia de seus direitos, que prime pela resposta rápida e pela solução prática das queixas apresentadas, com base em custos de exercícios anteriores.
8810 Promoção e Defesa dos Direitos de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transsexuais	Projeto apoiado	unidade	Serv. / Invest	233.333	Realização de encontros, seminários e eventos; apoio à instalação e funcionamento de centros de pesquisas em universidades; apoio a fóruns e conselhos de direitos estaduais e municipais; realização de estudos e pesquisas, visando fortalecer e ampliar iniciativas e conhecimentos acadêmicos, gays, bissexuais, travestis e transsexuais, na forma de produção de voltapães, promoção e defesa de seus direitos; e a mobilização e controle social das políticas públicas, com base em custos de exercícios anteriores.
8819 Promoção e Defesa dos Direitos da Pessoa Idosa	Projeto apoiado	unidade	Serviços	350.000	Definição de diretrizes gerais, princípios e currículos para realização de cursos de capacitação sobre direitos humanos dos idosos e prevenção da violência; e, estabelecimento de parcerias com instituições de pesquisa (universidades, centros de pesquisa) para a realização de estudos e pesquisas, visando a produção, sistematização e disseminação de conhecimentos sobre os direitos da pessoa idosa de forma a oferecer subsídios para a construção de políticas públicas de atenção aos idosos e de defesa e proteção de seus direitos, bem como informar a população sobre os direitos desse grupo

PLDO-2014, Anexo II das Informações Complementares ao PLOA 2014

Custos Médios utilizados nos principais serviços e investimentos

II - detalhamento dos custos unitários médios utilizados na elaboração dos orçamentos para os principais serviços e investimentos, justificando os valores adotados

Orçamento Fiscal e de Seguridade Social

Recursos de todas as fontes					R\$ 1,00
Ação	Produto	Un. Medida	Serv / Invest	Custo Médio (R\$ 1,00)	Justificativa
64901 Fundo Nacional para a Criança e o Adolescente - FNCA					
210M Promoção, Defesa e Proteção dos Direitos da Criança e do Adolescente	Projeto apoiado	unidade	Serviços	484.300	Realização de ações de capacitação, publicidade; publicações; implementação de serviços de atendimento; apoio a fóruns de participação e conselhos de direitos; articulação intra e intergovernamental; e, financiamento de projetos, que visem a promoção, proteção e defesa dos direitos da criança e do adolescente, tendo por base as diretrizes presentes na terceira edição do Programa Nacional de Direitos Humanos – PNDH 3 e no Plano Decenal dos Direitos da Criança e do Adolescente, com base em custos de exercícios anteriores.
64902 Fundo Nacional do Idoso - FNI					
8819 Promoção e Defesa dos Direitos da Pessoa Idosa	Projeto apoiado	unidade	Serv. / Invest.	929.214	Definição de diretrizes gerais; princípios e currículos para realização de cursos de capacitação sobre direitos humanos dos idosos e prevenção da violência; e, estabelecimento de parcerias com instituições de pesquisa, universidades, centros de pesquisa) para a realização de estudos e pesquisas, visando a produção, sistematização e disseminação de conhecimentos sobre os direitos da pessoa idosa de forma a oferecer subsídios para a construção de políticas públicas de atenção aos idosos e de defesa e proteção de seus direitos, bem como informar a população sobre os direitos desse grupo populacional, com base em custos de exercícios anteriores.

PLDO-2014, Anexo II das Informações Complementares ao PLOA 2014

Custos Médios utilizados nos principais serviços e investimentos

II - detalhamento dos custos unitários médios utilizados na elaboração dos orçamentos para os principais serviços e investimentos, justificando os valores adotados

Orçamento Fiscal e de Seguridade Social

Recursos de todas as fontes					R\$ 1,00
Ação	Produto	Un. Medida	Serv / Invest	Custo Médio (R\$ 1,00)	Justificativa
65000 Secretaria de Políticas para as Mulheres					
65101 Secretaria de Políticas para as Mulheres					
14XS Construção da Casa da Mulher Brasileira	Unidade construída	unidade	Investimentos	4.014.286	Os recursos destinam-se à construção e equipamento de 7 Casas da Mulher Brasileira a serem localizadas nos estados do Ceará, Espírito Santo, Minas Gerais, Maranhão, Paraíba, Rio Grande do Sul e Rio de Janeiro. As Casas concentrarão em um único espaço físico os serviços especializados de atendimento às mulheres que funcionarão de forma integrada e articulada, tais como: acolhimento e triagem; delegacia, juizado, promotoria e defensoria pública especializados; serviço de promoção à autonomia econômica; espaço de cuidado de crianças; central de transportes; espaço de abrigamento provisório para situações de emergência.
210A Promoção de Políticas de Igualdade e de Direitos das Mulheres	Iniciativa apoiada	unidade	Serv. / Invest	78.731	Apoio técnico e/ou financeiro para 197 iniciativas para a criação e/ou o fortalecimento de mecanismos institucionais de políticas para as mulheres, bem como para a realização de fóruns, seminários, oficinas, diálogos, workshops, cursos, seminários, concursos, prêmios, publicações, produções culturais, estudos, diagnósticos, análises; formação de profissionais e outros eventos para a promoção da igualdade e dos direitos das mulheres, em especial no que se refere aos eixos temáticos do Plano Nacional de Políticas para as Mulheres - PNPM.
210B Atendimento às Mulheres em Situação de Violência	Serviço apoiado	unidade	Serv. / Invest	395.780	Os recursos destinam-se ao apoio de 84 serviços de assessoria técnica e financeira a estados e municípios em regime de contrapartida, por meio da criação, implementação e aperfeiçoamento de serviços especializados de atendimento à mulher, incluindo a manutenção das Casas da Mulher Brasileira, ação do Programa Mulher - Viver sem Violência, e adequação dos serviços não especializados, envolvendo as ouvidorias e os serviços de assistência social, saúde, educação, segurança, trabalho, justiça e habitação, de forma a assegurar um atendimento adequado, humanizado, integrado, multidimensional e em rede às mulheres em situação de violência. Além disso, prevê-se o apoio a serviços para diagnóstico e capacitação dessa temática para os profissionais dos serviços e à sociedade em geral e divulgação dos serviços para ampliar o conhecimento e o acesso da população.
8831 Central de Atendimento à Mulher - Ligue 180	Atendimento realizado	unidade	Serviços	9	Os recursos destinam-se ao fortalecimento e ampliação da Central de Atendimento à Mulher (Ligue 180), elaboração, implantação e manutenção de um modelo de Disque-Denúncia, de abrangência nacional e internacional, para teleatendimento, análise e classificação de cada denúncia e o seu envio aos órgãos especializados, com mecanismos e instrumentos técnicos e administrativos que fundamentem a constituição da base de informações, normatizados e sistematizados, com previsão de 1.165.000 atendimentos a serem realizados. Além disso, estão previstos a realização de seminários com as organizações e instituições estaduais que atuam com disques e envios das diretamente com o Ligue 180, como forma de oferecer à mulher em situação de

PLDO-2014, Anexo II das Informações Complementares ao PLOA 2014

Custos Médios utilizados nos principais serviços e investimentos

II - detalhamento dos custos unitários médios utilizados na elaboração dos orçamentos para os principais serviços e investimentos, justificando os valores adotados

Orçamento Fiscal e de Seguridade Social

Recursos de todas as fontes					R\$ 1,00
Ação	Produto	Un. Medida	Serv / Invest	Custo Médio (R\$ 1,00)	Justificativa
8843 Incentivo a Políticas de Autonomia das Mulheres	Iniciativa apoiada	unidade	Serv. / Invest	325.087	violência um canal rápido de acesso ao Estado para a garantia de seus direitos, que prime pela resposta rápida e pela solução prática das queixas apresentadas. Ação prevista no Programa Mulher: Viver Sem Violência. Os recursos destinam-se ao apoio a iniciativas de promoção da autonomia econômica das mulheres e da equidade de gênero e raça no mundo do trabalho, visando a erradicação da pobreza na garantia da participação das mulheres no desenvolvimento do país. Estima-se que serão apoiadas 46 iniciativas, incluindo a realização de encontros, seminários, eventos, apoio à instalação e funcionamento de centros de pesquisas em universidades, realização de estudos e pesquisas para promover a autonomia econômica das mulheres urbanas, do campo e da floresta.

PLDO-2014, Anexo II das Informações Complementares ao PLOA 2014

Custos Médios utilizados nos principais serviços e investimentos

II - detalhamento dos custos unitários médios utilizados na elaboração dos orçamentos para os principais serviços e investimentos, justificando os valores adotados

Orçamento Fiscal e de Seguridade Social

Ação		Produto	Un. Medida	Serv / Invest	Custo Médio (R\$ 1,00)	Justificativa	Recursos de todas as fontes
66000 Controladoria-Geral da União							
66101 Controladoria-Geral da União							
110C	Reforma, Adaptação e Modernização das Unidades Regionais da Controladoria-Geral da União	Sede reformada	unidade	Serv. / Invest	82.211	Despesas com reformas e modernização das 26 unidades regionais da CGU. Compreende reformas, adaptações e aquisição de material permanente para as sedes das Unidades Regionais da Controladoria-Geral da União, visando modernizá-las. A Ação 110C teve início em 01/01/2012 e sua execução total, inicialmente prevista, é de R\$ 13.000.000,00. No entanto, em função dos Decretos de Contingenciamento e das limitações orçamentárias, as demandas das Unidades Regionais vêm sendo represadas, sendo necessária a execução, em exercícios correntes, de reformas, adaptações e modernizações demandadas de exercícios anteriores. O valor de R\$ 2.137.500,00, lançado na proposta para 2014, corresponde a cerca de 16% da execução total prevista para Ação e corresponde ao mesmo percentual que vem sendo executado anualmente, desde que a Ação foi instituída. Dentro as despesas com reformas, adaptações e aquisição de material permanente para 2014, pode-se destacar a reforma das Unidades Regionais do Grosso do Sul, Santa Catarina e Pará, a aquisição de mobiliários, a troca de equipamentos que estão obsoletos e a aquisição de suprimentos de informática diversos. A execução será realizada diretamente pelas Unidades Regionais dos Estados, via suporte logístico da respectiva Superintendência de Administração do Ministério da Fazenda local. O Produto a que se destina a Ação 110C é dado por sedes reformadas, tendo como Unidade de Medida as unidades reformadas (26 unidades regionais, distribuídas nas capitais dos 26 Estados da Federação). O Custo Médio (R\$ 82.211,00) é dado pela Dotação proposta, dividida pelo número de Unidades Regionais da CGU, envolvendo despesas de Custeio e de Investimentos.	R\$ 1,00
14UP	Construção do Edifício-Sede da Controladoria-Regional da União no Estado de Pernambuco	Edifício construído	percentual de execução física	Investimentos	55.555	Início da construção do edifício-sede da CGU-RPE, com previsão de execução de 20% da obra. Custo unitário corresponde a 1% da obra	
14UQ	Construção do Edifício-Sede da Controladoria-Regional da União no Estado do Maranhão	Edifício construído	percentual de execução física	Investimentos	66.666	Início da construção do edifício-sede da CGU-RMA, com previsão de execução de 20% da obra. Custo unitário corresponde a 1% da obra.	

PLDO-2014, Anexo II das Informações Complementares ao PLOA 2014

Custos Médios utilizados nos principais serviços e investimentos

II - detalhamento dos custos unitários médios utilizados na elaboração dos orçamentos para os principais serviços e investimentos, justificando os valores adotados

Orçamento Fiscal e de Seguridade Social

Recursos de todas as fontes					R\$ 1,00
Ação	Produto	Un. Medida	Serv / Invest	Custo Médio (R\$ 1,00)	Justificativa
14UR Construção do Edifício-Sede da Controladoria-Regional da União no Estado do Amazonas	Edifício construído	percentual de execução física	Investimentos	8.695	Construção do edifício-sede da CGU-R/AM, com previsão de execução total da obra (será aprovada estrutura predial existente no terreno). Custo unitário corresponde a 1% da obra
14US Construção do Edifício-Sede da Controladoria-Regional da União no Estado da Paraíba	Edifício construído	percentual de execução física	Investimentos	46.666	Construção do edifício-sede da CGU-R/PB, com previsão de execução corresponde a 1% da obra.
14UT Construção do Edifício-Sede da Controladoria-Regional da União no Estado do Rio Grande do Norte	Edifício construído	percentual de execução física	Investimentos	38.461	Construção do edifício-sede da CGU-R/RN, com previsão de execução de 20 a 25% da obra. Custo médio corresponde a 1% da obra
14UU Construção do Edifício-Sede da Controladoria-Regional da União no Estado do Piauí	Edifício construído	percentual de execução física	Investimentos	46.666	Construção do edifício-sede da CGU-R/PI, com previsão de execução de 20 a 25% da obra. Custo médio corresponde a 1% da obra
152N Adequação das Instalações da Controladoria-Geral da União no Distrito Federal	Obra realizada	percentual de execução física	Investimentos	200.000	Adequação das instalações da Controladoria-Geral da União no Distrito Federal, com previsão de execução de 60% da obra.
2D58 Controle Interno, Prevenção à Corrupção, Ouvidoria e Correição	Ação realizada	unidade	Serv. / Invest	2.580.654	As principais ações da CGU estão divididas da seguinte forma: Ouvidoria Geral da União - 22 eventos, Corregedoria Geral da União - 1.500 ações de correição, Fiscalização - 11.500 ações de controle e Combate à Corrupção - 1.300 ações. Além disso existem as despesas com manutenção administrativa da CGU sede e Regionais e as despesas com tecnologia da informação.

PLDO-2014, Anexo II das Informações Complementares ao PLOA 2014

Custos Médios utilizados nos principais serviços e investimentos

II - detalhamento dos custos unitários médios utilizados na elaboração dos orçamentos para os principais serviços e investimentos, justificando os valores adotados

Orçamento Fiscal e de Seguridade Social

Recursos de todas as fontes					R\$ 1,00
Ação	Produto	Un. Medida	Serv / Invest	Custo Médio (R\$ 1,00)	Justificativa

67000 Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial

67101 Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial

210H	Fomento a Ações Afirmativas e Outras Iniciativas para o Enfrentamento ao Racismo e a Promoção da Igualdade Racial	Iniciativa apoiada	unidade	Serv. / Invest	357.143	O montante consignado para esta ação no PLOA 2014 foi de R\$ 5.000.000,00 (cinco milhões de reais), sendo sua meta física 14 iniciativas apoiadas e custo unitário R\$ 357.143,00 (trezentos e cinquenta e sete mil e cento e quarenta e três reais). Para se chegar ao valor médio unitário avaliou-se os custos de cada iniciativa (apoio ao Programa PIBIC-AF - Bolsas CNPq, Programa Juventude Viva, entre outros) em anos anteriores. Em 2014 será destinado R\$ 1.176.893,00 (um milhão, cento e setenta e seis mil e oitocentos e noventa e três reais) para formalização de convênios com Estados e R\$ 1.051.871,00 (um milhão, cinquenta e um mil e oitocentos e setenta e um reais) com municípios. Será aplicado, ainda, R\$ 1.621.792,00 (um milhão, seiscentos e vinte e um mil e setecentos e noventa e dois reais) em ações voltadas para o Programa Juventude Viva. O restante do recurso será utilizado em eventos e encontros realizados com a finalidade de fomentar ações afirmativas e outras iniciativas para a promoção da igualdade racial.
6440	Fomento ao Desenvolvimento Local para Comunidades Remanescentes de Quilombos e Outras Comunidades Tradicionais	Comunidade atendida	unidade	Serv. / Invest	30.864	Com o montante destinado a essa ação, R\$ 5.000.000,00 (cinco milhões de reais) pretende-se atender 162 comunidades. O custo unitário médio para atingimento da meta física definida é de R\$ 30.864,00 (trinta mil e oitocentos e sessenta e quatro reais). Para se chegar a esse valor levou-se em consideração gastos realizados em anos anteriores. Os principais serviços/investimentos para a ação em 2014 serão: aplicação de R\$ 1.500.000,00 (um milhão e quinhentos mil reais) em convênios com Estados, Municípios e Termos de Cooperação, bem como R\$ 1.316.266,00 (um milhão, trezentos e dezesseis mil e duzentos e sessenta e seis reais), em lançamento de chamadas públicas. O restante do recurso consignado nessa ação será utilizado em eventos e encontros realizados, com o intuito de promover, de forma sustentável, o desenvolvimento das Comunidades Tradicionais e Quilombolas.

PLDO-2014, Anexo II das Informações Complementares ao PLOA 2014

Custos Médios utilizados nos principais serviços e investimentos

II - detalhamento dos custos unitários médios utilizados na elaboração dos orçamentos para os principais serviços e investimentos, justificando os valores adotados

Orçamento Fiscal e de Seguridade Social

Recursos de todas as fontes					R\$ 1,00	
Ação	Produto	Un. Medida	Serv / Invest	Custo Médio (R\$ 1,00)	Justificativa	
68000 Secretaria de Portos						
68101 Secretaria de Portos						
122A Dragagem e Adequação da Navegabilidade no Porto do Rio de Janeiro (RJ)	Obra executada	percentual de execução física	Investimentos	2.000.000	Custo médio equivalente a um ponto percentual de execução da meta física, prevista em 2014, para dragagem do Porto do Rio de Janeiro, com vistas a adequar a profundidade e a geometria do canal de acesso e da bacia de evolução, de sorte a facilitar o tráfego e manobras das embarcações que frequentam o porto e, assim, agilizar as operações, o que representará ganhos operacionais e aumento da produtividade e eficácia portuária.	
122E Dragagem e Adequação da Navegabilidade no Porto de Santos (SP)	Obra executada	percentual de execução física	Investimentos	2.000.000	Custo médio para a realização do projeto de dragagem de aprofundamento, alargamento e adocamento de curvas dos acessos aquaviários ao Porto de Santos, canal externo de forma a adequar a profundidade e a geometria do canal de acesso e da bacia de evolução, de sorte a comportar a operação e manobras das embarcações que frequentam o porto.	
122K Dragagem e Adequação da Navegabilidade no Porto de Imbituba (SC)	Obra executada	percentual de execução física	Investimentos	540.000	Custo médio equivalente a um ponto percentual de execução da meta física, prevista em 2014, para dragagem de aprofundamento da cota de -12,5m para -15,0m/-15,5m/-17,0m, a fim de adequar a profundidade e a geometria do canal de acesso e da bacia de evolução, de sorte a comportar a operação e manobras das embarcações que frequentam o porto.	
122O Dragagem e Adequação da Navegabilidade no Porto de Paranaguá (PR)	Obra executada	percentual de execução física	Investimentos	1.625.880	Custo médio equivalente a um ponto percentual de execução da meta física, prevista para 2014, para dragagem de aprofundamento das cotas, de -15 / -14 / -13 / -11 / -11 metros para -16 / -15 / -14 / -14 / -11 metros (áreas Alfa, Bravo Uno e Dois, e Charlie Uno, Dois e Três, respectivamente), com alargamento do canal de acesso e da bacia de evolução. Tudo isso a fim de adequar a profundidade e a geometria do canal de acesso e da bacia de evolução, de sorte a comportar a operação das embarcações que frequentam o porto.	
122Z Construção do Berço 108 no Porto de Itaquí (MA)	Obra executada	percentual de execução física	Investimentos	714.286	Custo médio equivalente a um ponto percentual de execução da meta física, prevista para 2014, para execução da obra de construção e instalação de acostagem, composta de uma plataforma com 45m de comprimento e 38m de largura, 4 dolphins de atracação, 3 dolphins de amarração e ponte de acesso do Berço 108 à plataforma, a fim de permitir a atracação de embarcações de até 91.671 toneladas por porte bruto (TPB), acarretando um aumento no desempenho operacional do porto.	
128N Recuperação dos Molhes do Canal de Acesso ao Porto de Rio Grande (RS)	Obra executada	percentual de execução física	Investimentos	769.231	Custo médio equivalente a um ponto percentual de execução da meta física, prevista para 2014, para reconstrução do leito marítimo na área adjacente ao Molhe Leste de forma a garantir a estabilidade e a segurança da estrutura e, consequentemente, evitar a interrupção das atividades do Porto do Rio Grande/RS.	
12K7 Alinhamento e Reforço do Berço 4 no Porto de Itajaí (SC)	Obra executada	percentual de execução física	Investimentos	1.307.692	Custo médio equivalente a um ponto percentual de execução da meta física, prevista para 2014, para obra de engenharia para alinhamento e reforço do berço 4, com comprimento de 490 m, de forma a adequá-lo à atracação de	

PLDO-2014, Anexo II das Informações Complementares ao PLOA 2014

Custos Médios utilizados nos principais serviços e investimentos

II - detalhamento dos custos unitários médios utilizados na elaboração dos orçamentos para os principais serviços e investimentos, justificando os valores adotados

Orçamento Fiscal e de Seguridade Social

Recursos de todas as fontes					R\$ 1,00
Ação	Produto	Un. Medida	Serv / Invest	Custo Médio (R\$ 1,00)	Justificativa
12KP Implantação do Sistema de Carga Inteligente e Cadeia Logística Inteligente	Sistema implantado	percentual de execução física	Investimentos	0	navios de grande porte.
13LF Adequação de Infraestrutura Portuária - no Porto de Manaus - no Estado do Amazonas	Obra executada	percentual de execução física	Investimentos	1.142.857	Custo médio equivalente a um ponto percentual de execução da meta física, prevista para 2014, para adequação da infraestrutura portuária do Porto de Manaus, com vistas a maior segurança na atracação de embarcações, na operação do terminal, embarque e desembarque de passageiros e tripulantes.
13LO Construção do Porto de Manaus Moderna - no Estado do Amazonas	Obra executada	percentual de execução física	Investimentos	1.000.000	Custo médio equivalente a um ponto percentual de execução da meta física, prevista para 2014, da obra de revitalização do Porto de Manaus, a qual comporta a construção de flutuantes e rampas articuladas onde atracarão as embarcações regionais, sendo que este dispositivo terá as facilidades necessárias ao controle de cargas e passageiros e proporcionará conforto ao usuário.
14UD Dragagem e Adequação da Navegabilidade no Porto de Niterói (RJ)	Obra executada	percentual de execução física	Investimentos	2.000.000	Custo médio para elaboração de projeto de dragagem de aprofundamento e alargamento no canal de acesso ao Porto de Niterói/RJ, visando atender a frota de embarcações que frequenta o porto e estaleiros da região, em especial embarcações para o serviço de apoio a plataformas de petróleo.
7L25 Ampliação do Cais Público do Porto Novo do Rio Grande (RS)	Projeto executado	percentual de execução física	Investimentos	952.381	Custo médio equivalente a um ponto percentual de execução da meta física, prevista para 2014, para construção de um cais sobre estacas avançando 10m à frente da estrutura do cais existente, permitindo instalar equipamentos modernos, aptos a operar navios pós-panamax, e, ao mesmo tempo, permitindo o aprofundamento de 30 para 40 pés, admitindo a operação de navios de maior calado, de forma a modernizar e renovar o atual cais público no Porto Novo do Porto do Rio Grande, visando melhor utilização das suas instalações, tornando o porto público mais competitivo.
2088 Concessão e Regulação dos Serviços e da Exploração da Infraestrutura do Transporte Aquaviário	Outorga concedida	unidade	Serviços	7.466	O valor do custo médio representa o gasto da atuação da ANTAQ no campo regulatório, no exercício de suas competências legais para que a prestação dos serviços portuários aos clientes/usuários tenha qualidade e preços competitivos, com marcos regulatórios estáveis, visando atender tanto os investidores na área portuária, como aos demandantes destes serviços na área da navegação interior no que diz respeito à produção de conhecimento setorial, bem como as ações na área de navegação marítima e de apoio na supervisão, orientação e coordenação das ações de outorga, arrelatamento, desenvolvimento e regulação dos quatro tipos de navegação marítima e de apoio: longo curso, cabotagem, aproximação e apoio portuário. O custo médio previsto em seu planejamento refere-se ao custo médio de prestação dos serviços de transporte aquaviário aos usuários dos serviços de transporte aquaviário.

68201 Agência Nacional de Transportes Aquaviários

PLDO-2014, Anexo II das Informações Complementares ao PLOA 2014

Custos Médios utilizados nos principais serviços e investimentos

II - detalhamento dos custos unitários médios utilizados na elaboração dos orçamentos para os principais serviços e investimentos, justificando os valores adotados

Orçamento Fiscal e de Seguridade Social

Recursos de todas as fontes					R\$ 1,00
Ação	Produto	Un. Medida	Serv / Invest	Custo Médio (R\$ 1,00)	Justificativa
2090 Fiscalização dos Serviços e da Exploração da Infraestrutura do Transporte Aquaviário	Empresa fiscalizada	unidade	Serviços	1.033	O valor do custo médio a ser utilizado tem o objeto de atender a competência institucional da Agência de Fiscalizar a prestação dos serviços de transportes aquaviários, de apoio marítimo, de apoio portuário e na exploração da infraestrutura aquaviária e portuária e ainda atuar no sentido de assegurar o cumprimento dos termos de outorga e a defesa dos interesses dos usuários. O procedimento de fiscalização origina-se a partir da aprovação do Plano Anual de Fiscalização - PAF - pela Diretoria.
20JC Estudos, Projetos e Planejamento de Infraestrutura de Transportes	Estudo realizado	unidade	Serviços	1.000.000	O custo médio destina-se aos estudos que serão executados por meio de assinaturas de convênios e termos de cooperação técnica e operacional que servirão para o aprimoramento da concessão, regulação e da fiscalização, os quais auxiliarão a Agência na sua competência institucional de regular e fiscalizar a prestação dos serviços de transportes aquaviários.

PLDO-2014, Anexo II das Informações Complementares ao PLOA 2014

Custos Médios utilizados nos principais serviços e investimentos

II - detalhamento dos custos unitários médios utilizados na elaboração dos orçamentos para os principais serviços e investimentos, justificando os valores adotados

Orçamento Fiscal e de Seguridade Social

Recursos de todas as fontes						R\$ 1,00
Ação	Produto	Un. Medida	Serv / Invest	Custo Médio (R\$ 1,00)	Justificativa	
69000 Secretaria da Micro e Pequena Empresa						
69101 Secretaria da Micro e Pequena Empresa						
147K Implantação de Centros de Prestação de Serviços aos Empreendedores	Centro implantado	unidade	Investimentos	1.667.300	A proposta encaminhada contemplava a implantação de centros de prestação de serviços nas 27 unidades federativas, ao custo de R\$ 45.010.000, incluindo: aquisição de equipamentos de processamento de dados para implantação do integrador público estadual da REDESIM nas 27 Juntas Comerciais (R\$ 27.000.000); manutenção da rede de comunicação do DREI com as Juntas Comerciais (R\$ 3.010.000); e, serviço de digitalização dos documentos arquivados nas Juntas (R\$ 15.000.000). Considerando o limite concedido, foi distribuído para a ação o valor de R\$ 6.669.200 destinado a implantação de 4 centros.	
2031 Serviços de Registro Mercantil e Atividades Afins	Ato registrado	unidade	Serv. / Invest	1	Os custos estipulados para a ação atenderá despesas com: capacitação de técnicos e vogais das Juntas Comerciais (R\$ 1.000.000); funcionamento do Sistema Público de Registro Empresarial (R\$ 3.867.150); e, implantação de sistema integrador público estadual da REDESIM (R\$ 14.625.850), que permitirá que as empresas de qualquer Porte possam obter, num prazo máximo de 5 dias, o registro em qualquer uma das Juntas Comerciais, sem necessidade de deslocamento, o registro na Junta Comercial, a inscrição no CNPJ e demais fiscais, e as licenças de funcionamento. De preferência com uso de contratos e declarações eletrônicas, isto é, com o processo todo realizado pela internet.	
210C Promoção do Desenvolvimento de Micro e Pequenas Empresas	Empresa apoiada	unidade	Serv. / Invest	8	Os custos estipulados para a ação tem como proposta disponibilizar um conjunto de sistemas na internet que deverão suportar todas as orientações, informações e principalmente serviços que permitam, dentre outros: 1) a abertura e legalização da empresa; b) a prospecção do mercado fornecedor e comprador; c) a participação das MPE de forma privilegiada em processos licitatórios; 4) o acesso a linhas especiais de crédito; 5) a inovação de produtos, serviços e processos produtivos das MPE; 6) a submissão das conteúdos das MPE a procedimentos de conciliação; 7) a profissionalização da gestão do negócio; 8) a obtenção da certificação da capacidade técnica e operacional pelas MPE. Para a criação Portal EMPRESA SIMPLES estimam-se despesas no valor de R\$ 107.453.774, incluindo deslocamentos de servidores, contratação do SERPRO e despesas com aquisição de equipamentos de software. A ação será implementada com recursos do Portal do Atendimento ao Empreendedor, Fórum Permanente de Microempresas e Empresas de Pequeno Porte, estimados em R\$ 510.600 e R\$ 153.280, respectivamente. E, também, atender as despesas com feiras e eventos para comercialização e divulgação da produção artesanal (R\$ 3.819.400).	
212Q Racionalização e Simplificação de Exigências Estadais	Iniciativa realizada	unidade	Serviços	101.666	O custo total da ação, estimado em R\$ 305.000, envolve despesas com contratação de pessoa física e jurídica, diárias e passagens, que resultará na elaboração de propostas de normas no âmbito legal e infralegal, bem como consolidação e explicação das normas legais já existentes. A ação visa reduzir a quantidade de obrigações administrativas trabalhistas, de obrigações acessórias e redundâncias nas exigências estaduais, de forma a uniformizar métodos e	

PLDO-2014, Anexo II das Informações Complementares ao PLOA 2014

Custos Médios utilizados nos principais serviços e investimentos

II - detalhamento dos custos unitários médios utilizados na elaboração dos orçamentos para os principais serviços e investimentos, justificando os valores adotados
Orçamento Fiscal e de Seguridade Social

Recursos de todas as fontes					Justificativa
Ação	Produto	Un. Medida	Serv / Invest	Custo Médio (R\$ 1,00)	

R\$ 1,00

Instrumentos de pagamentos, facilitar a comercialização e exportação, aumentar a transparência do Estado e consolidar normas esparsas.

PLDO-2014, Anexo II das Informações Complementares ao PLOA 2014

Custos Médios utilizados nos principais serviços e investimentos

II - detalhamento dos custos unitários médios utilizados na elaboração dos orçamentos para os principais serviços e investimentos, justificando os valores adotados

Orçamento Fiscal e de Seguridade Social

Recursos de todas as fontes					R\$ 1,00
Ação	Produto	Un. Medida	Serv / Invest	Custo Médio (R\$ 1,00)	Justificativa

71000 Encargos Financeiros da União

71104 Remuneração de Agentes Financeiros - Recursos sob Supervisão do Ministério da Fazenda

00M4	Remuneração a Agentes Financeiros	Instituição financeira remunerada	unidade	Serviços	17.700.000	O valor corresponde a soma dos gastos relativos ao pagamento da empresa contratada pela União para a prestação de serviços relacionados ao SCE, com amparo no FGE, mais os gastos do FGE com a custódia das NTN-F no SELIC. Para 2014, a projeção de remuneração pela prestação de serviços à União pela Seguradora, para condução das operações de médio e longo prazos, no âmbito do Fundo de Garantia à Exportação - FGE, foi elaborada com base no valor determinado no Contrato celebrado entre a União, representada pela SAIN/MF, e a Seguradora, de acordo com a seguinte premissa: tomou-se por base o valor do Contrato de Prestação de Serviços repactuado em 2013 de R\$ 16.233.309,07, a aplicou-se o percentual de repactuação esperado para 2014, de 650% correspondente ao IGP-M projetado para o exercício[1], acrescido de 2 pontos percentuais referentes à banda de variação do BACEN para enquadramento da meta inflacionária brasileira. Destaca-se que, devido ao fato da renovação de contrato ser realizada em 15 de fevereiro de 2014, durante um mês e meio ainda e utilizado em nossas estimativas para o exercício de 2014 o valor mensal do contrato repactuado em 2013, de forma que se espera um gasto de R\$ 17.160.000,00. Atualmente, pela custódia das NTN-F no SELIC, o FGE vem arcando com despesa mensal da ordem de R\$ 13 mil. Considerando que se encontra em análise na SAIN/MF pedido do Banco do Brasil S.A. de pagamento mensal, da ordem de R\$ 30 mil, pelos serviços de custódia das NTN-F de propriedade do FGE, além dos atuais R\$ 13 mil, estima-se que essas despesas cheguem ao valor mensal de aproximadamente R\$ 45 mil. Assim, o valor total da despesa com custódia de títulos do Fundo no SELIC, em 2014, seria R\$ 45.000,00 * 12 = R\$ 540.000,00.
------	-----------------------------------	-----------------------------------	---------	----------	------------	--

PLDO-2014, Anexo II das Informações Complementares ao PLOA 2014

Custos Médios utilizados nos principais serviços e investimentos

II - detalhamento dos custos unitários médios utilizados na elaboração dos orçamentos para os principais serviços e investimentos, justificando os valores adotados

Orçamento Fiscal e de Seguridade Social

Recursos de todas as fontes						R\$ 1,00
Ação		Produto	Un. Medida	Serv / Invest	Custo Médio (R\$ 1,00)	Justificativa
74000 Operações Oficiais de Crédito						
74901 Recursos sob Supervisão do Fundo de Defesa da Economia Cafeeira/Funccafé - MAPA						
0012	Financiamentos ao Agronegócio Café (Lei nº 8.427, de 1992)	Financiamento concedido	unidade	Investimentos	318.786	Concessão de financiamentos destinados ao agronegócio café, compreendendo o custeio, a colheita, a estocagem e a aquisição de café por terceiros, entre outros, a serem aprovados pelo poder público, em especial pelo Conselho Monetário Nacional - CMN. Médio: 315.647,70 Quantidade: 12.000 Total: 3.787.772.518,00
0A27	Equalização de Juros nos Financiamentos ao Agronegócio Café (Lei nº 8.427, de 1992)	Instituição financeira remunerada	unidade	Serviços	9.533.333	Equalização de taxas de juros destinando recursos do Fundo de Defesa da Economia Cafeeira para a cobertura da diferença existente entre o custo de captação dos recursos mais o spread e o retorno pago pelos mutuários nas operações abnligadas, bem como em relação aos financiamentos concedidos a partir de 2001. Médio: 9.533.333,00 Quantidade: 15 Total: 143.000.000,00

PROJETO DE LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS PARA 2014**ANEXO II
RELAÇÃO DAS INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES AO PROJETO DE LEI
ORÇAMENTÁRIA DE 2014**

III - programação orçamentária, detalhada por operações especiais, relativa à concessão de quaisquer empréstimos, destacando os respectivos subsídios, quando houver, no âmbito dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social.

PLDO-2014, Anexo II das Informações Complementares ao PLOA 2014

"III - programação orçamentária, detalhada por operações especiais, relativa à concessão de quaisquer empréstimos, destacando os respectivos subsídios, quando houver, no âmbito dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social;"

Programação relativa à concessão de empréstimos, com os respectivos subsídios

R\$ 1,00

38000 - Ministério do Trabalho e Emprego

38901 - Fundo de Amparo ao Trabalhador

Esf.Fç.Sbfç.Prog.Ação.Locg	Descrição	Natureza	Valor
10.11.334.0902.0158.0001	Financiamento de Programas de Desenvolvimento Econômico a Cargo do BNDES - Nacional	459066	17.961.846.730

53000 - Ministério da Integração Nacional

74917 - Recursos sob Supervisão do Fundo de Desenvolvimento da Amazônia/FDA - Min Integração Nacional

Esf.Fç.Sbfç.Prog.Ação.Locg	Descrição	Natureza	Valor
10.28.846.2029.0353.0001	Financiamento de Projetos do Setor Produtivo no âmbito do Fundo de Desenvolvimento da Amazônia (MP nº 2.157-5, de 24 de agosto de 2001) - Nacional	459066	1.397.512.880

53000 - Ministério da Integração Nacional

74918 - Recursos sob Supervisão do Fundo de Desenvolvimento do Nordeste/FDNE - Min Integração Nacional

Esf.Fç.Sbfç.Prog.Ação.Locg	Descrição	Natureza	Valor
10.28.846.2029.0355.0001	Financiamento de Projetos do Setor Produtivo no âmbito do Fundo de Desenvolvimento do Nordeste (MP nº 2.156-5, de 24 de agosto de 2001) - Nacional	459066	2.022.481.635

53000 - Ministério da Integração Nacional

74919 - Recursos sob Supervisão do Fundo de Desenvolvimento do Centro-Oeste/FDCO - Min Integração Nacional

Esf.Fç.Sbfç.Prog.Ação.Locg	Descrição	Natureza	Valor
10.28.846.2029.0E83.0050	Financiamento de Projetos do Setor Produtivo no âmbito do Fundo de Desenvolvimento do Centro-Oeste (Lei Complementar nº 129, de 8 de janeiro de 2009) - Na Região Centro-Oeste	459066	1.102.853.841

74000 - Operações Oficiais de Crédito

74101 - Recursos sob a Supervisão da Secretaria do Tesouro Nacional - Ministério da Fazenda

Esf.Fç.Sbfç.Prog.Ação.Locg	Descrição	Natureza	Valor
10.20.608.2012.0A81.0001	Financiamento para a Agricultura Familiar - PRONAF (Lei nº 10.186, de 2001) - Nacional	459066	350.000.000

74000 - Operações Oficiais de Crédito

74101 - Recursos sob a Supervisão da Secretaria do Tesouro Nacional - Ministério da Fazenda

Esf.Fç.Sbfç.Prog.Ação.Locg	Descrição	Natureza	Valor
10.23.693.2024.0A84.0001	Financiamento para Promoção das Exportações - PROEX (Lei nº 10.184, de 2001) - Nacional	459066	2.900.000.000

74000 - Operações Oficiais de Crédito

74101 - Recursos sob a Supervisão da Secretaria do Tesouro Nacional - Ministério da Fazenda

Esf.Fç.Sbfç.Prog.Ação.Locg	Descrição	Natureza	Valor
10.23.693.2024.0267.0001	Subvenção Econômica para Promoção das Exportações - PROEX (Lei nº 10.184, de 2001) - Nacional	339045	1.063.020.000

PLDO-2014, Anexo II das Informações Complementares ao PLOA 2014

"III - programação orçamentária, detalhada por operações especiais, relativa à concessão de quaisquer empréstimos, destacando os respectivos subsídios, quando houver, no âmbito dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social;"

Programação relativa à concessão de empréstimos, com os respectivos subsídios

R\$ 1,00

74000 - Operações Oficiais de Crédito

74101 - Recursos sob a Supervisão da Secretaria do Tesouro Nacional - Ministério da Fazenda

Esf.Fç.Sbfç.Prog.Ação.Locg	Descrição	Natureza	Valor
10.28.846.0902.0343.0001	Programa de Incentivo à Redução da Presença do Setor Público Estadual na Atividade Bancária - PROES (MP nº 2.192, de 2001) - Nacional	459066	113.000.000

74000 - Operações Oficiais de Crédito

74102 - Recursos sob Supervisão do Ministério da Fazenda

Esf.Fç.Sbfç.Prog.Ação.Locg	Descrição	Natureza	Valor
10.04.122.2110.0021.0001	Financiamento para Modernização da Gestão Administrativa e Fiscal dos Municípios - Nacional	459066	170.000.000

74000 - Operações Oficiais de Crédito

74201 - Recursos sob Supervisão da Superintendência de Seguros Privados/SUSEP- Ministério da Fazenda

Esf.Fç.Sbfç.Prog.Ação.Locg	Descrição	Natureza	Valor
10.04.125.2110.0461.0001	Concessão de Empréstimos para Liquidação de Sociedades Seguradoras, Resseguradoras, Entidades de Previdência Complementar Aberta e Capitalização - Nacional	459066	5.450.406

74000 - Operações Oficiais de Crédito

74202 - Recursos sob Supervisão da Agência Nacional de Saúde Suplementar/ANS - Ministério da Saúde

Esf.Fç.Sbfç.Prog.Ação.Locg	Descrição	Natureza	Valor
20.10.125.2115.0354.0001	Concessão de Empréstimos para Liquidação de Operadoras de Planos Privados de Assistência à Saúde (Lei nº 9.961, de 2000) - Nacional	459066	16.000.000

74000 - Operações Oficiais de Crédito

74203 - Recursos sob Supervisão do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária/INCRA - Min. do Desenv. Agrário

Esf.Fç.Sbfç.Prog.Ação.Locg	Descrição	Natureza	Valor
10.21.631.2066.0427.0001	Concessão de Crédito-Instalação às Famílias Assentadas - Nacional	459066	946.000.000

74000 - Operações Oficiais de Crédito

74204 - Recursos sob Supervisão da Caixa de Construções de Casas para o Pessoal da Marinha - CCCPM

Esf.Fç.Sbfç.Prog.Ação.Locg	Descrição	Natureza	Valor
10.05.482.0902.00GY.0001	Financiamento Imobiliário para o Pessoal da Marinha - Nacional	459066	196.000.000

74000 - Operações Oficiais de Crédito

74205 - Recursos sob Supervisão da Caixa de Financiamento Imobiliário da Aeronáutica

Esf.Fç.Sbfç.Prog.Ação.Locg	Descrição	Natureza	Valor
10.05.482.0902.00JE.0001	Financiamento Imobiliário para o Pessoal da Aeronáutica - Nacional	459066	1.467.334

PLDO-2014, Anexo II das Informações Complementares ao PLOA 2014

"III - programação orçamentária, detalhada por operações especiais, relativa à concessão de quaisquer empréstimos, destacando os respectivos subsídios, quando houver, no âmbito dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social;"

Programação relativa à concessão de empréstimos, com os respectivos subsídios

R\$ 1,00

74000 - Operações Oficiais de Crédito

74901 - Recursos sob Supervisão do Fundo de Defesa da Economia Cafeeira/Funcafê - MAPA

Esf.Fç.Sbfç.Prog.Ação.Locg	Descrição	Natureza	Valor
10.20.608.2014.0012.0001	Financiamentos ao Agronegócio Café (Lei nº 8.427, de 1992) - Nacional	459066	3.825.427.262

74000 - Operações Oficiais de Crédito

74901 - Recursos sob Supervisão do Fundo de Defesa da Economia Cafeeira/Funcafê - MAPA

Esf.Fç.Sbfç.Prog.Ação.Locg	Descrição	Natureza	Valor
10.20.608.2014.0A27.0001	Equalização de Juros nos Financiamentos ao Agronegócio Café (Lei nº 8.427, de 1992) - Nacional	339045	143.000.000

74000 - Operações Oficiais de Crédito

74902 - Recursos sob Supervisão do Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior/FIEES - Min. da Educação

Esf.Fç.Sbfç.Prog.Ação.Locg	Descrição	Natureza	Valor
10.12.694.0902.00IG.0001	Concessão de Financiamento Estudantil - FIES - Nacional	459066	1.527.097.593

74000 - Operações Oficiais de Crédito

74904 - Recursos sob Supervisão do Fundo da Marinha Mercante/FMM - Ministério dos Transportes

Esf.Fç.Sbfç.Prog.Ação.Locg	Descrição	Natureza	Valor
10.26.661.2055.0118.0001	Financiamentos à Marinha Mercante e à Indústria de Construção e Reparação Naval - Nacional	459066	4.481.128.956

74000 - Operações Oficiais de Crédito

74905 - Recursos sob Supervisão do Fundo para o Desenv. Tecnol. das Telecomunicações/FUNTEL - Min das Comunicações

Esf.Fç.Sbfç.Prog.Ação.Locg	Descrição	Natureza	Valor
10.24.572.2025.0505.0001	Financiamento a Projetos de Desenvolvimento de Tecnologias nas Telecomunicações - Nacional	459066	170.490.275

74000 - Operações Oficiais de Crédito

74906 - Recursos sob Supervisão do Fundo de Terras e da Reforma Agrária/Banco da Terra - Min. do Desenv. Agrário

Esf.Fç.Sbfç.Prog.Ação.Locg	Descrição	Natureza	Valor
10.21.631.2066.0061.0001	Concessão de Crédito para Aquisição de Imóveis Rurais e Investimentos Básicos - Fundo de Terras - Nacional	459066	300.000.000

74000 - Operações Oficiais de Crédito

74908 - Recursos sob Supervisão do Fundo Geral de Turismo/FUNGETUR - Ministério do Turismo

Esf.Fç.Sbfç.Prog.Ação.Locg	Descrição	Natureza	Valor
10.23.695.2076.0454.0001	Financiamento da Infraestrutura Turística Nacional - Nacional	459066	35.915.302

PLDO-2014, Anexo II das Informações Complementares ao PLOA 2014

"III - programação orçamentária, detalhada por operações especiais, relativa à concessão de quaisquer empréstimos, destacando os respectivos subsídios, quando houver, no âmbito dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social;"

Programação relativa à concessão de empréstimos, com os respectivos subsídios

R\$ 1,00

74000 - Operações Oficiais de Crédito

74912 - Recursos sob Supervisão do Fundo Nacional de Cultura

Esf.Fç.Sbfç.Prog.Ação.Locg	Descrição	Natureza	Valor
10.13.392.2027.006C.0001	Financiamento ao Setor Audiovisual - Fundo Setorial do Audiovisual - (Lei nº 11.437, de 2006) - Nacional	459066	302.933.856

42000 - Ministério da Cultura

42902 - Fundo Nacional de Cultura

Esf.Fç.Sbfç.Prog.Ação.Locg	Descrição	Natureza	Valor
10.13.392.2027.005Z.0001	Equalização de Encargos Financeiros Incidentes nas Operações de Financiamento ao Setor Audiovisual - Fundo Setorial do Audiovisual (Lei nº 11.437, de 2006) - Nacional	339045	975.000

74000 - Operações Oficiais de Crédito

74912 - Recursos sob Supervisão do Fundo Nacional de Cultura

Esf.Fç.Sbfç.Prog.Ação.Locg	Descrição	Natureza	Valor
10.13.392.2027.0B85.0001	Concessão de Financiamento a Empreendedores Culturais (Lei nº 8.313, de 1991) - Nacional	459066	15.000.000

74000 - Operações Oficiais de Crédito

74913 - Recursos sob Supervisão do Fundo Constitucional de Financiamento do Norte/FNO - Min Integração Nacional

Esf.Fç.Sbfç.Prog.Ação.Locg	Descrição	Natureza	Valor
10.28.846.0902.0534.0010	Financiamento aos Setores Produtivos da Região Norte - Na Região Norte	459066	2.206.027.540

74000 - Operações Oficiais de Crédito

74914 - Recursos sob Supervisão do Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste/FCO - Min Integração Nacional

Esf.Fç.Sbfç.Prog.Ação.Locg	Descrição	Natureza	Valor
10.28.846.0902.0029.0050	Financiamento aos Setores Produtivos da Região Centro-Oeste - Na Região Centro-Oeste	459066	2.206.027.540

74000 - Operações Oficiais de Crédito

74915 - Recursos sob Supervisão do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste/FNE - Min Integração Nacional

Esf.Fç.Sbfç.Prog.Ação.Locg	Descrição	Natureza	Valor
10.28.846.0902.0030.0020	Financiamento aos Setores Produtivos do Semiárido da Região Nordeste - Na Região Nordeste	459066	3.309.041.308

74000 - Operações Oficiais de Crédito

74915 - Recursos sob Supervisão do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste/FNE - Min Integração Nacional

Esf.Fç.Sbfç.Prog.Ação.Locg	Descrição	Natureza	Valor
10.28.846.0902.0031.0020	Financiamento aos Setores Produtivos da Região Nordeste - Na Região Nordeste	459066	3.309.041.308

PLDO-2014, Anexo II das Informações Complementares ao PLOA 2014

"III - programação orçamentária, detalhada por operações especiais, relativa à concessão de quaisquer empréstimos, destacando os respectivos subsídios, quando houver, no âmbito dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social;"

Programação relativa à concessão de empréstimos, com os respectivos subsídios

RS 1,00

74000 - Operações Oficiais de Crédito

74916 - Recursos sob Supervisão do Fundo Nacional sobre Mudança do Clima/FNMC - Ministério do Meio Ambiente

Esf.Fç.Sbfç.Prog.Ação.Locg	Descrição	Natureza	Valor
10.18.541.2050.00J4.0001	Financiamento de Projetos para Mitigação e Adaptação à Mudança do Clima - Nacional	459066	360.000.000

PROJETO DE LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS PARA 2014**ANEXO II
RELAÇÃO DAS INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES AO PROJETO DE LEI
ORÇAMENTÁRIA DE 2014**

IV - gastos, por unidade da Federação, nas áreas de assistência social, educação, desporto, habitação, saúde, saneamento, transportes e irrigação, com indicação dos critérios utilizados.

Inciso IV das Informações Complementares Relacionadas no Anexo II do Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2014
Gastos, por Unidade da Federação, nas Áreas de Assistência Social, Educação, Desporto, Habitação, Saúde, Saneamento, Transportes e Irrigação

REGIONALIZAÇÃO

Região / Estado	Assistência Social	Desporto	Educação	Habitação	Irrigação	Saneamento	Saúde	Transportes	Total
Região Norte	3.300.924.985	-	1.756.480.372	27.036.000	15.000.000	84.693.788	3.894.201.899	2.380.279.894	11.458.616.938
Acre	6.341.734	-	102.030.393	-	-	-	256.393.163	116.501.839	481.267.129
Amapá	4.634.360	-	84.365.121	-	-	-	188.245.263	137.331.839	414.576.583
Amazonas	21.863.889	-	279.822.225	-	-	-	888.053.979	262.131.839	1.451.871.932
Pará	49.785.778	-	552.553.388	-	-	-	1.475.303.277	826.301.839	2.903.944.282
Região Norte	3.183.986.650	-	343.758.754	27.036.000	-	84.693.788	15.000.000	71.967.021	3.726.442.213
Rorônia	11.206.316	-	120.221.862	-	-	-	453.625.800	460.491.839	1.045.545.817
Roraima	4.694.538	-	106.426.499	-	8.000.000	-	148.039.632	169.231.839	436.392.508
Tocantins	18.411.720	-	167.302.130	-	7.000.000	-	469.540.785	336.321.839	998.576.474
Região Nordeste	13.294.333.937	-	4.695.186.174	34.265.000	334.392.011	1.055.070.623	14.897.131.321	5.073.232.318	39.383.611.384
Alagoas	25.087.348	-	266.956.742	-	30.000.000	4.981.000	861.432.776	346.381.839	1.534.835.655
Bahia	112.428.985	-	606.688.167	-	87.794.661	-	3.848.125.913	2.517.721.839	7.172.759.565
Ceará	64.644.542	-	455.467.059	-	20.938.921	-	2.124.262.138	347.211.839	3.012.524.499
Maranhão	61.879.975	-	329.194.139	-	6.200.000	-	1.805.932.944	423.131.839	2.626.338.897
Paraíba	41.661.555	-	455.456.355	-	3.900.000	-	1.061.049.993	210.151.839	1.772.215.742
Pernambuco	63.847.022	-	590.532.135	-	79.381.377	-	2.695.931.477	492.541.839	3.922.233.850
Piauí	38.879.715	-	267.049.827	-	50.120.268	-	954.513.910	210.818.839	1.521.382.559
Região Nordeste	12.835.005.156	-	1.025.702.836	34.265.000	20.556.784	1.050.089.623	-	32.478.779	14.998.098.178
Rio Grande do Norte	33.224.953	-	478.045.748	-	30.400.000	-	907.417.312	242.821.839	1.691.909.852
Sergipe	17.674.686	-	220.093.166	-	5.100.000	-	638.464.908	249.971.827	1.131.304.587
Região Sudeste	6.147.437.274	-	5.519.270.755	12.596.000	43.928.000	955.216.302	22.727.029.694	2.964.536.156	38.370.014.181
Espírito Santo	22.214.083	-	332.253.360	-	-	-	1.026.324.252	201.361.839	1.582.153.534
Minas Gerais	152.615.932	-	2.086.896.821	-	43.928.000	-	5.622.166.952	1.470.161.839	9.375.769.544
Região Sudeste	5.733.125.643	-	1.071.125.704	12.596.000	-	955.216.302	-	115.998.800	7.888.062.449
Rio de Janeiro	68.207.619	-	1.399.463.705	-	-	-	5.767.275.879	469.501.839	7.704.449.042
São Paulo	171.273.997	-	629.531.165	-	-	-	10.311.262.611	707.511.839	11.819.579.612
Região Sul	1.870.482.830	-	2.854.268.899	51.040.000	15.429.226	646.712.692	7.652.911.567	2.849.686.921	15.940.532.135
Paraná	82.134.735	-	631.476.694	-	-	-	2.866.316.760	560.075.839	4.140.004.028
Região Sul	1.660.885.495	-	389.021.680	51.040.000	-	646.712.692	-	94.967.404	2.842.627.271
Rio Grande do Sul	80.118.864	-	1.251.363.686	-	15.429.226	-	3.039.116.801	1.133.871.839	5.519.900.416
Santa Catarina	47.343.736	-	582.406.839	-	-	-	1.747.478.006	1.060.771.839	3.438.000.420
Centro-Oeste	1.347.812.477	-	2.603.650.942	75.218.000	59.690.458	253.274.563	3.658.400.904	1.935.517.022	9.933.564.366
Distrito Federal	8.806.244	-	1.335.821.882	-	-	-	640.851.158	48.500.000	2.033.975.284
Goiás	50.930.891	-	411.592.168	-	39.600.000	-	1.510.613.617	906.571.839	2.919.308.515
Mato Grosso	28.084.068	-	337.556.461	-	11.723.508	-	780.631.687	716.861.839	1.874.857.563
Mato Grosso do Sul	22.104.218	-	306.824.094	-	8.366.950	-	726.304.442	249.971.839	1.313.571.543
Região Centro-Oeste	1.237.887.056	-	211.856.337	75.218.000	-	253.274.563	-	13.611.505	1.791.847.461
Nacional	42.063.971.180	1.499.621.536	37.013.377.185	187.691.225	162.867.896	562.275.284	30.379.708.554	7.690.870.587	119.560.383.447
Total	68.024.962.683	1.499.621.536	54.442.234.327	387.846.225	631.307.591	3.557.243.252	83.209.383.939	22.894.122.898	234.646.722.451

Crêditos:
Grupos de Despesa 3,4 e 5, exclui-se esfera orçamentária 30.
Assistência Social: Função 08; Desporto: Função 27; Educação: Função 12; Habitação: Função 16; Irrigação: Subfunção 607; Saneamento: Função 17; Saúde: Função 10; Transportes: Função 26.
Conforme informações dos órgãos setoriais, com indicação dos critérios utilizados.

PLDO-2014, Anexo II das Informações Complementares ao PLOA 2014

Critérios utilizados para regionalização dos gastos

"IV - gastos, por unidade da Federação, nas áreas de assistência social, educação, desporto, habitação, saúde, saneamento, transportes e irrigação, com indicação dos critérios utilizados;"

Área / Órgão	Abrangência Geográfica	Critérios adotados para regionalização
--------------	------------------------	--

Assistência social

55000 Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome

Nacional

- 1) Programa: 2037 - Fortalecimento do Sistema Único de Assistência Social (SUAS)
- 1.1) Ação 2A60 - Serviço de Proteção Social Básica
- Critérios: A regionalização dos recursos é realizada em consonância com a Lei Orgânica de Assistência Social – LOAS (Lei nº 8.742, de 07/12/93, alterada pela Lei nº 12.435, de 6/7/2011); com critérios estabelecidos na Norma Operacional Básica de Assistência Social – NOB/SUAS, aprovada pela Resolução CNAS Nº 33/2012 com critérios pactuados na Comissão Intergestores Tripartite – CIT e aprovados no Conselho Nacional de Assistência Social – CNAS; além de outros normativos legais.
- 1.2) Ação 2A65 - Serviços de Proteção Social Especial de Média Complexidade
- Critérios: A regionalização do serviço de média complexidade obedece aos critérios estabelecidos na Norma Operacional Básica de Assistência Social - NOB/SUAS, aprovada pela Resolução CNAS nº 130/2005, Portaria MDS nº 843/2010 alterada pela Portaria MDS nº 139/2012, como também demais critérios pactuados na Comissão Intergestores Tripartite - CIT e aprovados no Conselho Nacional de Assistência Social - CNAS, além de outros normativos legais. Caso seja pertinente, o CNAS poderá deliberar outros critérios que se fizerem necessários a complementação dos processos anuais de partilha de recursos do FNAS.
- 1.3) Ação 2A69 - Serviços de Proteção Social Especial de Alta Complexidade
- Critérios: A regionalização dos recursos do serviço de alta complexidade obedece aos critérios estabelecidos na Norma Operacional Básica de Assistência Social - NOB/SUAS, aprovada pela Resolução CNAS nº 130/2005, Portaria MDS nº 440/2005, e Portaria MDS nº 460/2007, Portaria nº 431/2008, Portaria MDS nº 392/2010, Portaria MDS nº 752/2010, Portaria MDS nº 140/2012, como também demais critérios pactuados na Comissão Intergestores Tripartite - CIT e aprovados no Conselho Nacional de Assistência Social - CNAS. Caso seja pertinente, o CNAS poderá deliberar outros critérios que se fizerem necessários à complementação dos processos anuais de partilha de recursos do FNAS.
- 1.4) Ação 8893 - Apoio à Organização, à Gestão e à Vigilância Social no Território, no âmbito do SUAS
- Critérios: O IGDSUAS aferi os resultados da gestão descentralizada do SUAS, considerando a atuação da gestão na implementação, execução e monitoramento dos serviços, programas, projetos e benefícios de assistência social, bem como na articulação intersectorial. O IGDSUAS foi instituído pela Lei nº 12.435/2011, que alterou a Lei nº 8.742/1993 (LOAS) e regulamentado pelo Decreto nº 7.636/2011 e pelas Portarias nº 337/2011 e nº 07/2012. Os recursos são repassados aos Municípios, Estados e DF que alcançam os índices mínimos e que estão habilitados ao Sistema a título de remuneração pelo desempenho obtido na gestão do SUAS. Anualmente esse recurso é corrigido em conformidade com o valor previsto para o cofinanciamento federal para os serviços socioassistenciais. O valor a ser destinado ao IGDSUAS em cada exercício corresponderá em até 10% do total de recursos destinados aos serviços socioassistenciais.
- 2) Programa: 2062 - Promoção dos Direitos de Crianças e Adolescentes
- 2.1) Ação 8662 - Concessão de Bolsa para famílias com crianças e adolescentes identificadas em Situação de Trabalho
- Critérios: Os recursos do PETI (Erradicação do Trabalho Infantil) são regionalizados seguindo os critérios da incidência do trabalho infantil identificada pelos gestores municipais de assistência social e inserida no Cadastro Único de Programas Sociais do Governo Federal - CadÚnico, conforme Portarias MDS nº 666/2005, 431/2008, 730/2010, 123/2012 e, ainda, considerando a Lei nº 12.435/2011.

PLDO-2014, Anexo II das Informações Complementares ao PLOA 2014

Critérios utilizados para regionalização dos gastos

"IV - gastos, por unidade da Federação, nas áreas de assistência social, educação, desporto, habitação, saúde, saneamento, transportes e irrigação, com indicação dos critérios utilizados;"

Área / Órgão	Abrangência Geográfica	Critérios adotados para regionalização
	Região Centro-Oeste	1) Programa: 2037 - Fortalecimento do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) 1.1) Ação 2A60 - Serviço de Proteção Social Básica Critérios: A regionalização dos recursos é realizada em consonância com a Lei Orgânica de Assistência Social – LOAS (Lei nº 8.742, de 07/12/93, alterada pela Lei nº 12.435, de 6/7/2011); com critérios estabelecidos na Norma Operacional Básica de Assistência Social – NOB/SUAS, aprovada pela Resolução CNAS nº 33/2012 com critérios pactuados na Comissão Intergestores Tripartite – CIT e aprovados no Conselho Nacional de Assistência Social – CNAS; além de outros normativos legais. 1.2) Ação 2A65 - Serviços de Proteção Social Especial de Média Complexidade Critérios: A regionalização do serviço de média complexidade obedece aos critérios estabelecidos na Norma Operacional Básica de Assistência Social – NOB/SUAS, aprovada pela Resolução CNAS nº 130/2005, Portaria MDS nº 843/2010 alterada pela Portaria MDS nº 139/2012, como também demais critérios pactuados na Comissão Intergestores Tripartite - CIT e aprovados no Conselho Nacional de Assistência Social - CNAS, além de outros normativos legais. Caso seja pertinente, o CNAS poderá deliberar outros critérios que se fizerem necessários à complementação dos processos anuais de partilha de recursos do FNAS. 1.3) Ação 2A69 - Serviços de Proteção Social Especial de Alta Complexidade Critérios: A regionalização dos recursos do serviço de alta complexidade obedece aos critérios estabelecidos na Norma Operacional Básica de Assistência Social - NOB/SUAS, aprovada pela Resolução CNAS nº 130/2005, Portaria MDS nº 440/2005, e Portaria MDS nº 460/2007, Portaria nº 431/2008, Portaria MDS nº 392/2010, Portaria MDS nº 752/2010, Portaria MDS nº 140/2012, como também demais critérios pactuados na Comissão Intergestores Tripartite - CIT e aprovados no Conselho Nacional de Assistência Social - CNAS. Caso seja pertinente, o CNAS poderá deliberar outros critérios que se fizerem necessários à complementação dos processos anuais de partilha de recursos do FNAS. 1.4) Ação 8893 - Apoio à Organização, à Gestão e à Vigilância Social no Território, no âmbito do SUAS Critérios: O IGDSUAS aferi os resultados da gestão descentralizada do SUAS, considerando a atuação da gestão na implementação, execução e monitoramento dos serviços, programas, projetos e benefícios de assistência social, bem como na articulação intersetorial. O IGDSUAS foi instituído pela Lei nº 12.435/2011, que alterou a Lei nº 8.742/1993 (LOAS) e regulamentado pelo Decreto nº 7.636/2011 e pelas Portarias nº 337/2011 e nº 07/2012. Os recursos são repassados aos Municípios, Estados e DF que alcançam os índices mínimos e que estão habilitados ao Sistema a título de remuneração pelo desempenho obtido na gestão do SUAS. Anualmente esse recurso é corrigido em conformidade com o valor previsto para o cofinanciamento federal para os serviços socioassistenciais. O valor a ser destinado ao IGDSUAS em cada exercício corresponderá em até 10% do total de recursos destinados aos serviços socioassistenciais. 2) Programa: 2062 - Promoção dos Direitos de Crianças e Adolescentes 2.1) Ação 8862 - Concessão de Bolsa para famílias com crianças e adolescentes identificadas em Situação de Trabalho Critérios: Os recursos do PETI (Erradicação do Trabalho Infantil) são regionalizados seguindo os critérios da incidência do trabalho infantil identificada pelos gestores municipais de assistência social e inserida no Cadastro Único de Programas Sociais do Governo Federal - CadÚnico, conforme Portarias MDS nº 666/2005, 431/2008, 730/2010, 123/2012 e, ainda, considerando a Lei nº 12.435/2011.
	Região Nordeste	1) Programa: 2037 - Fortalecimento do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) 1.1) Ação 2A60 - Serviço de Proteção Social Básica Critérios: A regionalização dos recursos é realizada em consonância com a Lei Orgânica de Assistência Social – LOAS (Lei nº 8.742, de 07/12/93, alterada pela Lei nº 12.435, de 6/7/2011); com critérios estabelecidos na Norma Operacional Básica de Assistência Social – NOB/SUAS, aprovada pela

PLDO-2014, Anexo II das Informações Complementares ao PLOA 2014

Critérios utilizados para regionalização dos gastos

"IV - gastos, por unidade da Federação, nas áreas de assistência social, educação, desporto, habitação, saúde, saneamento, transportes e irrigação, com indicação dos critérios utilizados;"

Área / Órgão	Abrangência Geográfica	Critérios adotados para regionalização
		Resolução CNAS Nº 33/2012 com critérios pactuados na Comissão Intergestores Tripartite – CIT e aprovados no Conselho Nacional de Assistência Social – CNAS; além de outros normativos legais. 1.2) Ação 2A65 - Serviços de Proteção Social Especial de Média Complexidade Critérios: A regionalização do serviço de média complexidade obedece aos critérios estabelecidos na Norma Operacional Básica de Assistência Social - NOB/SUAS, aprovada pela Resolução CNAS nº 130/2005, Portaria MDS nº 843/2010 alterada pela Portaria MDS nº 139/2012, como também demais critérios pactuados na Comissão Intergestores Tripartite - CIT e aprovados no Conselho Nacional de Assistência Social - CNAS, além de outros normativos legais. Caso seja pertinente, o CNAS poderá deliberar outros critérios que se fizerem necessários à complementação dos processos anuais de partilha de recursos do FNAS. 1.3) Ação 2A69 - Serviços de Proteção Social Especial de Alta Complexidade Critérios: A regionalização dos recursos do serviço de alta complexidade obedece aos critérios estabelecidos na Norma Operacional Básica de Assistência Social - NOB/SUAS, aprovada pela Resolução CNAS nº 130/2005, Portaria MDS nº 440/2005, e Portaria MDS nº 460/2007, Portaria nº 431/2008, Portaria MDS nº 392/2010, Portaria MDS nº 752/2010, Portaria MDS nº 140/2012, como também demais critérios pactuados na Comissão Intergestores Tripartite - CIT e aprovados no Conselho Nacional de Assistência Social - CNAS. Caso seja pertinente, o CNAS poderá deliberar outros critérios que se fizerem necessários à complementação dos processos anuais de partilha de recursos do FNAS. 1.4) Ação 8893 - Apoio à Organização, à Gestão e à Vigilância Social no Território, no âmbito do SUAS Critérios: O IGDSUAS aferi os resultados da gestão descentralizada do SUAS, considerando a atuação da gestão na implementação, execução e monitoramento dos serviços, programas, projetos e benefícios de assistência social, bem como na articulação intersectorial. O IGDSUAS foi instituído pela Lei nº 12.435/2011, que alterou a Lei nº 8.742/1993 (LOAS) e regulamentado pelo Decreto nº 7.636/2011 e pelas Portarias nº 337/2011 e nº 07/2012. Os recursos são repassados aos Municípios, Estados e DF que alcançam os índices mínimos e que estão habilitados ao Sistema a título de remuneração pelo desempenho obtido na gestão do SUAS. Anualmente esse recurso é corrigido em conformidade com o valor previsto para o cofinanciamento federal para os serviços socioassistenciais. O valor a ser destinado ao IGDSUAS em cada exercício corresponderá em até 10% do total de recursos destinados aos serviços socioassistenciais. 2) Programa: 2062 - Promoção dos Direitos de Crianças e Adolescentes 2.1) Ação 8662 - Concessão de Bolsa para famílias com crianças e adolescentes identificadas em Situação de Trabalho Critérios: Os recursos do PETI (Erradicação do Trabalho Infantil) são regionalizados seguindo os critérios da incidência do trabalho infantil identificada pelos gestores municipais de assistência social e inserida no Cadastro Único de Programas Sociais do Governo Federal - CadÚnico, conforme Portarias MDS nº 666/2005, 431/2008, 730/2010, 123/2012 e, ainda, considerando a Lei nº 12.435/2011.
Região Norte		1) Programa: 2037 - Fortalecimento do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) 1.1) Ação 2A60 - Serviço de Proteção Social Básica Critérios: A regionalização dos recursos é realizada em consonância com a Lei Orgânica de Assistência Social – LOAS (Lei nº 8.742, de 07/12/93, alterada pela Lei nº 12.435, de 6/7/2011); com critérios estabelecidos na Norma Operacional Básica de Assistência Social – NOB/SUAS, aprovada pela Resolução CNAS Nº 33/2012 com critérios pactuados na Comissão Intergestores Tripartite – CIT e aprovados no Conselho Nacional de Assistência Social – CNAS; além de outros normativos legais. 1.2) Ação 2A65 - Serviços de Proteção Social Especial de Média Complexidade Critérios: A regionalização do serviço de média complexidade obedece aos critérios estabelecidos na Norma Operacional Básica de Assistência Social -

PLDO-2014, Anexo II das Informações Complementares ao PLOA 2014

Critérios utilizados para regionalização dos gastos

"IV - gastos, por unidade da Federação, nas áreas de assistência social, educação, desporto, habitação, saúde, saneamento, transportes e irrigação, com indicação dos critérios utilizados;"

Área / Órgão	Abrangência Geográfica	Critérios adotados para regionalização
		NOB/SUAS, aprovada pela Resolução CNAS nº 130/2005, Portaria MDS nº 843/2010 alterada pela Portaria MDS nº 139/2012, como também demais critérios pactuados na Comissão Intergestores Tripartite - CIT e aprovados no Conselho Nacional de Assistência Social - CNAS, além de outros normativos legais. Caso seja pertinente, o CNAS poderá deliberar outros critérios que se fizerem necessários à complementação dos processos anuais de partilha de recursos do FNAS. 1.3) Ação 2A69 - Serviços de Proteção Social Especial de Alta Complexidade Critérios: A regionalização dos recursos do serviço de alta complexidade obedece aos critérios estabelecidos na Norma Operacional Básica de Assistência Social - NOB/SUAS, aprovada pela Resolução CNAS nº 130/2005, Portaria MDS nº 440/2005, e Portaria MDS nº 460/2007, Portaria nº 431/2008, Portaria MDS nº 392/2010, Portaria MDS nº 752/2010, Portaria MDS nº 140/2012, como também demais critérios pactuados na Comissão Intergestores Tripartite - CIT e aprovados no Conselho Nacional de Assistência Social - CNAS. Caso seja pertinente, o CNAS poderá deliberar outros critérios que se fizerem necessários à complementação dos processos anuais de partilha de recursos do FNAS. 1.4) Ação 8893 - Apoio à Organização, à Gestão e à Vigilância Social no Território, no âmbito do SUAS Critérios: O IGDSUAS aferi os resultados da gestão descentralizada do SUAS, considerando a atuação da gestão na implementação, execução e monitoramento dos serviços, programas, projetos e benefícios de assistência social, bem como na articulação intersectorial. O IGDSUAS foi instituído pela Lei nº 12.435/2011, que alterou a Lei nº 8.742/1993 (LOAS) e regulamentado pelo Decreto nº 7.636/2011 e pelas Portarias nº 337/2011 e nº 07/2012. Os recursos são repassados aos Municípios, Estados e DF que alcançam os índices mínimos e que estão habilitados ao Sistema a título de remuneração pelo desempenho obtido na gestão do SUAS. Anualmente esse recurso é corrigido em conformidade com o valor previsto para o cofinanciamento federal para os serviços socioassistenciais. O valor a ser destinado ao IGDSUAS em cada exercício corresponderá em até 10% do total de recursos destinados aos serviços socioassistenciais. 2) Programa: 2062 - Promoção dos Direitos de Crianças e Adolescentes 2.1) Ação 8662 - Concessão de Bolsa para famílias com crianças e adolescentes identificadas em Situação de Trabalho Critérios: Os recursos do PETI (Erradicação do Trabalho Infantil) são regionalizados seguindo os critérios da incidência do trabalho infantil identificada pelos gestores municipais de assistência social e inserida no Cadastro Único de Programas Sociais do Governo Federal - CadÚnico, conforme Portarias MDS nº 666/2005, 431/2008, 730/2010, 123/2012 e, ainda, considerando a Lei nº 12.435/2011. 1) Programa: 2037 - Fortalecimento do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) 1.1) Ação 2A60 - Serviço de Proteção Social Básica Critérios: A regionalização dos recursos é realizada em consonância com a Lei Orgânica de Assistência Social - LOAS (Lei nº 8.742, de 07/12/93, alterada pela Lei nº 12.435, de 6/7/2011); com critérios estabelecidos na Norma Operacional Básica de Assistência Social - NOB/SUAS, aprovada pela Resolução CNAS nº 33/2012 com critérios pactuados na Comissão Intergestores Tripartite - CIT e aprovados no Conselho Nacional de Assistência Social - CNAS; além de outros normativos legais. 1.2) Ação 2A65 - Serviços de Proteção Social Especial de Média Complexidade Critérios: A regionalização do serviço de média complexidade obedece aos critérios estabelecidos na Norma Operacional Básica de Assistência Social - NOB/SUAS, aprovada pela Resolução CNAS nº 130/2005, Portaria MDS nº 843/2010 alterada pela Portaria MDS nº 139/2012, como também demais critérios pactuados na Comissão Intergestores Tripartite - CIT e aprovados no Conselho Nacional de Assistência Social - CNAS, além de outros normativos legais. Caso seja pertinente, o CNAS poderá deliberar outros critérios que se fizerem necessários à complementação dos processos anuais de partilha de recursos do FNAS.

Região Sudeste

PLDO-2014, Anexo II das Informações Complementares ao PLOA 2014

Critérios utilizados para regionalização dos gastos

"IV - gastos, por unidade da Federação, nas áreas de assistência social, educação, desporto, habitação, saúde, saneamento, transportes e irrigação, com indicação dos critérios utilizados;"

Área / Órgão	Abrangência Geográfica	Critérios adotados para regionalização
		1.3) Ação 2A69 - Serviços de Proteção Social Especial de Alta Complexidade Critérios: A regionalização dos recursos do serviço de alta complexidade obedece aos critérios estabelecidos na Norma Operacional Básica de Assistência Social - NOB/SUAS, aprovada pela Resolução CNAS nº 130/2005, Portaria MDS nº 440/2005, e Portaria MDS nº 460/2007, Portaria nº 431/2008, Portaria MDS nº 392/2010, Portaria MDS nº 752/2010, Portaria MDS nº 140/2012, como também demais critérios pactuados na Comissão Intergestores Tripartite - CIT e aprovados no Conselho Nacional de Assistência Social - CNAS. Caso seja pertinente, o CNAS poderá deliberar outros critérios que se fizerem necessários à complementação dos processos anuais de partilha de recursos do FNAS. 1.4) Ação 8893 - Apoio à Organização, à Gestão e à Vigilância Social no Território, no âmbito do SUAS Critérios: O IGDSUAS aferi os resultados da gestão descentralizada do SUAS, considerando a atuação da gestão na implementação, execução e monitoramento dos serviços, programas, projetos e benefícios de assistência social, bem como na articulação intersetorial. O IGDSUAS foi instituído pela Lei nº 12.435/2011, que alterou a Lei nº 8.742/1993 (LOAS) e regulamentado pelo Decreto nº 7.636/2011 e pelas Portarias nº 337/2011 e nº 07/2012. Os recursos são repassados aos Municípios, Estados e DF que alcançam os índices mínimos e que estão habilitados ao Sistema a título de remuneração pelo despesa obtido na gestão do SUAS. Anualmente esse recurso é corrigido em conformidade com o valor previsto para o cofinanciamento federal para os serviços socioassistenciais. O valor a ser destinado ao IGDSUAS em cada exercício corresponderá em até 10% do total de recursos destinados aos serviços socioassistenciais. 2) Programa: 2062 - Promoção dos Direitos de Crianças e Adolescentes 2.1) Ação 8662 - Concessão de Bolsa para famílias com crianças e adolescentes identificadas em Situação de Trabalho Critérios: Os recursos do PETI (Erradicação do Trabalho Infantil) são regionalizados seguindo os critérios da incidência do trabalho infantil identificada pelos gestores municipais de assistência social e inserida no Cadastro Único de Programas Sociais do Governo Federal - CadÚnico, conforme Portarias MDS nº 666/2005, 431/2008, 730/2010, 123/2012 e, ainda, considerando a Lei nº 12.435/2011.
Região Sul		1) Programa: 2037 - Fortalecimento do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) 1.1) Ação 2A60 - Serviço de Proteção Social Básica Critérios: A regionalização dos recursos é realizada em consonância com a Lei Orgânica de Assistência Social - LOAS (Lei nº 8.742, de 07/12/93, alterada pela Lei nº 12.435, de 6/7/2011); com critérios estabelecidos na Norma Operacional Básica de Assistência Social - NOB/SUAS, aprovada pela Resolução CNAS nº 33/2012 com critérios pactuados na Comissão Intergestores Tripartite - CIT e aprovados no Conselho Nacional de Assistência Social - CNAS; além de outros normativos legais. 1.2) Ação 2A65 - Serviços de Proteção Social Especial de Média Complexidade Critérios: A regionalização do serviço de média complexidade obedece aos critérios estabelecidos na Norma Operacional Básica de Assistência Social - NOB/SUAS, aprovada pela Resolução CNAS nº 130/2005, Portaria MDS nº 843/2010 alterada pela Portaria MDS nº 139/2012, como também demais critérios pactuados na Comissão Intergestores Tripartite - CIT e aprovados no Conselho Nacional de Assistência Social - CNAS, além de outros normativos legais. Caso seja pertinente, o CNAS poderá deliberar outros critérios que se fizerem necessários à complementação dos processos anuais de partilha de recursos do FNAS. 1.3) Ação 2A69 - Serviços de Proteção Social Especial de Alta Complexidade Critérios: A regionalização dos recursos do serviço de alta complexidade obedece aos critérios estabelecidos na Norma Operacional Básica de Assistência Social - NOB/SUAS, aprovada pela Resolução CNAS nº 130/2005, Portaria MDS nº 440/2005, e Portaria MDS nº 460/2007, Portaria nº 431/2008, Portaria MDS nº 392/2010, Portaria MDS nº 752/2010, Portaria MDS nº 140/2012, como também demais critérios pactuados na Comissão

PLDO-2014, Anexo II das Informações Complementares ao PLOA 2014

Critérios utilizados para regionalização dos gastos

"IV - gastos, por unidade da Federação, nas áreas de assistência social, educação, desporto, habitação, saúde, saneamento, transportes e irrigação, com indicação dos critérios utilizados;"

Área / Órgão	Abrangência Geográfica	Critérios adotados para regionalização
		Intergestores Tripartite - CIT e aprovados no Conselho Nacional de Assistência Social - CNAS. Caso seja pertinente, o CNAS poderá deliberar outros critérios que se fizerem necessários à complementação dos processos anuais de partilha de recursos do FNAS. 1.4) Ação 8893 - Apoio à Organização, à Gestão e à Vigilância Social no Território, no âmbito do SUAS Critérios: O IGDSUAS aferi os resultados da gestão descentralizada do SUAS, considerando a atuação da gestão na implementação, execução e monitoramento dos serviços, programas, projetos e benefícios de assistência social, bem como na articulação intersectorial. O IGDSUAS foi instituído pela Lei nº 12.435/2011, que alterou a Lei nº 8.742/1993 (LOAS) e regulamentado pelo Decreto nº 7.636/2011 e pelas Portarias nº 337/2011 e nº 07/2012. Os recursos são repassados aos Municípios, Estados e DF que alcançam os índices mínimos e que estão habilitados ao Sistema a título de remuneração pelo desempenho obtido na gestão do SUAS. Anualmente esse recurso é corrigido em conformidade com o valor previsto para o cofinanciamento federal para os serviços socioassistenciais. O valor a ser destinado ao IGDSUAS em cada exercício corresponderá em até 10% do total de recursos destinados aos serviços socioassistenciais. 2) Programa: 2062 - Promoção dos Direitos de Crianças e Adolescentes 2.1) Ação 8662 - Concessão de Bolsa para famílias com crianças e adolescentes identificadas em Situação de Trabalho Critérios: Os recursos do PETI (Erradicação do Trabalho Infantil) são regionalizados seguindo os critérios da incidência do trabalho infantil identificada pelos gestores municipais de assistência social e inserida no Cadastro Único de Programas Sociais do Governo Federal - CadÚnico, conforme Portarias MDS nº 666/2005, 431/2008, 730/2010, 123/2012 e, ainda, considerando a Lei nº 12.435/2011.

PLDO-2014, Anexo II das Informações Complementares ao PLOA 2014

Critérios utilizados para regionalização dos gastos

"IV - gastos, por unidade da Federação, nas áreas de assistência social, educação, desporto, habitação, saúde, saneamento, transportes e irrigação, com indicação dos critérios utilizados;"

Área / Órgão	Abrangência Geográfica	Critérios adotados para regionalização
Educação		
26000 Ministério da Educação		
	Nacional	Todos os programas do Ministério da Educação possuem abrangência nacional, no entanto, algumas ações apresentam particularidades na sua implementação, podendo ser definidos os seguintes critérios: 1) Ações implementadas direta e/ou descentralizadamente pela administração direta e as unidades orçamentárias do Ministério, que, respeitadas as especificidades, geralmente são promovidas em todas as regiões e estados do País, nos diversos níveis e modalidades de ensino; 2) Ações implementadas direta e/ou descentralizadamente pela administração direta e as unidades orçamentárias do Ministério, cuja motivação legal define a metodologia de cálculo e/ou a distribuição geográfica; e, 3) Ações implementadas por meio de transferências obrigatórias ou não, promovidas em parceria com a própria União, Estados, Distrito Federal, municípios, instituições de ensino federais, estaduais, municipais e privadas (sem fins lucrativos), organizações não governamentais e organizações da sociedade civil de interesse público, que desenvolvem e executam projetos, para o fim a que se destinam.

PLDO-2014, Anexo II das Informações Complementares ao PLOA 2014

Critérios utilizados para regionalização dos gastos

"IV - gastos, por unidade da Federação, nas áreas de assistência social, educação, desporto, habitação, saúde, saneamento, transportes e irrigação, com indicação dos critérios utilizados;"

Área / Órgão	Abrangência Geográfica	Critérios adotados para regionalização
Irrigação		
53000 Ministério da Integração Nacional		
	Nacional	A Codevasf possui em sua Lei Orçamentária o Programa 2013 - Agricultura Irrigada - com diversas ações nos estados que estão incorporados em sua área de atuação -Região Nordeste e Sudeste - o que implica em uma regionalização Nacional (vide leis nº 6.088, de 16 de junho de 1974 - que dispõe sobre a criação da CODEVASF, alterada pela lei nº 9.954 de 06 de janeiro de 2000, Lei nº 12.040, de 1º de outubro de 2009 e Lei nº 12.196, de 14 de janeiro de 2010).
	Pernambuco	O principal critério adotado para a regionalização de gastos no DNOCS é o cumprimento da Lei nº 10.204/2001 que no § 3º do Art. 2º, define como área de atuação "região abrangida pelos Estados do Piauí, do Ceará, do Rio Grande do Norte, da Paraíba, de Pernambuco, de Alagoas, de Sergipe, da Bahia, à zona do Estado de Minas Gerais situada no denominado "Polígono das Secas" e as áreas das bacias hidrográficas dos Rios Parnaíba e Jequitinhonha, nos Estados do Maranhão e de Minas Gerais, respectivamente."

PLDO-2014, Anexo II das Informações Complementares ao PLOA 2014

Critérios utilizados para regionalização dos gastos

"IV - gastos, por unidade da Federação, nas áreas de assistência social, educação, desporto, habitação, saúde, saneamento, transportes e irrigação, com indicação dos critérios utilizados;"

Área / Órgão	Abrangência Geográfica	Critérios adotados para regionalização
--------------	------------------------	--

Saneamento**53000 Ministério da Integração Nacional**

Nacional	A Codevasf possui em sua Lei Orçamentária o Programa 2068 - Saneamento Básico - com diversas ações de abrangência Nacional nos estados que estão incorporados em sua área de atuação (vide leis nº 6.088, de 16 de junho de 1974 - que dispõe sobre a criação da CODEVASF, alterada pela lei nº 9.954 de 06 de janeiro de 2000, Lei nº 12.040, de 1º de outubro de 2009 e Lei nº 12.196, de 14 de janeiro de 2010).
----------	---

PLDO-2014, Anexo II das Informações Complementares ao PLOA 2014

Critérios utilizados para regionalização dos gastos

"IV - gastos, por unidade da Federação, nas áreas de assistência social, educação, desporto, habitação, saúde, saneamento, transportes e irrigação, com indicação dos critérios utilizados;"

Área / Órgão	Abrangência Geográfica	Critérios adotados para regionalização
Saúde		
36000 Ministério da Saúde		
Nacional	AÇÃO:	20AL - Incentivo Financeiro aos Estados, Distrito Federal e Municípios para a Vigilância em Saúde.
		DOTAÇÃO: R\$ 289.500.000,00.
		LEGISLAÇÃO:
Nacional	AÇÕES:	PORTARIA Nº 1.596, DE 2 DE AGOSTO DE 2013
		Define os valores do Piso Fixo de Vigilância em Saúde do Componente de Vigilância em Saúde e dá outras providências.
		LEGISLAÇÃO:
Nacional	AÇÃO:	8577 - Piso de Atenção Básica Fixo;
		DOTAÇÃO: R\$ 50.020.000,00.
		LEGISLAÇÃO:
Nacional	AÇÃO:	20AC - Incentivo Financeiro às ações de vigilância, prevenção e controle das DST/AIDS e Hepatites Virais.
		DOTAÇÃO: R\$ 8.812.648,00.
		LEGISLAÇÃO:

PLDO-2014, Anexo II das Informações Complementares ao PLOA 2014

Critérios utilizados para regionalização dos gastos

"IV - gastos, por unidade da Federação, nas áreas de assistência social, educação, desporto, habitação, saúde, saneamento, transportes e irrigação, com indicação dos critérios utilizados;"

Área / Órgão	Abrangência Geográfica	Critérios adotados para regionalização
	Nacional	Regulamenta as responsabilidades e define diretrizes para execução e financiamento das ações de Vigilância em Saúde pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios, relativos ao Sistema Nacional de Vigilância em Saúde e Sistema Nacional de Vigilância Sanitária. ACÇÃO: 8761 - SERVIÇO DE ATENDIMENTO MÓVEL DE URGÊNCIA - SAMU 192; DOTAÇÃO: R\$ 15.700.000,00. LEGISLAÇÃO: PORTARIA Nº 1.010, DE 21 DE MAIO DE 2012 Redefine as diretrizes para a implantação do Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU 192) e sua Central de Regulação das Urgências, componente da Rede de Atenção às Urgências; ACÇÃO: 20AD - PISO DA ATENÇÃO BÁSICA VARIÁVEL - SAÚDE DA FAMÍLIA; DOTAÇÃO: R\$ 92.357.000,00. LEGISLAÇÃO: PORTARIA Nº- 978, DE 16 DE MAIO DE 2012 Define valores de financiamento do Piso da Atenção Básica variável para as Equipes de Saúde da Família, Equipes de Saúde Bucal e aos Núcleos de Apoio à Saúde da Família, instituídos pela Política Nacional de Atenção Básica. PORTARIA Nº 260, DE 21 DE FEVEREIRO DE 2013 Fixa o valor do incentivo de custeio referente à implantação de Agentes Comunitários de Saúde. ENTRE OUTRAS.
	Região Centro-Oeste	ACÇÃO: 20AC - Incentivo Financeiro às ações de vigilância, prevenção e controle das DST/AIDS e Hepatites Virais DOTAÇÃO: R\$ 11.768.294,00. LEGISLAÇÃO: PORTARIA Nº 1.378, DE 9 DE JULHO DE 2013 Regulamenta as responsabilidades e define diretrizes para execução e financiamento das ações de Vigilância em Saúde pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios, relativos ao Sistema Nacional de Vigilância em Saúde e Sistema Nacional de Vigilância Sanitária.
	Região Centro-Oeste	ACÇÃO: 8577 - Piso de Atenção Básica Fixo DOTAÇÃO: R\$ 363.370.000,00; LEGISLAÇÃO: DEFINE O VALOR MÍNIMO DA PARTE FIXA DO PISO DE ATENÇÃO BÁSICA - PAB PARA EFEITO DO CÁLCULO DO MONTANTE DE RECURSOS A

PLDO-2014, Anexo II das Informações Complementares ao PLOA 2014

Critérios utilizados para regionalização dos gastos

"IV - gastos, por unidade da Federação, nas áreas de assistência social, educação, desporto, habitação, saúde, saneamento, transportes e irrigação, com indicação dos critérios utilizados;"

Área / Órgão	Abrangência Geográfica	Critérios adotados para regionalização
		SER TRANSFERIDO DO FUNDO NACIONAL DE SAÚDE AOS FUNDOS DE SAÚDE DOS MUNICÍPIOS E DO DISTRITO FEDERAL, E DIVULGA OS VALORES ANUAIS E MENSAIS DA PARTE FIXA DO PAB.
	Região Centro-Oeste	AÇÕES: 20AE - Promoção da Assistência Farmacêutica e Insumos Estratégicos na Atenção Básica em Saúde DOTAÇÃO: R\$ 74.446.592,00; LEGISLAÇÃO: PORT. GM/MS 1.555/13 - Dispõe sobre as normas de financiamento e de execução do componente básico da assistência farmacêutica no âmbito do Sistema Único de Saúde - SUS. 4705 - Apoio Financeiro para Aquisição e Distribuição de Medicamentos do Componente Especializado da Assistência Farmacêutica. DOTAÇÃO: R\$ 60.376.850,00; LEGISLAÇÃO: PORT. GM/MS 1.554/13 - Dispõe sobre as regras de financiamento e execução do componente especializado da assistência farmacêutica no âmbito do Sistema Único de Saúde - SUS.
	Região Centro-Oeste	AÇÃO: 8761 - SERVIÇO DE ATENDIMENTO MÓVEL DE URGÊNCIA - SAMU 192; DOTAÇÃO: R\$ 73.800.000,00. LEGISLAÇÃO: PORTARIA Nº 1.010, DE 21 DE MAIO DE 2012 Redefine as diretrizes para a implantação do Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU 192) e sua Central de Regulação das Urgências, componente da Rede de Atenção às Urgências;
	Região Centro-Oeste	AÇÃO: 20AL - Incentivo Financeiro aos Estados, Distrito Federal e Municípios para a Vigilância em Saúde. DOTAÇÃO: R\$ 133.250.000,00. LEGISLAÇÃO: PORTARIA Nº 1.596, DE 2 DE AGOSTO DE 2013 Define os valores do Piso Fixo de Vigilância em Saúde do Componente de Vigilância em Saúde do Bloco de Vigilância em Saúde e dá outras providências.
	Região Centro-Oeste	AÇÃO: 20AD - PISO DA ATENÇÃO BÁSICA VARIÁVEL - SAÚDE DA FAMÍLIA; DOTAÇÃO: R\$ 658.793.000,00. LEGISLAÇÃO: PORTARIA Nº- 978, DE 16 DE MAIO DE 2012

PLDO-2014, Anexo II das Informações Complementares ao PLOA 2014

Critérios utilizados para regionalização dos gastos

"IV - gastos, por unidade da Federação, nas áreas de assistência social, educação, desporto, habitação, saúde, saneamento, transportes e irrigação, com indicação dos critérios utilizados;"

Área / Órgão	Abrangência Geográfica	Critérios adotados para regionalização
		Define valores de financiamento do Piso da Atenção Básica variável para as Equipes de Saúde da Família, Equipes de Saúde Bucal e aos Núcleos de Apoio à Saúde da Família, instituídos pela Política Nacional de Atenção Básica. PORTARIA Nº 260, DE 21 DE FEVEREIRO DE 2013 Fixa o valor do incentivo de custeio referente à implantação de Agentes Comunitários de Saúde. ENTRE OUTRAS.
	Região Centro-Oeste	AÇÃO: 8585 - ATENÇÃO À SAÚDE DA POPULAÇÃO PARA PROCEDIMENTOS EM MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE - MAC; DOTAÇÃO: R\$ 2.743.723.000,00. LEGISLAÇÃO: DIVERSAS;
	Região Nordeste	AÇÃO: 20AC - Incentivo Financeiro às ações de vigilância, prevenção e controle das DST/AIDS e Hepatites Virais DOTAÇÃO: R\$ 34.437.903,00. LEGISLAÇÃO: PORTARIA Nº 1.378, DE 9 DE JULHO DE 2013 Regulamenta as responsabilidades e define diretrizes para execução e financiamento das ações de Vigilância em Saúde pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios, relativos ao Sistema Nacional de Vigilância em Saúde e Sistema Nacional de Vigilância Sanitária.
	Região Nordeste	AÇÃO: 8577 - Piso de Atenção Básica Fixo DOTAÇÃO: R\$ 1.457.780.000,00; LEGISLAÇÃO: DEFINE O VALOR MÍNIMO DA PARTE FIXA DO PISO DE ATENÇÃO BÁSICA - PAB PARA EFEITO DO CÁLCULO DO MONTANTE DE RECURSOS A SER TRANSFERIDO DO FUNDO NACIONAL DE SAÚDE AOS FUNDOS DE SAÚDE DOS MUNICÍPIOS E DO DISTRITO FEDERAL, E DIVULGA OS VALORES ANUAIS E MENSAIS DA PARTE FIXA DO PAB.
	Região Nordeste	AÇÕES: 20AE - Promoção da Assistência Farmacêutica e Insumos Estratégicos na Atenção Básica em Saúde DOTAÇÃO: R\$ 281.362.521,00; LEGISLAÇÃO: PORT. GM/MS 1.555/13 - Dispõe sobre as normas de financiamento e de execução do componente básico da assistência farmacêutica no âmbito do Sistema Único de Saúde - SUS. 4705 - Apoio Financeiro para Aquisição e Distribuição de Medicamentos do Componente Especializado da Assistência Farmacêutica; DOTAÇÃO: R\$ 127.186.425,00; PORT. GM/MS 1.554/13 - Dispõe sobre as regras de financiamento e execução do componente especializado da assistência farmacêutica no âmbito do

PLDO-2014, Anexo II das Informações Complementares ao PLOA 2014

Critérios utilizados para regionalização dos gastos

"IV - gastos, por unidade da Federação, nas áreas de assistência social, educação, desporto, habitação, saúde, saneamento, transportes e irrigação, com indicação dos critérios utilizados;"

Área / Órgão	Abrangência Geográfica	Critérios adotados para regionalização
		Sistema Único de Saúde - SUS.
	Região Nordeste	AÇÃO: 8761 - SERVIÇO DE ATENDIMENTO MÓVEL DE URGÊNCIA - SAMU 192; DOTAÇÃO: R\$ 290.500.000,00. LEGISLAÇÃO: PORTARIA Nº 1.010, DE 21 DE MAIO DE 2012 Redefine as diretrizes para a implantação do Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU 192) e sua Central de Regulação das Urgências, componente da Rede de Atenção às Urgências;
	Região Nordeste	AÇÃO: 20AD - PISO DA ATENÇÃO BÁSICA VARIÁVEL - SAÚDE DA FAMÍLIA; DOTAÇÃO: R\$ 3.830.608.000,00. LEGISLAÇÃO: PORTARIA No- 978, DE 16 DE MAIO DE 2012 Define valores de financiamento do Piso da Atenção Básica variável para as Equipes de Saúde da Família, Equipes de Saúde Bucal e aos Núcleos de Apoio à Saúde da Família, instituídos pela Política Nacional de Atenção Básica. PORTARIA Nº 260, DE 21 DE FEVEREIRO DE 2013 Fixa o valor do incentivo de custeio referente à implantação de Agentes Comunitários de Saúde. ENTRE OUTRAS.
	Região Nordeste	AÇÃO: 8585 - ATENÇÃO À SAÚDE DA POPULAÇÃO PARA PROCEDIMENTOS EM MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE - MAC; DOTAÇÃO: R\$ 10.114.682.000,00. LEGISLAÇÃO: DIVERSAS;
	Região Nordeste	AÇÃO: 20AL - Incentivo Financeiro aos Estados, Distrito Federal e Municípios para a Vigilância em Saúde DOTAÇÃO: R\$ 524.400.000,00. LEGISLAÇÃO: PORTARIA Nº 1.596, DE 2 DE AGOSTO DE 2013 Define os valores do Piso Fixo de Vigilância em Saúde do Componente de Vigilância em Saúde do Bloco de Vigilância em Saúde e dá outras providências.

PLDO-2014, Anexo II das Informações Complementares ao PLOA 2014

Critérios utilizados para regionalização dos gastos

"IV - gastos, por unidade da Federação, nas áreas de assistência social, educação, desporto, habitação, saúde, saneamento, transportes e irrigação, com indicação dos critérios utilizados;"

Área / Órgão	Abrangência Geográfica	Critérios adotados para regionalização
Região Norte		AÇÃO: 8761 - SERVIÇO DE ATENDIMENTO MÓVEL DE URGÊNCIA - SAMU 192; DOTAÇÃO: R\$ 62.000.000,00. LEGISLAÇÃO: PORTARIA Nº 1.010, DE 21 DE MAIO DE 2012 Redefine as diretrizes para a implantação do Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU 192) e sua Central de Regulação das Urgências, componente da Rede de Atenção às Urgências;
	Região Norte	AÇÕES: 20AE - Promoção da Assistência Farmacêutica e Insumos Estratégicos na Atenção Básica em Saúde. DOTAÇÃO: R\$ 84.608.435,00; LEGISLAÇÃO: PORT. GM/MS 1.555/13 - Dispõe sobre as normas de financiamento e de execução do componente básico da assistência farmacêutica no âmbito do Sistema Único de Saúde - SUS. 4705 - Apoio Financeiro para Aquisição e Distribuição de Medicamentos do Componente Especializado da Assistência Farmacêutica. DOTAÇÃO: R\$ 18.678.674,00; LEGISLAÇÃO: PORT. GM/MS 1.554/13 - Dispõe sobre as regras de financiamento e execução do componente especializado da assistência farmacêutica no âmbito do Sistema Único de Saúde - SUS.
Região Norte		AÇÃO: 8577 - PISO DA ATENÇÃO BÁSICA FIXO; DOTAÇÃO: R\$ 424.760.000,00; LEGISLAÇÃO: DEFINE O VALOR MÍNIMO DA PARTE FIXA DO PISO DE ATENÇÃO BÁSICA - PAB PARA EFEITO DO CÁLCULO DO MONTANTE DE RECURSOS A SER TRANSFERIDO DO FUNDO NACIONAL DE SAÚDE AOS FUNDOS DE SAÚDE DOS MUNICÍPIOS E DO DISTRITO FEDERAL, E DIVULGA OS VALORES ANUAIS E MENSIS DA PARTE FIXA DO PAB.
	Região Norte	AÇÃO: 20AL - INCENTIVO FINANCEIRO AOS ESTADOS, DISTRITO FEDERAL E MUNICÍPIOS PARA A VIGILÂNCIA EM SAÚDE; DOTAÇÃO: R\$ 238.450.000,00. LEGISLAÇÃO: PORTARIA Nº 1.596, DE 2 DE AGOSTO DE 2013 Define os valores do Piso Fixo de Vigilância em Saúde do Componente de Vigilância em Saúde do Bloco de Vigilância em Saúde e dá outras

PLDO-2014, Anexo II das Informações Complementares ao PLOA 2014

Critérios utilizados para regionalização dos gastos

"IV - gastos, por unidade da Federação, nas áreas de assistência social, educação, desporto, habitação, saúde, saneamento, transportes e irrigação, com indicação dos critérios utilizados;"

Área / Órgão	Abrangência Geográfica	Critérios adotados para regionalização
		providências.
	Região Norte	AÇÃO: 8585 - ATENÇÃO À SAÚDE DA POPULAÇÃO PARA PROCEDIMENTOS EM MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE - MAC; DOTAÇÃO: R\$ 2.550.824.000,00. LEGISLAÇÃO: DIVERSAS;
	Região Norte	AÇÃO: 20AC - INCENTIVO FINANCEIRO ÀS AÇÕES DE VIGILÂNCIA, PREVENÇÃO E CONTROLE DAS DST/AIDS E HEPATITES VIRAIS. DOTAÇÃO: R\$ 11.708.526,00. LEGISLAÇÃO: PORTARIA Nº 1.378, DE 9 DE JULHO DE 2013 Regulamenta as responsabilidades e define diretrizes para execução e financiamento das ações de Vigilância em Saúde pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios, relativos ao Sistema Nacional de Vigilância em Saúde e Sistema Nacional de Vigilância Sanitária.
	Região Norte	AÇÃO: 20AD - PISO DA ATENÇÃO BÁSICA VARIÁVEL - SAÚDE DA FAMÍLIA; DOTAÇÃO: R\$ 947.255.000,00. LEGISLAÇÃO: PORTARIA No- 978, DE 16 DE MAIO DE 2012 Define valores de financiamento do Piso da Atenção Básica variável para as Equipes de Saúde da Família, Equipes de Saúde Bucal e aos Núcleos de Apoio à Saúde da Família, instituídos pela Política Nacional de Atenção Básica. PORTARIA Nº 260, DE 21 DE FEVEREIRO DE 2013 Fixa o valor do incentivo de custeio referente à implantação de Agentes Comunitários de Saúde. ENTRE OUTRAS.
	Região Sudeste	AÇÃO: 20AD - PISO DA ATENÇÃO BÁSICA VARIÁVEL - SAÚDE DA FAMÍLIA; DOTAÇÃO: R\$ 2.621.254.000,00. LEGISLAÇÃO: PORTARIA No- 978, DE 16 DE MAIO DE 2012 Define valores de financiamento do Piso da Atenção Básica variável para as Equipes de Saúde da Família, Equipes de Saúde Bucal e aos Núcleos de Apoio à Saúde da Família, instituídos pela Política Nacional de Atenção Básica. PORTARIA Nº 260, DE 21 DE FEVEREIRO DE 2013 Fixa o valor do incentivo de custeio referente à implantação de Agentes Comunitários de Saúde.

PLDO-2014, Anexo II das Informações Complementares ao PLOA 2014

Critérios utilizados para regionalização dos gastos

"IV - gastos, por unidade da Federação, nas áreas de assistência social, educação, desporto, habitação, saúde, saneamento, transportes e irrigação, com indicação dos critérios utilizados;"

Área / Órgão	Abrangência Geográfica	Critérios adotados para regionalização
		ENTRE OUTRAS.
	Região Sudeste	AÇÃO: 8577 - PISO DA ATENÇÃO BÁSICA FIXO; DOTAÇÃO: R\$ 1.996.980.000,00; LEGISLAÇÃO: DEFINE O VALOR MÍNIMO DA PARTE FIXA DO PISO DE ATENÇÃO BÁSICA - PAB PARA EFEITO DO CÁLCULO DO MONTANTE DE RECURSOS A SER TRANSFERIDO DO FUNDO NACIONAL DE SAÚDE AOS FUNDOS DE SAÚDE DOS MUNICÍPIOS E DO DISTRITO FEDERAL, E DIVULGA OS VALORES ANUAIS E MENSAIS DA PARTE FIXA DO PAB.
	Região Sudeste	AÇÕES: 20AE - PORT. GM/MS 1.555/13 - Dispõe sobre as normas de financiamento e de execução do componente básico da assistência farmacêutica no âmbito do Sistema Único de Saúde - SUS. DOTAÇÃO: R\$ 423.013.985,00; 4705 - PORT. GM/MS 1.554/13 - Dispõe sobre as regras de financiamento e execução do componente especializado da assistência farmacêutica no âmbito do Sistema Único de Saúde - SUS. DOTAÇÃO: R\$ 518.898.960,00;
	Região Sudeste	AÇÃO: 8761 - SERVIÇO DE ATENDIMENTO MÓVEL DE URGÊNCIA - SAMU 192; DOTAÇÃO: R\$ 319.000.000,00. LEGISLAÇÃO: PORTARIA Nº 1.010, DE 21 DE MAIO DE 2012 Redefine as diretrizes para a implantação do Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU 192) e sua Central de Regulação das Urgências, componente da Rede de Atenção às Urgências;
	Região Sudeste	AÇÃO: 20AC - INCENTIVO FINANCEIRO ÀS AÇÕES DE VIGILÂNCIA, PREVENÇÃO E CONTROLE DAS DST/AIDS E HEPATITES VIRAIS. DOTAÇÃO: R\$ 74.597.374,00. LEGISLAÇÃO: PORTARIA Nº 1.378, DE 9 DE JULHO DE 2013 Regulamenta as responsabilidades e define diretrizes para execução e financiamento das ações de Vigilância em Saúde pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios, relativos ao Sistema Nacional de Vigilância em Saúde e Sistema Nacional de Vigilância Sanitária.

PLDO-2014, Anexo II das Informações Complementares ao PLOA 2014

Critérios utilizados para regionalização dos gastos

"IV - gastos, por unidade da Federação, nas áreas de assistência social, educação, desporto, habitação, saúde, saneamento, transportes e irrigação, com indicação dos critérios utilizados;"

Área / Órgão	Abrangência Geográfica	Critérios adotados para regionalização
	Região Sudeste	AÇÃO: 20AL - INCENTIVO FINANCEIRO AOS ESTADOS, DISTRITO FEDERAL E MUNICÍPIOS PARA A VIGILÂNCIA EM SAÚDE. DOTAÇÃO: R\$ 562.450.000,00. LEGISLAÇÃO: PORTARIA Nº 1.596, DE 2 DE AGOSTO DE 2013 Define os valores do Piso Fixo de Vigilância em Saúde do Componente de Vigilância em Saúde e dá outras providências.
		AÇÃO: 8585 - ATENÇÃO À SAÚDE DA POPULAÇÃO PARA PROCEDIMENTOS EM MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE - MAC; DOTAÇÃO: R\$ 17.070.014.000,00. LEGISLAÇÃO: DIVERSAS.
		AÇÃO: 20AD - PISO DA ATENÇÃO BÁSICA VARIÁVEL - SAÚDE DA FAMÍLIA; DOTAÇÃO: R\$ 1.085.324.000,00. LEGISLAÇÃO:
		PORTARIA No- 978, DE 16 DE MAIO DE 2012 Define valores de financiamento do Piso da Atenção Básica variável para as Equipes de Saúde da Família, Equipes de Saúde Bucal e aos Núcleos de Apoio à Saúde da Família, instituídos pela Política Nacional de Atenção Básica. PORTARIA Nº 260, DE 21 DE FEVEREIRO DE 2013 Fixa o valor do incentivo de custeio referente à implantação de Agentes Comunitários de Saúde. ENTRE OUTRAS.
	Região Sul	AÇÃO: 8577 - PISO DE ATENÇÃO BÁSICA FIXO DOTAÇÃO: R\$ 708.090.000,00; LEGISLAÇÃO: PORTARIA Nº 1.409, DE 10 DE JULHO DE 2013 DEFINE O VALOR MÍNIMO DA PARTE FIXA DO PISO DE ATENÇÃO BÁSICA - PAB PARA EFEITO DO CÁLCULO DO MONTANTE DE RECURSOS A SER TRANSFERIDO DO FUNDO NACIONAL DE SAÚDE AOS FUNDOS DE SAÚDE DOS MUNICÍPIOS E DO DISTRITO FEDERAL, E DIVULGA OS VALORES ANUAIS E MENSAS DA PARTE FIXA DO PAB.
		AÇÃO: 8585 - ATENÇÃO À SAÚDE DA POPULAÇÃO PARA PROCEDIMENTOS EM MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE - MAC; DOTAÇÃO: R\$ 6.120.757.000,00.

PLDO-2014, Anexo II das Informações Complementares ao PLOA 2014

Critérios utilizados para regionalização dos gastos

"IV - gastos, por unidade da Federação, nas áreas de assistência social, educação, desporto, habitação, saúde, saneamento, transportes e irrigação, com indicação dos critérios utilizados;"

Área / Órgão	Abrangência Geográfica	Critérios adotados para regionalização
	Região Sul	LEGISLAÇÃO: DIVERSAS; AÇÕES: 20AE - Promoção da Assistência Farmacêutica e Insumos Estratégicos na Atenção Básica em Saúde DOTAÇÃO: R\$ 144.737.390,00; LEGISLAÇÃO: PORT. GM/MS 1.555/13 - Dispõe sobre as normas de financiamento e de execução do componente básico da assistência farmacêutica no âmbito do Sistema Único de Saúde - SUS. 4705 - Apoio Financeiro para Aquisição e Distribuição de Medicamentos do Componente Especializado da Assistência Farmacêutica DOTAÇÃO: R\$ 114.859.090,00; PORT. GM/MS 1.554/13 - Dispõe sobre as regras de financiamento e execução do componente especializado da assistência farmacêutica no âmbito do Sistema Único de Saúde - SUS.
	Região Sul	AÇÃO: 20AC - INCENTIVO FINANCEIRO ÀS AÇÕES DE VIGILÂNCIA, PREVENÇÃO E CONTROLE DAS DST/AIDS E HEPATITES VIRAIS. DOTAÇÃO: R\$ 26.675.255,00. LEGISLAÇÃO: PORTARIA Nº 1.378, DE 9 DE JULHO DE 2013 Regulamenta as responsabilidades e define diretrizes para execução e financiamento das ações de Vigilância em Saúde pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios, relativos ao Sistema Nacional de Vigilância em Saúde e Sistema Nacional de Vigilância Sanitária.
	Região Sul	AÇÃO: 8761 - SERVIÇO DE ATENDIMENTO MÓVEL DE URGÊNCIA - SAMU 192; DOTAÇÃO: R\$ 139.000.000,00. LEGISLAÇÃO: PORTARIA Nº 1.010, DE 21 DE MAIO DE 2012 Redefine as diretrizes para a implantação do Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU 192) e sua Central de Regulação das Urgências, componente da Rede de Atenção às Urgências;
	Região Sul	AÇÃO: 20AL - INCENTIVO FINANCEIRO AOS ESTADOS, DISTRITO FEDERAL E MUNICÍPIOS PARA A VIGILÂNCIA EM SAÚDE. DOTAÇÃO: R\$ 149.950.000,00. LEGISLAÇÃO: PORTARIA Nº 1.596, DE 2 DE AGOSTO DE 2013 Define os valores do Piso Fixo de Vigilância em Saúde do Componente de Vigilância em Saúde do Bloco de Vigilância em Saúde e dá outras

PLDO-2014, Anexo II das Informações Complementares ao PLOA 2014

Critérios utilizados para regionalização dos gastos

"IV - gastos, por unidade da Federação, nas áreas de assistência social, educação, desporto, habitação, saúde, saneamento, transportes e irrigação, com indicação dos critérios utilizados;"

Área / Órgão	Abrangência Geográfica	Critérios adotados para regionalização
--------------	------------------------	--

providências.

PLDO-2014, Anexo II das Informações Complementares ao PLOA 2014

Critérios utilizados para regionalização dos gastos

"IV - gastos, por unidade da Federação, nas áreas de assistência social, educação, desporto, habitação, saúde, saneamento, transportes e irrigação, com indicação dos critérios utilizados;"

Área / Órgão	Abrangência Geográfica	Critérios adotados para regionalização
Transportes		
39000 Ministério dos Transportes		
Nacional		
Critérios de Regionalização – PLOA/2014		
INTRODUÇÃO:		
Antes de tecer comentários, por região do País, dos principais gastos que nortearam a montagem da Proposta Orçamentária de 2014 do Ministério dos Transportes, vale considerar algumas observações sobre a atuação desta Pasta, bem como a sua visão diante dos desafios ora enfrentados e aqueles a ser encarados no futuro.		
A importância de aspectos logísticos, a integração com o planejamento territorial, o respeito ao meio ambiente, a abordagem de projetos de cunho sociopolítico voltados à redução de desigualdades regionais, à indução ao desenvolvimento, à integração continental e à segurança nacional são fatores que representam inovações atuais.		
O desenvolvimento de um país está intimamente ligado à disponibilidade de infraestrutura econômica, de tal forma que a infraestrutura de transportes tem um impacto decisivo para a sustentabilidade deste processo. A oferta de infraestrutura de transportes, entretanto, deve estar disponível a custos razoáveis, de modo a viabilizar o atendimento da crescente demanda que é impulsionada pelo próprio desenvolvimento da economia nacional. Como normalmente os recursos disponíveis para expansão da oferta viária são escassos, deve-se atentar para a melhor alocação possível, para se alcançarem condizentes retornos sociais que possam, realmente, subsidiar uma transformação qualitativa da vida social que é, em suma, o objetivo primordial do desenvolvimento econômico.		
Esses conceitos têm balizado a política adotada pelo Ministério dos Transportes na busca da maximização das vantagens comparativas de cada modalidade de transporte, tendo em vista o contorno de dificuldades e as tomadas de decisão em relação aos investimentos necessários para o setor.		
É importante destacar que, apesar da importância da aplicação de corretas políticas de desenvolvimento e de uma visão de futuro transformadora, em última instância, as razões de mercado influenciam as escolhas de forma decisiva e são fortes determinantes da intensidade da movimentação regional de mercadorias.		
Desta forma, se em uma determinada região não houver atividade econômica que demande utilização mínima de transportes de mercadorias, certamente investimentos em qualquer tipo de infraestrutura modal não terão resultados expressivos, por menores que sejam seus custos de utilização por parte dos operadores logísticos. Entretanto, é necessário salientar que muitas vezes tais investimentos se justificam enquanto indutores de desenvolvimento em regiões deprimidas economicamente.		

Critérios utilizados para regionalização dos gastos

"IV - gastos, por unidade da Federação, nas áreas de assistência social, educação, desporto, habitação, saúde, saneamento, transportes e irrigação, com indicação dos critérios utilizados;"

Área / Órgão	Abrangência Geográfica	Critérios adotados para regionalização
		E neste sentido, a principal meta é, paulatinamente, dar maior equilíbrio à repartição modal de transportes, com racionalização do uso do modal rodoviário no atendimento de demandas com maior capilaridade e no complemento dos demais modais. Com a devida utilização de cada um dos modais de acordo com sua principal vocação, o equilíbrio da matriz será alcançado com a redução da participação do modal rodoviário e o aumento da participação relativa dos outros modais. A atual fase da economia brasileira pressupõe a aplicação consistente e continuada de recursos públicos em programas de investimento em infraestrutura de transportes e, sob tal ótica, a missão do Ministério dos Transportes, observadas as limitações fiscais, é a de prover a oferta de infraestrutura que satisfaça as necessidades dos usuários, seja em termos de qualidade operacional, seja em termos de preço. A despeito do objetivo mais geral da atual política do Ministério dos Transportes em, paulatinamente, aportar transformações a uma participação percentual mais equilibrada dos diversos modais de transporte, esta Pasta está consciente de que a economia brasileira será, ainda, altamente dependente do modal rodoviário no curto e médio prazo. Por isso, a política do setor tem se centrado, também, na busca de caminhos que assegurem a boa qualidade da infraestrutura rodoviária existente para dar suporte aos fluxos cada vez maiores de mercadorias e de pessoas, tendo como propósito assegurar a competitividade das mercadorias, seja no mercado interno, seja nas exportações, e, ao mesmo tempo, facilitar a mobilidade das pessoas. Fica, portanto, evidente que a racionalização dos custos de transportes poderá produzir efeitos significativamente benéficos sobre o componente mais expressivo dos custos logísticos. Junte-se a este raciocínio o fato de que, sob certas condições e para determinados fluxos de carga, os fretes hidroviários e ferroviários podem ser, significativamente, mais baratos do que os fretes rodoviários. Mesmo assumindo a responsabilidade pela proposição de metas que visam a ampliação da participação das demais modalidades na matriz de transporte brasileira, em especial a implantação de novos segmentos ferroviários em regiões de fronteira agrícola e a realização de obras de melhoramentos que permitam o uso mais intensivo das principais hidrovias, os investimentos prioritários de um programa de revitalização da infraestrutura de transportes deverão ser a manutenção da atual malha rodoviária federal e a sua expansão moderada, aumentando relativamente, por outro lado, o peso das outras modalidades, ferroviária e hidroviária. Entretanto, como já mencionado, o setor rodoviário ainda exercerá papel preponderante para a mobilidade de bens e pessoas por longo período. A expansão dos investimentos na construção de novas infraestruturas no âmbito do Programa de Aceleração do Crescimento – PAC é necessária para que a situação da infraestrutura de transportes brasileira deixe de se configurar como um quadro de insuficiência em relação às necessidades do país. Na oportunidade, cabe assinalar as intervenções destinadas a melhorar acessos rodoviários e ferroviários às áreas portuárias, imprescindíveis para conseguir impedir a queda de produtividade das operações da capacidade instalada de movimentação e diminuir os transtornos causados a outras atividades nas áreas urbanas próximas aos portos. No subsector fluvial, a manutenção e melhoramentos dos principais estíres navegáveis busca assegurar a capacidade de transporte nos segmentos fluviais hoje plenamente operáveis, enquanto não se concretizam investimentos que possibilitarão ampliar a participação da modalidade hidroviária na

PLDO-2014, Anexo II das Informações Complementares ao PLOA 2014

Critérios utilizados para regionalização dos gastos

"IV - gastos, por unidade da Federação, nas áreas de assistência social, educação, desporto, habitação, saúde, saneamento, transportes e irrigação, com indicação dos critérios utilizados;"

Área / Órgão	Abrangência Geográfica	Critérios adotados para regionalização
		matriz de transportes brasileira. Aliado a essa modalidade de transporte, está a construção de terminais hidroviários que deverão ter repercussão na oferta de alternativa de menor custo de transporte principalmente para a Região Norte do País.
		No setor rodoviário, prevê-se a continuidade do fluxo de recursos destinados à manutenção de infraestrutura existente, buscando restabelecer as condições originais do pavimento, bem como minimizar os efeitos da sobrecarga no pavimento, decorrentes do excesso de peso dos veículos de carga, razão pela qual o Ministério dos Transportes está empreendendo um amplo programa de reequipamento e expansão dos postos de pesagem em todo o País.
		No caso do setor ferroviário, verifica-se que existe um grande potencial de captação de cargas que hoje são transportadas pelo modo rodoviário. Logo, a expansão do sistema ferroviário permitirá a racionalização do uso das rodovias e trará um melhor equilíbrio na distribuição modal na matriz de transportes de cargas do País.
		Cabe salientar, no momento, as obras que favorecem a integração continental, fundamentais para a interconexão viária da América do Sul, possibilitando o adensamento das relações econômicas e sociais entre os países vizinhos, principalmente com a América Latina, fortalecendo as alianças econômicas e acordos bilaterais, aonde as relações comerciais vêm se ampliando, colocando exigências na integração da infraestrutura do Brasil com a dos outros países, tanto por fatores econômicos, como também pela necessidade de defesa das fronteiras.
		Portanto, os recursos alocados no PLOA/2014 buscam melhorar e modernizar a qualidade da infraestrutura de transporte, criando um sistema nacional de transporte e de logística que possa redirecionar políticas, programas e projetos de investimento as reais necessidades da atual matriz de transportes, com melhor equilíbrio na distribuição por modal, buscando atender as necessidades de desenvolvimento das logísticas por todo País, através da racionalização no uso do modal rodoviário e do uso mais intensivo e adequado das modalidades ferroviária e hidroviária.
		A seguir serão apresentadas considerações relevantes acerca da aplicação dos recursos previstos no PLOA/2014 do Ministério dos Transportes:
	Nacional	Consta no Projeto de Lei Orçamentária para 2014 recursos destinados a importantes investimentos de âmbito nacional e inseridos nos seguintes programas:
		•Rodoviário: É de suma importância indicar que foi priorizada a aplicação de recursos na segurança das rodovias federais, de forma a propiciar a segurança pública nas rodovias de responsabilidade do Ministério dos Transportes, mediante a prevenção e repressão de ações delituosas, e redução dos acidentes de trânsito, principalmente, no tocante ao controle de velocidade (equipamentos) e peso (implantação de balanças e operação de pátios de pesagem) nas vias federais, fundamentais para o prolongamento da vida útil do pavimento e redução dos custos de manutenção. Portanto, de forma alguma se pode deixar ou diminuir a aplicação de recursos na segurança dos usuários nas rodovias federais, pois com o crescimento da população, do fluxo de veículos e das relações comerciais, existe um ambiente ideal para o desenvolvimento de conflitos de trânsito, que, muitas vezes, proporcionam cenários lamentáveis de acidentes com perdas irreparáveis tanto materiais como humanas.
		•Desenvolvimento Produtivo: Consta do Projeto de Lei Orçamentária para 2014 recursos para modernizar, renovar e ampliar a frota mercante brasileira e

PLDO-2014, Anexo II das Informações Complementares ao PLOA 2014

Critérios utilizados para regionalização dos gastos

"IV - gastos, por unidade da Federação, nas áreas de assistência social, educação, desporto, habitação, saúde, saneamento, transportes e irrigação, com indicação dos critérios utilizados;"

Área / Órgão	Abrangência Geográfica	Critérios adotados para regionalização
		o parque nacional de estaleiros de modo a atender à navegação de longo curso, de cabotagem e navegação interior, buscando fomentar a construção de estaleiros com recursos do Fundo da Marinha Mercante – FMM, que tem a finalidade fomentar a indústria naval, por meio de financiamentos, basicamente, com recursos do Adicional ao Frete para a Renovação da Marinha Mercante – ARFMM e de retorno de financiamentos, abrangendo a construção, modernização e recuperação naval em embarcações destinadas às atividades de transporte marítimo internacional e nacional, transporte de passageiros e carga na navegação interior, de apoio marítimo e portuário, construção de novas unidades industriais para construção de embarcações, além de outras unidades industriais como plataformas de petróleo, diques flutuantes, dragas, entre outras. O financiamento se estende à produção de embarcações destinadas à exportação e aos projetos de modernização de estaleiros nacionais. Assim sendo, a programação constante do PLOA 2014 busca garantir o cumprimento de metas governamentais relativas à indústria naval brasileira, de forma a atender compromissos assumidos e a demanda de novas contratações para o próximo exercício financeiro, principalmente, encomendas relacionadas à exploração do pré-sal. •Gestão e Manutenção do Ministério dos Transportes: Foram alocados no Projeto de Lei Orçamentária para 2014 recursos essenciais para cumprimento das obrigações decorrentes da extinção do Departamento Nacional de Estradas de Rodagem - DNER, da inventariança da Rede Ferroviária Federal S/A - RFFSA, pagamento de sentença, tribunal arbitral, para recomposição de equilíbrio econômico do contrato da ponte São Borja/Santo Tomé (Brasil/Argentina), para o desenvolvimento de estudos voltados para a formulação de políticas do Setor Transportes, atender os programas de fiscalizações a cargo da Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT), gastos fundamentais das manutenções hidroviárias a cargo do Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transportes – DNIT, atender despesas no âmbito da Gestão e Coordenação do Programa de Aceleração do Crescimento – PAC de diversas Unidades deste Ministério, as quais são de suma importância para o acompanhamento e desenvolvimento dos empreendimentos do PAC. Nesta esteira de importância foram alocados recursos para a realização de estudos, projetos e planejamento de infraestrutura de transportes, na maioria direcionados ao PAC, bem como gastos administrativos prioritários para o funcionamento e manutenção das Unidades jurisdicionadas a esta Pasta, de forma a permitir a implementação e gestão de seus programas finalísticos. Cabendo acrescentar, ainda, os recursos destinados ao ressarcimento às empresas brasileiras de Navegação de responsabilidade do FMM. Por fim, é necessário assinalar que não foram enumerados diversos gastos existentes no âmbito deste Programa, mas que são representativos e prioritários para as Unidades Orçamentárias deste Ministério.

Região Centro-Oeste

Os recursos para investimentos alocados no Projeto de Lei Orçamentária para 2014, destinados à Região Centro-Oeste, tem a finalidade de financiar as obras do complexo rodoviário federal, que representa uma sólida alternativa para o escoamento da produção da nova fronteira de expansão agrícola, onde foi observado na sua área de influência um crescimento substancial na capacidade produtiva, induzido, em parte, pela implantação da infraestrutura de transporte. Portanto, e de forma a não prejudicar a instalação de polos produtivos na região, demandou-se a priorização de recursos na recuperação e manutenção da malha rodoviária existente, a continuidade na execução de obras em andamento e a implantação de novos empreendimentos, de forma a evitar a demora na consolidação desses empreendimentos produtivos, razão pela qual essa região foi atendida no Projeto de Lei Orçamentária para 2014 com recursos do PAC e de Demais Investimentos, cabendo enumerar algumas obras do PAC que, claramente, envolvem a eficiência e a efetividade dos fluxos de transportes na região. Assim, pode-se citar a adequação da BR-163/MT – Rondonópolis – Cuiabá – Posto Gili, da BR-060/GO – Goiânia – Jataí, a construção da BR-070/163/364/MT - Contorno de Cuiabá, BR-174/MT – Castanheira - Colniza, BR-158/MT (Divisa PA/MT – Ribeirão Cascalheira), BR-242/MT (Soriso – Ribeirão Cascalheira), BR-080/GO – Uruaçu – Div. GO/MT. Cabe assinalar que essas obras, dentre outras, visam minimizar os custos no transporte de bens e pessoas, refletindo, principalmente, no transporte de safras agrícolas. Pode-se citar, também, as obras destinadas a fomentar o transporte ferroviário de cargas. Cabendo destacar a conclusão da construção da Ferrovia Norte/Sul, que se constitui em alternativa ferroviária que

PLDO-2014, Anexo II das Informações Complementares ao PLOA 2014

Critérios utilizados para regionalização dos gastos

"IV - gastos, por unidade da Federação, nas áreas de assistência social, educação, desporto, habitação, saúde, saneamento, transportes e irrigação, com indicação dos critérios utilizados;"

Área / Órgão	Abrangência Geográfica	Critérios adotados para regionalização
	Região Nordeste	permitirá redução significativa de custos na cadeia logística de transportes, tanto para exportação e quanto para importação de produtos, portanto, os investimentos previstos para região Centro-Oeste estão direcionados à conclusão do trecho entre Anápolis – Uruaçu e do segmento Ouroverde de Goiás até São Simão, ambos em território Goiano, bem como a realização dos estudos ambientais (EVTEA, EIA/RIMA, Licenças, entre outras) e conclusão do projeto básico da FICO - Ferrovia de Integração Centro-Oeste. A região Nordeste tem uma alta densidade populacional instalada na faixa litorânea e contempla uma área de forte apelo turístico, que está em pleno desenvolvimento, além de possuir uma localização estratégica para integração com mercados externos, acrescentando que a área de cerrado, especialmente na Bahia, já se consolidou como zona de expansão da fronteira de produção de grãos, e ao longo do Rio São Francisco estão instalados polos de produção e processamento frutícola. Ademais as produções de cana-de-açúcar e de cacau retornaram e disputam áreas com o plantio de soja, sendo que a indústria de transformação se concentra basicamente em Camaçari/BA, portanto, o maior desafio é promover a recuperação e expansão de linhas de escoamento e eliminar gargalos. Por essas considerações e de outras reconhecidamente relevantes é que foram alocados recursos no Projeto de Lei Orçamentária para 2014, de modo a garantir os meios de acessos às localidades identificadas, assim como adequar e recuperar as vias que atendem aos corredores de transportes localizados na área de influência da região. Pode-se citar neste contexto a adequação da BR-101/BA/PB/SE/PE/AL/RN, Anel Rodoviário de Fortaleza, BR-304/RN – Entronc. BR-226 – Entronc. BR-101 (Reta Tabajara), BR-135/MA – Estiva – Bacabeira - Miranda Norte, BR-415/BA – Ilhéus – Itabuna, BR-104/PB – Campina Grande – Div. PB/PE, BR-116/BA – Div. PE/BA – Feira de Santana, BR-116/324/BA – Contorno de Feira de Santana, construção da BR-135/PI - Jerumenha – Bertolínea – Eliseu Martins, BR-116/AL – Div. PE/AL (Inajá) – Entronc. BR-423 (Caré), Arco Metropolitano de Recife, BR-135/BA – São Desidério – Div. BA/MG, BR-235/BA – Div. PI/BA- BA/SE. Essas obras, dentre outras igualmente prioritárias, são de grande representatividade para a economia das Unidades da Federação, inseridas na região em comento, bem como a manutenção de suas malhas, uma vez que fomentam significativamente o turismo em grande escala, com o fluxo favorável de divisas, permitem o escoamento dos produtos da atividade de industrialização da cana-de-açúcar, uma das principais geradoras de riquezas do Nordeste, assinalando novamente que a BR-101 se constitui em um dos principais corredores de ligação das regiões litorâneas do País, com movimentação maciça de diversos produtos e pessoas. Portanto, é de fundamental importância à alocação de recursos, de PAC e Demais Investimentos, para essas obras, bem como o restabelecimento das condições originais das rodovias federais localizadas nesta região, de modo a minimizar os custos e proporcionar segurança aos usuários dessas vias. Além dos empreendimentos elencados, foram alocados recursos para a ampliação do sistema ferroviário nacional, bem como para a movimentação de cargas regionais, destinados à construção da Ferrovia de Integração Oeste – Leste (Ilhéus – Barreiras), no Estado da Bahia. empreendimento que visa consolidar o desenvolvimento das atividades agrícolas já instaladas na área de influência da ferrovia, bem como acelerar o crescimento de atividades minerárias da rica região da Serra do Espinhaço, além de ser uma via econômica com a possibilidade de integração com outros modais de transporte. É importante assinalar que esse empreendimento induz a entrada de novos operadores de transporte multimodal, proporcionando barateamento no custo do frete. Foram alocados, também, recursos direcionados ao ordenamento do tráfego ferroviário nos perímetros urbanos das cidades. Construção de Variante Ferroviária em Camaçari/BA, de forma a reduzir os riscos de acidentes, melhorar a operação ferroviária e diminuir os impactos socioambientais. Vale mencionar, na oportunidade, a colocação de recursos para a Ferrovia Transnordestina (Participação da União). A região Norte é constituída por uma área de forte proteção e conservação ambiental e por uma fronteira de ocupação recente, que deverá concentrar futuramente em uma das mais altas densidades populacional, pressionando, desde já, a criação de uma infraestrutura capaz de comportar a expansão acelerada, principalmente, do agronegócio, que envolve o escoamento de safras, além da adequação e expansão dos meios viários para o atendimento do novo cenário que se vislumbra, assim sendo, foi priorizada uma programação criteriosa de gastos inseridos no Projeto de Lei Orçamentária para 2014,
	Região Norte	

Critérios utilizados para regionalização dos gastos

"IV - gastos, por unidade da Federação, nas áreas de assistência social, educação, desporto, habitação, saúde, saneamento, transportes e irrigação, com indicação dos critérios utilizados;"

Área / Órgão	Abrangência Geográfica	Critérios adotados para regionalização
--------------	------------------------	--

que tem como objetivo principal promover a eficiência e a efetividade nos fluxos de transporte, cabendo destacar, além de outras, as obras rodoviárias constantes do Programa de Aceleração do Crescimento – PAC, selecionando a construção e pavimentação da BR-230/PA – Divisa PA/TO – Altamira – Rurópolis, BR-163/PA – Divisa MT/PA – Santarém, BR-242/TO – Peixe – Paraná – Taguatinga, BR-432/RR – Cantá – Novo Paraiso, BR-156/AP – Laranjal do Jari – Entronc. BR-210/AP-030, BR-156/AP – Ferreira Gomes – Oiapoque (fronteira c/ a Guiana Francesa), BR-364/RO – Construção de Ponte no Distrito de Abunã em Porto Velho, BR-319/RO – Construção de Ponte sobre o Rio Madeira em Porto Velho, BR-317/AM – Boca do Acre – Divisa AM/AC, BR-319/AM – Manaus – DIV. AM/RO, BR-153/TO – Construção de Ponte sobre o Rio Araguaia em Xambioá e, essencialmente, a manutenção dos segmentos já prontos dessas BR's e das demais rodovias localizadas na região, as quais têm características fundamentais para a integração regional, escoamento de produtos e intercâmbio com os países limítrofes. É importante destacar que foram inseridos recursos no Projeto de Lei Orçamentária para 2014 com a finalidade de fortalecer os corredores hidroviários, garantindo condições de navegabilidade com intervenções de eliminação de pontos críticos e manutenção em hidrovias, bem como aumentar a integração hidroviária, tornando mais fortes os eixos de integração e desenvolvimento. Desenvolver o transporte aquaviário misto na Região Norte, compreendendo uma rede de instalações portuárias de navegação interior para transporte de passageiros e cargas, considerando a integração multimodal com intervenções de construção, adequação e manutenção de instalações portuárias públicas. Neste contexto, cabe destacar a continuidade da construção de portos fluviais na região amazônica com a finalidade de dotar a região de uma infraestrutura portuária capaz de propiciar maior segurança nas operações de embarque e desembarque de passageiros e cargas. Esses empreendimentos se baseiam, fundamentalmente, numa visão política de forte cunho social, além de fomentar o desenvolvimento e a integração em uma região onde predomina a escassez de alternativas diferentes de transporte para o atendimento das finalidades básicas daquelas localidades, onde o modal rodoviário se constitui em uma variável complementar, em virtude das dificuldades na sua utilização, principalmente, nos períodos chuvosos. Portanto, essas unidades portuárias são fundamentais para as populações ribeirinhas, para as atividades comerciais locais, para o escoamento de produtos, para o abastecimento e, principalmente, para incrementar as relações sociais na Região. Cabe assinalar a alocação de recursos para melhoramentos nas hidrovias da região (Madeira, Tapajós e Amazonas), ainda, os recursos direcionados para a manutenção e operação de terminais fluviais e eclusas.

Região Sudeste

A região Sudeste tem a área mais densamente povoada do território nacional, no entanto, ampliará sua posição estratégica na estrutura produtiva brasileira, em razão do potencial do mercado interno, capacidade de transformação, disponibilidade de centros de pesquisas, capital humano, capacidade de poupança e infraestrutura, incluindo importantes instalações para exportação. Portanto, dado o potencial de desenvolvimento a infraestrutura de transportes não pode apresentar estrangulamentos na sua utilização, uma vez que está majoritariamente, envolvida com atividades especializadas de industrialização, comércio, serviços, com forte tendência de crescimento da indústria de transformação, com exportações fortemente impulsionadas. Sendo assim, este cenário enseja expansão acelerada de linhas de escoamento, principalmente rodoviária, de forma a absorver maior fluxo de transportes e propiciar a redução de gargalos de infraestrutura existentes no setor, bem como a recuperação dos níveis de serviços da malha existente. Neste contexto, os recursos constantes do Projeto de Lei Orçamentária para 2014, para esta Região, destinam-se a promover a eficiência e a efetividade nos fluxos de transportes, em destaque, garantir a adequação da BR-365/MG (Entroncamento da BR-050 - Entroncamento com a BR-153), da BR-493/RJ (Manilha – Santa Guilhermina), BR-381/MG – Governador Valadares – Entr. MG-020, BR-101/SP – Divisa RJ/SP – Praia Grande, BR-262/ES – BR-101(Km 15,5) – Divisa ES/MG (Km 195,9), a construção do Contorno de Mestre Álvaro em Serra na BR-101/ES, bem como apoiar a construção do Rodovanel da cidade de São Paulo (trecho norte), obra fundamental para o ordenamento do tráfego urbano, uma vez que o intenso tráfego interestadual será deslocado para essa alternativa rodoviária, proporcionando ganhos consideráveis na segurança e da população que convive diariamente com os conflitos provocados pelo fluxo de veículos de outras localidades. Estas são exemplo de obras representativas na economia estadual e nacional,

PLDO-2014, Anexo II das Informações Complementares ao PLOA 2014

Critérios utilizados para regionalização dos gastos

"IV - gastos, por unidade da Federação, nas áreas de assistência social, educação, desporto, habitação, saúde, saneamento, transportes e irrigação, com indicação dos critérios utilizados;"

Área / Órgão	Abrangência Geográfica	Critérios adotados para regionalização
		capacidade já apresenta deficiência e estão localizadas em regiões desenvolvidas, ocasionando perdas da sua eficiência produtiva, pode-se citar, ainda, a construção do contorno rodoviário na BR-493/RJ (Entroncamento BR-040 – Entroncamento BR-116 – Entroncamento BR-101 – Porto de Sepetiba), obra fundamental para o ordenamento do tráfego na localidade, uma vez que integra o arco rodoviário do Rio de Janeiro. É importante assinalar à alocação de recursos para a manutenção da malha rodoviária da cidade Região, destinada a recuperar os níveis adequados de conservação e manutenção, recuperar as condições operacionais das rodovias, de forma a reduzir o número de acidentes e diminuir as perdas econômicas. Além dos investimentos mencionados, integram o PLOA/2014 recursos para a conclusão das obras do trecho sul da Ferrovia Norte/Sul, especificamente, para os segmentos de Santa Vitória – Iturama, em Minas Gerais, e Ouroeste – Estrela D'Oeste, em São Paulo, além de destinar recursos para estudos do Trem de Alta Velocidade – TAV (Rio de Janeiro – São Paulo – Campinas) e para obras de ordenamento do tráfego ferroviário nos perímetros urbanos das cidades Divinópolis/MG, Barretos/SP, Mogi das Cruzes/SP, Juiz de Fora/MG, Barra Mansa/RJ, dentre outros. Cabe, ainda, acrescentar a alocação de recursos essenciais para o Apoio à Implantação de Melhoramentos no Canal de Navegação da Hidrovia do Rio Tietê/SP, de forma a fortalecer o corredor hidroviário, garantindo condições adequadas de navegabilidade, incluindo obras de construção de eclusas, barragens, terminais intermodais, entre outras.
	Região Sul	Consta no Projeto de Lei Orçamentária para 2014 recursos destinados a promover a eficiência e a efetividade nos fluxos de transporte na Região Sul. Esses recursos visam, principalmente, atender a adequação da BR-101/SC/RS, corredor turístico e comercial de fundamental importância para a economia do sul do País, bem como para as relações comerciais do Mercosul, além de permitir a mobilidade aos fluxos de longo curso na ligação entre o Norte e o Sul do País, da BR-290/RS (Entroncamento BR-116 – Entroncamento BR-471 (Pântano Grande), BR-392/RS- Rio Grande – Pelotas, BR-280/SC – S. Francisco do Sul – Jaraguá do Sul, BR-163/PR – Cascavel – Guaíra, BR-116/RS – Porto Alegre – Pelotas, BR-470/SC – Navegantes – Rio Sul, realização de Obras Complementares no Trecho – Entronc. RS-326(p/voti) – Ponte sobre o Rio Gualba – na BR-116/RS, construção da BR-487/PR – Porto Camargo – Campo Mourão, BR-158/PR – Campo Mourão – Palmital, BR-277/PR – Construção da 2ª Ponte s/ o Rio Paraná (Binacional), BR-116/290/RS – Construção da 2ª Ponte sobre o Rio Gualba, BR-158/287/RS – Travessia Urbana de Santa Maria, da BR-448/RS (Porto Alegre – Esteio – Sapucaia), obra essencial para aumentar a capacidade do tráfego e desafogar os segmentos rodoviários saturados na região metropolitana de Porto Alegre/RS, a adequação do acesso ao Porto de Itajaí em Santa Catarina, fundamental para não prejudicar a movimentação de cargas para exportação e as importadas advindas do porto. Atualmente, o acesso representa um gargalo na operação da unidade portuária, com retenção no fluxo de veículos de cargas que proporciona demora e custos aos usuários, pois o fluxo é realizado através de vias urbanas da cidade de Itajaí, com grandes conflitos para o trânsito e a população local. Adicionalmente, cabe mencionar que são fundamentais os recursos alocados para a manutenção da malha rodoviária localizada na Região, de forma a restabelecer as condições originais dos segmentos rodoviários, que por sua vez irão gerar segurança, redução de custos, encurtamento dos tempos de viagem, diminuição dos índices de acidentes e outros benefícios. Foram alocados, também, recursos direcionados à implementação de Melhoramentos no Canal de Navegação da Hidrovia dos rios Paraná/Paraguai e do Corredor Mercosul, ao ordenamento do tráfego ferroviário nos perímetros urbanos das cidades, assim como para a construção do Contorno Ferroviário de Joinville/SC, Contorno Ferroviário de São Francisco do Sul/SC, dentre outros, de forma a permitir a redução dos riscos de acidentes, bem como melhorar a operação ferroviária e diminuir os impactos socioambientais.

53000 Ministério da Integração Nacional

Minas Gerais

A Codevasf possui a ação 2869 - Operação das Linhas de Navegação no Lago de Três Marias -, tal ação visa prover a população de transporte fluvial (balsas) nos municípios de Morada Nova de Minas, Três Marias, Abaeté, Pompéu, São Gonçalo do Abaeté, Biquinhas e Paineiras, no Estado de Minas

PLDO-2014, Anexo II das Informações Complementares ao PLOA 2014

Critérios utilizados para regionalização dos gastos

"IV - gastos, por unidade da Federação, nas áreas de assistência social, educação, desporto, habitação, saúde, saneamento, transportes e irrigação, com indicação dos critérios utilizados;"

Área / Órgão	Abrangência Geográfica	Critérios adotados para regionalização
62000 Secretaria de Aviação Civil		Gerais, de via de interligação entre si e de acesso à Rodovia BR-040, interligando, também, a sede do Município de Morada Nova de Minas à sua zona rural, sendo essa a única atuação de responsabilidade da Codevasf na área de Transporte.
	Região Centro-Oeste	Pretende-se investir R\$ 84.117.022 distribuídos em dois segmentos, o Primeiro Segmento refere-se à Construção, Reforma e Reaparelhamento de Aeroportos e Aeródromos de Interesse Regional, sob a égide do Programa de Aceleração do Crescimento - PAC; o Segundo Segmento trata da Construção, Reforma e Reaparelhamento das Infraestruturas Aeronáutica Civil e Aeroportuária de Interesse Federal, viabilizado por meio do Termo de Cooperação nº 001/2012 entre a SAC/PR e o Comando da Aeronáutica - COMAER com a finalidade de melhorar ou ampliar as condições de instalações aeronáuticas civis e militares de interesse federal, de modo a proporcionar melhor apoio operacional e suporte eficiente às ações de emergência e de vigilância, dentre outras, com investimentos em infraestrutura aeroportuária: a) Primeiro Segmento: R\$ 72.505.517 referem-se a recursos do PAC para os Estados de Goiás (R\$ 31.171.839), Mato Grosso (R\$ 26.061.839) e Mato Grosso do Sul (R\$ 15.271.839). Estimou-se o percentual em torno de 8% de execução do valor total previsto para investimentos em cada Estado (disponível em http://www.aviacaocivil.gov.br/noticias/2012/12/governo-anuncia-programa-de-investimento-em-aeroportos) no âmbito do "Programa de Investimentos em Logística: Aeroportos", anunciado pela Presidência da República, em 20 de dezembro de 2012. b) Segundo Segmento: R\$ 11.611.505 para Reforma de 4 aeroportos, nos termos do planejamento plurianual do Plano de Investimentos do COMAER, com ações que objetivam construções, reformas e ampliações, com potencial interesse da aviação civil, em razão dos investimentos a serem realizados nos pais com vistas à Copa do Mundo 2014.
	Região Nordeste	Pretende-se investir R\$ 181.785.318 distribuídos em dois segmentos, o Primeiro Segmento refere-se à Construção, Reforma e Reaparelhamento de Aeroportos e Aeródromos de Interesse Regional, sob a égide do Programa de Aceleração do Crescimento - PAC; o Segundo Segmento trata da Construção, Reforma e Reaparelhamento das Infraestruturas Aeronáutica Civil e Aeroportuária de Interesse Federal, viabilizado por meio do Termo de Cooperação nº 001/2012 entre a SAC/PR e o Comando da Aeronáutica - COMAER com a finalidade de melhorar ou ampliar as condições de instalações aeronáuticas civis e militares de interesse federal, de modo a proporcionar melhor apoio operacional e suporte eficiente às ações de emergência e de vigilância, dentre outras, com investimentos em infraestrutura aeroportuária: a) Primeiro Segmento: R\$ 158.706.539 referem-se a recursos do PAC, destacam-se as aplicações nos Estados da Bahia (R\$ 43.771.839), do Ceará (R\$ 28.511.839) e do Maranhão (R\$ 21.031.839). Estimou-se o percentual em torno de 8% de execução do valor total previsto para investimentos em cada Estado (disponível em http://www.aviacaocivil.gov.br/noticias/2012/12/governo-anuncia-programa-de-investimento-em-aeroportos) no âmbito do "Programa de Investimentos em Logística: Aeroportos", anunciado pela Presidência da República, em 20 de dezembro de 2012. b) Segundo Segmento: R\$ 23.078.779 para Reforma de 3 aeroportos e reaparelhamento de 2, nos termos do planejamento plurianual do Plano de Investimentos do COMAER, com ações que objetivam construções, reformas e ampliações, com potencial interesse da aviação civil, em razão dos investimentos realizados em função da Copa do Mundo 2014.
	Região Norte	Pretende-se investir R\$ 164.709.894 distribuídos em dois segmentos, o Primeiro Segmento refere-se à Construção, Reforma e Reaparelhamento de

PLDO-2014, Anexo II das Informações Complementares ao PLOA 2014

Critérios utilizados para regionalização dos gastos

"IV - gastos, por unidade da Federação, nas áreas de assistência social, educação, desporto, habitação, saúde, saneamento, transportes e irrigação, com indicação dos critérios utilizados;"

Área / Órgão	Abrangência Geográfica	Critérios adotados para regionalização
		Aeroportos e Aeródromos de Interesse Regional, sob a égide do Programa de Aceleração do Crescimento - PAC; o Segundo Segmento trata da Construção, Reforma e Reaparelhamento das Infraestruturas Aeronáutica Civil e Aeroportuária de Interesse Federal, viabilizado por meio do Termo de Cooperação nº 001/2012 entre a SAC/PR e o Comando da Aeronáutica - COMAER com a finalidade de melhorar ou ampliar as condições de instalações aeronáuticas civis e militares de interesse federal, de modo a proporcionar melhor apoio operacional e suporte eficiente às ações de emergência e de vigilância, dentre outras, com investimentos em infraestrutura aeroportuária: a) Primeiro Segmento : R\$ 121.542.873 referem-se a recursos do PAC, destacam-se as aplicações nos Estados do Amazonas (R\$ 66.631.839) e do Pará (R\$ 30.001.839). Estimou-se o percentual em torno de 8% de execução do valor total previsto para investimentos em cada Estado (disponível em http://www.aviacaocivil.gov.br/noticias/2012/12/governo-anuncia-programa-de-investimento-em-aeroportos) no âmbito do "Programa de Investimentos em Logística: Aeroportos", anunciado pela Presidência da República, em 20 de dezembro de 2012. b) Segundo Segmento: R\$ 43.167.021 para Reforma de 11 aeroportos, reaparelhamento de 2 e construção de 1 aeroporto, nos termos do planejamento plurianual do Plano de Investimentos do COMAER, com ações que objetivam construções, reformas e ampliações, com potencial interesse da aviação civil, em razão dos investimentos realizados pela Comissão de Aeroportos da Anazônia - COMARA e da Copa do Mundo 2014.
	Região Sudeste	Pretende-se investir R\$ 162.076.156 distribuídos em dois segmentos, o Primeiro Segmento refere-se à Construção, Reforma e Reaparelhamento de Aeroportos e Aeródromos de Interesse Regional, sob a égide do Programa de Aceleração do Crescimento - PAC; o Segundo Segmento trata da Construção, Reforma e Reaparelhamento das Infraestruturas Aeronáutica Civil e Aeroportuária de Interesse Federal, viabilizado por meio do Termo de Cooperação nº 001/2012 entre a SAC/PR e o Comando da Aeronáutica - COMAER com a finalidade de melhorar ou ampliar as condições de instalações aeronáuticas civis e militares de interesse federal, de modo a proporcionar melhor apoio operacional e suporte eficiente às ações de emergência e de vigilância, dentre outras, com investimentos em infraestrutura aeroportuária: a) Primeiro Segmento: R\$ 123.077.356 referem-se a recursos do PAC, destacam-se as aplicações nos Estados de Minas Gerais (R\$ 64.961.839) e de São Paulo (R\$ 28.511.839). Estimou-se o percentual em torno de 8% de execução do valor total previsto para investimentos em cada Estado (disponível em http://www.aviacaocivil.gov.br/noticias/2012/12/governo-anuncia-programa-de-investimento-em-aeroportos) no âmbito do "Programa de Investimentos em Logística: Aeroportos", anunciado pela Presidência da República, em 20 de dezembro de 2012. b) Segundo Segmento: R\$ 38.998.800 para Reforma de 5 aeroportos e reaparelhamento de 2, nos termos do planejamento plurianual do Plano de Investimentos do COMAER, com ações que objetivam construções, reformas e ampliações, com potencial interesse da aviação civil, em razão dos investimentos a serem realizados nos pais no ano de 2014 (Copa do Mundo e Olimpíadas).
	Região Sul	Pretende-se investir R\$ 96.442.921 distribuídos em dois segmentos, o Primeiro Segmento refere-se à Construção, Reforma e Reaparelhamento de Aeroportos e Aeródromos de Interesse Regional, sob a égide do Programa de Aceleração do Crescimento - PAC; o Segundo Segmento trata da Construção, Reforma e Reaparelhamento das Infraestruturas Aeronáutica Civil e Aeroportuária de Interesse Federal, viabilizado por meio do Termo de Cooperação nº 001/2012 entre a SAC/PR e o Comando da Aeronáutica - COMAER com a finalidade de melhorar ou ampliar as condições de instalações aeronáuticas civis e militares de interesse federal, de modo a proporcionar melhor apoio operacional e suporte eficiente às ações de emergência e de vigilância, dentre outras, com investimentos em infraestrutura aeroportuária: a) Primeiro Segmento: R\$ 77.975.517 referem-se a recursos do Plano de Aceleração do Crescimento - PAC, para os Estados de Santa Catarina (R\$

PLDO-2014, Anexo II das Informações Complementares ao PLOA 2014

Critérios utilizados para regionalização dos gastos

"IV - gastos, por unidade da Federação, nas áreas de assistência social, educação, desporto, habitação, saúde, saneamento, transportes e irrigação, com indicação dos critérios utilizados;"

Área / Órgão	Abrangência Geográfica	Critérios adotados para regionalização
68000 Secretaria de Portos	Região Centro-Oeste	2073 - Transporte Hidroviário
		Região Centro OesteAtendimento aos Portos fluviais do Centro Oeste do Brasil por decisão do Grupo Técnico do Programa de Aceleração do Crescimento - GPAC/Unidade. Alocação de recursos para as obras de infraestrutura portuária nos Portos fluviais do Centro Oeste do Brasil.
	Região Nordeste	0909 - Operações Especiais: Outros Encargos Especiais
		Região NordesteParticipação da União no Capital da Companhia Docas da Bahia, Companhia Docas do Ceará, Companhia Docas do Rio Grande do Norte Alocação de recursos para a implantação do sistema de carga inteligente e cadeia logística e das obras de infraestrutura portuária.
Região Norte		2074 - Transporte Marítimo
		Região NordesteAtendimento aos Portos marítimos do Nordeste do Brasil por decisão do Grupo Técnico do Programa de Aceleração do Crescimento - GPAC/Unidade. Alocação de recursos para as obras de dragagem e adequação da navegabilidade, de implantação do sistema de carga inteligente e cadeia logística e de demais obras de infraestrutura portuária nos Portos marítimos do Nordeste do Brasil.
		0909 - Operações Especiais: Outros Encargos EspeciaisRegião NorteParticipação da União no Capital da Companhia Docas do Pará Alocação de recursos para as obras de infraestrutura portuária e implantação de área de apoio logístico portuários em Portos do Norte do Brasil.
		2074 - Transporte MarítimoRegião NorteAtendimento aos Portos marítimos do Norte do Brasil por decisão do Grupo Técnico do Programa de Aceleração

PLDO-2014, Anexo II das Informações Complementares ao PLOA 2014

Critérios utilizados para regionalização dos gastos

"IV - gastos, por unidade da Federação, nas áreas de assistência social, educação, desporto, habitação, saúde, saneamento, transportes e irrigação, com indicação dos critérios utilizados;"

Área / Órgão	Abrangência Geográfica	Critérios adotados para regionalização
		do Crescimento - GPAC/Unidade. Alocação de recursos para as obras de dragagem e adequação da navegabilidade, de implantação do sistema de carga inteligente e cadeia logística e de demais obras de infraestrutura portuária nos Portos marítimos do Norte do Brasil.
		2073 - Transporte HidroviárioRegião NorteAtendimento aos Portos fluviais do Norte do Brasil por decisão do Grupo Técnico do Programa de Aceleração do Crescimento - GPAC/Unidade. Alocação de recursos para as obras de infraestrutura portuária nos Portos fluviais do Norte do Brasil.
		0909 - Operações Especiais: Outros Encargos Especiais
	Região Sudeste	Região SudesteParticipação da União no Capital da Companhia Docas do Espírito Santo, Companhia Docas do Rio de Janeiro, Companhia Docas de São Paulo Alocação de recursos para a implantação do sistema de carga inteligente e cadeia logística e das obras de infraestrutura portuária.
		2074 - Transporte Marítimo
		Região SudesteAtendimento aos Portos marítimos do Sudeste do Brasil por decisão do Grupo Técnico do Programa de Aceleração do Crescimento - GPAC/Unidade. Alocação de recursos para as obras de dragagem e adequação da navegabilidade, de implantação do sistema de carga inteligente e cadeia logística e de demais obras de infraestrutura portuária nos Portos marítimos do Sudeste do Brasil.
		2073 - Transporte Hidroviário
		Região SudesteAtendimento aos Portos fluviais do Sudeste do Brasil por decisão do Grupo Técnico do Programa de Aceleração do Crescimento - GPAC/Unidade. Alocação de recursos para as obras de infraestrutura portuária Portos fluviais do Sudeste do Brasil.
	Região Sul	2074 - Transporte Marítimo
		Região SulAtendimento aos Portos marítimos do Sul do Brasil por decisão do Grupo Técnico do Programa de Aceleração do Crescimento - GPAC/Unidade. Alocação de recursos para as obras de dragagem e adequação da navegabilidade, de implantação do sistema de carga inteligente e cadeia logística e de

PLDO-2014, Anexo II das Informações Complementares ao PLOA 2014

Critérios utilizados para regionalização dos gastos

"IV - gastos, por unidade da Federação, nas áreas de assistência social, educação, desporto, habitação, saúde, saneamento, transportes e irrigação, com indicação dos critérios utilizados;"

Área / Órgão	Abrangência Geográfica	Critérios adotados para regionalização
		demais obras de infraestrutura portuária nos Portos marítimos do Sul do Brasil.
		2073 - Transporte Hidroviário
		Região SulAtendimento aos Portos fluviais do Sul do Brasil por decisão do Grupo Técnico do Programa de Aceleração do Crescimento - GPAC/Unidade. Alocação de recursos para as obras de infraestrutura portuária Portos fluviais do Sul do Brasil.

PROJETO DE LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS PARA 2014**ANEXO II
RELAÇÃO DAS INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES AO PROJETO DE LEI
ORÇAMENTÁRIA DE 2014**

V - despesa com pessoal e encargos sociais, por Poder, órgão e total, executada nos exercícios de 2011 e 2012, a execução provável em 2013 e o programado para 2014, com a indicação da representatividade percentual do total e por Poder em relação à receita corrente líquida, tal como definida na Lei de Responsabilidade Fiscal, demonstrando a memória de cálculo.

PLDO-2014, Anexo II - Relação das Informações Complementares ao Projeto de Lei Orçamentária de 2014:

V - despesa com pessoal e encargos sociais, por Poder, órgão e total, executada nos exercícios de 2011 e 2012, a execução provável em 2013 e o programado para 2014, com a indicação da representatividade percentual do total e por Poder em relação à receita corrente líquida, tal como definida na LRF, demonstrando a memória de cálculo;

EVOLUÇÃO DAS DESPESAS COM PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS

PODER / ÓRGÃO	R\$ Mil (Preços Correntes)							
	2 0 1 1		2 0 1 2		2 0 1 3		2 0 1 4	
	EXECUÇÃO SIAFI	% RCL	EXECUÇÃO SIAFI	% RCL	EXECUÇÃO PROVÁVEL	% RCL	PROJETO DE LEI	% RCL
EXECUTIVO	155.398.912	27,65	159.937.643	23,33	171.960.430	26,79	191.924.868	26,40
Advocacia-Geral da União	2.124.343		2.139.314		2.273.033		2.318.754	
Agricultura	4.884.979		5.187.448		5.535.199		5.577.603	
Cidades	460.086		503.462		502.044		507.952	
Ciência e Tecnologia	1.753.156		1.906.262		2.186.741		2.195.395	
Comunicações	1.275.725		1.291.965		1.332.965		1.337.675	
Controladoria-Geral da União	600.186		606.136		698.624		715.176	
Cultura	407.519		456.525		486.366		497.335	
Defensoria Pública da União	148.130		156.586		174.873		189.992	
Defesa	46.522.015		47.270.885		48.975.094		49.979.009	
Desenvolvimento Agrário	868.645		887.097		931.188		979.386	
Desenvolvimento Social e Combate à Fome	45.833		45.759		51.149		70.188	
Educação	27.909.498		30.165.992		36.194.754		39.549.584	
Encargos Financeiros da União	5.144.281		3.881.941		4.578.671		4.556.036	
Esporte	31.086		98.891		27.344		27.482	
Fazenda	15.291.712		15.819.645		15.227.060		15.273.628	
Indústria e Comércio	488.557		512.830		610.362		645.883	
Integração Nacional	968.087		1.023.534		1.092.964		1.149.357	
Justiça	6.508.802		6.603.915		7.045.656		7.059.226	
Meio Ambiente	1.261.716		1.249.312		1.366.514		1.380.770	
Minas e Energia	875.315		935.963		959.346		993.622	
Pesca e Aquicultura	31.996		31.635		34.073		34.311	
Planejamento	3.064.100		3.316.696		3.948.077		17.591.991	
Presidência da República	870.991		927.081		1.019.640		1.036.268	
Previdência Social	10.299.264		10.178.906		10.551.263		10.640.580	
Relações Exteriores	1.137.786		1.193.951		1.266.792		1.273.305	
Reserva de Contingência							771.746	
Saúde	14.445.670		15.258.185		16.260.185		16.829.408	
Secretaria da Micro e Pequena Empresa					855		4.613	
Secretaria de Assuntos Estratégicos	245.801		246.277		263.264		270.744	
Secretaria de Aviação Civil	160.712		236.111		246.139		268.845	
Secretaria de Direitos Humanos	15.987		15.421		15.753		16.577	
Sec. de Pol. de Prom. da Igualdade Racial	4.852		5.167		5.910		7.189	
Secretaria de Políticas para as Mulheres	4.745		5.940		7.114		9.438	
Secretaria de Portos	78.795		82.261		92.664		97.895	
Trabalho e Emprego	2.465.109		2.505.031		2.654.318		2.686.918	
Transf. - Min. Fazenda (exceto Roraima e Amapá)	1.500.764		1.498.138		1.543.844		1.559.441	
Transportes	3.442.437		3.627.292		3.731.196		3.751.530	
Turismo	56.369		62.015		64.487		64.895	
Vice-Presidência	3.863		4.074		4.909		5.121	
LEGISLATIVO	7.335.982	1,31	7.471.097	1,09	8.116.268	1,26	8.307.859	1,14
Câmara dos Deputados	3.343.641		3.416.355		3.899.772		3.822.258	
Senado Federal	2.827.547		2.878.517		2.976.959		3.138.582	
Tribunal de Contas da União	1.164.794		1.176.225		1.239.537		1.347.019	
JUDICIÁRIO	21.027.407	3,74	22.247.484	3,24	23.656.356	3,69	24.554.000	3,38
Conselho Nacional de Justiça	19.522		25.051		40.386		47.826	
Justiça do Trabalho	11.060.168		11.574.672		12.500.734		12.444.225	
Justiça Eleitoral	3.095.667		3.546.592		3.397.834		3.769.968	
Justiça Federal	5.538.298		5.764.595		6.288.810		6.848.130	
Justiça Militar	302.611		331.820		366.446		326.475	
Superior Tribunal de Justiça	717.461		708.521		750.160		793.217	
Supremo Tribunal Federal	293.680		296.233		311.986		324.159	
MPU e CNMP	2.531.201	0,45	2.615.190	0,38	2.968.286	0,46	3.219.274	0,44
Conselho Nacional do Ministério Público	20.238		33.398		34.958		36.411	
Ministério Público da União (Exceto MPDF)	2.510.963		2.581.792		2.933.328		3.182.863	
DEMAIS (Incisos XIII e XIV do art. 21 da CF e art. 31 da EC nº 19)	11.187.983	1,99	12.230.173	1,78	12.942.681	2,02	13.980.926	1,92
Justiça do DF e Territórios	1.407.498		1.426.011		1.515.922		1.639.334	
MPDF-Ministério Público do DF e Territórios	367.603		388.806		423.724		408.635	
Transferências - Min. Fazenda (Roraima e Amapá)	1.408.576		1.398.768		1.546.660		1.550.208	
Transferências - FCDF	8.004.306		9.016.588		9.456.375		10.382.749	
Total Geral	197.481.485	35,14	204.501.587	29,83	219.644.021	34,22	241.986.927	33,29
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL	561.929.946		685.615.063		641.917.218		726.962.522	

Obs: Os valores apresentados correspondem à despesa total, sem as exclusões previstas no art. 19 da Lei de Responsabilidade Fiscal.

PROJETO DE LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS PARA 2014**ANEXO II
RELAÇÃO DAS INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES AO PROJETO DE LEI
ORÇAMENTÁRIA DE 2014**

VI - despesas liquidadas e pagas dos benefícios do Regime Geral de Previdência Social, por ação orçamentária, executadas nos exercícios de 2011 e 2012, e a execução provável em 2013, destacando os benefícios decorrentes de sentenças judiciais, a compensação financeira entre o RGPS e os regimes de previdência de servidores da União, Estados, Distrito Federal e Municípios e os demais.

PLDO 2014, Anexo II das Informações Complementares ao PLOA-2014.

"VI - despesas liquidadas e pagas dos benefícios do Regime Geral de Previdência Social, por ação orçamentária, executadas nos exercícios de 2011 e 2012, e a execução provável em 2013, destacando os benefícios decorrentes de sentenças judiciais, a compensação financeira entre o RGPS e os regimes de previdência de servidores da União, Estados, Distrito Federal e Municípios e os demais;"

REGIME GERAL DA PREVIDÊNCIA SOCIAL

Ação	2011		2012		R\$ 1,00	
	Liquidado	Pago	Liquidado	Pago	2013	Provável
0005 Cumpr. de Sent. Jud. Transitada em Julgado (Precatórios) devida pela União, Aut. e Fund. Pub.	2.908.199.800	2.908.199.800	2.526.072.409	2.526.072.409	2.855.264.046	
0482 Cumpr. de Sent. Jud. Transitada em Julgado de Pequeno Valor oriunda da Justiça Comum Estadual	119.456.638	95.082.894	129.909.640	118.131.667	100.000.000	
0486 Cumpr. de Sent. Jud. Transitada em Julgado (Precatórios) oriunda da Justiça Comum Estadual	625.778.704	502.164.814	589.486.233	460.778.240	650.000.000	
0625 Cumpr. de Sent. Jud. Transitada em Julgado de Pequeno Valor devida pela União, Aut. e Fund. Pub.	3.590.704.786	3.587.729.029	4.025.552.288	4.022.776.772	2.935.488.223	
009W Compensação Previdenciária	1.392.870.827	1.392.870.827	1.540.955.239	1.388.355.239	1.484.945.000	
0E82 Benefícios Previdenciários Rurais	não se aplica*	não se aplica*	70.042.142.163	68.539.559.406	76.314.819.284	
001O Pagamento de Aposentadorias - Área Rural	42.670.832.132	41.832.573.218	não se aplica*	não se aplica*	não se aplica*	
001Q Pagamento de Pensões - Área Rural	15.455.530.528	14.849.524.787				
001P Pagamento de Auxílio-Doença Previdenciário, Auxílio-Doença Acidentário e Auxílio-Reclusão - Área Rural	1.378.889.484	1.252.361.734				
001R Pagamento de Salário-Maternidade - Área Rural	718.528.372	600.176.660				
0E81 Benefícios Previdenciários Urbanos	não se aplica*	não se aplica*				
0132 Pagamento de Aposentadorias - Área Urbana	130.342.820.534	125.298.793.378	239.976.151.675	226.977.866.560	264.824.141.987	
0134 Pagamento de Pensões - Área Urbana	53.701.965.871	49.987.856.541				
0136 Pagamento de Auxílio-Doença Previdenciário, Auxílio-Doença Acidentário e Auxílio-Reclusão - Área Urbana	20.637.934.154	18.602.605.783				
0141 Pagamento de Salário-Maternidade - Área Urbana	902.178.737	755.916.287				
0117 Pagamento de Salário-Família	54.172.634	45.299.947				
0133 Pagamento de Aposentadorias Especiais	7.965.008.429	7.422.250.661				
0137 Pagamento de Abono de Permanência em Serviço	3.200.000	2.746.953				
T o t a l	282.465.071.630	269.136.153.312	318.830.269.646	304.033.540.292	349.164.658.540	

Fonte: Sinfí Gerencial Web e 3ª Avaliação Bimestral de 2013.

*A partir de 2012, as ações da Previdência Social foram reestruturadas.

PROJETO DE LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS PARA 2014**ANEXO II
RELAÇÃO DAS INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES AO PROJETO DE LEI
ORÇAMENTÁRIA DE 2014**

VII - memória de cálculo das estimativas para 2014:

a) de cada despesa a seguir relacionada, mês a mês, explicitando separadamente as hipóteses quanto aos fatores que afetam o seu crescimento, incluindo o crescimento vegetativo e do número de beneficiários, os índices de reajuste dos benefícios vinculados ao salário mínimo e dos demais benefícios:

1. benefícios do Regime Geral de Previdência Social, destacando os decorrentes de sentenças judiciais, a compensação financeira entre o RGPS e os regimes de previdência de servidores da União, Estados, Distrito Federal e Municípios e os demais;
2. benefícios da Lei Orgânica de Assistência Social - LOAS;
3. Renda Mensal Vitalícia;
4. Seguro-Desemprego; e
5. Abono Salarial;

b) do gasto com pessoal e encargos sociais, por órgão, explicitando as hipóteses e os valores correspondentes quanto ao crescimento vegetativo, aos concursos públicos, à reestruturação de carreiras, aos reajustes gerais e específicos e demais despesas relevantes;

c) da reserva de contingência e das transferências constitucionais a Estados, Distrito Federal e Municípios;

VII - memória de cálculo das estimativas para 2014 - continuação

d) da complementação da União ao Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação - FUNDEB, indicando o valor mínimo por aluno, nos termos da Lei nº 11.494, de 20 de junho de 2007, discriminando os recursos por unidade da Federação;

e) do montante de recursos para aplicação na manutenção e desenvolvimento do ensino, a que se refere o art. 212 da Constituição;

f) dos subsídios financeiros e creditícios concedidos pela União, relacionados por espécie de benefício, identificando, para cada um, o órgão gestor, o banco operador, a respectiva legislação autorizativa e região contemplada, em cumprimento ao disposto no art. 165, § 6º, da Constituição, considerando:

1. discriminação dos subsídios orçamentários e não orçamentários, primários e financeiros;
2. valores realizados em 2011 e 2012;
3. valores estimados para 2013 e 2014, acompanhados de suas memórias de cálculo; e
4. efeito nas estimativas de cada ponto percentual de variação no custo de oportunidade do Tesouro Nacional, quando aplicável; e

g) das despesas com juros nominais constantes do demonstrativo a que se refere o inciso XXVII deste Anexo.

PLDO 2014, Anexo II das Informações Complementares ao PLOA-2014.
"VII - memória de cálculo das estimativas para 2014:
a) de cada despesa a seguir relacionada, mês a mês, explicitando separadamente as hipóteses quanto aos fatores que afetam o seu crescimento, incluindo o crescimento vegetativo e do número de beneficiários, os índices de reajuste dos benefícios vinculados ao salário mínimo e dos demais benefícios:
1. Benefícios do Regime Geral de Previdência Social, destacando os decorrentes de sentenças judiciais, a compensação financeira entre o RGPS e os regimes de previdência de servidores da União, Estados, Distrito Federal e Municípios e os demais;"

BENEFÍCIOS DO REGIME GERAL DE PREVIDÊNCIA SOCIAL					R\$ 1,00
Mês	Benefícios Normais*	Sentenças Judiciais	Comprev	Total	
jan/14	28.607.721.845	702.670.136	198.141.004	29.508.532.985	
fev/14	27.269.993.001	702.670.136	198.141.004	28.170.804.141	
mar/14	28.369.288.366	702.670.136	198.141.004	29.270.099.506	
abr/14	30.743.955.601	702.670.136	198.141.004	31.644.766.741	
mai/14	29.858.637.738	702.670.136	198.141.004	30.759.448.878	
jun/14	28.986.791.273	702.670.136	198.141.004	29.887.602.413	
jul/14	29.410.256.408	702.670.136	198.141.004	30.311.067.548	
ago/14	32.974.960.298	702.670.136	198.141.004	33.875.771.438	
set/14	39.251.426.402	702.670.136	198.141.004	40.152.237.542	
out/14	29.992.555.172	702.670.136	198.141.004	30.893.366.312	
nov/14	33.039.878.675	702.670.136	198.141.004	33.940.689.815	
dez/14	38.719.961.204	702.670.136	198.141.004	39.620.772.344	
Total	377.225.425.981	8.432.041.629	2.377.692.052	388.035.159.662	

Descrição		PLOA 2014
Benefícios		388.035
Benefícios normais		379.603
Pecatórios e sentenças		8.432
Hipóteses adotadas		
Massa salarial nominal (%)		10,09%
Reajuste do salário-mínimo (%)		6,62%
Valor do salário-mínimo (R\$)		722,90
Reajuste dos demais benefícios (%)		5,70%
Crescimento vegetativo dos benefícios (%)		2,55%

2. Benefícios da Lei Orgânica de Assistência Social - LOAS.

BENEFÍCIOS DA LEI ORGÂNICA DA ASSISTÊNCIA SOCIAL - LOAS

Em R\$ 1,00

Mês	Beneficiários [A]		Sm vigente [B]	Índice de correção * [C]	Benefícios de BPC - LOAS [D] = A x B x C			Sentenças [E]	TOTAL [E] = D + E
	Idosos	Deficientes			Idosos	Deficientes	Total		
jan/14	1.829.539	2.148.282	678,00	0,985781	1.222.789.978	1.435.824.576	2.658.614.555	33.151.552	2.691.766.107
fev/14	1.836.154	2.158.528	722,90	0,985781	1.308.473.643	1.538.202.399	2.846.676.041	33.151.552	2.879.827.593
mar/14	1.842.743	2.169.098	722,90	0,985781	1.313.168.713	1.545.734.425	2.858.903.138	33.151.552	2.892.054.690
abr/14	1.849.523	2.179.890	722,90	0,985781	1.318.000.174	1.553.425.255	2.871.425.428	33.151.552	2.904.576.980
mai/14	1.856.424	2.190.683	722,90	0,985781	1.322.917.863	1.561.116.375	2.884.034.238	33.151.552	2.917.185.790
jun/14	1.862.969	2.201.299	722,90	0,985781	1.327.581.834	1.568.681.601	2.896.263.435	33.151.552	2.929.414.987
jul/14	1.869.559	2.211.965	722,90	0,985781	1.332.278.185	1.576.282.219	2.908.560.403	33.151.552	2.941.711.955
ago/14	1.876.188	2.222.674	722,90	0,985781	1.337.002.467	1.583.913.853	2.920.916.321	33.151.552	2.954.067.873
set/14	1.882.846	2.233.420	722,90	0,985781	1.341.746.589	1.591.571.400	2.933.317.989	33.151.552	2.966.469.541
out/14	1.889.531	2.244.210	722,90	0,985781	1.346.510.381	1.599.260.475	2.945.770.856	33.151.552	2.978.922.408
nov/14	1.896.250	2.255.052	722,90	0,985781	1.351.299.045	1.606.986.794	2.958.285.839	33.151.552	2.991.437.391
dez/14	1.902.999	2.265.945	722,90	0,985781	1.356.107.846	1.614.749.434	2.970.857.280	33.151.552	3.004.008.832
TOTAL					15.877.876.718	18.775.748.806	34.653.625.524	397.818.624	35.051.444.148

* Corresponde ao crescimento verificado na despesa em exercícios anteriores.

3. Renda Mensal

RENDA MENSAL VITALÍCIA - MEMÓRIA DE CÁLCULO 2014

R\$ 1,00

Mês	Benefícios		Total [c] = a + b	Redução *		SM	TOTAL DESPESA
	Idoso [a]	Deficiente [b]		Idoso (=2013)	Deficiente (=2013)		
jan/14	41.000	159.524	200.524	0,9789	0,9885	678,00	135.955.163
fev/14	40.608	158.718	199.326	0,9904	0,9949	722,90	144.091.831
mar/14	40.009	157.588	197.597	0,9853	0,9929	722,90	142.841.987
abr/14	39.317	156.005	195.322	0,9827	0,9900	722,90	141.197.223
mai/14	38.995	155.289	194.284	0,9918	0,9954	722,90	140.446.611
jun/14	38.380	154.010	192.390	0,9842	0,9918	722,90	139.077.820
jul/14	37.858	152.803	190.661	0,9864	0,9922	722,90	137.827.726
ago/14	37.232	151.486	188.718	0,9835	0,9914	722,90	136.423.280
set/14	36.677	150.273	186.951	0,9851	0,9920	722,90	135.145.802
out/14	36.052	148.855	184.907	0,9829	0,9906	722,90	133.668.523
nov/14	35.580	147.774	183.353	0,9869	0,9927	722,90	132.545.128
dez/14	35.058	146.650	181.707	0,9853	0,9924	722,90	131.355.330
TOTAL DESPESA							1.650.576.424

* Aplicou-se a taxa de redução apurada no mesmo mês do exercício anterior.

PLDO 2014, Anexo II das Informações Complementares ao PLOA-2014.
VII- memória de cálculo das estimativas:

(...)

b) do gasto com pessoal e encargos sociais, por órgão, explicitando as hipóteses e os valores correspondentes quanto ao crescimento vegetativo, aos concursos públicos, à reestruturação de carreiras, aos reajustes gerais e específicos e demais despesas relevantes;

Quadro I - MEMÓRIA DE CÁLCULO DA ESTIMATIVA DO GASTO TOTAL COM PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS

PODER/ÓRGÃO	FOLHA BASE ART. 70 - PLDO- 2014	PRECATÓRIOS E SENTENÇAS	IMPACTOS ADICIONAIS 2013		IMPACTOS ADICIONAIS 2014			TOTAL
			REESTRUT. DE CARREIRAS	CONCURSOS E CARGOS	REESTRUT. DE CARREIRAS	CONCURSOS E CARGOS	ELEIÇÕES ADICIONAIS DE EMPRESAS ESTATAIS	
LEGISLATIVO	7.776.290			175.710	326.883	28.976		8.307.859
	3.619.921			74.552	127.785			3.822.258
	2.899.506			77.335	138.600	23.141		3.138.582
	1.256.863			23.823	60.498	5.835		1.347.019
	23.980.958			584.752	1.152.503	275.121	200.000	26.193.334
	30.068			8.445	1.240	8.073		47.826
	1.492.075			39.975	69.819	37.465		1.639.334
	11.523.602			322.470	552.949	45.204		12.444.225
	3.367.246			12.537	164.379	25.806	200.000	3.769.968
	6.210.589			187.513	297.449	152.579		6.848.130
	305.217			2.069	15.237	3.952		326.475
	748.311			8.664	36.242			793.217
	303.850			3.079	15.188	2.042		324.159
	3.192.272			193.207	181.918	60.512		3.627.909
	31.337				1.405	3.669		36.411
	3.160.935			193.207	180.513	56.843		3.591.498
180.059.190	5.629.164		3.229.794	10.238.929	2.344.355	1.584.647	203.086.079	
EXECUTIVO	2.294.398	23.044		24.356				2.318.754
	5.554.559	25.000						5.577.603
	476.255	33.345		6.697				507.952
	2.162.050							2.195.395
	1.337.675							1.337.675
	689.709			25.467				715.176
	480.524	1.251		15.560				497.335
	169.029			20.963				189.992
	49.976.007	3.002						49.979.009
	931.966	47.420						979.386
	52.947			17.241				70.188
	35.250.238	224.082		1.100.955	2.245.715		728.594	39.549.584
		4.556.036						4.556.036

PODER/ÓRGÃO	FOLHA BASE ART. 70 - PLDO- 2014	PRECATÓRIOS E SENTENÇAS	IMPACTOS ADICIONAIS 2013		IMPACTOS ADICIONAIS 2014			TOTAL
			REESTRUT. DE CARREIRAS	CONCURSOS E CARGOS	REESTRUT. DE CARREIRAS	CONCURSOS E CARGOS	ELEIÇÕES ADICIONAIS DE EMPRESAS ESTATAIS	
Esporte	27.482							27.482
Fazenda	15.260.248	13.380						15.273.628
Indústria e Comércio	637.692	967		7.224				645.883
Integração Nacional	1.092.793	26.800		16.649			13.115	1.149.357
Justiça	7.057.017	2.209						7.059.226
Meio Ambiente	1.324.108	38.660		18.002				1.380.770
Minas e Energia	989.389	4.233						993.622
Pesca e Aquicultura	34.311							34.311
Planejamento	5.203.553	196.059		1.766.241	7.378.454	2.247.418	800.266	17.591.991
Presidência da República	1.028.308	2.500		5.460				1.036.268
Previdência Social	10.299.872	315.783		24.925				10.640.580
Relações Exteriores	1.273.176			129				1.273.305
Saúde	16.107.738	88.017		151.768	439.213		42.672	16.829.408
Secretaria da Micro e Pequena Empresa	4.613							4.613
Secretaria de Assuntos Estratégicos	270.744							270.744
Secretaria de Aviação Civil	245.135			23.710				268.845
Secretaria de Direitos Humanos	15.715			862				16.577
Sec. de Pol. de Prom. da Igualdade Racial	5.482			1.707				7.189
Secretaria de Políticas para as Mulheres	7.560			1.878				9.438
Secretaria de Portos	97.895							97.895
Trabalho e Emprego	2.686.843	75						2.686.918
Transferências - Min. Fazenda	3.109.649							3.109.649
Transferências - FCDF	10.110.265				175.547	96.937		10.382.749
Transportes	3.724.866	26.664						3.751.530
Turismo	64.258	637						64.895
Vice-Presidência	5.121							5.121
TOTAL UNIÃO	215.008.710	5.629.164		4.183.463	11.900.233	2.708.964	1.784.647	241.215.181
RESERVA DE CONTINGÊNCIA					640.778	130.968		771.746
TOTAL GERAL	215.008.710	5.629.164		4.183.463	12.541.011	2.839.932	1.784.647	241.986.927

PLDO 2014, Anexo II das Informações Complementares ao PLOA-2014.
VII- memória de cálculo das estimativas:
(...)
b) do gasto com pessoal e encargos sociais, por órgão, explicitando as hipóteses e os valores correspondentes quanto ao crescimento vegetativo, aos concursos públicos, à reestruturação de carreiras, aos reajustes gerais e específicos e demais despesas relevantes;

Quadro II - MEMÓRIA DE CÁLCULO DO GASTO COM PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS - DESPESAS PRIMÁRIAS

PODER/ÓRGÃO	FOLHA BASE ART. 70 - PLDO- 2014	PRECATÓRIOS E SENTENÇAS	IMPACTOS ADICIONAIS 2013				IMPACTOS ADICIONAIS 2014			TOTAL
			REESTRUT. DE CARREIRAS	CONCURSOS E CARGOS	REESTRUT. DE CARREIRAS	CONCURSOS E CARGOS	ELEIÇÕES			
							ADICIONAIS DE EMPRESAS ESTATAIS			
LEGISLATIVO	7.203.511		167.626	298.965	27.414				7.697.516	
Câmara dos Deputados	3.393.474		71.152	116.445					3.581.071	
Senado Federal	2.681.507		73.840	127.972	21.965				2.905.284	
Tribunal de Contas da União	1.128.530		22.634	54.548	5.449				1.211.161	
JUDICIÁRIO	21.038.460		487.846	1.012.218	251.903	200.000			23.010.427	
Conselho Nacional de Justiça	27.659		7.277	1.149	7.075				43.160	
Justiça do DF e Territórios	1.296.742		38.108	60.541	34.472				1.429.863	
Justiça do Trabalho	10.151.773		264.320	487.249	40.974				10.944.316	
Justiça Eleitoral	2.990.408		11.859	146.042	22.039	200.000			3.370.348	
Justiça Federal	5.367.917		153.699	257.059	141.990				5.920.665	
Justiça Militar	281.884		1.696	14.082	3.566				301.228	
Superior Tribunal de Justiça	668.311		7.998	32.378	1.787				708.687	
Supremo Tribunal Federal	273.766			2.889	13.718				292.160	
MPU	2.764.836		175.075	154.479	54.647				3.149.037	
Conselho Nacional do Ministério Público	27.071			1.183	3.280				31.534	
Ministério Público da União	2.737.765		175.075	153.296	51.367				3.117.503	
EXECUTIVO	168.743.968	5.249.310	2.630.164	9.537.893	2.095.623	1.584.647			189.841.605	
Advocacia-Geral da União	1.959.732		23.120						1.982.852	
Agricultura	5.297.893	23.044							5.320.937	
Cidades	474.465	25.000	5.535						505.000	
Ciência e Tecnologia	1.961.338	32.916							1.994.254	
Comunicações	1.288.233								1.288.233	
Controladoria-Geral da União	584.004		23.981						607.985	
Cultura	433.042	1.162	13.818						448.022	
Defensoria Pública da União	141.458		19.719						161.177	
Defesa	49.678.908	2.826							49.681.734	
Desenvolvimento Agrário	850.465	44.030	14.863						894.495	
Desenvolvimento Social e Combate à Fome	50.876		967.545						65.739	
Educação	31.174.794	208.526		1.956.505				728.594	35.035.964	
Encargos Financeiros da União		4.230.657							4.230.657	

PODER/ÓRGÃO	FOLHA BASE ART. 70 - PLDO- 2014	PRECATÓRIOS E SENTENÇAS	IMPACTOS ADICIONAIS 2013		IMPACTOS ADICIONAIS 2014			TOTAL
			REESTRUT. DE CARREIRAS	CONCURSOS E CARGOS	REESTRUT. DE CARREIRAS	CONCURSOS E CARGOS	ELEIÇÕES ADICIONAIS DE EMPRESAS ESTATAIS	
Esporte	25.679							25.679
Fazenda	13.873.985	12.423						13.886.408
Indústria e Comércio	556.535	898		6.064				563.497
Integração Nacional	1.049.760	25.156		13.968			13.115	1.101.999
Justiça	6.263.549	2.051						6.265.600
Meio Ambiente	1.162.658	35.896		15.121				1.213.675
Minas e Energia	920.050	4.188						924.238
Pesca e Aquicultura	33.075							33.075
Planejamento	4.801.710	194.868		1.335.587	7.030.891	1.998.686	800.266	16.162.008
Presidência da República	972.665	2.500		5.080				980.245
Previdência Social	9.452.037	293.206		21.632				9.766.875
Relações Exteriores	1.145.644			106				1.145.750
Saúde	14.822.480	83.690		138.388	374.950		42.672	15.462.180
Secretaria da Micro e Pequena Empresa	4.600							4.600
Secretaria de Assuntos Estratégicos	246.946							246.946
Secretaria de Aviação Civil	210.970			21.689				232.659
Secretaria de Direitos Humanos	15.337			743				16.080
Sec. de Pol. de Prom. da Igualdade Racial	5.468			1.529				6.997
Secretaria de Políticas para as Mulheres	7.547			1.676				9.223
Secretaria de Portos	88.358							88.358
Trabalho e Emprego	2.459.480	70						2.459.550
Transferências - Min. Fazenda	2.928.983							2.928.983
Transferências - FCDF	10.110.265				175.547	96.937		10.382.749
Transportes	3.625.274	25.612						3.650.886
Turismo	60.584	591						61.175
Vice-Presidência	5.121							5.121
TOTAL UNIÃO	199.770.775	5.249.310		3.460.711	11.003.555	2.429.587	1.784.647	223.698.585
RESERVA DE CONTINGÊNCIA					565.017	117.873		682.890
TOTAL GERAL	199.770.775	5.249.310		3.460.711	11.568.572	2.547.460	1.784.647	224.381.475

R\$ MIL

PODER/ORGÃO	FOLHA BASE ART. 70 - PLDO- 2014	PRECATÓRIOS E SENTENÇAS	IMPACTOS ADICIONAIS 2013		IMPACTOS ADICIONAIS 2014		TOTAL CPSS	
			REESTRUT. DE CARREIRAS	CONCURSOS E CARGOS	REESTRUT. DE CARREIRAS	CONCURSOS E CARGOS		ELEIÇÕES ADICIONAIS DE EMPRESAS ESTATAIS
Encargos Financeiros da União		325.379					325.379	
Esporte	1.803						1.803	
Fazenda	1.386.263	957					1.387.220	
Indústria e Comércio	81.157	69			1.160		82.386	
Integração Nacional	43.033	1.644			2.681		47.358	
Justiça	793.468	158					793.626	
Meio Ambiente	161.450	2.764			2.881		167.095	
Minas e Energia	69.339	45					69.384	
Pesca e Aquicultura	1.236						1.236	
Planejamento	401.843	1.191			430.654	347.563	1.429.983	
Presidência da República	55.643				380		56.023	
Previdência Social	847.835	22.577			3.293		873.705	
Relações Exteriores	127.532	23			23		127.555	
Saúde	1.285.258	4.327			13.380	64.263	1.367.228	
Secretaria da Micro e Pequena Empresa	13						13	
Secretaria de Assuntos Estratégicos	23.798						23.798	
Secretaria de Aviação Civil	34.165				2.021		36.186	
Secretaria de Direitos Humanos	378				119		497	
Sec. de Pol. de Prom. da Igualdade Racial	14				178		192	
Secretaria de Políticas para as Mulheres	13				202		215	
Secretaria de Portos	9.537						9.537	
Trabalho e Emprego	227.363	5					227.368	
Transferências - Min. Fazenda	180.666						180.666	
Transferências - FCDF								
Transportes	99.592	1.052					100.644	
Turismo	3.674	46					3.720	
Vice-Presidência								
TOTAL UNIÃO	15.237.935	379.854		722.752	896.678	279.377	17.516.596	
RESERVA DE CONTINGÊNCIA					75.761	13.095	88.856	
TOTAL GERAL	15.237.935	379.854		722.752	972.439	292.472	17.605.452	

PLDO 2014, Anexo II das Informações Complementares ao PLOA-2014.

c) da reserva de contingência e das transferências constitucionais a Estados, Distrito Federal e Municípios;

Memória de Cálculo da Estimativa da Reserva de Contingência

ESPECIFICAÇÃO	R\$ Milhões
	Projeto de Lei 2014
TOTAL RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (I - II)	726.963
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	14.539
a) FINANCEIRA (1% RCL)	7.270
b) PRIMÁRIA (1% RCL)	7.270

c) da reserva de contingência e das transferências constitucionais a Estados, Distrito Federal e Municípios;"

Transferências por Repartição de Receita - PLOA-2014

Descrição	R\$ milhões
A. CONSTITUCIONAIS	
I. Imposto de Renda, líquido de incentivos fiscais e PIN/PROTERRA	309.940,0
Transferência do IR	139.473,0
I.a. FPE [(21,5% * I) - (21,5% * 20% * I)]	53.309,7
I.b. FPM [(23,5% * I) - (22,5% * 20% * I)]	58.888,6
I.c. Fundeb [(44% * 20% * I)]	27.274,7
II. Imposto sobre Produtos Industrializados	57.731,3
Transferência do IPI	31.752,2
II.a. FPE [(21,5% * II) - (21,5% * 20% * II)]	9.929,8
II.b. FPM [(23,5% * II) - (22,5% * 20% * II)]	10.968,9
II.c. Estados Exportadores [(10% * II) - (10% * 20% * II)]	4.618,5
II.d. Fundeb [(54% * 20% * II)]	6.235,0
III. IOF incidente sobre o Ouro	7,9
Transferência do IOF-Ouro (100% * III)	7,9
IV. Imposto Territorial Rural	825,6
IV.1. Municípios Conveniados	680,3
IV.2. Municípios Não Conveniados	145,3
Transferência do ITR	752,9
IV.a. Transferência ITR - Municípios Conveniados [(100% * IV.1) - (100% * 20% * IV.1)]	544,2
IV.b. Transferência ITR - Municípios Não Conveniados [(50% * IV.2) - (50% * 20% * IV.2)]	58,1
IV.c. Fundeb [(20% * IV.1) + (20% * 50% * IV.2)]	150,6
V. CIDE combustíveis	
Transferência da CIDE combustíveis (29% * 80% * V)	
B. LEGAIS	
VI. Concursos de Prognóstico (apenas receitas transferíveis)	3.880,5
VI.1. Loterias Esportivas	34,7
VI.2. Loterias de Números	3.810,1
VI.3. Loterias de Futebol	35,8
Transferência de Concursos de Prognóstico	132,4
VI.a. Transferências de Loterias Esportivas (80% * 4,62% * VI.1)	1,3
VI.b. Transferências de Loterias de Números (80% * 4,1129879% * VI.2)	125,4
VI.c. Transferências de Loterias de Futebol (24% * (2/3) * VI.3)	5,7
VII. Cota-Parte de Compensações Financeiras	43.643,2
VII.1. Royalties de Itaipu	431,6
VII.2. Recursos Hídricos	2.065,3
VII.3. Recursos Minerais	2.749,9
VII.4. Royalties Petróleo - Até 5% - em terra	834,3
VII.5. Royalties Petróleo - Até 5% - em plataforma	9.036,7
VII.6. Royalties Petróleo - Excedentes - em terra	751,2
VII.7. Royalties Petróleo - Excedentes - em plataforma	8.943,0
VII.8. Participação Especial	18.831,1
Transferência da Cota-Parte de Compensações Financeiras	30.787,5
VII.a. Tratado de Itaipu (90% * VII.1)	388,4
VII.b. Recursos Hídricos [(90% * 6 * (VII.2/6,75)]	1.652,3
VII. c. Recursos Minerais (88% * VII.3)	2.419,9
VII.d. Royalties Petróleo / Gás Natural [(100% * VII.4) + (80% * VII.5) + (75% * VII.6) + (80% * VII.7) + (56% * VII.8)]	26.326,9
VIII. Salário-Educação	18.726,4
Transferência do Salário-Educação (90% * 2/3 * VIII)	11.235,9
IX. Concessões de Florestas Nacionais	
Transferência de Concessões de Florestas Nacionais (40% * IX)	
TOTAL DE TRANSFERÊNCIAS PRIMÁRIAS	214.141,8
X. Fundos Constitucionais do Norte, Nordeste e Centro-Oeste	11.030,1
ENO [(0,6% * I) + (0,6% * II)]	2.206,0
FCO [(0,6% * I) + (0,6% * II)]	2.206,0
FCO [(1,8% * I) + (1,8% * II)]	6.618,1

PLDO-2014, Anexo II - Relação das Informações Complementares ao PLOA-2014

VII - memória de cálculo das estimativas:

d) da complementação da União ao Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação - FUNDEB, indicando o valor mínimo por aluno, nos termos da Lei nº 11.494, de 20 de junho de 2007, discriminando os recursos por unidade da Federação;

I - Cálculo da Complementação ao FUNDEB 2014 conforme art. 6º da Lei nº 11.494, de 20 de junho de 2007

		R\$ milhões
Descrição	Total da Receita (a)	Parcela do FUNDEB (b = 20% * a)
I - Receitas Federais	168.301,4	33.660,3
FPM	82.726,0	16.545,2
FPE	79.049,3	15.809,9
IPI - EXP	5.773,1	1.154,6
LC 87		
ITR	752,9	150,6
II - Receitas Estaduais	349.907,0	69.981,4
IPVA	27.657,6	5.531,5
ITCD	3.378,6	675,7
ICMS	318.870,8	63.774,2
III - TOTAL (I + II)		103.641,7
IV - Complementação Total da União (III * 10%)		10.364,2
V - Complementação da União a ser repassada em 2014 ⁽¹⁾ * 85% + (Complementação de 2013) ⁽²⁾ * 15%	[IV]	10.302,7

⁽¹⁾ Conforme § 1º do art. 6º da Lei nº 11.494, de 20 de junho de 2007.

⁽²⁾ Valor considerado para a complementação de 2013: [(Avaliação do 3º Bimestre de 2013)] = R\$ 9.954,6 milhões.

PLDO-2014, Anexo II - Relação das Informações Complementares ao PLOA-2014

VII - memória de cálculo das estimativas:

d) da complementação da União ao Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação - FUNDEB, indicando o valor mínimo por aluno, nos termos da Lei nº 11.494, de 20 de junho de 2007, discriminando os recursos por unidade da Federação;

II - Valor Mínimo Nacional por Aluno

R\$ 1,00		
Etapa/Modalidade/Tipo de Estabelecimento	Coeficientes ⁽¹⁾	Valor Mínimo Nacional por Aluno
Educação Infantil	Creche Integral	1,30 2.961,77
	Pré-Escola Integral	1,30 2.961,77
	Creche Parcial	0,80 1.822,63
	Pré-Escola Parcial	1,00 2.278,28
Educação Fundamental	Séries Iniciais Urbano	1,00 2.278,28
	Séries Iniciais Rural	1,15 2.620,02
	Séries Finais Urbano	1,10 2.506,11
	Séries Finais Rural	1,20 2.733,94
	Tempo integral	1,30 2.961,77
Ensino Médio	Urbano	1,20 2.733,94
	Rural	1,30 2.961,77
	Tempo integral	1,30 2.961,77
	Integrado à Educação Profissional	1,30 2.961,77
Educação Especial		1,20 2.733,94
Educação Indígena/Quilombola		1,20 2.733,94
EJA	Avaliação no processo	0,80 1.822,63
	Integrado à Educação Profissional de Nível Médio	1,20 2.733,94
Conveniadas	Creche Integral	1,10 2.506,11
	Creche Parcial	0,80 1.822,63
	Pré-Escola Integral	1,30 2.961,77
	Pré Escola Parcial	1,00 2.278,28
	Educação Especial	1,20 2.733,94

⁽¹⁾ Conforme a Resolução MEC nº 8, de 25 de julho de 2012.

PLDO-2014, Anexo II - Relação das Informações Complementares ao PLOA-2014
VII - memória de cálculo das estimativas:
d) da complementação da União ao Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação - FUNDEB, indicando o valor mínimo por aluno, nos termos da Lei nº 11.494, de 20 de junho de 2007, discriminando os recursos por unidade da Federação;

III - Censo Escolar 2012 - Matrículas da Educação Básica

UF	EDUCAÇÃO INFANTIL				EDUCAÇÃO FUNDAMENTAL				ENSINO MÉDIO				EJA		Convencional				Total				
	Creche Integral	Pré-Escola Integral	Creche Parcial	Pré-Escola Parcial	Séries Iniciais Urbano	Séries Iniciais Rural	Séries Finais Urbano	Séries Finais Rural	Tempo Integral	Urbano	Rural	Tempo integral	Integrado à Educação Profissional	EDUCAÇÃO ESPECIAL	EDUCAÇÃO INDÍGENA/QUILÔMBOLA	Integrada à Educ. Profissional Nível Médio	Creche Integral	Creche Parcial		Pré-Escola Integral	Pré-Escola Parcial	Educação Especial	
AC	1.540	75	3.465	20.031	44.634	28.204	39.043	12.544	23.325	29.534	4.902	2.334	96	7.768	6.258	26.535	-	36	-	81	-	245.538	
AL	9.923	2.137	7.694	61.665	147.309	87.884	187.628	39.039	34.432	97.074	4.684	327	5.035	14.665	8.746	98.893	-	292	183	280	748	244	840.599
AM	2.077	838	12.545	84.480	240.411	90.147	213.819	48.004	64.545	137.842	23.180	5.719	8.887	53.930	77.026	21.884	-	83	135	83	429	576	1.033.609
AP	197	15	1.722	15.483	46.885	12.298	43.318	5.936	18.547	30.302	3.281	98	1.578	4.243	5.015	21.884	-	14	23	22	83	-	210.040
BA	55.077	14.832	26.687	248.956	561.294	395.203	638.375	206.128	159.973	466.848	16.682	9.153	37.713	50.539	57.448	128.909	9.153	3.971	881	1.562	2.915	2.077	3.457.766
CE	16.321	3.960	79.401	168.754	324.829	163.109	326.496	114.080	164.185	308.606	9.877	5.034	33.193	33.549	9.644	128.909	2.077	2.169	96	2.648	869	1.950.770	
DF	640	411	868	29.312	144.125	8.902	126.590	5.309	11.862	79.307	1.599	229	480	17.894	-	48.982	-	3.109	438	2.092	786	312	495.411
ES	17.142	4.040	39.267	76.154	195.818	35.638	182.987	15.142	24.214	102.721	2.599	-	7.709	17.919	21.46	61.431	24	453	411	231	657	781.903	
GO	29.955	11.447	8.103	70.051	328.496	22.664	299.021	13.712	69.241	213.059	3.183	852	128	24.962	3.701	56.926	254	5.216	254	3.940	2.137	574	1.165.611
MA	5.506	1.757	42.821	209.434	313.051	271.743	313.710	176.541	63.271	233.632	37.296	762	1.072	24.131	59.418	158.133	169	5.816	5.076	1.073	13.092	1.467	1.972.386
MG	87.918	22.685	37.975	301.608	961.340	150.872	1.062.364	71.483	227.790	704.226	14.753	1.659	15.671	69.211	13.081	230.905	167	41.177	4.801	16.931	11.235	27.757	4.115.419
MS	29.270	4.802	5.083	38.201	159.339	15.915	135.844	11.734	27.546	78.085	4.824	1.192	2.906	14.161	19.357	37.251	72	3.751	502	565	986	4.124	598.609
MT	24.930	1.899	9.652	64.146	161.982	29.107	148.938	24.428	45.307	120.777	14.472	485	7.385	10.792	25.424	90.469	365	1.799	768	491	1.663	2.588	785.664
PA	6.646	3.103	27.935	193.281	435.500	325.975	358.086	159.723	75.107	288.382	27.486	1.065	2.247	28.670	35.145	236.444	1.869	71	64	153	544	91	2.232.123
PB	15.068	5.977	6.649	59.811	167.453	80.756	188.967	22.285	45.479	95.848	1.490	9.068	7.542	16.623	8.380	129.544	35	551	159	159	947	172	876.479
PE	15.821	3.310	21.575	138.085	350.638	173.213	428.607	74.521	98.297	218.928	12.672	79.877	22.980	27.560	16.277	221.086	-	1.074	706	333	2.261	1.123	1.969.102
PI	508	686	30.025	78.214	146.656	106.122	141.795	55.143	26.478	111.919	6.381	2.846	11.346	11.623	3.470	76.169	2.690	182	456	175	1.269	261	833.217
PR	108.477	44.138	9.193	99.340	546.778	57.589	575.662	39.275	108.267	346.658	16.276	3.485	49.880	51.583	4.013	141.238	1.122	12.887	890	10.361	2.525	28.500	2.248.251
RR	88.524	25.456	18.300	168.885	632.565	67.249	631.925	33.151	232.795	407.496	10.442	2.711	31.265	43.887	7.200	194.327	273	23.996	1.681	6.103	5.250	2.773	7.422.249
RN	5.286	756	31.710	61.841	127.266	63.007	125.849	23.080	69.998	112.133	2.631	3.071	1.496	12.482	1.489	76.897	124	39	377	82	1.042	25	742.059
RO	4.087	248	4.620	30.282	96.481	36.338	84.376	25.159	15.518	53.210	2.854	1.839	890	8.460	3.212	47.470	-	230	247	75	788	1.485	422.820
RR	693	55	1.333	11.631	31.497	6.614	29.201	4.706	1.299	14.547	3.160	-	890	2.217	14.348	9.592	-	266	-	173	-	131.588	
RS	64.696	28.689	9.981	85.270	528.306	79.712	477.946	57.503	120.454	318.224	8.947	1.994	13.407	66.990	10.330	109.938	-	17.083	1.514	12.407	6.218	9.954	2.038.941
SC	86.549	35.169	17.832	92.598	325.576	44.195	307.525	23.779	42.709	187.169	4.999	7.209	11.984	23.121	2.806	25.940	-	7.597	1.457	3.749	2.642	923	1.293.803
SE	4.839	478	4.203	42.551	92.725	58.637	101.092	28.705	11.882	58.928	3.176	2.002	1.382	6.305	4.396	51.802	48	252	95	433	677	377	486.588
SP	329.209	81.641	115.687	717.579	2.093.643	55.418	2.252.751	37.315	254.868	1.555.330	20.175	4.777	7.997	147.165	3.039	371.726	67	221.315	14.323	21.716	6.075	36.907	8.359.561
TO	7.658	1.380	5.415	28.316	81.433	17.807	80.381	10.687	38.888	58.312	2.460	836	1.899	10.900	6.558	20.970	339	471	209	115	424	39	378.444
Total	1.018.557	299.984	579.201	3.195.959	9.286.030	2.484.318	9.500.316	1.339.112	2.076.380	6.429.097	264.931	141.571	276.544	16.517	384.831	3.152.778	16.517	351.727	38.121	83.227	68.295	123.218	41.872.187

PLDO-2014, Anexo II - Relação das Informações Complementares ao PLOA-2014

VII - memória de cálculo das estimativas:

d) da complementação da União ao Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação - FUNDEB, indicando o valor mínimo por aluno, nos termos da Lei nº 11.494, de 20 de junho de 2007, discriminando os recursos por unidade da Federação;

IV - Distribuição da Complementação da União ao FUNDEB 2014

R\$ 1,00				
UF	Total de Receitas do Fundo ⁽¹⁾ (A)	Valor Mínimo ⁽²⁾ (B)	Diferença (C = B - A)	Complementação (D) (se C > 0, então D = C)
AC	777.162.031	623.554.452	(153.607.580)	-
AL	1.553.237.470	1.978.691.029	425.453.559	425.453.559
AM	1.789.986.179	2.643.962.521	853.976.342	853.976.342
AP	903.887.553	520.853.172	(383.034.381)	-
BA	6.052.909.905	8.299.955.996	2.247.046.092	2.247.046.092
CE	3.572.732.288	4.719.827.947	1.147.095.659	1.147.095.659
DF	1.367.866.512	1.169.067.969	(198.798.543)	-
ES	2.242.563.902	1.901.321.048	(341.242.854)	-
GO	3.249.798.088	2.904.950.020	(344.848.068)	-
MA	2.645.868.526	4.790.705.736	2.144.837.210	2.144.837.210
MG	10.163.687.294	10.132.712.964	(30.974.331)	-
MS	1.738.967.038	1.481.144.106	(257.822.932)	-
MT	2.093.687.225	1.942.814.590	(150.872.635)	-
PA	2.993.546.135	5.415.311.842	2.421.765.707	2.421.765.707
PB	1.986.647.028	2.097.981.158	111.334.131	111.334.131
PE	4.076.078.587	4.703.922.809	627.844.222	627.844.222
PI	1.608.105.335	1.992.920.263	384.814.928	384.814.928
PR	5.753.720.730	5.692.498.947	(61.221.782)	-
RJ	6.984.214.947	6.577.891.950	(406.322.997)	-
RN	1.804.591.781	1.766.476.066	(38.115.715)	-
RO	1.078.598.093	1.016.916.136	(61.681.957)	-
RR	540.886.488	325.540.665	(215.345.822)	-
RS	6.130.918.851	5.091.119.350	(1.039.799.501)	-
SC	3.506.018.986	3.166.568.831	(339.450.155)	-
SE	3.219.892.086	1.161.842.286	(2.058.049.800)	-
SP	24.582.770.360	20.679.678.997	(3.903.091.363)	-
TO	1.223.335.069	943.828.756	(279.506.313)	-
Total	103.641.678.485	103.742.059.606	100.381.121	10.364.167.849
I - Complementação Total da União (A * 10%)				10.364.167.849
II - Complementação da União a ser repassada em 2014				
[I * 85% + (Complementação de 2013) ⁽³⁾ * 15%]				10.302.735.492

⁽¹⁾ Receitas conforme demonstrado no quadro I.

⁽²⁾ Valor mínimo por estado resulta do produto entre o valor mínimo por aluno para cada segmento da educação básica e o respectivo número de alunos constante do Censo.

⁽³⁾ Valor considerado para a complementação de 2013: [(Avaliação do 3º Bimestre de 2013)] = R\$ 9.954,6 milhões.

PLDO-2014, Anexo II - Relação das Informações Complementares ao PLOA-2014
VII - memória de cálculo das estimativas;
d) da complementação da União ao Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação - FUNDEB, indicando o valor mínimo por aluno, nos termos da Lei nº 11.494, de 20 de junho de 2007, discriminando os recursos por unidade da Federação;

UF	Valor aluno/ano do FUNDEF 2006 Original ⁽¹⁾ (A)					Valor aluno/ano do FUNDEF 2006 Corrigido pelo INPC (B)					Valor aluno/ano do FUNDEF 2014 (C)					Verificação ⁽²⁾ (D=C-B)				
	Sér. Inic. Urb	Sér. Inic. rur	Sér fin urb	Sér fin rur	Especial	Sér. Inic. Urb	Sér. Inic. rur	Sér fin urb	Sér fin rur	Especial	Sér. Inic. Urb	Sér. Inic. rur	Sér fin urb	Sér fin rur	Especial	Sér. Inic. Urb	Sér. Inic. rur	Sér fin urb	Sér fin rur	Especial
	Sér. Inic. Urb	Sér. Inic. rur	Sér fin urb	Sér fin rur	Especial	Sér. Inic. Urb	Sér. Inic. rur	Sér fin urb	Sér fin rur	Especial	Sér. Inic. Urb	Sér. Inic. rur	Sér fin urb	Sér fin rur	Especial	Sér. Inic. Urb	Sér. Inic. rur	Sér fin urb	Sér fin rur	Especial
AC	1.685,4	1.719,1	1.769,7	1.803,4	1.803,4	2.473,8	2.523,3	2.597,5	2.647,0	2.647,0	2.839,5	3.265,4	3.123,5	3.407,4	3.407,4	365,7	742,2	526,0	760,5	760,5
AL	723,8	738,3	760,0	774,5	774,5	1.062,4	1.083,6	1.115,5	1.136,8	1.136,8	1.788,4	2.056,7	1.967,3	2.146,1	2.146,1	726,0	973,0	851,7	1.009,3	1.009,3
AM	955,6	974,7	1.003,3	1.022,5	1.022,5	1.402,6	1.430,6	1.472,7	1.500,7	1.500,7	1.542,4	1.773,8	1.696,7	1.850,9	1.850,9	139,9	343,2	224,0	350,2	350,2
AP	1.788,4	1.824,2	1.877,8	1.913,6	1.913,6	2.625,0	2.677,5	2.756,2	2.808,7	2.808,7	3.953,7	4.546,8	4.349,1	4.744,5	4.744,5	1.328,7	1.869,3	1.592,9	1.935,7	1.935,7
BA	744,7	759,6	781,9	796,8	796,8	1.093,0	1.114,9	1.147,7	1.169,5	1.169,5	1.661,5	1.910,7	1.827,6	1.993,8	1.993,8	588,5	795,8	680,0	824,3	824,3
CE	744,7	759,6	781,9	796,8	796,8	1.093,1	1.114,9	1.147,7	1.169,6	1.169,6	1.724,6	1.983,3	1.897,0	2.069,5	2.069,5	631,5	868,3	749,3	899,9	899,9
DF	1.754,5	1.789,6	1.842,2	1.877,3	1.877,3	2.575,2	2.626,7	2.704,0	2.755,5	2.755,5	2.665,7	3.065,6	2.932,3	3.198,8	3.198,8	90,5	438,9	228,3	443,4	443,4
ES	1.624,3	1.656,8	1.705,5	1.738,0	1.738,0	2.384,1	2.431,8	2.503,3	2.551,0	2.551,0	2.687,2	3.090,3	2.955,9	3.224,6	3.224,6	303,1	658,5	452,6	673,6	673,6
GO	1.087,2	1.109,0	1.141,6	1.163,3	1.163,3	1.595,8	1.627,7	1.675,6	1.707,5	1.707,5	2.548,7	2.931,0	2.803,6	3.058,5	3.058,5	953,0	1.303,4	1.128,1	1.351,0	1.351,0
MA	682,6	696,3	716,7	730,4	730,4	1.001,9	1.021,9	1.052,0	1.072,0	1.072,0	1.258,3	1.447,0	1.384,1	1.509,9	1.509,9	256,4	425,1	332,1	437,9	437,9
MG	1.093,0	1.114,9	1.147,7	1.169,6	1.169,6	1.604,3	1.636,4	1.684,6	1.716,6	1.716,6	2.285,2	2.628,0	2.513,8	2.742,3	2.742,3	680,9	991,6	829,2	1.025,7	1.025,7
MS	1.428,9	1.467,4	1.500,3	1.528,9	1.528,9	2.097,2	2.139,2	2.202,1	2.244,0	2.244,0	2.674,9	3.076,1	2.942,3	3.209,8	3.209,8	577,6	936,9	740,2	965,8	965,8
MT	1.193,2	1.217,1	1.252,9	1.276,7	1.276,7	1.751,4	1.786,4	1.838,9	1.873,9	1.873,9	2.455,2	2.823,5	2.700,7	2.946,2	2.946,2	703,9	1.037,1	861,8	1.072,3	1.072,3
PA	682,6	696,3	716,7	730,4	730,4	1.001,9	1.021,9	1.052,0	1.072,0	1.072,0	1.259,4	1.448,3	1.385,4	1.511,3	1.511,3	257,5	426,4	333,4	439,3	439,3
PB	834,9	851,6	876,7	893,4	893,4	1.225,5	1.250,0	1.286,8	1.311,3	1.311,3	2.157,4	2.481,0	2.373,1	2.588,9	2.588,9	931,9	1.231,0	1.086,4	1.277,6	1.277,6
PE	863,1	880,4	906,3	923,5	923,5	1.266,9	1.292,2	1.330,2	1.355,6	1.355,6	1.974,2	2.270,3	2.171,6	2.369,0	2.369,0	707,3	978,1	841,4	1.013,5	1.013,5
PI	773,3	788,7	811,9	827,4	827,4	1.135,0	1.157,7	1.191,7	1.214,4	1.214,4	1.838,4	2.114,1	2.022,2	2.206,0	2.206,0	703,4	956,4	830,5	991,6	991,6
PR	1.267,5	1.292,9	1.330,9	1.356,3	1.356,3	1.860,4	1.897,6	1.953,5	1.990,7	1.990,7	2.302,8	2.648,2	2.533,1	2.763,3	2.763,3	442,4	750,6	579,6	772,7	772,7
RJ	1.206,2	1.230,3	1.266,5	1.290,6	1.290,6	1.770,4	1.805,8	1.858,9	1.894,3	1.894,3	2.419,0	2.781,9	2.660,9	2.902,8	2.902,8	648,6	976,1	802,0	1.008,5	1.008,5
RN	1.189,8	1.213,6	1.249,3	1.273,1	1.273,1	1.746,4	1.781,3	1.833,7	1.868,6	1.868,6	2.327,4	2.676,6	2.560,2	2.792,9	2.792,9	581,1	895,2	726,5	924,3	924,3
RO	1.272,0	1.297,5	1.335,6	1.361,1	1.361,1	1.867,1	1.904,4	1.960,4	1.997,7	1.997,7	2.416,5	2.778,9	2.658,1	2.899,8	2.899,8	549,4	874,5	697,7	902,0	902,0
RR	2.242,6	2.287,4	2.354,7	2.399,5	2.399,5	3.291,6	3.357,4	3.456,1	3.522,0	3.522,0	3.785,4	4.353,2	4.163,9	4.542,4	4.542,4	483,8	995,8	707,8	1.020,5	1.020,5
RS	1.487,9	1.517,6	1.562,3	1.592,0	1.592,0	2.183,9	2.227,6	2.293,1	2.336,7	2.336,7	2.743,6	3.155,1	3.018,0	3.292,3	3.292,3	559,7	927,6	724,9	955,6	955,6
SC	1.388,6	1.416,4	1.458,0	1.485,8	1.485,8	2.038,1	2.078,9	2.140,0	2.180,8	2.180,8	2.522,5	2.900,9	2.774,8	3.027,0	3.027,0	484,4	822,0	634,7	846,2	846,2
SE	1.200,4	1.224,4	1.260,4	1.284,4	1.284,4	1.761,9	1.797,1	1.850,0	1.885,2	1.885,2	6.314,0	7.261,0	6.945,4	7.576,7	7.576,7	4.532,1	5.463,9	5.095,4	5.691,5	5.691,5
SP	1.817,9	1.854,2	1.908,7	1.945,1	1.945,1	2.668,2	2.721,5	2.801,6	2.855,0	2.855,0	2.708,3	3.114,5	2.979,1	3.249,9	3.249,9	40,1	393,0	177,5	395,0	395,0
TO	1.519,0	1.549,4	1.595,0	1.625,3	1.625,3	2.229,6	2.274,2	2.341,0	2.385,6	2.385,6	2.953,0	3.395,9	3.248,3	3.543,6	3.543,6	723,4	1.121,8	907,2	1.157,9	1.157,9

Obs: ⁽¹⁾ Valor aluno/ano FUNDEF 2006 publicado no Decreto 6.091, de 24/04/07.

⁽²⁾ Como todos os valores do bloco de verificação são positivos, tal resultado indica que não foi necessária a aplicação da trava em questão.

Variação Acumulada do INPC de jul/06 até jun/13(%)

46,78

PLDO-2014, Anexo II - Relação das Informações Complementares ao PLOA-2014

VII - memória de cálculo das estimativas:

d) da complementação da União ao Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação - FUNDEB, indicando o valor mínimo por aluno, nos termos da Lei nº 11.494, de 20 de junho de 2007, discriminando os recursos por unidade da Federação;

**VI - Verificação da trava relativa ao Valor Mínimo Anual por Aluno
imposta pelo art. 33 da Lei 11.494, de 20 de junho de 2007**

R\$ 1,00		
Ensino Fundamental	FUNDEF 2006	FUNDEB 2014
Séries Iniciais (Escolas Urbanas)	682,60	2.278,28
Séries Iniciais (Escolas Rurais)	696,25	2.620,02
Séries Finais (Escolas Urbanas)	716,73	2.506,11
Séries Finais (Escolas Rurais)	730,38	2.733,94
Educação Especial	730,38	2.733,94

Obs: Valor Mínimo por Aluno e seus múltiplos relativos ao Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério em 2006 - FUNDEF 2006 foram publicados no Decreto nº 5.690, de 03/02/06.

PLDO 2014, Anexo II das Informações Complementares ao PLOA-2014.

VII - memória de cálculo das estimativas para 2014:

e) do montante de recursos para aplicação na manutenção e desenvolvimento do ensino, a que se refere o art. 212 da Constituição;

MDE - MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DE ENSINO

TRIBUTOS	PROJETO LEI (A)	TRANSF. CONST. (B)	BASE CÁLCULO (D = A-B)	MANUTENÇÃO (D * 18%)
IMPOSTO SOBRE A IMPORTAÇÃO	41.032.868.422		41.032.868.422	7.385.916.315
Principal	40.827.016.219	-	40.827.016.219	7.348.862.919
Dívida Ativa	45.758.776	-	45.758.776	8.236.580
Multas e Juros de Mora	160.093.427	-	160.093.427	28.816.816
IMPOSTO SOBRE A EXPORTAÇÃO	55.318.199		55.318.199	9.957.275
Principal	44.428.353	-	44.428.353	7.997.103
Dívida Ativa	2.289.668	-	2.289.668	412.140
Multas e Juros de Mora	8.600.178	-	8.600.178	1.548.032
IMPOSTO SOBRE A RENDA	309.939.973.784	139.472.988.203	170.466.985.581	30.684.057.404
Principal	300.828.081.305	135.372.636.587	165.455.444.718	29.781.980.048
Dívida Ativa	2.853.829.733	1.284.223.380	1.569.606.353	282.529.144
Multas e Juros de Mora	6.258.062.746	2.816.128.236	3.441.934.510	619.548.212
IMPOSTO SOBRE PRODUTOS INDUSTRIALIZADOS	57.731.282.567	31.752.205.412	25.979.077.155	4.676.233.889
Principal	55.533.721.461	30.543.546.804	24.990.174.657	4.498.231.438
Dívida Ativa	1.075.017.898	591.259.844	483.758.054	87.076.451
Multas e Juros de Mora	1.122.543.208	617.398.764	505.144.444	90.926.000
IMPOSTO SOBRE OPERAÇÕES FINANCEIRAS	34.985.092.387	7.869.339	34.977.223.048	6.295.900.148
Principal (Demais Operações)	34.772.209.084	-	34.772.209.084	6.258.997.635
Dívida Ativa	88.414.689	-	88.414.689	15.914.644
Multas e Juros de Mora	116.599.275	-	116.599.275	20.987.869
OURO	7.869.339	7.869.339		
IMPOSTO TERRITORIAL RURAL	825.575.758	752.929.515	72.646.243	13.076.323
Principal (Mun. NÃO Conveniados)	125.303.287	62.651.643	62.651.644	11.277.296
Principal (Mun. Conveniados)	615.290.756	615.290.756		-
Dívida Ativa	6.108.326	3.054.163	3.054.163	549.749
Multas e Juros de Mora	78.873.389	71.932.953	6.940.436	1.249.278
SubTotal (Mínimo Constitucional)	444.713.552.407	171.985.992.469	272.727.559.938	49.065.141.354
RESTITUIÇÕES	143.441.290		143.441.290	143.441.290
Restituições Convênios	143.441.290		143.441.290	143.441.290
SubTotal (Restituições Convênios)	143.441.290		143.441.290	143.441.290
Total Fonte 112	444.856.993.697	171.985.992.469	272.871.001.228	49.208.582.644

PLDO-2014, Anexo II - Relação das Informações Complementares ao Projeto de Lei Orçamentária de 2014
f) dos subsídios financeiros e creditícios concedidos pela União, relacionados por espécie de benefício, identificando, para cada um, o órgão gestor, o banco operador, a respectiva legislação autorizativa e região contemplada, em cumprimento ao disposto no art. 165, § 6º, da Constituição

ANEXO 1 - Demonstrativo dos Benefícios Financeiros e Creditícios - 2011

DISCRIMINAÇÃO	Norte	Nordeste	Centro-Oeste	Sudeste	Sul	RS mil Total
<u>AGROPECUÁRIOS</u>						
AGF e Estoques Estratégicos	(3.924)	(61.730)	(105.823)	(31.438)	(238.013)	(440.928)
AGF e Estoques Estratégicos da Agricultura Familiar - AGF-AF						
Garantia e Sustentação de Preços		38.234	32.677	62.369	696.093	829.374
Garantia e Sustentação de Preços da Agricultura Familiar						
Custeio Agropecuário	22.017	65.133	196.315	255.944	377.953	917.361
Operações de Investimento Rural e Agroindustrial	2.076	2.902	5.498	5.970	7.149	23.595
Empréstimos do Governo Federal - EGF	844	4.066	11.738	29.459	30.610	76.716
Programa Nacional de Agricultura Familiar - PRONAF/PGPAF						-
Equalização	162.786	316.773	136.388	461.960	1.121.904	2.199.812
Financiamento	8.342	16.233	6.989	23.673	57.491	112.728
Securitização Agrícola						-
Programa de Revitalização de Cooperativas de Produção Agropecuária - RECOOP						-
Equalização (Investimento)						-
Financiamento	5	130	795	3.764	19.387	24.080
Programa Especial de Saneamento de Ativos - PESA	1.297	168.044	17.042	226.705	239.538	652.626
Subvenção Econômica ao Prêmio do Seguro Rural - Lei nº 10.823, de 19.12.2003	800	7.490	42.730	46.794	155.638	253.452
Fundo de Defesa da Economia Cafeeira - FUNCAFE						-
Equalização	93	241	592	61.803	2.877	65.606
Financiamento	429	1.110	2.727	284.779	13.256	302.300
Programa de Recuperação da Lavoura Cacaueira Baiana						-
Equalização			142			142
Financiamento		3.690				3.690
Programa de Apoio ao Setor Sucroalcooleiro - PASS						-
<u>SETOR PRODUTIVO</u>						
Fundos Constitucionais de Financiamento - FNE, FNO e FCO	1.533.270	4.599.809	1.533.270			7.666.348
Investimentos na Região Centro-Oeste (equalização FAT)						-
Fundo da Marinha Mercante - FMM	24.604	121.876		1.274.734	395.181	1.816.395
Programa de Estímulo à Reestruturação e ao Sistema Financeiro Nacional - PROER		(165.433)		(130.512)		(295.945)
Fundo de Garantia para a Promoção da Competitividade - FGPC						
Fundo de Garantia à Exportação - FGE				818.528		818.528
Medidas de Fortalecimento da Indústria em Setores Intensivos em mão-de-obra - Revitaliza		1.773	3.340	5.113	15.469	25.695
Programa de Financiamento às Exportações - PROEX						
Equalização				343.489	61.459	404.948
Financiamento	8.526	4.085	485	155.256	137.735	306.086
Fundos de Desenvolvimento do Nordeste - FDNE		525.692				525.692
Fundo de Desenvolvimento da Amazônia - FDA	90.227					90.227
Fundo de Desenvolvimento do Centro-Oeste FDCO						-
Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - FNDCT	8.284	27.537		163.393	127.744	326.959
Empréstimos da União ao BNDES	591.856	1.737.424	1.012.523	5.491.695	2.524.467	11.357.964
Programa de Sustentação do Investimento - PSI	13.727	39.208	45.986	205.908	124.146	428.976
<u>PROGRAMAS SOCIAIS</u>						
Fundo para o Desenvolvimento Regional com Recursos da Desestatização - FRD				8.714		8.714
Fundo de Amparo ao Trabalhador - FAT	1.188.583	1.615.056	644.774	4.412.620	1.516.582	9.377.615
Fundo de Compensação das Variações Salariais - FCVS	119.709	1.541.437	306.040	2.450.118	1.109.345	5.526.649
Subsídio Habitacional - PSH						
Programa de Incentivo à Implementação de Programas de Interesse Social - PIPS						
Fundo de Terras e da Reforma Agrária - Banco da Terra	15.194	56.707	72.809	35.103	137.490	317.303
Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior - FIES	606	3.664	1.920	6.631	3.271	16.091
Subsídio para Redução da Tarifa de Transporte de Gás Natural - Lei nº 10.604, de 17.12.2002						-
Subvenção a Consumidores de Energia Elétrica da Subclasse de Baixa Renda - Lei nº 10.604, de 17.12.2002	52.910	841.028	46.858	209.482	115.344	1.265.622
Subvenção Econômica ao Preço do Óleo Diesel Consumido por Embarcações Pesqueiras - Lei nº 9.445, de 14.3.1997	952	1.315		4.815	10.222	17.303
Plano Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência - Viver sem Limite - PCD						-
Programa Nacional de Microcrédito Produtivo Orientado - Programa Crescer						-
Operações de Financiamento para Infraestrutura em Projetos de Habitação Popular						-
TOTAL	3.843.212	11.513.635	4.015.672	16.886.869	8.762.336	45.021.723

Elaboração: MF/SPE

Elaboração: MF/SPE

PLDO-2014, Anexo II - Relação das Informações Complementares ao Projeto de Lei Orçamentária de 2014
f) dos subsídios financeiros e creditícios concedidos pela União, relacionados por espécie de benefício, identificando, para cada um, o órgão gestor, o banco operador, a respectiva legislação autorizativa e região contemplada, em cumprimento ao disposto no art. 165, § 6º, da Constituição

ANEXO 3 - Demonstrativo dos Benefícios Financeiros e Creditícios - 2013

DISCRIMINAÇÃO	R\$ mil					Total
	Norte	Nordeste	Centro-Oeste	Sudeste	Sul	
AGROPECUÁRIOS						
AGF e Estoques Estratégicos	1.674	26.340	45.154	13.415	101.560	188.144
AGF e Estoques Estratégicos da Agricultura Familiar - AGF-AF	-	-	-	-	-	-
Garantia e Sustentação de Preços	-	7.989	6.828	13.032	145.451	173.300
Garantia e Sustentação de Preços da Agricultura Familiar	-	1.383	1.182	2.256	25.179	30.000
Custeio Agropecuário	10.336	30.577	92.161	120.154	177.432	430.660
Operações de Investimento Rural e Agroindustrial	51.121	71.453	135.355	146.973	176.019	580.921
Empréstimos do Governo Federal - EGF	2.043	9.845	28.420	71.328	74.114	185.770
Programa Nacional de Agricultura Familiar - PRONAF/PGPAF						
Equalização	171.540	333.808	143.723	486.804	1.182.238	2.318.114
Financiamento	(2.470)	(4.807)	(2.070)	(7.010)	(17.025)	(33.382)
Securitização Agrícola	-	-	-	-	-	-
Programa de Revitalização de Cooperativas de Produção Agropecuária - RECOOP						
Equalização (Investimento)	-	-	-	-	-	-
Financiamento	3	69	421	1.996	10.282	12.771
Programa Especial de Saneamento de Ativos - PESA	1.576	204.277	20.716	275.586	291.186	793.341
Subvenção Econômica ao Prêmio do Seguro Rural - Lei nº 10.823, de 19.12.2003	1.695	15.759	114.864	110.612	387.070	630.000
Fundo de Defesa da Economia Cafeeira - FUNCAFE						
Equalização	266	1.084	1.183	136.371	4.096	143.000
Financiamento	416	1.696	1.852	213.436	6.410	223.810
Programa de Recuperação da Lavoura Cacauera Baiana						
Equalização	-	20	-	-	-	20
Financiamento	-	5.970	-	-	-	5.970
Programa de Apoio ao Setor Sucroalcooleiro - PASS	-	-	-	40	-	40
SETOR PRODUTIVO						
Fundos Constitucionais de Financiamento - FNE, FNO e FCO	1.828.686	5.486.057	1.828.686	-	-	9.143.429
Investimentos na Região Centro-Oeste (equalização FAT)	-	-	-	-	-	-
Fundo da Marinha Mercante - FMM	-	48.180	-	191.154	56.048	295.382
Programa de Estímulo à Reestruturação e ao Sistema Financeiro Nacional - PROER	-	9.311.274	-	7.289.957	-	16.601.231
Fundo de Garantia para a Promoção da Competitividade - FGPC	(69)	(1.153)	-	(23.284)	(8.695)	(33.200)
Fundo de Garantia à Exportação - FGE	-	-	-	289.180	6.634	295.813
Medidas de Fortalecimento da Indústria em Setores Intensivos em mão-de-obra - Revitaliza	-	475	895	1.371	4.146	6.888
Programa de Financiamento às Exportações - PROEX						
Equalização	-	-	-	533.569	71.385	604.954
Financiamento	5.189	9.063	366	62.564	58.296	135.478
Fundos de Desenvolvimento do Nordeste - FDNE						
Equalização	-	-	-	-	-	-
Financiamento	-	541.794	-	-	-	541.794
Fundo de Desenvolvimento da Amazônia - FDA						
Equalização	-	-	-	-	-	-
Financiamento	335.502	40.748	-	-	-	376.250
Fundo de Desenvolvimento do Centro-Oeste FDCO (equalização)			-			-
Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - FNDCT	-	51.790	1.690	170.003	117.300	340.783
Empréstimos da União ao BNDES	728.453	1.510.075	924.526	4.872.112	2.271.471	10.306.637
Programa de Sustentação do Investimento - PSI	3.702	10.573	12.401	55.526	33.478	115.679
PROGRAMAS SOCIAIS						
Fundo para o Desenvolvimento Regional com Recursos da Desestatização - FRD	-	912	-	5.444	-	6.356
Fundo de Amparo ao Trabalhador - FAT	679.171	2.001.768	714.917	3.047.334	2.493.273	8.936.464
Fundo de Compensação das Variações Salariais - FCVS	1.254	8.213.851	265.812	3.895.655	303.427	12.680.000
Fundo de Terras e da Reforma Agrária - Banco da Terra	-	37.472	34.302	12.613	185.142	269.528
Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior - FIES	48.279	248.749	153.718	512.981	132.568	1.096.295
Subsídio para Redução da Tarifa de Transporte de Gás Natural - Lei nº 10.604, de 17.12.2002	30	114	40	230	86	500
Subvenção a Consumidores de Energia Elétrica da Subclasse de Baixa Renda - Lei nº 10.604, de 17.12.2002	89.965	1.494.177	58.265	369.692	38.088	2.050.186
Subvenção Econômica ao Preço do Óleo Diesel Consumido por Embarcações Pesqueiras - Lei nº 9.445, de 14.3.1997	803	3.664	-	11.699	5.998	22.164
Plano Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência - Viver sem Limite - PCD	23	123	79	185	190	600
Programa Nacional de Microcrédito Produtivo Orientado - Programa Crescer	9.046	388.433	9.543	66.205	23.808	497.036
Operações de Financiamento para Infraestrutura em Projetos de Habitação Popular	2	6	2	8	2	20
TOTAL	3.968.236	30.103.610	4.595.031	22.949.190	8.356.656	69.972.724
Elaboração: MF/SEP						

Elaboração: MF/SPE

PLDO-2014, Anexo II - Relação das Informações Complementares ao Projeto de Lei Orçamentária de 2014
f) dos subsídios financeiros e creditícios concedidos pela União, relacionados por espécie de benefício, identificando, para cada um, o órgão gestor, o banco operador, a respectiva legislação autorizativa e região contemplada, em cumprimento ao disposto no art. 165, § 6º, da Constituição

ANEXO 4 - Demonstrativo dos Benefícios Financeiros e Creditícios - 2014

DISCRIMINAÇÃO	Norte	Nordeste	Centro-Oeste	Sudeste	Sul	Total	R\$ mil
AGROPECUÁRIOS							
AGF e Estoques Estratégicos	(890)	(14.000)	(24.000)	(7.130)	(53.980)	(100.000)	
AGF e Estoques Estratégicos da Agricultura Familiar - AGF-AF	890	14.000	24.000	7.130	53.980	100.000	
Garantia e Sustentação de Preços	-	118.938	101.652	194.016	2.165.394	2.580.000	
Garantia e Sustentação de Preços da Agricultura Familiar	-	6.915	5.910	11.280	125.895	150.000	
Custeio Agropecuário	44.744	132.368	398.968	520.149	768.106	1.864.335	
Operações de Investimento Rural e Agroindustrial	94.795	132.497	250.990	272.534	326.395	1.077.211	
Empréstimos do Governo Federal - EGF	1.355	6.530	18.851	47.314	49.162	123.212	
Programa Nacional de Agricultura Familiar - PRONAF/PGPAF							
Equalização	228.360	444.376	191.329	648.049	1.573.833	3.085.947	
Financiamento	6.215	12.094	5.207	17.637	42.834	83.988	
Securitização Agrícola	-	-	-	-	-	-	
Programa de Revitalização de Cooperativas de Produção Agropecuária - RECOOP							
Equalização (Investimento)	-	-	-	-	-	-	
Financiamento	2	55	333	1.579	8.135	10.104	
Programa Especial de Saneamento de Ativos - PESA	1.246	161.479	16.376	217.849	230.181	627.132	
Subvenção Econômica ao Prêmio do Seguro Rural - Lei nº 10.823, de 19.12.2003	1.883	17.511	127.627	122.902	430.077	700.000	
Fundo de Defesa da Economia Cafeeira - FUNCAFE							
Equalização	293	1.192	1.301	150.009	4.505	157.300	
Financiamento	614	2.503	2.732	314.916	9.458	330.224	
Programa de Recuperação da Lavoura Cacaueira Baiana							
Equalização	-	7.100	-	-	-	7.100	
Financiamento	-	5.233	-	-	-	5.233	
Programa de Apoio ao Setor Sucroalcooleiro - PASS	-	-	-	62.707	-	62.707	
SETOR PRODUTIVO							
Fundos Constitucionais de Financiamento - FNE, FNO e FCO	2.125.098	6.375.293	2.125.098	-	-	10.625.489	
Investimentos na Região Centro-Oeste (equalização FAT)	-	-	-	-	-	-	
Fundo da Marinha Mercante - FMM	-	65.346	-	259.263	76.019	400.627	
Programa de Estímulo à Reestruturação e ao Sistema Financeiro Nacional - PROER	-	181.903	-	142.415	-	324.319	
Fundo de Garantia para a Promoção da Competitividade - FGPC	(67)	(1.118)	-	(22.589)	(8.436)	(32.210)	
Fundo de Garantia à Exportação - FGE	-	-	-	388.624	8.915	397.539	
Medidas de Fortalecimento da Indústria em Setores Intensivos em mão-de-obra - Revitaliza	-	1.380	2.600	3.980	12.040	20.000	
Programa de Financiamento às Exportações - PROEX							
Equalização	-	-	-	937.584	125.436	1.063.020	
Financiamento	6.236	10.893	440	75.191	70.062	162.821	
Fundos de Desenvolvimento do Nordeste - FDNE							
Equalização	-	150.582	-	-	-	150.582	
Financiamento	-	605.164	-	-	-	605.164	
Fundo de Desenvolvimento da Amazônia - FDA							
Equalização	134.274	16.308	-	-	-	150.582	
Financiamento	279.734	33.975	-	-	-	313.708	
Fundo de Desenvolvimento do Centro-Oeste FDCO (equalização)	-	-	75.291	-	-	75.291	
Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - FNDCT	-	76.928	2.510	252.517	174.233	506.189	
Empréstimos da União ao BNDES	1.107.583	2.296.007	1.405.703	7.407.845	3.453.678	15.670.817	
Programa de Sustentação do Investimento - PSI	78.745	224.914	263.794	1.181.168	712.146	2.460.767	
PROGRAMAS SOCIAIS							
Fundo para o Desenvolvimento Regional com Recursos da Desestatização - FRD	-	1.062	-	6.342	-	7.404	
Fundo de Amparo ao Trabalhador - FAT	956.494	2.819.140	1.006.836	4.291.637	3.511.340	12.585.447	
Fundo de Compensação das Variações Salariais - FCVS	1.254	8.213.851	265.812	3.895.655	303.427	12.680.000	
Fundo de Terras e da Reforma Agrária - Banco da Terra	-	38.228	34.994	12.867	188.877	274.965	
Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior - FIES	50.653	260.981	161.278	538.207	139.087	1.150.206	
Subsídio para Redução da Tarifa de Transporte de Gás Natural - Lei nº 10.604, de 17.12.2002	30	114	40	230	86	500	
Subvenção a Consumidores de Energia Elétrica da Subclasse de Baixa Renda - Lei nº 10.604, de 17.12.2002	92.283	1.532.667	59.766	379.216	39.069	2.103.000	
Subvenção Econômica ao Preço do Óleo Diesel Consumido por Embarcações Pesqueiras - Lei nº 9.445, de 14.3.1997	-	-	-	-	-	-	
Plano Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência - Viver sem Limite - PCD	637	3.473	2.232	5.205	5.352	16.900	
Programa Nacional de Microcrédito Produtivo Orientado - Programa Crescer	15.197	652.553	16.032	111.222	39.997	835.000	
Operações de Financiamento para Infraestrutura em Projetos de Habitação Popular	19	63	17	79	22	200	
TOTAL	5.227.676	24.608.498	6.543.720	22.447.601	14.585.324	73.412.819	
Elaboração: MF/SPE							

Elaboração: MF/SPE

PLDO-2014, Anexo II - Relação das Informações Complementares ao Projeto de Lei Orçamentária de 2014 - Inciso VII, "F"

Demonstrativo da Variação nos Benefícios Financeiros e Creditícios - 2013 e 2014 (Estimativa), dada uma variação positiva de 1 ponto percentual no custo de oportunidade do Tesouro.

DISCRIMINAÇÃO	P/F*	O/NO**	Ação	2013	Alternativa 2013	Variação no Valor do Subsídio 2013	2014	Alternativa 2014	Variação no Valor do Subsídio 2014	R\$ mil
AGROPECUÁRIOS										
Programa de Revitalização de Cooperativas de Produção Agropecuária - RECOOP										
Financiamento		NO	NÃO APLICA SE	12.771	14.210	1.439	10.104	11.187	1.084	
Fundo de Defesa da Economia Cafeeira - FUNCAFÉ	F	O	0012	223.810	251.687	27.877	330.224	363.771	33.547	
Programa de Recuperação da Lavoura Cacaueira Baiana		NO	NÃO APLICA SE	5.970	6.656	687	5.233	5.804	572	
SETOR PRODUTIVO										
Fundos Constitucionais de Financiamento - FNE, FNO e FCO	F	O	0029 / 0030 / 0031 / 0534	9.143.429	9.933.023	789.594	10.625.489	11.498.577	873.088	
Fundo da Marinha Mercante - FMM	F	O	0118 / 0569 / 09HX	295.382	312.310	16.928	400.627	421.340	20.712	
Programa de Estímulo à Reestruturação e ao Sistema Financeiro Nacional - PROER	F	O	0343	16.601.231	17.090.457	489.226	324.319	626.075	301.756	
Fundo de Garantia para a Promoção da Competitividade - FGPC		NO	NÃO APLICA SE	(33.200)	(22.949)	10.251	(32.210)	(20.664)	11.546	
Fundo de Garantia à Exportação - FGE		NO	NÃO APLICA SE	295.813	459.914	164.101	397.539	574.097	176.558	
Programa de Financiamento às Exportações - PROEX	F	O	0A84	135.478	168.964	33.486	162.821	197.502	34.682	
Fundos de Desenvolvimento do Nordeste - FDNE	F	O	0355	541.794	591.137	49.343	605.164	667.483	62.319	
Fundo de Desenvolvimento da Amazônia - FDA	F	O	0353	376.250	410.861	34.612	313.708	364.367	50.659	
Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - FNDCT	F	O	0A29 / 0072 / 0741	340.783	366.981	26.198	506.189	544.072	37.884	
Empréstimos da União ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico Social - BNDES		NO	NÃO APLICA SE	10.306.637	13.705.185	3.398.548	15.670.817	19.173.627	3.502.810	
PROGRAMAS SOCIAIS										
Fundo para o Desenvolvimento Regional com Recursos da Desestatização - FRD		NO	NÃO APLICA SE	6.356	7.737	1.381	7.404	8.851	1.447	
Fundo de Amparo ao Trabalhador - FAT	F	O	0150	8.936.464	9.109.329	172.876	12.585.447	12.771.325	185.888	
Fundo de Terras e da Reforma Agrária - Banco da Terra	F	O	0061	269.528	298.451	28.923	274.965	305.943	30.978	
Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior - FIES	F	O	0579	1.096.295	1.110.465	14.169	1.150.206	1.167.886	17.680	
TOTAL				48.554.791	53.814.429	5.259.638	43.338.045	48.681.255	5.343.210	

Elaboração: MF/SPE

* P é primário e F é financeiro

** O é orçamentário e NO é não orçamentário

Demonstrativo dos Benefícios Financeiros e Creditícios - 2013

Legislação autorizativa

[illegible]

PLDO-2014, Anexo II - Relação das Informações Complementares ao Projeto de Lei Orçamentária de 2014

f) dos subsídios financeiros e créditos concedidos pela União, relacionados por espécie de benefício, identificando, para cada um, o órgão gestor, o banco operador, a respectiva legislação autorizativa e região contemplada, em cumprimento ao disposto no art. 165, § 6º, da Constituição

DISCRIMINAÇÃO	Órgão - cálculo do subsídio	Tipo de Subsídio
AGROPECUÁRIOS		
AGF e Estoques Estratégicos	MF/Secretaria do Tesouro Nacional - STN	Explícito
AGF e Estoques Estratégicos da Agricultura Familiar - AGF-AF	MF/Secretaria do Tesouro Nacional - STN	Explícito
Garantia e Sustentação de Preços	MF/Secretaria do Tesouro Nacional - STN	Explícito
Garantia e Sustentação de Preços da Agricultura Familiar	MF/Secretaria do Tesouro Nacional - STN	Explícito
Custeio Agropecuário	MF/Secretaria do Tesouro Nacional - STN	Explícito
Operações de Investimento Rural e Agroindustrial	MF/Secretaria do Tesouro Nacional - STN	Explícito
Empréstimos do Governo Federal - EGF	MF/Secretaria do Tesouro Nacional - STN	Explícito
Programa Nacional de Agricultura Familiar - PRONAF/PGPAF		
Equalização	MF/Secretaria do Tesouro Nacional - STN	Explícito
Financiamento	MF/Secretaria do Tesouro Nacional - STN	Implícito
Securitização Agrícola	MF/Secretaria do Tesouro Nacional - STN	Explícito
Programa de Revitalização de Cooperativas de Produção Agropecuária - RECOOP		
Equalização (Investimento)	MF/Secretaria do Tesouro Nacional - STN	Explícito
Financiamento	MF/Secretaria de Política Econômica - SPE	Implícito
Programa Especial de Saneamento de Ativos - PESA	MF/Secretaria do Tesouro Nacional - STN	Explícito e Implícito
Subvenção Econômica ao Prêmio do Seguro Rural - Lei nº 10.823, de 19.12.2003	MAPA/Secretaria de Política Agrícola - SPA	Explícito
Fundo de Defesa da Economia Cafeeira - FUNCAFE		
Equalização	MF/Secretaria do Tesouro Nacional - STN	Explícito
Financiamento	MF/Secretaria de Política Econômica - SPE	Implícito
Programa de Recuperação da Lavoura Cacaueira Baiana		
Equalização	MF/Secretaria do Tesouro Nacional - STN	Explícito
Financiamento	MF/Secretaria de Política Econômica - SPE	Implícito
Programa de Apoio ao Setor Sucroalcooleiro - PASS	MF/Secretaria do Tesouro Nacional - STN	Explícito
SETOR PRODUTIVO		
Fundos Constitucionais de Financiamento - FNE, FNO e FCO	MF/Secretaria de Política Econômica - SPE	Implícito
Investimentos na Região Centro-Oeste (equalização FAT)	MF/Secretaria do Tesouro Nacional - STN	Explícito
Fundo da Marinha Mercante - FMM	MF/Secretaria de Política Econômica - SPE	Implícito
Programa de Estímulo à Reestruturação e ao Sistema Financeiro Nacional - PROER	MF/Secretaria de Política Econômica - SPE	Implícito
Fundo de Garantia para a Promoção da Competitividade - FGPC	MF/Secretaria de Política Econômica - SPE	Implícito
Fundo de Garantia à Exportação - FGE	MF/Secretaria de Política Econômica - SPE	Implícito
Medidas de Fortalecimento da Indústria em Setores Intensivos em mão-de-obra - Revitaliza	MF/Secretaria do Tesouro Nacional - STN	Explícito
Programa de Financiamento às Exportações - PROEX		
Equalização	MF/Secretaria do Tesouro Nacional - STN	Explícito
Financiamento	MF/Secretaria do Tesouro Nacional - STN	Implícito
Fundos de Desenvolvimento do Nordeste - FDNE	MF/Secretaria de Política Econômica - SPE	Implícito
Equalização	MF/Secretaria do Tesouro Nacional - STN	Explícito
Financiamento	MF/Secretaria de Política Econômica - SPE	Implícito
Fundo de Desenvolvimento da Amazônia - FDA		
Equalização	MF/Secretaria do Tesouro Nacional - STN	Explícito
Financiamento	MF/Secretaria de Política Econômica - SPE	Implícito
Fundo de Desenvolvimento do Centro-Oeste FDCO (equalização)	MF/Secretaria do Tesouro Nacional - STN	Explícito
Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - FNDCT	MF/Secretaria de Política Econômica - SPE	Implícito
Empréstimos da União ao BNDES	MF/Secretaria do Tesouro Nacional - STN	Implícito
Programa de Sustentação do Investimento - PSI	MF/Secretaria do Tesouro Nacional - STN	Explícito
PROGRAMAS SOCIAIS		
Fundo para o Desenvolvimento Regional com Recursos da Desestatização - FRD	MF/Secretaria de Política Econômica - SPE	Implícito
Fundo de Amparo ao Trabalhador - FAT	MF/Secretaria de Política Econômica - SPE	Implícito
Fundo de Compensação das Variações Salariais - FCVS	MF/Secretaria do Tesouro Nacional - STN	Explícito
Fundo de Terras e da Reforma Agrária - Banco da Terra	MF/Secretaria de Política Econômica - SPE	Implícito
Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior - FIES	MF/Secretaria de Política Econômica - SPE	Implícito
Subsídio para Redução da Tarifa de Transporte do Gás Natural - Lei nº 10.604, de 17.12.2002	MF/Secretaria do Tesouro Nacional - STN	Explícito
Subvenção a Consumidores de Energia Elétrica da Subclasse de Baixa Renda - Lei nº 10.604, de 17.12.2002	Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL	Explícito e Implícito
Subvenção Econômica ao Preço do Óleo Diesel Consumido por Embarcações Pesqueiras - Lei nº 9.445, de 14.3.1997	MPA/ Secretaria de Planejamento e Ordenamento da Pesca - SEPOP	Explícito
Plano Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência - Viver sem Limite - PCD	MF/Secretaria do Tesouro Nacional - STN	Explícito
Programa Nacional de Microcrédito Produtivo Orientado - Programa Crescer	MF/Secretaria do Tesouro Nacional - STN	Explícito
Operações de Financiamento para Infraestrutura em Projetos de Habitação Popular	MF/Secretaria do Tesouro Nacional - STN	Explícito

Elaboração: MF/SPE

PLDO 2014, Anexo II das Informações Complementares ao PLOA-2014.

“VII – memória de cálculo das estimativas para 2014:

g) das despesas com juros nominais constantes do demonstrativo a que se refere o inciso XXVII deste Anexo.”

MEMÓRIA DE CÁLCULO DAS DESPESAS COM JUROS NOMINAIS

Os juros nominais, que integram as necessidades de financiamento, são apropriados sobre os passivos e ativos incluídos na Dívida Líquida do Governo Central e observam o critério de competência.

A projeção dos juros nominais depende das hipóteses formuladas sobre a estrutura do endividamento líquido no tocante à participação dos diversos indexadores; do comportamento esperado dos índices de preços, taxas de câmbio e taxas de juros no período considerado; das taxas de juros praticadas sobre os papéis emitidos, inclusive aquelas adotadas nos períodos anteriores, cujos títulos ainda não foram resgatados e que tendem a carregar o custo de captação até o vencimento dos títulos; do prazo de vencimento da dívida emitida; e do resultado primário esperado, com reflexo sobre a trajetória dos diversos componentes da dívida líquida.

Levando-se em consideração os procedimentos acima e os parâmetros fornecidos pelo Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão relativos à taxa de crescimento do PIB, índices de preços, taxas de juros e de câmbio, o consolidado das estimativas de juros nominais apropriados, relativos aos estoques do endividamento líquido segundo os diversos indexadores, apresenta a seguinte distribuição:

GOVERNO CENTRAL - JUROS NOMINAIS POR INDEXADOR

													R\$ milhões
Período	Indexador												Total
	Cambial			Índices de preços				Selic	TR	TJLP	Pré-fixado	Outros	
	Interna	Externa	Total	IGP-M	IGP-DI	IPCA	Total						
2012	-653	-1711	-2365	11 170	-63 274	68 378	16 274	91224	1604	-29 541	71171	-1100	147 268
2013	- 783	-8367	- 9 151	10 286	-53 259	74 554	31580	97 047	4 482	-28 638	73 408	- 236	168 493
2014	- 514	-13338	-13 852	12 778	-56 358	67 180	23 600	114 721	5 430	-30 872	74 682	0	173 709

GOVERNO CENTRAL - DÍVIDA LÍQUIDA

R\$ milhões														
Período	Indexador													Total
	Cambial			Índices de preços				Selic	TR	TJLP	Sem remuneração	Pré-fixado	Outros	
	Interna	Externa	Total	IGP-M	IGP-DI	IPCA	Total							
2013 - Jun	-45.370	-726.181	-771.551	76.309	-482.385	582.176	176.100	1196.915	76.441	-579.025	175.581	735.559	6	1010.025
2013 - Dez	-44.257	-724.985	-769.241	82.345	-493.959	610.329	198.715	1247.407	79.665	-601.554	155.400	780.126	6	1090.524
2014	-44.423	-762.133	-806.556	95.280	-513.988	669.308	250.600	1329.392	86.399	-644.006	167.114	815.507	7	1198.486



PODER LEGISLATIVO
SENADO FEDERAL
SERVIÇO DE ADMINISTRAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA

DIÁRIOS DO CONGRESSO NACIONAL
PREÇO DAS ASSINATURAS

SEMESTRAL

Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados - s/o porte (cada)	R\$ 58,00
Porte do Correio	R\$ 488,40
Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados - c/o porte (cada)	R\$ 546,40

ANUAL

Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados - s/o porte (cada)	R\$ 116,00
Porte do Correio	R\$ 976,80
Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados - c/o porte (cada)	R\$ 1.092,80

NÚMEROS AVULSOS

Valor do Número Avulso	R\$ 0,50
Porte Avulso	R\$ 3,70

ORDEM BANCÁRIA

UG - 020054	GESTÃO - 00001
--------------------	-----------------------

EMISSION DE GRU PELO SIAFI

UG - 020054	GESTÃO - 00001	COD. – 70815-1
--------------------	-----------------------	-----------------------

Os pedidos deverão ser acompanhados de **Nota de Empenho a favor do FUNSEN** ou fotocópia da **Guia de Recolhimento da União - GRU**, que poderá ser retirada no **SITE: <http://www.tesouro.fazenda.gov.br>** código de recolhimento apropriado e o número de referência: 20815-9 e 00002 e o código da Unidade favorecida – UG/gestão: 020054/00001 preenchida e quitada no valor correspondente à quantidade de assinaturas pretendidas e enviar a esta Secretaria.

Para Órgãos Públicos integrantes do SIAFI, deverá ser seguida a rotina acima **EMISSION DE GRU SIAFI**.

OBS.: QUANDO HOUVER OPÇÃO DE ASSINATURA CONJUNTA DOS DIÁRIOS SENADO E CÂMARA O DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL SERÁ FORNECIDO GRATUITAMENTE.

Maiores informações pelos telefones: **(0XX-61) 3303-3803/4361, fax:3303-1053**
Serviço de Administração Econômica Financeira / Controle de Assinaturas, falar com Mourão.

SECRETARIA ESPECIAL DE EDITORAÇÃO E PUBLICAÇÕES
PRAÇA DOS TRÊS PODERES, AV .Nº2 S/N – CEP : 70.165-900 BRASÍLIA-DF
CNPJ: 00.530.279/0005-49

Edição de hoje: 340 páginas

(OS: 15493/2013)

Secretaria Especial de
Editoração e Publicações – SEEP

SENADO
FEDERAL

